

Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

ANA PAULA MAGNO PINTO

**ASSISTÊNCIA, SAÚDE E SOCIEDADE:
A sociedade São Vicente de Paulo na Zona da Mata mineira
(1895-1939).**

Rio de Janeiro

2017

ANA PAULA MAGNO PINTO

**ASSISTÊNCIA, SAÚDE E SOCIEDADE:
A Sociedade São Vicente de Paulo na Zona da Mata mineira
(1895-1939).**

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor, Área de Concentração: História das Ciências e da Saúde.

Orientador:

Prof. Dr. Luiz Otávio Ferreira

Rio de Janeiro

2017

P659a Pinto, Ana Paula Magno
Assistência, saúde e sociedade: a sociedade são Vicente de Paulo
na Zona da Mata mineira (1895-1939) / Ana Paula Magno Pinto –
Rio de Janeiro: s.n., 2017.
xv,328 f.

Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) -
Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2017.

1. Instituições de Caridade. 2. Assistência. 3. Primeira
República. 4. Sociedade São Vicente de Paulo. 4. Brasil.

CDD 361.74

ANA PAULA MAGNO PINTO

**ASSISTÊNCIA, SAÚDE E SOCIEDADE:
A Sociedade São Vicente de Paulo na Zona da Mata mineira
(1895-1939).**

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor, Área de Concentração: História das Ciências e da Saúde.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Otávio Ferreira (Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ/ e UERJ). Orientador

Prof.^a Dr.^a Laurinda Faria Santos Abreu (Universidade de Évora, Portugal).

Prof.^a Dr.^a Cláudia Maria Ribeiro Viscardi (Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF, MG).

Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Marques (Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG).

Prof.^a Dr.^a Gisele Porto Sanglard (Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ).

Suplentes:

Prof.^a Dr.^a Maria Renilda Nery Barreto (PPGCTE, CEFET/RJ).

Prof.^a Dr.^a Tânia Salgado Pimenta (Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ).

Rio de Janeiro

2017

AGRADECIMENTOS

Essa tese não poderia ter sido desenvolvida sem a colaboração de pessoas e de instituições que me deram suporte ao longo desses anos de trabalho. Alguns agradecimentos estão descritos aqui.

A pesquisa não teria se iniciado sem o incentivo da Prof.^a Dr.^a Gisele Sanglard. Conteí com sua credibilidade desde as primeiras ideias. Compartilhei de seu conhecimento como aluna durante as disciplinas na Fiocruz, em suas observações valiosas na banca de qualificação e em conversas informais. Recebi suas sugestões atenciosas durante encontros acadêmicos no Brasil e em Portugal, sua generosidade nos empréstimos e doações de seus livros, e, principalmente sua amizade e apoio moral quando tudo parecia estar difícil demais. Gisele, por tudo e mais, obrigada.

A pesquisa não teria se desenvolvido sem a orientação competente e paciente do Prof.^o Dr.^o Luiz Otávio Ferreira, que me apresentou o rigor necessário ao trabalho do historiador por meio de sua erudição e atenção. Compartilhei de seu conhecimento e de sua generosidade como aluna nas disciplinas na Fiocruz, nos encontros frequentes para orientação em cada etapa da pesquisa e durante a participação em eventos acadêmicos. Ademais, sua amizade me ofereceu apoio em todos os momentos que solicitei, o que me proporcionou segurança nesse longo processo de pesquisa. Luiz, foi um privilégio ter sido orientada por você, obrigada.

Agradeço a toda equipe do Programa de Pós-Graduação em História da Ciência e da Saúde (PPGHCS) da Casa de Oswaldo Cruz (COC/FIOCRUZ). O trabalho de excelência desenvolvido nos proporciona um ambiente intelectual estimulador. Destaco as sugestões que recebi nas arguições do Prof.^o Dr.^o Marcos Cueto e do Prof.^o Dr.^o Marcos Chor Maio na banca de seleção e a atenção dirigida à minha pesquisa pela Prof.^a Dr.^a Cristina Maria Oliveira Fonseca, Prof.^a Dr.^a Maria Martha de Luna Freire, Prof.^a Dr.^a Maria Renilda Nery Barreto e Prof.^a Dr.^a Tânia Salgado Pimenta.

Recebi o apoio da coordenação do PPGHCS sob o trabalho da Prof.^a Dr.^a Magali Romero Sá e da Prof.^a Dr.^a Simone Petraglia Kropf, as orientações dos bibliotecários Carlos Brito, Marcus Silva e Manoel Barata, e toda a atenção dos secretários Sandro Hilário, Cláudia Cruz e Paulo Chagas. A todos, obrigada.

Sou grata aos meus colegas doutorandos, especialmente à Daniele Sanches, companheira no Brasil e em Portugal, Júlio César Santos, Carolina Arouca, Frederico Tavares, Evandro de Castro, Lucas Lolli, Lorenna El-Dine e Vanessa Mello.

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Cláudia Viscardi, da Universidade Federal de Juiz de Fora, pela leitura atenta do dossiê de qualificação e por suas observações e sugestões naquele importante momento de desenvolvimento do trabalho de pesquisa e à historiadora Shirley Oliveira, por sua colaboração por meio de suas habilidades paleográficas.

Agradeço à contribuição acadêmica e à atenção a mim dirigidas pela Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Marques, da Universidade Federal de Minas Gerais e pela Prof.^a Dr.^a Vanda Arantes do Vale, da Universidade Federal de Juiz de Fora, nos eventos acadêmicos que compartilhamos.

Também agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) por ter financiado minha participação no Programa Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE).

Durante os seis meses de estágio em Portugal eu fui gentilmente recebida pela Prof.^a Dr.^a Laurinda Abreu, da Universidade de Évora. Sua erudição e seriedade acadêmica, sua amizade e generosidade me disponibilizaram preciosos encontros de orientação e pesquisa nas universidades, em Évora e em Lisboa, na Biblioteca Nacional de Lisboa, no Arquivo Torre do Tombo e em conversas informais. Além de tudo, pude observar suas práticas acadêmicas, exemplos de trabalho ético e de excelência. Por seu intermédio, fiz novas amizades em que destaco o companheirismo da Prof.^a Dr.^a Ruth Pardal e dos doutorandos Luiz Gonçalves e Luísa Gama, com os quais compartilhei de ótimos momentos de estudos. Laurinda, você transformou o meu olhar sobre a minha pesquisa e me mostrou o significado do título acadêmico de “doutora”, obrigada por tudo.

Nas terras lusitanas, mantive contatos com a Prof.^a Dr.^a Marta Lobo, da Universidade do Minho e com a Prof.^a Dr.^a Alexandra Esteves, da Universidade Católica Portuguesa, que me ofereceram importantes contribuições em encontros acadêmicos. Em Lisboa, fui recebida com salvação por Gabriela Simões e compartilhei da convivência, amizade e sugestões de pesquisa da Prof.^a Dr.^a Maria Manuel Quintela, da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa. A todas elas agradeço por tudo.

Em Minas Gerais, contei com a orientação, o apoio e a colaboração do vicentino Luiz Coutinho, de Rio Pomba e de toda a equipe do Conselho Particular de Ubá. Destaco os auxílios de Assuéro Araújo, do Museu Histórico de Rio Pomba, de Vinícius Leal, da Prefeitura de Rio Pomba, de Veranice Gonçalo, do Hospital São Vicente de

Paulo de Rio Pomba, de Nair Pascoal, do Arquivo Público de Ubá, de Vera Lúcia Garcia, da Biblioteca do Colégio Caraça e de Eliani Gladyr, da Biblioteca Luís de Bessa, em Belo Horizonte.

E como a vida segue enquanto estamos pesquisando, preciso agradecer aos auxílios cotidianos de Maria do Amparo Oliveira, às orientações do designer Mauro Corrêa, o apoio do técnico em informática Jaime Souza e as habilidades linguísticas de Anna Carolina Purcino.

De modo geral, reconheço que me tornei ausente e muito ocupada em meio aos estudos, minha obstinação pela história nem sempre é compreendida por parentes e amigos. Contudo, tenho a honra de receber o amor e a compreensão de meus pais, Ivo e Helenice, e da minha irmã, Adriana, meus companheiros nesta vida.

Agradeço aos mais de 50 anos de amizade com Maria Aparecida Mose, especialmente por me convencer a reiniciar minha carreira após 31 anos de exercício de magistério em colégios de educação básica e no curso de Licenciatura em História da extinta Universidade Gama Filho. Amiga, aprendi com você que viver é recomeçar.

Sou agraciada pela convivência com Hugo Rabello Filho, que merece toda a minha gratidão por ter vivenciado e partilhado comigo cada etapa desta pesquisa com paciência, além de ter proporcionado a estrutura necessária à minha dedicação. Hugo eu agradeço por você compreender minha paixão pela história e por ter se mantido presente.

Por fim, preciso agradecer às minhas filhas pelo carinho e tolerância com as minhas ausências, por mais que eu tenha me esforçado a estar presente. Neste período, a vida nos proporcionou a convivência como estudantes acadêmicas, em níveis diferentes. Agradeço às duas pelas conversas sobre essa pesquisa, pelas leituras dos rascunhos e ao incentivo e compreensão de ambas durante o período em que estive em Portugal. Taísa Magno e Fernanda Magno, para mim, tudo sempre foi e será por vocês.

RESUMO

Este trabalho se propõe a refletir sobre o modelo de assistência à pobreza da Sociedade São Vicente de Paulo e suas relações com a formação e consolidação do Estado republicano no Brasil. Compreendemos a assistência como um dos elementos que integram as políticas do Estado em suas diferentes esferas. A pesquisa analisa a participação do trabalho vicentino na construção dos serviços de assistência no Estado de Minas Gerais por meio da sua atuação na área central da Zona da Mata, devido ao papel político e econômico atribuído às elites da mesorregião na Primeira República. O período de estudo se iniciou na fundação da primeira conferência, em 1895, e se encerrou na inauguração do Hospital São Vicente de Paulo da cidade de Rio Pomba, em 1939. Não se pretende abarcar todas as vivências sociais que acompanharam este processo, mas observar aspectos do contexto socioeconômico, político e cultural da época em que se desenvolveram os cuidados aos pobres e analisar o modo como os atores sociais se enquadraram.

Palavras-chave: 1. Instituições de Caridade. 2. Assistência. 3. Primeira República. 4. Sociedade São Vicente de Paulo. 4. Brasil.

ABSTRACT

This academic work proposes a reflection about a model of Society of St. Vincent de Paul's assistance to poverty and your relation with formation and consolidation of Brazil's republican State. We understand assistance as elements that compose the State's politics in various areas. The research analyze the participation of vicentino's work at the construction of Minas Gerais State assistance's service through your action at Zona da Mata central area, by the political role assigned to the meso elite at First Republic. The survey's period started at the foundation of the first conference, in 1895, and concluded at the inauguration of the Hospital Saint Vincent de Paul at Rio Pomba's city, in 1939. It's not intended to encompass all social perception that followed this process, but we observed aspects of socioeconomic, politic and cultural context that developed care for the poor and analyzed how social actors fit into.

Key-words: 1. Charities. 2. Assistance. 3. First Republic. 4. Society of St. Vincent de Paul. 4. Brazil.

LISTA DE GRÁFICOS

CAPÍTULO II.	Página.
Gráfico 1. Conselhos Metropolitanos da SSVP no Brasil em 1950, por estados.	73
Gráfico 2. Mesorregiões mineiras em que havia conferências agregadas, em 1929.	77
Gráfico 3. Número de cidades por microrregiões com conferências agregadas, em 1929.	79
CAPÍTULO III.	
Gráfico 4. Produção cafeeira da Zona da Mata em relação ao estado de Minas Gerais.	86
Gráfico 5. Número de confrades da Conferência Natal do Bom Jesus, 1895-1929.	117
Gráfico 6. Número de confrades da Conferência de São Januário, 1905-1929.	125
Gráfico 7. Número de confrades das conferências da SSVP da cidade de Ubá, em 1906.	126
Gráfico 8. Número de confrades da Conferência São Manoel do Pomba, 1902-1929.	131
Gráfico 9. Número de confrades das conferências do Pomba, 1906.	132
CAPÍTULO IV.	
Gráfico 10. Número de confrades do Conselho Particular de Ubá por conferências.	140
Gráfico 11. Divisão dos confrades, por geração.	141
Gráfico 12. Origens dos confrades da primeira geração.	141
Gráfico 13. Origens dos confrades da segunda geração.	142
Gráfico 14. Origens dos confrades: números absolutos.	142
Gráfico 15. Origem da escolaridade secundária dos confrades.	143
Gráfico 16. Atividades profissionais dos confrades.	145
Gráfico 17. Formação profissional dos confrades, por meio do curso superior.	145
Gráfico 18. Atividades econômicas exercidas pelos confrades.	146
Gráfico 19. Cargos públicos exercidos pelos confrades.	147

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

CAPÍTULO I.	Página.
Figura 1. Organograma da SSVP em relação à estrutura organizacional da Igreja.	46
CAPÍTULO II.	
Figura 2. Composição de uma conferência vicentina.	62
Figura 3. Composição de um conselho vicentino.	71
Figura 4. Divisão de Minas Gerais, 1889 – 1930.	74
Figura 5. Mesorregiões mineiras em que havia conferências agregadas, em 1929.	75
Figura 6. Microrregiões da Zona da Mata mineira.	77
CAPÍTULO III.	
Figura 7. Freguesia do Mártir São Manoel do Pomba, 1830-1930.	94
Figura 8. Joaquim Furtado de Meneses.	105
Figura 9. Conferência Santo Antônio, 1894.	114
Figura 10. Conferência Natal do Bom Jesus, 1895.	116
Figura 11. Carlos Peixoto de Mello.	117
Figura 12. Gymnásio São José, em Ubá, 1905.	119
Figura 13. Gymnásio São José, em 2017.	120
Figura 14. Professores do Gymnásio São José, 1905.	120
Figura 15. Divisão de terras no distrito Anunciação do Rodeiro, 1903.	122
Figura 16. Conferência São Januário, 1905.	124
Figura 17. Levindo Eduardo Coelho.	125
Figura 18. Conferência São Manoel, 1903.	129
Figura 19. Francisco Clemente de Araújo.	129
CAPÍTULO IV.	
Figura 20. Estrutura da SSVP em Ubá, 1909 a 1939.	138
Figura 21. Algumas relações de parentesco de Carlos Peixoto de Mello.	150
Figura 22. Fluxograma 1. Rede de sociabilidade e parentesco de Carlos Peixoto de Mello.	152
Figura 23. Algumas relações sociais de Levindo Eduardo Coelho.	154
Figura 24. Fluxograma 2. Rede de sociabilidade e parentesco de Levindo Eduardo Coelho.	156
Figura 25. Algumas relações políticas de Francisco Clemente de Araújo.	158
Figura 26. Fluxograma 3. Rede de sociabilidade e parentesco de Francisco Clemente de Araújo.	162
CAPÍTULO VI.	
Figura 27. Organização dos Colégios em Ubá.	237
Figura 28. “Edificação antiga” do Hospital São Vicente de Paulo de Ubá.	244
Figura 29. Organização do Hospital São Vicente de Paulo de Ubá, 1912-1917.	247
Figura 30. Prédio onde foi criada a Casa de Caridade São Vicente de Paulo, no Pomba.	251
Figura 31. Estrutura de funcionamento da Casa de Caridade, no Pomba, 1912-1922.	252
Figura 32. Hospital São Vicente de Paulo de Ubá, 2017.	268
Figura 33. Planta do Hospital São Vicente de Paulo, no Pomba.	274
Figura 34. Fachada principal, Hospital São Vicente de Paulo, do Pomba.	279
Figura 35. Segunda fachada do Hospital São Vicente de Paulo, do Pomba.	280
Figura 36. Vista parcial a fachada traseira do hospital.	280
Figura 37. Imagem aérea do Hospital São Vicente de Paulo, do Pomba.	281
Figura 38. Vista parcial do fundo do terreno do Hospital São Vicente de Paulo, do Pomba.	282

LISTA DE QUADROS

CAPÍTULO II	Página.
Quadro 1. Estrutura do Conselho Nacional da SSVP do Brasil, em 1950.	72
Quadro 2. Número de cidades onde havia conferências agregadas, em 1929.	76
Quadro 3. Cidades e distritos onde havia conferências agregadas, em 1929.	78
CAPÍTULO III.	
Quadro 4. Crescimento da população mineira, 1872-1940 (milhares).	84
Quadro 5. Distribuição percentual da população mineira por regiões.	85
Quadro 6. Exportação pela Estação Ferroviária de Ubá, 1915 (toneladas).	100
CAPÍTULO IV.	
Quadro 7. Conferências supervisionadas pelo Conselho Particular de Ubá, 1906.	134
Quadro 8. Composição das Assembleias do Conselho Particular de Ubá, 1906.	135
Quadro 9. Composição das Assembleias do Conselho Particular de Ubá, 1909.	136
CAPÍTULO V.	
Quadro 10. Vicentinos que ocuparam a administração municipal de Ubá, 1889-1939.	139
Quadro 11. Vicentinos que ocuparam a administração municipal do Pomba, 1883-1945.	211
CAPÍTULO VI.	
Quadro 12. Valores cobrados pelos serviços do Ginásio Ubaense.	235
Quadro 13. Instituições de ensino em Ubá, 1906-1936.	238
Quadro 14. Casas de Caridade em Ubá.	248
Quadro 15. Casas de Caridade no Pomba.	257
Quadro 16: Padrinhos e Madrinhas do HSVP/ Mirahy, em 1914.	262
Quadro 17: Balancete do Hospital São Vicente de Paulo de Ubá, 1920.	266
Quadro 18: Doações feitas à comissão pró-hospital, em 1934.	273
Quadro 19: Doações da Cruzada Infantil Pró-hospital, em 1934.	275

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I. A caridade vicentina.	12
1.1. Caridade, assistência e Estado moderno.....	12
1.1.1. Caridade e Assistência.	13
1.1.2. Assistência e Saúde.	16
1.1.3. Assistência francesa moderna.	19
1.1.4. A rede de assistência de São Vicente de Paulo (1581-1660).	20
1.2. A República e a nova caridade.....	25
1.2.1. A Questão Social e o Ultramontanismo.	26
1.2.2. Saúde e progresso da civilização.....	30
1.2.3. Ordem e justiça social.	32
1.2.4. A caridade “modernizada” (Séculos XIX-XX).	34
1.3. A Sociedade São Vicente de Paulo.	36
1.3.1. Origens.	37
1.3.2. Frédéric Ozanam.	40
1.3.3. Organização administrativa e expansão internacional.	41
1.3.4. Os vicentinos e a caridade.	50
Considerações.....	51
CAPÍTULO II. A caridade vicentina no Brasil.	52
2.1. O Brasil e a assistência no século XIX.....	52
2.1.1. A Igreja e o Estado.	55
2.1.2. Vicentinos e a Ação Católica.	56
2.2. A Sociedade São Vicente de Paulo no Brasil.....	60
2.2.1. As conferências.	61
2.2.2. As primeiras conferências.	63
2.2.3. O presidente da conferência.	68
2.2.4. A caridade.	69
2.2.5. A estrutura administrativa.	71
2.3. As conferências em Minas Gerais.....	73
Considerações.....	79

CAPÍTULO III. Vicentinos na Zona da Mata mineira.	80
3.1. A Zona da Mata mineira.....	80
3.1.1. Atividades socioeconômicas e políticas.	85
3.1.2. Área central da Zona da Mata.	92
3.1.3. A cidade Ubá.....	97
3.1.4. A cidade Pomba.	97
3.2. A Sociedade São Vicente de Paulo na Zona da Mata mineira.	103
3.2.1. Conferências da Zona da Mata.....	111
3.2.2. Conferência Natal do Bom Jesus, Ubá.	115
3.2.3. Conferência São Januário, Ubá.	118
3.2.4. Conferência São Manoel, Pomba.	127
Considerações.....	134
CAPÍTULO IV. Composição social dos vicentinos do Conselho Particular de Ubá.	133
4.1. O Conselho Particular de Ubá.....	133
4.2. Os vicentinos.....	138
4.2.1. Geração e origem.	140
4.2.2. Escolaridade.	143
4.2.3. Atividades profissionais.	144
4.2.4. Atividades econômicas.....	146
4.2.5. Cargos Públicos.....	147
4.3. Redes de sociabilidades e parentescos.	148
4.3.1. Carlos Peixoto de Mello.	149
4.3.2. Levindo Eduardo Coelho.	153
4.3.3. Francisco Clemente de Araújo.	157
Considerações.....	164
CAPÍTULO V. Os vicentinos e o poder.	165
5.1. A aliança com a sociedade.	165
5.1.1. O abandono da caridade tradicional.	168
5.1.2. A promoção da ordem e da justiça social.	171
5.2. A aliança com os profissionais da saúde.	176
5.2.1. Os profissionais da saúde de Ubá.....	179
5.2.2. Os profissionais da saúde do Pomba.	189
5.3. A aliança com o poder municipal.....	196
5.3.1. Intendentes de Ubá.	197
5.3.2. Intendentes do Pomba.	211

Considerações.....	221
CAPÍTULO VI. Obras especiais e unidas.....	222
6.1. As obras de assistência vicentina no Brasil.....	223
6.2. A Educação e os colégios.....	229
6.2.1. Instituições de ensino em Ubá.....	231
6.2.2. Instituições de ensino no Pomba.....	238
6.3. A organização da saúde pública.....	239
6.3.1. Casas de Caridade vicentinas em Ubá.....	243
6.3.2. Casas de Caridade vicentinas no Pomba.....	249
6.4. O Hospital São Vicente de Paulo.....	257
6.4.1. Hospital São Vicente de Paulo de Ubá.....	261
6.4.2. Hospital São Vicente de Paulo, do Pomba.....	269
Considerações.....	282
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	283
REFERÊNCIAS.....	286
I - Fontes Manuscritas.....	286
II– Fontes Impressas.....	287
III – Bibliografia.....	291
IV – Dicionários e Enciclopédias.....	305
V - Dissertações e Teses.....	306
VI – Periódicos.....	307
VII – Sítios Eletrônicos.....	308
ANEXO Biografias.....	310
ANEXO Galeria.....	326

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se iniciou num estudo sobre o Hospital São Vicente de Paulo de Rio Pomba, na mesorregião Zona da Mata, de Minas Gerais, em que identificamos que esse e outros hospitais das cidades do interior da Zona da Mata mineira foram construídos pela Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP). A pesquisa inicial nos mostrou que esses hospitais fizeram parte de um fenômeno: a construção de obras de assistência à pobreza nas cidades dessa mesorregião pelos vicentinos, durante a Primeira República.

O adjetivo “vicentino” se refere àqueles que se submeteram ao conjunto de ideias e práticas desenvolvidas por diversas instituições, laicas e religiosas, criadas ou inspiradas em São Vicente de Paulo (1580-1660)¹, no século XVII. No caso em estudo, os vicentinos são os leigos que pertenceram à associação criada no início do século XIX por um grupo de estudantes universitários parisienses, entre os quais Frédéric Ozanam obteve destaque: a Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP), com objetivo de promover a assistência à pobreza por meio da prática da caridade católica.

Hoje a associação está estabelecida em 135 países, possuem aproximadamente 500 mil membros e o Brasil é considerado o maior país vicentino do mundo: coordenado pelo Conselho Nacional do Brasil, possui cerca de 153 mil voluntários, 20 mil Conferências, 1.754 Conselhos Particulares, 272 Conselhos Centrais, 30 Conselhos Metropolitanos, e 2 mil Obras Unidas, a saber: hospitais, asilos de idosos, creches, educandários, dispensários, vilas, centros comunitários, entre outros².

¹ No Brasil, a “Família Vicentina” é composta atualmente de associações leigas: Associação Internacional de Caridades, Juventude Marial Vicentina, Associação da Medalha Milagrosa, Sociedade de São Vicente de Paulo, Associação Padre Giacomo Gusmão, Associação Luísa de Marillac, Associação dos ex-alunos Lazaristas e dos Amigos e Amigas do Caraça, Associação dos Amigos da Família Vicentina, Missionários (as) Leigos (as) Vicentinos (as) e Associação de Caridade de São Vicente de Paulo. As congregações religiosas femininas são: Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, Irmãs da Caridade de Santa Joana Antida de Thouret, Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem “Servas dos Pobres”, Congregação das Irmãs de Caridade da Mãe de Misericórdia, Instituto das Irmãs Servas dos Pobres, Instituto das Filhas de Maria Servas da Caridade, Instituto das Irmãs de Maria Reconciliadora e Irmãs da Caridade sob a Proteção de São Vicente de Paulo. As congregações masculinas são: Congregação da Missão, Congregação dos Fráteres de Nossa Senhora Mãe da Misericórdia, Congregação dos Religiosos de São Vicente de Paulo, Missionários Servos dos Pobres e Instituto dos Filhos da Caridade. Cf: <<http://ssvpcmbh.org.br/familia-vicentina/>>. Acesso em 09 de jul. de 2017.

² Dados atualizados por MORAES, Cristina de Cássia Pereira; TAVARES, Lara Alexandra e SOUZA, Rildo Bento de. Três tempos de caridade, assistência e filantropia em Goiás (séculos XVIII ao XX). *História: Questões & Debates*, Curitiba, volume 65, nº 1, jan./jun. 2017, p. 31; e SSVP. Sociedade São

Sabe-se que no Brasil, até o início do século XX, os pobres estiveram sob os cuidados da caridade praticada pelas confraternidades leigas, principalmente as Misericórdias. No entanto, a SSVP foi implantada durante as últimas décadas do Império, quando as campanhas abolicionista e republicana tomaram força. Identificamos que não havia confrarias da Misericórdia nas cidades em estudo na Zona da Mata mineira.

Compreendemos os serviços de assistência à pobreza como elementos que integram as políticas do Estado em suas diferentes esferas e identificamos carência de estudos sobre a construção destes serviços nesta mesorregião. Assim, a problemática desta pesquisa estruturou-se em relação à SSVP: a questão principal a ser investigada diz respeito à sua participação na construção da assistência no Estado de Minas Gerais. A pesquisa se justifica porque os estudos históricos atribuíram às elites da Zona da Mata mineira um importante papel político e econômico na construção e na consolidação do regime republicano no Brasil.

Nosso objetivo é analisar o modelo de assistência à pobreza da associação na Zona da Mata mineira. O período em estudo se iniciou na fundação da primeira conferência vicentina na área central da mesorregião, em 1895, e se encerrou na inauguração do Hospital São Vicente de Paulo da cidade de Rio Pomba, em 1939.

Para a elaboração da pesquisa utilizamos como metodologia principal a análise de redes sociais, conceito que surgiu na sociologia e na antropologia social. A ideia de rede social será usada para designar um conjunto complexo de relações entre membros de um sistema social de diferentes dimensões, de grupos e categorias sociais definidos. Nesta concepção, os atores sociais se caracterizam mais pelas suas relações sociais do que pelos seus atributos pessoais. Tais relações tem uma densidade variável, há existência de laços fortes e fracos em que os atores se comunicam. É necessário incluir nas análises as relações de parentesco e observar as redes sociométricas para compreender conceitos como capital social; as redes de apoio ou de mobilização; e as interconexões entre instituições³.

Algumas questões nos orientaram a compor o trabalho e se tornaram objetivos complementares: investigar como foi implantada no Brasil e no interior de Minas Gerais; conhecer os atores sociais envolvidos na associação mineira; compreender os

Vicente de Paulo. Disponível em: <http://www.ssvpbrasil.com.br/?page_id=255>. Acesso em 12 de jul. de 2017.

³ LEMIEUX, Vincent e OUIOMET, Mathieu. Análise estrutural das redes sociais. 2ª edição. Lisboa: Instituto Piaget, coleção: Epistemologia e sociedade, vol. 251, 2012.

motivos pelos quais os ideais vicentinos foram tão bem recebidos pela sociedade; verificar como funcionou a associação em Minas Gerais; e, principalmente, identificar o processo de construção de obras, especialmente o Hospital São Vicente de Paulo.

Contudo, não se pretende abarcar todas as vivências sociais que acompanharam este processo, mas impõem-se apresentar aspectos do contexto socioeconômico, político e cultural da época em que se desenvolveram os cuidados aos pobres e analisar o modo como os atores sociais se enquadraram. Nesse processo, as biografias foram tratadas como importantes fontes de informações.

Esta pesquisa se iniciou na observação da composição social dos atores vicentinos, neste caso, as fontes nos direcionaram às elites locais. Por tratar-se de um conceito instrumental, o conceito de “elite” deve ser contextualizado para o objeto de estudo que pretendemos empreender e, por se tratar de um termo polivalente, sabemos que pode denotar imprecisões.

Em geral, atribui-se o conceito de elite às categorias ou grupos minoritários que ocupam o “topo” das estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos e detém prestígio capaz de fazê-los exercer domínio sobre o grupo social. Entendemos que são atribuídas às “elites” as qualidades valorizadas num determinado momento de uma determinada sociedade. O uso do termo no plural qualifica todos os indivíduos que compõem tal grupo minoritário e exercem o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade em virtude de sua origem ou de seus méritos, de sua cultura ou de suas riquezas.

Nesta pesquisa o uso do termo no plural se refere à sua composição. A minoria que exerceu o poder por meio de seus dons, competência e recursos não foi constituída apenas pelos ricos poderosos, mas também por especialistas que manejaram instrumentos do saber, e com eles, o poder, numa relação com as demais categorias que possibilitou o surgimento de novas elites representantes dos novos interesses: as forças sociais republicanas emergentes.

Na Primeira República, os fatores que creditaram poder às elites da Zona da Mata foram, principalmente, a posse de riquezas e de cultura, porém, também foram definidos socialmente por critérios psicológicos e morais. Essas elites eram formadas por homens que exerceram atividades diversificadas e simultâneas, nem todos eram proprietários. Havia os criadores com atividades comerciais e empresariais; os capitalistas; os magistrados proprietários; os padres professores ou padres advogados;

professores proprietários; farmacêuticos comerciantes; médicos professores; jornalistas; funcionários públicos, entre outros⁴.

Nossos estudos sobre a assistência à pobreza seguiram a abordagem desenvolvida a partir da década de 1990. Envolveram as noções sociopolíticas econômicas e as concepções religiosas que levaram em conta o pertencimento à comunidade. Acreditamos que tais ideias provocaram mudanças de atitude em relação ao trabalho e na composição social de grupos dirigentes, no sentido de estimular a criação de um conjunto de instituições responsáveis pela assistência, que contou com o financiamento privado⁵.

Por meio do estudo de Geremek⁶, compreendemos que as construções de casas de assistência são anteriores à época cristã. O autor apontou para sua participação no desejo de ordenamento social e explicou que a Igreja impulsionou e atribuiu novo significado à sua função ao associá-las à caridade. Segundo a doutrina católica a fé, a esperança e a caridade fundamentam o agir moral do cristão, são as virtudes teológicas que tornam os homens capazes de viver em relação com a Trindade. O autor analisou a caridade medieval e as associações piás, particularmente os hospitais, construídos e administrados pelas confrarias católicas, entendidas como organizações leigas em que os membros não exercem a vida consagrada pelos votos evangélicos.

Ao observar a criação das confrarias, Sá⁷ explicou que elas antecederam às paróquias. As associações piás católicas podem ser divididas pelo tipo de vida adotado pelos membros. As ordens, congregações e institutos consagrados de vida secular exigem o modo de vida “consagrado”, ou seja, as pessoas deixam suas vidas familiares e suas atividades, abnegam de si mesmos para viver sob os votos evangélicos. Os consagrados podem ser clérigos ou leigos, homens ou mulheres que se dividem em ordens e congregações, formadas pelos clérigos, ou instituições de vida secular, formadas pelos leigos. Nas ordens, a vida dos consagrados se desenvolve em comunidades fechadas, apesar de nem sempre serem isoladas. Nas congregações, em

⁴ SILVA, Wlamir. “O protótipo dos toucinheiros: a experiência da moderação mineira”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos. *A Província de Minas*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, Companhia do tempo, 2013, volume 2, p. 51.

⁵ SÁ, Isabel dos Guimarães. Catholic charity in perspective: the social life of devotion in Portugal and its Empire (1450-1700). Brown University; Universidade do Porto. *E-journal of Portuguese History*, Vol. 2, N. 1 (2004). Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/25465/1/EJPH2_1_artigo2.pdf?ln=pt-pt>. Acesso em 10 de abril de 2015.

⁶ GEREMEK, Bronislaw. *A Piedade e a Força. História da miséria e da caridade na Europa*. Lisboa, Portugal: Terramar, 1986, p. 33.

⁷ SÁ, Isabel dos Guimarães. Igreja e assistência em Portugal no século XV. Separata do Boletim do Instituto histórico da Ilha Terceira, vol. LIII, 1995, pp. 209-210.

geral, os consagrados atuam em contato com o mundo secular. Os leigos que se dedicam aos institutos consagrados de vida secular vivem um tipo de vida consagrada, professam votos evangélicos de pobreza, castidade e obediência. No caso das irmandades e confrarias, não há vida consagrada. No entanto, há clérigos que participam das confrarias⁸.

Boschi⁹ demonstrou a atuação das confrarias em Minas Gerais desde os tempos coloniais. Explicou que uma irmandade pode ser definida quando o grupo estabelece uma hierarquia para o auxílio recíproco entre os membros por meio da prática da caridade e operam a partir de um Compromisso; se a irmandade é criada para os mesmos objetivos e para o culto de algum santo, é chamada de confraria. No entanto, o autor observou que, no Brasil, as confrarias foram chamadas de irmandades, os termos eram usados como sinônimos.

Abreu¹⁰ explicou que a intervenção do Estado moderno na assistência aos pobres se constituiu num dos reflexos do seu processo de construção e consolidação, contou com a colaboração da Igreja e de iniciativas voluntárias ou organizadas nos modelos das confrarias, gerou mudanças nas concepções de caridade e de assistência e foi parcialmente direcionado aos hospitais, o que provocou a laicização dessas instituições. Em outras palavras, na análise de Castel¹¹, durante a centralização dos Estados modernos, as práticas especializadas em casas de assistência que anteriormente eram administradas pela Igreja foram centralizadas na administração pública e as intervenções sociopolíticas se constituíram no social-assistencial. Para o autor, trata-se da “economia do social”, com objetivos de proteção e integração dos grupos.

A partir do Iluminismo, os termos caridade e filantropia passaram a ser usados como sinônimos, embora o primeiro fosse mais associado à religião e o segundo, formulado pela filosofia moral com o significado de “amor pela humanidade”, ao longo do século XIX. Marques¹² explicou que na língua francesa do século XVIII, a caridade foi entendida como “fruto do amor por Deus que levava ao ato de fazer o bem aos

⁸ FRANCO, José Eduardo, *et. all. Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 2010.

⁹ BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder. Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

¹⁰ ABREU, Laurinda. *O Poder e os Pobres. As dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*. Portugal, Gradiva Publicações S.A., 2014, p. 337.

¹¹ CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário*. Petrópolis: Editora Vozes, 2010, pp. 56-57.

¹² MARQUES, Rita de Cássia. A filantropia científica nos tempos da romanização: a Fundação Rockefeller em Minas Gerais (1916-1928). *Horizontes*, Bragança Paulista, v. 22, n.2, pp. 175-189, jul.-dez., 2004, p. 112.

semelhantes” e a filantropia se referia às “ações dos indivíduos em favor da sociedade que resultava de um “sentimento natural”, pois se entendia que a felicidade pessoal só poderia ser alcançada no grupo social”. Sanglard¹³ explicou que a filantropia tendeu a reforçar a utilidade social de suas ações e procurou dissociá-las da ideia de caridade tradicional. Os instrumentos utilizados, como as pesquisas na área da saúde, pretendiam incentivar o trabalho para evitar a miséria e assim prevenir os consequentes conflitos.

Para analisar as novas concepções de caridade e de assistência do século XIX, observamos a interpretação de Weindling¹⁴. O autor apontou para a situação social que se desenvolveu após a Revolução Francesa e o incremento industrial europeu, em que parte da população das grandes cidades e áreas industriais encontrava-se pauperizada. Com objetivo de enfrentar a questão, surgiram divergências entre a Igreja e o Estado, a indústria e o trabalho e entre médicos socializados e profissionais de saúde liberais. Ademais, o autor identificou que as concepções laicas e científicas que se desenvolveram no século XIX não afastaram o voluntariado católico da área da assistência. O movimento Ultramontano alterou o modo de agir dos leigos católicos, que substituíram as antigas irmandades e confrarias por associações e sociedades. Weindling afirmou que, no século XIX, foi desenvolvida uma nova concepção de caridade, “modernizada”, uma forma contemporânea da prática da fé cristã, de caráter paternalista, em que se visava o moderno, o leigo e o urbano.

Na visão do autor, o Estado passou a exercer maior papel legislativo e de supervisão do que qualquer tentativa de assumir as iniciativas de assistência à população e a esfera religiosa se manteve onde o Estado não alcançava. Estudos¹⁵ identificaram a

¹³ SANGLARD, Gisele. Entre os Salões e o Laboratório: Guilherme Guinle, a Saúde e a Ciência no Rio de Janeiro, 1920-1940. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2008.

¹⁴ WEINDLING, Paul. “The modernization of charity in nineteenth-century France and Germany”. In: BARRY, Jonathan and JONES, Colin. *Medicine and Charity before de Welfare State*. USA/ Canadá, Routledge, 1994, pp. 190-206.

¹⁵ Cf. ABREU, Laurinda e BOURDELAIS, Patrice. “The philanthropist turn of the 18th and the French Revolution measures”. In: ABREU, Laurinda et al. *Dynamics of Health and Welfare: texts and contexts*. CIDEHUS/ UE – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, Edições Colibri, 2007; HARRIS, Bernard. “Charity and Poor Relief in England and Wales circa 1750-1914”. In: HARRIS, Bernard e BRIDGEN, Paul (org.). *Charity and Mutual Aid and North America Since 1800*. Londres/ New York: Routledge, 2007, pp. 19-42; KILPATRICK, Robert. “‘Living in the light’: dispensaries, philanthropy and medical reform in late-eighteenth-century London”. In: CUNNINGHAM, Andrew e FRENCH, Roger. *The medical enlightenment of eighteenth century*. EUA: Cambridge University Press, 1990; MAGOWSKA, Anita. “Charities in the 19th and the 20th Centuries: Education and Labour as the Programme of Fight against Poverty”. In: ABREU, Laurinda e BOURDELAIS, Patrice. *The Price of Life. Welfare Systems, social Nets and Economic Growth*. CIDEHUS/ UE – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, Edições Colibri, 2008; MARLAND, Hilary. “Lay and medical conceptions of medical charity during the nineteenth century: the case of the huddersfield general dispensary and infirmary”. In: BARRY, Jonathan e JONES, Colin. *Medicine and Charity before the Welfare State*, op. cit.; MITCHEL, Allan. “The function and malfunction

nova organização da assistência em diversas cidades europeias. Contudo, Weindling apontou para o pioneirismo da associação católica SSVP. Depois dela, surgiram outras associações de caridade modernizada, como a luterana *Innere Mission*, criada em Bremen, na Alemanha em 1848; e a católica *Caritas*, também criada na Alemanha, em Friburgo em 1897. Em alguns casos, as enfermeiras ligadas às congregações continuaram a atuar nos hospitais administrados pelo poder municipal, no século XIX.

Esta pesquisa entendeu que o trabalho desenvolvido pela SSVP identifica-se com a concepção de “caridade modernizada”, como definida por Weindling, desenvolvida de forma peculiar na Zona da Mata mineira. No Manual da SSVP, publicado após dezoito anos do início de suas atividades, o grupo fundador se definiu como uma “sociedade” cuja finalidade era oferecer auxílio espiritual aos seus membros por meio da prática da caridade: socorrer os pobres e desenvolver as obras de misericórdia, conforme pudessem, “à sombra da Igreja”¹⁶. A intenção da sociedade era aliviar a aflição pontual dos pobres e assim intermediar uma relação com Deus. Os vicentinos se definem como caridosos. Entretanto, para atingir seu objetivo, organizaram uma ampla rede de instituições de alcance internacional com apoio das sociedades, alcançados por meio de publicidade e da exaltação das doações, com objetivos de incentivar os pobres ao trabalho e acolher aqueles em condição inaptas, o que os aproxima do conceito de filantropos.

Após a I Guerra Mundial, o Estado social incorporou em suas políticas novas medidas de intervenção na assistência social. No Brasil esse fato só ocorreu após a Revolução de 1930, período em que as obras vicentinas foram incrementadas.

A ampla historiografia sobre a assistência à pobreza no Brasil promovida pelas Misericórdias contrasta numericamente com os estudos sobre a atuação da SSVP no país, que não são muitos. Observamos o trabalho de Geraldo Chizoti¹⁷, sobre a associação católica e suas práticas relacionadas ao operariado em formação em São

of mutual aid societies in nineteenth-century France”. In: BARRY e JONES, *Medicine and Charity before the Welfare State*, *op. cit.*; WOOLF, Stuart. “The Societe de charite maternelle, 1788-1815”. In: BARRY e JONES, *Medicine and Charity before the Welfare State*, *op. cit.*

¹⁶ SSVP. *Manual da Sociedade São Vicente de Paulo*, 1885, pp. I – 1, 22-25, 125.

¹⁷ CHIZOTI, Geraldo. *Os operários da caridade: a Sociedade de São Vicente de Paulo em São Paulo, 1874-1946*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1991.

Paulo e de Rildo Bento de Souza¹⁸, que estudou as práticas da atuação vicentina em relação aos inaptos ao trabalho na cidade de Goiás.

Outros estudos sobre a pobreza e sobre a assistência no Brasil analisaram a associação vicentina: José Roberto do Amaral Lapa¹⁹, em análise sobre a pobreza em Campinas, São Paulo; Cláudia Tomaszewsky²⁰, sobre a assistência em Pelotas, Rio Grande do Sul; Marco Antônio de Souza²¹, sobre a constituição da economia da caridade e sobre a pedagogia assistencialista²² em Belo Horizonte e Rita de Cássia Marques²³, sobre a criação dos hospitais e sobre a filantropia²⁴, também em Belo Horizonte.

Sobre a criação e organização da SSVP, observamos principalmente os trabalhos de Jacques-Olivier Boudon²⁵, que analisou o pioneirismo da associação na elaboração do Catolicismo Social e sua expansão no século XIX; David Blackburn²⁶, que observou a ação vicentina como parte do movimento da Igreja Católica de reação à separação do Estado na nova ordem sociopolítica republicana; Gérard Cholvy²⁷, que estudou a biografia do intelectual Frédéric Ozanam e observou sua influência na

¹⁸ SOUZA, Rildo Bento de. *Pobres, Doentes e Desvalidos: o asilo São Vicente de Paulo na cidade de Goiás (1909-1935)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás – UFG, 2010.

¹⁹ LAPA, José Roberto do Amaral. *Os excluídos. Contribuição à História da Pobreza no Brasil (1850-1930)*. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 2008.

²⁰ TOMASCHEWSKY, Cláudia. *Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Pelotas – RS (1847-1922)*. Dissertação. Mestrado em História. Pós-graduação em História do Brasil, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

²¹ SOUZA, Marco Antônio de. *A Economia da Caridade: estratégias assistenciais e filantrópicas em Belo Horizonte*. Belo Horizonte, MG: Editora Newton Paiva, 2004.

²² _____. *As estratégias da pedagogia do assistencialismo em Belo Horizonte, 1930-1990*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais UFMG, Belo Horizonte, 2001.

²³ MARQUES, Rita de Cássia. *A Caridade criando hospitais em Minas Gerais (Brasil) séculos XVIII-XX*. Editorial Universidad de Granada. *Dynamis*, v. 1, 2011, p. 107-129.

²⁴ _____. *A filantropia científica nos tempos da romanização, op. cit.*

²⁵ BOUDON, Jacques-Olivier. *Persée – Portail de revues scientifiques en sciences humaines et sociales. Les Catholiques Sociaux parisiens au milieu du XIXe siècle. Revue d'histoire de l'Eglise de France*. Tome 85, n° 214, 1999, pp.55-73.

Disponível em :

<http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rhef_0300-9505_1999_num_85_214_1352>.

Acesso em 20 de junho de 2015.

²⁶ BLACKBURN, David. *The Catholic Church in Europe since the French revolution. Comparative Studies*. Harvard University's DASH repository. *Society and History*. 1991. 33(4): pp. 778-790.

Disponível em:

<<http://nrs.harvard.edu/urn-3:HUL.InstRepos:3693476>>. Acesso em 20 de junho de 2015.

²⁷ CHOLVY, Gérard. *Frederico Ozanam. Um intelectual ao serviço dos pobres*. Lisboa, Editorial Caritas, 2014.

concepção e na expansão da SSVP; Thomas Max Safley²⁸ que analisou as características da caridade vicentina; e Paul Weindling²⁹, que a interpretou como modelo da caridade modernizada do século XIX.

Podemos afirmar que existe carência em relação às fontes documentais da SSVP no Brasil no período em estudo devido à implantação da estrutura administrativa estar em curso na ocasião. O Conselho Nacional do Brasil nos informou que as estatísticas institucionais foram organizadas apenas em 1950. Antes dessa data, os dados existentes se encontram nos locais em que foram produzidos. Além disso, os estudos brasileiros observaram que, durante a Primeira República, os vicentinos não eram muito atenciosos à produção de relatórios estatísticos.

O corpus documental deste trabalho é constituído por fontes de informações primárias manuscritas, em que constam os livros de atas das conferências e conselhos, documentos avulsos, livros paroquiais, livros de matrículas, atas de reuniões e de fundação de instituições. As fontes de informações secundárias, impressas, foram compostas principalmente por biografias e tratadas em conjuntos prosopográficos, por estatísticas sobre a sociedade em Minas Gerais, além da imprensa local.

As principais fontes utilizadas se encontram principalmente no Conselho Central da SSVP de Ouro Preto; na cidade de Ubá: no Conselho Particular de Ubá, no Arquivo Histórico de Ubá, no Arquivo Paroquial da Igreja São Januário, no Museu Histórico Gymnásio São José, no Hospital São Vicente de Paulo e nos arquivos dos jornais locais; e, em Rio Pomba: no Museu Histórico de Rio Pomba, no Arquivo Paroquial da Igreja São Manoel, no Arquivo do jornal O Imparcial e no Hospital São Vicente de Paulo. Foram consultados ainda os Cartórios de Registro Civil, Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas, e Ofício do Registro de Imóveis nas cidades de Ubá e Rio Pomba.

Foram visitados em Minas Gerais os arquivos da SSVP: do Conselho Diocesano de Juiz de Fora, do Conselho Particular de Mariana, do Conselho Central de Ouro Preto e do Conselho Metropolitano de Belo Horizonte. A pesquisa dirigiu-se à Biblioteca e o Arquivo Histórico do Santuário do Caraça, na Serra do Espinhaço, localizado entre os municípios de Catas Altas e Santa Bárbara; ao Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana e ao Arquivo do Colégio Providência, na cidade de Mariana; à Biblioteca e

²⁸ SAFLEY, Thomas Max. *The reformation of charity: the secular and the religious in early modern poor relief*. Boston, EUA: Brill Academic Publishers, 2003.

²⁹ WEINDLING, The modernization of charity in nineteenth-century France and Germany, *op. cit.*

Arquivo da Escola de Minas de Ouro Preto, à Biblioteca e Arquivo da Escola de Farmácia de Ouro Preto; ao Arquivo Público Mineiro, à Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa e à Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica – PUC, na cidade de Belo Horizonte.

No Rio de Janeiro visitamos o Arquivo do Conselho Nacional da SSVP, a Biblioteca Nacional, a Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Biblioteca do Colégio São Vicente de Paulo, o Arquivo Nacional, o Arquivo da Província Brasileira da Congregação da Missão, no colégio São Vicente de Paulo, no bairro da Gávea e a Biblioteca do Programa de Pós-Graduação da Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, em Manguinhos.

A estada em Portugal, concedida por meio do Programa Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), nos ofereceu a oportunidade de consulta à Biblioteca Nacional de Portugal, à Biblioteca da Universidade de Lisboa, ao Arquivo da Torre do Tombo e ao Arquivo do Conselho Central da SSVP de Lisboa.

Dividimos os resultados desta pesquisa em seis capítulos:

O primeiro capítulo, “A caridade vicentina”, estuda a formação da caridade vicentina da SSVP na França. O capítulo se justifica devido aos poucos estudos brasileiros sobre a associação. Dividimos o capítulo em duas partes. A primeira reflete sobre a caridade como um dos instrumentos políticos do Estado moderno e as ações promovidas pela Igreja para apoiar as iniciativas laicas e religiosas. A ênfase foi dada ao trabalho de São Vicente de Paulo, no século XVII. A segunda parte analisa a caridade em nova etapa de desenvolvimento do Estado, no século XIX. Apresenta as novas concepções políticas de assistência do Estado reconfigurado e as novas ações concebidas pela Igreja para a manutenção da prática da caridade. Nesta etapa, pretende-se compreender o conceito de caridade “modernizada” e identificar sua aplicação na pioneira SSVP.

O segundo capítulo, “A caridade vicentina no Brasil”, estuda a implantação da associação no país. Foi dividido em três etapas. A primeira identifica as novas relações entre a Igreja e o Estado republicano, além do apoio oferecido aos vicentinos. A segunda etapa estuda a organização da SSVP no país para identificar a sua importância em Minas Gerais e na Zona da Mata mineira, temas desenvolvidos na terceira etapa.

O terceiro capítulo, “Vicentinos na Zona da Mata mineira”, estuda a organização da SSVP na mesorregião. Foi dividido em duas partes, em que a primeira identifica

características da sociedade local que podem ter contribuído para a aceitação social do modelo de assistência vicentino. A segunda parte identifica a implantação das conferências e os atores sociais envolvidos. Devido ao grande número de conferências fundadas no período, foi necessário delimitar o grupo a ser analisado e o estudo voltou-se às conferências da área central da Zona da Mata. Entre os critérios que foram utilizados para essa seleção, explicados no capítulo, destaca-se a inexistência de confrarias da misericórdia nas cidades.

O quarto capítulo, “Composição social dos vicentinos do Conselho Particular de Ubá”, pretende traçar o perfil social dos vicentinos da Zona da Mata. Devido ao grande número de conferências e de atores sociais na área definida como recorte no capítulo anterior, foi necessária a seleção de uma amostra. Os critérios de seleção foram explicados no capítulo e o trabalho foi realizado por meio da análise dos vicentinos do Conselho Particular de Ubá, em que destaca-se o fato de ter sido o primeiro conselho vicentino criado na área central da Zona da Mata. O trabalho foi desenvolvido em três etapas. A primeira identifica o processo de criação do Conselho Particular de Ubá. A segunda parte analisa o perfil social dos envolvidos e a terceira parte identifica as redes sociais e de parentesco formada entre eles, que podem ter contribuído para a adesão ao trabalho vicentino.

O quinto capítulo, “Os vicentinos e o poder”, estuda as estratégias utilizadas para a prática da caridade. O capítulo foi dividido em três partes que estudam as alianças estabelecidas pelos vicentinos: a primeira pretende evidenciar a mobilização da sociedade e o estabelecimento da parceria essencial ao trabalho. A segunda parte identifica a parceria com os médicos e demais profissionais de saúde para o ordenamento social e a terceira parte identifica a parceria dos vicentinos com o poder público local, na época em que as esferas públicas e privadas não eram bem delimitadas.

O sexto e último capítulo, “Obras especiais e unidas”, analisa a prática da caridade vicentina. Este capítulo foi dividido em quatro partes. A primeira identifica as obras vicentinas em construção no Brasil no período em estudo. A segunda e a terceira partes identificam os valores republicanos para oferecer subsídios para a compreensão da construção das instituições de assistência pelos vicentinos em Minas Gerais. A quarta e última parte destina-se a refletir sobre o conceito de hospital no Brasil da Primeira República e identificar a construção do Hospital São Vicente de Paulo, principal reivindicação da sociedade da Zona da Mata.

CAPÍTULO I

A caridade vicentina.

O primeiro capítulo estuda a caridade vicentina da Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP). O objetivo é refletir sobre a criação e a concepção de caridade da SSVP. Para o estudo, fizemos uma revisão bibliográfica para examinamos inicialmente alguns aspectos da caridade transformada em políticas de construção do Estado moderno. Observamos a assistência francesa e a rede de instituições criadas por São Vicente de Paulo (1581-1660) no século XVII para a acepção das transformações na assistência do século XIX, sob o novo modelo de Estado.

1.1. Caridade, assistência e Estado moderno.

A caridade pode ser entendida como um sentimento ou uma ação altruísta de auxílio ao outro, trata-se de uma das atitudes humanas face à miséria. Observamos a palavra caridade, que deriva do latim: *caritas* – “afeto, amor”, e de *caritate* – “o amor de Deus e ao próximo”. Os termos se originam do grego *chàris* – “graça”³⁰.

Até o início do período moderno, a Igreja estimulou a crença de que todos poderiam ser absolvidos de seus delitos morais por meio da obtenção de indulgências em troca da prática da caridade aos pobres, parcialmente desenvolvida nos hospitais, construídos por doações privadas³¹. O objetivo era tratar o corpo físico e possibilitar os “cuidados com o espírito” para o objetivo final: a salvação da alma do doente e do caridoso. Na prática, o pobre era apenas o portador da condição humilhante e visto como objeto da caridade enquanto que, no plano moral, a doutrina cristã preocupava-se mais com a figura do doador³².

Geremek alertou que a imprecisão do termo pobreza pode confundir os profissionais, induzir estudos e políticas ao erro e, por isso, deve ser contextualizado³³. Franco³⁴ explicou que a pobreza pode ser vista como a condição de não se ter o que se julga necessário à vida, o estado de carência, insuficiência ou privação em relação ao modo de vida geral da sociedade. Outros trabalhos identificaram uma hierarquia: abaixo

³⁰ FRANCO, Renato Júnio. *Pobreza e Caridade leiga – as Santas Casas de Misericórdia na América Portuguesa*. Tese (Doutorado em História). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. USP, São Paulo, 2011, pp. 12-14.

³¹ CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social, *op. cit.*, pp. 64-66.

³² GEREMEK, A Piedade e a Força, *op. cit.*, p. 35.

³³ *Ibidem*, p. 12.

³⁴ FRANCO, Pobreza e Caridade leiga, *op. cit.*, pp. 12-14.

dos pobres viviam os mendigos, em situação de aprofundamento da pobreza e, por último, os indigentes, os quais não contavam com o necessário para a sobrevivência³⁵.

1.1.1. Caridade e Assistência.

A sociedade ocidental moderna foi organizada a partir de princípios cristãos, entre eles, a aceitação por parte dos pobres de sua posição social com humildade, o que implicava em sua sobrevivência por meio do trabalho. A renúncia à sua condição era vista como ato de orgulho. Aqueles impedidos de trabalhar devido à idade ou às doenças transformavam-se em objetos do princípio cristão de amor mútuo entre ricos e pobres, de aplicação no âmbito moral e material: a caridade³⁶.

No início do período moderno, regiões camponesas europeias sofreram devastações periódicas devido às guerras civis e estrangeiras, a população migrou do campo para as cidades, que registraram epidemias. As irmandades e confrarias estenderam sua ação às cidades. Geremek³⁷ observou que as sociedades europeias adquiriram consciência social sobre a pobreza na convivência com a miséria e com as doenças.

A pobreza se constituiu em um fenômeno urbano apresentado às autoridades municipais no período de desenvolvimento pré-capitalista³⁸, situação que foi atribuída à responsabilidade do próprio indivíduo pobre por não aceitar sua condição com resignação e subverter a ordem social. Foram acusados de se negar a trabalhar ou de preferir mendigar nas ruas das cidades. Em alguns casos foram acusados de expor suas doenças e de provocar motins, interpretados como crimes e pecados. Os pobres passaram a ser vistos como “perigosos”.

Assim, a pobreza no mundo moderno passou a ser compreendida como um “estatuto social”, composto de diversos elementos de natureza diversificada, com aspectos socioculturais, econômicos, políticos, psicológicos, fisiológicos, entre outros, que estariam em interação de modo complexo de forma a envolver valores sociais e morais alheios à sociedade instituída³⁹. Foi transformada em um estigma devido à crença de que, ao exercerem comportamentos marginais à organização social, os pobres

³⁵ MORAES, TAVARES e SOUZA. Três tempos de caridade, assistência e filantropia em Goiás (séculos XVIII ao XX), *op. cit.*, p. 33.

³⁶ *Ibidem*, p. 26.

³⁷ GEREMEK, A Piedade e a Força, *op. cit.*, p. 12.

³⁸ *Ibidem*, pp. 148-150; WOOLF, Stuart. *The Poor in Western Europe in the Eighteenth and nineteenth centuries*. USA: Methuen & Co., 1986, pp. 17-20.

³⁹ CAVALLO, Sandra. “The motivations of benefactors and overview of approaches to the study of charity”. In: BARRY e JONES, *Medicine and charity before the welfare state*, *op. cit.*, pp. 46-62.

estariam em situações vulneráveis como às doenças que os impediriam de trabalhar, o que poderia levá-los à condição de indigência⁴⁰.

A situação alterou progressivamente a ajuda caridosa, voluntária e pessoal, como era praticada até o final do período medieval, com as doações de esmolas feitas diretamente aos pobres ou de bens à Igreja. Tanto no campo como nas cidades, a atitude das elites sociais em relação àqueles que viviam na miséria transformou-se em indiferença e a assistência aos pobres só poderia se justificar na total impossibilidade do cumprimento do dever que a sociedade os impunha: o trabalho⁴¹.

Lopes⁴² alertou para o fato de que não havia mecanismos de segurança social, portanto, todos aqueles que dependiam do trabalho eram pobres: os trabalhadores bem remunerados e considerados ricos poderiam se tornar pobres, caso ficassem impedidos de trabalhar ao contraírem doenças, ao serem inábeis devido à idade ou se o trabalho lhes fosse subtraído. O pobre poderia se considerar rico no caso de trabalhar e ser bem remunerado; e o rico, ao ser atingido pelo processo de pauperização, pela falta do trabalho ou pela doença, poderia se tornar pobre.

A “derrapagem social” poderia produzir o “pobre envergonhado”, definido como aquele indivíduo sem riquezas para manter seu status social⁴³. Essa situação era absolutamente repugnante para a mentalidade do homem no Antigo Regime, que procurava ocultá-la o mais possível. A esses pobres se reconhecia a legitimidade de oferecer ajuda. Lopes ressaltou que outros elementos contribuíram para outras faces da condição da pobreza, como a intelectual, a moral e “de espírito”⁴⁴.

Os modelos de assistência foram construídos pelas autoridades das cidades após a Peste Negra, quando se iniciaram as políticas sanitárias e os conselhos de saúde⁴⁵. O mercantilismo apontava para que a população fosse valiosa no sentido de se constituir a produção de bens. As doutrinas dos monarcas se estruturaram nos valores econômicos e as políticas do Estado Moderno redefiniram as competências e os espaços de intervenção do poder político.

⁴⁰ GEREMEK, A Piedade e a Força, *op. cit.*, pp. 10-11; e CASTEL, As metamorfoses da questão social, *op. cit.*, pp.119-127.

⁴¹ CASTEL, As metamorfoses da questão social, *op. cit.*, pp.125-127.

⁴² LOPES, Maria Antónia. Protecção social em Portugal na Idade Moderna. Guia de estudo e de investigação. Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 20-24.

⁴³ SÁ, Igreja e assistência em Portugal no século XV, *op. cit.*, pp. 220-221.

⁴⁴ LOPES, Protecção social em Portugal na Idade Moderna, *op. cit.*, p. 24.

⁴⁵ JONES, Colin. Plague and Its Metaphors in Early Modern France. In: *Representations*, n° 53 (Winter, 1996a), pp. 97-127. University of California Press. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2928672>>. Acesso em 15/12/2015.

Para a proteção da população, as autoridades locais contaram com o apoio da Igreja que atuavam circunscritas à paróquia, o centro da ação evangelizadora⁴⁶ e as mantiveram no centro de seus programas para a assistência. O trabalho nas paróquias constituiu-se como o primeiro patamar da estrutura da ordem política e social da monarquia, “na qual se exerceu a mais extensa colaboração entre o Trono e o Altar”⁴⁷. Em alguns casos, as iniciativas voluntárias individuais ou organizadas nas irmandades e confrarias desempenharam a função de organismos complementares da estrutura política por meio da distribuição dos cargos nas instituições municipais reservados às “elites”⁴⁸.

A contribuição portuguesa no campo da ajuda aos pobres foi a criação das Misericórdias, confrarias iniciadas em Lisboa, em 1498. Embora houvesse outras confraternidades leigas de ajuda aos pobres, as Misericórdias receberam privilégios da Coroa e o apoio da Igreja, deram impulso à reforma na assistência portuguesa e tiveram rápida expansão no reino de Portugal e em territórios portugueses na África, Ásia e América. A assistência social, econômica e espiritual era oferecida não apenas aos irmãos, mas a toda a comunidade. Cada Misericórdia operava sob seu próprio compromisso, sujeito à aprovação do rei, no período de forte presença da Igreja na sociedade por meio dos sacramentos, o que exerceu pressão em relação aos padres para o cumprimento de suas funções⁴⁹.

A assistência não era entendida como um direito inerente ao indivíduo, mas dependia da relação estabelecida entre os que disponibilizavam recursos e os que os solicitavam, em relações clientelistas em que se esperava que a atitude dos pobres fosse de subserviência. As Misericórdias possuíam regras, estabelecidas pelos Compromissos, e a caridade foi definida por meio das 14 obras da Misericórdia, de natureza espiritual, a saber: ensinar os simples, dar bom conselho, castigar com caridade aos que erram, consolar os tristes, perdoar a quem nos errou, sofrer injúrias com paciência e rogar a

⁴⁶ ABREU, Laurinda e BOURDELAIS, Patrice. Health and welfare as human rights: some notes on a utopia or a vision of the future. In: ABREU, Laurinda *et al.* Dynamics of Health and Welfare: texts and contexts. Évora, Portugal: CIDEHUS/UE – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, 2007, p. 20.

⁴⁷ CAPELA, José Viriato. “A crise da paróquia no Antigo Regime: a paróquia rural portuguesa a caminho de um novo modelo de acção paroquial”. In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de e ESTEVES, Alexandra. *Marginalidade, Pobreza e respostas sociais na Península Ibérica (séculos XVI-XX)*. Braga, Portugal. CITCEM, 2011, p. 93.

⁴⁸ FRANCO, Pobreza e Caridade leiga, *op. cit.*, p. 5.

⁴⁹ BRAGA, Isabel Mendes Drumond. “Poor Relief in Counter-Reformation Portugal: the case of the Misericórdias”. In: GRELL, Ole Peter; CUNNINGHAM, Andrew e ARRIZABALAGA, Jon. *Health Care and Poor Relief in Counter-Reformation Europe*, *op. cit.*, p.211.

Deus pelos vivos e mortos; e de natureza corporal ou material: remir os cativos e visitar os presos, curar os enfermos, cobrir os nus, dar de comer aos famintos, dar de beber a quem tem sede, dar pousada aos peregrinos e pobres e enterrar os mortos⁵⁰.

Na interpretação de Abreu⁵¹, as políticas de assistência à pobreza e à saúde estabelecidas pelos governos modernos são indissociáveis da construção do Estado moderno. Em relação a Portugal, a autora explicou que o crescente protagonismo dos corregedores e provedores de comarcas os determinou a estipular o tributo a ser entregue à Universidade de Coimbra para a formação dos profissionais de saúde e, posteriormente, indicar os meios de pagamento de seus salários.

Para Woolf⁵², a caridade moderna foi secularizada e a assistência à pobreza, vista sob a ótica política, concentrou-se gradualmente nas instituições municipais, utilizadas como elemento de consolidação do Estado Nacional monárquico.

Na opinião de Lopes⁵³, é possível interpretar as instituições modernas de caridade como um reflexo da realidade social e como um instrumento ideológico que infundiu novas formas de sensibilidades e atitudes em relação aos pobres. A autora entendeu que as instituições resultaram das mutações da realidade social, das atitudes e preocupações que os governantes reservaram aos seus pobres, do encontro entre a criação de normas legislativas, dos sistemas de pensamento religioso e político-filosófico, da realidade de cada país e dos interesses em confronto.

1.1.2. Assistência e Saúde.

As Reformas católica e protestante contribuíram para a construção dos sistemas modernos de assistência municipal. A Igreja promoveu esforços para ordenar a sociedade ao combater a ignorância, a blasfêmia e o comportamento imoral, fatores identificados com os “estatutos dos pobres”⁵⁴. O Concílio de Trento (1545-1563) reafirmou diretrizes da Igreja, entre elas, o princípio da salvação das almas por meio da fé e das obras de caridade; ressaltou o papel dos leigos para a evangelização e

⁵⁰ SÁ, Isabel dos Guimarães. “Linhas gerais de actuação das Misericórdias”. In: SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para comemoração de descobrimentos Portugueses. 1997, pp.87-114.

⁵¹ ABREU, Laurinda. *O Poder e os Pobres. As dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*. Portugal, Gradiva Publicações S.A., 2014, p. 337.

⁵² WOOLF, The Poor in Western Europe in the Eighteenth and nineteenth centuries, *op. cit.*, pp. 25-27.

⁵³ LOPES, Protecção social em Portugal na Idade Moderna, *op. cit.*, pp. 43-44 e 69-70.

⁵⁴ PULLAN, Brian. “The Counter-Reformation, medical care and poor relief”. In: GRELL, Ole Peter; CUNNINGHAM, Andrew e ARRIZABALAGA, Jon. *Health Care and Poor Relief in Counter-Reformation Europe*. Londres/New York: Routledge, 2014, pp.18-20.

incentivou o culto aos santos, à Virgem Maria, assim como o cumprimento dos sacramentos⁵⁵.

Após as Reformas religiosas, houve uma explosão de iniciativas de caridade financiadas pelos voluntários. A assistência à pobreza afirmou-se como uma política de Estado, objeto de alianças, compromissos e controvérsias de novas forças políticas e de diversos grupos de pressão, como as elites, a Igreja, as autoridades locais e a administração central⁵⁶.

Abreu⁵⁷ observou que foram difundidos novos suportes para as discussões sobre saúde e higiene: a almejada riqueza de um país não dependeria apenas do número de seus habitantes, mas também de seu estado de saúde e a pobreza foi vista como um problema. As estratégias para a sobrevivência dos pobres incluíram os estímulos aos sistemas de autoajuda, como os casamentos dos pobres e as organizações como irmandades, os laços de vizinhança e o fortalecimento das paróquias, situações que revelaram as negociações e adaptações de acordo com os interesses dos atores envolvidos.

Nas cidades protestantes, as doenças adquiriram importância social e econômica devido à compreensão de que eram capazes de transformar alguns trabalhadores em incapazes⁵⁸. As *Poor Laws*⁵⁹, observadas na Inglaterra desde 1536, tinham como objeto os “pobres impotentes ao trabalho”. *Poor Laws* ou Leis dos Pobres se constituíram em um sistema de auxílio social aos pobres na Inglaterra e Gales administrado de forma local, nas paróquias, que surgiu no final da Idade Média e nas leis Tudor e foi codificado em 1587-1598. Em 1834 o sistema sofreu alterações e surgiu a “Nova *Poor Law*”, um sistema altamente centralizado que favorecia o desenvolvimento em grande escala de *workhouses*.

⁵⁵ CHÂTELLIER, Louis. A Religião dos Pobres. As missões rurais na Europa e a formação do catolicismo moderno Séc. XVI-XIX. Lisboa, Editorial Estampa, 1995; CHOLVY. Frederico Ozanam, *op. cit.*, p. 49.

⁵⁶ CAVALLO, Sandra. “Charity, power, and patronage in eighteenth-century Italian hospitals: the case of Turin”. In: GRANSHAW, Lindsay e PORTER, Roy. *The hospital in History*. Londres/New York: Routledge; 1989, pp. 94-95.

⁵⁷ ABREU, Laurinda, O Poder e os Pobres, *op. cit.*, p. 19.

⁵⁸ JÜTTE, Robert. “Health care provision and poor relief in early modern hanseatic towns: Hamburg, Bremer e Lübeck”. In: GRELL, Ole Peter e CUNNINGHAM, Andrew. *Health care and poor relief in Protestant Europe 1500-1700*, *op. cit.*, pp. 110-112.

⁵⁹ GEREMEK, A piedade e a força, *op. cit.*, pp. 250-256.

Ademais, Grell e Cunningham⁶⁰ identificaram que a constante emigração e imigração de reformados estimularam a redefinição e a ampliação das políticas circunscritas aos membros da paróquia e passaram a incluir os cuidados com a saúde dos viajantes, refugiados das guerras religiosas e imigrantes.

A assistência, assim como o exército, a diplomacia e a administração eram preocupações políticas relacionadas à centralização do poder⁶¹. Para enfrentar a pobreza, as autoridades municipais estabeleceram políticas que tenderam a centralizar a administração dos hospitais e dos demais estabelecimentos de assistência, numa tentativa de responder ao grande número de pobres e doentes que habitavam as cidades.

Segundo Abreu e Bourdelais⁶², a instituição que melhor expressa a intencionalidade subjacente à assistência institucionalizada são os hospitais, alvos de reformas modernas em busca de maior eficiência e racionalização dos recursos. Na interpretação de Lopes⁶³, o hospital moderno teve como público os pobres porque, na sociedade em que imperava a diferença social, seria impensável que pessoas com situação econômica confortável procurassem o internamento, mesmo se atingidos por doenças, porque esse grupo não admitiria partilhar espaços.

Contudo, a impossibilidade de assistir a todos impôs a seleção dos “merecedores de auxílios”, que se fundamentou em perspectivas locais de ordem moral, política e jurídica. A imagem do pobre merecedor emergiu como ponto de reflexão para se definir o objeto da assistência institucionalizada. Os discursos relacionados à ordem social observaram o número de trabalhadores e de soldados entre os pacientes dos hospitais.

Em geral, as políticas estabeleceram como critérios para o atendimento nas instituições o nascimento na paróquia e a inaptidão para o trabalho devido à idade e às doenças. Os adultos portadores de corpos sãos, considerados capazes de trabalhar, foram vistos como imorais, desordeiros, e foram acusados de privar os verdadeiros necessitados da caridade. Transformaram-se em alvos de políticas repressivas, que, em alguns casos, os confinavam à força⁶⁴.

⁶⁰ GRELL, Ole Peter e CUNNINGHAM, Andrew. “The Reformation and changes in welfare provision in early modern Northern Europe”. In: GRELL, Ole Peter e CUNNINGHAM, Andrew. *Health care and poor relief in Protestant Europe 1500-1700*, *op. cit.*, pp. 35-39.

⁶¹ ABREU e BOURDELAIS, Health and welfare as human rights, *op. cit.*, p. 1.

⁶² *Ibidem*, pp. 16-17.

⁶³ LOPES, Protecção social em Portugal na Idade Moderna, *op. cit.*, pp. 24-25.

⁶⁴ SAFLEY, The reformation of charity, *op. cit.*, p. 31.

Slack⁶⁵ verificou que os hospitais ingleses criados no período moderno se voltaram para públicos distintos: doentes, idosos, educação de órfãos e enjeitados, lunáticos, além de oferecer empregos para pobres ociosos. Geremek⁶⁶ observou que os funcionários dos hospitais eram vistos como “homens bons” que não haviam sido incorporados às instituições urbanas tradicionais.

Na França, entre os séculos XV e XVIII, alguns hospitais transformaram-se gradualmente em complexos municipais de múltiplas funções para assistir os pobres, com enfermarias, asilos, oficinas de trabalho, entre outros: eram os “hospitais-gerais”. Alguns deles se constituíam como os hospitais como conhecemos atualmente e outros como os atuais asilos, criados para atender os doentes, inválidos ou dependentes, outros poderiam ainda incluir oficinas para aprendizes, abrigos para o confinamento compulsório daqueles considerados “não merecedores” de auxílios ou para os inaptos ao trabalho⁶⁷.

1.1.3. Assistência francesa moderna.

Jones⁶⁸ interpretou que as transformações na assistência à pobreza e os cuidados com a saúde da população na França no período moderno foram consequências da formação do Estado Absolutista, em que o Estado associou-se à Igreja da Contrarreforma, numa dinâmica em que as elites leigas assumiram seu papel social. No século XVII, a França esteve envolvida na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), denominação de um conjunto de conflitos que diversas nações europeias travaram entre si, iniciadas das rivalidades entre católicos e protestantes e assuntos constitucionais germânicos que refletiram conflitos dinásticos, territoriais e comerciais.

A monarquia francesa elaborou leis que previam pena de morte para os mendigos, o que foi visto por Geremek como uma superação das barreiras tradicionais que determinavam a atitude de caridade em relação aos pobres e à impotência das autoridades, face ao fenômeno da mendicância urbana. Paris foi transformada na capital modelo de centralização política em que estavam inseridas as políticas de assistência. O

⁶⁵ SLACK, Paul. “Hospitals, workhouses and the relief of the poor in early modern London”. In: GRELL, Ole and CUNNINGHAM, Andrew. *Health care and poor relief in Protestant Europe 1500-1700*. Londres/New York, Routledge, 1997.

⁶⁶ GEREMEK, A Piedade e a Força, *op. cit.*, p. 33.

⁶⁷ ROSEN, George. *Uma História da Saúde Pública*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Saúde Coletiva, 1994, p. 280; GEREMEK, A piedade e a força, *op. cit.*, pp. 256-265.

⁶⁸ JONES, Colin. “Perspectives on poor relief, health care and the Counter-Reformation in France”. In: GRELL, Ole Peter, CUNNINGHAM, Andrew e ARRIZABALAGA, Jon. *Health Care and Poor Relief in counter-Reformation Europe*, *op. cit.*, pp. 215-239.

governo introduziu medidas para coibir a vagabundagem como o envio para as galés ou para os trabalhos forçados.

Assim, os auxílios da caridade foram direcionados às instituições de assistência administradas pelas municipalidades, especialmente os hospitais que, em alguns casos, não passavam de uma ou duas acomodações para peregrinos pobres. Segundo Geremek, o processo de laicização dessas instituições não se explica por um ideário, mas devido ao estado deplorável de sua gestão financeira e administrativa⁶⁹.

Jones⁷⁰ observou que, no catolicismo popular francês, as iniciativas caridosas tomaram a forma metafórica da presença de “Cristo como curador de doenças”. As mudanças nas ações de assistência inseridas pelos governos locais foram interpretadas por meio da metáfora de “um meio de cura para as feridas do corpo social” o que colaborou para a repressão aos mendigos, aos vagabundos e aos protestantes. As ideias foram difundidas sob a influência da literatura devocional *Imitação de Cristo*, atribuída ao padre alemão Tomás de Kempis, publicada no século XV, que implicou na criação e popularização dos rituais católicos de adoração ao Santíssimo Sacramento⁷¹.

Contudo, a assistência francesa moderna não foi construída apenas pela monarquia e poderes locais, vista pela ótica política. Houve iniciativas privadas, em que a caridade foi vista sob a ótica moral. Safley⁷² observou que, em alguns casos, tais iniciativas que vieram de “baixo para cima”, e analisou o trabalho de São Vicente de Paulo. Enquanto o Estado elaborou seus esquemas de assistência institucional voltados para o reestabelecimento da saúde dos trabalhadores ou para confinar os inaptos ao trabalho, Vicente de Paulo voltou-se à pobreza em diferentes dimensões, e direcionou suas atenções à miséria e à ignorância.

1.1.4. A rede de assistência de São Vicente de Paulo (1581-1660).

Vicente de Paulo nasceu na França, filho de camponeses, conheceu o estado de abandono religioso e miséria em que viviam as populações no campo. Ingressou no seminário e foi ordenado padre aos 19 anos de idade. Cholvy⁷³ observou que o início de sua vida sacerdotal foi marcado por muitas dificuldades e desacertos. Inicialmente o

⁶⁹ GEREMEK, A piedade e a força, *op. cit.*, p. 176.

⁷⁰ JONES, Plague and Its Metaphors in Early Modern France, *op. cit.*

⁷¹ Os católicos entendem o Santíssimo Sacramento como a Eucaristia, o principal rito de “ação de graças” aos sacrifícios de Jesus Cristo, constituído do pão e do vinho. Trata-se de uma liturgia, ou seja, uma obra que o povo é chamado a fazer, ao lado da caridade. CHOLVY, Frederico Ozanam, *op. cit.*, p. 25

⁷² SAFLEY, The reformation of charity, *op. cit.*, p. 12.

⁷³ CHOLVY, Frederico Ozanam, *op. cit.*, p. 10.

religioso esteve preocupado em ajudar sua família e, diante de uma série de fracassos, se lançou a organizar a caridade aos pobres por meio das Missões. Como sacerdote, vivenciou a miséria e as superstições no campo, identificou um clero malformado, a ignorância dos camponeses, além de ter contatos com os pobres condenados que cumpriram suas penas nas galés⁷⁴.

Transferiu-se para Paris em uma época de guerras internas e externas, conflitos políticos, problemas sociais nas cidades e de desorganização da Igreja. Viveu no período em que duas guerras marcaram a luta de Luís XIV pela hegemonia europeia e arrasaram as comunidades rurais francesas: a Fronda (1648-1652), um conjunto de guerras civis francesas geradas pelo descontentamento dos nobres com a crise econômica e com os meios utilizados pela monarquia para aumentar os impostos; e a Guerra Franco-Espanhola (1653-1659), a continuação dos conflitos europeus após a Paz de Westfália (1648).

Segundo Cholvy⁷⁵, Vicente de Paulo estabeleceu estratégias para o enfrentamento da pobreza: curar e cuidar com sermões e bons conselhos eram parte da estratégia da assistência para a conversão católica⁷⁶. Via no pobre “a imagem de Cristo desfigurado” e atuou na reforma do clero. Foi considerado o representante francês da Contrarreforma ao seguir os preceitos tridentinos para a salvação das almas: defendeu a proteção aos pobres, a confissão semanal obrigatória e a submissão à autoridade do papa.

O religioso desenvolveu uma intensa ação caritativa e missionária. Orientou os missionários “a trabalhar para os vizinhos, a visitar e curar o doente, instruir o ignorante e apoiar as iniciativas leigas de caridade”⁷⁷. Fundou inicialmente diversas confrarias masculinas que não tiveram continuidade e a confraria feminina Damas da Caridade em Paris, em 1617, atual Associação Internacional para a Caridade (AIC), formada por mulheres procedentes da nobreza e da burguesia, engajadas para a salvação de suas almas por meio da dedicação de seu tempo ao serviço corporal e espiritual para a evangelização dos pobres. O modelo da confraria foi levado para Paris na década de 1620 e se expandiu para os demais países europeus⁷⁸.

⁷⁴ COURTOIS, Abbe Gaston. *Vida de São Vicente de Paulo*. RJ: Conselho Nacional do Brasil da SSVP, 1898, p. 31.

⁷⁵ CHOLVY, Frederico Ozanam, *op. cit.*, p. 12.

⁷⁶ JONES, Perspectives on poor relief, health care and the Counter-Reformation in France, *op. cit.*, p. 219.

⁷⁷ CHÂTELLIER, A Religião dos Pobres, *op. cit.*, p. 156.

⁷⁸ SAFLEY, The reformation of charity, *op. cit.*, pp. 33-34.

Em 1625, Vicente de Paulo fundou, em Paris, a Congregação da Missão, uma congregação de vida apostólica masculina. Seus membros são conhecidos como padres e irmãos vicentinos ou lazaristas porque a primeira casa da congregação chamava-se Casa de São Lázaro. As Missões eram voltadas aos camponeses e compostas de diversas atividades: oração, catecismo em grupos, confissões, encontro com os líderes e professores da região para instrução e visitas aos doentes⁷⁹. A Congregação da Missão obteve destaque pela evangelização nas Missões rurais, nas cadeias, nos seminários e em colégios católicos e foi orientada a estabelecer uma confraria por cada local em que estivesse, destinada ao socorro dos pobres⁸⁰.

Vicente de Paulo e Luísa de Marillac (1591-1660), a supervisora da confraria Damas da Caridade, perceberam que as Damas enviavam seus empregados para fazer o serviço manual de assistência aos pobres e aos doentes. Por isso, ambos conceberam e criaram a congregação religiosa Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo em 1633, a primeira congregação feminina de vida apostólica na França, uma vez que, até então, só existia a vida claustral para as freiras⁸¹.

Luísa de Marillac nasceu em Paris, sua família era nobre e católica. Ainda criança perdeu sua mãe e na adolescência, o pai. Contou com a educação do tio, seu tutor que a acompanhou até seu casamento com o secretário da rainha Margarida, Antonio Le Gras, com quem teve um filho. Em 1625 ficou viúva e dedicou-se à confraria Damas da Caridade. Mais tarde tornou-se religiosa e foi convidada por Vicente de Paulo a supervisionar o trabalho da confraria como inspetora. Faleceu em Paris, em 1660⁸².

Safley⁸³ observou que a nova congregação era formada por uma espécie de classe de servas, treinadas espiritualmente, extraídas das classes baixas e usadas em trabalhos duros e difíceis, submetidas a um intenso treinamento espiritual. Tratava-se de uma inovação, já que o treinamento espiritual era dado na época apenas às mulheres aristocráticas que aderiam às ordens monásticas.

⁷⁹ JONES, Perspectives on poor relief, health care and the Counter-Reformation in France, *op. cit.*, p. 220.

⁸⁰ MALONEY, Robert, C.M. *Como fogo abrasador*. Estrasburgo, França, Editions du signe, 1997, p. 10.

⁸¹ Cf. KIZLIK, Irmã Gislhaine. Santa Luísa e a Saúde. Congregação Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo. *Revista Ecos da Companhia*, maio de 1991, p. 193; McCULLEN, Ricardo. Superior Geral da Congregação da Missão. A Companhia das Filhas da Caridade nas Origens (documentos). *Revista Ecos da Companhia*, *op. cit.*, fevereiro de 1990, p. 87; ROUX, Irmã Maria Genoveva. As primeiras irmãs. Servas para os Pobres. Intervenção de semana em Saint-Flour – Província de Lyon em 9 e 10 de setembro de 1989. *Revista Ecos da Companhia*, *op. cit.*, março de 1990, p. 99; SILVA, Irmã Ruth Isabel da. *As Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo em Portugal*. Lisboa, Editora Colibri, 2008.

⁸² Cf. Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo. Disponível em:

<<http://www.filhasdacaridade.com.br/institucional/sta-luisa-de-marillac/6>>.

Acesso em 12 de dez. de 2016.

⁸³ SAFLEY, The reformation of charity, *op. cit.*, p. 34.

O objetivo das Filhas da Caridade era a prestação de serviço aos pobres, doentes, às crianças abandonadas, mulheres marginalizadas, pessoas idosas, entre outras populações pobres, nos hospitais, escolas, paróquias, campos de batalha, ou qualquer outro local em que houvesse necessidade. Os cuidados deveriam ser exercidos “mundo afora”, nas “infestadas e sujas casas dos pobres”⁸⁴.

Para a viabilidade da congregação, sua administração esteve sob a autoridade do sacerdote superior da Congregação da Missão e a orientação espiritual sob os cuidados de Luísa de Marillac. Mesmo assim houve ataques às freiras por andarem pelas ruas sem a companhia masculina e de se intrometerem na medicina⁸⁵. Porém, elas adquiriram respeito ao cuidarem dos nobres da corte do rei Luís XIV (1638-1715), ao socorrer as vítimas da Guerra dos Trinta Anos e ao atuarem no *Hôtel Dieu*, considerado o mais antigo hospital da cidade de Paris. Fundado no ano de 651, sofreu diversas reformas e foi incorporado à assistência pública em 1849, no regime republicano.

Além das confrarias e congregações, Vicente de Paulo criou um hospital. Sua instituição, o Hospital do Santo Nome de Jesus, fundado em 1653, atendeu aos idosos. O religioso colaborou com outras confrarias católicas para a caridade e faleceu em Paris, em 1660⁸⁶.

A rede de instituições leigas e religiosas vicentinas podem ter recebido influências da Companhia do Santíssimo Sacramento, uma associação católica fundada oficialmente em 1627 por Henrique de Levis, o cônego da Catedral de *Notre-Dame*, para a salvação das almas de seus membros, a qual Vicente de Paulo era um deles. A Companhia foi movida pelas ideias da Contrarreforma. Seu objetivo oficial era de “devotar-se a toda a necessidade do próximo, em toda a extensão da caridade”. A sede parisiense da Companhia foi geradora das normas e expandiu-se por toda a França.

Jones⁸⁷ considerou que a rede era centralizada e ramificada: seus membros eram nobres da corte ou pertenciam ao clero, entre eles algumas personalidades francesas do século XVII, como Jacques Bossuet (1627-1704)⁸⁸, além de profissionais liberais. Ao realizarem suas obras, seus membros viam a si mesmos como bons anjos que agiam para a “recristianização artesanal”: no contato direto com os pobres, fiscalizavam a

⁸⁴ JONES, Perspectives on poor relief, health care and the Counter-Reformation in France, *op. cit.*, p. 32.

⁸⁵ SAFLEY, The reformation of charity, *op. cit.*, p. 35.

⁸⁶ Província Brasileira da Congregação da Missão (PBCM). Disponível em:

<<http://www.pbcm.com.br/quem-foi-sao-vicente-de-paulo/>>. Acesso em 12 de dez. de 2016.

⁸⁷ JONES, Perspectives on poor relief, health care and the Counter-Reformation in France, *op. cit.*, p. 221.

⁸⁸ Jacques Bossuet (1627-1704), bispo e teólogo francês, um dos principais teóricos do Absolutismo, foi o autor da “Declaração do Clero Galicano” de 1682, concepção que adquiriu expressão no governo de Luís XIV (1638-1715). O termo refere-se à Gália, antigo nome da França.

moral pública, regeneravam as prostitutas, combatiam a desordem sexual, davam suporte à iniciativa educacional, aliviavam a fome, promoviam a confraternidade paroquial para casos de ajudas e cuidados médicos, estimulavam doadores de esmolas, dirigiam os protestantes para fora da vida pública, além de promover o combate o paganismo, a ignorância e a heresia.

No programa de assistência à pobreza da Companhia do Santíssimo Sacramento foi criado um banco para receber as doações regulares e gráficas para a impressão de panfletos a fim de encorajar o aumento das doações durante as epidemias. Sob a pressão deste grupo, o cardeal Mazarino apoiou a criação do Hotel dos Inválidos⁸⁹, um hospital geral de Paris, construído entre 1671-1677 para dar assistência aos soldados e que inspirou a criação de outros hospitais gerais em grandes cidades francesas. Era um complexo formado por uma igreja, um asilo, uma manufatura de uniformes, uma tipografia e um hospital militar. As oficinas iniciais foram abandonadas posteriormente para servir de quartos suplementares.

Os membros da Companhia do Santíssimo Sacramento não consideravam o imigrante como merecedor de auxílios, esse foi visto como selvagem, perigoso e primitivo⁹⁰. Concordaram com o confinamento dos pobres nos hospitais gerais como uma forma de auxiliá-los: o hospital poderia servir como um refúgio para as pobres vítimas das dificuldades da vida, e assim se poderia alocar a desordem para que se pudesse distinguir os tratamentos, medidos na proporção das necessidades.

No entanto, Safley⁹¹ explicou que Vicente de Paulo viu o pobre como um infeliz, não como um agressor social, aceitou a ideia dos hospitais como um refúgio para os doentes, no entanto, reagiu contra a ideia desta instituição como um lugar compulsório.

A influência política desta Companhia nas políticas do governo francês gerou a desconfiança de Richelieu (1585-1642), o primeiro ministro de Luís XIII (1601-1643), e de seu sucessor, o cardeal Mazarino (1602-1661). Segundo Geremek⁹², ambos se referiam ao grupo com desprezo, chamaram-no de “cabala de devotos”, porque suspeitaram de se tratar do reagrupamento dos antigos partidários da Fronde e de ser favorável ao Rei Felipe IV de Espanha, contra quem a França estava em guerra. Colbert

⁸⁹ CUNHA, Beatriz Rietmann da Costa e. Quem dá aos pobres, empresta a Deus: apontamentos para uma história do Asylo dos Inválidos da Pátria. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. *Revista Contemporânea de Educação*, [S.l.], v. 4, n. 7, jan. 2012. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1572>>. Acesso em 19 de nov. de 2016.

⁹⁰ JONES, Perspectives on poor relief, health care and the Counter-Reformation in France, *op. cit.*, p. 224.

⁹¹ SAFLEY, The reformation of charity, *op. cit.*, p. 39.

⁹² GEREMEK, a piedade e a força, *op. cit.*, p. 260.

(1619-1683) também temeu a Companhia do Santíssimo Sacramento como um “Estado dentro do Estado”, acusou-a de tomar diretrizes para a assistência à pobreza sem prestar contas ao rei.

Contudo, em 1643, Luís XIII pediu para ser assistido em seu leito de morte por Vicente de Paulo, o então confessor da sua esposa, Ana da Áustria, que o nomeou para o Conselho de Consciência. O Conselho de Consciência era o órgão francês responsável pelos assuntos eclesiásticos, como a nomeação dos bispos. Vicente de Paulo foi deposto do cargo dois anos depois por influência do cardeal Mazarino, acusado de ser contrário à Igreja Galicana; o termo remonta à tendência medieval da Igreja Católica francesa de independência em relação a Roma e ao Papa.

Para Jones⁹³, Vicente de Paulo e Luísa de Marillac ressocializaram e ressacralizaram o espaço do hospital sob a administração municipal ao tratarem as doenças contagiosas e morais. Ao criar uma rede organizada em congregações e confrarias, o religioso renovou o papel das comunidades devotadas para a caridade e incluiu a participação das mulheres.

1.2. A República e a nova caridade.

A “nova ordem” instituída após a Revolução de 1789 aboliu os títulos de nobreza, provocou um desenraizamento social dos indivíduos e oficializou a separação entre a Igreja e o Estado. As medidas revolucionárias para a divisão e separação dos poderes mantiveram a importância das paróquias para estender as ações políticas às regiões e às periferias, tornando-as coadjuvantes das novas tarefas e dos objetivos do Estado republicano⁹⁴.

O fenômeno do pauperismo não é exclusivo de um determinado sistema de relações sociais ou modo de produção, como alertou Geremek⁹⁵. Contudo, o autor observou que, no desenvolvimento do capitalismo, houve singularidade nos processos de empobrecimento devido à sua amplitude, extensão social e em relação ao papel que desempenhou na formação desse sistema: além ser parte integrante do processo de formação do sistema, representou o preço social a ser pago por sua implantação e se converteu num dos seus mecanismos internos: enquanto uns procuravam trabalho,

⁹³ JONES, Perspectives on poor relief, health care and the Counter-Reformation in France, *op. cit.*, p. 236.

⁹⁴ CAPELA, A crise da paróquia no Antigo Regime, *op. cit.*, p. 93.

⁹⁵ GEREMEK, A piedade e a força, *op. cit.*, p. 125.

outros optavam por uma vida à margem da sociedade, em que oscilavam entre a mendicidade e a delinquência⁹⁶.

O pauperismo nas sociedades industrializadas da Europa Ocidental do século XIX deu origem à Questão Social⁹⁷, que pode ser caracterizada por uma inquietação quanto à capacidade de se manter a coesão de uma sociedade, sob a qual a ameaça de ruptura advém do sentido vago do termo “social”. A acepção do termo pode partir da existência de populações que dependem de intervenções fundamentalmente pelo fato de serem ou não capazes de trabalhar e, por isso, recebessem da sociedade tratamentos distintos⁹⁸.

Movimentos sociopolíticos como o Socialismo, o Liberalismo, o Voluntarismo, o Feminismo e as lutas por autonomias profissionais contribuíram para novo debate sobre a assistência à pobreza⁹⁹. Como observado por Castel¹⁰⁰, as massas trabalhadoras tomaram consciência da sua condição de exploração e reagiram com lutas pela República, pelo sufrágio universal e pela emancipação social por meio da livre associação. A solidariedade foi vista como ação contra o capitalismo liberal, considerado o gerador do pauperismo.

1.2.1. A Questão Social e o Ultramontanismo.

Durante a Revolução Francesa, as instituições municipais foram responsáveis pela distribuição de subsídios aos camponeses idosos e aos patriotas que compuseram os comitês pré-revolução¹⁰¹. O sistema de assistência foi reestabelecido em 1797 com financiamento estatal e investimentos privados. Foram criadas as loterias e impostos municipais para essa finalidade e o serviço postal e de carregadores para a redução do desemprego. Os antigos hospitais haviam parado de funcionar no período do Terror (1792-1794) porque tiveram seus recursos confiscados e foram criados os depósitos de mendicidade¹⁰². Os trabalhos foram retomados nos períodos do Diretório (1795-1799) e da Restauração (1814-1830).

⁹⁶ *Ibidem*, p. 133.

⁹⁷ CASTEL, As metamorfoses da questão social, *op. cit.*, p. 41.

⁹⁸ *Ibidem*, pp. 277-280.

⁹⁹ WEINDLING, The modernization of charity in nineteenth-century France and Germany, *op. cit.*, p. 190.

¹⁰⁰ CASTEL, As metamorfoses da questão social, *op. cit.*, p. 41-45.

¹⁰¹ Cf. JONES, Colin. *Charity and “Bienfaisance”: The Treatment of the Poor in the Montpellier Region, 1740-1815*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982. London/ New York: Cambridge University Press, 1982.

¹⁰² WEINDLING, The modernization of charity in nineteenth-century France and Germany, *op. cit.* p. 192.

Para Jones, a caridade voluntária, baseada nas questões morais, esteve em crise durante os governos revolucionários. O autor considerou que os resultados dos esforços voltados à assistência se apresentaram modestos para o sonho revolucionário de acabar com a pobreza.

No início do século XIX, a economia capitalista francesa se desenvolvia por meio de uma burguesia ligada à agricultura e aos investimentos imobiliários, dependente do protecionismo e carente de créditos. As atividades industriais se concentraram inicialmente nas grandes cidades como Paris, que enfrentavam o aumento populacional e sofriam com o crescimento urbano desordenado.

Para além do desemprego, grande parte dos trabalhadores recebia salário insuficiente, sua sobrevivência era precária, cumpriam jornadas de trabalho extensas, tinham pouco ou nenhum tempo livre para o descanso ou recreação. Viviam mal alimentados, moravam em cortiços, sem quaisquer condições de higiene e sem assistência dos poderes públicos. As epidemias, que agravavam o problema, passaram a ser vistas como um fenômeno público capaz de interligar os diferentes segmentos da sociedade e impedir o trabalho¹⁰³. A inflação pós-revolucionária e a epidemia de cólera de 1832 agravaram ainda mais a situação social francesa.

No governo de Napoleão III, o Estado distribuiu honras e trabalhos aos voluntários que se dedicaram à caridade. Durante o período da Restauração, a assistência pública se tornou um meio útil de patrocínio político. Os Bourbons (1814-1830) deram impulso à associação de caridade fundada pela família real em 1801: a “Congregação”, que se tornou o símbolo da “aliança entre o trono e o altar”, especialmente no governo de Carlos X (1824-1830).

Com filiais em diversas cidades francesas, a “Congregação” criou uma série de instituições como a Sociedade de Boas Obras, para a organização de visitas aos hospitais e às prisões; a Sociedade de Bons Estudos, para grupos de universitários católicos; a Sociedade Católica dos Bons Livros, para disseminar as leituras católicas; a Sociedade para a Aprendizagem dos Órfãos, o Instituto para Jovens Cegos; Sociedade de Auxílios para os Pobres (envergonhados); e a Sociedade de São Francisco Régis, para a regulação dos casamentos¹⁰⁴.

¹⁰³ ROSEN, Uma História da Saúde Pública, *op. cit.*, p. 166.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 41.

Afastada do poder político, a Igreja precisou redefinir o seu papel social. Napoleão Bonaparte e o Papa Pio VII assinaram a Concordata de 1801¹⁰⁵, um acordo com o objetivo de restaurar a Igreja Católica na França: a Igreja receberia benefícios do novo Imperador e o Papa se tornaria o Arcebispo de Lyon.

O acordo provocou reações. Surgiu um intenso movimento leigo e religioso, partidário da independência da Igreja romana em relação aos Estados Nacionais, favoráveis aos princípios tridentinos, para a renovação religiosa e de caráter romântico. Denominado Ultramontanismo¹⁰⁶, atraiu a antiga nobreza e os intelectuais. No catolicismo francês, o termo “ultramontano” designa os fiéis que atribuem ao papa um importante papel na direção da fé e do comportamento do homem.

Com o apoio da Igreja, o movimento ultramontano caracterizou-se, principalmente, pela atenção à formação do clero, pelo estímulo às ações caritativas dos leigos, pela conversão dos infiéis, e pela expansão da Igreja nos países por meio das missões. O papa Gregório XVI, eleito em 1831, colocou a caridade em prioridade, criou uma rede de obras assistenciais na Itália e incentivou a expansão de ordens e congregações nas Europas, África e Ásia¹⁰⁷. O Papa Pio IX reforçou essa tendência ao instituir a doutrina da Infallibilidade do Papa no Concílio Vaticano I (1869-1870).

A fim de reestabelecer sua importância na sociedade, a Igreja fixou-se nas questões institucionais das relações com o Estado, como a educação, e difundiu ideias de valorização da vida religiosa: o sucesso no casamento, na família, no trabalho, nos negócios, em todas as relações da sociedade, estaria condicionado à intensidade das práticas religiosas individuais nas paróquias e no cumprimento dos deveres sacramentais.

As doenças e epidemias foram vistas como parte do estatuto da pobreza e serviram de justificativa para o movimento pela moralização sexual dos pobres por intermédio do sacramento do casamento, defendido pelos católicos como um recurso para garantir a manutenção da ordem social. Acreditava-se que a família pobre constituída oficialmente teria maiores chances de adquirir respeito e de se proteger das dificuldades geradas pela pobreza.

¹⁰⁵ Universidade Federal Fluminense - UFF. NEC - Núcleo de Estudos Contemporâneos. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/nec/revolucao-francesa-e-religiao-catolica>>. Acesso em 12 de dez. de 2016.

¹⁰⁶ CHOLVY, Frederico Ozanam, *op. cit.*; MARQUES, A filantropia científica nos tempos da romanização, *op. cit.*

¹⁰⁷ CHIZOTI, Os operários da caridade, *op. cit.*, p. 38; FRANCO, José Eduardo; ABREU, Luís Machado de; SILVA, Cristiana Lucas (coord). Para a História das Ordens e Congregações Religiosas em Portugal, na Europa e no mundo. Lisboa, Prior Velho, 2010.

Algumas das estratégias da Igreja para sua reafirmação foram aplicadas ao catolicismo popular¹⁰⁸: no período de criação e expansão das ideias socialistas, a Igreja incentivou a religião interiorizada por meio da devoção ao Sagrado Coração de Jesus, os cultos à Virgem Maria e a São José, que passou a ser visto como protetor dos trabalhadores, e procurou evitar a associação entre Jesus Cristo, o “curador dos males”, e os pobres operários. Apoiou as peregrinações marianas aos santuários, que foram construídos próximos às ferrovias. Na França, a Igreja reconheceu o fenômeno da aparição da Virgem para a Irmã Filha da Caridade Catarina de Labouré (1806-1876), em 1830¹⁰⁹.

Contudo, durante o século XIX, o Estado laico afastou as confrarias e congregações ultramontanas, como por exemplo, as vicentinas¹¹⁰. Em razão disso, as instituições expandiram-se internacionalmente e contribuíram para a disseminação dos valores franceses, como a ideia de “civilização”¹¹¹, no período de desenvolvimento do Nacionalismo e do Imperialismo.

Segundo Blackburn¹¹², a historiografia contemporânea viu na reação da Igreja uma posição contrária ao desenvolvimento científico, aos valores materialistas, liberais, nacionalistas e republicanos, um “atraso” dos católicos. Entretanto, o autor considerou a reação como “impressionante a persistência da Igreja em ação reacionária”. Para Boudon¹¹³, o apoio aos leigos garantiu a presença da Igreja na sociedade no período de expansão cientificista.

A Encíclica *Rerum Novarum* (Sobre a Condição dos Operários), de 1891, acenou para o enfrentamento da questão operária pela Igreja, quando as atividades industriais se

¹⁰⁸ AMARAL, Deivison. Cultura confessional e luta por direitos no mundo do trabalho: Belo Horizonte, 1909-1921. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 28, nº 55, p. 65-85, jan.-jun. 2015, p. 67.

¹⁰⁹ Os relatos sobre a aparição se referem à aparição da Virgem como Nossa Senhora das Graças, que teria solicitado a fundação de uma associação leiga, Filhos e Filhas de Maria. Atualmente a confraria é conhecida como Juventude Mariana Vicentina (JMV), que difundiu a Medalha Milagrosa de Nossa Senhora das Graças, um devocional. O evento precedeu às aparições de La Salette (nos Alpes franceses em 1846), Lourdes (no lado francês da cordilheira Pirineus em 1858) e Fátima (na Cova da Iria, cidade de Fátima, Portugal, em 1917). CHOLVY, Frederico Ozanam, *op. cit.*; AGULHON, Maurice. *Marianne au pouvoir. L'imagerie et la symbolique républicaines de 1880 à 1914*. Paris: Flammarion, 1989.

¹¹⁰ LELLANDAI, Irmã Renée. Supressão das congregações religiosas em França. Congregação Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo. *Revista Ecos da Companhia*, *op. cit.*, abril de 1992, pp. 129-138.

¹¹¹ ARRUDA, Maria Aparecida. *Formar almas, plasmar corações, dirigir vontades: o projeto educacional das Filhas da Caridade da Sociedade São Vicente de Paulo (1898-1905)*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Rio de Janeiro, 2010; LAGE, Ana Cristina Pereira. Entre bichos de pé e pianos: aceitação e adaptações das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo à cultura mineira no século XIX. Núcleo de Estudos em História Social da Arte e da Cultura (NEHAC) da Universidade Federal de Uberlândia. *Fênix: revista de historia e estudos culturais*, v. 9, p. 20-41, 2012; WHITE e DAUGHTON, *In God's Empire*, *op. cit.*, pp. 3-7.

¹¹² BLACKBOURN, *The Catholic Church in Europe since the French revolution*, *op. cit.*, p. 782.

¹¹³ BOUDON, *Les Catholiques Sociaux parisiense au milieu du XIXe siècle*, *op. cit.*, p. 56.

ampliaram. Porém, bem antes dela, por meio da nova caridade, voluntários suprimiram o capitalismo industrial de mão-de-obra preparada ao se dedicarem aos patronatos de aprendizes, aos auxílios aos pobres no intuito de lhes obter trabalho e lhes atribuir um lugar na sociedade, de oferecer apoio por meio de escritórios jurídicos, e distribuição de alimentos e medicamentos¹¹⁴.

1.2.2. Saúde e progresso da civilização.

Segundo a filosofia iluminista, a saúde era um direito do cidadão, tornou-se um dos elementos da ideologia do progresso e de uma vida saudável e feliz¹¹⁵. Porém, se tornou grande preocupação quando a taxa de aumento populacional explodiu nas maiores cidades durante o século XIX, o que proporcionou epidemias. De um problema individual, a saúde se transformou num problema social e político.

Abreu¹¹⁶ considerou que, vista do ponto de vista do apoio social, a França revolucionária se mostrou uma utopia. Na interpretação de Weindling¹¹⁷, as intervenções do Estado francês na questão social por meio dos seguros e da assistência médica para os trabalhadores se mostraram insuficientes, principalmente em relação aos dependentes, à maternidade e às áreas rurais.

Abreu explicou que a insustentabilidade econômica de seus projetos levou o Estado a elaborar, “em nome da garantia dos direitos naturais e da igualdade dos indivíduos”, uma condição prévia necessária ao ideal de progresso da civilização: instrumentos de controle social semelhantes aos que já estavam em prática em estados aristocráticos e militarizados, como os alemães. Esses instrumentos se apoiavam no conceito de polícia como um princípio da ordem social.

Franco¹¹⁸ observou que, em relação à segurança pública, foi implantada a “ideologia da vadiagem” e a proibição da mendicidade sem licença como estratégias de prevenção da criminalidade. Abreu¹¹⁹ apontou para a importância crescente da formação de profissionais de saúde qualificados de forma a distribuir seus ensinamentos pelo país, além do maior envolvimento social dos médicos.

¹¹⁴ CHIZOTI, Os operários da caridade, *op. cit.*, pp. 28-34.

¹¹⁵ ABREU, Laurinda. *Pina Manique. Um reformador no Portugal das Luzes*. Portugal: Gradiva Publicações S.A., 2013, p. 12.

¹¹⁶ *Ibidem*.

¹¹⁷ WEINDLING, The modernization of charity in nineteenth-century France and Germany, *op. cit.*, p. 193-196.

¹¹⁸ FRANCO, Pobreza e Caridade leiga, *op. cit.*, p. 322.

¹¹⁹ ABREU, Laurinda. Limites e fronteiras das políticas assistenciais entre os séculos XVI e XVIII. *Varia História*, v. 26, n. 44, p. 347-371, 2010, p. 366.

O conceito de polícia médica pressupôs um modelo de medicalização da sociedade por meio de medidas de saúde pública, higiene, poder profissional, controle e regulamentação da educação médica, que deveriam acompanhar os indivíduos desde o nascimento até a morte. A concepção de medicina foi reconfigurada: passou a ser preventiva, de base hipocrática, baseada em princípios científicos, com caráter utilitário e prático, e desenvolvida de acordo com a natureza.

Segundo Singer¹²⁰, o conceito de medicalização da sociedade surgiu em estudos para descrever “a invasão de um número cada vez maior de áreas da vida privada pela medicina, em cada etapa da vida humana, desde os recém-nascidos até a velhice”. Cada etapa tornou-se objeto de cuidados médicos específicos. Na opinião do autor, a medicalização decorre da convicção e da crença na ciência e na industrialização como elementos capazes de assegurar o pleno bem-estar no plano individual e coletivo.

A criação da Intendência Geral de Polícia em Portugal, em junho de 1780, que foi levada aos seus territórios como o Brasil, pode ser entendida como parte dessa nova concepção. O órgão tinha uma ampla competência jurisdicional e atuava em prol da higiene urbana e nas obras públicas. Eram funções do intendente a secagem dos pântanos, os aterros, a pavimentação e conservação de ruas e chafarizes, além de zelar pela “tranquilidade pública e segurança” da população.

O modelo de assistência aos pobres de Paris manteve ampla influência nas demais cidades francesas: organizado pelo prefeito em colaboração com a polícia, contaram com os “notáveis”, os filantropos, que administraram de forma paternalista e discricionária as instituições de assistência como os hospitais, asilos e orfanatos. Para área rural foram organizadas ações domiciliares e foi prevista a construção de mais hospitais.

Weindling¹²¹ explicou que as *Poors Laws* e o modelo de assistência bismarkiano¹²² foram vistos na França como politizados e sectários. Os reformistas franceses do início do século XIX não desejavam o modelo de estado centralizado para as provisões de bem-estar. Defenderam a perspectiva política em que o Estado atuasse como mediador para as resoluções dos problemas que afligiam o operariado e viam na

¹²⁰ SINGER, Paul *et al.* Prevenir e Curar. O controle social através dos serviços de saúde. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988, p. 62.

¹²¹ *Ibidem*, pp. 194-196.

¹²² Otto Eduard Leopold von Bismarck-Schönhausen (1815-1898), primeiro-ministro do reino da Prússia (1862-1890) e primeiro chanceler (1871-1890) do Segundo Império alemão (1871-1918), caracterizou-se pela política militarista, antissocialista, antiliberal e anticlerical. Instituiu um sistema de seguros de saúde e previdência social que lhe atraiu o apoio de setores operários. Enciclopédia Britânica. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Otto-von-Bismarck>>. Acesso em 12 de nov. de 2016.

liberdade de relacionamento entre trabalhadores e patrões, baseada na moral cristã e na solidariedade, a solução para os conflitos. O prefeito Haussman entrou em conflitos políticos ao implantar a reforma habitacional para melhorias sanitárias.

Ademais, houve hostilidades dos profissionais da área da saúde, que não se interessaram em compor o funcionalismo público nem de dependerem de uma elite burguesa. Eles defendiam um sistema de saúde domiciliar, pago por meio de tarifas por cada serviço executado, solicitaram apoio para atividades laboratoriais e a instituição de um periódico profissional.

Após a pressão recebida durante a Comuna de Paris (1871)¹²³, a assistência pública promovida na Terceira República (1870-1940) foi configurada como um meio de intervenção do Estado. Foram previstas as visitas de funcionários públicos nas residências para prover os cuidados primários de saúde e os hospitais de Paris continuaram a manter a base da assistência médica.

Em 1888, os hospitais franceses foram colocados sob um Conselho de Estado. No entanto, as demandas por um sistema de bem-estar socializado e administrado pelo Estado contribuíram para a criação de leis de assistência médica na França, em 1893.

1.2.3. Ordem e justiça social.

As ideias liberais e fisiocratas que se desenvolveram no século XVIII favoreceram a compreensão do trabalho como elemento do progresso: nenhum homem poderia reclamar da pobreza porque os meios para evitá-la “estariam ao alcance de todos que não fossem negligentes ou preguiçosos”. Diante da imagem do trabalhador pauperizado, a figura do pobre se retraiu e deu lugar aos conceitos de operariado e proletariado. Os termos “desclassificados” e “marginalizados” foram usados nos estudos mais recentes, voltados para outros pobres: os incapazes de trabalhar¹²⁴.

Os franceses eram contrários à ideia da caridade imposta e sistemática como era praticado na Inglaterra por meio das *Poor Laws*, um recurso para aliviar a economia do peso da pobreza. Temiam a acomodação dos pobres e seu afastamento do trabalho, entendiam que leis como essas poderiam funcionar como um atentado aos direitos da propriedade. Além disso, entendiam que a caridade espontânea dos patrões poderia

¹²³ A Comuna de Paris (1871) foi um movimento de resistência popular diante a invasão por parte do Reino da Prússia. O governo revolucionário, que durou pouco mais de dois meses, introduziu medidas de interesse dos trabalhadores, como a educação secular, o casamento gratuito e a instituição da previdência social.

¹²⁴ SINGER, Prevenir e Curar, *op. cit.*, pp. 26-29.

acarretar no reconhecimento dos operários. Na França acreditou-se que o melhor a fazer pelos pobres era dar-lhes o trabalho, o que lhes daria a proteção social e moral.

Abreu e Bourdelais¹²⁵ verificaram que o desenvolvimento do Nacionalismo contribuiu para a tensão dos progressistas sobre a promoção de cuidados aos membros marginais à sociedade no ambiente hostil dos hospitais gerais. A nação deveria se tornar uma comunidade. Houve a defesa da assistência aos pobres em suas residências, o que seria menos custoso e, do ponto de vista moral, fortaleceria os laços de solidariedade entre as famílias e as comunidades. Os hospitais deveriam ser mantidos, voltados ao reestabelecimento dos trabalhadores.

Os autores¹²⁶ explicaram que um novo discurso associava a caridade cristã com os deveres do cidadão, para que a justiça social fosse capaz de fortalecer a nação. As instituições beneficentes atraíram as esmolas e se apresentavam como o meio justo de proporcionar a nova caridade, que contava com recursos governamentais, com pessoal especializado e com as experiências cristãs de muitos séculos; tornou-se o instrumento suplementar de assistência no mundo contemporâneo.

Entretanto, Chizoti¹²⁷ identificou um choque entre as noções de caridade e de justiça, ao se repensar o ordenamento social no sentido de fazer desaparecer os contrastes, as injustiças e a opressão do sistema industrial capitalista. A justiça, diferente da caridade, deveria ser inscrita na “natural das coisas”, proporcionalmente à dignidade do cidadão que trabalhava para a felicidade dos outros. Após o Estado conferir o título de cidadão a todos, fundamentado nos direitos naturais, a caridade tornou-se inaceitável, uma humilhação intolerável. A esmola foi repudiada como um meio de impedir o indivíduo de promover sua própria independência.

Os salários dos operários não foram vistos por eles como atos de generosidade, mas méritos obtidos por meio da força de trabalho. Reclamava-se à justiça aquilo que a caridade não era capaz de assegurar para solucionar problemas crônicos da sociedade. Não houve a percepção de que as incongruências se implantavam pelo próprio sistema. A justiça poderia ser reivindicada ao poder do Estado, enquanto a caridade deveria ser esperada. As bandeiras revolucionárias levantaram-se pela justiça, não pela caridade.

A ideia de Justiça Social não encontrou uma definição precisa, mas relacionou-se à concepção de “bem comum”, exigia que cada cidadão recebesse sua parte de

¹²⁵ ABREU e BOURDELAIS, Health and welfare as human rights, *op. cit.*, p. 20.

¹²⁶ *Ibidem*, p. 21.

¹²⁷ CHIZOTI, Os operários da caridade, *op. cit.*, p. 29.

acordo com sua participação da criação da riqueza da nação. Para Chizoti, essa concepção “condena a apropriação de bens comuns, cargos e riquezas por uma classe em prejuízo de outras”¹²⁸.

A nova caridade deveria ser direcionada ao bem comum. Em 1888 foi criado o Instituto Pasteur. Para Weindling¹²⁹, ao oferecer tratamento gratuito, o instituto cultivou o *ethos* nacional e tornou-se modelo para outros países. A instituição manteve relações positivas com autoridades estatais e privadas de Paris, o que garantiu sua posição privilegiada para o financiamento de pesquisas na área da saúde.

O autor observou que, no início do século XX, o Nacionalismo foi um dos elementos que incentivaram as campanhas contra o alcoolismo e a favor da natalidade: atribuiu-se à filantropia um caráter utilitarista, sua prática passou a ser vista como um “dever nacional”.

1.2.4. A caridade “modernizada” (Séculos XIX-XX).

Após a Revolução Francesa, reformadores sociais pretenderam sugerir e construir planos de reedificação da ordem social. Os debates sobre a assistência à pobreza refletiram as tensões políticas e sociais da época e tenderam a associar a ação estatal e a voluntária, de setores laicos e religiosos.

Os socialistas defenderam reformas radicais por meio de uma guerra civil, que abolissem completamente a pobreza. De maneira oposta, sob as influências do pensamento de Joseph de Maistre (1753-1821)¹³⁰, Louis de Bonald (1754-1840)¹³¹ e Robert Lamennais (1782-1854)¹³², os liberais defenderam a manutenção da esfera

¹²⁸ *Ibidem*, *op. cit.*, p. 30.

¹²⁹ WEINDLING, The modernization of charity in nineteenth-century France and Germany, *op. cit.*, p. 203.

¹³⁰ Joseph de Maistre (1753-1821) nasceu na Itália, foi escritor, filósofo, diplomata e advogado. Defendeu a restauração da monarquia hereditária francesa e a suprema autoridade do Papa nos aspectos religiosos e políticos. ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Disponível em: <<http://www.iscsp.ulisboa.pt/~cepp/autores/franceses/maistre>>. Acesso em 12 de dez. de 2016.

¹³¹ Louis-Gabriel-Ambroise ou Louis de Bonald (1754-1840) foi um filósofo e escritor, crítico do Iluminismo. Defendeu a ideia de que o homem só existe em função da sociedade e só nela se realiza. A “boa sociedade” era aquela estruturada pela família e demais grupos sociais, por meio das “relações sociais”, expressão atribuída a ele e desenvolvida posteriormente por Saint-Simon, Comte, e mais tarde, Durkheim. Colaborou, com François-René de Chateaubriand no *Mercure de France* e escreveu artigos para o *Journal des Débats*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa - ISCSP. Disponível em: <<http://maltez.info/biografia/bonald.pdf>>. Acesso em 12 de dez. de 2016.

¹³² Hugues Felicité Robert de Lamennais (1782-1854) era padre e filósofo francês, escritor e político. Suas ideias combinaram o Liberalismo com o Catolicismo romano após a Revolução Francesa. Defendeu os princípios democráticos, como a separação entre a Igreja e o Estado, a liberdade de consciência, a educação e a imprensa. Fundou o jornal *L'Avenir*, que gerou controvérsias com a hierarquia eclesiástica e com o governo de Luís Felipe (1830-1848). Ohio University. Disponível em: <<https://www.ohio.edu/chastain/ip/lamann.htm>>. Acesso em 12 de dez. de 2016.

voluntária para tratar de problemas relativos ao crescimento da pobreza urbana, as expectativas democráticas giravam em torno da concessão de benefícios assistenciais de acordo com a necessidade da carência individual.

Sob o Racionalismo e o Iluminismo, a caridade perdia sua natureza religiosa, foi associada à solução dos novos problemas e recebeu caráter utilitarista¹³³. Weindling explicou que a sociedade deixou de ver a caridade como ato individual e passou entendê-la como ação de economia que envolveu o Estado, a Igreja e os filantropos com a finalidade da prevenção de conflitos. Essa “economia caritativa” deveria abandonar os métodos dispersivos religiosos e se submeter à razão. O receio de novos levantes populares levou a França a entender a caridade como um recurso para preservar as instituições políticas, conciliar os ricos e os pobres, os patrões e os operários¹³⁴.

Os voluntários se dedicaram ao estabelecimento de redes, associações, instituições e sociedades científicas para resolver ou contribuir com novas propostas. Demandava-se por um controle social local, por padrões profissionais, pelo mutualismo e por organizações em base cooperativista. Estudos¹³⁵ evidenciaram os mecanismos que moveram as ações dos filantropos não são facilmente demonstrados, como o prestígio, a influência e a concorrência entre grupos sociais: não se tratava de um processo de uma única direção, pois o prestígio facilitaria os privilégios e as vantagens para investimentos, trabalhos, operações de créditos, empréstimos, entre outros. A filantropia poderia transformar as relações sociais entre as elites ao facilitar contatos, obtenção de patrocínios, o exercício de influências poderia levar à concretização de negócios interligados, bem como oportunidades de carreiras e status para indivíduos obscuros socialmente, excluídos da esfera de poder e das redes de interesses locais e nacionais.

¹³³ O Utilitarismo é um tipo de ética normativa que surgiu nas obras dos filósofos e economistas ingleses do século XVIII e XIX Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873), para a qual uma ação é moralmente correta se tende a promover a felicidade não apenas do agente da ação, mas também a de todos afetados por ela. Foi aplicada ao se pensar o sistema político, a legislação, a justiça, a política econômica, e às ações sociais.

¹³⁴ CHIZOTI, Operários da caridade, *op. cit.*, p. 25.

¹³⁵ BARRY e JONES, *Medicine and charity before the welfare state*, *op. cit.*; CAVALLO, *Charity, power, and patronage in eighteenth-century Italian hospitals*, *op. cit.*; CAVALLO, *The motivations of benefactors and overview of approaches to the study of charity*, *op. cit.*; FUCHS, Rachel. G. *Gender and Poverty in Nineteenth-Century Europe*. USA, Cambridge University Press, 2005; HARRIS, Bernard e BRIDGEN, Paul. *Charity and mutual aid in Europe and North America since 1800*. Londres/Nova York: Routledge. 2007; WEINDLING, *The modernization of charity in nineteenth-century France and Germany*, *op. cit.* e WHITE, Owen e DAUGHTON, J. P. *In God's Empire*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

Fatores religiosos também influíram sobre as novas ações voluntárias: o rico deveria se sentir na obrigação de doar, no sentido do ato de beneficência, mas o pobre não deveria se sentir no direito de receber.

Segundo Barry e Jones¹³⁶, a nova caridade se desenvolveu simultaneamente ao desenvolvimento da medicina social e não resultou apenas da questão social, mas do novo modelo de Estado. A nova agenda do governo estabeleceu novas prioridades e tornou-se crucial para a redefinição da elite política. Foram observados os interesses nacionais e humanitários. Dessa forma compreende-se o apoio às mulheres não casadas ou viúvas, aos jovens com doenças venéreas e aos alcoólatras, por exemplo, o foco na moral sexual e nos vícios. As novas elites viram nos colégios e nos hospitais lugares de supervisão, repressão e controle social.

O Catolicismo Social foi desenvolvido após o entendimento da pobreza como pauperismo, da caridade como economia caritativa, e da esmola como uma ação coletiva. Essa doutrina política propôs-se a instruir, educar, organizar os trabalhadores e interceder para a criação de leis de proteção aos operários. Contudo, persistiu na ideia de que “as classes inferiores necessitavam de amparo das classes superiores, sábias e poderosas, destinadas a reger o mundo com seus privilégios”¹³⁷.

A nova caridade não superou a suspeita de que é mais benéfica para quem pratica e cedeu seu espaço aos modernos projetos planejados pelo Estado do século XX: a Assistência Social¹³⁸. Chizoti¹³⁹ explicou que no Brasil, os serviços de assistência social promovidos pelo Estado foram iniciados em 1940, com a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA).

1.3. A Sociedade São Vicente de Paulo.

A geração dos românticos que viveu na primeira metade do século XIX foi marcada pela contradição, já que admitiu a ruptura provocada pela Revolução e pela ideia de progresso científico, contudo intercedeu em favor da religião interiorizada. A Igreja assumiu sua posição na ordem sociopolítica e econômica que se iniciava: concebeu um tipo ideal de sociedade e de indivíduo para a “nova ordem”, cujo conceito

¹³⁶ BARRY, Jonathan e JONES, Colin. “Introduction”. In: BARRY, Jonathan e JONES, Colin. *Medicine and charity before the welfare state*, *op. cit.*, pp. 1-13.

¹³⁷ CHIZOTI, Os operários da caridade, *op. cit.*, p. 34.

¹³⁸ *Ibidem*, p. 37.

¹³⁹ *Ibidem*, p. 156.

apontava a necessidade da religião como elemento fundamental para permear as relações sociais e institucionais¹⁴⁰.

1.3.1. Origens.

A origem da SSVP está nas reuniões de estudantes católicos realizadas em 1831, no *Quartier Latan*, em Paris, na gráfica onde era produzido o jornal *La Tribune Catholique*, de propriedade do redator-chefe, Joseph Emmanuel Bailly (1794-1861). Padre lazarista, Bailly fez parte da Sociedade de Bons Estudos, grupo católico ligado à “Congregação” fundada pelos Bourbons e extinto durante a Revolução. Ao deixar o sacerdócio, se casou. Foi colaborador do jornal *L’Avenir*, de Lamennais e *L’Universe Catholique*, de Louis Veuillot.

Louis Veuillot (1813 -1883) era escritor e jornalista, fundou e dirigiu seu próprio jornal, *L’Universe Catholique*, dedicado a difusão e propaganda ultramontana. Polêmico, agressivo e irônico, foi preso devido a disputas com funcionários da Universidade de Paris¹⁴¹.

Entre 1848 e 1874, Bailly fundou e dirigiu seu próprio jornal dedicado a difusão e propaganda ultramontana. Atacou os católicos moderados, o governo italiano e criticou fortemente o Segundo Império francês. Tornou-se proprietário da antiga sede da associação dos Bourbons, a “Congregação”, da qual fez parte, em que instalou uma pensão que abrigou diversos jovens que marcaram o catolicismo francês, como Frédéric Ozanam (1813-1853) e Jean-Jacques Ampère (1800-1864), além dos padres Lacordaire (1802-1861) e Emmanuel d’Alzon (1810-1880).

Frédéric Ozanam (1813-1853)¹⁴² foi um intelectual e ativista católico, considerado um dos fundadores da Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP). Foi beatificado pelo papa João Paulo II em 1997. Jean-Jacques Ampère (1800-1864)¹⁴³ foi filólogo, escritor e historiador, único filho do matemático e físico André-Marie Ampère (1775-1836), estudioso do eletromagnetismo. Jean-Baptiste-Henri Dominique Lacordaire (1802-1861)¹⁴⁴ foi um religioso dominicano, jornalista, educador, deputado e acadêmico,

¹⁴⁰ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. O Cristianismo Social de 1848. Coimbra, Portugal: *Separata da Revista de História das Ideias*, vol. 9, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1987, p. 484.

¹⁴¹ Encyclopédie Universalis. Disponível em: <<http://www.universalis.fr/encyclopedie/louis-veuillot/>>. Acesso em 12 de nov. de 2016.

¹⁴² Conselho Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paulo de Belo Horizonte. Disponível em: <<http://ssvpcmbh.org.br/ssvp/>>. Acesso em 12 de dezembro de 2016.

¹⁴³ Enciclopédia Britânica. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Jean-Jacques-Antoine-Ampere>>. Acesso em 12 de dez. de 2016.

¹⁴⁴ Acton Institute português. Disponível em: <<http://pt.acton.org/historical/jean-baptiste-henri-dominique-lacordaire-1802-1861>>. Acesso em 12 de dez. de 2016.

considerado um precursor do catolicismo moderno e restaurador da Ordem dos Pregadores na França. Emmanuel Joseph Marie Maurice Daude Alzon ou Emanuel d'Alzon (1810-1880) ¹⁴⁵ nasceu em 1810, foi ordenado sacerdote em Roma no ano de 1834. Em 1845, iniciou o noviciado na Capela do Colégio da Assunção de Nîmes, em 1850 fundou a Congregação dos Agostinianos da Assunção e, em 1865, fundou a congregação feminina, as Oblatas da Assunção.

As reuniões foram inicialmente encontros entre estudantes universitários, profissionais liberais, entre outros pensadores. Mais tarde o grupo rebatizou os encontros como “Conferências de História”, em que eram discutidos os problemas políticos e socioeconômicos da época. Desde o início, o grupo adotou o termo “conferência” para os seus encontros, com intenção de identificar uma reunião de jovens estudiosos ¹⁴⁶.

Diversos pensadores foram convidados a discursar nas Conferências de História, como o Pe. Gerbet (1798-1864), sobre a Filosofia da História; Charles de Coux (1878-1864), sobre Economia Política, em que argumentava a favor do Liberalismo associado às intervenções pontuais do governo e o desenvolvimento da poupança para os pobres; o Pe. Lacordaire, que defendeu uma nova ordem social baseada no apoio da opinião pública, na defesa dos direitos do homem e da liberdade de associação e Pe. Montalembert (1810-1870), político e defensor da modernização da Igreja Católica ¹⁴⁷.

O clima político e intelectual contribuiu para o fortalecimento do grupo em torno de Bailly e de Ozanam, esse visto como um líder pelos jovens. Ao perceberem que a cidade de Paris amedrontava os estudantes das províncias que ali chegavam para seus estudos universitários, os objetivos das Conferências de História transformaram-se no encorajamento mútuo dos estudantes católicos integrantes. As conferências tornaram-se um local de encontro social dos membros.

Boudon ¹⁴⁸ explicou que a correspondência interna do grupo referia-se a questões de direito, literatura, economia e caridade. Houve a materialização e o fortalecimento das amizades nas ligações entre suas famílias pelos casamentos, devido à importância atribuída a esse sacramento pelos jovens cristãos.

¹⁴⁵ Congregação Agostinianos da Assunção. Disponível em: <http://www.assumptio.org/files/FRA/PDF/LeafletAlzon-Daudet_FRA.pdf>. Acesso em 12 de dezembro de 2016.

¹⁴⁶ BOUDON, Les Catholiques Sociaux parisiense au milieu du XIXe siècle, *op. cit.*; CHIZOTI. Os operários da caridade, *op. cit.*

¹⁴⁷ BOUDON, Les Catholiques Sociaux parisiense au milieu du XIXe siècle, *op. cit.*, pp. 65-66.

¹⁴⁸ *Ibidem.*

O autor¹⁴⁹ analisou a composição social do grupo fundador da associação: eram universitários, católicos praticantes, nascidos entre 1807-1814, faziam parte da geração romântica, tinham cerca de 20 anos de idade em média na década de 1830. Houve a predominância de estudantes de direito e de medicina; mais tarde a adesão dos homens de negócios, dos proprietários e dos intelectuais, que pertenciam a uma burguesia média. Segundo o autor, os membros usavam o termo “classe intermediária” para se definir.

Os debates na Conferência de História levaram o grupo a elaborar uma proposta católica para solucionar a Questão Social. Tratava-se de uma ação para a caridade inspirada pelas ideias de Lamennais, um movimento moral que fosse capaz de estabelecer a compreensão entre as classes e, assim, recriar a sociedade.

Nesta ocasião, a Conferência de História transformou-se em uma associação que se destinava à prática da caridade como forma de auxílio mútuo espiritual de seus membros, sem implicações doutrinárias e teve seu nome alterado para Conferência da Caridade. Além de Joseph Emmanuel Bailly (1794-1861) e Frédéric Ozanam (1813-1853), fizeram parte da Conferência da Caridade neste período: François Lallier (1814-1887), Félix Clavé (1811-1853), Jules Devaix (1811-1881), Paul Lamache (1810-1892), August Le Taillandier (1811-1886) e, posteriormente, Gustave Colas de La Noue (1812-1838), Jean-Leon Le Prévost (1803-1874), Emmanuel de Conde Hommais Charles (1813-1894), Henri Personneaux (1812-1869), Chaurand Amand (1813-1896) e Pierre-Irénée Gignoux (1811-1890) se uniram aos fundadores. Diziam dar as mãos aos ricos para estender aos pobres a fim de unir “os inimigos”. Aos olhos dos fundadores, a criação de uma associação leiga para a caridade era nova.

Os padres ultramontanos incentivaram a organização, pois eram favoráveis às associações católicas leigas. Demonstravam-se preocupados em promover a oficialização do casamento dos pobres, visto como sacramento necessário para o reconhecimento moral e legal de seus filhos, além de evitar a proliferação de doenças venéreas e os vícios, que compunham o “estatuto dos pobres”¹⁵⁰.

Na interpretação de Chizoti¹⁵¹, a associação manteve um bom entendimento com o clero local, entretanto, seu caráter leigo foi reafirmado como uma ação prudente devido ao ambiente anticlerical e as perseguições às instituições religiosas após as

¹⁴⁹ *Ibidem, op. cit.*, p. 60.

¹⁵⁰ *Ibidem, op. cit.*, pp. 55-59.

¹⁵¹ CHIZOTI, Os operários da caridade, *op. cit.*, p. 79.

Revoluções de 1830. Além disso, os jovens estudantes não ficariam submetidos à aprovação do clero.

1.3.2. Frédéric Ozanam.

Considerado pela SSVV como o seu principal fundador, Frédéric Ozanam nasceu em Milão e aos dois anos de idade mudou-se com a família para Lyon. Foi estudante de Direito e de Letras, em Paris, onde foi recebido pela família de André-Marie Ampère. Construiu laços de sociabilidade com intelectuais ligados ao neocatolicismo francês, como François-René de Chateaubriand (1768-1848), os padres Jean-Baptiste Henri Lacordaire, Charles Forbes René de Montalembert e Robert Lamennais. Casou-se, teve uma filha e tornou-se docente na Universidade de Sorbonne, instituição que ingressou como professor concursado. Colaborou com jornais, participou da criação da SSVV e atraiu membros nas universidades.

Ozanam entendeu a importância da opinião pública e utilizou os jornais para defender suas ideias, denunciava a doutrina liberal, o individualismo e os valores da burguesia como opositores da doutrina cristã, dizia que os economistas humilhavam os pobres e faziam deles instrumentos dos ricos. Denunciava a “depravação das classes superiores” e a corrupção, vista como crime da sociedade pervertida. O socialismo lhe parecia mais ameaçador no imediato por apregoar uma guerra civil. Preocupava-se em dissociar as ações caritativas do Socialismo porque, entre outras questões, rejeitava a ideia da esmola como humilhação, defendida pelos socialistas.

Defendeu o Cristianismo como a única doutrina capaz de alcançar a fraternidade, um dos pilares revolucionários franceses, sem imolar a liberdade, capaz de proporcionar a felicidade “sem arrancar dos homens o dom sagrado da resignação”¹⁵².

Como professor de Direito em Lyon e catedrático de Letras na Sorbonne, publicou um artigo contrário ao socialismo de Saint-Simon (1760-1825) no jornal *L'Abeille*, que o projetou nos meios intelectuais. Segundo Chizoti¹⁵³, Ozanam manteve-se na universidade, um ambiente hostil à religião, porque impôs suas ideias através de seus artigos na imprensa. O docente fundou, com o Pe. Lacordaire, o jornal *L'Ere Nouvelle*, para prosseguir a luta em busca da defesa dos trabalhadores e da democracia além de colaborar com diversos jornais franceses, em que defendeu firmemente seus princípios morais católicos. Faleceu aos 40 anos de idade.

¹⁵² CHOLVY, Frederico Ozanam, *op. cit.*, pp. 169-170.

¹⁵³ CHIZOTI, Os operários da caridade, *op. cit.*, p. 89.

Chizoti percebeu que o papel de Ozanam na fundação da SSVP é impreciso devido aos relatos da instituição, mas identificou o fato de que ele esteve com Le Taillandier na ideia da criação de um grupo dedicado à obra de caridade. Atribuiu seu conservadorismo à reação contra a violência das Revoluções em 1830 e 1848, que ele não tolerava. Na opinião do autor, o Catolicismo Social de Ozanam foi “mais sentimental que científico” e a fundação da SSVP foi o meio que ele encontrou para atender aos apelos operários de sua época: defendeu que os trabalhadores deveriam ser capazes de viver de seus salários, o que ele chamou de “fundamental questão do trabalho”, no ano em que foi publicado o Manifesto Comunista, de Karl Marx.

1.3.3. Organização administrativa e expansão internacional.

A Conferência da Caridade recebeu a orientação da Irmã Rosalie Rendu (1786-1856), uma religiosa da Congregação Filhas da Caridade, considerada o centro da caridade católica parisiense na década de 1830. Por meio de suas orientações, os jovens universitários viram a persistência do cristianismo na cidade de Paris, envolvida no progresso e marcada pela pobreza. A Irmã Rosalie assistia os pobres em situação de indigência na área de *Mouffetard*, próxima ao *Quartier Latan*, um dos lugares mais pobres da cidade na época. Personificou a caridade modernizada e criou uma clínica gratuita, uma farmácia, uma escola, um orfanato, um berçário, um patrocínio para os jovens trabalhadores e uma casa para os idosos sem recursos¹⁵⁴.

A irmã aproximou o grupo de estudantes leigos da Conferência da Caridade e os padres da Congregação da Missão¹⁵⁵.

O trabalho da Conferência da Caridade foi iniciado na obra da Santa Família, considerada a primeira da SSVP, fundada na paróquia de *Saint-Sulpice*, em Paris, sob a presidência de Le Prévost. O objetivo do grupo, primordialmente, era orientar os trabalhadores para solidificar a comunidade católica ao encorajar o casamento, a confissão e a comunhão: os membros da Conferência da Caridade recebiam no salão paroquial os casais pobres que desejavam se casar para receberem os bons conselhos, vistos como uma forma de combater o que entendiam como “males sociais”. Após o casamento, os casais reuniam-se mensalmente aos domingos, no mesmo salão da Igreja, para receber os conselhos dos membros do grupo.

¹⁵⁴ CHOLVY, Frederico Ozanam, *op. cit.*, p. 75-76.

¹⁵⁵ BOUDON, Les Catholiques Sociaux parisiense au milieu du XIXe siècle, *op. cit.*, pp. 57-58.

Nesse período, os membros da Conferência da Caridade tomaram consciência de que os casais pobres careciam de ajuda material¹⁵⁶. Perceberam que as questões operárias nas periferias de Paris eram semelhantes às dos pobres franceses em geral, o que os levou a desenvolver outra forma de aliviar o sofrimento dos assistidos para além dos conselhos no salão da paróquia: a visita às famílias. Assistir era ouvir e aconselhar, oferecer orientação religiosa e moral, a fim de evitar doenças que provocavam o afastamento do trabalho e da Igreja. Era importante garantir a sobrevivência das famílias e da ordem social no período das constantes epidemias e de vícios. O auxílio material poderia ser ofertado, mas deveria ser pequeno e não representar a principal função da visita.

Ao almejar os pobres envergonhados, o grupo fixou sua principal obra na visita domiciliar, como explicitado no artigo 2º de seu Manual. Na interpretação de Chizoti¹⁵⁷, esse foi o principal motivo do sigilo que a associação se impôs: omitir o nome dos assistidos para protegê-los do estigma.

O crescimento do número de membros trouxe a necessidade de divisão da Conferência da Caridade em sessões, uma decisão controversa devido ao receio de que fosse dificultada a intimidade e a convivência dos membros. A divisão efetivou-se por força das circunstâncias. As novas Conferências foram estabelecidas nos salões das paróquias. Cada Conferência deveria assumir o nome do padroeiro da igreja em que estava instalada e convidar o padre para promover os exercícios espirituais aos membros¹⁵⁸. Os novos associados foram recrutados na burguesia e na aristocracia católica, nas universidades e nos colégios. Ao terminarem seus estudos, os alunos associados voltavam para suas cidades de origem e fundavam Conferências locais, com absoluta autonomia de ação¹⁵⁹.

Em 1835, as Conferências da Caridade alcançaram a esfera internacional e precisaram solidificar seus fundamentos. Paris contava com seis novas Conferências e outras em mais cinco cidades francesas: Lyon, Nantes, Rennes, Dijon e Toulouse, em um total de aproximadamente quatrocentos membros, além de ser fundada uma conferência em Roma¹⁶⁰. Em algumas cidades, estruturas de confrarias preexistentes transformaram-se em Conferências centradas nas visitas domiciliares aos pobres,

¹⁵⁶ *Ibidem*, p. 60.

¹⁵⁷ CHIZOTI, Os operários da caridade, *op. cit.*, p. 157.

¹⁵⁸ *Ibidem*, p. 70.

¹⁵⁹ BOUDON, Les Catholiques Sociaux parisiense au milieu du XIXe siècle, *op. cit.*, p. 67.

¹⁶⁰ CHIZOTI, Os operários da caridade, *op. cit.*, pp. 65-71.

especialmente quando as epidemias aumentavam as necessidades dos auxílios. O clero, em especial os lazaristas em suas missões evangelizadoras, estimulou a criação das Conferências da Caridade por onde se dirigiam.

Foi discutida a urgência em evitar a dispersão dos objetivos da Conferência da Caridade¹⁶¹. O superior da Congregação da Missão sugeriu ao grupo a criação de um regulamento para não se perder a obra e os propósitos iniciais. Assim, foi decidida a criação de um Conselho de Direção, presidido por Bailly entre 1835 e 1844. Designado pelo presidente, F. Lallier redigiu o Manual, lido e aprovado pelos membros em dezembro de 1835. Nesta ocasião, as Conferências da Caridade passaram oficialmente a se chamar Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP)¹⁶².

Segundo Boudon¹⁶³, a proposta de adoção do patrono, São Vicente de Paulo, foi feita por Le Prévost, inspirado pelo pensamento e obra do santo popular francês conhecido como o “pai da caridade” por sua dedicação aos pobres. O autor observou que a opção pelo patrono auxiliou o grupo a ser rapidamente aceito pela população e veio a fortalecer a ligação já existente com os padres da Congregação da Missão e com as freiras da Congregação das Filhas da Caridade. O texto do Manual foi desenvolvido em 59 artigos que indicavam os princípios católicos e os modos de ação da associação.

Bailly acrescentou a introdução do Manual, inspirada na moral, na espiritualidade e nos escritos do patrono para motivar a caridade em nova situação histórica. O texto da introdução diz que o objetivo do documento era facilitar e estimular o trabalho dos vicentinos “nascido do amor aos pobres e da busca pela salvação de almas” por meio da prática da caridade, “nem sempre um caminho fácil”¹⁶⁴.

A obra da Santa Família foi oficializada no Manual como obra especial: o artigo “Casamento dos Pobres” orientou que as uniões passageiras, que se colocavam em posição contrária à religião e à lei civil, não deveriam ser mantidas. Entendeu-se que essas uniões nada consagravam, existiam por meio da imoralidade e vícios. O artigo afirmou que as uniões ilícitas nem sempre eram causadas por malícia, mas originadas da ignorância e da pobreza e por isso a caridade deveria “vir em auxílio”¹⁶⁵.

A associação entre a pobreza e a doença pode ser observada no artigo “Cama ou dormida dos pobres”, que integrou a orientação de como deve ser uma instituição

¹⁶¹ MALONEY, Como fogo abrasador, *op. cit.*, p. 39.

¹⁶² SSVP. Manual da Sociedade São Vicente de Paulo, 1885, p. I-16-17.

¹⁶³ BOUDON, Les Catholiques Sociaux parisiense au milieu du XIXe siècle, *op. cit.*, p. 57.

¹⁶⁴ SSVP. Manual da Sociedade São Vicente de Paulo, 1885, p. I-15.

¹⁶⁵ *Ibidem*, pp. II – 425-427.

vicentina: “o melhoramento da cama dos pobres” levará ao “agradecimento da higiene”, “uma cama suja sob os trapos ou as tábuas produz muitas doenças”, “os donativos ou empréstimos de camas aos indigentes presta às famílias um serviço de primeira ordem”. O artigo explica que a “dormida usual dos pobres dá lugar a uma inconveniência muito grave: a promiscuidade no mesmo leito da família inteira, sem distinção de sexos”. Desta forma, “promover através de donativos de camas ou roupas de cama, até mesmo impor a separação de pessoas de sexo diverso é uma medida da maior moralidade e não será demasiada a recomendação dela às conferências”¹⁶⁶.

Foram previstas como obras especiais os serviços de advogados¹⁶⁷, as cozinhas econômicas¹⁶⁸, os benefícios como colônias de férias aos operários e seus filhos¹⁶⁹, as cartas de recomendação, a instrução e a patronagem de aprendizes, definidos como estudantes ou crianças nas fábricas, e foram vedados os auxílios às meninas¹⁷⁰.

Boudon¹⁷¹ explicou que novas obras especiais foram criadas ao longo da expansão das Conferências, conforme a necessidade local: treinamento para aprendizes, rouparia, depósitos para a guarda de alimentos distribuídos por meio de “vales”, fundos bancários para a “caixa de aluguel” e demais auxílios para pagamentos em atraso das famílias em dificuldades, serviços para o enterro dos pobres, entre outras. Em alguns países, as conferências organizaram “abrigos aquecidos”, mantiveram pequenas tecelagens para oferecer emprego aos operários e “caixas de poupança” para o socorro nos períodos de desempregos e de doenças.

Foram organizadas as visitas aos hospitais e o socorro aos idosos e aos doentes, principalmente em períodos das epidemias. As conferências cumpriram o Manual ao cuidarem do lazer dos operários e de seus filhos em colônias de férias próprias e nos aquartelamentos de soldados, de maneira a lhes proporcionar a instrução e o lazer. Os imigrantes e viajantes foram acolhidos pela SSVP.

O Manual sofreu sua primeira reestruturação em 1839, ocasião em que seus cinquenta e nove artigos receberam notas explicativas, o que pode ser visto como uma indicação da expansão das Conferências em distintas realidades. No ano seguinte, o Conselho de Direção passou a chamar-se Conselho Geral e se manteve instalado em Paris. Seu vice-presidente, Louis de Beaudicour, preocupou-se com o aumento do

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. II – 419.

¹⁶⁷ *Ibidem*, p. II – 420.

¹⁶⁸ *Ibidem*, p. II – 424.

¹⁶⁹ *Ibidem*, p. II – 429.

¹⁷⁰ *Ibidem*, p. II – 103.

¹⁷¹ BOUDON, Les Catholiques Sociaux parisiense au milieu du XIXe siècle, *op. cit.*, p. 72.

número de conferências e propôs a criação de Conselhos Particulares. Esses conselhos foram criados em Paris e nas províncias, em torno das paróquias, formados por representantes das conferências para supervisioná-las. Maloney¹⁷² explicou que esses conselhos foram inicialmente estabelecidos em cada diocese porque já contavam com o apoio do clero paroquial.

O crescimento da SSVP para além da França provocou o empenho pessoal de Ozanam para obter o reconhecimento moral e espiritual mediante a obtenção de indulgências do pontífice para a associação em vias de organização, o que facilitaria a expansão da SSVP por intermédio do apoio dos bispos¹⁷³. Ozanam manteve amizade e correspondências com Dom Bartolomeu Alberto Cappellari, o então prefeito da congregação Propagação da Fé, da qual era colaborador. Em 1831, Cappellari foi eleito papa sob a denominação de Gregório XVI, cargo que exerceu entre 1831-1846. Ozanam e sua esposa foram recebidos pelo papa em audiência particular, que aprovou o Manual da SSVP por meio de dois Breves: em 10/01/1845 e 12/08/1845 e concedeu as indulgências próprias para uma “associação de natureza eclesial, mas com caráter leigo, a serviço da Igreja e da Sociedade”¹⁷⁴.

A necessidade de agregar as conferências internacionais ao Conselho Geral exigiu a criação de Conselhos Nacionais, regulamentados em 1850. Com isso, novas normas foram estipuladas para a centralização da administração: em 1856, foram criados os Conselhos Centrais, que supervisionaram os Conselhos Particulares. Os países de maior extensão territorial receberam autorização para a criação dos Conselhos Metropolitanos, que agruparam os Conselhos Centrais, com âmbito de atuação regional, como foi o caso dos EUA, Austrália e Brasil. O organograma da SSVP deveria de assemelhar ao eclesiástico. Elaboramos a figura 1¹⁷⁵ para ilustrar a estrutura da SSVP em 1856.

Figura 1:

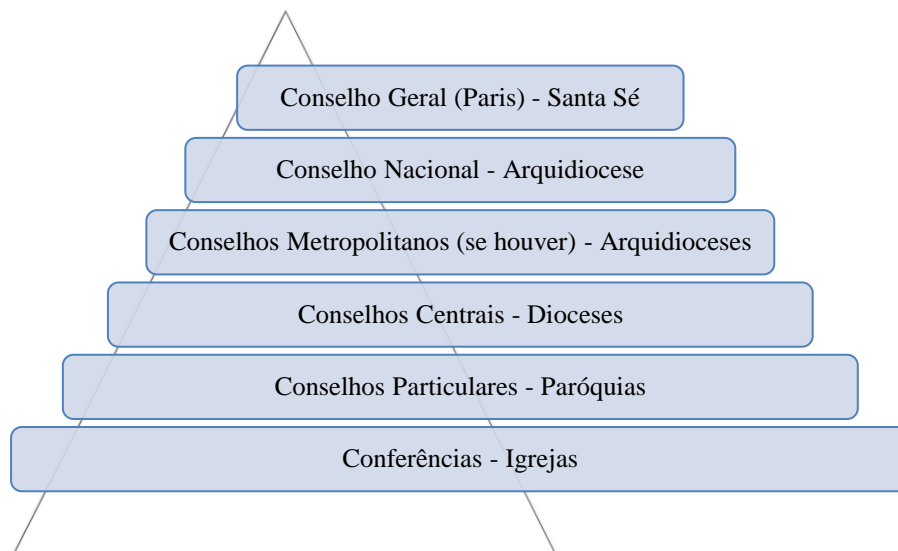
Organograma da SSVP em relação à estrutura organizacional da Igreja.

¹⁷² MALONEY, Como fogo abrasador, *op. cit.*, p. 40.

¹⁷³ CHIZOTI, Os operários da caridade, *op. cit.*, p. 79.

¹⁷⁴ SSVP. Regra da Sociedade São Vicente de Paulo, 2007, pp. 237-238.

¹⁷⁵ Figura 1. Fonte: Elaboração própria a partir das informações contidas em: SSVP. Manual da Sociedade São Vicente de Paulo, Lisboa, 1885.



A partir de 1840 a composição inicial da SSVP tendeu a envelhecer. Não se tratava mais de um grupo composto por jovens, era um grupo diversificado. As origens sociais dos membros alteraram-se, nem todos eram universitários, não houve qualquer impedimento de que integrantes de outras categorias sociais integrassem a SSVP e o topo se elitizou. Foi criada uma nova categoria de membros: os “honorários, benfeitores ou subscritores”, que deveriam auxiliar ou colaborar com as obras da SSVP por meio de contribuições, sem o compromisso de participar das Conferências.

Em 1844, Bailly foi substituído na presidência do Conselho Geral Internacional, de Paris, por Julio Gossin (1789-1855), que ocupou o cargo até 1848. Durante esse período foi criado o boletim mensal da SSVP, o órgão oficial da associação e a revista *Anais da Caridade*. Ozanam percebeu que o crescimento do número de Conferências impôs dificuldades e revelou a necessidade do controle parisiense contínuo. Após 1844, as Conferências alcançaram os demais países da Europa e das Américas. Foram implantadas na Inglaterra em 1844, no México em 1845, na Holanda em 1846, no Canadá e nos EUA em 1858, em Portugal em 1859, no Brasil em 1872, entre outros. A expansão trouxe questões controversas, como na Bélgica, onde se tentou criar um Conselho Geral próprio ou na Alemanha, em que se adotou o hábito de elegerem padres para presidentes das Conferências.

Em 1845 foi instituído o Regulamento da SSVP, em que está incluído o relato de sua história. A publicação foi feita como uma parte integrante do Manual. As questões geradas pela expansão da associação foram contornadas e o centro administrativo

continuou em Paris, seu Manual e seu Regulamento foram seguidos e a SSVP manteve seu caráter leigo¹⁷⁶.

Quando eclodiu a Revolução de 1848 e foi instituída a República francesa, Adolphe Baudon (1819-1888), o secretário geral do Ministério das Finanças da França e auditor no Conselho de Estado¹⁷⁷, assumiu a presidência do Conselho Geral Internacional da SSVP e exerceu o cargo até 1886.

Ribeiro¹⁷⁸ observou que a Revolução de 1848 transformou o espírito evangélico do romantismo social numa literatura socializadora, de caráter liberal. A autora apontou para algumas características dessa literatura, divulgada em panfletos de inspiração revolucionária, que traziam mensagens subjacentes da luta pelos oprimidos como elemento de promoção da igualdade dos homens, do respeito pela liberdade e da esperança na fraternidade universal, a tríade revolucionária. A doutrina cristã, portadora dos ideais de filantropia e solidariedade, conceitos caros aos ideais democratas, tornou-se um modelo que fundamentou a república francesa.

Baudon defendeu o uso da imprensa como uma das condições necessárias para o desenvolvimento e êxito do trabalho vicentino. Outros tesoureiros da França envolveram-se com a SSVP, entre eles, o filho do ministro das relações exteriores de Napoleão III. Os novos membros dirigentes deveriam ser homens com tempo disponível para uma sociedade em expansão, que trazia novos desafios¹⁷⁹.

Ozanam insistiu na manutenção das relações com a Igreja. Embora não houvesse no Manual ou no Regulamento artigos que estabelecessem qualquer relação entre a SSVP e a hierarquia eclesiástica, a aprovação do clero foi recomendada. Os bispos foram considerados “membros de honra” das conferências. Em 1847, Ozanam foi recebido em audiência particular pelo Papa Pio IX (1792-1878). O pontificado de Pio IX foi marcado pelas questões políticas derivadas da unificação da Itália e da perda dos Estados pontifícios. O papa condenou as sociedades secretas, a maçonaria e o comunismo. Neste ano, promulgou um decreto de ampla e surpreendente liberdade de imprensa, além de incentivar a SSVP¹⁸⁰. Na ocasião, Ozanam participou das marchas populares de apoio ao Papa¹⁸¹.

¹⁷⁶ CHIZOTI, Os operários da caridade, *op. cit.*, p. 69.

¹⁷⁷ SSVP. Conselho Geral Internacional. Disponível em: <<http://www.ssvpcg.org/conselho-geral-internacional.php>>. Acesso em 12 de dez. de 2016.

¹⁷⁸ RIBEIRO, O Cristianismo Social de 1848, *op. cit.*, pp. 485-487.

¹⁷⁹ BOUDON, Les Catholiques Sociaux parisiens au milieu du XIXe siècle, *op. cit.*, p. 67.

¹⁸⁰ CHOLVY. Frederico Ozanam, *op. cit.*, p. 159.

¹⁸¹ SSVP. Regulamento da Sociedade São Vicente de Paulo, 1978, p. 36.

Em 1848, Boudon¹⁸² contabilizou cento e quarenta e quatro conferências: trinta e duas em Paris, cento e nove na província e três no exterior. O Conselho Geral Internacional tornou-se mais enérgico no controle do trabalho de caridade e instituiu um relatório anual de atividades que deveria ser feito por cada conferência e enviado pelo presidente. Uma nova reforma estabeleceu que as novas conferências devessem ser aprovadas pelo Conselho de Paris para serem agregadas à SSVP. No final de 1851 eram 770 conferências, 437 na França e 329 no exterior.

Ozanam foi o único entre os fundadores a se manter mais tempo na equipe de direção, o que, segundo Chizoti¹⁸³, deve ter contribuído para que ele se tornasse uma referência até os dias de hoje.

Durante o Segundo Império francês (1852-1870), a SSVP enfrentou dificuldades políticas. Em 1861, o ministro do interior Victor Folin suprimiu os Conselhos Centrais e o Conselho Geral Internacional foi colocado sob a suspeita de tratar de uma associação secreta, o que levou à desestruturação da administração da SSVP por uma década. Chizoti informou que, no período da supressão, havia cerca de 1.600 conferências, entre as francesas e as internacionais e, dez anos depois, foram recuperadas 600¹⁸⁴. Após 1870, houve estímulo à expansão internacional da SSVP, década em que as primeiras conferências foram fundadas no Brasil.

Chizoti¹⁸⁵ explicou que Adolph Baudon, o presidente do Conselho Geral Internacional, promoveu campanhas para angariar fundos vicentinos para a construção da Basílica Sacré-Cœur, em Montmartre, na cidade de Paris como um voto nacional, após a ocupação prussiana sofrida pelos franceses em 1870 e a violência da Comuna de Paris, em 1871. A Basílica começou a ser edificada em 1875 e terminou em 1914.

Boudon¹⁸⁶ considerou o trabalho da SSVP na paróquia de *Saint-Sulpice* como um laboratório do que se reconheceu mais tarde como obra do Catolicismo Social, concepção surgida do engajamento dos membros católicos em suas associações, atuações na imprensa e na elaboração de políticas sociais. Segundo o autor, a SSVP se destacou porque ofereceu uma proposta de assistência para os trabalhadores pobres.

Apesar de Ozanam repetir que a SSVP não tinha fins políticos, os artigos dos vicentinos nas revistas e nos jornais contribuíram para que a SSVP atraísse pessoas que

¹⁸² BOUDON, Les Catholiques Sociaux parisiense au milieu du XIXe siècle, *op. cit.*, p. 68.

¹⁸³ CHIZOTI, Os operários da caridade, *op. cit.*, p. 70.

¹⁸⁴ *Ibidem*, pp. 67-68.

¹⁸⁵ *Ibidem*, p. 176.

¹⁸⁶ BOUDON, Les Catholiques Sociaux parisiense au milieu du XIXe siècle, *op. cit.*, p. 62.

mais tarde formaram o Partido Católico na França. A SSVP se transformou em um acesso dos católicos das elites aos principais jornais representantes do Catolicismo Liberal como o *Correspondance*, *L'Universo* entre outros, tanto como colaboradores regulares quanto os ocasionais.

Por ocasião das comemorações do centenário da SSVP, em 1933, Constantin¹⁸⁷ se referiu a um grupo de jovens, representados por Ozanam, que se reuniu em torno de um homem experiente, Bailly, para dedicar seu lazer às visitas aos pobres. Colocada sob a proteção de São Vicente de Paulo, o santo protetor dos pobres, a associação se fixou por todas as grandes cidades da França e muitos países no mundo. As conferências para a caridade receberam o apoio dos bispos de todos os países pelos quais se instalou.

Segundo o autor, em New York, o presidente Roosevelt participou nas festividades e disse aos presidentes das conferências que a caridade era um dos pilares da democracia, levou seu olhar aos doentes, às crianças carentes, aos idosos e à vida dos pobres. Suas palavras ecoaram as do Sumo Pontífice Pio XI, para o qual a associação era o alívio de multidões aflitas. O papa desejou uma vida próspera à SSVP, e disse que, se anteriormente seu trabalho pareceu oportuno e necessário, agora, mais do que antes, sua importância adquiriu o mais alto grau.

Na opinião de Rildo Bento de Souza¹⁸⁸ não foi a hagiografia de São Vicente de Paulo que inspirou a fundação da SSVP, já que seu nome foi cogitado para batizar a associação apenas em 1834 e oficializado em 1835. Contudo, o autor considerou que os objetivos de Vicente de Paulo e da SSVP se complementaram, embora a caridade de Vicente de Paulo tivesse ênfase no conforto espiritual, o auxílio material só era ofertado em período de muita carência e a ênfase da associação centrou-se na prática da caridade por meio de auxílio material, apesar do Manual da SSVP apontar o contrário.

Safley¹⁸⁹, Cholvy¹⁹⁰, assim como Marco Antônio de Souza¹⁹¹ viram uma “ligação umbilical” entre a obra de São Vicente de Paulo e a obra da SSVP: a vinculação direta ocorreu através da orientação feita aos vicentinos do século XIX pela

¹⁸⁷ CONTANTIN, C. Société de St Vincent de Paul, Livre du centenaire. Les commémorations, 1934. In: *Revue des Sciences Religieuses*, tome 15, fascicule 4, 1935, pp. 627-628. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/rscir_0035-2217_1935_num_15_4_1677_t1_0627_0000_2?q=CONSTANTIN,%20C.%20Société%20de%20St%20Vincent%20de%20Paul,%20Livre%20du%20centenaire.%20>. Acesso em 12 de dez. de 2006.

¹⁸⁸ SOUZA, Pobres, Doentes e Desvalidos, *op. cit.*, p. 31.

¹⁸⁹ SAFLEY, The reformation of charity, *op. cit.*

¹⁹⁰ CHOLVY, *Frederico Ozanam, op. cit.*

¹⁹¹ SOUZA, As estratégias da pedagogia do assistencialismo em Belo Horizonte, *op. cit.*, p. 53.

Irmã Rosalie, a Filha da Caridade de São Vicente de Paulo, nos primeiros momentos de sua organização.

Entendemos que a proposta de assistência da SSVP foi colocada sob o patrono popular francês e inspirou-se nas práticas católicas desenvolvidas no período moderno, em que se incluem as visitas domiciliares aos pobres e a criação de instituições, como na rede de instituições vicentinas.

1.3.4. Os vicentinos e a caridade.

Na interpretação de Chizoti¹⁹², as atividades de caridade da SSVP se iniciaram sob o ímpeto juvenil, pensadas em debates teóricos. Compreender as dificuldades das famílias pobres a partir dos testemunhos pessoais para assumir sua causa foi a forma mais compatível de praticar a caridade na condição dos estudantes universitários.

O grupo compreendeu o cristianismo como elemento da ordem e do progresso ao observar o trabalho da Irmã Rosalie, cujo objetivo era assistir a todos aqueles que se encontravam excluídos, desprezados pela sociedade. Era fundamental que a caridade se tornasse justiça. A ideia central, que posteriormente constituiu a Doutrina Social da Igreja, era de que a caridade seria capaz de construir o amor recíproco entre os homens, o maior instrumento de mudança individual e social¹⁹³.

Ozanam dizia que todos deveriam fazer a caridade porque a justiça “se faria sozinha”, ou seja, o sistema capitalista seria capaz de acertar as injustiças, no período em que se acreditava na ciência, na eficiência do regime democrático e na industrialização. A caridade não foi vista pelos vicentinos como uma estratégia para a salvação das almas, mas como uma instância de mediação, na qual o conflito entre as classes encontraria seu acerto final na caridade¹⁹⁴.

Para Ribeiro¹⁹⁵, o Cristianismo de 1848 foi um credo social no futuro e esperança numa mudança socioeconômica por meio da filantropia e da tolerância, capaz de recriar a ordem social, vencer a desproporcionalidade e as injustiças, ideias anteriormente defendidas pelos fundadores da SSVP. A República Democrática seria, no campo político, a única forma de governo capaz de fazer a “Justiça Universal”, na

¹⁹² *Ibidem*, p. 82.

¹⁹³ CHOUARD, Pierre. Introdução. In: *Regra da Sociedade São Vicente de Paulo*. Lisboa, SSVP. Conselho Nacional de Portugal, 2006, p. 59.

¹⁹⁴ CHIZOTI, Os operários da caridade, *op. cit.*, pp. 53-62.

¹⁹⁵ *Ibidem*, p. 493-494.

visão cristã dos homens: todos iguais no nascimento e na morte; nos direitos à justiça, à independência e à felicidade, ideias criadoras do Catolicismo Social.

Considerações

A institucionalização da caridade moderna pode ser caracterizada, entre outros, pelos cuidados relacionados à saúde dos pobres, com objetivo de reconduzir os trabalhadores às suas funções socioeconômicas e ao lugar social que lhes foi destinado. Contudo, podem-se observar também medidas de assistência àqueles considerados inaptos ao trabalho, como a rede construída por Vicente de Paulo. Após a Revolução Francesa, desenvolveu-se uma nova ordem político-econômica em que o progresso implicava em organização e justiça social. A caridade foi modernizada e pode ser interpretada por meio das atividades filantrópicas. Nesse novo contexto, a SSVP estabeleceu seu modelo assistencial em que o exercício da caridade pode ser interpretado nos novos moldes apesar de, na prática, adaptar-se a diferentes contextos.

A adaptação da caridade vicentina no Brasil, assim como suas características, são objetos de análise do capítulo dois desta pesquisa.

CAPÍTULO II

A caridade vicentina no Brasil.

O segundo capítulo estuda a implantação da Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP) no Brasil. Tem como objetivo refletir sobre a configuração da assistência na consolidação do regime republicano, nas relações com a Igreja e conhecer a organização da associação vicentina no país para identificar sua implantação no interior de Minas Gerais. No estudo foram utilizadas a revisão bibliográfica, a análise dos manuais da associação e outros documentos vicentinos citados ao longo do texto que nos ofereceram subsídios para o mapeamento e análises da SSVP no Brasil.

2.1. O Brasil e a assistência no século XIX.

O industrialismo, a formação dos Estados Nacionais e o triunfo da ciência no século XIX desenvolveram novas atividades urbanas, para as quais os trabalhadores deveriam estar saudáveis e preparados por meio da instrução. Os trabalhadores deviam aprender uma nova consciência de civilidade e de moralidade, que exigia um processo educacional¹⁹⁶. Os esforços pela modernidade fortaleceram a crença de que a nação dependia da educação e da salubridade. As inovações nos conhecimentos médicos na segunda metade do século resultaram reinterpretação sobre as doenças contagiosas. A teoria bacteriológica influenciou diretamente na concepção de saúde pública e provocou impacto nas ideias e práticas médicas.

No Brasil, após 1860, a sociedade vivia a expansão da atividade econômica no centro-sul do país, impulsionada pelo cultivo do café. Surgiram classes médias urbanas e algumas tentativas de industrialização. Os cafeicultores clamavam pela criação de uma rede de transportes e solicitavam a incorporação de imigrantes para o novo quadro de relações de trabalho.

A escolarização passou a ser vista pelas elites dirigentes como um recurso civilizatório, um elemento fundamental do Estado¹⁹⁷. Segundo Senna¹⁹⁸, ao iniciar o

¹⁹⁶ MARTINS, Ângela Maria Souza. Breves reflexões sobre as primeiras escolas normais no contexto educacional brasileiro, no século XIX. Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” – HISTEDBR, da Faculdade de Educação/UNICAMP. *Revista HISTEDBR On-Line*, v. 9, n. 35, 2009. Disponível em:

<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/tsc_angela.pdf>.

Acesso em 2 de fev. de 2017.

¹⁹⁷ YAZBECK, Formando os bons trabalhadores, *op. cit.*, pp. 100-101.

século XX, a percentagem de analfabetos no Brasil era de 86%, e, em Minas Gerais, para cada 1.000 habitantes, 744 não sabiam ler e escrever.

Até as últimas décadas do século XIX, o socorro aos pobres no Brasil resultava das redes de solidariedade entre parentes, dos apadrinhamentos, das esmolas, das irmandades, das ações beneficentes dos mosteiros e conventos, das associações mutualistas e, principalmente, das Misericórdias, onde elas se encontravam. A maior preocupação no atendimento assistencial era com a saúde e o foco era voltado aos cuidados hospitalares¹⁹⁹.

Os tempos que se seguiram à Proclamação da República frustraram as expectativas das elites, que atribuíram a situação da instabilidade econômica e política à miséria e à presumida ignorância da população, principalmente aquela mais pobre. A ordem republicana emergente acionou novos mecanismos de sustentação e controle dos pobres, considerados imprescindíveis para seu sucesso. O anseio pela ordem urbana advinha das transformações sociopolíticas e econômicas do país. Nas cidades, a pobreza se tornou um tormento para os ricos e tanto a repressão policial quanto o isolamento espacial dos pobres logo se mostraram insuficientes para a manutenção da ordem e para a inserção deles no mercado de trabalho.

Os estudos atribuem o pauperismo no final do século XIX a alguns fatores como o advento do capitalismo com a expansão da economia cafeeira e a migração interna, que trouxe os nordestinos para a região cafeeira, as consequências da Guerra do Paraguai, a Abolição da Escravatura sem uma política de apoio social e a imigração desordenada de trabalhadores europeus²⁰⁰.

Segundo Lapa²⁰¹, os estudos sobre a pobreza brasileira na passagem do escravismo ao capitalismo se voltam, em geral, aos operários ou aos trabalhadores rurais que não recebiam o suficiente para viver e aos marginalizados, acusados de vadiagem, “a mãe do crime, da imoralidade e dos vícios”. O discurso e a prática liberal convergiram para o enaltecimento do trabalho como recurso de superação da pobreza. Entretanto, como o trabalho era próprio do escravo, parecia que uma suposta ociosidade permeava toda a sociedade.

¹⁹⁸ SENNA, Néson de. *A Terra Mineira. Chorographia do Estado de Minas Gerais*. Tomo Segundo. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1926, pp. 207-209.

¹⁹⁹ CHIZOTI, Os operários da caridade, *op. cit.*, p. 153-155.

²⁰⁰ *Ibidem*, p. 152.

²⁰¹ LAPA, Os Excluídos, *op. cit.*, p. 17-18.

A pobreza urbana e a falta de uma política assistencial organizada pelo poder público evidenciou o espaço para uma “cruzada beneficente” da sociedade organizada, ou seja, instituições criadas pela Igreja, associações leigas ligadas ao catolicismo e a outras religiões, além de iniciativas voluntárias de benfeitores se propuseram a atender aos pobres, indigentes e desvalidos²⁰². A intervenção social por meio das associações caritativas reforçou a imagem da sociedade capitalista: atendia-se aos interesses de ordem e de progresso do Estado e das elites, além de oferecer oportunidades do desenvolvimento da consciência coletiva por meio de ações beneficentes, que envolviam aspectos religiosos e morais²⁰³.

Contudo, Lapa considerou que nem sempre se pode analisar a pobreza atrelada ao sistema econômico ou contra ele porque no Brasil havia outros grupos que não estavam inseridos na economia formal nem na informal, além de não serem vistos como marginais: trata-se das “legiões de desgraçados, os excluídos”.

Segundo o autor, a vinda das congregações europeias envolvidas com as ideias ultramontanas, após 1870, que se integraram à política de imigração do país, trouxe a ideia da prevenção da pobreza por meio da formação do clero e da educação profissionalizante. As congregações colaboraram com as transformações da Igreja no Brasil e incentivaram a atuação das associações leigas.

Uma das características da geração intelectual brasileira que se formou na passagem do século XIX para o XX foi um intenso desejo de intervir no processo de formação da vida política e social do país. Alguns códigos de controle social prevaleceram entre as elites para que a pobreza útil fosse mantida: motivar e impelir ao trabalho, reprimir a ociosidade e as reações ao pauperismo, e manter a pobreza nos lugares que lhe foi destinado. Souza²⁰⁴ observou que os mendigos eram tratados como doentes e recebiam tratamento precário; apenas nos primeiros anos do século XX foram destinados a asilos próprios.

Singer observou que, apesar da precariedade das informações, entende-se que o analfabetismo e as epidemias atingiam fortemente a população²⁰⁵. A educação e saúde passaram a ser apontadas como dois grandes problemas que dificultavam a construção

²⁰² *Ibidem*, p. 48.

²⁰³ SOUZA, A economia da caridade, *op. cit.*, pp. 14-15.

²⁰⁴ SOUZA, Pobreza, Doença e Caridade em Goiás, *op. cit.*, p. 53.

²⁰⁵ SINGER, Paul *et al.* Prevenir e curar. O controle social através dos serviços de saúde. Rio de Janeiro, Forense universitária, 1988, p. 105.

de uma nação civilizada, próspera e moderna. Era necessário livrar o país do analfabetismo e da insalubridade.

2.1.1. A Igreja e o Estado.

Segundo Azzi²⁰⁶, no final do século XIX, o movimento moderno de Reforma Católica, iniciado no século XVI, entrou em nova fase denominada Restauração Católica, defendida pelas ideias ultramontanas: trata-se de duas etapas do mesmo movimento, com o objetivo de manter a função social da Igreja, sob a orientação da Santa Sé. Uma parcela do clero brasileiro que estava envolvida com a Romanização disseminou os preceitos seguidos pelo catolicismo mundial da época que pretendiam promover a “re Cristianização do Brasil”²⁰⁷.

Entretanto, houve contradições entre os defensores da ortodoxia católica romana em relação à liberdade de expressão, às práticas sincréticas da religião praticada no Brasil e ao Padroado²⁰⁸, sistema criado por meio de bulas pontifícias em que a Santa Sé delegou aos monarcas católicos ibéricos a administração e organização da Igreja Católica em seus domínios conquistados e por conquistar. O Padroado português data do início da expansão marítima portuguesa, em meados da década de 1400, e foi confirmado pelo Papa Leão X em 1514. Em contrapartida, o rei padroeiro, que arrecadava os dízimos eclesiásticos, deveria construir e prover as igrejas, nomear os párocos e propor nomes dos bispos, que seriam confirmados pelo Papa. O sistema do Padroado foi mantido no Brasil após a independência.

O enfrentamento entre os bispos ultramontanos e a Maçonaria deu início à Questão Religiosa que se desenvolveu na década de 1870 e é considerada pela historiografia como um dos elementos que proporcionaram o fim da monarquia brasileira. Os principais religiosos envolvidos na questão foram D. Pedro Maria de Lacerda, bispo no Rio de Janeiro; D. João Antônio dos Santos, bispo de Diamantina; D. Luís Antônio dos Santos, de Fortaleza e arcebispo da Bahia; D. Antônio de Macedo

²⁰⁶ AZZI, Riolando. “O Início da Restauração Católica em Minas Gerais, 1920-1930”. In: Matos, Henrique Cristiano José. *Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas Gerais 1922-1936*. Belo Horizonte: O Lutador, 1990, pp. 265-345.

²⁰⁷ MARQUES, A filantropia científica nos tempos da romanização, *op. cit.*, pp. 175-176; CHIZOTI, Os operários da caridade, *op. cit.*, p. 162.

²⁰⁸ LIMA, Lana Lage da Gama. O padroado e a sustentação do clero no Brasil colonial. Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba. *Saeculum*, n° 30 - jan./jun. 2014 - Dossiê história e história das religiões, p. 47.

Costa, bispo de Belém do Pará e D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, bispo de Olinda e Recife²⁰⁹.

Souza²¹⁰ explicou que o processo de Romanização pretendeu conquistar a autonomia da Igreja frente ao Estado por meio da maior aproximação dos clérigos com a Santa Sé. Pretendeu proporcionar o surgimento do novo catolicismo, para reforçar a hierarquia eclesiástica e apoiar os leigos, a serem conduzidos “como as ovelhas pelo pastor”. O objetivo imediato era reconquistar o poder político da Igreja e a reaproximação dos fiéis por meio do apoio às associações católicas para a caridade.

Na Primeira República, o Estado brasileiro, de concepção liberal, não se propunha a intervir diretamente no mercado de trabalho. A ausência de políticas do Estado e as medidas tomadas pelas instituições assistenciais privadas provocou um fenômeno que Souza²¹¹ denominou “economia da caridade”, uma associação informal entre o Estado e as instituições privadas.

Essa “economia” tinha dois objetivos: manter o indivíduo integrado ao mercado de trabalho e evitar qualquer reação adversa daqueles que não se integravam ou reagem ao pauperismo. Como as relações sociais não são restritas ao universo econômico, as elites deveriam ocupar todos os espaços e criar meios a fim de assistir, vigiar e disciplinar os pobres por meio da “pedagogia do assistencialismo”²¹², que se fez por meio de orientações paternalistas e clientelistas.

Souza²¹³ observou que as instituições de caridade voluntárias tornaram-se fundamentais nas cidades. A assistência aos pobres passou a ser obra coletiva, pública e privada: ações de protagonismo leigo com o apoio da Igreja e do Estado.

2.1.2. Vicentinos e a Ação Católica.

A encíclica *Rerum Novarum* (Sobre a Condição dos Operários), do Papa Leão XIII em 1891, referiu-se aos efeitos da Questão Social. Amaral²¹⁴ considerou a encíclica como parte do projeto de transformação social da Igreja: a justificativa da Reforma Religiosa, do século XVI, relacionada ao abandono da fé pelos fiéis no ambiente secular foi substituída por outras formas de recristianização. A encíclica discutiu o papel do Estado e da Igreja na sociedade moderna, condenou as ideias socialistas e anarquistas,

²⁰⁹ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. SP: Brasiliense, 1987.

²¹⁰ SOUZA, As estratégias da pedagogia do assistencialismo em Belo Horizonte, *op. cit.*, pp. 45-46.

²¹¹ SOUZA, A economia da caridade, *op. cit.*, p. 10.

²¹² SOUZA, As estratégias da pedagogia do assistencialismo em Belo Horizonte, *op. cit.*, p. 46.

²¹³ SOUZA, A economia da caridade, *op. cit.*, p. 18.

²¹⁴ AMARAL, Cultura confessional e luta por direitos no mundo do trabalho, *op. cit.*, p. 70.

consideradas desordeiras e agressoras ao direito de propriedade, e, por meio do corporativismo pretendia estabelecer uma prática regeneradora dos malefícios do liberalismo moderno. A Restauração Católica desencadeou o projeto político-pastoral que via a moral e a doutrina católica como elementos essenciais na luta por direitos para os trabalhadores, conhecido por Ação Católica.

Wirth²¹⁵ destacou a importância do catolicismo em Minas Gerais e a atuação dos padres europeus vindos das congregações europeias em expansão, que trouxeram as ideias de “ação católica” e estimularam associações leigas, sindicatos católicos e congressos.

A Ação Católica pode ser entendida como um conjunto de movimentos criados pela Igreja nas primeiras décadas do século XX, oficializado pelo Vaticano em 1929 pelo Papa Pio XI. Tinha como objetivo ampliar a influência católica na sociedade por meio da inclusão de setores leigos e do fortalecimento da fé religiosa, com base na Doutrina Social da Igreja. Em 1938, o Papa Pio XI criou uma direção central para a Ação Católica.

No Brasil, Chizoti²¹⁶ observou que a análise dos bispos sobre a Questão Social era de que esta derivava da ausência da moralidade e da religiosidade nos costumes do povo, tanto de patrões quanto de operários. A solução estaria na implantação desses valores nos indivíduos, na recristianização. No projeto brasileiro, a Igreja estabeleceu uma estratégia para a moralização dos pobres, uma ação pedagógica com orientação paternalista e clientelista para que fossem criados vínculos entre assistentes e assistidos. Entre 1890 e 1930 foram criadas 56 novas dioceses²¹⁷.

Na interpretação do autor, os vicentinos brasileiros “nunca se envolveram com a Ação Católica”, visto como projetos relacionados às lutas operárias. “Estiveram próximos apenas em situações esporádicas, sem levar em conta seu espírito e métodos”. O autor entendeu que o trabalho da SSVP no Brasil se caracterizou por um caráter paternalista ligado à orientação da hierarquia católica, que, segundo ele, compreendeu “muito lentamente os problemas sociais”.

O autor explicou que, durante a Primeira República, os bispos imaginavam um futuro “capaz de associar o patronato responsável, o operário submisso, a Igreja

²¹⁵ WIRTH, O fiel da balança, *op.cit.*, pp. 144-145.

²¹⁶ CHIZOTI, Operários da caridade, *op. cit.*, p. 234.

²¹⁷ *Ibidem*, p. 69.

dirigente e o Estado vigilante”²¹⁸. Os vicentinos tinham seu espaço no campo religioso, em que a justiça estava vinculada à caridade, sua especialidade, e foram vistos pelo episcopado como capazes de realizar esse trabalho, próprio da Igreja. Do ponto de vista do direito canônico, a SSVP não poderia fazer parte da Ação Católica por não pertencer ao direito eclesiástico, como exprimiu o papa Pio XI, para quem a associação tornou-se auxiliar da Igreja, ativa e preciosa, por um lado por sua finalidade e por outro, por sua vocação²¹⁹.

Na opinião de Chizoti²²⁰, a encíclica “não chamou atenção nem exerceu qualquer influência de transformação no Brasil”. Observou que na IV conferência dos bispos de São Paulo, em 1910, os representantes da Igreja mostraram pouco conhecimento da realidade operária. Em 1916, Dom Sebastião Leme (1882-1942), arcebispo de Olinda e Recife, em Pernambuco e, mais tarde, arcebispo do Rio de Janeiro, defendeu a participação da Igreja na vida política do país e incitou os leigos católicos a participarem da vida pública.

Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1942)²²¹ nascido em Espírito Santo do Pinhal, interior de São Paulo, estudou na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, onde foi ordenado padre em 1904. Foi pró-vigário geral de São Paulo, nomeado bispo-auxiliar de São Sebastião do Rio de Janeiro em 1911, consagrado pelo Cardeal Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti²²², arcebispo de São Sebastião do Rio de Janeiro. Foi promovido à Sé metropolitana de Olinda em 1916, e tornou-se arcebispo de Recife quando a Sé foi unida à Olinda, em 1918. Em 1928 recebeu a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo de Portugal. Após a morte do Cardeal Arcoverde, foi nomeado arcebispo do Rio de Janeiro, em 1930, quando exerceu a função de conciliador em relação à Revolução. Recebeu o legado papal para a consagração do monumento do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro em 1931 e fundou a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1941.

Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti (1850-1930), o Cardeal Arcoverde, nascido em Cimbres, Pernambuco, foi o primeiro sacerdote brasileiro a ser elevado ao título de cardeal na América Latina. Foi reitor do Seminário de Olinda; bispo de Goiás; foi designado bispo auxiliar de Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, arcebispo de São Paulo, quando este esteve doente; bispo e arcebispo da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Teve importante atuação em relação aos atritos da Igreja com o novo regime

²¹⁸ *Ibidem*, p. 239.

²¹⁹ SSVP. Conselho Geral Internacional, de Paris. *O que é a Sociedade São Vicente de Paulo*. Extracto da alocução do presidente do Conselho Geral Pierre Shouard. Separata do Boletim da Sociedade São Vicente de Paulo de Lisboa, n° 81. Lisboa, União Gráfica, março de 1962, p. 3; ROUX, Irmã Maria Genoveva. “Os leigos e o Direito Canônico”. In: Revista Ecos da Companhia, *op. cit.*, janeiro de 1990.

²²⁰ *Ibidem*, pp. 240-241.

²²¹ FGV/ CPDOC. Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/sebastiao_leme>. Acesso em 12 de fev. de 2017.

²²² Arquidiocese de São Paulo. Disponível em: <<http://www.arquisp.org.br/historia/dos-bispos-e-arcebispos/bispos-diocesanos/dom-joaquim-arcoverde-de-albuquerque-cavalcanti>>. Acesso em 12 de fev. de 2017.

republicano, principalmente no que se referia à extinção do ensino religioso nas escolas públicas. Fundou a Federação das Associações Católicas e construiu diversas igrejas em São Paulo.

Porém, não houve projetos de reforma política elaborados por deputados católicos nesse período. Em 1921, após as primeiras greves de operários nas cidades São Paulo e Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme lançou a Ação Católica de forma incipiente, com poucas sugestões voltadas aos operários. Nos anos 1930, após o Estado reconhecer a natureza e a especificidade da Questão Social, a Igreja reafirmou o valor da caridade.

Chizoti entendeu que foram os Congressos Católicos, realizados pelos leigos desde 1900, que atualizaram o pensamento da Igreja no Brasil, pois ao final de cada um deles eram tomadas medidas práticas que se propunham como linhas de ação da Igreja. Os vicentinos compareceram em número significativo a esses congressos.

A Questão Social brasileira foi enfrentada por outra associação católica, formada no Rio de Janeiro em 1902, com a finalidade de divulgar a doutrina da Igreja para enfrentar “as ideias errôneas que se infiltravam no povo e orientavam os trabalhadores, principalmente nas áreas rurais”: a União Popular²²³. A associação foi inspirada no modelo da *Volkverein* alemã. A tradução mais comum da palavra é associação ou cooperativa, legitimadas por valores tais como a gestão compartilhada do trabalho, a ajuda mútua, a equidade e a solidariedade. Tratava-se de uma “instituição de caráter geral, cujo fim é promover, por todos os meios legítimos, a ação social católica”. Seus estatutos previam a criação de seus centros em todos os estados brasileiros e seus diretórios em todas as dioceses. Na década de 1930, foram criados pelos operários católicos da União Popular os Círculos Operários e a Juventude Operária Católica²²⁴.

Na opinião de Souza²²⁵, para a aceção da situação dos vicentinos é preciso lembrar de que sua prática antecedeu a Ação Católica. A caridade vicentina desenvolveu um catolicismo militante, preocupado com atividades caritativas, com o fortalecimento da religião e com a expansão da moral cristã, o que vinha de encontro com as expectativas da Igreja; além de ocupar o espaço destinado às políticas públicas de assistência à população, que eram insuficientes na Primeira República.

²²³ AMARAL, Cultura confessional e luta por direitos no mundo do trabalho, *op. cit.*, p. 72.

²²⁴ CHIZOTI, Os operários da caridade, *op. cit.*, p. 246.

²²⁵ SOUZA, As estratégias da pedagogia do assistencialismo em Belo Horizonte, *op. cit.*, pp. 45-46.

Na interpretação do autor²²⁶, deve-se considerar a SSVP em Minas Gerais, mais do que em outros lugares do país devido principalmente à intensidade de sua presença, como precursora da Ação Católica no Brasil.

2.2. A Sociedade São Vicente de Paulo no Brasil.

A SSVP foi implantada no Brasil na década de 1870, correspondeu à retomada da associação na França, após a intervenção de 1861, feita pelo ministro do interior de Napoleão III, Victor Folin. As campanhas abolicionista e republicana evidenciavam uma “nova ordem” sociopolítica, sob a influência do Positivismo²²⁷, em que a proposta de separação entre a Igreja e o Estado provocou um intenso ativismo político do clero às elites do país. O Positivismo pode ser entendido como uma filosofia que surgiu na França e na Inglaterra durante o século XVIII que se caracterizou pelo empirismo e pela aversão à religião e à metafísica. Surgiu ligado às transformações relacionadas à implantação da industrialização nas sociedades europeias e influenciou de forma considerável as sociedades nos séculos XIX e XX. No caso do Brasil, a influência se espalhou na organização da sociedade republicana, ainda no século XIX; estimulou o culto ao cientificismo e desafiou a dominação católica.

Para estudar a SSVP no Brasil, observamos a proposta da SSVP em seu Manual, que afirma ser a finalidade principal da associação a realização espiritual de seus membros por meio da prática da caridade²²⁸. A sociedade deveria evitar a publicidade ou chamar a atenção do público sobre si²²⁹. Nunca deveria tecer elogios aos seus membros, nem fazer discursos necrológicos ou orações fúnebres, o que seria contrário ao seu principal fundamento, a humildade²³⁰. Não deveria tratar da política sobre qualquer pretexto²³¹ nem colaborar na publicação de jornais que não fossem religiosos²³². Essas observações pretendem exprimir o caráter caridoso da associação e assim garantir a colaboração de todos.

²²⁶ *Ibidem*, p. 46.

²²⁷ SANTOS, Rosélia Maria de Souza e SANTOS, José Ozildo dos. O Positivismo e sua influência no Brasil. *Revista Brasileira de Filosofia e História*, v. 1, n. 1 (2012). Disponível em: <<http://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RBFH>>. Acesso em 12 de fev. de 2017.

²²⁸ SSVP. Manual da Sociedade São Vicente de Paulo, 1885, pp. I – 16, 28; II – 113, 296.

²²⁹ *Ibidem*, pp. I – 11-13; II – 85, 102, 147, 262.

²³⁰ *Ibidem*, pp. I – 11-13; II – 85, 102, 147, 262.

²³¹ *Ibidem*, pp. I – 23; II – 107, 116, 298.

²³² *Ibidem*, p. II – 79.

2.2.1. As conferências.

As conferências são as células básicas da associação. Eram reuniões que deveriam ser prazerosas, todos deveriam ser ouvidos de modo que cada um pudesse se sentir como um importante elo da associação. As conferências com muitos membros deveriam ser divididas e poderiam ser instaladas nos colégios²³³, além dos salões das igrejas dos bairros.

A visita aos pobres em seus domicílios era a principal obra de caridade vicentina. Chamada de “Visita Sagrada”, o confrade poderia escolher o dia e a hora, mas não poderia deixar de fazer. Se o pobre fosse católico, a visita deveria iniciar com a saudação “Seja louvado N. S. Jesus Cristo”²³⁴. Tinha como principais objetivos: velar pela união e perfeita harmonia entre os membros; velar pela saúde de todos; velar pelos que trabalham; direcionar as visitas médicas e fornecer medicamentos, oferecer empregos aos desocupados, instrução e livros para as crianças, fornecer roupas, calçados e livros e ensinar regras de higiene²³⁵.

O vicentino deveria conquistar a confiança do pobre por meio da periodicidade das visitas e do auxílio material. Deveria doutriná-lo, corrigi-los com delicadeza e explicar que seu comportamento deveria ser compatível com o de um cristão. Se o pobre não fosse católico, os cuidados deveriam ser redobrados²³⁶.

As tarefas vicentinas eram distribuídas pelo presidente aos membros na conferência. Além das visitas domiciliares, poderiam ser a adoração ao Santíssimo Sacramento, no altar da paróquia; as visitas aos doentes, nos hospitais e aos presos nas cadeias, entre outras, como a busca por auxílios por meio da colaboração de filantropos, em que estavam incluídas as ofertas de trabalho: “o operário indigente, o artista e os alojados à custa da conferência esperam o maior benefício de seus protetores: um trabalho certo, que falta, por muitas vezes, à sua boa vontade”²³⁷.

As conferências eram frequentadas apenas pelos vicentinos, a mesa diretora de cada conferência era formada pelo presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e o

²³³ SSVP. Manual da Sociedade São Vicente de Paulo, 1885, p. II – 374.

²³⁴ SSVP. Boletim do Conselho Central de Mariana, 1905, pp. 145-146.

²³⁵ SSVP. Boletim Brasileiro, 1901, pp. 299-300.

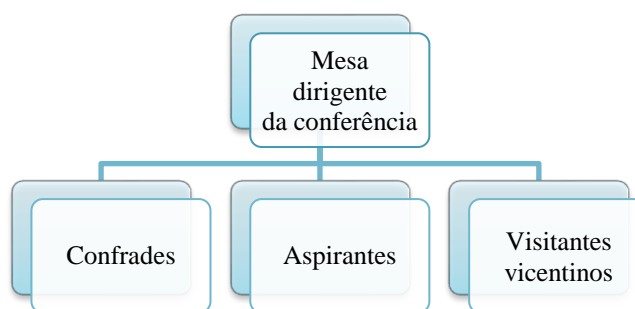
²³⁶ SOUZA, A economia da caridade, *op. cit.*, pp. 71-72.

²³⁷ SSVP. Manual da Sociedade São Vicente de Paulo, 1885, p. II – 374.

conselheiro espiritual, o padre²³⁸. As conferências brasileiras atraíram um grande número de confrades, apesar de o Regulamento sugerir o contrário²³⁹.

Elaboramos a figura 2²⁴⁰ para ilustrar a composição de uma conferência vicentina.

Figura 2:
Composição de uma conferência vicentina.



No Brasil, os padres atuaram como confrades ou como conselheiros espirituais, alguns deles receberam o título de “presidente de honra de suas conferências”, apesar de o Regulamento ter previsto essa condição apenas aos bispos²⁴¹. Contudo, não encontramos registros de conflitos que refletissem a intenção de padres em assumir a presidência das conferências, nem de que tenha substituído o presidente no caso de ausência em alguma ocasião, fato que comprova o caráter leigo da associação²⁴².

As conferências mantiveram uma rotina²⁴³: iniciava-se com a fala do Conselheiro Espiritual, com uma oração ou leitura; a seguir o presidente passava a palavra ao secretário para que fosse lida a ata da conferência anterior, que deveria ser aprovada ou sofrer alterações. O tesoureiro esclarecia a situação econômica da semana. Em uma segunda etapa, davam-se os relatos dos confrades encarregados das visitas efetuadas aos pobres na semana anterior. Os auxílios às famílias visitadas eram definidos caso a caso, no momento denominado “sindicância”. O Manual prevenia que

²³⁸ *Ibidem*, p. I – 41, 133; II – 97, 127, 159-161, 270.

²³⁹ SSVP. I Livro de Atas das Conferências São José, no Rio de Janeiro; Santo Antônio, em São João d’El Rei; Nossa Senhora do Pilar, em Ouro Preto; Santo Antônio, em Juiz de Fora; Natal, em Ubá.

²⁴⁰ Figura 2. Fonte: Elaboração própria a partir das informações contidas em: SSVP. Manual da Sociedade São Vicente de Paulo, 1927, *op. cit.*

²⁴¹ SSVP. Manual da Sociedade São Vicente de Paulo, 1885, p. I – 45, 103; II – 157, 256.

²⁴² MENEZES, Vicente Porto de. *Reflexões Vicentinas*. Juiz de Fora, MG: Conselho Metropolitano de Juiz de Fora, 1994b, pp. 8-9.

²⁴³ SSVP. Manual da Sociedade São Vicente de Paulo, 1927, *op. cit.*, p. I- 207-300.

em nenhuma conferência houvesse mais famílias assistidas do que as possibilidades de promover a assistência, além de evitar que membros se tornassem ociosos.

No período em estudo, os registros dos assistidos eram feitos apenas nas atas das conferências por meio de números ou pelo primeiro nome do chefe da família, o que dificulta a pesquisa direcionada para esse grupo. A estratégia vicentina recomendava a discrição aos confrades: um de seus membros, parente ou vizinho deveria procurar previamente um dos confrades e pedir ajuda. Esse confrade deveria inicialmente realizar uma investigação profunda e silenciosa e, em seguida, consultar reservadamente o presidente. Se aprovado, o nome do chefe da família deveria ser levado à conferência pelo confrade consultado para a sindicância²⁴⁴.

Cada conferência era autônoma para estabelecer seus critérios para a concessão dos auxílios definidos caso a caso. No bairro, os vicentinos, como os demais moradores, conheciam a situação em que se encontravam os candidatos a assistidos, o que facilitava a tomada das decisões.

Seguiam-se debates sobre assuntos diversos da conferência, como a participação de confrades em eventos vicentinos, as visitas ou a fundação de novas conferências, o relato sobre as correspondências recebidas pelo presidente, entre outros. Nesse momento, havia a participação dos visitantes e aspirantes a membros confrades. Em uma terceira etapa, o presidente designava os confrades a realizarem as próximas tarefas.

Antes do encerramento com as orações, era promovida a coleta secreta, as atas se referem à “passada da bolsa”, vista como um testemunho de partilha. Tratava-se de uma doação anônima, sem limites previstos, cada confrade ofertava aquilo que podia, com a finalidade de assistir as famílias. O encerramento da conferência se dava com as orações finais²⁴⁵.

2.2.2. As primeiras conferências.

A primeira conferência vicentina brasileira foi criada em 1872, no interior do Seminário Diocesano de São José, no extinto Morro do Castelo, no Rio de Janeiro, dirigido pelos lazaristas. Participaram da reunião inicial: Francisco Lemos Farias Coutinho, o Conde de Aljezur, que fundou a SSVP em Lisboa com o Padre Senna de

²⁴⁴ SSVP. I Livro de Atas do Conselho Particular de Ouro Preto, 18/4/1909.

²⁴⁵ *Ibidem*, p. I – 142-144; II – 162-164, 208, 218.

Freitas e o Padre Emílio Miel em 1859²⁴⁶, que estava no Brasil a serviço da imperatriz, Dona Leopoldina; o médico Dr. Pedro Fortes Marcondes Jobim e o advogado Dr. Antônio Seccioso de Sá, que haviam participado das conferências vicentinas em Portugal, além de outros convidados leigos. Fundaram a Conferência São José, que foi agregada ao Conselho Geral Internacional, em Paris, no mesmo ano²⁴⁷.

Em São Paulo, Chizoti²⁴⁸ explicou que a iniciativa partiu do bispo Dom Lino Deodato em 1874, que se declarou abolicionista e perdeu apoio na Igreja em São Paulo. Com objetivo de atrair os leigos e de conseguir recursos para suas atividades pastorais, o bispo incentivou a aproximação com os leigos aristocratas, como Alberto Saladino Figueira de Aguiar e a devoção ao Sagrado Coração de Jesus, um dos elementos de renovação ultramontana.

Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (1826-1894) ingressou, em 1848, no seminário de Olinda, sede do bispado, numa época de reformas empreendidas principalmente por Dom João da Purificação Marques Perdigão, bispo de Olinda, e por Dom Romualdo Antônio Seixas, arcebispo da Bahia. Foi secretário do bispo do Ceará e deputado provincial, pelo Partido Conservador, em 1856. Foi indicado bispo de São Paulo por Dom Pedro II em 1871 e teve Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti como bispo auxiliar²⁴⁹.

Dom Lino Deodato promoveu a fundação da primeira Conferência da SSVP na cidade, cuja mesa diretora foi composta pelo presidente Indolécio Randulfo de Aguiar, o vice-presidente era seu filho Porfírio de Aguiar, o secretário era Emanuel de Alvarenga e o tesoureiro era Bernardo Torres, além do presidente honorário, Alberto Saladino Figueira de Aguiar e se tornou o conselheiro espiritual deste grupo²⁵⁰; em carta do presidente desta primeira conferência para Adolph Baudon, presidente do Conselho Geral Internacional de Paris, apresentou-se como “um apóstolo da caridade dos tempos modernos”.

²⁴⁶ As informações sobre a vida das conferências em seu primeiro século em Portugal são escassas devido ao anonimato de seus membros. Sabe-se que em 29/09/1859 os padres Senna de Freitas e Emílio Miel fundaram a primeira conferência portuguesa na Igreja de São Luís dos franceses. Doutrinadores e polemistas semearam as conferências pelo norte do país e, em 1875, fundaram as conferências de Funchal, de Braga e do Porto. O Conselho Superior ou Nacional de Portugal foi criado em 1908. As conferências foram levadas a Angola, Timor, Goa, entre outros. TORRES, Alberto Pinheiro. *Sociedade São Vicente de Paulo em Portugal, 1859-1959*. Lisboa, Tipografia Fonseca Ltda., 1961, pp. 57-59.

²⁴⁷ SSVP. I Livro de Atas do Conselho Metropolitano de Ouro Preto, 1950.

²⁴⁸ CHIZOTI, Operários da caridade, *op. cit.*, p. 114.

²⁴⁹ Arquidiocese de São Paulo. Disponível em: <<http://www.arquisp.org.br/historia/dos-bispos-e-arcebispos/bispos-diocesanos/dom-lino-deodato-rodrigues-de-carvalho>>. Acesso em 12 de dez. de 2016.

²⁵⁰ CHIZOTI, Os operários da caridade, *op. cit.*, p. 114.

Dom Lino Deodato e os vicentinos construíram um complexo arquitetônico na cidade de São Paulo formado por um templo e pelo Liceu Sagrado Coração de Jesus na cidade. O empreendimento foi liderado por uma comissão integrada por membros da aristocracia paulistana que realizaram uma campanha com os acionistas e convidaram os salesianos italianos para dirigir o colégio.

Rildo Bento de Souza²⁵¹ identificou que a primeira Conferência na cidade de Goiás foi uma iniciativa do bispo Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, que se dedicou a fundar casas de missionários lazaristas e a SSVP. Nascido na cidade de Salvador em 1841, filho do bacharel Domingos José Gonçalves Ponce de Leão e Gertrudes Gonçalves de Araújo, estudou humanidades e engenharia em Paris, no período em que a SSVP tinha 24 anos de existência e que Ozanam atuava como professor universitário e escrevia artigos nos jornais.

O autor acredita que Dom Cláudio presenciou a repercussão da associação católica na sociedade parisiense e no clero, pois abandonou seus estudos e ordenou-se por meio da Congregação da Missão. De volta ao Brasil, o bispo Dom Cláudio organizou a fundação da primeira Conferência em Goiás em 1885, com 17 sócios. Nos três primeiros anos seguintes, havia as Conferências Imaculada Conceição e São José, ambas com sede na Igreja de São Francisco; Conferências Sant'Anna e Luiz Gonzaga com sede na Catedral da cidade; a Conferência Nossa Senhora do Rosário com sede na Igreja de mesmo nome e a Conferência São Prudêncio, na Igreja do Carmo.

Marco Antônio de Souza²⁵² explicou que a primeira Conferência vicentina em Minas Gerais foi a Conferência Nossa Senhora do Pilar, fundada na cidade de São João d'El Rei em 1875, e funcionou na Igreja Matriz da cidade. Surgiram novas conferências em Mariana e em Ouro Preto na década de 1880. Na nova capital, Belo Horizonte, a primeira conferência data do ano de sua inauguração, em 1897.

Podemos entender que as conferências brasileiras foram iniciadas pelos padres, que provavelmente tinham notícias sobre o trabalho dos leigos desenvolvido na França. As lideranças vicentinas, especialmente em Minas Gerais, receberam apoio de líderes da Igreja como o Padre Júlio Maria de Lombaerde, que desenvolveu o movimento leigo de assistência aos pobres desde o final do século XIX, antes da encíclica de 1891, das ideias de Pio XI e do surgimento do movimento Ação Católica.

²⁵¹ SOUZA, Rildo Bento de. *Pobreza, Doenças e Caridade em Goiás. Uma análise do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1935)*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2014, pp. 35-37.

²⁵² SOUZA, A economia da caridade, *op. cit.*, p. 43.

Padre Júlio Maria de Lombaerde (Bélgica, 1878 – Minas Gerais, 1944) ingressou na Congregação da Sagrada Família, fundada pelo Padre Berthir, em Grave, Holanda, para recolher vocações tardias. Foi ordenado a 13 de janeiro de 1908 e dedicou-se às missões pela França, quando conheceu a SSVP. Em 1912 foi enviado para a Amazônia onde trabalhou por 15 anos como missionário entre os índios e caboclos. Em Macapá fundou a Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria e confrarias leigas. Em 1928, transferiu-se para a Zona da Mata mineira e percorreu grande parte da diocese, dedicado às Missões, em que estimulava a formação de confrarias locais, nos moldes da SSVP. Fixou-se na cidade Manhumirim, na área norte da Zona da Mata mineira, onde fundou as primeiras congregações missionárias brasileiras: a Congregação dos Missionários de Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento, bem como a das Irmãs Sacramentinas de Nossa Senhora, o Seminário Apostólico, o Colégio Pio XII, o Hospital-asilo São Vicente de Paulo, o Patronato Santa Maria para acolhimento dos órfãos, a Escola Normal Santa Terezinha, a editora e o jornal “O Lutador”, em que se revelou polemista²⁵³.

O Padre Júlio Maria argumentava que todos deveriam se aproximar dos pobres por razões religiosas cristãs e por responsabilidade social. Defendia que, por meio da caridade, poder-se-ia evitar a degeneração da sociedade ao se reduzir a avareza dos ricos, uma atitude que certamente evitaria a desordem social. A caridade deveria impedir a miséria, que provocava a promiscuidade, a desagregação da família, e a quebra da hierarquia, que prejudicava a sociedade congregada no cristianismo. O trabalho e as instituições de assistência teriam como objetivo salvar o pobre nos aspectos espirituais e temporais²⁵⁴.

Estudos²⁵⁵ registraram que as conferências expandiram-se pelas cidades brasileiras após a publicação do Manual na língua portuguesa, em 1885. O volume trazia a autorização de D. José III, cardeal patriarca de Lisboa. A primeira tradução brasileira do Regulamento foi publicada em 1927, com a autorização do cardeal Arcoverde, arcebispo do Rio de Janeiro²⁵⁶. Podemos perceber que a SSVP manteve relação próxima com a Igreja Católica no Brasil, mesmo após a separação entre a Igreja e o Estado.

²⁵³ Instituto dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora. Disponível em: <<http://revista.olutador.org.br/pe-julio-maria-de-lombaerde-o-lutador-a-caminho-dos-altares/>>. Acessado em 12 de fev. de 2017.

²⁵⁴ SOUZA, A economia da caridade, *op. cit.*, pp. 51-52.

²⁵⁵ AZZI, Riolando. Igreja e Estado em Minas Gerais. *Revista Síntese*, vol. XIII, nº 38, pp.23-52, 1986; *Idem*, Padres da Missão e o movimento brasileiro de reforma católica no século XIX. *Revista Convergência*, 1974, Ano VII, nº76, Dez; MARQUES. A Caridade criando hospitais em Minas Gerais (Brasil) séculos XVIII-XX, *op. cit.*; SOUZA. A economia da caridade, *op. cit.*; SOUZA. Pobres, Doentes e Desvalidos, *op. cit.*; TOMASCHEWSKY. Caridade e filantropia na distribuição da assistência, *op. cit.*

²⁵⁶ SSVP: Manual da Sociedade São Vicente de Paulo. Petrópolis, RJ: Typographia das “Vozes de Petrópolis”, 1927, p. 4.

As conferências foram distribuídas pelos bairros e vieram a se agrupar em diferentes níveis de conselhos, que seguiram a estrutura original da SSVP. Por conferência entendia-se tanto a unidade estrutural da SSVP quanto as reuniões semanais do grupo. Não houve no Brasil o uso do termo conferência com o significado de encontro para estudos universitários, como ocorreu em Paris, apenas na acepção do planejamento das ações de assistência aos pobres. Para pertencer à SSVP, a conferência precisava receber a Carta de Agregação²⁵⁷, documento expedido pelo Conselho Geral. Os pedidos das Cartas deveriam ser encaminhados pelo Conselho Nacional, que foi criado no Brasil em 1878, após a autorização ao bispo da arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda.

Como ocorreu em outros países, estruturas de irmandades e confrarias preexistentes no Brasil se transformaram em conferências vicentinas, especialmente quando as epidemias aumentavam as necessidades dos auxílios à comunidade. Acreditamos que o termo “confrade” foi utilizado pelos vicentinos no Brasil devido às tradições das confrarias coloniais²⁵⁸ e à facilidade da população em identificar os propósitos de assistência da instituição.

As irmandades leigas em Minas Gerais se instalaram desde a confirmação da descoberta do ouro nas minas coloniais. A Coroa se preocupou com o controle do contrabando e tomou medidas, entre as quais, a limitação do número de padres em circulação. Esta medida provocou o incentivo às irmandades que, em alguns casos, assumiram o controle das igrejas locais e da assistência aos seus filiados. A Igreja foi responsável por todas as ocorrências da vida civil e privada dos paroquianos, como nascimentos, casamentos e mortes. Após a Independência do Brasil, as irmandades mineiras foram mantidas.

Algumas conferências foram batizadas com o nome do santo ou da santa de devoção nas igrejas locais, conforme as sugestões da SSVP, outras com o nome da localidade em que se encontravam e eram formadas por membros leigos e religiosos.

²⁵⁷ SSVP. Manual da Sociedade São Vicente de Paulo, 1885, p. I – 33, 137; II – 81, 109, 113, 373.

²⁵⁸ BOSCHI, Os leigos e o poder, *op. cit.*, 1986; MARQUES. A Caridade criando hospitais em Minas Gerais (Brasil) séculos XVIII-XX, *op. cit.*, pp. 109-110.

2.2.3. O presidente da conferência.

Segundo o Manual vicentino, o presidente da conferência “deveria seguir o exemplo de Cristo, que foi dirigente e servidor ao mesmo tempo”²⁵⁹. Suas funções eram restritas à direção dos trabalhos realizados pelos membros²⁶⁰ que deveriam estar em número limitado, a fim de garantir a todos um convívio próximo e frequente; a assiduidade deveria ser estimulada e valorizada. Os membros vicentinos deveriam ser dirigidos às atividades em contato direto com os pobres. Havia, portanto hierarquia na sociedade.

Cabia ao presidente incentivar os membros a comparecerem às festas regulamentares²⁶¹, eventos destinados à renovação do compromisso dos leigos: iniciavam-se com a missa, seguida da adoração ao Santíssimo Sacramento pelos vicentinos, no altar lateral das igrejas, composto pela imagem de São Vicente de Paulo, do Sagrado Coração de Jesus ou ambas²⁶². Em seguida, os membros confrades dirigiam-se para a assembleia geral da sua conferência ou do conselho ao qual fazia parte, enquanto era oferecida uma quermesse aos demais paroquianos, que envolvia a participação dos benfeitores, os familiares dos vicentinos e os assistidos, que deveriam ser convidados para as festas, com o objetivo de envolvê-los na atividade social para que se completasse a evangelização.

No período em estudo a função do presidente era agregar sua Conferência à SSVP, coordenar o atendimento aos assistidos e os contatos com os filantropos, estimular a participação de todos nas festas regulamentares, nos Congressos Católicos e nos Retiros Espirituais, “com o espírito encorajador necessário para o desenvolvimento da espiritualidade dos membros, garantido pelas indulgências”²⁶³.

As alocações proferidas nas assembleias tinham como um dos objetivos valorizar o trabalho do presidente. Em Lisboa, associava-se o presidente da conferência ao elo entre Jesus Cristo e os homens, ou seja, entre a Igreja, a estrutura da SSVP e os pobres. Cabia aos presidentes lembrar aos vicentinos de sua conferência que o trabalho

²⁵⁹ SSVP. Manual da Sociedade São Vicente de Paulo, 1885, p. I – 41.

²⁶⁰ *Ibidem*, pp. I – 106-108, 116.

²⁶¹ No período em estudo eram quatro as festas regulamentares: 23 de abril – comemoração do nascimento de Ozanam e da fundação da SSVP; 19 de julho – comemoração do traslado das relíquias de São Vicente de Paulo: festa atualmente extinta; 27 de setembro – de acordo com a tradição tridentina, a comemoração do dia do santo (São Vicente de Paulo) na data de sua morte; e 8 de dezembro, comemoração da Virgem Imaculada Conceição. Cf. SSVP. Manual da Sociedade São Vicente de Paulo, 1885; I Livro de Atas da Conferência Natal do Bom Jesus, Ubá, 1895.

²⁶² SSVP. I Livro de Atas do Conselho Particular de Ouro Preto, 18/4/1909.

²⁶³ SSVP. Manual da Sociedade São Vicente de Paulo, 1885, p. I – 26; I – 101 a 103; I – 98, 177; I – 183 e SSVP. I Livro de Atas do Conselho Particular de Ubá, 1906 -1936, 7/7/1907.

de caridade os transformava em santos, pois trabalhavam para a Sagrada Família: Jesus-Maria-José, na figura da família pobre²⁶⁴.

Para ser membro da SSVP era necessário apenas ser homem católico praticante²⁶⁵. Os padres poderiam se tornar vicentinos, mas estariam submetidos à administração da SSVP, como os leigos. O Manual proibiu a admissão de membros de outras religiões²⁶⁶ especialmente os protestantes e kardecistas e as senhoras não poderiam participar das conferências, só poderiam atuar como benfeitoras²⁶⁷. Não deveriam ser admitidos os membros que não fossem dignos da confiança e do afeto dos vicentinos.

Para o ingresso na sociedade, o nome do aspirante deveria ser sugerido reservadamente por um membro ao presidente. Se aprovado, o aspirante deveria assistir a duas ou mais reuniões. Após essa convivência e participação, seu nome era colocado em votação durante a conferência e o aspirante poderia vir a ser proclamado vicentino pelo presidente na conferência seguinte, em ato solene e fechado ao público²⁶⁸.

Não foi previsto nenhum documento de identidade vicentina, uma vez que o Manual advertiu que ninguém devesse usar dessa condição em proveito próprio. Não havia nenhuma referência à condição econômica para ser vicentino²⁶⁹. A colaboração financeira mensal à SSVP era simbólica e enviada às instâncias superiores da associação. As esmolas principais eram recolhidas semanalmente nas conferências, destinadas à assistência local. Entretanto, havia insistentes recomendações quanto à disponibilidade de tempo do vicentino, que deveria estar disponível no caso de socorrer os pobres²⁷⁰.

2.2.3. A caridade.

Como foi indicada em seu Manual, a caridade foi entendida pelos membros brasileiros como uma forma de aliviar os pobres, em que a visita domiciliar era a principal obra, a ser realizada preferencialmente em duplas²⁷¹, o que nem sempre ocorreu no país. Contudo, houve a criação de instituições pelo país.

²⁶⁴ SSVP. O presidente perante a conferência, o conselho particular e a Igreja. Porto, Tipografia Fonseca, 1938, p. 4.

²⁶⁵ SSVP. Manual da Sociedade São Vicente de Paulo, 1885, pp. I – 52-57.

²⁶⁶ *Ibidem*, p. II – 87.

²⁶⁷ *Ibidem*, pp. I – 52-57, 126; II – 80, 148-150, 233.

²⁶⁸ *Ibidem*, pp. I – 97; II – 142-145, 266, 371.

²⁶⁹ *Ibidem*, pp. II – 215, 239-241.

²⁷⁰ *Ibidem*, pp. II – 80, 148-150, 233.

²⁷¹ *Ibidem*, pp. I – 63-66; II – 280.

Rildo Bento de Souza²⁷² observou o uso dos termos “indigente” e “desvalido” nos documentos vicentinos para se referirem aos assistidos, vistos como os incapazes de lutar. Explicou que o indigente era definido como aquele que até do necessário tinha falta e estava disponível a ser ajudado por alguém. A expressão “desvalido” surgiu das raízes latinas de seu antônimo, *validus*, que significa forte, vigoroso, robusto; era atribuída àqueles que, apesar de terem condições de trabalhar, não o faziam. Ficavam desprovidos até mesmo do essencial e engendraram a repulsa social.

Os termos foram aplicados a “um todo incoerente e heterogêneo”, àqueles que possuíam doenças mentais ou contagiosas, oriundos ou transferidos para a cadeia, os cretinos, epiléticos, surdos, mudos, cegos, leprosos, morféticos, paralíticos, tuberculosos, mulheres, órfãos, principalmente velhos, entre outros, vistos como aqueles que necessitavam das instituições²⁷³.

Segundo Chizoti²⁷⁴, apesar de não desconhecer a Questão Social, os operários foram vistos pelos vicentinos brasileiros na Primeira República como injustiçados pelo sistema, cujas causas eram debatidas pelos economistas e demais pensadores, questões que, segundo o autor, foram consideradas “complexas demais”.

O autor²⁷⁵ entendeu que o motivo pelo qual as instituições foram tão almeçadas pela SSVP diz respeito à sua opção por aqueles pobres “deserdados da sorte”, os quais não poderiam conhecer ou controlar os fatores de sua miséria. Os vicentinos nacionais optaram pelo maior apoio àqueles que não tinham capacidade de lutar, como os velhos, as viúvas, as crianças e os doentes.

Assim, voltadas especialmente aos indigentes e desvalidos, as obras especiais e unidas²⁷⁶ deveriam apenas complementar a visita domiciliar. Uma obra especial era própria de uma só conferência, poderia ter caráter permanente ou temporário e poderia ser patrocinada totalmente ou parcialmente pelas conferências ou conselhos²⁷⁷. No período em estudo, eram consideradas obras especiais no Brasil: a obra da Santa Família, que previa reuniões com os casais aos domingos, após a missa, no salão paroquial para o aconselhamento, e as instituições que não funcionavam em prédios próprios como as doações de alimentos e roupas, os fundos para auxílios diversos, como

²⁷² SOUZA, Pobreza, Doenças e Caridade em Goiás, *op. cit.*, pp. 82-83.

²⁷³ *Ibidem*, p. 83.

²⁷⁴ CHIZOTI, Os operários da caridade, *op. cit.*, p. 234.

²⁷⁵ *Ibidem*, p. 235.

²⁷⁶ SSVP. Manual da Sociedade São Vicente de Paulo, 1885, pp. I – 30; II – 287.

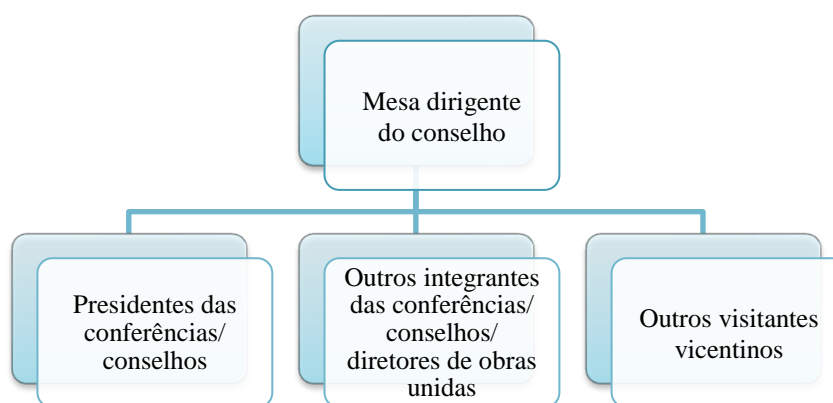
²⁷⁷ *Ibidem*, pp. II – 287, 403.

o ensino de aprendizes, o pagamento de aluguéis eventualmente atrasados, enterramento, entre outros.

Por obras unidas compreendiam-se as instituições fundadas em edifícios próprios, como hospedarias, casas de recolhimentos, casas de caridade e hospitais, que possuíam autonomia administrativa.

Os Conselhos Particulares eram os responsáveis pelas obras unidas. Elaboramos a figura 3²⁷⁸ para ilustrar a estrutura de um conselho vicentino no Brasil:

Figura 3:
Composição de um conselho vicentino.



Para a realização das obras especiais e unidas, a SSVP mobilizou a sociedade por meio de estratégias como a realização de quermesses, outras atividades sociais e, especialmente, por meio da publicação de artigos nos jornais locais, questões estudadas no capítulo 3.

2.2.4. A estrutura administrativa.

Para a compreensão da organização da SSVP na Primeira República, foi necessário conhecer os dados oficiais em relação à quantidade de conferências e suas localizações. Entretanto, não encontramos documentos oficiais anteriores a 1950 no Conselho Nacional do Brasil. As informações do Conselho Metropolitano de Ouro Preto e do Conselho Particular de Ubá, na Zona da Mata, nos indicaram que os dados estatísticos começaram a ser organizados em 1916, em um processo iniciado no Estado de Minas Gerais no Conselho Metropolitano de Belo Horizonte, e concluído

²⁷⁸ Figura 3. Fonte: Elaboração própria a partir das informações contidas em: SSVP. Manual da Sociedade São Vicente de Paulo, 1927, *op. cit.*

nacionalmente em 1950. Antes, as dioceses e arquidioceses, assim como a estrutura da SSVP, análoga à eclesiástica, se encontrava em processo de estruturação no país.

A maioria das conferências brasileiras não estava agregada ao Conselho Geral internacional. Algumas informações sobre elas chegavam ao Conselho Nacional do Brasil vindas de conselhos particulares, de conselhos centrais ou de metropolitanos, ou não eram enviadas anualmente com regularidade. A carência de informações oficiais sobre a estrutura da SSVP no período da Primeira República apontou para a necessidade de análise dos dados sobre a estrutura do Conselho Nacional do Brasil, em 1950.

O quadro 1²⁷⁹ foi elaborado com objetivo de evidenciar a estrutura vicentina em 1950: a primeira coluna aponta as 7 arquidioceses em que se encontravam os conselhos metropolitanos. Na segunda coluna, identificamos as cidades em que esses conselhos estavam estruturados e na terceira coluna o número total desses conselhos, por arquidiocese.

Quadro 1:

Estrutura do Conselho Nacional da SSVP do Brasil, em 1950.

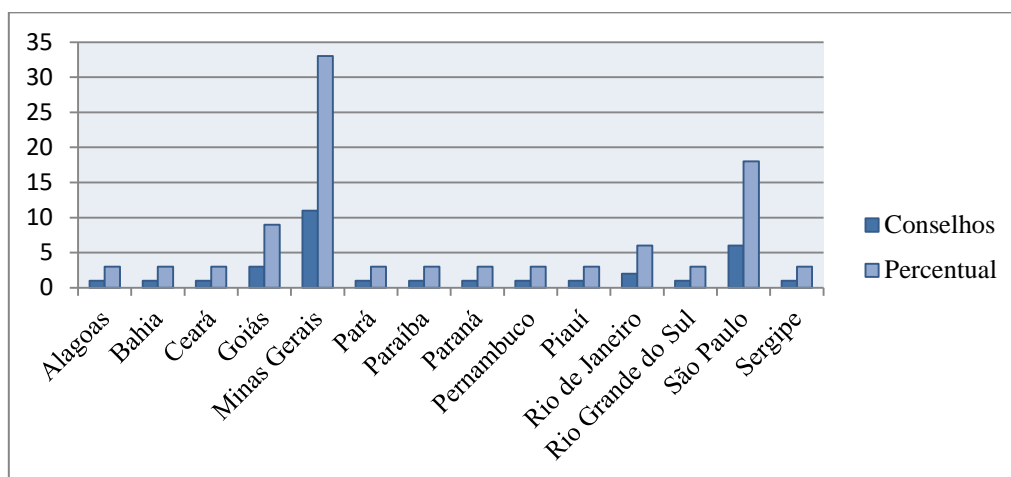
Região/ Arquidiocese	Cidades em que se localizavam os Conselhos Metropolitanos da SSVP, em 1950	Total
01	Montes Claros/ Belo Horizonte/ Contagem/ Divinópolis/Formiga/ Diamantina	06
02	Volta Redonda/ Rio de Janeiro/ Juiz de Fora/ Barbacena/ Ouro Preto/Governador Valadares/Caratinga	07
03	Curitiba e Porto Alegre	02
04	São José do Rio Preto/ São Paulo/ Jundiaí/ São Carlos/ Bauru/ São José dos Campos/ Pouso Alegre	07
05	Anápolis/ Goiânia/ Uberaba	04
06	João Pessoa/ Olinda/ Recife/ Bahia/ Sergipe/ Maceió	04
07	Belém/ Fortaleza/ Teresina	03
Total	Número total de Conselhos Metropolitanos	32

Verificamos que havia mais de um conselho metropolitano por arquidiocese. Se observarmos a localização desses conselhos na divisão política brasileira, podemos

²⁷⁹ Quadro 1. Fonte: Elaboração própria a partir das informações contidas em: Livro de Atas do Conselho Metropolitano de Ouro Preto da SSVP, 1950, documento avulso e TRINDADE, Raymundo. Arquidiocese de Mariana: Subsídios para sua história. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1950. 2º edição. 1950, vol. 3, p. 1496.

constatar que o Brasil era dividido em vinte e quatro estados e havia esses conselhos em quatorze deles. Elaboramos o gráfico 1²⁸⁰ para representar a quantidade de conselhos metropolitanos por estados brasileiros. A primeira coluna mostra o número absoluto dos conselhos por estados e a segunda mostra o percentual em relação ao número total de conselhos no Brasil.

Gráfico 1:
Conselhos Metropolitanos da SSVP no Brasil em 1950 por estados.



Houve a concentração de conselhos metropolitanos no Estado de Minas Gerais, que apresentava o percentual de 33% do país em 1950 e foi possível entender que era o estado com o maior número de conferências agregadas até aquela data.

2.3. As conferências em Minas Gerais.

Para identificar onde se localizavam as conferências no Estado de Minas Gerais, observamos o documento produzido pelo Conselho Central de Ouro Preto: a listagem das cidades em que havia conferências agregadas em 1929, um manuscrito avulso. As informações foram publicadas no terceiro volume do livro *Arquidiocese de Mariana*, do cônego Raymundo Trindade²⁸¹, na página 1496. No entanto, por meio das atas deste conselho, sabemos que em algumas cidades havia mais de uma conferência agregada.

²⁸⁰ Gráfico 1. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados contidos em: SSVP. Livro de Atas do Conselho Metropolitano de Ouro Preto da SSVP, 1950.

²⁸¹ Colégio Brasileiro de Genealogia. Disponível em: <<http://www.cbg.org.br/novo/colégio/historia/patronos/conego-ramundo-trindade/>>. Acesso em 12/12/2016.

O Cônego Raimundo Otávio da Trindade (1883-1962) nasceu em Barra Longa, Estado de Minas Gerais. Ordenou-se pelo Seminário de Mariana, foi vigário em Rio Doce, Limeira, São Domingos do Prata, Barra Longa e Ponte Nova, cidade em que presidiu a Câmara Municipal e foi diretor do Ginásio Dom Helvécio. Foi cônego em Mariana, tesoureiro-mor do Cabido, chanceler da Arquidiocese e dirigiu seu arquivo eclesiástico. Dirigiu o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto. Em 2/9/1960 foi nomeado Camareiro Secreto pelo Papa João XXIII. Foi membro do Colégio Brasileiro de Genealogia, do Instituto Genealógico Brasileiro e deixou numerosa bibliografia.

A figura 4²⁸² representa a divisão interna do Estado de Minas Gerais, por regiões, na Primeira República.

Figura 4:
Divisão de Minas Gerais, 1889 – 1930.



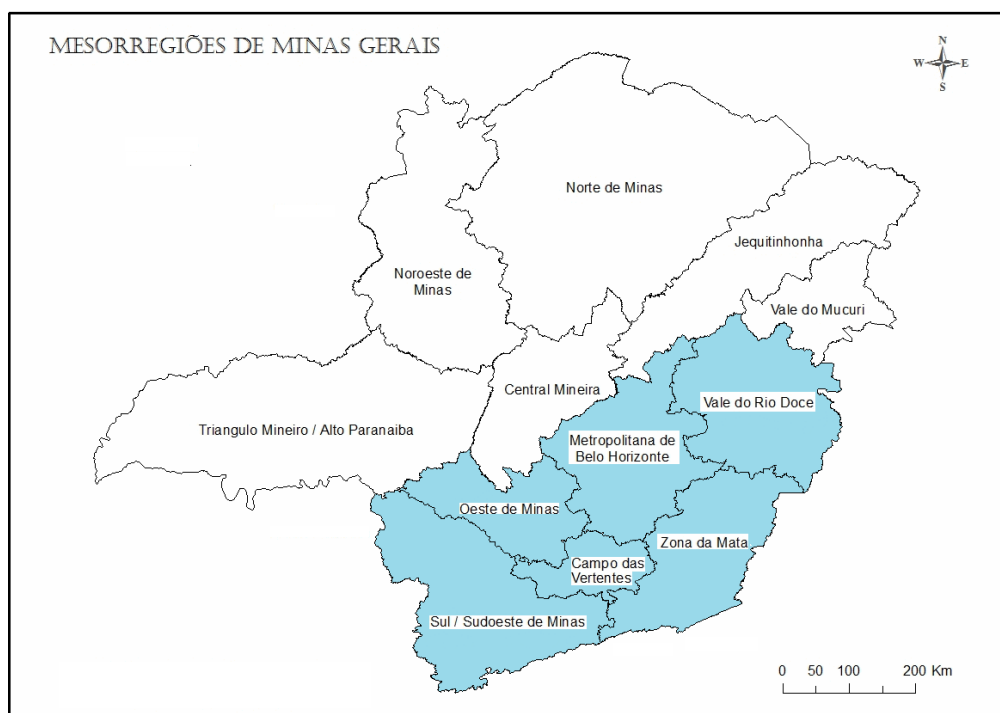
Alguns fatores apresentaram dificuldades para a interpretação destes dados: a divisão interna das sub-regiões foram alteradas, assim como as fronteiras das dioceses. Algumas cidades possuíam topônimos diferentes dos atuais ou tinham fronteiras diferentes, outras estavam em processo de formação ou eram distritos que se emanciparam posteriormente, alguns foram absorvidos por cidades vizinhas às quais eles foram criados, entre outras situações. As atas de cada conferência se encontram em

²⁸² Figura 4. Fonte: VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites políticas mineiras na Primeira República Brasileira: um levantamento prosopográfico. *Primeiras jornadas de história regional comparada 1* (2000). Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s11a2.pdf>>; Acesso em 12 de fev. de 2015.

arquivos paroquiais ou dos conselhos particulares da cidade, mas, em alguns casos, estão em outras instituições como museus, centros de memória, hospitais, colégios, arquivos paroquiais, entre outras. Destarte, foi preciso a visualização das cidades nos dias atuais para iniciar a busca pelas fontes da pesquisa.

Observamos inicialmente a divisão atual do Estado de Minas Gerais em 12 mesorregiões, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Observamos a diferença dessa divisão em relação àquela feita na Primeira República, mostrada na figura 4. Na divisão atual, foi possível entender que as cidades em que se encontravam as conferências, de acordo com o documento do Conselho Particular de Ouro Preto, de 1929, se encontravam em seis das doze mesorregiões mineiras atuais, que foram coloridas na figura 5²⁸³.

Figura 5:
Mesorregiões mineiras em que havia conferências agregadas, em 1929.



Para identificar as cidades, observamos a divisão feita pelo IBGE das mesorregiões em microrregiões e identificamos a localização delas em relação a cada

²⁸³ Figura 5. Fonte: Adaptado de: Governo de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.mg.gov.br/governomg/portal/c/governomg/conheca-minas/geografia/5669-localizacao-geografica/69547-mesorregioes-e-microrregioes-ibge/5146/5044>>. Acesso em 14 de ago. de 2016.

microrregião. O quadro 2²⁸⁴ foi elaborado para apontar as cidades mineiras que continham conferências agregadas ao Conselho Geral Internacional, na divisão atual do IBGE: a primeira coluna identifica a mesorregião e a segunda coluna identifica as microrregiões em que estavam inseridas. Os topônimos das cidades foram atualizados. Na terceira coluna foi identificado o número de cidades de cada microrregião em que as conferências estavam localizadas e a última coluna identifica o número total de cidades mineiras por mesorregião.

Quadro 2:

Número de cidades mineiras onde havia conferências agregadas, em 1929.

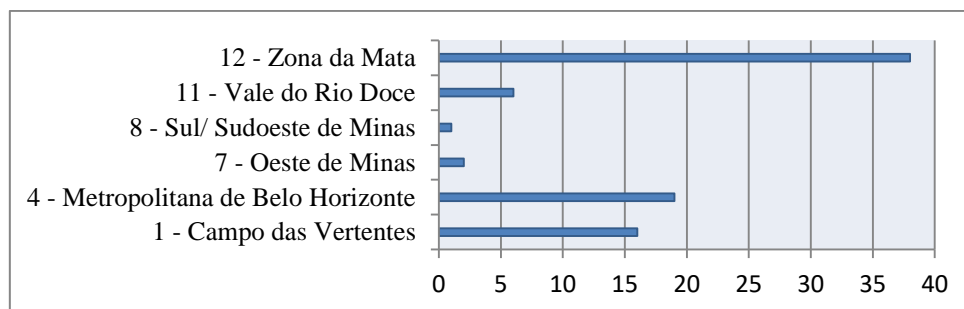
Mesorregião	Microrregião	Nº de cidades	Nº total
Campo das Vertentes	Barbacena	7	
	Lavras	1	16
	São João d'El Rei	8	
Metropolitana de Belo Horizonte	Belo Horizonte	2	
	Conselheiro Lafaiete	2	19
	Itabira	10	
	Ouro Preto	5	
Oeste de Minas	Divinópolis	1	2
	Oliveira	1	
Sul/ Sudoeste de Minas	Varginha	1	1
Vale do Rio Doce	Aimorés	1	
	Caratinga	1	6
	Ipatinga	4	
Zona da Mata	Cataguases	3	
	Juiz de Fora	2	
	Ponte Nova	7	
	Manhuaçu	3	38
	Muriaé	2	
	Ubá	11	
	Viçosa	10	
Total: Minas Gerais		82	82

²⁸⁴ Quadro 2. Fontes: Elaboração própria a partir dos dados contidos em: SSVP. Conselho Metropolitano de Ouro Preto, manuscrito avulso e TRINDADE. Arquidiocese de Mariana, *op. cit.*, p. 1496.

Em números absolutos, observamos o quantitativo de cidades, por mesorregiões, em que havia conferências agregadas. Para visualização, elaboramos o gráfico 2²⁸⁵:

Gráfico 2:

Mesorregiões mineiras em que havia conferências agregadas em 1929:



Verificamos a concentração das conferências mineiras nas cidades da mesorregião Zona da Mata. Segundo Menezes²⁸⁶, a Zona da Mata pode ser considerada o centro irradiador das conferências vicentinas em Minas Gerais. Para visualizar a localização das cidades em que as conferências da Zona da Mata se encontravam, observamos a divisão da mesorregião em microrregiões, feita pelo IBGE, que pode ser vista na figura 6²⁸⁷.

Figura 6:

Microrregiões da Zona da Mata mineira.



²⁸⁵ Gráfico 2. Fontes: Elaboração própria a partir dos dados contidos em: SSVP. Conselho Metropolitano de Ouro Preto, manuscrito avulso e TRINDADE. Arquidiocese de Mariana, *op. cit.*, p. 1496.

²⁸⁶ MENEZES, Reflexões vicentinas, *op. cit.*, p. 37.

²⁸⁷ Figura 6. Fonte: <<http://www.mg.gov.br/conheca-minas/geografia>>. Acesso em 12 de nov. de 2016.

Indicamos a localização das cidades mineiras da Zona da Mata que continham conferências vicentinas agregadas no quadro 3²⁸⁸, elaborado de acordo com a divisão atual: a primeira coluna identifica a microrregião da Zona da Mata em que as cidades estavam inseridas, a segunda coluna identifica as cidades e na terceira coluna foi contabilizado o número de cidades de cada microrregião, identificadas pelo documento do Conselho Central de Ouro Preto.

Quadro 3:
Cidades e distritos onde havia conferências agregadas, em 1929.

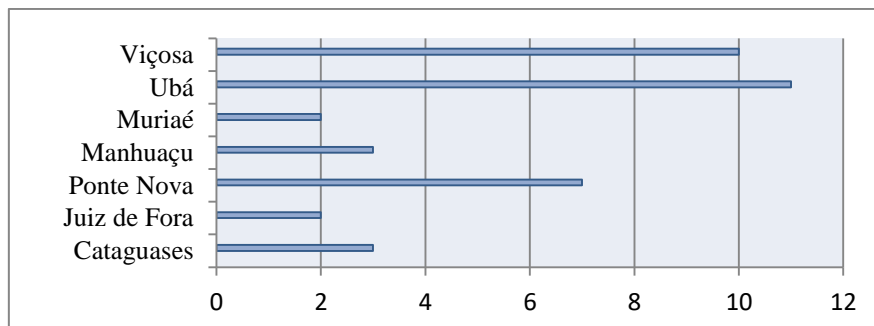
Microrregião	Cidades e distritos	Nº de cidades
Cataguases	Cataguases, Laranjal, Leopoldina, Piacatuba (distrito de Leopoldina).	3
Juiz de Fora	Aracitaba e Juiz de Fora.	2
Ponte Nova	Barra Longa, Guaraciaba, Grota (distrito de Jequeri), Jequeri, Raul Soares, Rio Casca, S. Pedro dos Ferros (distrito de Rio Casca) e Urucânia.	7
Manhuaçu	Abre Campo, Santo Amaro (distrito de Manhuaçu) e Matipó.	3
Muriaé	Gloria de Muriaé (distrito de Muriaé), Mirai e Muriaé.	2
Ubá	Astolfo Dutra, Guarani, Guiricema, Mercês, Ubá, Pomba, Rodeiro (distrito de Ubá), Rosário de Ubá (distrito de Ubá), São Geraldo, Senador Firmino, Sapé (distrito de Ubá), Silverânia, Tocantins e Visconde do Rio Branco.	11
Viçosa	Alto Rio Doce, Araponga, Brás Pires, Calambau, Coimbra, Ervália, Lamim, Pedra do Anta, Piranga, Porto Firme	10
Total		38

Havia Conferências em todas as microrregiões da Zona da Mata. Observamos o quantitativo desta divisão das cidades, por microrregiões. Para visualização, elaboramos o gráfico 3²⁸⁹:

²⁸⁸ Quadro 3. Fontes: Elaboração própria a partir dos dados contidos em: SSVP. Conselho Metropolitano de Ouro Preto, manuscrito avulso e TRINDADE, Arquidiocese de Mariana, *op. cit.*, p. 1496.

²⁸⁹ Gráfico 3. Fontes: *Idem*.

Gráfico 3:
Número de cidades por microrregiões com conferências agregadas em 1929:



A microrregião Ubá concentrou o maior número de cidades em que as conferências vicentinas estavam localizadas, seguida da microrregião vizinha, Viçosa. Segundo Menezes²⁹⁰, “poder-se-ia escrever a história do Estado de Minas Gerais pelo trabalho que nele desenvolvem os vicentinos, onde se reúne o maior contingente de vicentinos do mundo”.

Considerações:

A SSVP foi implantada no Brasil no período da propaganda republicana e abolicionista, em que a Igreja estimulou a ação leiga. Ao abolir os títulos de nobreza, o regime republicano proporcionou a reconfiguração das elites. Pode-se considerar que a SSVP foi precursora do movimento “Ação Católica”, seu modelo de assistência atraiu novos grupos sociais que, ao participar da associação, viram a possibilidade de alterar a posição social que lhes foi destinada.

Observamos a adesão significativa na Zona da Mata mineira, questão analisada no capítulo 3.

²⁹⁰ MENEZES, Reflexões vicentinas, *op. cit.*, p. 37.

CAPÍTULO III

Vicentinos na Zona da Mata mineira.

O terceiro capítulo estuda a implantação e a organização da Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP) na Zona da Mata mineira, com o objetivo de identificar aspectos da adesão dos grupos sociais à associação. Para o estudo foram examinadas inicialmente as especificidades da sociedade local que podem ter contribuído para a atribuição dos sentidos, interesses e valores que guiaram a ação dos atores sociais.

Devido ao grande número de conferências e de membros nas cidades no período em estudo, a pesquisa apontou para a necessidade de delimitação de um grupo representativo a ser analisado. Para elaborar um recorte, observamos o critério apontado por Carrara²⁹¹, que dividiu a Zona da Mata em três sub-regiões: a Zona da Mata sul, a Zona da Mata central e a Zona da Mata norte.

O estudo foi direcionado à área central da Zona da Mata, especialmente à microrregião Ubá porque, como visto no capítulo anterior, concentrou o maior número de cidades que continham conferências vicentinas agregadas ao Conselho Geral Internacional no período da Primeira República. Entendemos que as atividades vicentinas desta microrregião podem representar as demais.

3.1. A Zona da Mata mineira.

Mercadante²⁹² salientou as diferenças entre o litoral brasileiro e o interior das Minas urbanas. Em sua interpretação, os estados litorâneos sofreram um processo contínuo de desenvolvimento voltado para as relações comerciais e culturais com o mercado externo. Minas Gerais, ao contrário, “nos amplos vales e montanhas de pedra”, desenvolveu-se por meio da exploração mineradora que não exigia capital. Na visão do autor, tal atividade econômica decorreu de um individualismo exacerbado, de caráter liberal e progressista que contribuiu para o estabelecimento de uma sociedade estratificada e conservadora.

²⁹¹ CARRARA, Ângelo Alves. *A Zona da Mata de Minas Gerais: diversidade econômica e continuísmo 1839-1909*. Dissertação de Mestrado em História. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 1993.

²⁹²MERCADANTE, Paulo. *Os Sertões do Leste: Estudo de uma Região a Mata Mineira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973, p. 129-130.

A antiga região mineradora havia sido dividida em três comarcas: Vila Rica, atual Ouro Preto, Rio das Velhas, atual Sabará e Rio das Mortes, atual São João d'El Rei. Em 1714, o arraial do Ribeirão das Minas de Santo Antônio do Bom Retiro do Serro do Frio, localizado no norte-nordeste da capitania, foi elevado à categoria de vila com o nome de Vila do Príncipe e, em 1720, passou a ser a sede da quarta comarca mineira: Serro Frio. A vila-sede recebeu a condição de cidade, com a denominação de Serro, em 1838.

Para explicar a ocupação dos “Sertões do Leste”²⁹³, como era conhecida a Zona da Mata, Mercadante identificou que durante a atividade aurífera na área central da província²⁹⁴, foram estabelecidos os registros, os presídios e os aldeamentos indígenas na área central da Zona da Mata, resultados da política pombalina de integração dos índios e sua futura transformação em trabalhadores ativos, a fim de assegurar o povoamento e a defesa do território colonial²⁹⁵.

O termo “sertão” foi usado pelos funcionários e administradores coloniais para se referir à desordem, ao desvirtuamento e à instabilidade da população considerada como rala e dispersa, nas áreas habitadas por “índios bravios e perigosos animais”. O termo foi aplicado, entre outras, às áreas das antigas Freguesias do Termo de Mariana, como a Zona da Mata.

Após a crise aurífera, as elites arruinadas encontraram-se na pobreza e na insegurança. Mercadante explicou que a Mata foi vista como alternativa para os investimentos e a cafeicultura foi uma opção viável às elites porque não exigiu um alto grau de capitalização. O autor identificou que o café foi plantado na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, entre a Mata de Minas e a margem fluminense, em uma faixa relativamente estreita, próxima às cabeceiras dos rios que convergem para o rio Doce. Na área central, as plantações de café partiram dos arraiais do vale do rio Pomba em direção ao rio Muriaé, alcançaram o rio Carangola, ultrapassaram a serra e atingiram a bacia do rio Doce pelos rios Manhuaçu e Manhumirim. A altitude e a temperatura eram adequadas à cultura e o solo era fértil²⁹⁶.

²⁹³ PAIVA, Adriano Toledo. *Os indígenas e os processos de conquista dos Sertões de Minas Gerais (1767-1813)*. Belo Horizonte, MG: Argumentum, 2010.

²⁹⁴ ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário histórico das Minas Gerais: período colonial*. Autêntica Editora, 2003.

²⁹⁵ ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios – Um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1997.

²⁹⁶ MERCADANTE, Os Sertões do Leste, *op. cit.*, p. 89; MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial; Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1979-1981.

Na opinião do autor, a economia rural isolou as famílias. A sociedade patriarcal foi liderada por senhores que se adaptaram à selva por meio da solidão e da rudeza que os transformaram em desconfiados e precavidos, conservadores, rotineiros e sistemáticos, capazes de se aproximar das demais categorias sociais e de desenvolver fortes laços de amizade e compadrio, em alguns casos, efetivadas pelos batismos. As dificuldades teriam restringido o convívio das famílias às igrejas aos domingos. Segundo Mercadante, a fé das elites católicas não exigia mais a ostentação e as capelas passaram a ser erguidas de forma modesta. Para o autor, a Zona da Mata impôs às elites “um retorno ao primitivo, de forma que a natureza se sobrepôs ao ornamental e a força se concentrou nos senhores donos das terras, dos homens e das mulheres, em suas casas feias e fortes, de paredes grossas e alicerces profundos”²⁹⁷.

Em estudos sobre Minas Gerais na Primeira República, Wirth²⁹⁸ definiu o estado como “um território cercado de montanhas e do tamanho da França” e o comparou a um mosaico de regiões distintas pouco integradas: a Zona da Mata e o Sul de Minas, produtores de café e principais polos econômicos do estado; a região central dedicada às indústrias de bens de consumo após a crise mineradora; o Triângulo Mineiro, que desenvolvia atividades agropastoris voltadas para o mercado interno, e as demais regiões pouco povoadas, que viviam da diversificação econômica para subsistência. Na interpretação do autor, essas diferenças teriam gerado identidades culturais sub-regionais que implicaram numa organização política interna, definida por ele como um “sistema mini federalista”, que teria dificultado uma conciliação indispensável para uma maior atuação política do estado no cenário federal.

O autor explicou que, por se encontrarem imersas nas dificuldades apresentadas pela Zona da Mata no século XIX, as elites desenvolveram forte senso de local, orgulho da manutenção de suas origens familiares e da estabilidade alcançada. Para o autor, o localismo denotava o desejo de ordem num ambiente em transformação²⁹⁹.

Em 1892 foi deflagrado o Movimento Separatista em Minas Gerais. Os integrantes do movimento, os republicanos históricos, estavam insatisfeitos por terem sido excluídos da composição do poder estadual após 1889 e fizeram oposição à Cesário Alvim. José Cesário de Faria Alvim (1839-1903) ou Cesário Alvim, político da Zona da Mata, ocupou a Presidência do Estado de Minas Gerais no governo republicano

²⁹⁷ *Ibidem*, pp. 130-133.

²⁹⁸ WIRTH, O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira, 1889-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 39.

²⁹⁹ *Ibidem*, pp. 117-118.

provisório, por escolha do presidente da República Floriano Peixoto, em função de suas ligações prévias com Deodoro da Fonseca. Alvim foi acusado pelos republicanos históricos, aqueles que eram favoráveis à mudança da monarquia para a república desde as últimas décadas do século XIX, de ser “adesista”, como foram chamados aqueles que aderiram ao regime republicano após sua implantação.

Cesário Alvim nasceu em Arraial do Pinheiro, em Piranga, MG, era descendente de uma das famílias fundadoras da cidade de Ubá, neto do Capitão-mor Antônio Januário Carneiro e filho do Comendador José Cesário de Faria Alvim Filho e de Thereza Januária Carneiro. Fez estudos primários no arraial do Pinheiro e cursou o colégio secundário mantido pelo Cônego Roussin, em Mariana. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1862. Foi membro do Partido Liberal, fundou com Afonso Celso, o jornal *A Reforma*, no Rio de Janeiro. Dedicou-se à carreira política: como deputado, exerceu 20 mandatos e foi nomeado presidente da província do Rio de Janeiro (1884). Em 1889 declarou-se republicano e foi nomeado, por indicação de Deodoro da Fonseca, governador provisório do Estado de Minas Gerais. Foi presidente do Lloyd Brasileiro, companhia estatal de navegação, e da Estrada de Ferro Oeste de Minas. Dirigiu os jornais *Tymbira*, e *O Futuro*, em São Paulo; *A Reforma*, no Rio de Janeiro; *O Diário de Minas* e a *Opinião Mineira*, em Ouro Preto; e *Pharol*, de Juiz de Fora³⁰⁰.

Castilho³⁰¹ observou que a ideia de dividir o Estado de Minas Gerais em dois não era nova, foi levada à Assembleia Geral por oito vezes, entre 1842 e 1892, algumas com maior relevância, como da Revolução Liberal de 1842, e outras que não passaram de desavenças locais. Mercadante explicou que as derrotas em 1842 forçaram novas retiradas de famílias da região do Centro do estado para a Mata e, segundo o autor, contribuíram para o desenvolvimento do sentimento democrático³⁰².

Na opinião de Wirth³⁰³, apesar das desigualdades sociais e desavenças políticas durante a Primeira República, a vida nas cidades mineiras foi descrita como um local de interação, não de conflitos, como se ricos e pobres convivessem harmonicamente, os visitantes eram recebidos com hospitalidade e a família, com suas múltiplas relações e agregados, foi vista como “uma instituição formidável”. Para o autor, essas interpretações contribuíram para a ideia de um caráter próprio do povo mineiro, marcado por valores como o ritmo lento de vida, a submissão da imaginação à vontade,

³⁰⁰ Cf. LANA, Vanessa. FGV/ CPDOC. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALVIM,%20Cesário.pdf>>. Acesso em 12 de fev. de 2017; TRINDADE, Cônego Raimundo. *Velhos Troncos Mineiros*. São Paulo, Gráfica Revista dos Tribunais, 1955.

³⁰¹ CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. Como Esaú e Jacó: as oligarquias sul-mineiras no final do Império e Primeira República. 2012. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2012.

³⁰² MERCADANTE, Os Sertões do Leste, *op. cit.*, p. 73.

³⁰³ WIRTH, O fiel da balança, *op. cit.*, pp. 117-120.

a tendência de conciliação de interesses divergentes e a aproximação natural entre as classes, o que aponta para a doutrina católica de aceitação com resignação das diferenças sociais e da pobreza, o que “embaça os contrastes socioeconômicos de uma sociedade fundamentalmente conservadora e hierárquica”.

As secas e o agravamento das constantes epidemias se ampliaram após a Abolição. Na interpretação de Wirth³⁰⁴, os problemas de saúde pública confundiram a geração de 1870, “que recebeu a ilusão do progresso”. Segundo o autor, embora o Estado de Minas Gerais fosse considerado saudável por tradição, o aforisma do Dr. Miguel Pereira de 1916: “Minas era um vasto hospital”³⁰⁵ alertou as autoridades da presença da malária e da doença de Chagas, entre outras, neste período.

Viscardi³⁰⁶ verificou que, durante a Primeira República, o Estado de Minas Gerais manteve a maior população em relação aos demais estados do país. Wirth identificou o crescimento populacional da Zona da Mata e demais regiões mineiras na Primeira República, como pode ser visto no quadro 4³⁰⁷:

Quadro 4:
Crescimento da população mineira, 1872-1940 (milhares).

Zona	1872	1890	1900	1920	1940
Norte	354	501	575	864	865
Leste	---	138	158	654	989
Centro	538	808	889	933	1.185
Triângulo	146	193	215	380	488
Oeste	260	379	413	692	828
Sul	395	617	724	1.242	1.240
Mata	348	548	641	1.075	1.140

Godoy³⁰⁸ ressaltou que a desigualdade econômica interna e a baixa expressividade de empreendedores industriais contribuíram para a manutenção de

³⁰⁴ *Ibidem*, p. 55.

³⁰⁵ O autor se referiu ao discurso pronunciado pelo Prof. Miguel Pereira, por ocasião do regresso do Prof. Aloysio de Castro, da República da Argentina, em outubro de 1916, com o título “O Brasil é ainda um imenso hospital”. SÁ, Dominichi Miranda de. A voz do Brasil: Miguel Pereira e o discurso sobre o “imenso hospital”. FIOCRUZ. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.16, supl.1, jul. 2009, pp.333-348.

³⁰⁶ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O Teatro das Oligarquias. Uma revisão da “política do café-com-leite”. Belo Horizonte, Minas Gerais: C/Arte, 2001.

³⁰⁷ Quadro 4. Fonte: Adaptado de WIRTH, 1982, p. 159.

³⁰⁸ GODOY, Marcelo Magalhães. Minas Gerais na República: atraso econômico, Estado e planejamento. *Caderno da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, v. 11, n. 16, jan./jun. 2009, pp. 97-98.

signos de distinção social tradicionais como a aquisição de terra, que subordinava as populações rurais em Minas Gerais. Em sua opinião, a busca de atividades ligadas à modernização da estrutura urbana não evitou a resistência das elites à mudança, uma vez que optaram pela manutenção dos modelos de financiamentos baseados em incentivos e subsídios públicos concedidos através de privilégios e monopólios, vigentes desde o império.

3.1.1. Atividades socioeconômicas e políticas.

Libby³⁰⁹ mostrou que Estado de Minas Gerais tornou-se o mais populoso do país no final do século XIX e observou a distribuição da população mineira, representada no quadro 5³¹⁰, em que se pode ver o aumento populacional da Zona da Mata no decorrer deste século:

Quadro 5:
Distribuição percentual da população mineira por regiões.

Regiões mineiras	1830	1872
Centro	22,75%	23,22%
Zona da Mata	12,69%	18,32%
Sul	20,61%	17,25%
Oeste	11,13%	11,91%
Triângulo	4,55%	3,17%
Alto Parnaíba	3,87%	4,71%
Paracatu	3,99%	1,68%
São Francisco	4,53%	4,38%
Jequitinhonha	15,84%	15,31%
Total: Minas Gerais	100%	100%

A atividade cafeeira atraiu a força laboral e contribuiu para o aumento populacional. Durante a década de 1870, a Zona da Mata enfrentou o processo de esgotamento do solo. Os efeitos desse processo foram representados por Pires³¹¹, por meio do gráfico 4³¹²:

³⁰⁹ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista – Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

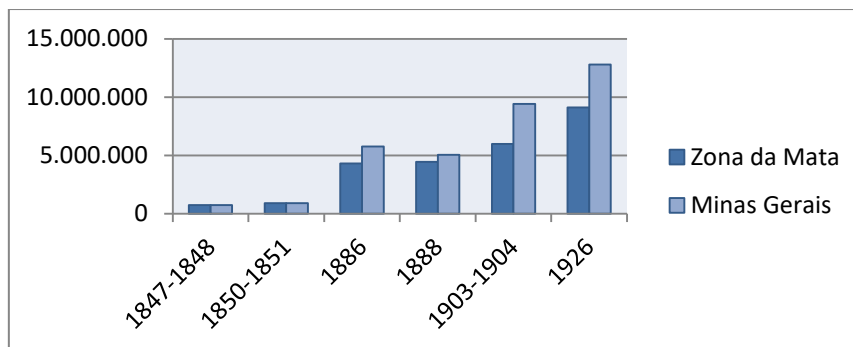
³¹⁰ Quadro 5. Fonte: Adaptado de LIBBY, 1988, p. 172.

³¹¹ PIRES, Anderson. *Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora 1870/1930*. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 1993.

³¹² *Ibidem*, p. 141.

Gráfico 4:

Produção cafeeira da Zona da Mata em relação ao Estado de Minas Gerais.



Segundo Blasenheim³¹³, a importância da lavoura cafeeira no desenvolvimento da Zona da Mata foi objeto de controvérsias entre os historiadores, a economia mineira esteve baseada na mineração, na agricultura e pecuária, e na produção têxtil; o autor viu que a exportação do café cresceu a partir da segunda metade do século XIX e que o grau de dependência dos demais produtos, como a cana de açúcar e o fumo em relação aos mercados domésticos das províncias ou dos mercados externos é uma questão polêmica³¹⁴. Contudo, segundo o autor, a Zona da Mata concentrou 80% da receita fiscal do estado durante a Primeira República.

Carrara³¹⁵ explicou que desde o meado do século XIX, ao lado da mão de obra escrava foram contratados os trabalhadores livres para a economia cafeeira sob três sistemas: de assalariados temporários, por meação ou parceria e por meio do colonato. Pires³¹⁶ considerou que o bom desempenho do café na Zona da Mata pode ser atribuído, entre outros fatores, pela diversificação de sistemas para a contratação da mão de obra. Para Santiago³¹⁷, a contratação de imigrantes não deve ser vista apenas pela necessidade da mão de obra na agricultura, mas pela intenção de desenvolver os serviços

³¹³ BLASENHEIM, Peter Louis. Uma História Regional da Zona da Mata de Minas Gerais (1870-1906). Tradução de Maria Domingues Bitarello. *Locus*. Revista de História, Juiz de Fora, UFJF, v.36, n.01, p.121-161, 2013.

³¹⁴ *Idem*. As ferrovias de Minas Gerais no século XIX. *Locus*: Revista de História. Juiz de Fora, v.2, n.2, 1996, p. 82.

³¹⁵ CARRARA, Ângelo Alves e LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira. Distribuição espacial das propriedades rurais a partir dos registros paroquiais de terras: a paróquia de Santo Antônio do Paraibuna (Juiz de Fora, MG), 1856. Universidade de São Paulo. *IV Conferência Internacional de História Econômica*. São Paulo, USP, 2012, p. 4.

³¹⁶ PIRES, Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora 1870/1930, *op. cit.*

³¹⁷ SANTIAGO, Sinval Batista. O bicentenário do Município de Rio Pomba. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora*, ano IV, nº 4, junho de 1968, p. 101.

manufaturados. A carência desses produtos, vistos como “o progresso”, foi relacionado à ausência de meios de transportes.

Os estudos de Figueiredo³¹⁸ mostraram que, nas últimas décadas do século XIX, a região sofreu migração populacional, agravada pelas epidemias. Lapa³¹⁹ explicou que, durante a passagem do escravismo para o capitalismo, foi considerado “miserável” aquele que unia à sua condição de pobreza, a carência de saúde, os maus-tratos e as violações, situação advinda da escravidão. A situação foi denunciada pelos cafeicultores, o que contribuiu para que o governo criasse políticas para povoar o estado e estimulasse a imigração³²⁰.

Pires³²¹ identificou a rápida recuperação dos efeitos da Abolição e das migrações na Zona da Mata, atribuída ao reaproveitamento da mão de obra local formada pelo contingente de antigos escravos, inclusive durante os efeitos do Encilhamento³²².

O estudo de Lanna³²³ evidenciou que os cafeicultores mineiros reclamaram da “vagabundagem e ociosidade” do trabalhador livre nacional, acusados de se recusarem a permanecer nas propriedades em que haviam sido escravizados e de migrarem para São Paulo. Também houve reclamações sobre a falta de créditos e de condições de transporte para receberem os imigrantes. Em sua opinião, tais reclamações podem ser vistas como uma forma de negação da existência do problema social ocasionado pelo processo de abolição sem a previsão de soluções para os trabalhadores e patrões.

A autora explicou que, à visão dos cafeicultores, o universo agrícola deveria ser integrado à noção de progresso e que, para bem servir o capital, era necessária a qualificação da mão de obra e a definição das relações de trabalho assalariado. Lanna compreendeu que houve esforço local para controlar a mão de obra nacional existente e para a criação de leis para coagir ao trabalho devido à crença de que os males sociais seriam corrigidos.

³¹⁸ FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. “As artes de curar na Província de Minas”. In: RESENDE e VILLALTA, *A Província de Minas*, op. cit., pp. 409-422; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres e MARQUES, Rita de Cássia. “Estado e saúde na Província de Minas”. In: RESENDE e VILLALTA, *A Província de Minas*, op. cit.

³¹⁹ LAPA, Os Excluídos, p. 29.

³²⁰ BLASENHEIM, As ferrovias de Minas Gerais no século XIX, op. cit., p. 174.

³²¹ PIRES, Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora 1870/1930, op. cit.

³²² Encilhamento foi o termo atribuído pela historiografia ao processo inflacionário no início do século XX que gerou uma crise cambial e elevou os preços do café. Cf. CROCE, Marcus Antônio. *O Encilhamento e a Economia de Juiz de Fora: o balanço de uma conjuntura (1888-1898)*. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2008.

³²³ LANNA, Ana. A organização do trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920. Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. *V Anais ABEP*, 1986, pp. 85-86.

Segundo a autora, os novos sistemas de contratação, tanto de trabalhadores livres nacionais quanto de imigrantes, geraram críticas sociais. Argumentou-se que a família pobre desprovida do chefe durante o trabalho temporário poderia tropeçar na honra ou nos vícios. No sistema de parceria houve desentendimentos entre patrões e empregados devido aos baixos salários e a desconfiança dos fazendeiros, que reclamavam do excesso de atenção dos trabalhadores às suas roças e em relação ao colonato, os imigrantes foram considerados inaptos para a agricultura³²⁴.

Na opinião de Souza, as sugestões para resolver os conflitos se voltaram para a punição dos ociosos e para a criação de mecanismos criadores de normas. O autor observou que as novas condições de trabalho ofereciam poucas oportunidades para os indivíduos, tornando-os candidatos à pobreza³²⁵.

Após a Proclamação da República, as elites da Zona da Mata demandaram esforços para incrementar o processo de reorganização da estrutura político-administrativa dos municípios. A divisão das terras das famílias tradicionais por meio dos casamentos e inventários contribuiu para a formação dos novos limites das unidades administrativas em formação e incluiu novas fronteiras para o estado³²⁶.

Esse processo conferiu poder local aos fazendeiros ou os “coronéis”. Os títulos militares observados e reproduzidos nesta pesquisa referem-se à Guarda Nacional, uma força paramilitar organizada no Brasil em 1831 e reorganizada em 1850. Suas competências eram subordinadas ao Ministério da Justiça e aos presidentes das províncias. Após a Proclamação da República, em 1892, a Guarda Nacional foi transferida para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em 1918 foi subordinada ao Exército e diluída em 1922.

Para Carvalho³²⁷, a Guarda Nacional foi a instituição patrimonial que ligou proprietários rurais ao governo com apoio da Igreja no Império: as autoridades eram responsáveis pela ordem pública, assim como a justiça estava nas mãos de poucos. O autor explicou que, após a Proclamação da República, a manutenção da ordem tornou-se

³²⁴ *Ibidem*, pp. 105-106.

³²⁵ A proposta em uso em São Paulo foi pensada para ser aplicada aos trabalhadores rurais mineiros: a criação de uma caderneta de matrícula para evitar que o “mau trabalhador encontrasse emprego em outras fazendas e que os criminosos encontrassem liberdade”. SOUZA, A economia da caridade, p. 44.

³²⁶ O jornal *Folha do Povo*, de Ubá, 26/7/1920, p. 1, noticiou o fim das lutas populares iniciadas no século XIX, na fronteira dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, por meio do acordo firmado em 9/7/1920 entre os governos destes estados e as famílias proprietárias da região.

³²⁷ Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial/ Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; *Idem*. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo*, *op. cit.*

burocrática, surgiram as polícias militares e o registro civil, em substituição ao paroquial. Segundo o autor, o Coronelismo foi uma solução política.

O termo Coronelismo é usado para definir a complexa estrutura de poder criada na Primeira República, que se iniciava no plano municipal, na figura do coronel, título da Guarda Nacional, e pode ser caracterizado pela hiperplasia privada sobre o poder público, com caracteres secundários como o mandonismo e a fraude eleitoral, que asseguravam a eleição dos representantes locais para os cargos políticos estaduais e federais³²⁸.

A formação de alianças entre as elites locais definiu os chefes dos partidos políticos que disputaram cargos públicos e influências. Neste aspecto, as patentes da Guarda Nacional atribuíam valores às lideranças locais. Estabelecer ou fortalecer o poder local poderia dar acesso local à política econômica dos governos estadual e federal, como a utilização dos recursos de empréstimos externos, a política de imigração, a estruturação da malha ferroviária, a política tributária de exportação, o incentivo ao crédito para o setor agroexportador, a política de valorização do café, auxílios para o combate às epidemias, entre outras. Na Zona da Mata mineira, os municípios se reconfiguraram durante a Primeira República.

Os fazendeiros reivindicaram uma malha ferroviária que fosse capaz de transportar o café para a capital³²⁹. O transporte das mercadorias, anteriormente feito por burros ou carros de bois, demandava tempo e tornava o produto final mais custoso. A Estrada de Ferro Leopoldina³³⁰ surgiu das iniciativas de fazendeiros e comerciantes da Zona da Mata, em 1871³³¹. O empreendimento se destinou a escoar o café da cidade de Leopoldina a Porto Novo do Cunha, hoje Além Paraíba, onde os trilhos da Estrada de

³²⁸ CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Dados*, vol. 40, n.º. 2, Rio de Janeiro, 2010; FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro*. RJ: Editor Globo, 2012, 5ª ed.; LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, 7ª ed.

³²⁹ GODOY, Marcelo Magalhães e BARBOSA, Lidiany Silva. Uma outra modernização: transportes em uma província não exportadora - Minas Gerais, 1850-1870. Instituto de Economia da UNICAMP. *Econ. soc.* [online], 2008, vol.17, n.2, pp.159-186; BATISTA, Felipe Alvarenga, BARBOSA, Lidiane e GODOY, Marcelo Magalhães. Transportes, modernização e formação regional – subsídios à história da era ferroviária em Minas Gerais, 1870-1940. Universidade Estadual de Ponta Grossa, RS. *Revista de História Regional* 17(1): 2012, pp. 162-203.

³³⁰ A estrada de ferro foi criada pela Lei nº 1.826/ 1871 da Província de Minas Gerais.

³³¹ PEDROSA, Manoel Xavier de Vasconcellos. Zona silenciosa da historiografia mineira: a Zona da Mata. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB*, nº 257, Rio, out.- dez., 1962, p. 135.

Ferro Dom Pedro II terminavam. O percurso foi estendido até Cataguases, com uma estação em Vista Alegre, um povoado às margens do rio Pomba³³².

Em 1876 foi inaugurada a via férrea que ligava o Rio de Janeiro à Juiz de Fora. Segundo Blasenheim, quase 60% da rede total de 1.006 km de estrada de ferro da província estavam localizadas na Zona da Mata, embora a região contemplada pelas ferrovias constituísse apenas 5% da superfície de Minas Gerais³³³.

Fundado em 1888 sob a liderança de João Pinheiro, o Partido Republicano Mineiro (PRM)³³⁴ transformou-se no principal instrumento da campanha republicana na província de Minas Gerais. Os primeiros anos foram marcados por disputas internas entre os “republicanos históricos”, que aderiram ao novo partido desde o Manifesto de 1870, e os “adesistas” ou “novos republicanos”, membros dos extintos partidos monárquicos, que aderiram ao movimento por ocasião da Proclamação da República. Em linhas gerais, o programa do PRM defendia a República Federativa Presidencialista, a autonomia municipal e distrital, e a tributação proporcional aos recursos da lavoura, do comércio e da indústria estaduais.

Durante toda a Primeira República, o partido dominou a situação política mineira: controlou a assembleia estadual, forneceu as bancadas dos políticos para as assembleias federais e elegeu todos os presidentes estaduais entre 1897 e 1930. A historiografia tradicional atribuiu à “política do café com leite” o controle da vida política nacional. Trata-se de uma suposta aliança entre os estados de maior expressão socioeconômica do país, São Paulo e Minas Gerais, em que o papel predominante teria sido exercido pelos paulistas, da qual procederam quase todos os presidentes da República até 1930.

Viscardi observou as interferências da política nacional sobre os estados e municípios durante a Primeira República e questionou a historiografia política que reduz os estudos sobre esse período à “política do café com leite”. A autora demonstrou que o Estado de Minas Gerais exerceu sobre o poder federal maior influência do que lhe é habitualmente atribuída por ter se destacado, entre outros, pelos maiores índices

³³² O percurso estendido foi autorizado pelo decreto nº 4.914, de 27 de março de 1872. Cf. VEIGA, José Pedro Xavier da. *A Imprensa de Minas Gerais (1807-1897)*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano III, vol. 3, 1898.

³³³ BLASENHEIM, As ferrovias de Minas Gerais no século XIX, *op. cit.*, p.83.

³³⁴ Cf. CALICCHIO, Vera. FGV/ CPDOC. Partido Republicano Mineiro. Disponível em:

<[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20MINEIRO%20\(PRM\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20MINEIRO%20(PRM).pdf)>. Acesso em 12 de dez. de 2016.

percentuais de ocupação de cargos ministeriais e de presidência de comissões parlamentares³³⁵.

Em estudo sobre as elites mineiras, Viscardi³³⁶ identificou a porcentagem das mesorregiões com representação política na Primeira República: Mata: 36%; Centro: 26%; Sul: 20%; Demais: 18%. A autora analisou os conflitos políticos resultantes de interesses divergentes das elites mineiras e viu que também ocorriam conflitos entre as elites nos demais estados que disputavam a hegemonia na federação.

Em relação ao predomínio na representação estadual das regiões internas mineiras, a autora dividiu a Primeira República em três fases: a primeira, de 1889 ao estabelecimento da “política dos estados” ou “política dos governadores”, iniciada em 1894 e oficializada no governo do presidente Campos Sales (1898-1902), em que houve uma predominância de políticos do Centro de Minas e da Região das Vertentes. Na segunda fase, do final do século XIX a 1918, houve hegemonia sul mineira, período em que todos os governadores, à exceção de um, vieram desta região. Na terceira fase, após 1918, houve presença majoritária da Mata sobre as demais regiões.

Em relação à composição da elite política mineira por carreira profissional, os levantamentos de Viscardi apontam para a predominância das profissões jurídicas seguidas pela carreira de professor, o que confirma uma tendência nacional. Em geral, os bacharéis associavam ambas as carreiras. A autora explicou que, em relação às atividades econômicas, houve o predomínio dos interesses dos cafeicultores sobre as demais atividades econômicas, mas apontou para a relativa autonomia do político frente aos interesses econômicos hegemônicos.

Em relação à Zona da Mata na Primeira República a autora concluiu que as elites da mesorregião foram republicanas; florianistas radicais; tiveram dificuldades em associar-se à hegemonia política paulista liderada por Campos Sales; foram favoráveis à campanha civilista de Rui Barbosa à presidência, em oposição ao militar Hermes da Fonseca, o que lhe prejudicou em relação à política regional; foram bernardistas, ou seja, favoráveis à campanha de Arthur Bernardes à presidência e revolucionária, em 1930.

³³⁵ *Idem*. Federalismo Oligárquico com sotaque mineiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 2006, v. XLII, p. 109.

³³⁶ VISCARDI, Cláudia. *Elites políticas em Minas Gerais na Primeira República*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 39-56, jul. 1995. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1993>>. Acesso em 20 de fev. de 2015.

Segundo sua interpretação, a ideia de mineiridade, ou seja, de se atribuir aos mineiros um caráter homogêneo específico, marcado pela necessidade da articulação e caracterizado por valores como o ritmo de vida lento, a submissão da imaginação à vontade, o realismo e a aproximação natural entre as classes sociais, deve ser relativizada³³⁷.

3.1.2. Área central da Zona da Mata.

Como já foi dito, em seus estudos Carrara³³⁸ dividiu a Zona da Mata em três partes: a Zona da Mata sul, onde se iniciou o cultivo extensivo do café com estreitas ligações com o Rio de Janeiro e se instalaram grandes propriedades dos nobres do Império. As principais cidades foram Juiz de Fora, Leopoldina e Mar de Espanha. A Zona da Mata central, em que existiam roças de café desde o início do século XIX, mas a predominância era das pequenas e médias propriedades em que se desenvolveram culturas variadas. As principais cidades foram Pomba, Ubá e Viçosa. Por fim, a Zona da Mata norte, região de densa mata tropical em que o café chegou por último como lavoura extensiva no início do século XX, ao lado da lavoura de cana de açúcar. Nessa sub-região, o extrativismo destacou-se no século XIX e as principais cidades foram Caratinga, Manhuaçu e Ponte Nova.

O autor explicou que a área central da Zona da Mata corresponde à primitiva “Freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões do Rio Pomba e Peixe dos Índios Cropós e Croatos”, iniciada no aldeamento indígena criado por meio do Diretório dos Índios, uma lei pombalina de 1755, com objetivo de incorporar os índios para transformá-los em trabalhadores, a fim de assegurar o povoamento e a defesa do território colonial. O diretor da freguesia era Capitão Francisco Pires Farinho e a missão de catequética foi realizada pelo Padre Manoel de Jesus Maria, que construiu a capela São Manoel na sede do aldeamento, hoje cidade do Rio Pomba, e a capela São João Batista, no presídio dos Índios Puris, que deu origem a um povoado com o nome de São João Batista do Presídio, atualmente a cidade de Visconde do Rio Branco.

Esta freguesia, inicialmente subordinada à comarca de Mariana, foi fundada pelo Padre Manoel de Jesus Maria (1731-1811).

³³⁷ *Idem*, Elites políticas em Minas Gerais na Primeira República, *op. cit.*, p. 52.

³³⁸ CARRARA, A Zona da Mata de Minas Gerais, *op. cit.*

O padre era filho do português João Antunes e de sua escrava angolana Maria de Barros. Cursou o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte em Mariana, de educação lazarista. Estabeleceu contatos com oficiais da Coroa Portuguesa e com membros da hierarquia da Igreja Católica. Como vigário do bispado de Mariana, tornou-se um dos pioneiros da colonização da Zona da Mata mineira. O padre foi responsável pelo aldeamento indígena São Manoel, pelo presídio São João Batista e pela fundação de diversos outros povoamentos³³⁹.

A freguesia teve grandes dimensões. Correspondeu à porção leste do Termo de Mariana, território que representa a porção central e sul da atual Zona da Mata mineira. Limitou-se com a Freguesia de Guarapiranga, com o Termo de Barbacena, e ao sul com os sertões do Rio Cágado e prolongava-se por toda a bacia do rio Pomba³⁴⁰. Foi elevada à categoria de vila em 1831, com quatorze distritos. Guido Marlière, militar francês que desertou para o Brasil e se tornou o Diretor Geral dos Índios de Minas Gerais, auxiliou na formação de novos núcleos urbanos no interior da freguesia, como Cataguases, Ubá, entre outros³⁴¹.

O desmembramento da antiga freguesia de São Manoel do Pomba, formada pelo aldeamento de São Manoel e pelo presídio de São João Batista, foi iniciado no Império. Entretanto, o fenômeno do Coronelismo estimulou o a criação de novos municípios na área central da Zona da Mata. A figura 7³⁴², que usa os topônimos atualizados, foi elaborada com objetivo de se visualizar a divisão territorial, entre 1830 e 1930, da Freguesia do Mártir São Manoel do Pomba em novos distritos e municípios.

Figura 7.

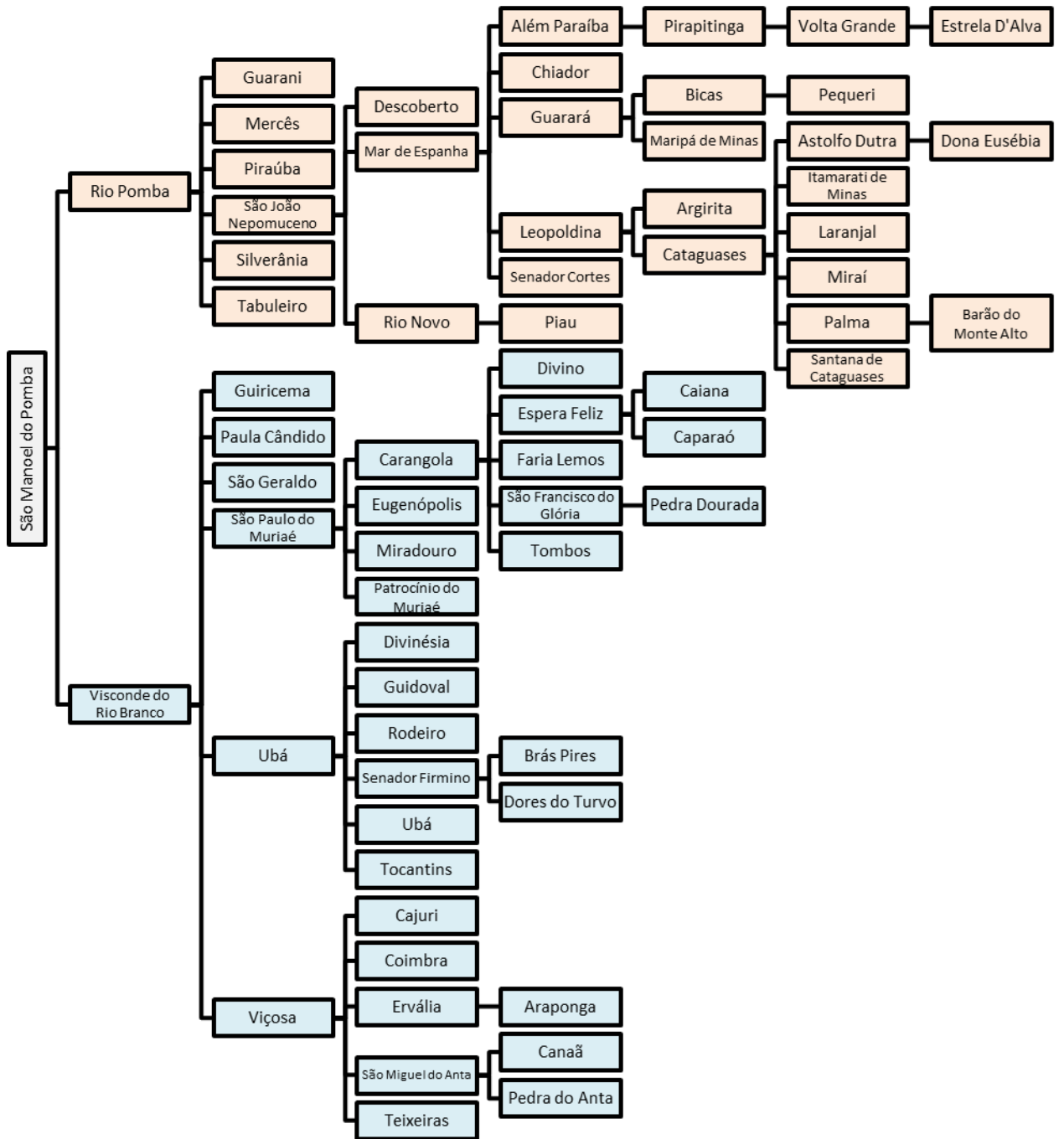
Freguesia do Mártir São Manoel do Pomba, 1830-1930.

³³⁹ CASTRO, Natália Paganini Pontes de Faria. *Entre coroados e coropós: a trajetória do padre Manuel de Jesus Maria nos sertões do Rio da Pomba (1731-1811)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora, MG, 2010.

³⁴⁰ CARRARA, A Zona da Mata de Minas Gerais, *op. cit.*

³⁴¹ ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. “Caminhos para o mar: a expansão dos mineiros para o leste”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, Companhia do tempo, volume 1, pp. 51-70; JOSÉ, Oiliam. Marlière, o civilizador. Esboço biográfico. SP: Brasiliense, 1990; SILVA, Tarcísio Glauco da e MOREIRA, Vânia Maria Losada. Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce. Universidade Federal do Espírito Santo. Revista Ágora, Vitória, n.4, 2006, p. 1-33.

³⁴² Figura 7. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados contidos em: BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: SATERB, 1971; SANTIAGO, Município de Rio Pomba, pp. 489-490 e IBGE. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang&coduf=31&search=minas-gerais>>. Acesso em 12 de fev. de 2017.



Segundo Lamas³⁴³, os proprietários de terras empobrecidos da antiga região mineradora dirigiram-se para esta área e organizaram-se em minifúndios para o desenvolvimento da cafeicultura. De posse de poucos escravos, a mão de obra era familiar e incluiu os agregados, que foram definidos pelo autor como todos que não possuíam terras nem trabalho, apenas residiam com as famílias proprietárias e auxiliavam nos serviços. A população era essencialmente rural e as famílias eram numerosas³⁴⁴, com altos índices de mortalidade infantil. Ao lado da mão de obra escrava, os sistemas de trabalho livre e familiar atraíram os trabalhadores nacionais e imigrantes.

A convite de D. João VI³⁴⁵ e com objetivo de moralizar o clero e formar as elites brasileiras, os padres das Missões ou lazaristas portugueses Antônio Ferreira Viçoso e Leandro Rebelo Peixoto e Castro vieram de Portugal em 1819 para construir um colégio e seminário no Santuário do Caraça³⁴⁶, no atual município de Santa Bárbara, Zona da Mata de Minas Gerais. Os lazaristas ocuparam a diocese de Mariana e acompanharam o movimento da população para a região da Zona da Mata. O autor observou que, como bispo de Mariana, D. Viçoso visitou as cidades em formação³⁴⁷. As viagens a cavalo pretenderam renovar a fé das famílias, “isoladas do mundo, em plena selva, que perderam familiares na Guerra do Paraguai”³⁴⁸.

Blasenheim³⁴⁹ analisou as competições entre a área central e sul da Zona da Mata pela hegemonia no poder estadual, que se iniciavam nos municípios. Estudou os conflitos na área central, como a disputa pelo controle político da comarca na cidade de Ubá entre o Cel. Carlos Peixoto de Mello, chefe do extinto Partido Conservador, e seu

³⁴³ LAMAS, Fernando Gaudereto. “Estrutura socioeconômica e posse de escravos na área central da zona da Mata mineira”. In: Souza, Jorge Prata e Andrade e Romulo Garcia (orgs.). *Zona Mata Mineira: escravos, família e liberdade*. Rio de Janeiro, Apicuri, 2012, p. 155.

³⁴⁴ Cidade de Ubá, Ubá, Cem anos que Ubá viveu, 3/7/1957, p. 3.

³⁴⁵ ANDRADE, Mariza Guerra de. “Colégio do Caraça: a formação escolar e política das elites”. In: RESENDE, e VILLALTA, op. cit., pp. 161-180.

³⁴⁶ A sesmaria do Caraça foi comprada nos anos 1770 pelo Irmão Lourenço de Nossa Senhora, que logo começou a construir uma capela barroca dedicada a Nossa Senhora Mãe dos Homens, devoção mariana tipicamente portuguesa, e uma casa de hospedagem para romeiros. Estudos e hipóteses apontam para que o Irmão Lourenço era na verdade Carlos Mendonça Távora, um nobre português que foi perseguido pelo Marquês de Pombal após um atentado contra Dom José I, rei de Portugal. O Santuário foi deixado como herança à Fazenda Real, a fim de que a Coroa Portuguesa conseguisse padres que dessem continuidade ao centro de romaria e missão e, se possível, fundassem uma casa para educação de meninos. Cf. Santuário do Caraça. Disponível em: <<http://www.santuariodocaraca.com.br/primordio-do-caraca/>>. Acesso em 15 de fev. de 2015.

³⁴⁷ Cf. VIÇOSO, D. Antônio Ferreira. *Os dois relatórios decenais (1853-1866)*. In: Cadernos Históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, v. 4.

³⁴⁸ *Ibidem*, pp. 130-133.

³⁴⁹ BLASENHEIM, Uma História Regional da Zona da Mata de Minas Gerais (1870-1906), op. cit.

sobrinho e aliado Cel. Carlos Soares de Moura contra seu primo, o médico Cel. Camillo de Moura Estevam, que liderava os “republicanos históricos” de Ubá; no conflito, o médico e seus dois filhos foram assassinados na Praça São Januário de Ubá, no dia da eleição.

Carlos Peixoto de Mello³⁵⁰ nasceu no Arraial Vila do Príncipe, em Guarapiranga, distrito de Mariana, hoje município Serro, em 1845. Estudou na Corte e na Faculdade de Direito de São Paulo. Foi nomeado para uma Comissão da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, em Minas Gerais. Transferiu-se para Ubá na segunda metade do século XIX com o seu cunhado e irmão de sua esposa, Agostinha Brandão, o Cel. Carlos Brandão. Católico praticante, Peixoto de Mello esteve próximo ao Cônego Abreu e Silva. Ingressou no Partido Conservador de Ubá, fundado por seu pai, dirigiu e tornou-se proprietário do jornal a Gazeta da Comarca de Ubá, que pertencera a sua família. Foi membro de comissão imperial, Foi eleito vereador e, como presidente da câmara, foi nomeado agente do executivo por cinco mandatos (1869, 1872, 1878, 1889 e 1905). Sua primeira legislatura ficou marcada pela perda do status de sede do município para o Presídio de São João Batista, hoje Visconde do Rio Branco, o que causou sua renúncia, mas transformou-se no principal articulador na devolução do status de sede de município para Ubá, em 1871. Foi deputado estadual, deputado federal e eleito senador no Império, em 1889, mas não assumiu o cargo devido à Proclamação da República.

O autor concluiu que houve a compreensão das elites de que nenhuma região isolada iria monopolizar os recursos do estado. Em sua opinião, os acordos clientelistas verticalizados entre os três níveis de governo, como ocorriam durante o Império, funcionaram durante a Primeira República nos municípios onde uma só facção política era forte, mas com frequência eclodiam focos de violência em espaços nos quais a liderança era contestada por facções rivais, como o caso do “Massacre de Ubá”, em 1893.

Estudos³⁵¹ mostraram que a economia desta área central pode ser compreendida em três fases, cujos destaques foram: o café, até os anos de 1890; o fumo e a aguardente, entre 1890 e 1920 e o desenvolvimento do polo moveleiro, a partir da

³⁵⁰ Peixoto de Mello exerceu outros cargos públicos: elegeu-se deputado à Assembleia Provincial (1870-1871 e 1872-1873) e Deputado à Câmara Geral (1872-1875, 1877, 1885, 1886-1889) da qual foi primeiro secretário e presidente. Foi o último mineiro eleito para o Senado no Império, em 1889, mas não chegou a tomar posse, em razão da Proclamação da República. Prefeitura de Ubá. Disponível em: <http://www.uba.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/HISTORICO_DOS_EX_PREFEITOS?cdLocal=2&arquivo={8B6C37DB-3BE2-5BDE-81ED-D0DBDDCD2BDE}.pdf>. Acesso em 12 de fev. de 2017.

³⁵¹ Pires, Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora 1870/1930, *op. cit.*; BATISTA, BARBOSA e GODOY, Transportes, modernização e formação regional *op. cit.*; RODRIGUES, Lincoln Gonçalves. *Agroindústria da cana-de-açúcar na Zona da Mata mineira*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, Faculdade de História, Juiz de Fora, MG, 2012; Gazeta Regjornal de Ubá, História dos 150 anos do Município de Ubá, ed. 132, 3/7/2007, p. 101.

década de 1920. Os imigrantes provocaram mudanças na produção local, Vieira³⁵² demonstrou que surgiram olarias, pequena produção têxtil e pequenas fábricas de bebidas e comestíveis, como laticínios, macarrão, de aguardente e de beneficiamento do fumo.

Com a intenção de conhecer aspectos das principais cidades da microrregião Ubá no final do século XIX, este estudo voltou-se para as cidades Ubá e Pomba.

3.1.3. A cidade Ubá.

A origem da cidade de Ubá é atribuída ao povoamento, iniciado em 1805, originado da antiga região mineradora. Dezenas de famílias como os Vieira de Andrade, Queiroz, Ferreira Valente, Martins Pacheco, Rocha, Teixeira, Rezende, Lamas, Leite, Guimarães, entre outras, dirigiram-se para a área central da Zona da Mata, em direção à antiga Freguesia de São Manoel do Rio Pomba para a ocupação da região do vale do rio Pomba, onde adquiriram sesmarias próximas ao rio Ubá³⁵³.

Segundo Rebelo Horta³⁵⁴, Antônio Januário Carneiro tornou-se proprietário da Fazenda Boa Vista e fundou a capela no primitivo arraial São Januário, com o apoio do Padre Manoel de Jesus Maria e de seu cunhado, José Cesário de Faria Alvim (Filho), que se tornou proprietário da Fazenda Liberdade.

Antônio Januário Carneiro nasceu em 1779, era filho do português Antônio Carneiro Flores, natural da Vila do Conde, Termo de Barcellos, do arcebispado de Braga. Tinha como irmãos Francisco José de Paula Carneiro, José do Espírito Santo Carneiro, João Nepomuceno Carneiro e Camillo José Carneiro. A família se estabeleceu em Calambau, hoje município Presidente Bernardes, que na época era um arraial de Guarapiranga, hoje município Piranga, do Termo de Mariana. Os irmãos se tornaram prósperos comerciantes de poaia, planta medicinal consumida na Europa. O comércio era realizado no arraial de São João Batista do Presídio, hoje município Visconde do Rio Branco. Em 1815, Antônio Januário Carneiro foi nomeado Capitão-mor do Termo de Mariana. Tornou-se pai de dez filhos, entre eles, Antônio Januário Carneiro (filho), e Thereza Januária Carneiro³⁵⁵. José Cesário de Faria Alvim Filho, provavelmente natural de Congonhas do Campo, residiu em Pinheiro, hoje Pinheiros Altos, distrito de Piranga. Tornou-se cunhado de Antônio Januário Carneiro ao se casar com Thereza

³⁵² PREFEITURA DE UBÁ. Ubá, Edição Histórica, 1980. Gazeta Regjornal de Ubá, edição 132, 3/7/2007, p. 34; VIEIRA, Maria Clotilde Batista. *Centenário da Comarca da Cidade de Ubá*. Ubá, Minas Gerais: Academia Ubaense de Letras, 1992b, p. 47.

³⁵³ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/mg/uba/historico>>. Acesso em 24/4/2016.

³⁵⁴ REBELO HORTA, Cid. *Famílias Governamentais de Minas Gerais*. Belo Horizonte, MG: Fundação João Pinheiro, 1986; REZENDE E SILVA, Arthur Vieira de. *Genealogia Mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1937; VIDIGAL, Pedro Maciel. *Os Antepassados*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1980, tomo 2, p. 92.

Acesso em 20/8/2016.

³⁵⁵ TRINDADE, Cônego Raimundo, *Velhos Troncos Mineiros*, *op. cit.*

Januária Carneiro. Deste casal nasceram os filhos Francisca Carneiro de Faria Alvim, Antônio Cesário de Faria Alvim, Thereza Cesário de Faria Alvim e José Cesário de Faria Alvim, o governador de Minas Gerais no período republicano provisório³⁵⁶.

O município Ubá foi criado em 1853 e era formado pelas ruas Cabidó, Direita, Cajangá, Nova e De Cima. Em 1868, a câmara de Ubá foi extinta, sendo seu território anexado ao município de Rio Branco. Em 1871, após lutas políticas lideradas por Carlos Peixoto de Mello, do Partido Conservador, a cidade foi desmembrada de Rio Branco e a sede reinstalada no atual distrito de São Januário.

Havia queixas em relação às linhas arquitetônicas dos prédios e da falta de calçamento das ruas, apelidada de “lomasópolis”, porque em período de chuvas ficavam intransitáveis. A câmara era composta de nove vereadores e contava com orçamentos insuficientes. Havia três estabelecimentos de ensino: latim e francês na residência de Carlos Manuel Soares, primário masculino na residência de Augusto Pereira Lins e primário feminino na residência de Rita de Cássia Mairink Brandão. O termo se compunha das freguesias de Ubá, Santa Rita do Turvo (Viçosa), Arrepiados (Araponga), Presídio (Visconde do Rio Branco), São Sebastião dos Aflitos (Ervália), Sant’Anna do Sapé (Guidoval) e dos distritos de Bagres (Guiricema), Coimbra e São José do Barroso (Paula Cândido). Segundo Campomizzi Filho³⁵⁷, o largo não tinha arborização, não havia grandes fortunas e a cadeia era péssima.

O café era plantado e vendido às empresas de exportação da Corte. Cesário Alvim construiu, no centro da cidade de Ubá, um armazém para abrigar as máquinas a vapor para o beneficiamento do café e um torreão, uma espécie de caixa-forte onde ficava o dinheiro arrecadado pela venda do produto. Em 1879 o traçado da linha férrea chegou à Ubá³⁵⁸.

Na década de 1880, o Imperador D. Pedro II visitou as cidades da Zona da Mata para inaugurar as estações de ramais da Estrada de Ferro Leopoldina. Segundo Vieira, o imperador observou que a fazenda empregava principalmente trabalhadores livres³⁵⁹. Segundo Abreu, nesta ocasião, o fumo, que era produzido em Ubá desde a década de

³⁵⁶ *Ibidem*.

³⁵⁷ CAMPOMIZZI FILHO. “Ubá em 1865”. In: VIEIRA, *Crônicas Municipais*. Edição comemorativa ao 9º aniversário da Academia Ubaense de Letras, 1983/1992. Ubá, MG: Academia Ubaense de Letras, 1992.

³⁵⁸ VIEIRA, Maria Clotilde Batista. *História de Ubá para as escolas*. Ubá, MG: Academia Ubaense de Letras, 1990, p. 20.

³⁵⁹ *Ibidem*, p. 19.

1870, foi oferecido ao imperador e alcançou a capital do país³⁶⁰. Naquele ano, a cidade era administrada por Carlos Peixoto de Mello, do Partido Conservador, e na política da capital figurava José Cesário de Faria Alvim, do Partido Liberal. D. Pedro II foi recebido pelo Comendador Antônio Gomes Pereira e pernitoou na Fazenda Liberdade.

A estação ferroviária incrementou o surto de urbanização. Os coronéis Galdino de Faria Alvim e Felício de Vieira de Queiroz uniram-se aos coronéis Gualter de Faria Alvim, filho do Cel. Galdino, Pedro Xavier Pires, Heitor de Moura Estevam, João Moreira Pinto, Luciano Dias de Andrade, ao Major José Theodoro Gonçalves e ao Dr. Arthur de Oliveira Rodrigues para criarem a Companhia Ferro-Carril Ubaense para o transporte de pessoas e cargas por trilhos puxados a burros, de diversos locais da cidade até a estação da Estrada de Ferro Leopoldina³⁶¹. Surgiram fábricas e o comércio cresceu. Neste período, os jornais da cidade registraram conflitos relacionados às epidemias, atribuídos ao alcoolismo e à dificuldade de convivência social entre trabalhadores temporários e colonos, católicos, protestantes, kardecistas e os ciganos³⁶².

Para observar os aspectos socioeconômicos da cidade de Ubá na Primeira República foi observado o estudo de Capri³⁶³, que informou haver na cidade quatro praças em 1915 e o número de prédios construídos era de aproximadamente 800. Os principais prédios públicos eram o Fórum, a Câmara Municipal, a Igreja Matriz, o Grupo Escolar e a Escola Normal, todos próximos ao centro, onde havia um parque ajardinado. A iluminação elétrica era fornecida pela Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina e o serviço de canalização de água e esgotos estavam em construção. Havia dois cinemas, três bandas de música, um clube literário, o “Gymnasial Foot-ball Club” e a “Fratellanza Italiana di Beneficenza”, mantida pela colônia italiana. O autor contabilizou na cidade cinco médicos, quatro advogados, nove farmacêuticos, seis dentistas, dois arquitetos-construtores, dois engenheiros e três agrimensores.

Havia a cafeicultura, mas a principal produção econômica era agropecuária, com destaque para o cultivo de cana de açúcar, que abastecia o Engenho Central da cidade de

³⁶⁰ ABREU, Município de Guarani, *op. cit.*, p. 38.

³⁶¹ PREFEITURA DE UBÁ. Ubá, Edição Histórica, 1980, p.14.

³⁶² ABREU, Município de Guarani, *op. cit.*; Academia Ubaense de Letras. *Vida e Ação da Colônia Italiana no Município de Ubá: 1888-1988*. Ubá, MG: Academia Ubaense de Letras, 1988; SANTIAGO, Município de Rio Pomba, *op. cit.*; VIEIRA, Maria Clotilde Batista. Centenário da Comarca da Cidade de Ubá, *op. cit.*; Gazeta Regjornal de Ubá, História dos 150 anos do Município de Ubá, edição 132, 3/7/2007, p. 101 e PREFEITURA DE UBÁ. Ubá, Edição Histórica, 1980.

³⁶³ CAPRI, Roberto. *Minas Gerais e seus municípios*. São Paulo: Pocaí Weiss e Companhia, 1916, p. 146-149.

Rio Branco, a avicultura e a atividade pastoril, com 40.000 cabeças de gado vacum, 12.000 cabeças de cavalos e muares e 20.000 suínos. A produção leiteira abastecia as fábricas de laticínios da cidade e de outras, como Cataguases, Leopoldina e São João Nepomuceno, e havia fábricas de beneficiamento do fumo.

Os imigrantes italianos se destacaram ao criarem fábricas. Vicente Pallermo foi um dos pioneiros fabricantes de bebidas. Estabeleceu-se próximo à estação ferroviária e produziu o refrigerante Mineirinho, feito da planta local mate-couro. Luigi Fusaro, que se dedicou à lavoura cafeeira, apoiou seu filho Antônio Fusaro, que criou a empresa “Antônio Fusaro e irmãos” para a fabricação de massas. Posteriormente ampliou seu negócio e iniciou um armazém de mantimentos e roupas. Em 1907, o armazém foi transformado em uma empresa para operar no atacado e no varejo, criou moinhos, fábricas de bebidas e de massas alimentícias, de torrefação do café e beneficiamento de cereais. Francisco Crispi desenvolveu uma fábrica de macarrão. Houve iniciativas domésticas, como a produção de doces, a fábrica de móveis da família Parma, entre outras ³⁶⁴. As fábricas atraíram viajantes e consumidores para a cidade. Os principais produtos exportados pela estação ferroviária foram representados, por toneladas, no quadro 6³⁶⁵:

Quadro 6:
Exportação pela Estação Ferroviária de Ubá, 1915 (toneladas).

1915 – Meses	Café	Milho	Arroz	Feijão	Fumo	Diversos
Janeiro	31	19	---	---	12	189
Fevereiro	153	27	---	---	22	127
Março	60	7	---	2	12	169
Abril	193	8	---	---	8	68
Maiο	373	17	10	---	16	52
Junho	222	8	---	---	18	69
Julho	302	11	29	---	15	83
Agosto	26	13	61	27	5	44
Setembro	83	15	---	---	12	72
Outubro	156	23	1	32	13	57
Novembro	15	9	2	2	14	67
Dezembro	138	19	4	9	21	82
Total	1.752	176	107	72	168	1.019

³⁶⁴ FOLHA DO POVO, Edição histórica. 3/7/2007, p. 6; PREFEITURA DE UBÁ. Ubá, Edição Histórica, 1980, p. 112-131; Ubá, 1982, p. 23-29; 35-40.

³⁶⁵ Quadro 6: Fonte: CAPRI, Roberto. Minas Gerais e seus municípios, 1916, p. 143.

Capri explicou que as associações pias da cidade eram as conferências da SSVP, os Conselhos Particulares, o Conselho Central de Ubá, e os apostolados de oração Sagrado Coração de Jesus e das Filhas de Maria. A caridade do povo ubaense, segundo o autor, era representada pelo Albergue São Vicente de Paulo, fundado pela conferência Natal do Bom Jesus, com o apoio dos contribuintes Ignácio Godinho e Antônio de Oliveira Castro Brandão e afirmou que a população rural era numericamente superior à população da cidade.

3.1.4. A cidade Pomba.

Os moradores da cidade se referiam e se referem a ela como “cidade do rio Pomba” ou “do Pomba”, como foi grafado nas fontes e utilizado nesta pesquisa. O nome foi alterado de Pomba para Rio Pomba em 1948. Até os dias atuais os naturais da cidade dizem ter nascido “no Pomba” ou se dizem pertencerem “à cidade do rio Pomba”. Desta forma, seguimos nesta pesquisa a nomenclatura local.

A cidade do Pomba teve origem na sede do aldeamento indígena que iniciou a Freguesia de São Manoel do Rio Pomba, fundada pelo Padre Manoel de Jesus Maria. Recebeu a condição de município em 1858, formada pelos territórios da sede e dos distritos de Taboleiro, Bomfim do Pomba, Piraúba, Guarani, Silveiras Palmira e Mercês.

Santiago³⁶⁶ e Abreu³⁶⁷ destacaram o impulso econômico na década de 1870, após a chegada dos imigrantes portugueses, como os coronéis Thomé Borges dos Reis, José Mendonça dos Reis, Henrique Dias Saraiva, Manoel Fernandes e os majores João Batista Coelho e o Adriano Marques Saraiva.

Além dos imigrantes portugueses, a cidade recebeu os libaneses e, especialmente os italianos, vindos da Hospedaria de Imigrantes Horta Barbosa, de Juiz de Fora e do Núcleo Barão de Ayuruoca, em Pequery, próximo à cidade de Barbacena, como as famílias do médico Gavino Fadda, dos irmãos construtores Silvano e Quirico Marini, e de Vítor Chevitarese, que se instalaram inicialmente no distrito de Guarani; dos comerciantes Donato e Paschoal Caiaffa, e de Pedro Arrighi, instalados no distrito de

³⁶⁶ SANTIAGO, Sinval. Município de Rio Pomba. Síntese histórica. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991, p. 31.

³⁶⁷ ABREU, Pedro de. Município de Guarani. Esboço histórico e cronológico. Belo Horizonte, MG: Editora O lutador, 1991, p. 58.

Piraúba; José Baesso, José Malfitano, Otilio Caldonceli, entre outros, que vieram para a cidade do Pomba na última década do século XIX³⁶⁸.

A estação ferroviária foi construída ao lado da Fazenda do Cel. José Mendonça dos Reis, localizada próxima à margem do rio Pomba, oposta à cidade e foi inaugurada em 1885. A população usuária da ferrovia esteve sujeita aos transportes complementares, como a canoas, para chegar à cidade. A inauguração da estação contou com a presença do Imperador D. Pedro II, que foi recebido na residência do médico Francisco de Paula Alvarenga, parente de Cândido José de Araújo Viana, o Marquês de Sapucaí, ministro do Império, conselheiro do Imperador e responsável pela educação da Princesa Isabel³⁶⁹.

A Companhia Ferro-Carril Pombense, surgida da iniciativa do Cel. Thomé Borges dos Reis, em 1898, incrementou o comércio e incentivou a criação de pequenas fábricas na cidade³⁷⁰. Tratava-se de veículos puxados à burros por trilhos de ferro que percorriam a cidade com a intenção de chegar o mais próximo possível da estação ferroviária. Nesse período, houve o aumento da população e registros de epidemias de tuberculose, cólera e varíola, do aumento da sífilis, da “febre intermitente” e registros de alcoolismo³⁷¹. Santiago³⁷² e Abreu³⁷³ relataram conflitos nas últimas décadas do século XIX relacionados às fronteiras e divisões internas da freguesia, e outros que envolveram católicos e protestantes, proprietários de terras e ciganos, católicos e kardecistas, e trabalhadores temporários e colonos.

Em relação aos aspectos socioeconômicos na Primeira República, o estudo de Capri³⁷⁴ estimou habitar na cidade-sede 3.000 almas em 1915. Havia duas praças e onze ruas na cidade, os edifícios públicos eram o Fórum, a Câmara Municipal, a Igreja Matriz, o Grupo Escolar, o Matadouro e a Cadeia. Havia aproximadamente seiscentos prédios, entre térreos e assobradados. A iluminação era a gás acetileno, a água estava canalizada e os esgotos estavam incompletos. Havia duas bandas de música e dois cinemas.

O autor destacou a produção agrícola em toda a extensão da cidade do Pomba, que incluía os distritos. A produção de café foi estimada em 350.000 arrobas anuais,

³⁶⁸ MENDONÇA, Sylvio Caiaffa. *Aconteceu em Rio Pomba*. Brasília: RN&Marini editor, 2010. 2ª edição, p. 133.

³⁶⁹ SANTIAGO, Município de Rio Pomba, *op. cit.*, p. 163.

³⁷⁰ *Idem*, História do Município de Rio Pomba, *op. cit.*, p. 177.

³⁷¹ *Ibidem*, p. 169

³⁷² *Ibidem*, p. 171.

³⁷³ ABREU, Município de Guarani, *op. cit.*, p. 80.

³⁷⁴ CAPRI, Minas Gerais e seus municípios, *op. cit.*, pp. 137-138.

além da produção da cana de açúcar, aguardente e fumo, produtos exportados pela ferrovia. Havia a produção de cereais e arroz, o fumo, a avicultura e a pecuária, que a abastecia a cidade. Além da produção agrícola, destacou-se a fábrica de manteiga Uirapurú e foram citadas pequenas fábricas têxteis e especialmente de beneficiamento do fumo. As associações pias eram as conferências da SSVP, o Apostolado de Oração Sagrado Coração de Jesus, a Pia União das Filhas de Maria e as Damas do Sagrado Coração de Jesus.

3.2. A Sociedade São Vicente de Paulo na Zona da Mata mineira.

No período em estudo eram poucas as conferências mineiras que estavam agregadas ao Conselho Geral, em Paris. Segundo Menezes³⁷⁵, o primeiro Conselho Particular mineiro, a unidade administrativa que encaminhava os pedidos de agregação das conferências à associação, em Paris, foi fundado em 1895, em Ouro Preto, e o primeiro Conselho Central foi o de Mariana, fundado em 1902. Até 1909 só havia o Conselho Central em Ouro Preto e três conselhos particulares: em Ouro Preto, Barbacena e Juiz de Fora³⁷⁶.

Muitas conferências funcionavam sem supervisão e sem a Carta de Agregação, que as integrava à associação. Sabe-se da existência delas devido às atas dos conselhos e das próprias conferências, em que se destaca a intenção dos membros no sentido de construir hospitais. Algumas foram integradas posteriormente à estrutura da SSVP, outras foram descontinuadas ou absorvidas por terceiras³⁷⁷. Como não havia Manuais impressos suficientes para a distribuição³⁷⁸, cabia ao conselheiro espiritual evitar a desmobilização dos vicentinos. Para isso, deveriam promover os exercícios espirituais bem como explicar aos confrades o funcionamento da SSVP.

A estruturação administrativa e a orientação sobre o Manual foi feita em Minas Gerais por Joaquim Furtado de Meneses (1875-1940)³⁷⁹. Para Menezes, Furtado de Meneses é uma figura que “representa um capítulo na história do Brasil”, especialmente

³⁷⁵ MENEZES, Reflexões vicentinas. Juiz de Fora, MG: Conselho Metropolitano de Juiz de Fora, 1994b, p. 37.

³⁷⁶ SSVP. Livro de Atas do Conselho Particular de Ouro Preto, 1909, 4/11/1906.

³⁷⁷ *Idem*. I Livro de Atas do Conselho Particular de Ubá, 1906-1936, 25/4/1909.

³⁷⁸ *Ibidem*, 4/11/1906.

³⁷⁹ FGV/ CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/meneses-joaquim-furtado-de>>. Acesso em 2 de dez. de 2016.

de Minas Gerais, por ter “participado da reconquista católica como militante de movimentos num período em que lhe faltava esse ambiente”³⁸⁰.

Furtado de Meneses nasceu no Rio de Janeiro em 1875, era filho de Joaquim Gabriel Nunes Furtado e de Joaquina Gertrudes de Meneses Furtado. Iniciou o curso secundário no Ginásio Barbacena, mas se transferiu para o Colégio Mineiro de Ouro Preto, no período em que o colégio foi dirigido pelos padres lazaristas. Formou-se engenheiro e topógrafo pela Escola de Minas de Ouro Preto e em Farmácia pela Escola de Odontologia e Farmácia da mesma cidade. No período acadêmico, fundou dois jornais: o católico O Discípulo e O Regenerador, destinado a fazer a propaganda da candidatura de Rui Barbosa à presidência da República. Após a formatura, em 1905, foi nomeado professor do Colégio Mineiro de Ouro Preto³⁸¹.

Ao ingressar na conferência Nossa Senhora do Pilar, em Ouro Preto, em 1895, Furtado de Meneses tornou-se vicentino. Foi eleito vice-presidente e a seguir presidente da sua conferência. Redator do Boletim Mensal do Conselho Central de Mariana foi eleito presidente do Conselho Particular de Ouro Preto em 1906. Neste ano, o Conselho Central de Mariana foi transferido para Ouro Preto e Furtado de Menezes acumulou a presidência dos dois conselhos. A diocese de Mariana foi elevada à arquidiocese e Furtado de Meneses recebeu as bênçãos do bispo de Mariana, Dom Silvério Gomes Pimenta (1840-1922), considerado o articulador do projeto de Restauração Católica em Minas Gerais ao mobilizar membros das elites políticas, trabalhadores católicos e patrões³⁸².

Silvério Gomes Pimenta (1840-1922)³⁸³ foi professor, orador sacro, poeta, biógrafo, prelado e arcebispo de Mariana, o primeiro prelado eleito membro da Academia Brasileira de Letras. Estudou no Colégio de Congonhas e no Seminário de Mariana, ambos dirigidos pelos padres lazaristas. Foi ordenado diácono por seu padrinho, D. Viçoso, bispo de Mariana. Foi vigário-geral da Diocese e, em 1890, foi nomeado bispo-titular de Câmaco e auxiliar de Mariana, consagrado pelo bispo Dom Pedro Maria de Lacerda; em 1897 foi nomeado bispo da Mariana. Em 1906 a Diocese foi elevada à Arquidiocese, e D. Silvério, de bispo a arcebispo, cargo que exerceu até a sua morte.

Furtado de Meneses foi deputado federal, diretor de Indústria do Estado de Minas Gerais, ocupou interinamente as prefeituras de Águas Virtuosas, atual município

³⁸⁰ MENEZES, Reflexões vicentinas, *op. cit.*, p. 119.

³⁸¹ MENEZES, Alano Porto de. *Furtado de Meneses, Servidor do pobre*. Uberaba: Editora Vitória, 1994a, p. 26.

³⁸² MENEZES, Furtado de Meneses, *op. cit.*, p. 8.

³⁸³ Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/silverio-gomes-pimenta-dom/biografia>>. Acesso em 02 de dez. de 2016.

Lambari e de Araxá, em Minas Gerais. A figura 8³⁸⁴ traz a fotografia de Joaquim Furtado de Meneses.

Figura 8:
Joaquim Furtado de Meneses.



Segundo Wirth³⁸⁵, D. Silvério era próximo ao Cardeal Arcoverde da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro e foi recebido em Roma em quatro ocasiões; o autor considerou que sua atuação transformou a Igreja mineira numa organização autoconfiante. O movimento católico ultrapassou sua base regional e a cidade de Belo Horizonte se tornou importante centro católico do país. O autor observou que D. Silvério impulsionou sua religião em muitas frentes: estabeleceu o sistema de dízimos aos fiéis para compensar os extintos subsídios imperiais à Igreja, associou-se a grupos como os operários, estudantes e profissionais, ofereceu oposição aos protestantes com seus colégios e ao movimento espiritualista kardecista, em expansão no país. A moralização da imprensa constituiu seus objetivos.

Além de acumular a função de presidente da sua conferência e dos conselhos, Furtado de Menezes tornou-se o redator do Boletim Mensal do Conselho Central de Ouro Preto. Organizou o I Retiro Espiritual vicentino, realizado no Seminário de Mariana, que contou com a presença do arcebispo D. Silvério e a pregação do padre Severino, redentorista, como conselheiro espiritual, o que pode ser visto como fatores que contribuíram para a consolidação e propagação do modelo da SSVP em Minas

³⁸⁴ Figura 8. Fonte: MENEZES, Furtado de Meneses, *op. cit.*, capa.

³⁸⁵ WIRTH, O fiel da balança, *op. cit.*, p., 143,

Gerais. Durante o Retiro, Furtado de Meneses apoiou Levindo Eduardo Coelho (1871-1961)³⁸⁶ na iniciativa de criar e presidir o Conselho Particular de Ubá, com objetivo imediato de agregar todas as conferências da área central da Zona da Mata.

Levindo Eduardo Coelho nasceu em Catas Altas de Noruega (atual Conselheiro Lafaiete), em MG, fez os primeiros estudos em Ubá, e o secundário no Colégio Mineiro de Ouro Preto, onde posteriormente lecionou inglês. Em 1893, ingressou por concurso no quadro de funcionários da administração dos Correios de Minas. Formou-se na Escola de Farmácia de Ouro Preto com a tese A nutrição. No ano seguinte, diplomou-se em ciências químicas e naturais pela mesma escola, em que lecionou até 1901. Ainda em Ouro Preto, dedicou-se ao jornalismo ao colaborar com os jornais O Ateneu e O Cisne.

Em seguida, ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e formou-se com a tese A higiene alimentar da criança. Em 1903, retornou a Ubá, onde passou a clinicar, a lecionar e atuar como jornalista, ao fundar “O Movimento”, semanário católico de grande penetração na Zona da Mata e dirigiu a “Folha do Povo”, que mais tarde adquiriu e transformou no órgão oficial do PRM da cidade.

Iniciou suas atividades políticas em 1914, ano em que ingressou no Partido Republicano Mineiro (PRM), a convite do presidente do partido, Raul Soares de Moura (1877- 1924), que o conduziu à chefia política de Ubá. Foi eleito vereador e intendente de Ubá, deputado federal em dois mandatos, deputado constituinte em três mandatos e senador estadual por Minas Gerais, quando integrou e presidiu a Comissão de Saúde. Foi secretário da Educação de Minas Gerais no governo de Olegário Maciel. Mais tarde, integrou o Conselho do Banco Hipotecário de Minas Gerais.

Raul Soares de Moura³⁸⁷ era filho do agricultor e coronel da Guarda Nacional Camillo Soares de Moura e de Amélia Peixoto Soares de Moura. Fez o ensino secundário no Seminário de Mariana e nos ginásios Barbacena e Ouro Preto. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1900. Em Minas Gerais foi Promotor de Justiça e delegado de polícia interino de Santa Luzia de Carangola, atual Carangola. Em São Paulo foi professor no Ginásio Estadual de Campinas, colunista do jornal O Comércio de São Paulo, dirigido

³⁸⁶ Levindo Coelho foi casado com Antonina Gonçalves Coelho, com quem teve 13 filhos, entre os quais Levindo Ozanam Coelho, deputado federal por Minas Gerais em dois mandatos, vice-governador do estado (1975 a 1978) e governador de Minas Gerais (1978 a 1979). Seu neto, Saulo Coelho, foi deputado federal (1988 a 1995).

FGV/ CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/levindo-eduardo-coelho>>. Acesso em 2 de dez. de 2016.

³⁸⁷ Cf. FGV/ CPDOC. Raul Soares de Moura. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SOARES,%20Raul.pdf>>. Acesso em 12 de dezembro de 2016.

por Afonso Arinos de Mello Franco. De volta a Minas Gerais, assumiu a direção da política da região de Visconde do Rio Branco após a morte do irmão Carlos Soares de Moura, em 1910. Elegeu-se vereador de Visconde do Rio Branco, deputado estadual, assumiu a Secretaria da Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas do governo estadual de Delfim Moreira, elegeu-se deputado federal, assumiu a Secretaria de Interior do governo estadual de Artur Bernardes, foi ministro da Marinha no governo Epitácio Pessoa e foi senador federal. Articulou a candidatura de Artur Bernardes para a Presidência da República e foi eleito presidente do Estado de Minas Gerais pelo Partido Republicano Mineiro (PRM).

Em relação à área central da Zona da Mata, além das conferências da cidade de Ubá, onde residia Levindo Coelho, havia outras em municípios da microrregião: Alvinópolis, Barão do Monte Alto, Conceição do Turvo, atual município Senador Firmino, Dolores do Turvo, Itabira, Guiricema, Miraflores, Muriaé, Palma, Piau, Pomba, hoje município Rio Pomba, Santa Rita de Meia Pataca, hoje município Cataguases, São João Nepomuceno e Visconde do Rio Branco. Surgiram também conferências nos distritos de cidades: Rio Doce, atualmente um dos distritos de Mariana, Santo Antônio do Gramma, que era distrito de Ponte Nova e atualmente é o município Rio Casca e São José do Barroso, hoje distrito do município Paula Cândido³⁸⁸.

Como presidente do Conselho Central de Ouro Preto, Furtado de Meneses criou o Conselho Particular de Ubá, em 1906, entre outros conselhos particulares e centrais³⁸⁹. A proximidade entre Furtado de Meneses e Levindo Eduardo Coelho, que teve início no período em que ambos lecionaram no Colégio Mineiro de Ouro Preto, pode ter sido decisiva na escolha de Levindo Coelho para presidente do Conselho Particular e do Conselho Central de Ubá.

Furtado de Meneses³⁹⁰ usou os boletins para orientar os presidentes das conferências e dos conselhos mineiros no sentido de estruturarem suas unidades de modo a assumir integralmente o compromisso previsto pelo Manual. Sugeriu que todos atentassem para o artigo que aconselhava o pequeno número de membros por conferência. Para ele, a essência da SSVP estava nas conferências. Cada uma delas não deveria ter muitos membros para possibilitar os contatos próximos e a participação de cada um. Quando a conferência crescia, deveria ser desmembrada.

As reuniões deveriam ser curtas, nunca por mais de meia hora. Aconselhou as leituras que deveriam ser feitas no início das sessões. O presidente deveria distribuir as tarefas a todos. Se não houvesse pobres suficientes para todos os confrades visitarem,

³⁸⁸ SSVP. I Livro de Atas da Conferência São Januário de Ubá, 1905-1929.

³⁸⁹ MENESES, Joaquim Furtado de. *O vicentino prático*. 7ª ed. Belo Horizonte, O Lutador, 1981.

³⁹⁰ MENEZES, Reflexões vicentinas, *op. cit.*, pp. 31-32.

haveria outras tarefas como visitar um confrade, um doente, um benfeitor, realizar compras de produtos necessários aos pobres, uma visita de adoração ao Santíssimo Sacramento, entre outras.

Menezes explicou que é o contato com os pobres em seus domicílios que permite ao confrade identificar suas necessidades e é nas conferências que se decide a melhor forma de ajudá-los. É nesse contato que o confrade desperta para as necessidades da cidade e do povo, descobre que é preciso ser feito outros trabalhos porque se revelam a imensidade das necessidades nas prisões, nos hospitais, nas creches etc. Todas as outras obras da SSVP só tem sentido se partirem do desejo de servir ao pobre, na constatação de suas reais necessidades, conhecidas por meio das conversas nos seus domicílios, só assim os vicentinos percebem um problema social³⁹¹.

Em suas palavras, Meneses explicava que:

A nossa missão junto ao pobre não é a de ser simplesmente portador de gêneros alimentícios. Ela é muito mais nobre e mais elevada: trabalhar pelo progresso moral e material do indigente, mostrar-lhe que existe alguém que toma por ele interesse, que o ama e o ama em Deus, reconduzi-lo à fé e mais que a fé, à prática dos deveres religiosos, reconstituir a família, trazer a paz e a confiança recíproca ao lar, afastar dele o vício e restabelecer o hábito de trabalho aos adultos, levar as crianças a frequentarem escolas e aprenderem ofícios, em uma palavra, fazer voltar àquele lar a bênção de Deus e com ela, o conforto moral e material, eis a nossa missão sublime³⁹².

Os vicentinos deveriam identificar os pobres que necessitavam de auxílios. Alertou que seria muito cômodo dar assistência àqueles que procuram os vicentinos em suas residências ou nas Igrejas. Meneses explicou que o pobre que pede auxílio precisa menos de auxílios do que o “verdadeiro pobre, pois esse se esconde”. Disse que era o vizinho quem mostrava a pobreza do irmão ao lado. Referia-se, portanto, aos “pobres envergonhados”.

Por isso, o vicentino “sobe morros, desce a beira de rios, conversa com a comunidade e vai à casa do pobre, porque é ali que ele vai assistir, ao ouvir as suas necessidades”. A visita domiciliar ao pobre tinha como foco o pai ou o chefe da família, para evitar sua desagregação por meio da miséria, o que levaria os menores às ruas³⁹³. Não se trata de substituir o chefe, mas ajudar-lhe a se recuperar para que possa dirigir e orientar a sua família. Meneses dizia que “é por isso que o povo colabora”, todos

³⁹¹ *Ibidem*, p. 43.

³⁹² MENESES, O vicentino prático, *op. cit.*, p. 50.

³⁹³ SOUZA, Os operários da caridade, *op. cit.*, p. 56.

saberiam que o dinheiro que se oferece aos vicentinos “é muito bem empregado” porque “é encaminhado àquele que realmente precisa”, no sentido de se obter sua recuperação³⁹⁴.

Em relação ao presidente das unidades vicentinas, Furtado de Meneses explicava que estes deveriam se reunir com o presidente do Conselho Particular mensalmente, que deveriam se reunir com o presidente de Conselho Central trimestralmente, que, por sua vez, deveriam se reunir com o presidente do Conselho Metropolitano ou do Superior semestralmente. Considerava que esses contatos próximos estavam de acordo com a “teoria moderna da dinâmica de grupos coordenados” e defendia que ninguém deveria trabalhar mais do que ninguém, os confrades não deveriam acumular funções para não impedir que outro confrade pudesse atuar na associação³⁹⁵.

O trabalho dos vicentinos em relação aos ricos foi um dos focos de Furtado de Meneses: por ser o mediador entre o rico e o pobre, o vicentino deveria inicialmente observar a má distribuição das riquezas na sociedade. Dizia que “o rico não enxerga a pobreza, não a conhece e quando se põe a fazê-la, toca trombeta, faz festa, engalana-se todo e humilha o pobre”. O vicentino deveria ajudar o rico a “desapegar-se de sua fortuna, deixar de lado sua vaidade e ajudar o pobre porque ele também é pobre em sua riqueza e merece o reino dos céus”. Furtado de Meneses afirmava que o rico se escandalizava com o fato da SSVP não ter um fundo que garantisse o funcionamento das obras unidas e especiais por muitos anos. No entanto, garantia a todos que nunca faltaria o necessário ao pobre, já que se tratava da Providência Divina, “uma linguagem que o rico não conhece, mas que o faz pensar”³⁹⁶.

Na primeira década do século XX, os católicos brasileiros organizaram dois grandes congressos nacionais, respectivamente em Salvador e no Rio de Janeiro³⁹⁷. Segundo Menezes³⁹⁸, Furtado de Meneses esteve presente em ambos. Além disso, organizou o I Congresso Católico Mineiro, em Juiz de Fora, em 1910, e os congressos católicos em Belo Horizonte: em 1911, 1914 e 1918. As teses finais desses congressos ressaltaram a necessidade do associativismo confessional para o enfrentamento da questão operária e assim afastar as ideias anarquistas e socialistas.

³⁹⁴ MENEZES, Reflexões vicentinas, pp. 41-42.

³⁹⁵ *Ibidem*.

³⁹⁶ *Idem*, pp. 108-109.

³⁹⁷ Além dos mineiros, ocorreram o Congresso Católico de Recife, em 1902; o Congresso Católico de Niterói, em 1909; o Congresso Católico de Petrópolis, em 1909; e o Congresso Católico Baiano, em Salvador, 1910. Cf. AMARAL, Cultura confessional e luta por direitos no mundo do trabalho, p. 72.

³⁹⁸ MENEZES, Furtado de Meneses, *op. cit.*, p. 34.

O I Congresso Católico centrou-se em duas preocupações: as associações leigas deveriam estar coordenadas pelas paróquias e a necessidade de se pregar os valores católicos, com eixo central na infância. A encíclica *Rerum Novarum* difundiu a ideia de que cabia a alguém com mais competência, ou seja, ligada direta ou indiretamente à Igreja, cuidar dos problemas das famílias pobres.

Furtado de Meneses presidiu e organizou, em colaboração com Levindo Eduardo Coelho, o I Congresso Católico Mineiro, em 1910, no anfiteatro da Academia de Comércio da cidade de Juiz de Fora. No evento foram discutidos assuntos relacionados à separação entre a Igreja e o Estado, como a extinção das aulas de religião das escolas públicas³⁹⁹. Wirth⁴⁰⁰ explicou que o presidente do Estado de Minas Gerais entre 1906 e 1908, João Pinheiro, havia abolido as aulas de religião das escolas oficiais e os subsídios estaduais aos seminários. O autor considerou que esse fato deu início à reação da Igreja mineira por meio de congressos de âmbito estadual e de organizações católicas leigas, que lutaram pela manutenção do ensino católico nas escolas oficiais.

Durante o Congresso, o Dr. José Augusto Campos do Amaral proferiu a palestra “A União dos Católicos”. Em sua fala, enfatizou a necessidade de organização de todos em torno do movimento político União Popular, que pretendia criar um partido político nacional a ser liderado pelos padres das paróquias, segundo o palestrante, para “salvar o país das garras do maçonismo”⁴⁰¹.

O Congresso reafirmou a importância das instituições de caridade mineiras e definiu o funcionamento delas de acordo com o clero local e com as diretrizes da Igreja. Pregou que todas as instituições de beneficência tivessem o caráter de associação católica e que conservassem seu caráter privado. O II Congresso Católico mineiro, em 1911, ocorreu em Belo Horizonte e foi presidido por Levindo Eduardo Coelho.

Segundo Menezes⁴⁰², Joaquim Furtado de Meneses era leitor dos textos e das correspondências de Adolphe Baudon, o terceiro presidente do Conselho Geral da SSVP, em Paris, o defensor do uso dos jornais pelos vicentinos e que orientava os conselhos nacionais e estrangeiros a dirigirem suas atenções à imprensa.

³⁹⁹ MENEZES, Furtado de Meneses, *op. cit.*, p. 35.

⁴⁰⁰ WIRTH, O fiel da balança, *op. cit.*, p. 143. O ensino de religião nas escolas estaduais mineiras foi reestabelecido pelo presidente Antônio Carlos por meio da lei nº 1092, de 12/10/1929.

⁴⁰¹ O APÓSTOLO. Órgão da União Popular, Teresina, Piauí, ano IV, 11/9/1910, p. 2. *In*: <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=408506&pagfis=624&url=http://memoria.bn.br/docreader#>>. Acesso em 12 de fev. de 2017.

⁴⁰² MENEZES, Furtado de Meneses, *op. cit.*, p. 6; O ESTANDARTE, Cataguases, 8/3/1917, Coluna Palavras de um Vicentino, p. 1.

Em 1914, Furtado de Meneses se transferiu de Ouro Preto para Belo Horizonte e fundou o jornal católico *Adoremus*. Nesse período, tornou-se o presidente do conselho consultivo da Sociedade Mineira de Engenheiros e do Banco Central de Minas Gerais. Participou da fundação de várias entidades e instituições católicas, entre elas, a Corporação dos Médicos Católicos, a Corporação dos Advogados Católicos e a Corporação dos Engenheiros Católicos. Na opinião de Souza⁴⁰³, a relação entre o discurso social da Igreja sobre a Restauração Católica e a formação de uma “economia da caridade” em Belo Horizonte sustentou a prática de assistência social e filantrópica leiga que, segundo o autor, serviu como forma de controle social de classes pobres para garantir a ordem.

Podemos entender que Furtado de Meneses centralizou a SSVP em Minas Gerais desde sua presidência do Conselho Central de Ouro Preto, em 1906, quando organizou e estruturou a associação. Sua atuação foi ampliada em 1916, quando criou o Conselho Metropolitano de Belo Horizonte⁴⁰⁴.

3.2.1. Conferências da Zona da Mata.

Com a intenção de compreender a criação das conferências da Zona da Mata, foi observada neste estudo, inicialmente, a criação da primeira conferência vicentina da mesorregião, implantada na cidade de Juiz de Fora, na área sul da Zona da Mata, em 1894, e supervisionada na época pelo Conselho Particular de Ouro Preto. O objetivo é verificar se a implantação das conferências seguiu um roteiro semelhante às demais brasileiras, visto no capítulo 2.

A cidade Juiz de Fora se desenvolveu de forma distinta das demais cidades da Zona da Mata. Localizada às margens do rio Paraibuna, que deságua no rio Paraíba do Sul, surgiu no início do século XVIII, por ordem da Coroa portuguesa, com o “Caminho Novo”, para ligar a região das minas ao Rio de Janeiro. Sua estrutura urbana, posteriormente impulsionada pelo café, possibilitou a industrialização e o desenvolvimento do comércio. Em 1889, foi construída na cidade a Usina de Marmelos, primeira hidrelétrica da América do Sul no período, no rio Paraibuna. Surgiram diversas fábricas e indústrias na cidade, que ficou conhecida no final do século XIX como a

⁴⁰³ SOUZA, A economia da caridade, *op. cit.*

⁴⁰⁴ Após 1950, novos conselhos metropolitanos foram criados em Minas Gerais, que, atualmente, são sete. O Conselho Metropolitano de Juiz de Fora foi criado em 1964, para supervisionar 9 Conselhos Centrais Cristo Redentor e Diocesano, ambos na cidade de Juiz de Fora; de Cataguases; de Lima Duarte; de Muriaé; de Santo Antônio do Gramma; de Santos Dumont; de São João Nepomuceno e o de Ubá. SSVP. Manual da Sociedade São Vicente de Paulo. Rio de Janeiro, s/ ed. 2007, p. 140.

“Manchester mineira”, em uma comparação à cidade industrial inglesa. A proximidade com a capital do país deu a ela o cosmopolitismo e até a década de 1920 foi considerada o centro cultural do Estado de Minas Gerais pelo número de jornais, escolas e instituições culturais, como os teatros⁴⁰⁵.

A implantação da conferência vicentina deu-se de forma prevista pelo Manual da SSVV: a Conferência de Santo Antônio⁴⁰⁶, a primeira na cidade, surgiu dezenove anos após a primeira conferência mineira, em São João d’El Rei. A criação da conferência ocorreu em um encontro promovido pelo Padre Venâncio Ribeiro D’Aguiar Café (1846-1891) em sua residência.

Venâncio Ribeiro D’Aguiar Café⁴⁰⁷ nasceu em São Miguel e Almas de Guanhões, Serro Frio, MG e faleceu em Juiz de Fora, MG. Estudou no Colégio Caraça e foi ordenado pelo Seminário de Mariana. Doutorou-se em Roma, e lecionou no Colégio Pio Latino-Americano. De volta ao Brasil, renunciou ao bispado no Pará, para o qual fora nomeado, e transferiu-se para Juiz de Fora. Foi deputado provincial em 1880 pelo Partido Liberal. Em 1886 fundou o Colégio Assumpção, em Juiz de Fora. Em 1891 foi nomeado vigário da igreja matriz da cidade. Foi jornalista, conferencista e conselheiro espiritual da Conferência Santo Antônio, que funcionava no salão paroquial.

O encontro marcado pelo Padre Café para a fundação da primeira conferência vicentina na cidade contou com confrades da Conferência São José, do Rio de Janeiro: o presidente, Dr. Francisco Castilho e o vice-presidente, o Conde de Aljezur, fundador da primeira Conferência em Lisboa. Esteve presente também João de Deus Freitas, tesoureiro da Conferência São João Batista, do bairro da Lagoa, no Rio de Janeiro. Foram convidados o vigário Carloto Fernandes da Silva, de Juiz de Fora e alguns membros das elites da cidade.

Assinaram a ata de criação da Conferência Santo Antônio, em 1894, entre outros: o chefe do poder executivo e presidente da câmara de vereadores da cidade, o intendente e advogado, Cel. Francisco Bernardino Rodrigues Silva; dois membros da Academia de Comércio de Juiz de Fora: o bacharel em Direito, Cel. João Nunes Lima e o empreendedor responsável pela fundação do Banco de Crédito Real, Cel. Francisco Batista de Oliveira; os vereadores Cel. Manoel Vidal Barbosa Lage e Cel. Henrique

⁴⁰⁵ REZENDE, Irene Nogueira de. *O Paraíso e a Esperança. Vida cotidiana de fazendeiros na Zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930)*. SP: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2004, p. 71.

⁴⁰⁶ SSVV. Livro I de Atas da Conferência de Santo Antônio de Juiz de Fora, 7/10/1894.

⁴⁰⁷ Programa de Pós-Graduação de Comunicação, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Padre Venâncio Ribeiro D’Aguiar Café. Disponível em: <<https://memoriasdaimpressajf.wordpress.com/impressos-de-juiz-de-fora-9/impressos-de-juiz-de-fora/revistas/lar-catolico/>>. Acesso em 02 de fevereiro de 2016.

Corrêa e Castro; o comerciante Cel. Pedro Parafita, avô do professor e escritor Pedro Parafita de Bessa; o administrador da Companhia Mineira de Eletricidade e da Usina Hidrelétrica de Marmelos, Cel. Bernardo Mascarenhas; o Cel. Cícero Pontes Freire, que obteve por parte do governo a concessão para a navegação no rio das Velhas e rio São Francisco; o Alferes Cândido Pontes e o empresário de construção civil, Cel. Francisco Notaroberto.

Foram eleitos para a mesa diretora da Conferência Santo Antônio: o Cel. Manoel Bernardino de Barros, eleito presidente, Dr. Henrique Burnier, vice-presidente, Aprígio Robério de Oliveira, secretário e Frederico Álvares de Assis, tesoureiro. Em 1896 o número de confrades desta conferência ultrapassou a setenta. A conferência foi dividida e se iniciou a segunda conferência em Juiz de Fora, a de Nossa Senhora da Glória, no bairro do mesmo nome, que funcionou no salão paroquial. No mesmo ano, conforme previa o Manual, foi criado o Conselho Particular de Juiz de Fora, presidido pelo confrade Cel. Manoel Bernardino de Barros, para supervisionar as duas conferências, que, na década seguinte, contavam com cerca de sessenta membros em cada uma⁴⁰⁸.

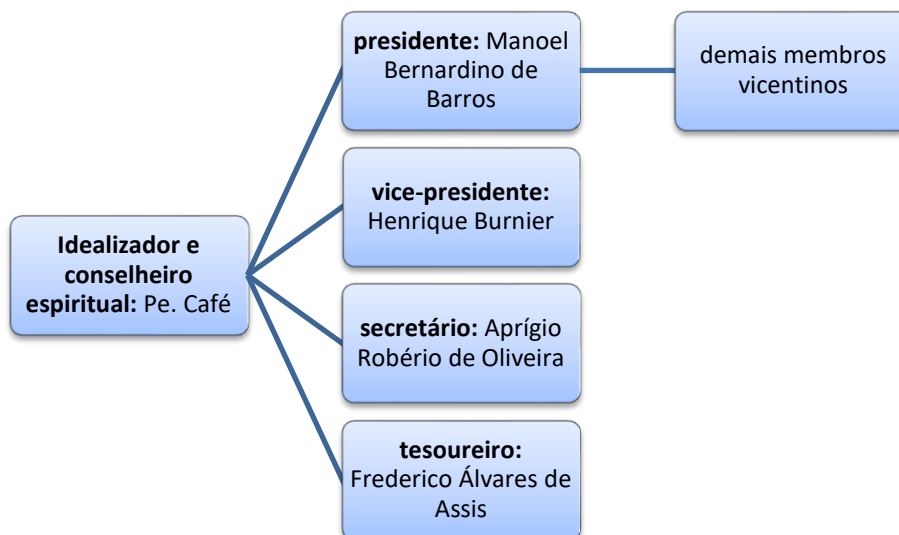
A estrutura da Conferência Santo Antônio reproduziu o modelo observado pelas demais conferências brasileiras. Elaboramos a figura 9⁴⁰⁹, que pretende evidenciar a relação direta entre o presidente da conferência e os demais vicentinos, que recebiam dele as tarefas de assistência a serem feitas. Essa estrutura procura demonstrar a importância do presidente da conferência, como foi visto no capítulo 1:

Figura 9:

Conferência Santo Antônio, 1894.

⁴⁰⁸ SSVP. Livro I de Atas da Conferência de Santo Antônio de Juiz de Fora; SSVP. Livro I de Atas da Conferência de Nossa Senhora da Glória de Juiz de Fora; SSVP. Livro I de Atas do Conselho Particular de Juiz de Fora, 1894.

⁴⁰⁹ Figura 9. Fonte: Elaboração própria a partir das informações contidas no I Livro de Atas da Conferência Santo Antônio, de Juiz de Fora.



A conferência Santo Antônio criou a primeira obra especial da SSVP de Juiz de Fora, a “Vila das Viúvas D. Rita Halfeld”⁴¹⁰, com estatuto redigido em 1902⁴¹¹. O nome foi uma homenagem à Rita Carolina de Campos Henrique Halfeld, falecida em 1895, esposa do Cel. Francisco Mariano Halfeld, filho de Heinrich Wilhelm Ferdinand Halfeld (1797-1873), o engenheiro alemão responsável pela construção da estrada que ligou a cidade de Paraibuna, atual Juiz de Fora, à Vila Rica, atual Ouro Preto, a capital mineira da época. A obra era um conjunto de moradias adquiridas para o abrigo de mulheres viúvas e seus filhos.

Novas conferências e conselhos particulares foram fundados nesta cidade: a Conferência de São Sebastião, na Igreja de mesmo nome em 1907, a Conferência São José, na Escola São José, no bairro Costa Carvalho, em 1908, entre outras. Em 1908 inaugurou-se o Oratório São Vicente de Paulo da SSVP, na Igreja Matriz, para a adoração do Santíssimo Sacramento, uma das atividades dos confrades⁴¹².

A segunda obra especial da cidade foi criada em 1912, o “Dormitório São Vicente de Paulo, para atender aos perambulantes da cidade”⁴¹³. Em 1915, sob a influência e orientação de Joaquim Furtado de Meneses como presidente do Conselho Central de Ouro Preto, foi instalado o Conselho Central de Juiz de Fora, atual Conselho Central Diocesano, cujo primeiro presidente foi o Cel. Henrique Burnier, que supervisionou os conselhos particulares da cidade. Em 1927 foi inaugurada a terceira

⁴¹⁰ Cf. SSVP. Livro I de Atas da Conferência de Santo Antônio de Juiz de Fora, 7/12/1902.

⁴¹¹ SSVP. Livro I de Atas da Conferência de Santo Antônio de Juiz de Fora, 7/12/1902.

⁴¹² SSVP. Livro I de Atas do Conselho Particular de Juiz de Fora.

⁴¹³ *Idem.*

obra especial, “Vocações Sacerdotais”, que consistiu em bolsas de estudos para meninos pobres juiz-foranos que pretenderam ingressar nos seminários mineiros.

Segundo Teixeira Filho, as freiras da congregação Filhas da Caridade foram convidadas para trabalhar na Vila D. Rita Halfeld e chegaram em 1935. Nesse ano foram inauguradas novas obras, como a Escola Infantil São Vicente, a Dispensa dos Pobres e a Assistência à Mendicância. Em 1938, foi criado o Ambulatório Frederico Ozanam⁴¹⁴.

Esse estudo foi direcionado à área central da Zona da Mata e observamos as conferências implantadas nas cidades de Ubá e Pomba.

3.2.2. Conferência Natal do Bom Jesus, Ubá.

Em 1895 foi criada a primeira conferência na área central da Zona da Mata, na cidade de Ubá: a Conferência Natal do Bom Jesus, que foi imediatamente agregada à SSVp pelo Conselho Particular de Ouro Preto. O nome da conferência foi escolhido devido à data de sua fundação, dia 25/12/1895, dia de Natal, no salão paroquial da Igreja Matriz de São Januário, mas ao recorrer à leitura das atas, foi possível entender que o nome significou o fato da conferência ter sido a primeira criada nesta área pelo grupo, que tinha a intenção de criar outras⁴¹⁵.

A conferência Natal do Bom Jesus surgiu da iniciativa do Cônego João Severiano de Abreu e Silva, que promoveu uma reunião no salão da igreja de São Januário de Ubá com vinte e três convidados, que não foram nominalmente citados.

O Cônego João Severino Abreu e Silva⁴¹⁶ nasceu no Inficionado, no Arraial de Catas Altas do Mato Dentro, hoje município Santa Bárbara. Ordenou-se em 1849 no Seminário de Mariana, dirigido pelos lazaristas e batizou o sobrinho, Sebastião Pedro Cotta, filho de sua irmã, nascido na Fazenda Alegria, em Mariana. Foi vigário encomendado de Tocantins e pároco colado da paróquia São Januário de Ubá, para onde se transferiu, com seu sobrinho afilhado, filho de sua irmã, Sebastião Pedro Cotta.

Foram eleitos para a mesa diretora: o Cel. Carlos Peixoto de Mello, intendente municipal e presidente da câmara de vereadores da cidade, para presidente; o Cel. Manoel José Teixeira e Silva, vereador, para vice-presidente; Sebastião Pedro Cotta,

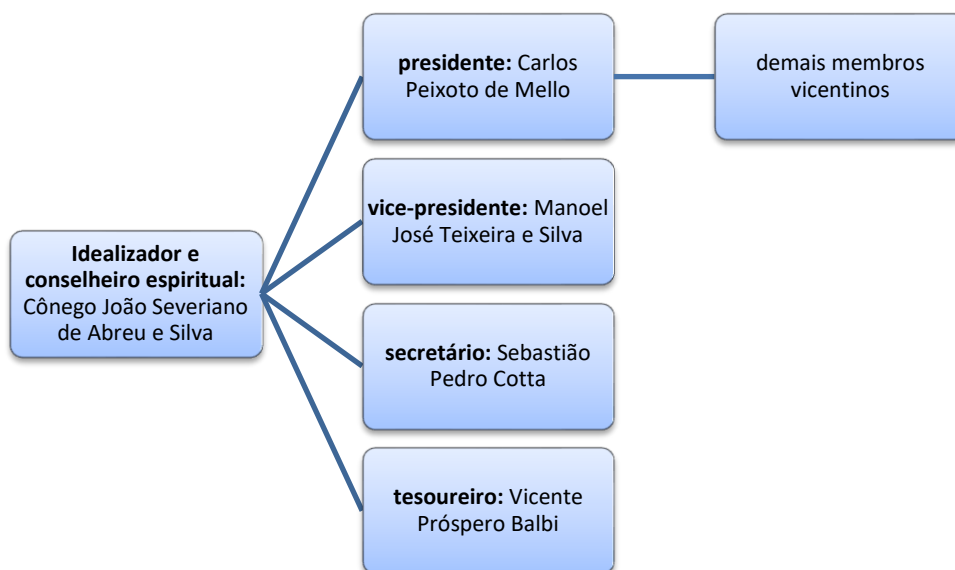
⁴¹⁴ TEIXEIRA FILHO, José Procópio. A assistência social em Juiz de Fora. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora – IHGB/JF*, ano IV, nº 4, junho de 1968, pp. 18-31.

⁴¹⁵ SSVp. I Livro de Atas da Conferência Natal do Bom Jesus, 1895-1899, 25/12/1895.

⁴¹⁶ TRINDADE, Cônego Raimundo. *Genealogias da Zona do Carmo*. Ponte Nova, Minas Gerais: Gutenberg, 1943.

secretário da câmara de vereadores e sobrinho do Cônego, para secretário da conferência e Vicente Próspero Balbi, imigrante italiano e capitalista da cidade, para tesoureiro. O Cônego se tornou o conselheiro espiritual da conferência. A configuração da conferência pode ser vista na figura 10⁴¹⁷, elaborada para evidenciar que as atividades de assistência eram distribuídas aos vicentinos pelo presidente:

Figura 10:
Conferência Natal do Bom Jesus, 1895.



A figura 11⁴¹⁸ traz a fotografia do presidente da Conferência Natal do Bom Jesus.

Figura 11:
Carlos Peixoto de Mello.

⁴¹⁷ Figura 10. Fonte: Elaboração própria a partir das informações contidas no I Livro de Atas da Conferência Natal do Bom Jesus.

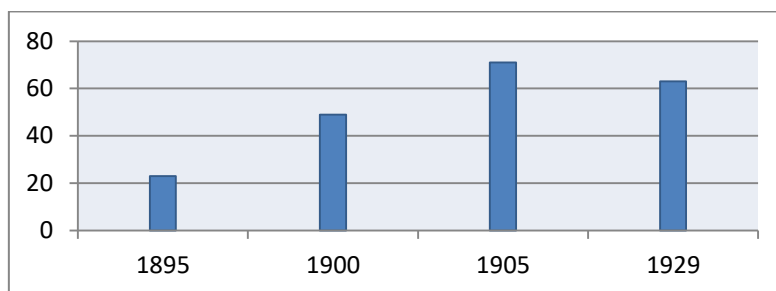
⁴¹⁸ Figura 11. Fonte: Prefeitura de Ubá. Disponível em: <http://www.uba.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/HISTORICO_DOS_EX_PREFEITOS?cdLocal=2&arquivo={8B6C37DB-3BE2-5BDE-81ED-D0DBDDCD2BDE}.pdf>, p. 6.



O gráfico 5⁴¹⁹ foi elaborado para representar o número absoluto dos membros da conferência Natal do Bom Jesus nos dez primeiros anos de seu funcionamento. Foi incluído o dado referente ao ano de 1929, informado pelo documento avulso do Conselho Metropolitano de Ouro Preto, citado no capítulo anterior.

Gráfico 5:

Número de confrades da Conferência Natal do Bom Jesus, 1895-1929.



Os confrades Cel. Carlos Brandão e Cel. Nicéas Soares Teixeira e Silva fundaram as conferências rurais⁴²⁰: São Bom Jesus do Córrego Alegre, no povoado Córrego Alegre, que atualmente é um bairro de Ubá e em Sant'Anna do Sapé, no distrito do mesmo nome, hoje município Guidoal, ambas instaladas nos salões das

⁴¹⁹ Gráfico 5. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados contidos em: SSVP. I Livro de Atas da Conferência São Januário, 1905 e 1925 e TRINDADE, Arquidiocese de Mariana, *op. cit.*, p. 1496.

⁴²⁰ SSVP. Manual da Sociedade São Vicente de Paulo, *op. cit.*, p. II – 370.

igrejas⁴²¹. Acreditamos que a fundação das conferências nas áreas rurais se deveu à existência de população numericamente significativa nos distritos, no período de reorganização político-administrativa dos municípios⁴²².

A Conferência Natal do Bom Jesus foi dividida, alguns confrades que residiam nesses distritos se transferiram para as novas conferências e atuaram como orientadores das tarefas. No entanto, nestas conferências foram observadas algumas práticas distintas, como a escolha semanal de uma mulher que pertencesse à família de qualquer um dos confrades para pedir esmolas nas fazendas. Esse fato pode ser entendido pelo fato de não haver núcleo urbano próximo às extensões das propriedades. A convivência na missa aos domingos na paróquia de São Januário atraía os moradores. No Manual existe um artigo, “*Collectas pelas casas*”⁴²³, que desaconselha a coleta domiciliar de esmolas e adverte os confrades para as dificuldades que esse hábito pode gerar no caso de famílias que não tinham condições de contribuir.

3.2.3. Conferência São Januário, Ubá.

A segunda conferência de Ubá foi criada em 1905⁴²⁴ e funcionou no Gymnásio São José, o primeiro colégio da cidade, construído e dirigido por José Januário Carneiro (1858-1943), neto do Capitão-mor considerado fundador da cidade.

Devido à morte prematura de seus pais, José Januário Carneiro foi matriculado no internato do Colégio Mineiro de Ouro Preto. Formou em Engenharia e Topografia pela Escola de Minas de Ouro Preto, período que conheceu Joaquim Furtado de Meneses. Iniciou sua vida profissional como engenheiro na câmara municipal da capital da província, na construção das redes de saneamento, o que lhe rendeu o apelido de “Dr. Fécas”. Lecionou no Colégio Mineiro, no período em que conheceu Levindo Eduardo Coelho.

José Januário Carneiro adquiriu a fazenda Boa Vista, que havia pertencido ao seu avô e se encontrava dividida em lotes. Rebatizou-a de Fazenda Esperança para a criação de um Colégio Agrícola, mas não obteve o apoio do governo do estado. Instalou o Gymnásio São José no prédio da antiga sede da Fazenda Boa Vista, de arquitetura neocolonial construído em 1862, que posteriormente havia servido de galpão de

⁴²¹ SSVP. I Livro de Atas da Conferência São Bom Jesus do Córrego Alegre, 1903 e SSVP. I Livro de Atas da Conferência Sant’Anna do Sapé, 1903.

⁴²² IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Geografia e Conselho Nacional de Estatística. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1959-1964, vol. 27.

⁴²³ SSVP. Manual da Sociedade São Vicente de Paulo, 1885, p. II – 102, 127.

⁴²⁴ SSVP. I Livro de Atas da Conferência São Januário, 1905-1929, 27/8/1905.

armazenagem e parada de tropeiros. Convidou os professores e auxiliares de disciplina do Colégio Mineiro de Ouro Preto para lecionar em seu Gymnásio, destinado à educação de meninos⁴²⁵.

Em 1905, o colégio começou a funcionar e recebeu alunos de diversas regiões do país, em regime de internato. O trem da Estrada de Ferro Leopoldina era o meio de transporte para os alunos chegarem até Ubá. Naquela época, existiam apenas 6 instituições de ensino em todo o Estado de Minas e o Gymnásio só aceitava matrícula de meninos. Os que não podiam pagar a mensalidade tinham o estudo em troca da prestação de serviços. O Ginásio São José funcionou até 1964, entre seus alunos esteve o cantor e compositor mineiro, Ary Barroso.

O prédio abriga atualmente um museu e foi preservado em sua estrutura original, que pode ser observada nas figuras 12 e 13⁴²⁶:

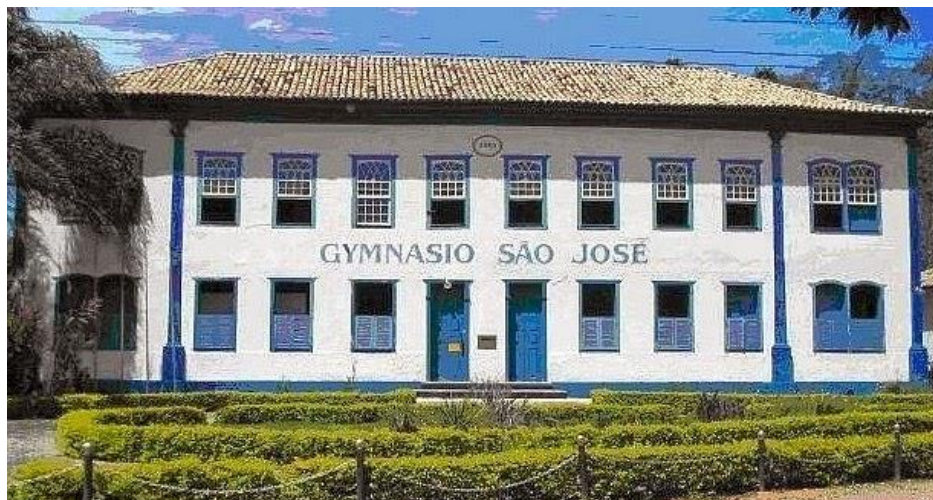
Figura 12:
Gymnásio São José, em Ubá, 1905.



⁴²⁵ MUSEU HISTÓRICO. Catálogo do Museu Histórico Ginásio São José. Ubá, Movimento Cultural São José, 1ª edição, 2015, p. 36-37.

⁴²⁶ Figuras 12 e 13: Fonte: Museu Ginásio São José. Disponível em: <<http://museuginasiosaojose.org.br>>. Acesso em 12 de jan. de 2017.

Figura 13:
Gymnásio São José, em 2017.



Segundo Yazbeck⁴²⁷, naquela época havia apenas seis colégios de ensino secundário em todo o Estado de Minas Gerais. O Gymnásio São José funcionou como internato até 1964. A figura 14⁴²⁸ foi elaborada para apontar os primeiros professores convidados a lecionarem no Gymnásio São José.

Figura 14:
Professores do Gymnásio São José, 1905.



⁴²⁷ YAZBECK, Dalva Carolina de Menezes. Formando os bons trabalhadores: os primeiros grupos escolares em Juiz de Fora, Minas Gerais. Universidade Federal de Uberlândia. *Cadernos de História da Educação* - nº. 2 - jan./dez. 2003, p. 101.

⁴²⁸ Figura 14. Fonte: Elaboração própria a partir das informações contidas no I Livro de Atas da Conferência São Januário, no MUSEU HISTÓRICO. Catálogo do Museu Histórico Ginásio São José. Ubá, Movimento Cultural São José, 1ª edição, 2015 e PREFEITURA DE UBÁ. UBÁ, Edição Histórica.

Na inauguração do *Gymnásio São José* estiveram presentes os representantes dos jornais *A Gazeta de Ubá* e *Folha do Povo*, da cidade de Ubá e dos jornais *O Pharol*, *Imprensa da Matta*, *Jornal de Minas*, *Rio Branco* e *Cinzel*, de outras cidades, e os “membros ilustres”⁴²⁹. Os padres convidados para a inauguração foram o Cônego Abreu e Silva, da paróquia São Januário de Ubá e conselheiro espiritual da Conferência Natal do Bom Jesus; o padre Laurindo Vieira de Queiroz, padre auxiliar nas igrejas da cidade e monsenhor José de Paiva Correa Campos⁴³⁰, recém-chegado na cidade para ser o coadjutor do cônego, devido à sua idade avançada.

José de Paiva Correa Campos nasceu em Jequeri, arraial do município de Ponte Nova, em 1870, filho de Joaquim Correa de Paiva e de Ana Correa de Paiva Campos. Ordenou-se pelo Seminário de Mariana em 1895 e em 1896 foi nomeado vigário da paróquia de Nossa Senhora de Bonsucesso do Urucum; em 1902 foi nomeado co-adjutor em Ubá, mas tomou posse em 1903. Em 1907 se tornou o vigário da paróquia de São Januário de Ubá. Foi nomeado Inspetor Escolar municipal e tornou-se o patrono da cadeira 5 da Academia Ubaense de Letras.

Ao chegar à cidade, em 1903, o monsenhor fundou a Conferência São Sebastião da Boa Esperança da Anunciação do Rodeiro, no distrito Anunciação do Rodeiro, de Ubá. Na ocasião, havia conflitos neste distrito. Os coronéis Antônio Teixeira Ervilha, Platão Campos Vieira e José Augusto Alves Vieira haviam dividido suas terras que ocupavam parte do distrito da cidade de Ubá e da cidade do Pomba, o que estabeleceu novos limites políticos entre as cidades e alguns conflitos.

Antônio Teixeira Ervilha era descendente do Comendador Manoel Joaquim Teixeira e Silva, tio do Cel. Manoel José Teixeira e Silva, vice-presidente da Conferência Natal do Bom Jesus. Casou-se com Luiza Moreira de Abreu, irmã de Galdino Teixeira de Abreu, que era casado com Julia Alves Vieira. Platão Campos Vieira⁴³¹ era primo de José Augusto Alves Vieira e de Julia Alves Vieira. José Augusto Alves Vieira⁴³² nasceu em uma propriedade rural em Taboleiro, distrito do Pomba, e se casou com Cecília Teixeira de Oliveira, filha do Cel. Teixeira Ervilha e neta do Alferes Joaquim José Teixeira e Silva, um dos primeiros ocupantes das terras de Ubá. Mudou-se para a fazenda próxima de seu cunhado Galdino Teixeira de Abreu, que era casado com a irmã de José Augusto Alves Vieira, Bolívia Julia Alves Vieira. Seus netos foram os prefeitos de Ubá: Álvaro Bigonha (1971-1973) e José Bigonha Gazolla (1981- 1989)⁴³³.

⁴²⁹ PREFEITURA DE UBÁ. Ubá, Edição Histórica, 1980, p. 15.

⁴³⁰ FOLHA DO POVO, Ubá, 24/05/1952, p. 3; VIEIRA. História de Ubá para as escolas, *op. cit.*, p. 26.

⁴³¹ *Ibidem*, p. 102.

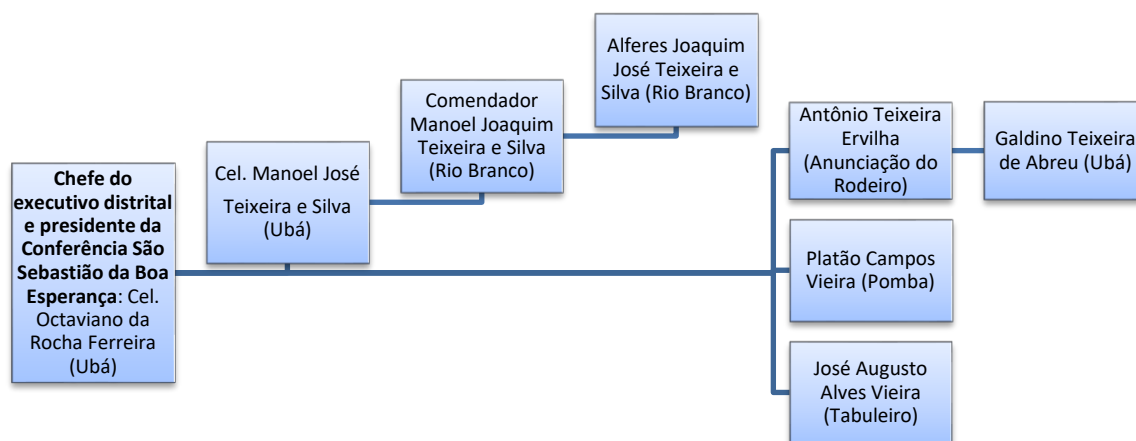
⁴³² *Ibidem*, p. 101.

⁴³³ Cf. GAZETA REGJORNAL DE UBÁ, História dos 150 anos do Município de Ubá, edição 132, 3/7/2007, p. 102.

Os coronéis dedicaram-se a expandir a lavoura do fumo. As sementes foram trazidas da cidade do Pomba e introduzidas no córrego dos Macacos e no povoado Córrego Alegre, próximo ao distrito do Rodeiro. Os colonos italianos adquiriram lotes de terras dessas fazendas e produziram fumo, como o médico Ferdinando Bigonha⁴³⁴. A figura 15⁴³⁵ mostra as relações entre dos integrantes da Conferência São Sebastião da Boa Esperança da Anunciação do Rodeiro, em Anunciação do Rodeiro:

Figura 15:

Divisão de terras no distrito Anunciação do Rodeiro, 1903.



Segundo Vieira, o monsenhor Paiva Campos afirmava possuir três paixões: o Sagrado Coração de Jesus, a música e a política. Fundou o Apostolado da Oração, devoto ao Sagrado Coração de Jesus⁴³⁶, na Igreja São Januário. O monsenhor exerceu a profissão de musicista, criou a banda do Sagrado Coração de Jesus, atuou como jornalista, fundou o jornal católico O Apóstolo e a confraria das Damas do Sagrado Coração de Jesus, uma associação feminina leiga para a caridade. No entanto, a autora

⁴³⁴ PREFEITURA DE UBÁ, Ubá, Edição Histórica, *op. cit.*, p. 25.

⁴³⁵ Figura 15. Fonte: Elaboração própria a partir das informações contidas no I Livro de Atas da Conferência São Sebastião da Boa Esperança da Anunciação do Rodeiro, no MUSEU HISTÓRICO. Catálogo do Museu Histórico Ginásio São José. Ubá, Movimento Cultural São José, 1ª edição, 2015, PREFEITURA DE UBÁ. UBÁ, Edição Histórica e VIEIRA, Maria Clotilde. História de Ubá para as escolas, *op. cit.*

⁴³⁶ PARÓQUIA SÃO JANUÁRIO. I Livro de Tombo da Paróquia São Januário de Ubá, 1903, p. 2.

observou que Paiva Campos costumava dedicar suas noites ao pôquer, com os companheiros Manoel Martins, Tatão Ramos e o Cel. Carlos Brandão⁴³⁷.

No dia da fundação do *Gymnásio São José*, o Cônego Abreu e Silva e o Monsenhor Paiva Campos convidaram José Januário Carneiro e a comunidade escolar para a fundação da Conferência São Januário, que funcionou naquele colégio⁴³⁸. O primeiro grupo de alunos integrou o grupo vicentino desta conferência. Era composto, entre outros, por Ângelo Moreira Barletta, filho de imigrantes, Adjalme Martins Carneiro, Antônio de Castro Carneiro, Lívio de Castro Carneiro, Arnaldo Carneiro de Casto e Newton Carneiro, parentes do proprietário e diretor; Gladstone e Glenarvam de Faria Alvim, filhos do Cel. Galdino de Faria Alvim, Laércio Prazeres, filho do juiz João Cância da Costa Prazeres, Daniel Rocha, filho do Cel. Ramiro Teixeira Rocha, proprietário de terras nas cidades de Ubá e Pomba, e Wellington Brandão, filho do Cel. Carlos Brandão. Os demais confrades foram os homens que ocuparam cargos públicos na cidade e que haviam sido convidados para a inauguração do *Gymnásio*.

João Cância da Costa Prazeres formou-se pela Faculdade de Direito de Recife, em 1893. Foi nomeado promotor público em Abre Campo em 1893, juiz municipal em Termo do Cahet, em 1894, juiz municipal em Carmo da Bagagem, em 1896, foi transferido para a Comarca do Peçanha e em seguida para a Comarca de Ubá em 1899. Foi advogado e juiz em Ubá. Integrou-se ao grupo de professores do *Gymnásio São José*. Participou da Conferência São Januário, da fundação do Colégio Sagrado Coração de Jesus e do e do Externato São Vicente de Paulo com Levindo Coelho, Monsenhor Paiva Campos, entre outros, e participou da fundação do colégio Sacré-Couer de Marie, de Ubá. Foi proprietário de terras, comerciante e criador. Foi promovido Procurador Geral do Estado de Minas Gerais, em 1919⁴³⁹.

O Cel. Ramiro Teixeira Rocha era fazendeiro e proprietário de terras que incluíam territórios das cidades de Ubá e Pomba. Pertencia à família de Octaviano da Rocha Ferreira. Foi vereador da cidade por cinco mandatos⁴⁴⁰.

Foram eleitos para a mesa diretora da nova conferência Levindo Eduardo Coelho, para presidente e José Rosalino Ponciano Gomes para vice-presidente, Sebastião Cotta para secretário, que acumulou a função com a Conferência Natal do Bom Jesus e Paulo Stanziolla, para tesoureiro. Acreditamos que a opção de manter Sebastião Cotta como secretário nas duas Conferências aponta para a necessidade da implantação da rotina prevista pelo modelo da SSVP. O conselheiro espiritual da

⁴³⁷ VIEIRA, Centenário da Comarca da Cidade de Ubá, *op. cit.*, p. 55-56.

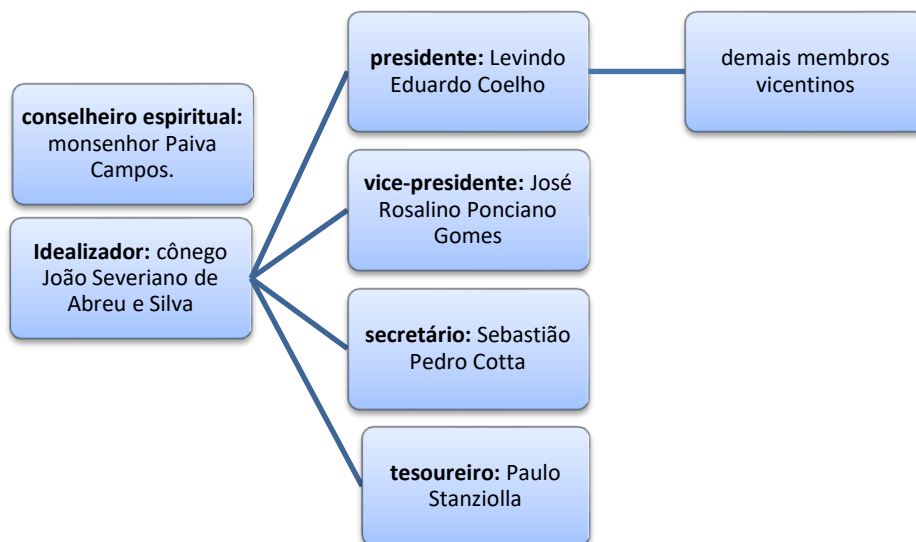
⁴³⁸ PREFEITURA DE UBÁ, Ubá, Edição Histórica, *op. cit.*, p. 16.

⁴³⁹ *Ibidem*, pp. 16-17.

⁴⁴⁰ VIEIRA, Maria Clotilde Batista (org.). *A Medicina em Ubá. Textos compilados*. Ubá, MG: Academia Ubaense de Letras, 1989, p. 89.

Conferência de São Januário foi monsenhor Paiva Campos. A configuração da conferência, que demonstra a relação direta entre o presidente e os demais membros vicentinos, pode ser vista na figura 16⁴⁴¹:

Figura 16:
Conferência São Januário, 1905.



Podemos observar que a importância do presidente se manteve. A figura 17⁴⁴² traz a fotografia do presidente da Conferência São Januário:

Figura 17:
Levindo Eduardo Coelho.

⁴⁴¹ Figura 16. Fonte: Elaboração própria a partir das informações contidas no I Livro de Atas da Conferência São Januário.

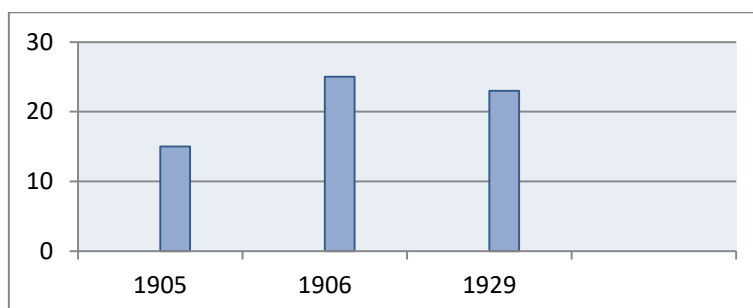
⁴⁴² Figura 17. Fonte: Prefeitura de Ubá. Disponível em: <http://www.uba.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/HISTORICO_DOS_EX_PREFEITOS?cdLocal=2&arquivo={8B6C37DB-3BE2-5BDE-81ED-D0DBDDCD2BDE}.pdf>, p. 21.



Observamos o número absoluto de confrades desta conferência, que foi restrita à comunidade escolar. Para a visualização, elaboramos o gráfico 6⁴⁴³:

Gráfico 6:

Número de confrades da Conferência de São Januário, 1905-1929.



Em 1923, Lívio de Castro Carneiro, o primo de José Januário Carneiro, fundou a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ubá no prédio onde funcionava o Gymnásio São José. Lívio de Castro Carneiro nasceu em Lage do Muriaé, em 1886, era filho de Laurindo Januário Carneiro e de Amélia Leopoldina de Castro Carneiro. Alguns professores e alunos da faculdade tornaram-se integrantes da Conferência São Januário⁴⁴⁴, que funcionava ali. Em relação ao número de membros da Conferência São Januário, o número médio de confrades foi mantido, já que os professores da faculdade

⁴⁴³ Gráfico 6. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados contidos em: SSVP. I Livro de Atas da Conferência São Januário, 1905 e 1925 e TRINDADE, Arquidiocese de Mariana, *op. cit.*, p. 1496.

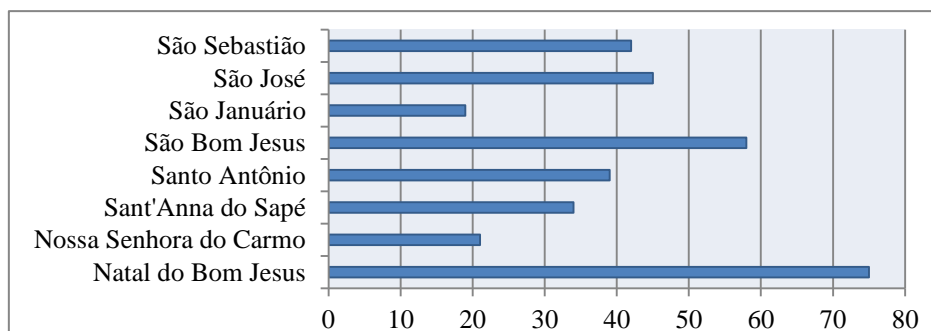
⁴⁴⁴ SSVP. I Livro de Atas da Conferência São Januário, 1905-1929.

eram os mesmos do *Gymnásio São José* e, embora mais alunos ingressassem na conferência, outros se formavam e retornavam às suas cidades de origem, alguns dos fundadores se afastavam devido à idade ou ao exercício de atividades profissionais ou públicas fora da cidade, o que, em alguns casos, os transformou em membros subscritores ou honorários.

Novas conferências surgiram em Ubá na primeira década do século XX: foi criada a Conferência Nossa Senhora do Carmo, no bairro de mesmo nome. Nos distritos foram criadas as conferências São José, em Tocantins, hoje município Tocantins e Santo Antônio do Calambau, no distrito de mesmo nome, hoje município Presidente Bernardes. A edição do *Almanak Laemmert* de 1905 informou de que as Conferências da SSVP na cidade Ubá eram: Natal do Bom Jesus, São Januário, Sant'Anna do Sapé, Anunciação do Rodeiro, Nossa Senhora do Carmo, São José, Miragaya e Corpo de Deus⁴⁴⁵. Porém, não encontramos referências ou documentos sobre as duas últimas conferências citadas nas fontes consultadas. Elaboramos o gráfico 7 que traz o número absoluto de confrades das conferências da cidade de Ubá em 1906⁴⁴⁶.

Gráfico 7:

Número de confrades das conferências da SSVP da cidade de Ubá, em 1906.



Houve um número elevado de vicentinos em Ubá em 1906, ano da fundação do conselho particular da cidade.

⁴⁴⁵ *Almanak Laemmert*. Edição de 1905. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=26745&url=http://memoria.bn.br/docreader>>. Acesso em 12 de fev. de 2017.

⁴⁴⁶ Gráfico 7. Fonte: Elaboração própria a partir das informações contidas em: SSVP. I Livro de Atas da Conferência Natal do Bom Jesus, SSVP. I Livro de Atas da Conferência Sant'Anna do Sapé, SSVP. I Livro de Atas da Conferência Santo Antônio do Calambau, SSVP. I Livro de Atas da Conferência São Bom Jesus do Córrego Alegre, SSVP. I Livro de Atas da Conferência São Januário, SSVP. I Livro de Atas da Conferência São José do Tocantins e SSVP. I Livro de Atas da Conferência São Sebastião da Boa Esperança da Anunciação do Rodeiro.

3.2.4. Conferência São Manoel, Pomba.

A Conferência São Manoel foi iniciada em 1902, numa reunião na casa paroquial, com os convidados do padre Carlindo de Castro, que havia participado de algumas reuniões da Conferência Natal do Bom Jesus⁴⁴⁷, em Ubá, como convidado do Cônego Abreu e Silva. Compareceram o médico e intendente municipal, Cel. Francisco Senra de Oliveira; Francisco Vieira de Siqueira, proprietário do jornal da cidade O Imparcial; os farmacêuticos e vereadores Cel. Bernardino Luiz Maria de Britto, Cel. Aurélio Pereira Salgado e Cel. Francisco de Paula Motta; o advogado e vereador cel. Francisco Soares Peixoto de Moura, sobrinho de Carlos Peixoto de Mello, de Ubá; o Cel. José Mendonça dos Reis, Cel. José Furtado de Mendonça, entre outros.

Francisco Vieira de Siqueira nasceu em 1873, era filho de José Vieira de Siqueira e Jovelina Cândida Horta. Estudou em aulas avulsas no Pomba. Foi jornalista, criador e diretor do jornal O Imparcial, do Pomba, músico, empresário e comerciante. Foi funcionário público na Subestação Experimental de Coronel Pacheco, quando o médico José Tostes de Alvarenga foi o chefe⁴⁴⁸.

José Mendonça dos Reis era português, tornou-se proprietário de terras, empresário e o maior cafeicultor da cidade. Nasceu em Vila Nova do Topo, Açores, Portugal, no ano 1870. Casou-se em Pomba com Ernestina da Silva Reis. Comprou terras na cidade, construiu um complexo de empreendimentos agrícolas e de beneficiamentos. Sua fazenda, Granja dos Açores, dedicou-se às atividades experimentais. e estava entre as seis existentes em todo o estado a efetuar o controle leiteiro, que deveria enviar ao órgão competente o relatório anual sobre a qualidade das raças bovinas criadas no local e o tipo apropriado de alimentação para o gado Vacum na região. Havia um serpentário e um apiário. Foi o maior exportador de café da cidade, cultivou o arroz, o feijão e o milho⁴⁴⁹.

José Furtado de Mendonça era proprietário de terras em Pomba e produtor de fumo de corda, da marca “Águia”, premiado em 1922 na Exposição do Centenário da Independência do Brasil, no Rio de Janeiro. Casou-se em primeira núpcia com Severina Vieira de Mendonça e, depois do falecimento de sua esposa, casou-se em segunda núpcia com sua cunhada, Julia Vieira de Mendonça. Presidiu o PRM e era amigo próximo de Arthur Bernardes⁴⁵⁰.

As relações sociais do Cel. José Mendonça dos Reis contribuíram para sua eleição como vereador por quatro mandatos. A estação ferroviária da cidade foi construída em frente à sua propriedade, localizada ao lado oposto da cidade, em relação ao rio, a ponte tornou-se o caminho obrigatório para os moradores acessarem a estação. Introduziu na cidade o telefone, o automóvel, o rádio e a luz elétrica. Hospedou o

⁴⁴⁷ SSVP. I Livro da Conferência de São Manoel do Pomba, 1902-1912, 5/7/1902.

⁴⁴⁸ SANTIAGO, Município de Rio Pomba, *op. cit.*, p. 325.

⁴⁴⁹ DIÁRIO MERCANTIL, Juiz de Fora, 22/dez. 1974; SANTIAGO, Município de Rio Pomba, *op. cit.*, pp. 355-356.

⁴⁵⁰ SANTIAGO, Município de Rio Pomba, *op. cit.*, p. 367.

presidente da província Antônio Carlos Ribeiro de Andrade por ocasião de sua visita à cidade. Seu prestígio político aumentou quando assumiu a liderança política municipal, pelo Partido Republicano Mineiro (PRM).

Embora a elite da cidade tenha comparecido à reunião para a criação da SSVP, a organização da Conferência São Manoel ocorreu de forma distinta: a mesa dirigente e os membros vicentinos eleitos eram homens que trabalhavam como funcionários públicos e artífices. Esses homens não tinham formação profissional superior e não exerciam atividades econômicas.

O Tenente Francisco Clemente de Araújo foi eleito presidente da Conferência São Manoel do Pomba. Para vice-presidente foi eleito Alcides Teixeira Lima, artífice, funcionário do Cel. José Furtado de Mendonça e nomeado funcionário da câmara municipal; para secretário foi eleito o tabelião João Rodrigues da Luz⁴⁵¹ e para tesoureiro Valério Lúcio Petronilho. Atuaram como conselheiros espirituais os padres Carlindo, de 1901 a 1905; o padre Calixto Gonçalves da Cruz, de 1905 a 1927 e o padre João Chrysóstomo de Campos, de 1928 a 1935⁴⁵².

Francisco Clemente de Araújo nasceu em 1873, era filho de Antônio Clemente de Araújo e Maria Camilla da Conceição, de Bomfim de Palmyra, hoje município Santos Dumont, que, na época, era vizinho da cidade do Pomba. Clemente de Araújo era afrodescendente e seus pais eram livres na ocasião de seu nascimento. Não encontramos informações sobre os motivos da transferência dele e do irmão Camillo Clemente de Araújo para a cidade do Pomba. Tornou-se agregado e posteriormente artífice (marceneiro) na fazenda do Cel. José Mendonça dos Reis, quando recebeu a patente de tenente da Guarda Nacional. Santiago explicou que Francisco Clemente de Araújo foi nomeado funcionário da câmara municipal da cidade por ocasião da eleição de José Mendonça dos Reis como vereador⁴⁵³.

A configuração da conferência confirma a liderança do presidente em relação aos demais vicentinos e pode ser vista na figura 18⁴⁵⁴:

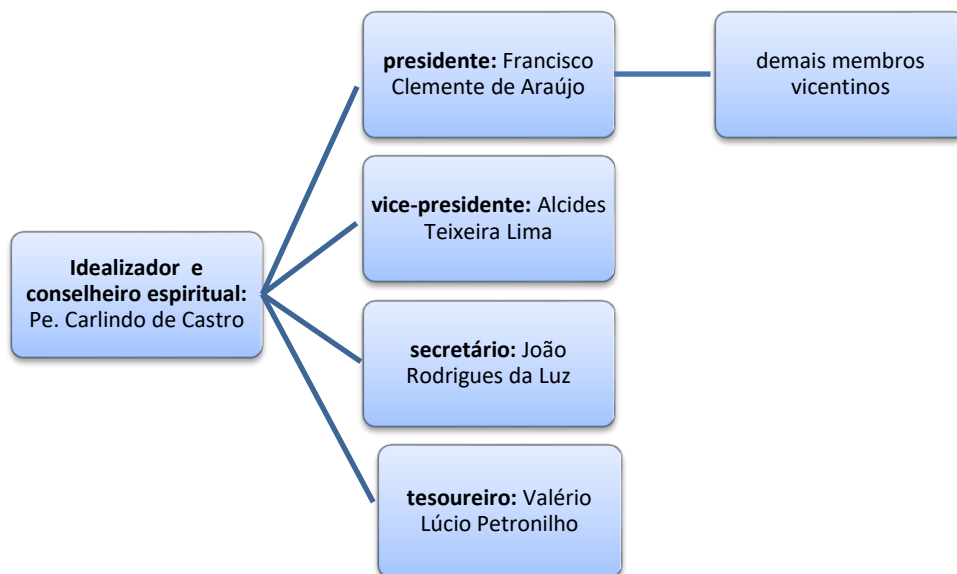
Figura 18:
Conferência São Manoel, 1903.

⁴⁵¹ ANASTÁCIO, Jorge Saraiva. Rio Pomba, s/ ed., 2001.

⁴⁵² SSVP. I Livro de Atas da Conferência São Manoel do Pomba, 1902-1912, e SSVP. Livro de Atas da Conferência São Manoel do Pomba, 1917-1929.

⁴⁵³ SANTIAGO, Município de Rio Pomba, *op. cit.*, p. 461.

⁴⁵⁴ Figura 18. Fonte: Elaboração própria a partir das informações contidas no I Livro de Atas da Conferência São Manoel.



Podemos observar que a importância do presidente se deu como nas demais conferências observadas, o que pode ter gerado relações sociais diferenciadas na instituição devido à sua posição social. Observamos que os membros das elites citados se tornaram sócios subscritores, ou seja, aqueles que não compareciam às reuniões e que ofereciam auxílios quando queriam. A figura 19⁴⁵⁵ traz a fotografia do presidente da Conferência São Manoel:

Figura 19:
Francisco Clemente de Araújo.



⁴⁵⁵ Figura 19. Fonte: Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba.

O secretário João Rodrigues da Luz (1876-1952) era descendente de escravos, nasceu na cidade do Pomba, foi escrevente do 1º Ofício da Comarca e se tornou tabelião. Solteiro, doou em vida sua propriedade, a residência em que viveu, para a SSVP. Era compadre de Francisco Clemente de Araújo ao batizar seu filho mais velho com sua segunda esposa, Carolina Carlota de Araújo, Pedro Jacinto de Araújo, conhecido por Pedro Clemente.

A Conferência São Manoel tinha recursos escassos. As doações dos subscritores eram eventuais e as reuniões tornaram-se restritas a poucos membros e irregulares. As atividades da conferência foram incrementadas a partir de 1921, com a mesma mesa diretora, no período em que o padre Calixto Gonçalves da Cruz esteve à frente da implantação do movimento católico União Popular na cidade⁴⁵⁶, “pela pátria e pela igreja”⁴⁵⁷ e recebeu o apoio do Cel. Ramiro Teixeira Rocha, subscritor da Conferência São Manoel. A ata de criação da União Popular foi assinada pelo Pe. Calixto, pelo Cel. Ramiro Rocha e pelos representantes das associações católicas da cidade: Francisco Clemente de Araújo, representante da SSVP, Cesarina de Brito, esposa do intendente e farmacêutico Bernardino Luís Maria de Brito, representantes das Damas do Sagrado Coração de Jesus e Amanda Cunha, representante da União das Filhas de Maria.

Durante o período de reuniões irregulares o trabalho de visita domiciliar aos pobres foi feito, mas os auxílios não eram distribuídos por meio de dinheiro. Os membros vicentinos passaram a se dedicar a percorrer as propriedades rurais para pedir doações em produtos agrícolas para os pobres, em que parte da coleta era dividida entre eles mesmos, quando se encontravam em situações de dificuldades⁴⁵⁸. Em algumas ocasiões, o trabalho dos vicentinos artífices foi oferecido como caridade aos pobres, como um conserto no telhado ou um serviço de pedreiro⁴⁵⁹.

⁴⁵⁶ Fonte: MUSEU HISTÓRICO DE RIO POMBA. Fundo eclesiástico, Ata da constituição e instalação do centro local da União Popular em Pomba, 1921 e SSVP. Livro de Atas da Conferência São Manoel do Pomba, 1917-1929.

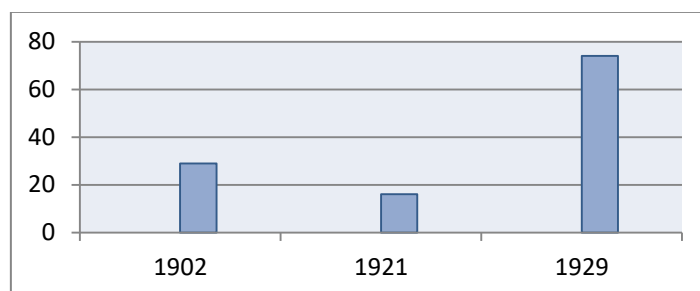
⁴⁵⁷ MUSEU HISTÓRICO DE RIO POMBA. Fundo Eclesiástico. Ata de Constituição e instalação do Centro Local da União Popular, avulso, 2/2/1921.

⁴⁵⁸ SSVP. I Livro de Atas da Conferência São Manoel do Pomba, 1902-1912, 20/10/1918.

⁴⁵⁹ SSVP. I Livro de Atas da Conferência São Manoel do Pomba, 1902-1912, e SSVP. Livro de Atas da Conferência São Manoel do Pomba, 1917-1929.

Elaboramos o gráfico 8⁴⁶⁰, que contém o número absoluto dos confrades da Conferência São Manoel na sua fundação, em 1921, quando as atividades vicentinas foram revitalizadas e em 1929.

Gráfico 8:
Número de confrades da Conferência São Manoel, do Pomba.



Em 1929, o número de confrades chegou a setenta e oito, entretanto, ao recorrer às atas, foi possível verificar que o número médio dos presentes nas conferências era de quinze, os demais confrades eram subscritores ou honorários.

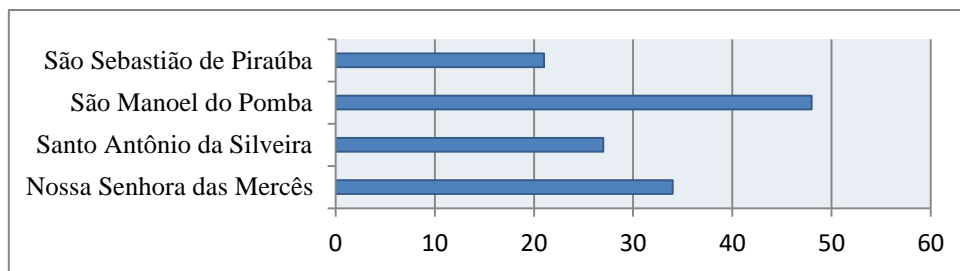
Nos primeiros anos de funcionamento da Conferência São Manoel foram criadas as conferências nos distritos da cidade: Nossa Senhora das Mercês, hoje município Mercês, Santo Antônio da Silveira, atualmente município Silverânia e posteriormente no distrito de Bom Jesus da Cana Verde, hoje município Tabuleiro. Em 1912 foi criada a Conferência de São Sebastião de Piraúba, no distrito do mesmo nome⁴⁶¹. O gráfico 9⁴⁶² foi elaborado para representar o número absoluto de confrades das conferências da cidade do Pomba e de seus distritos em 1906, que incluiu os subscritores.

Gráfico 9:
Número de confrades das conferências do Pomba, 1906.

⁴⁶⁰ Gráfico 8. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados contidos em: SSVP. I Livro de Atas da Conferência de São Manoel do Pomba, 1902-1912; Livro de Atas da Conferência de São Manoel do Pomba, 1917-1929, SSVP. Conselho Metropolitano de Ouro Preto, documento avulso e TRINDADE, Arquidiocese de Mariana, *op. cit.*, p. 1496.

⁴⁶¹ SSVP. I Livros de Atas da Conferência Nossa Senhora das Mercês; SSVP. I Livros de Atas da Conferência Santo Antônio da Silveira e SSVP. I Livros de Atas da Conferência Bom Jesus da Cana Verde.

⁴⁶² Gráfico 9. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados contidos em: SSVP. I Livros de Atas da Conferência Nossa Senhora das Mercês, SSVP. I Livros de Atas da Conferência São Manoel do Pomba e SSVP. I Livros de Atas da Conferência Santo Antônio da Silveira.



Houve, portanto, um número elevado de vicentinos nas conferências da cidade do Pomba em 1906, ano da fundação do Conselho Particular de Ubá. Porém, percebemos que a configuração da Conferência São Manoel foi diferente em relação às conferências de Ubá, especialmente em relação à mesa diretora.

Considerações

A Zona da Mata mineira abrigou elites com poucos recursos financeiros e se constituiu de minifúndios agropecuários, em sua maioria. A mão de obra foi constituída de diversos tipos relações de trabalho, livre e escravo, o que pode ter contribuído para a composição de uma sociedade em que o status social era atribuído não apenas por meio dos recursos econômicos do indivíduo, mas também por outros valores, como a atividade religiosa. As conferências da SSVP poderiam representar uma oportunidade de prática da caridade identificada e reconhecida socialmente.

Como foi visto por autores como Jones, Cavallo, Sá, entre outros citados nesta pesquisa, a prática da caridade pode ser considerada como um dos motivos que moveram as ações filantrópicas, e que não é facilmente demonstrado. Essa reflexão inicial pode contribuir para a compreensão da adesão do grande número de membros de diferentes origens sociais nestas conferências vicentinas. Como foi observada por Viscardi, a participação política da Zona da Mata na política mineira e nacional cresceu a partir de 1918, ano em que as conferências já se encontravam agregadas pelo Conselho Particular de Ubá, analisado no capítulo 4.

Contudo, há de se ressaltar que o modelo administrativo da SSVP permitiu adequações à sociedade local e ofereceu oportunidades para a reconfiguração das elites, no período de reestruturação geopolítica da mesorregião.

CAPÍTULO IV:

Composição social dos vicentinos do Conselho Particular de Ubá.

O quarto capítulo foi dedicado a conhecer o perfil social dos vicentinos da Zona da Mata. Para viabilizar a pesquisa seguimos o recorte definido no capítulo anterior, em que foram estudadas as conferências da microrregião Ubá. Contudo, devido ao grande número de conferências e conselhos criados nesta microrregião durante a Primeira República, foi necessário um novo recorte para a análise. Optamos pelo estudo dos vicentinos que compuseram o Conselho Particular de Ubá, o primeiro conselho da área central da Zona da Mata. Para a pesquisa, foram utilizadas as biografias, os relatos dos memorialistas e os jornais.

4.1. O Conselho Particular de Ubá.

Joaquim Furtado de Meneses e Levindo Eduardo Coelho seguiram o Manual da SSVP que previa a criação de um conselho particular para supervisionar duas conferências por localidade. Criaram o primeiro conselho desta natureza criado na área central da Zona da Mata foi o Conselho Particular de Ubá. Funcionou na sede da Conferência São Januário, no Gymnásio São José, na cidade. Levindo Coelho acumulou a presidência deste conselho com a presidência da Conferência São Januário. O conselho deveria supervisionar as duas conferências da cidade: Natal do Bom Jesus e São Januário, porém, inicialmente, teve como principal função a agregação das conferências fundadas nas cidades e distritos da área central da Zona da Mata⁴⁶³.

Os confrades das conferências viram neste conselho uma possibilidade de obtenção de auxílios para a criação de hospitais em suas cidades, uma aspiração constantemente citada em seus encontros. Desta forma, podemos afirmar que o Conselho Particular de Ubá foi criado para estruturar a associação na área central da Zona da Mata e para construir a “obra unida” solicitada pelos presidentes das Conferências: o Hospital São Vicente de Paulo.

Levindo Coelho implantou a rotina da SSVP: enviou os pedidos de Cartas de Agregação para as conferências aos conselhos superiores e pediu relatórios anuais sobre o desenvolvimento de cada conferência. O processo de organização da SSVP ocorreu entre 1906 e 1909. As conferências agregadas foram distribuídas por Joaquim Furtado

⁴⁶³ SSVP. I Livro de Atas do Conselho Particular de Ubá, 1906-1936.

de Meneses pelos novos Conselhos Particulares. Elaboramos o quadro 7⁴⁶⁴ para listar as vinte e nove conferências que foram organizadas e agregadas pelo Conselho Particular de Ubá a partir de 1906. Foram identificadas suas localizações e seus presidentes:

Quadro 7:

Conferências supervisionadas pelo Conselho Particular de Ubá, 1906.

	Conferências	Localização em 1906	Nomenclatura atual	Presidentes em 1906
01	Bom Jesus da Cachoeira Alegre	Cachoeira Alegre, distrito do município Barão do Monte Alto	Cachoeira Alegre, distrito do município Barão do Monte Alto	Francisco Theodoro Alves da Silva Filho
02	Conceição do Turvo	Conceição do Turvo	Senador Firmino	Alexandre Frombert
03	Divino Espírito Santo	Povoado Divino Espírito Santo do Piauí	Piauí	Pedro Procópio Rodrigues Valle
04	Dores do Turvo	Dores do Turvo, distrito de Conceição do Turvo	Dores do Turvo	Carlos Pelegrini da Silva
05	Guiricema	Guiricema	Guiricema	Carlos da Cruz
06	Mirahy	Mirahy, distrito de Cataguases	Miraí	Francisco Theóphilo da Silva
07	Natal do Bom Jesus	Ubá	Ubá	Manoel José Teixeira e Silva ⁴⁶⁵
08	Nossa Senhora da Saúde	Saúde, distrito de Alvinópolis ⁴⁶⁶	Saúde, distrito de Alvinópolis.	José Ferreira Leite
09	Nossa Senhora das Mercês	Mercês do (rio) Pomba, distrito do (rio) Pomba	Mercês	José Alves Saraiva
10	Nossa Senhora do Carmo	Nossa Senhora do Carmo, bairro de Itabira ⁴⁶⁷	Itabira	José Resende
11	Nossa Senhora do Carmo	Nossa Senhora do Carmo, bairro de Ubá	Ubá	Ferdinando Bigonha
12	Palma	Capivara, em Palma	Palma	Joaquim Antônio da Silva
13	Ponte Nova	Ponte Nova, distrito de Mariana	Ponte Nova	Venâncio Mol
14	Rio Doce	Rio Doce, distrito de Mariana	Rio Doce	João Paulo da Costa
15	Rosário da Limeira	Povoado de Manoel Burgos, em São Paulo do Muriaé	Muriaé	José Belarmino Costa
16	Sant'Anna do Sapé	Sant'Anna do Sapé, distrito de Ubá	Guidoval	Joaquim Henriques da Costa
17	Santa Rita de Meia Pataca	Santa Rita de Meia Pataca	Cataguases	Leopoldo F. dos Santos
18	Santo Antônio das Silveiras	Silveiras, distrito do Pomba	Silverânia	Antônio Mendes de Oliveira Sobrinho

⁴⁶⁴ Quadro 7: Fonte: Elaboração própria a partir dos dados contidos em: SSVP. I Livros de Atas do Conselho Particular de Ubá, 1906-1936.

⁴⁶⁵ Em relação à Conferência Natal, a presidência foi exercida pelo Cel. Manoel José Teixeira e Silva, Carlos Peixoto de Mello havia sido nomeado intendente municipal de Ubá, em 1905.

⁴⁶⁶ A Conferência Nossa Senhora da Saúde pertencia ao distrito Saúde, na cidade Alvinópolis, batizada em homenagem à Cesário Alvim, governador de Minas Gerais. Mais tarde foi direcionada ao Conselho Particular em Itabira, na Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte.

⁴⁶⁷ A Conferência Nossa Senhora do Carmo se localizava na cidade Itabira, mais tarde foi direcionada ao Conselho Particular na cidade.

19	Santo Antônio do Calambau	Calambau, distrito de Ubá	Presidente Bernardes	Francisco Borges Alves Guimarães
20	Santo Antônio do Grama	Povoado de Ponte Nova, distrito de Mariana	Santo Antônio do Grama	João Caetano Brandão
21	São Bom Jesus do Córrego Alegre	Córrego Alegre, povoado da área rural São Januário de Ubá	Córrego Alegre, bairro de Ubá	João Custódio da Silva
22	São Caetano do Xopotó	São Caetano do Xopotó, povoado de Visconde do Rio Branco	Dona Euzébia	Ananias Velasco
23	São Januário	São Januário de Ubá	Ubá	Levindo Eduardo Coelho
24	São João Nepomuceno	São João Nepomuceno	São João Nepomuceno	Joaquim Gomes Ferreira Neto
25	São José do Barroso	Paula Cândido, distrito de Ubá	Paula Cândido	Martinho Ludgero Alves
26	São José do Tocantins	Tocantins, distrito de Ubá	Tocantins	Manoel Alves de Araújo
27	São Sebastião da Boa Esperança da Anunciação do Rodeiro	Anunciação do Rodeiro, distrito de Ubá	Rodeiro	Octaviano da Rocha Ferreira
28	São João do Visconde do Rio Branco	Rio Branco	Visconde do Rio Branco	Urbano Barbosa de Castro
29	São Manoel do Pomba	Pomba (Villa do Pomba)	Rio Pomba	Francisco Clemente de Araújo

Para identificar a organização das conferências elaboramos o quadro 8⁴⁶⁸, em que foram listados os números de confrades que compuseram as assembleias mensais do Conselho Particular de Ubá no ano de 1906, classificados de acordo com suas funções.

Quadro 8:

Composição das Assembleias do Conselho Particular de Ubá, 1906.

Composição das Assembleias do Conselho Particular de Ubá em 1906	Número de representantes
Representantes das conferências	147
Convidados: aspirantes, padres e benfeitores	48
Membros da mesa diretora	05
Visitantes de outras Conferências ou Conselhos	14
Visitantes do Conselho Central de Ouro Preto	03
Total de membros nas Assembleias no ano 1906	217

Em julho de 1909, as conferências da área central já estavam agregadas e novos conselhos particulares haviam sido criados, de acordo com a orientação de Furtado de

⁴⁶⁸ Quadro 8. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados contidos em: SSVP. I Livros de Atas do Conselho Particular de Ubá, 1906-1936.

Meses, de modo a aglutinar as conferências em torno das paróquias próximas, a fim de formalizar o apoio dos padres.

Os padres da Congregação da Missão participaram de algumas assembleias, em que palestraram sobre a história da SSVP e alertaram os dirigentes no sentido de evidenciarem a mocidade a “eficácia regeneradora e espiritual cristã”, diziam que o perfeito conhecimento do Manual da sociedade seria capaz de promover a união dos confrades, desenvolvida na assiduidade às suas conferências, para que nascesse entre eles “o verdadeiro amor capaz de os confortarem e de os orientarem para o pio exercício das orações e, sobretudo, da penitência, armas poderosas dos soldados de São Vicente de Paulo na verdadeira luta contra a indigência”⁴⁶⁹.

Entre os meses de janeiro e julho de 1909, o Conselho Particular de Ubá supervisionou onze conferências. Para identifica-las, elaboramos o quadro 9⁴⁷⁰: a primeira coluna ordena a listagem dos participantes, a segunda coluna mostra a conferência de origem dos confrades que participaram das assembleias e a terceira coluna revela o número de confrades que estiveram presentes nas sete primeiras assembleias deste ano.

Quadro 9:

Composição das Assembleias do Conselho Particular de Ubá, 1909.

	Composição das Assembleias do Conselho Particular de Ubá, Janeiro - julho de 1909	Número de confrades
01	Natal do Bom Jesus	09
02	Nossa Senhora das Mercês	05
03	Nossa Senhora do Carmo	05
04	Sant'Anna do Sapé	05
05	Santo Antônio do Calambau	05
06	Santo Antônio da Silveira	05
07	São Bom Jesus do Córrego Alegre	02
08	São Januário	04
09	São José do Tocantins	04
10	São Manoel	04
11	São Sebastião da Boa Esperança da Anunciação do Rodeiro	04
	Mesa Diretora	04
	Convidados: aspirantes, padres e benfeitores	03
	Visitantes do Conselho Central de Ouro Preto	--
	Visitantes de outras Conferências ou Conselhos	--
	Total de membros presentes nas Assembleias de 1909	59

⁴⁶⁹ SSVP. I Livro de Atas do Conselho Particular de Ubá, 1906-1936, 16 de julho de 1907.

⁴⁷⁰ Quadro 9. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados contidos em: SSVP. I Livro de Atas do Conselho Particular de Ubá, 1906-1936.

Em julho de 1909, Furtado de Meneses criou um novo conselho particular na cidade de Ubá, na sede da Conferência de Nossa Senhora do Carmo, para supervisionar as conferências dos distritos daquela cidade. Em relação à cidade do Pomba, além da Conferência São Manoel, também havia as conferências dos distritos, cujas supervisões foram transferidas para Conselho Particular de Barbacena⁴⁷¹.

O Conselho Particular de Ubá ficou responsável por três conferências: Natal do Bom Jesus e São Januário, em Ubá e São Manoel do Pomba, da cidade do Pomba. Suas assembleias se constituíram com representantes delegados pelas três conferências. Ao recorrer às fontes, não foi possível definir as razões pelas quais a Conferência São Manoel foi separada das demais conferências do município na administração vicentina, acreditamos que o fato pode ser explicado por meio da aproximação da estrutura vicentina à divisão eclesiástica em dioceses.

Como a paróquia São Januário de Ubá passou a contar com dois conselhos particulares, nesse mesmo ano Furtado de Meneses criou o Conselho Central de Ubá, com a função de supervisionar os dois conselhos particulares, como orientava o Manual. O novo conselho funcionou na mesma sede e com a mesma mesa diretora da Conferência São Januário e do Conselho Particular de Ubá, o que levou Levindo Coelho a acumular mais uma a função de presidente. As assembleias mensais do Conselho Particular de Ubá se tornaram restritas aos representantes das conferências supervisionadas e as assembleias trimestrais do Conselho Central de Ubá passaram a atrair mais os visitantes. Os padres das Missões, em constantes visitas às cidades para a evangelização dos indígenas, também participaram das reuniões do Conselho Central de Ubá⁴⁷². A figura 20⁴⁷³ foi elaborada para mostrar a estrutura administrativa do Conselho Central de Ubá.

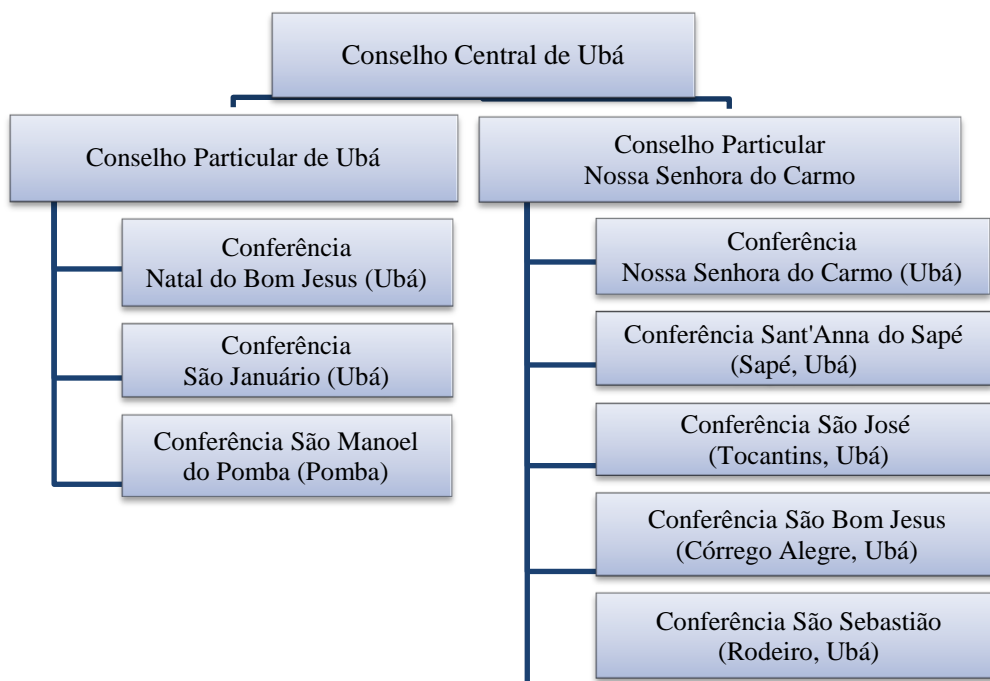
Figura 20:

Estrutura da SSVP em Ubá, 1909 a 1939.

⁴⁷¹ SSVP. Livro de Atas do Conselho Central de Ouro Preto, 1909, e SSVP. I Livro de Atas do Conselho Particular de Ubá, 1909.

⁴⁷² SSVP. I Livro de Atas do Conselho Particular de Ubá, 1906 -1936, 16 de junho de 1907; 6 de setembro de 1908; 13 de fevereiro de 1910; 4 de julho de 1915; 30 de janeiro de 1919, 5 de setembro de 1920.

⁴⁷³ Figura 20. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados contidos em: SSVP. I Livro de Atas do Conselho Central de Ubá, 1909-1930.



A organização dos conselhos de Ubá resultou dos esforços de Levindo Coelho e de Joaquim Furtado de Meneses no sentido de aproximar as conferências e os padres próximos, além de oficializar a estrutura ao agregá-las ao Conselho Geral Internacional. A regularidade das assembleias ofereceu oportunidade para que os vicentinos se unissem num projeto político.

Para a continuidade da pesquisa, foram analisados os membros do Conselho Particular de Ubá que atuaram no período entre 1906, quando ele foi criado, e 1936, e no do encerramento do seu primeiro livro de atas.

4.2. Os vicentinos.

Como foi explicado anteriormente, não há dados contabilizados sobre todas as conferências da Zona da Mata no período em estudo, mas sabemos as cidades em que elas se encontravam. Ao observar as conferências na microrregião Ubá, foi possível perceber que o número de vicentinos em cada uma delas era alto. A leitura das atas das conferências e do conselho em estudo apontou para membros integrantes de diferentes categorias sociais. No entanto, nem todos os livros de atas foram localizados ou estavam em bom estado de conservação, que permitisse a leitura.

A organização da amostra para a análise se justifica porque as orientações para o trabalho vicentino nas cidades em estudo partiram do Conselho Particular de Ubá, ou

por ele foram supervisionadas, como visto no quadro 10. Após o desmembramento do Conselho Particular de Ubá, Levindo Coelho continuou a exercer a liderança política na mesorregião.

Para observar os vicentinos, iniciamos com os integrantes das mesas dirigentes das conferências que se mantiveram supervisionadas pelo Conselho Particular de Ubá, a saber: Natal do Bom Jesus, São Januário e São Manoel. Todos foram mantidos em seus cargos desde a formação inicial durante o período em análise. A exceção ocorreu na Conferência Natal do Bom Jesus que, após o afastamento por doença e o falecimento do presidente Carlos Peixoto de Mello, foi eleito Nicéas Soares Teixeira e Silva, filho do vice-presidente Manoel José Teixeira e Silva. Acreditamos que Carlos Peixoto de Mello Filho não substituiu o pai porque ocupava cargos políticos no Rio de Janeiro, contudo manteve-se vicentino subscritor da conferência que o pai presidiu e a representou no Conselho Particular de Ubá em algumas assembleias.

Nicéas Soares Teixeira e Silva realizou seus estudos secundários no Colégio Mineiro, em Ouro Preto e formou-se dentista pela Faculdade de Odontologia e Farmácia de Ouro Preto. Proprietário de terras exerceu a profissão em Ubá⁴⁷⁴.

Carlos Peixoto de Mello Filho (Ubá-1871 - RJ-1917) realizou seus estudos secundários no Colégio Mineiro, em Ouro Preto e formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi prefeito de Ubá, em 1896, quando redigiu a primeira lei orgânica do município. Em 1903, elegeu-se deputado federal por Minas Gerais (1903-1905), foi reeleito (1906-1908 e 1909-1911), e tornou-se presidente da Câmara dos Deputados Federais, de 1907 a 1909 e 1915 a 1917, em que participou da assembleia que anistiou os marinheiros da Revolta da Armada. Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais⁴⁷⁵.

Para identificar a participação dos representantes das Conferências no Conselho Particular de Ubá, observamos o número total de vicentinos que participaram das assembleias: 40. Desses, identificamos o número de integrantes de cada conferência, representados no gráfico 10⁴⁷⁶.

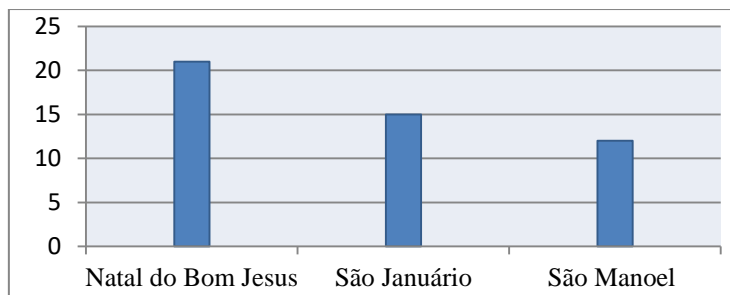
⁴⁷⁴ Fonte: Elaboração própria a partir dos dados contidos em: I Livro de Atas da Conferência Natal do Bom Jesus, SSVP.

⁴⁷⁵ FGV/ CPDOC. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MELO%20FILHO,%20Carlos%20Peixoto%20de.pdf>>. Acesso em 02 de fev. de 2016, e Anexo Biografias.

⁴⁷⁶ Gráfico 10. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados contidos em: SSVP. I Livro de Atas do Conselho Particular de Ubá, 1906-1936 manuscrito; SSVP. I Livro de Atas da Conferência Natal do Bom Jesus, SSVP. I Livros de Atas da Conferência São Januário e SSVP. I Livros de Atas da Conferência São Manoel do Pomba; Anexo Biografias.

Gráfico 10:

Número de confrades do Conselho Particular de Ubá, por conferências.



O maior número de confrades atuantes no conselho particular se originou da Conferência Natal do Bom Jesus. Como os confrades dirigentes da Conferência de São Januário eram também os dirigentes do Conselho, nem sempre outro membro desta conferência era designado para participar da assembleia mensal. Esse fato pode explicar a participação numericamente menor da Conferência. Em relação à Conferência de São Manoel, a irregularidade de seu funcionamento, entre 1912 e 1921, pode explicar sua menor participação numérica nas assembleias.

4.2.1. Geração e origem.

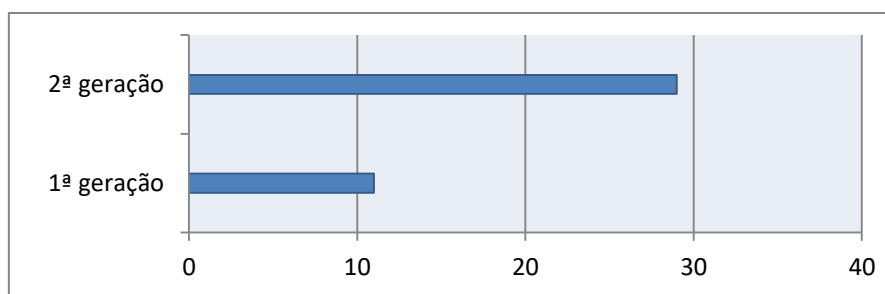
Adotamos o critério de Wirth⁴⁷⁷, o qual inclui na primeira geração republicana todos os nascidos antes de 1869. No período em estudo, entre 1909 e 1939, observamos duas gerações de vicentinos: a primeira, formada pelos nascidos até 1869 e a segunda, formada pelos nascidos a partir de 1870. Embora não tenha sido identificada a data de nascimento de alguns confrades, foi possível entender a geração de alguns deles por meio do período de atuação profissional ou de atividades econômicas. No gráfico 11⁴⁷⁸ foi elaborado para representar, em números absolutos, a divisão dos confrades por geração.

Gráfico 11:

Divisão dos confrades, por geração.

⁴⁷⁷ WIRTH, O fiel da balança, *op. cit.*

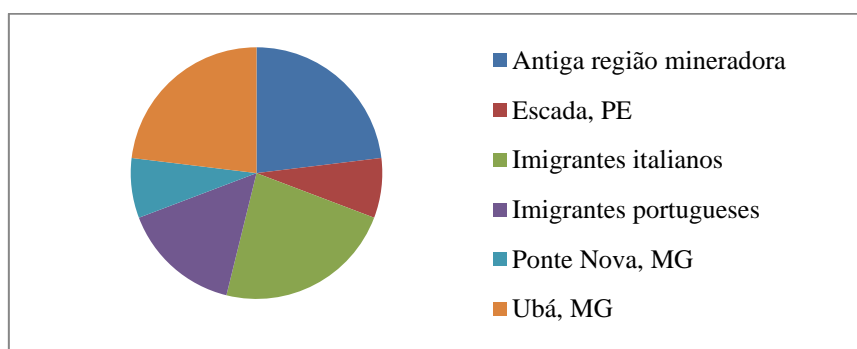
⁴⁷⁸ Gráfico 11. Fonte: *Idem.*



Em divisão percentual, a primeira geração correspondeu a 27,5% do total de vicentinos do Conselho Particular de Ubá no período em estudo e a segunda geração correspondeu a 72,5%. Os confrades da primeira geração representaram a Conferência Natal do Bom Jesus, com exceção de um, que representou a Conferência São Januário. Não houve confrades da primeira geração que atuassem como representantes da Conferência São Manoel.

O gráfico 12⁴⁷⁹ foi elaborado para identificar o número percentual dos confrades da primeira geração, divididos pelas localidades de origem.

Gráfico 12:
Origens dos confrades da primeira geração.

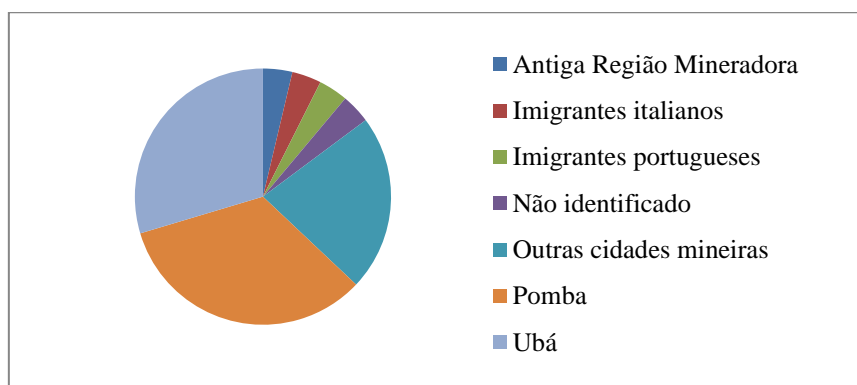


O gráfico 13⁴⁸⁰ foi elaborado para identificar o número percentual dos confrades da segunda geração, divididos pelas localidades de origem.

⁴⁷⁹ Gráfico 12. Fonte: *Idem*.

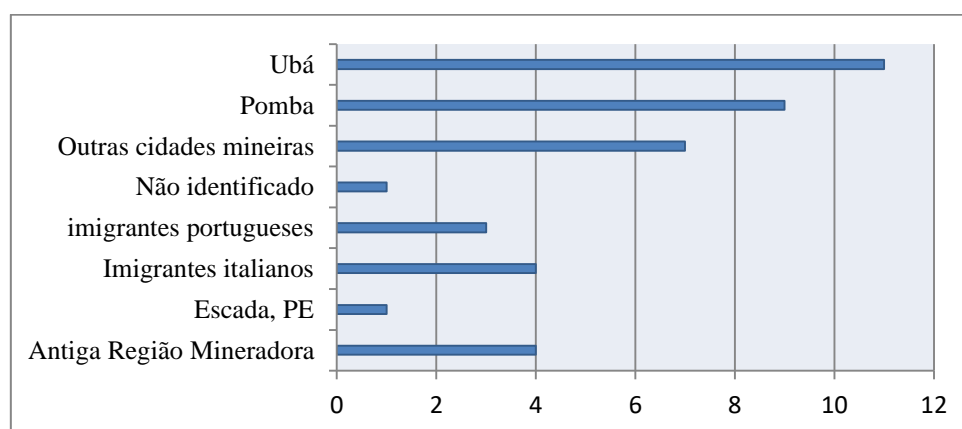
⁴⁸⁰ Gráfico 13. Fonte: *Idem*.

Gráfico 13:
Origens dos confrades da segunda geração.



Em números absolutos, o gráfico 14⁴⁸¹ foi elaborado para comparar o número de confrades do Conselho Particular de Ubá pelas localidades de origens.

Gráfico 14:
Origens dos confrades: números absolutos.



Pode-se considerar que havia vicentinos da primeira geração que nasceram na antiga região mineradora, entre imigrantes e outros, nascidos na Zona da Mata. Contudo, podemos afirmar que o trabalho de assistência à pobreza, supervisionado pelo Conselho Particular de Ubá, entre 1909 e 1936, foi desenvolvido majoritariamente por vicentinos da geração de 1870, nascidos em Minas Gerais, especialmente nas cidades do Pomba e Ubá.

⁴⁸¹ Gráfico 14. Fonte: *Idem*.

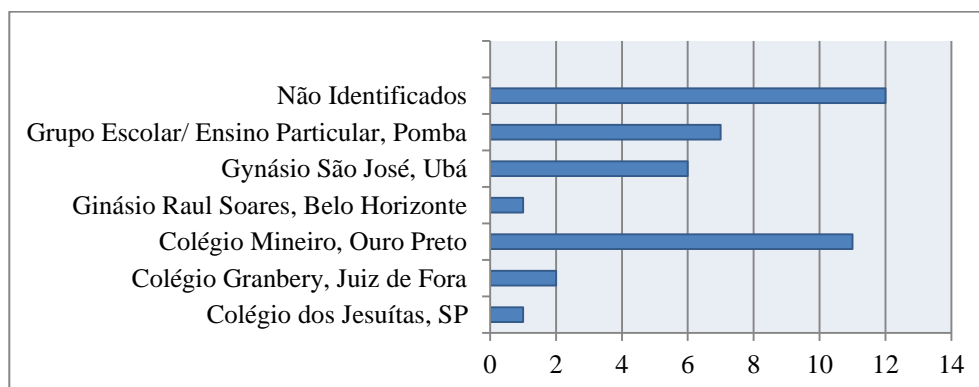
4.2.2. Escolaridade.

A escolaridade foi entendida na pesquisa conforme a classificação do ensino no período em estudo: era chamado ensino primário os quatro primeiros anos de estudos e de colegial, com duração total de sete anos, o que hoje corresponde à segunda metade do ensino fundamental, do sexto ao nono ano, e ao atual ensino médio.

Não havia “aulas reunidas” em um prédio próprio, os colégios, em Ubá e Pomba até o início do século XX. O ensino era ministrado em “aulas avulsas”, ou seja, particulares. O alto nível de analfabetismo contribuiu para a atribuição de status social aos alfabetizados⁴⁸².

Os colégios secundários frequentados pelos confrades do Conselho Particular de Ubá foram listados e podem ser vistos no gráfico 15⁴⁸³.

Gráfico 15:
Origem da escolaridade secundária dos confrades.



Apesar de não ter sido possível identificar a escolaridade de doze confrades, do total dos 40 que foram analisados, percebemos sua escolaridade devido às atividades profissionais e econômicas, além de cargos públicos exercidos por eles. Foi possível entender que o percentual de confrades escolarizados corresponde a 100%.

⁴⁸² YAZBECK. Formando os bons trabalhadores: os primeiros grupos escolares em Juiz de Fora, *op. cit.*

⁴⁸³ Gráfico 15. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados contidos em: SSV. I Livros de Atas da Conferência Natal do Bom Jesus, SSV. I Livros de Atas da Conferência São Januário e SSV. I Livros de Atas da Conferência São Manoel do Pomba; SSV. I Livros de Atas do Conselho Particular de Ubá, 1906-1936; Anexo Biografias.

4.2.3. Atividades profissionais.

Carvalho⁴⁸⁴ dividiu em três os principais grupos profissionais do país no período do Império: o grupo das “profissões liberais”: os médicos, jornalistas e engenheiros; o grupo dos “economistas” ou aqueles que desempenhavam atividades econômicas, representados pelos proprietários de terras, banqueiros e comerciantes; e o grupo do “governo”, composto de políticos e magistrados.

O autor explicou que, no Brasil, tal como ocorreu em Portugal, os bacharéis que exerceram as profissões liberais aumentaram sua participação na política até o final do século XIX. No entanto, observou que no Brasil, o valor da terra e a sua extensão manteve no poder o grupo dos economistas, o que proporcionou o patriarcalismo. O autor explicou que a indústria teve início no beneficiamento dos produtos agrícolas e pertenceu aos próprios donos das terras. O grupo de industriais não proprietários de terras era pequeno e não possuía poder suficiente para influenciar as decisões do país.

Observamos essa divisão feita por Carvalho para analisar os vicentinos na Primeira República. Atividade profissional foi entendida nesta pesquisa como aquelas que requerem conhecimentos especializados, que podem resultar do ensino formal, aquelas que requerem o curso superior, ou do ensino informal, que requerem preparação nas oficinas de artífices ou outros meios.

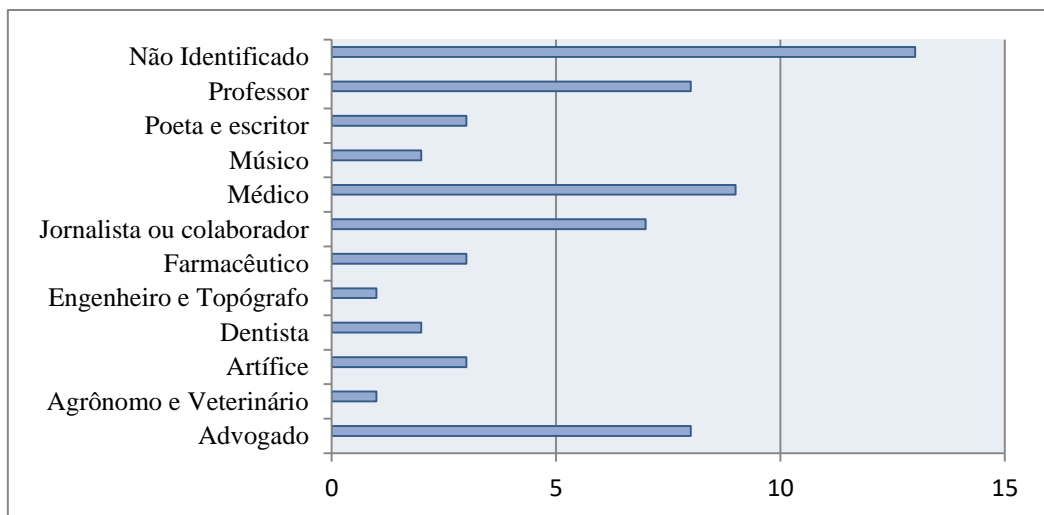
Observamos as profissões dos confrades por meio de seus diplomas ou exercício de profissões artífices, representadas no gráfico 16⁴⁸⁵, contudo, não foi possível identificar a profissão de treze deles.

Gráfico 16:

Atividades profissionais dos confrades.

⁴⁸⁴ CARVALHO, A construção da ordem, *op. cit.*

⁴⁸⁵ Gráfico 16: Fonte: Elaboração própria a partir dos dados contidos em: SSVP. I Livros de Atas da Conferência Natal do Bom Jesus, SSVP. I Livros de Atas da Conferência São Januário e SSVP. I Livros de Atas da Conferência São Manoel do Pomba; SSVP. I Livros de Atas do Conselho Particular de Ubá, 1906-1936; Anexo Biografias.

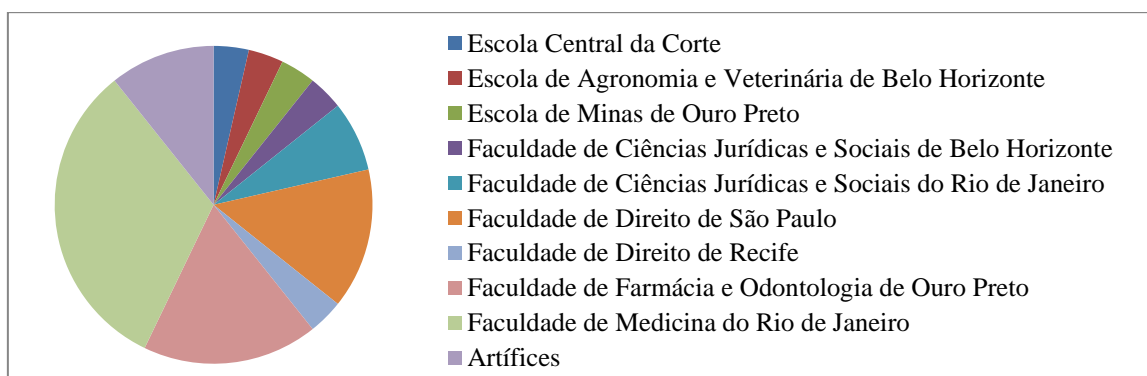


Dos confrades que tiveram suas profissões identificadas, 88,88% se prepararam por meio do curso superior e houve o exercício de profissões simultâneas em 67,5%. Percebemos a maior participação de médicos, seguida dos advogados, que exerceram a profissão de professores. No entanto, se somarmos a participação dos profissionais ligados à saúde e que trabalhavam em conjunto, formados em medicina, farmácia e odontologia, corresponde a 56% do total. O percentual de advogados corresponde a 32% e os outros correspondem a 12%. Esse fato pode indicar as preocupações dos profissionais da saúde com a assistência nessa área.

O gráfico 17⁴⁸⁶ foi elaborado para representar a origem da formação profissional destes confrades.

Gráfico 17:

Formação profissional dos confrades, por meio do curso superior.



⁴⁸⁶ Gráfico 17: Fonte: *Idem*.

Pode-se considerar que a maior parte dos vicentinos eram profissionais formados em profissões da área da saúde, em medicina no Rio de Janeiro e em farmácia e odontologia em Ouro Preto, que exerceram também a atividade profissional de professores.

4.2.4. Atividades econômicas.

Nesta pesquisa, entendeu-se por atividade econômica aquelas derivadas do processo que ocorre de maneira organizada com o objetivo de gerar produtos, bens ou serviços.

A pesquisa mostrou que os confrades exerceram mais de uma atividade econômica. Os confrades proprietários de terras, fazendas ou sítios, e criadores de animais em suas terras representaram 87,5%. Em alguns casos, as terras foram transformadas em empreendimentos industriais e/ou os proprietários exerceram comerciais originadas pela produção de suas terras: desses confrades proprietários, 12,5% investiram em empresas de beneficiamentos da produção ou serviços para a cidade. Os confrades que não possuíam terras e dedicaram-se às atividades econômicas, desempenharam funções no comércio ou em atividades empresariais⁴⁸⁷.

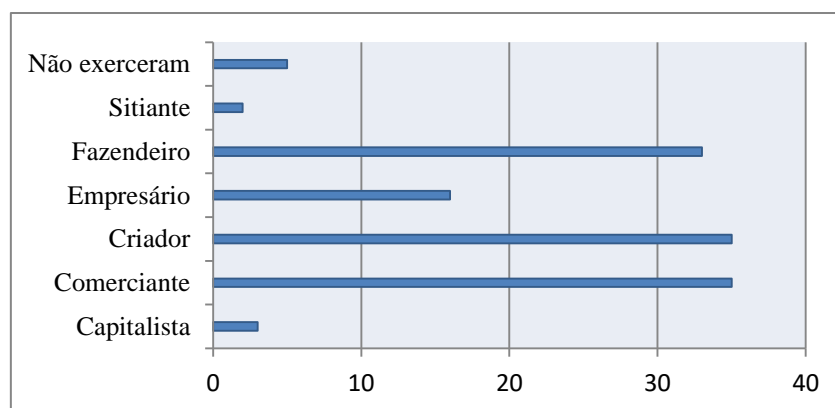
O gráfico 18⁴⁸⁸ foi elaborado para mostrar as atividades econômicas exercidas pelos confrades, em números absolutos.

Gráfico 18:

Atividades econômicas exercidas pelos confrades.

⁴⁸⁷ FOLHA DO POVO, edição histórica. 3/7/2007, p. 6; SANTIAGO. Município de Rio Pomba, *op. cit.*; PREFEITURA DE UBÁ. Ubá, Edição Histórica, *op. cit.*

⁴⁸⁸ Gráfico 18. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados contidos em: SSVP. I Livros de Atas da Conferência Natal do Bom Jesus, SSVP. I Livros de Atas da Conferência São Januário e SSVP. I Livros de Atas da Conferência São Manoel do Pomba; SSVP. I Livros de Atas do Conselho Particular de Ubá, 1906-1936; Anexo Biografias.



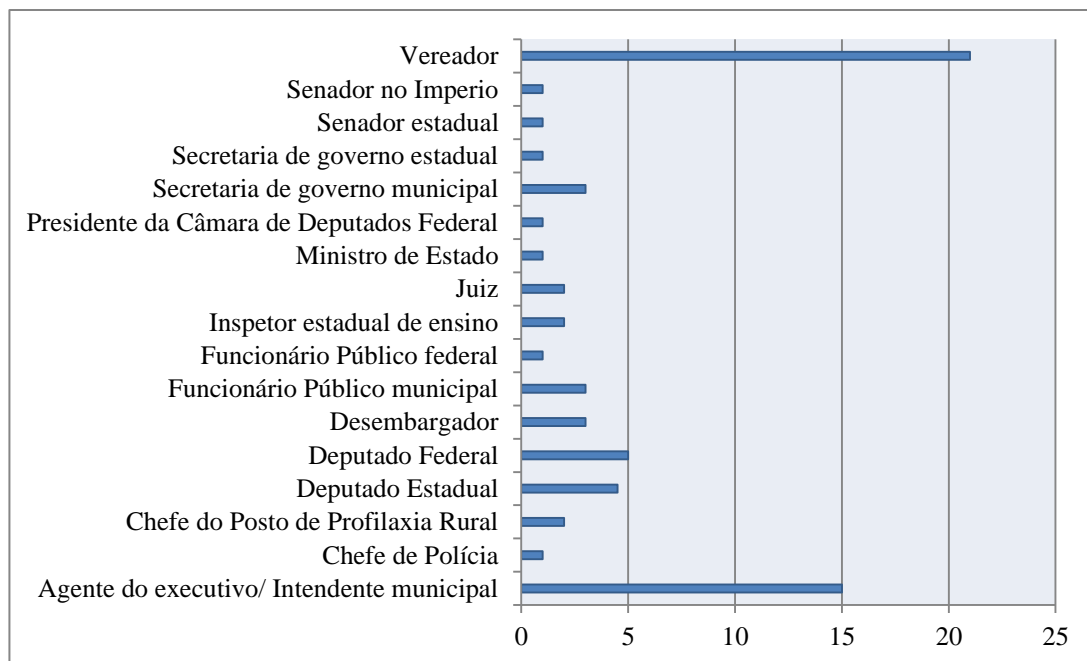
Pode-se afirmar que o grupo de confrades do Conselho Particular de Ubá esteve concentrado nos proprietários de terras que se dedicaram a exercer diversas atividades profissionais e econômicas simultaneamente.

4.2.5. Cargos Públicos.

A pesquisa apontou para os cargos públicos exercidos pelos confrades, como pode ser visto no Gráfico 19⁴⁸⁹.

Gráfico 19:
Cargos públicos exercidos pelos confrades.

⁴⁸⁹ Gráfico 19. Fonte: *Idem*.



Pode-se afirmar que os confrades se concentraram no exercício de cargos públicos municipais, embora tenham exercido outros, de nível estadual e federal.

4.3. Redes de sociabilidades e parentescos.

Entendemos que as relações sociais são aquelas que dizem respeito à conduta dos múltiplos agentes que se orientam reciprocamente em conformidade com um conteúdo específico compartilhado, em outras palavras, o que dá sentido às suas ações. A fim de compreender o sucesso das conferências, observamos as relações sociais e de parentesco entre seus membros, como observado por Boudon em relação aos fundadores da SSVP em Paris e visto no primeiro capítulo.

Segundo Schwarcz⁴⁹⁰, na Primeira República “foram estabelecidas sociabilidades difusas devido à ausência da noção de direitos do indivíduo e do formalismo do Estado, desfigurado em meio à dispersão dos poderes locais”.

Estudamos três conferências da microrregião Ubá supervisionadas pelo Conselho Particular. Devido ao número elevado de membros de cada uma, não foi viável investigar as relações pessoais de todos os confrades. Sabemos que as conferências se localizavam em cidades próximas e não seria possível estabelecer todas as relações sociais entre os vicentinos da Zona da Mata porque, entre outros motivos,

⁴⁹⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças. Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. SP: Companhia das Letras, 1993, pp. 245-246.

ultrapassam os limites das cidades, o que iria demandar por esforços necessários a uma equipe de trabalho. Foi necessário estabelecer um recorte.

Optamos por identificar algumas relações sociais e de parentesco construídas entre os integrantes do Conselho Particular de Ubá entre 1909 e 1939, centradas nos presidentes das três conferências em estudo, em torno de suas cidades.

Os presidentes das conferências divulgaram o trabalho da associação, que suscitou maior cooperação da sociedade do que desconfiança, e conquistaram o “capital social”, que pode ser entendido como os laços de confiabilidade desenvolvidos em relações próximas ou em redes, e que pode ser medido pela participação na família, no apadrinhamento, em associações voluntárias, entre outros⁴⁹¹.

4.3.1. Carlos Peixoto de Mello.

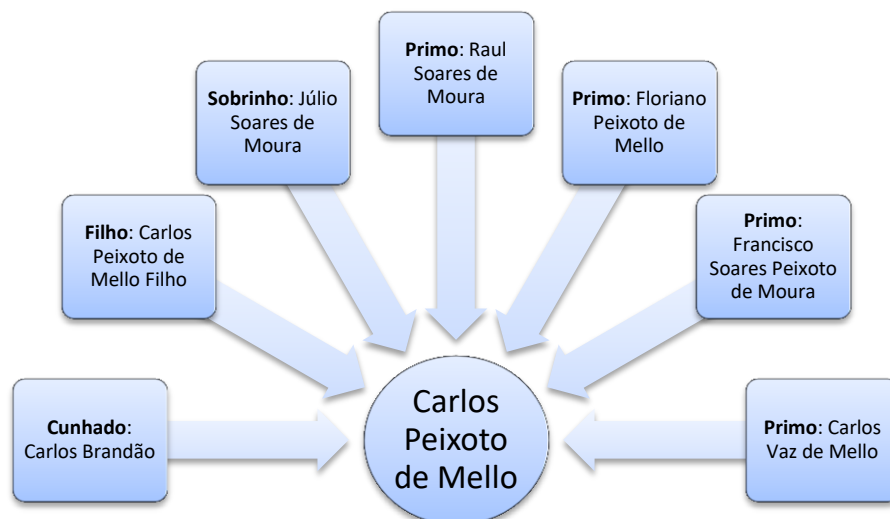
A conferência Natal do Bom Jesus reuniu inicialmente os políticos da cidade de Ubá e suas famílias foram integradas. Familiares de Carlos Peixoto de Mello atuaram nas atividades vicentinas. Seu cunhado Carlos Brandão participou da fundação da conferência e fundou outras, nos distritos da cidade. Seu filho, Carlos Peixoto de Mello Filho, seu sobrinho, o intendente Júlio Soares de Moura, seus primos, o deputado Carlos Vaz de Mello, o intendente Francisco Soares Peixoto de Moura, além entre outros familiares, foram membros subscritores da SSVP da Conferência Natal do Bom Jesus e São Januário. Seus parentes como Floriano Peixoto de Mello e Raul Soares de Moura atuaram na política mineira. A figura 21⁴⁹² foi elaborada para mostrar algumas relações de parentesco de Carlos Peixoto de Mello que auxiliaram em seu prestígio social.

Figura 21.

Algumas relações de parentesco de Carlos Peixoto de Mello.

⁴⁹¹ BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo, Editora UNESP, 2012, pp. 113-116.

⁴⁹² Figura 21. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados contidos em: SSVP. I Livros de Atas da Conferência Natal do Bom Jesus, SSVP. I Livros de Atas da Conferência São Januário e SSVP. I Livros de Atas da Conferência São Manoel do Pomba; SSVP. I Livros de Atas do Conselho Particular de Ubá, 1906-1936; PREFEITURA DE UBÁ. Ubá, Edição Histórica, op. cit., p. 15, SANTIAGO, Município de Rio Pomba, op. cit., p. 492; Anexo Biografias.



Carlos Brandão casou-se com a filha do imigrante português João Alves de Araújo Roças, chefe do Partido Liberal na cidade. Luiz Gonçalves Fontes casou-se com outra filha de Roças. O filho de Roças, o médico Christiano Alves de Araújo Roças, casou-se com a filha do Cel. Galdino de Faria Alvim, que era primo do Cel. Bernardino de Senna Carneiro, descendente da família de Antônio Januário Carneiro, considerado um dos fundadores da cidade de Ubá, parente de José Januário Carneiro, proprietário do Gymnásio São José, e primo de Bernardino de Senna Carneiro.

A filha de Bernardino de Senna Carneiro, companheiro de atividades políticas de Carlos Peixoto de Mello, casou-se com o Cel. Floriano Soares Peixoto de Moura, filho do Cel. Francisco Soares Peixoto de Moura, parente de Carlos Peixoto de Mello e de Julio Soares de Moura, da conferência São Januário.

As relações derivadas das atividades políticas e econômicas aproximaram outros líderes locais a Carlos Peixoto de Mello, como Pedro Xavier Pires, que exerceu o cargo de chefe do poder executivo da cidade. O Cel. Galdino de Faria Alvim, descendente da família José Cesário de Faria Alvim, considerado um dos fundadores da cidade de Ubá, pertenceu ao grupo que se transferiu ainda bem jovem de Guarapiranga, parte da antiga região mineradora, para a Zona da Mata, que incluiu o Comendador Antônio Gomes Pereira. O filho de Galdino de Faria Alvim, o médico Gladstone de Faria Alvim, casou-se com a filha do Cel. Carlos Brandão.

O secretário Sebastião Pedro Cotta era sobrinho e afilhado do Cônego Abreu e Silva e o tesoureiro Vicente Próspero Balbi era irmão de Caetano Balbi e tio do médico Luiz Philippe Balbi, confrade da Conferência São Januário. O Cônego exerceu

atividades políticas em Ubá. Além de Balbi, outros imigrantes italianos se envolveram na política local e foram vereadores, com apoio político de Carlos Peixoto de Mello, como Carlos Collares e Giácomo Lanzillota.

O vice-presidente da Conferência Natal do Bom Jesus, Manoel José Teixeira e Silva, neto do Comendador Manoel Joaquim Teixeira e Silva, subdiretor dos índios em São João Batista do Presídio, hoje Visconde do Rio Branco, se tornou compadre do presidente. Seu filho, Nicéas Soares Teixeira e Silva, afilhado de Carlos Peixoto de Mello, foi eleito presidente da conferência após o falecimento do padrinho.

O presidente foi compadre do Cel. Daniel Ferreira da Rocha⁴⁹³, amigo do Imperador D. Pedro II. O coronel desenvolveu uma máquina de enrolar fumo-de-rolô, apreciado na Europa naquela época. Esse invento facilitou o preparo do fumo para exportação. Os membros da família do Cel. Ferreira da Rocha foram vicentinos da Conferência Natal do Bom Jesus, São Sebastião da Boa Esperança da Anunciação do Rodeiro e São Manoel, no Pomba. O coronel era fazendeiro em Sant'Anna do Sapé, distrito de Ubá, e parente do Cel. Ramiro Teixeira Rocha, do Pomba.

As relações de compadrio uniram Carlos Peixoto de Mello a outros líderes locais que participaram da conferência. Os laços de parentesco afetivo o aproximaram do Cel. Francisco Januário Carneiro e de Cel. João Câncio da Costa Prazeres, o juiz da cidade. O filho do juiz e afilhado de Carlos Peixoto de Mello, Laércio Chaves da Costa Prazeres, estudou no Gymnásio São José e integrou a Conferência São Januário.

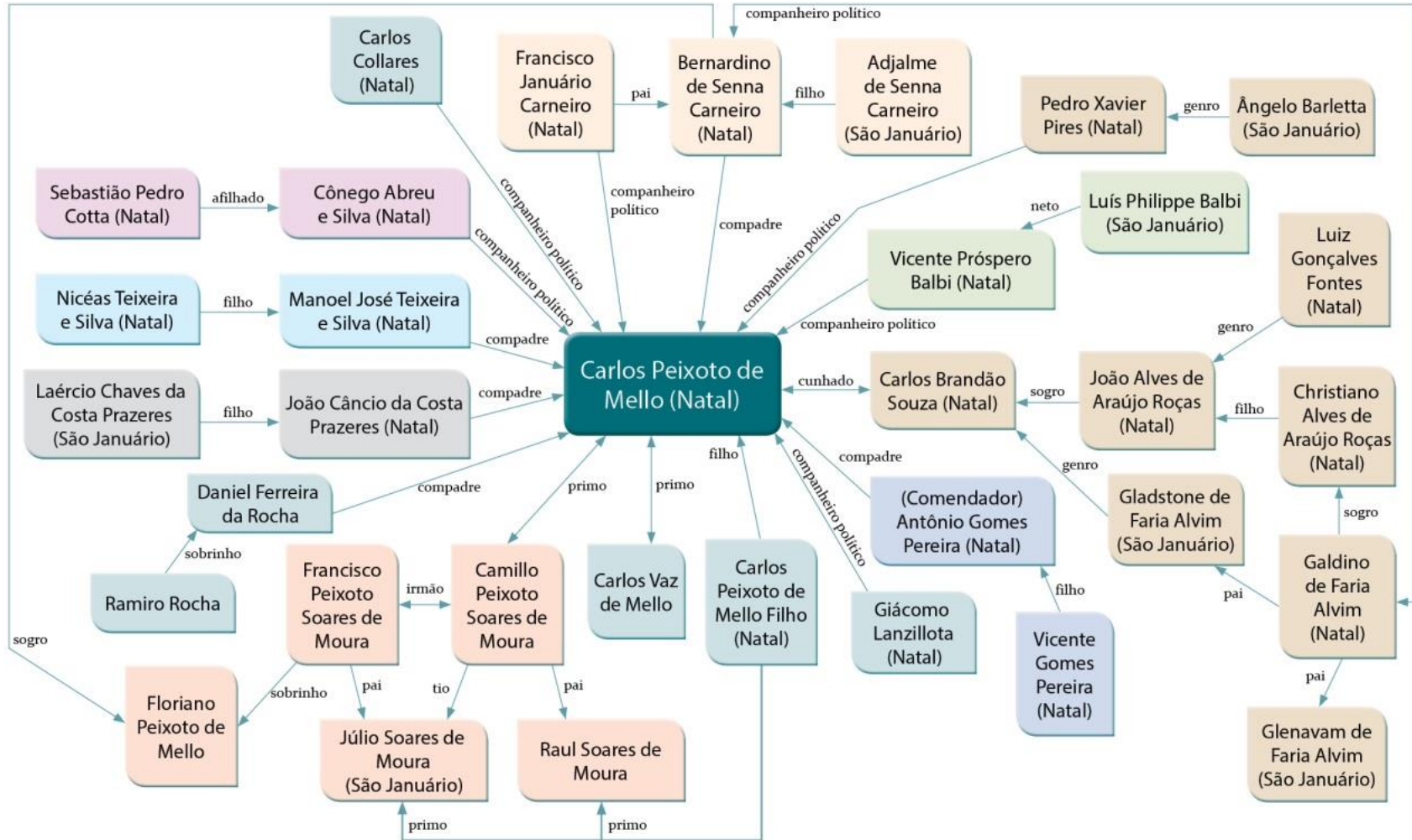
A figura 22⁴⁹⁴ apresenta o fluxograma que indica algumas relações sociais dos vicentinos da Conferência Natal do Bom Jesus, vistas a partir do presidente Carlos Peixoto de Mello.

Figura 22 - Fluxograma 1.

Rede de sociabilidade e de parentesco de Carlos Peixoto de Mello.

⁴⁹³ BARATA, Carlos Eduardo de Almeida e BUENO, Antônio Henrique da Cunha. Dicionário das Famílias Brasileiras. São Paulo: Originis-X, 1999. 2 vol; I Livro de Atas da Conferência Sant'Anna do Sapé; Gazeta Regjornal de Ubá, 7/7/2007; PREFEITURA DE UBÁ. Ubá, Edição Histórica, *op. cit.*

⁴⁹⁴ Figura 22. Fluxograma 1. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados contidos em: SSV. I Livros de Atas da Conferência Natal do Bom Jesus, SSV. I Livros de Atas da Conferência São Januário e SSV. I Livros de Atas da Conferência São Manoel do Pomba; SSV. I Livros de Atas do Conselho Particular de Ubá, 1906-1936; Anexo Biografias.



Podemos identificar que os vicentinos representantes da Conferência Natal do Bom Jesus no Conselho Particular eram familiares ou ligados ao presidente por laços de compadrio ou por meio da convivência política e atividades econômicas.

4.3.2. Levindo Eduardo Coelho.

Os integrantes da Conferência São Januário pertenciam à comunidade escolar do Gymnásio São José, de propriedade de José Januário Carneiro e da Faculdade de Odontologia de Ubá, de propriedade de Lívio de Castro Carneiro. Os professores se conheceram quando eram estudantes no Colégio Mineiro, em Ouro Preto e transformaram as amizades em relações familiares e de compadrio, como ocorreu com os fundadores franceses, em sua geração ou, em alguns casos, na geração seguinte.

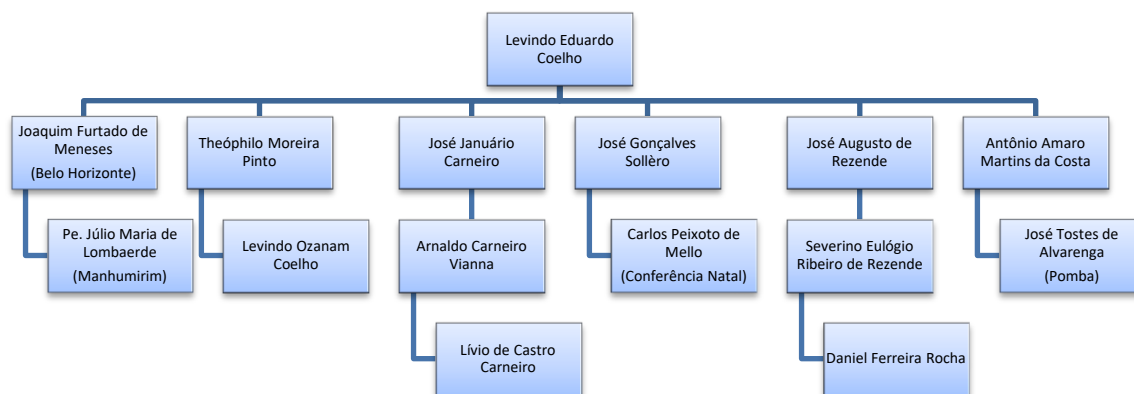
Levindo Eduardo Coelho estudou com Theóphilo Moreira Pinto no Colégio Mineiro e na Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro. Ambos se filiaram ao Partido Republicano Mineiro (PRM). A filha de Moreira Pinto casou-se com o médico Levindo Ozanam Coelho, filho do presidente da Conferência São Januário. O presidente da Conferência São Januário apresentou os médicos Theóphilo Moreira Pinto e seu filho ao Pe. Júlio Maria de Lombaerde, que, ao organizar o Hospital São Vicente de Paulo, da cidade de Manhumirim, contratou os serviços dos médicos.

Levindo Eduardo Coelho foi compadre do farmacêutico, músico e professor José Gonçalves Sollèro, que se filiou ao PRM, e se casou com Guida Peixoto Soares de Moura, irmã de Camillo Peixoto Soares de Moura e prima de Carlos Peixoto de Mello.

O professor José Augusto de Rezende, filho de Severino Eulógio Ribeiro de Rezende, juiz e o primeiro provedor do Hospital São Vicente de Paulo da cidade do Pomba, filiou-se ao PRM. Era colega do colégio secundário e tornou-se compadre de Levindo Eduardo Coelho. Casou-se com Isaura Ferreira da Rocha, filha do Cel. Daniel Ferreira da Rocha, compadre de Carlos Peixoto de Mello e foi tutor do sobrinho, o músico Ary Barroso. Esteve à frente das comissões para a fundação dos educandários. Introduziu o gado Gyr na região, o que lhe proporcionou contatos para desenvolvimento de atividade de criação com os fazendeiros. Foi um dos fundadores da Academia Ubaense de Letras, o que lhe conferiu status na cidade.

A figura 23⁴⁹⁵ foi elaborada para evidenciar algumas relações sociais construídas por Levindo Coelho, iniciadas no Colégio Mineiro de Ouro Preto ou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que se transformaram em relações políticas, profissionais e de parentesco.

Figura 23.
Algumas relações sociais de Levindo Eduardo Coelho.



José Januário Carneiro era primo de Bernardino de Senna Carneiro, pai de Adjalme Martins Carneiro, aluno da primeira turma do Gymnásio São José, em que os alunos se tornaram vicentinos e se filiaram ao PRM, como Luiz Philippe Balbi, Laércio Prazeres, Ângelo Barletta, Adjalme Carneiro, entre outros, que se transformaram em elos entre as famílias e as conferências.

Ângelo Moreira Barletta casou-se com Edil Xavier Barletta, filha de Pedro Xavier Pires, confrade da Conferência Natal do Bom Jesus.

⁴⁹⁵ Figura 23. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados contidos em: SSVP. I Livros de Atas da Conferência São Januário; VIEIRA, A medicina em Ubá, *op. cit.*, p. 37; PREFEITURA DE UBÁ, Ubá, Edição Histórica, *op. cit.*, p. 17; Anexo Biografias.

Adjalme Martins Carneiro casou-se com a filha de Antônio Dutra Nicácio, intendente e subscritor da Conferência São Manoel do Pomba, irmão de Adolpho Dutra Nicácio, intendente de Cataguases.

O professor e farmacêutico Antônio Amaro Martins da Costa, outro colega de colégio e de faculdade de Levindo Coelho, era primo da esposa do médico José Tostes de Alvarenga, da cidade do Pomba, Sra. Engrácia da Costa Alvarenga. Foi compadre de Levindo Eduardo Coelho e de José Januário Carneiro, de quem se tornou sócio no Colégio Cataguases, cidade em que fundou a confraria do Santíssimo Sacramento.

O farmacêutico José Rosalino Gomes e Carlos Gomide foram colegas de Levindo Eduardo Coelho do Colégio Mineiro de Ouro Preto e filiaram-se ao PRM.

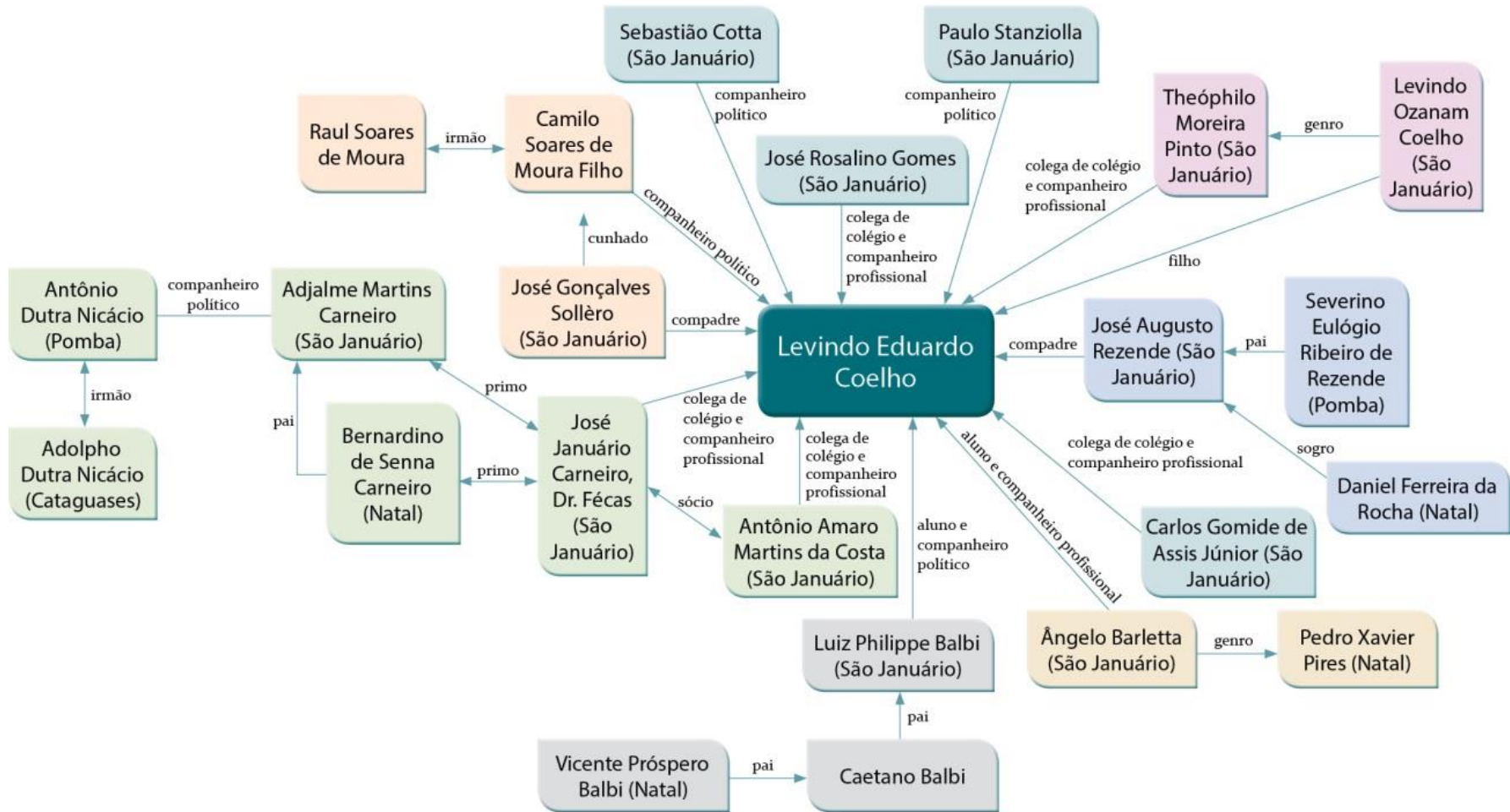
As relações políticas e econômicas ligaram Levindo Coelho ao fazendeiro, capitalista e vereador Paulo Stanziolla e a Camilo Soares de Moura Filho.

A figura 24⁴⁹⁶ foi elaborada para apresentar o fluxograma que indica relações de parentesco e compadrio dos vicentinos da Conferência São Januário.

Figura 24 - Fluxograma 2.

Rede de sociabilidade e de parentesco de Levindo Eduardo Coelho.

⁴⁹⁶ Figura 24. Fluxograma 2. Fonte. Elaboração própria a partir dos dados contidos em: SSVP. I Livros de Atas da Conferência Natal do Bom Jesus, SSVP. I Livros de Atas da Conferência São Januário e SSVP. I Livros de Atas da Conferência São Manoel do Pomba; SSVP. I Livros de Atas do Conselho Particular de Ubá, 1906-1936; Anexo Biografias.



Neste caso em estudo, identificamos além dos laços familiares, algumas relações sociais se originaram na convivência escolar que proporcionaram a convivência profissional, na convivência política no PRM ou foram criadas relacionadas às atividades econômicas.

4.3.3. Francisco Clemente de Araújo.

Sobre a Conferência São Manoel, o presidente Francisco Clemente de Araújo mobilizou integrantes de diferentes categorias sociais para a prática da caridade. Suas relações sociais e profissionais com o Cel. José Mendonça dos Reis, líder político na cidade e com os demais profissionais na câmara de vereadores, aproximaram-no de diversos setores da sociedade.

O presidente da conferência contou com a colaboração de parentes, como seu irmão Camillo Clemente de Araújo, para as visitas domiciliares aos pobres. Camillo Clemente de Araújo era artífice e funcionário de José Furtado de Mendonça⁴⁹⁷. Mais tarde tornou-se funcionário público. Entretanto, foram as relações sociais e políticas com os sócios subscritores, além do apoio do padre Calixto Gonçalves da Cruz, que possibilitaram a retomada da frequência das atividades da conferência, em 1921. Laços de compadrio o ligaram aos demais dirigentes da Conferência São Manoel, como Alcides Teixeira Lima.

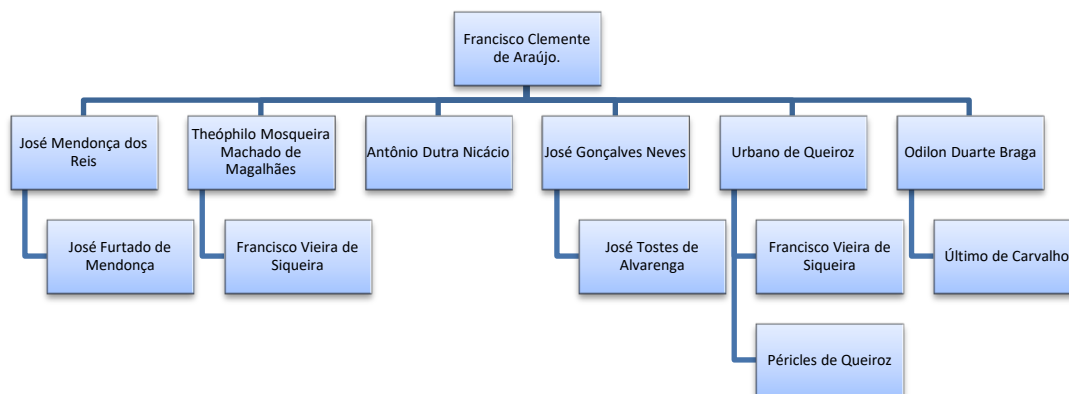
A figura 25⁴⁹⁸ foi elaborada para mostrar algumas relações políticas de Francisco Clemente de Araújo.

Figura 25:

Algumas relações políticas de Francisco Clemente de Araújo.

⁴⁹⁷ SANTIAGO, História do Município de Rio Pomba, *op. cit.*, p. 367.

⁴⁹⁸ Figura 25. Fonte. Elaboração própria a partir dos dados contidos em: SSVP. I Livros de Atas da Conferência São Manoel; SANTIAGO, Município de Rio Pomba, *op. cit.*; Anexo Biografias.



José Furtado de Mendonça era proprietário de terras em Pomba e produtor de fumo de corda, da marca “Águia”, premiado em 1922 na Exposição do Centenário da Independência do Brasil, no Rio de Janeiro. Casou-se em primeira núpcia com Severina Vieira de Mendonça e, em segunda núpcia com sua cunhada, Julia Vieira de Mendonça, pertencentes à família do jornalista Francisco Vieira de Siqueira, proprietário do jornal O Imparcial. Presidiu o Partido Republicano Mineiro (PRM) na cidade do Pomba e era próximo de Arthur Bernardes, presidente da província de Minas Gerais entre 1918-1922 e presidente da república entre 1922 e 1926.

A eleição de Artur Bernardes (1875-1955)⁴⁹⁹ como presidente do Estado de Minas Gerais e a atuação de seu secretário do Interior, Raul Soares de Moura, marcaram a conquista do predomínio político dos representantes da Zona da Mata no estado.

Artur da Silva Bernardes (N. Viçosa, 1875 – F. Distrito Federal, RJ, 1955) foi advogado. Estudou no Colégio do Caraça e na Faculdade Livre de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Contou com o apoio de seu sogro, Carlos Vaz de Mello e de José Alves Ferreira de Mello, primos de Carlos Peixoto de Mello e grandes fazendeiros da cidade de Viçosa. Foi vereador e presidente da Câmara Municipal desta cidade em 1906. Foi deputado estadual, deputado federal (de 1909 a 1910 e 1915-1917) e Secretário de Finanças de Minas Gerais em 1910. Tornou-se o

⁴⁹⁹ FGV/ CPDOC. Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/artur_bernardes>. Acesso em 12 de dezembro de 2016.

líder principal do PRM e deslocou o controle da política mineira dos políticos do Sul de Minas para a Zona da Mata. Foi presidente do Estado de Minas Gerais (1918 a 1922) e presidente do Brasil (1922 a 1926) período marcado pelo Tenentismo, pela Revolução Farroupilha, pela repressão ao movimento operário e pela Semana de Arte Moderna.

Odilon Braga⁵⁰⁰ foi indicado pelo PRM para ocupar o cargo de intendente no Pomba. Odilon Duarte Braga (1894-1958) nasceu em Guarani, distrito da cidade do Pomba. Estudou no Colégio Granbery, em Juiz de Fora, onde conviveu com Péricles de Queiroz, escritor e funcionário público, filho do médico Urbano de Queiroz. Formou-se pela Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro. Advogou em Pomba e Ubá e colaborou com os jornais A Justiça e Folha do Povo, em Ubá e diário Mercantil, em Juiz de Fora.

Odilon Braga era aliado político de Raul Soares, que o indicou para se tornar intendente da cidade do Pomba. Estabeleceu relações políticas e de compadrio com José Mendonça dos Reis e manteve convivência familiar com Lincoln Gonçalves Lamas, fazendeiro e líder político de Santo Antônio da Silveira, distrito da cidade do Pomba, genro de Mendonça dos Reis. Destacou-se, entre outros, pela criação da Fazenda Experimental de Fumo na cidade.

Último de Carvalho (1899-1980)⁵⁰¹ foi subscritor na Conferência São Manoel. Nasceu em Juiz de Fora, formou-se pela Escola de Agronomia e Veterinária e em Engenharia e Topografia em Belo Horizonte, onde foi funcionário municipal e estadual. Exerceu a atividade de agrimensor independente em Juiz de Fora e na cidade de Rio Pomba, onde se fixou. Trabalhou como agrimensor e agrônomo na fazenda de José Mendonça dos Reis e se notabilizou ao transformar a Fazenda Experimental de Fumo na Escola Agrícola Federal⁵⁰² da cidade.

A Escola Agrotécnica Federal foi subordinada ao Ministério da Agricultura e utilizava as terras e benfeitorias do Departamento Nacional de Produção Animal e da Estação Experimental de Fumo do Serviço Nacional de Pesquisas Agrônomicas; hoje a

⁵⁰⁰ FGV/ CPDOC. Odilon Duarte Braga. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/odilon-duarte-braga>>. Acesso em 12 de dezembro de 2016; Anexo Biografias.

⁵⁰¹ FGV/ CPDOC. Último de Carvalho. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARVALHO,%20Último%20de.pdf>>. Acesso em 12 de dezembro de 2016; Anexo Biografias.

⁵⁰² IFET/ RP: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudoeste de Minas Gerais. Disponível em: <<https://www.riopomba.ifsudestemg.edu.br/portal/node/2>>. Acesso em 12 de dez. de 2016.

Escola Agrotécnica Federal é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.

O irmão de Último de Carvalho, Menelique de Carvalho, delegado de polícia em Juiz de Fora, o indicou para controlar o único rádio transmissor de Rio Pomba em benefício dos revolucionários em 1930. Último de Carvalho organizou um batalhão, que denominou Batalhão Odilon Braga, com a missão de resistir a qualquer investida contrarrevolucionária no município. Com a vitória da revolução, Último de Carvalho recebeu a patente de primeiro tenente honorário da Polícia Militar mineira. Em 1931 foi nomeado tabelião em Rio Novo e Rio Pomba, onde também foi vereador. Posteriormente, exerceu a função de médico veterinário e engenheiro topógrafo da Secretaria de Agricultura de Belo Horizonte.

Teófilo Mosqueira⁵⁰³, subscritor na conferência, foi secretário da câmara de vereadores por trinta anos e trabalhava com Clemente de Araújo. Era próximo à Francisco Vieira de Siqueira⁵⁰⁴, proprietário do jornal O Imparcial e subscritor na conferência, que publicou as notas de campanhas de caridade e balanços da confraria.

Teófilo Mosqueira Machado de Magalhães (1857-1924) era descendente do cirurgião-mor Caetano José Machado de Magalhães e Maria Rodrigues de Magalhães. Fez estudos de latinidade e poética em Pomba e foi funcionário da câmara municipal por mais de 30 anos, quando se dedicou a redigir dados sobre a história do município. Seus manuscritos se transformaram no registro oficial da cidade, após o incêndio da antiga câmara de vereadores e atualmente encontram-se no cartório de José Lázaro Mosqueira, na cidade.

Francisco Clemente de Araújo tornou-se aliado político do dentista José Marini de Souza⁵⁰⁵ e do médico José Reis Santos⁵⁰⁶. Severino Eulógio Ribeiro de Rezende, juiz da cidade, era subscritor da Conferência São Manoel e foi eleito o primeiro provedor do Hospital São Vicente de Paulo do Pomba, em 1939.

José Marini de Souza nasceu em 1906, era descendente de uma das famílias de imigrantes italianos que vieram da vila de Senigallia, na província de Ancona, em Sant'Angelo: Silvano Marini e Clorinda Massioni Marini, o filho Quirico Marini, e a cunhada Agripina Massioni Marini e chegaram ao Brasil em 1899. Na Hospedaria dos

⁵⁰³ SANTIAGO, Município de Rio Pomba, *op. cit.*, pp. 319-320; Anexo Biografias.

⁵⁰⁴ O IMPARCIAL. Disponível em: <<http://oimparcialriopomba.com.br/conteudo/1/Historia>>. Acesso em 12 de dezembro de 2016; Anexo Biografias.

⁵⁰⁵ ANASTÁCIO, 2001; Anexo Biografias.

⁵⁰⁶ O IMPARCIAL, Pomba, 3/12/1933, p. 1 e SANTIAGO, Município de Rio Pomba, *op. cit.*, pp. 422-423.

Imigrantes, em São Paulo, Silvano Marini se declarou especialista no trabalho com gesso e foi encaminhado a Juiz de Fora, cidade em desenvolvimento e carente de profissionais especializados. A epidemia de febre amarela em Juiz de Fora estimulou a família a se instalar na cidade do Pomba⁵⁰⁷. Ao serem contratados para a obra da igreja matriz desta cidade, projetada pelo engenheiro Joaquim Furtado de Meneses⁵⁰⁸, Quirico Marini conheceu a irmã do padre Calixto Gonçalves da Cruz, Regina, com quem se casou.

José Marini de Souza era filho de Tobias Nicolau de Souza e Agripina Marini de Souza. Estudou no Grupo Escolar São José, formou-se dentista pela Faculdade de Farmácia e Odontologia de Juiz de Fora e estagiou na ADESG – Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra. Foi inspetor escolar, professor da faculdade em que estudou, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, Chefe dos Serviços da Coordenadoria do setor de atividades profissionais da Secretaria de Saúde e Assistência da Zona da Mata e integrou a Sociedade de Orquidófilos. Suas atividades nas conferências vicentinas em Pomba e em Juiz de Fora foram intensas. Foi um dos fundadores do Hospital São Vicente de Paulo, do Pomba e foi nomeado vice-presidente do Conselho Metropolitano da SSVP de Belo Horizonte.

José Reis Santos nasceu em Pomba e formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1933. De volta à cidade do Pomba, o médico recém-formado se envolveu-se na comissão para a criação do Hospital São Vicente de Paulo da cidade, que contava com a colaboração do médico José Tostes de Alvarenga (1880- 1980).

Natural de Juiz de Fora, José Tostes de Alvarenga era filho do professor Guilherme Guilhobaldo de Almeida Alvarenga e de Elisa Leopoldina Pinto de Almeida Alvarenga, proprietários de um colégio naquela cidade. Era neto paterno do Cel. Severino Dias Tostes. Formou-se pela Faculdade de medicina do Rio de Janeiro. Após trabalhar nesta cidade, recebeu um convite do Comendador Belchior Homem da Costa para clinicar em Mercês, distrito do Pomba. O médico casou-se com a filha do comendador, Alice Augusta da Costa e, após ficar viúvo, casou-se em segunda núpcia com a cunhada, Maria Engrácia da Costa, ambas netas paternas do Cel. Francisco Lopes Ferreira da Rocha.

⁵⁰⁷ O IMPARCIAL. Disponível em: <<http://oimparcialriopomba.com.br>>. Acesso em 12 de fev. de 2017.

⁵⁰⁸ MUSEU HISTÓRICO DE RIO POMBA. Fundo Eclesiástico. Planta da Igreja Matriz São Manoel.

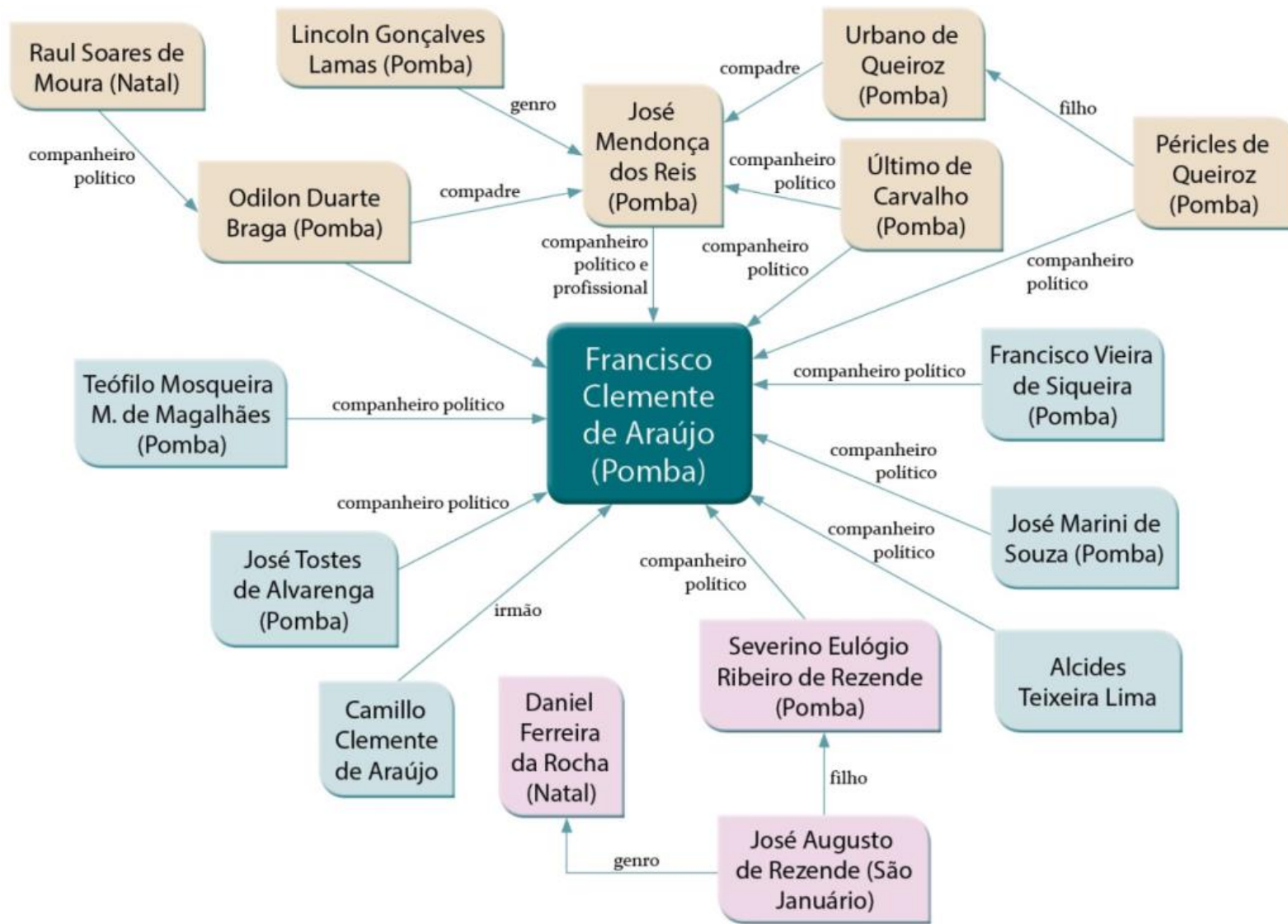
José Tostes de Alvarenga militou na política ao lado de Francisco Soares Peixoto de Moura, José Gonçalves Neves e Odilon Duarte Braga. Teve seu nome indicado para o senado mineiro, mas recusou a indicação.

A figura 26⁵⁰⁹ foi elaborada para mostrar algumas relações sociais, familiares e de compadrio entre os membros da Conferência São Manoel.

Figura 26: Fluxograma 3.

Rede de sociabilidade e de parentesco de Francisco Clemente de Araújo.

⁵⁰⁹ Figura 26. Fluxograma 3. Fonte. Elaboração própria a partir dos dados contidos em: Elaboração própria a partir dos dados contidos em: SSVP. I Livros de Atas da Conferência Natal do Bom Jesus, SSVP. I Livros de Atas da Conferência São Januário e SSVP. I Livros de Atas da Conferência São Manoel do Pomba; SSVP. I Livros de Atas do Conselho Particular de Ubá, 1906-1936; e Anexo Biografias.



Entendemos que as relações sociais na Conferência São Manoel foram construídas, principalmente, em torno da convivência política e profissional entre os vicentinos.

É possível concluir que as relações sociais entre os confrades brasileiros derivaram de relações familiares, profissionais, políticas e econômicas que ultrapassaram os contatos nas reuniões.

As redes de sociabilidades foram constituídas por meio do parentesco, advindo dos sacramentos como o casamento e o batismo; da formação profissional, iniciada nos colégios secundários e nas universidades; e das atividades políticas, iniciadas ou reforçadas nas conferências vicentinas. Formalizaram relações entre compadres, correligionários, partidários, associados, amigos, entre outros. As relações sociais desses confrades produziram novas iniciativas de caridade que, em alguns casos, se dirigiram para além da SSVP, como a fundação de outras associações e irmandades que podem ter facilitado o exercício de atividades profissionais e políticas, questões estudadas no capítulo 3.

Considerações

Podemos afirmar que os vicentinos da área central da Zona da Mata eram homens da geração de 1870, nascidos nas cidades locais, alfabetizados, que exerceram múltiplas atividades profissionais e econômicas e ocuparam cargos públicos. Ademais, as redes de sociabilidades asseguraram o sucesso das conferências, assim como contribuíram para o fortalecimento político dos presidentes.

Foi possível entender que, no caso das conferências de Ubá, os presidentes eram homens que pertenciam às famílias que acumularam poder econômico e político. Suas relações sociais envolveram familiares e demais membros das elites locais. Esses presidentes exerceram a liderança vicentina, o que pode ter contribuído para a conquista de grande adesão para suas ações. No caso da conferência do Pomba, o presidente era descendente de família de escravos e suas relações sociais envolveram familiares e demais membros das elites emergentes. As elites econômicas e políticas locais foram mobilizadas, entretanto, atuaram como colaboradoras. Esse fato pode auxiliar para a compreensão das diferentes atuações dos presidentes das conferências em estudo, estudadas nos capítulos 5 e 6.

CAPÍTULO V

Os vicentinos e o poder.

Após as observações sobre a criação da Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP) na França e no Brasil, vistos nos capítulos 1 e 2, e os estudos sobre os vicentinos da Zona da Mata mineira, vistos nos capítulos 3 e 4, o quinto capítulo estuda os meios utilizados para a prática a caridade vicentina. Ao contar com o apoio da Igreja, as estratégias para alcançar o apoio social envolveram a conquista de prestígio e confiabilidade para a obtenção do apoio do poder público. Neste capítulo observamos a formação de alianças vicentinas com a sociedade, com os profissionais da saúde e com o poder municipal.

Wirth⁵¹⁰ identificou a importância da imprensa em Minas Gerais durante a Primeira República, descrita pelo autor como um órgão socializador, entre os quais se incluíam as organizações voluntárias, a educação pública e a Igreja. O autor observou que a imprensa exerceu o papel estimulador na vida dos municípios em formação político-administrativa na Zona da Mata e os jornais adquiriram prestígio entre as elites ao servir de espaço para o confronto político, o que evitava a utilização do recurso da violência.

Para esse estudo foram analisadas as atas das conferências e do conselho, os relatos dos memorialistas e, especialmente, os jornais locais, que se transformaram em importantes veículos de informações vicentinas e para essa pesquisa.

5.1. A aliança com a sociedade.

O uso dos jornais foi uma tendência acentuada pela “nova ordem”, no século XIX. Jones⁵¹¹ observou que as novas categorias sociais formadas pelas burguesias urbanas francesas se utilizaram dos jornais para a ocupação dos espaços públicos. Os editores se viam numa missão civilizatória: eram capazes de promover, além da felicidade, o espírito nacional e a cidadania. O autor identificou que os jornais auxiliaram na construção do patriotismo local e regional, se constituiu numa conexão em cadeia, entre a cidade, a região e a nação. O autor considerou ser difícil quantificar

⁵¹⁰ WIRTH, O fiel da balança, *op. cit.*, p. 131.

⁵¹¹ JONES, Colin. The Great Chain of Buying: Medical Advertisement, the Bourgeois Public Sphere, and the Origins of the French Revolution. *American Historical Review*, vol. 101, n. 1, 1996, pp. 13–40. Disponível em: <www.jstor.org/stable/2169222>. Acesso em 12 de dez. de 2015.

os leitores das localidades, mas em sua constituição social estavam os advogados, médicos, comerciantes, o patriarcado mercantil da sociedade local, os magistrados e demais membros da sociedade com renda própria, os grupos mais sólidos do meio urbano, que incluíram as mulheres.

No Brasil, a imprensa se desenvolveu no século XIX sob a hegemonia cultural francesa, em que a propaganda se tornou marca da urbanização. A expansão da educação formal e a introdução das estradas de ferro ampliaram o alcance dos jornais. No final do século XIX a imprensa sensibilizou a opinião pública para as causas abolicionista e republicana e se tornou um espaço para a atividade política, além de ter sido usada para criar no país uma mentalidade voltada para a filantropia, parte das metas da Restauração Católica⁵¹².

Os jornais da Zona da Mata podem ser caracterizados pela vida efêmera: poucos sobreviveram por mais de uma década, eram semanários limitados às pequenas tiragens, de propriedade de um indivíduo, tinham caráter político e refletiram os interesses das elites locais. Tornaram-se veículos de comunicação para os profissionais, o governo e as empresas, e sua propriedade era um símbolo de distinção social⁵¹³.

Tal como os demais jornais do país, os colaboradores publicavam sob o anonimato ou preferiam assinar seus artigos sob os pseudônimos, uma imposição da dignidade burguesa. O trabalho nas redações foi inicialmente exercido por pessoas de profissão indefinida ou obscura, chamados de “jornalistas”. Os homens ditos “sérios”, de “profissões respeitáveis” como a medicina, a magistratura, a advocacia e a administração pública que colaboravam com os jornais evitavam assinar com seu próprio nome seus versos, contos ou crônicas⁵¹⁴.

Na cidade de Ubá, destacaram-se os jornais: “A Gazeta de Ubá”, “Folha do Povo” e “Cidade de Ubá”. A Gazeta de Ubá, fundada por Lázaro Raymundo Gomes e pelo Major Francisco Peixoto de Mello, pai de Carlos Peixoto de Mello, em 1888, representou o Partido Conservador e defendeu a monarquia⁵¹⁵. Embora não se constituísse num semanário religioso, o jornal anunciava as campanhas e peregrinações

⁵¹² MARTINS, Ana Luiza e De Luca, Tânia Regina. *História da Imprensa no Brasil*. SP: Editor Contexto, 2010.

⁵¹³ VIEIRA, Centenário da Comarca da Cidade de Ubá, *op. cit.*, p. 32.

⁵¹⁴ BROCA, Brito. “O Anônimo e Pseudônimo na Literatura Brasileira”. In: *Horas de Leitura*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992, pp.119-122.
Livro. Rio de Janeiro, 1957.

⁵¹⁵ FOLHA DO POVO, Ubá, 10/5/1952, p. 1; PREFEITURA DE UBÁ. Ubá, Edição Histórica, 1980; VIEIRA (org.), Centenário da Comarca da Cidade de Ubá, *op. cit.*; VIEIRA, História de Ubá para as escolas, *op. cit.*

organizadas pela Igreja Católica. A Folha do Povo, fundada pelos irmãos Siqueira em 1900, teve como colaboradores os membros do antigo Partido Liberal e o Cel. João Alves de Araújo Roças foi seu primeiro diretor. Em 1914, o jornal foi adquirido por Levindo Eduardo Coelho, voltou-se para questões republicanas e se tornou o canal de comunicação do Partido Republicano Mineiro (PRM) na cidade. O jornal A Cidade de Ubá foi criado em 1937, iniciado com uma entrevista do ex-presidente Arthur Bernardes. O fundador e diretor foi o médico Luiz Philippe Balbi e o gerente e secretário de redação foi Floriano Peixoto de Mello⁵¹⁶.

Na cidade do Pomba, destacou-se o jornal O Imparcial, fundado por Francisco Vieira de Siqueira. O jornal teve sua primeira fase entre 1896 e 1897, com a edição de cerca de 50 números. A segunda fase teve início como semanário em 1901 e terminou em 1905. O mesmo proprietário o relançou em sua terceira fase, em 1918, quando publicou as notícias e campanhas da SSVP, sem ônus para a associação⁵¹⁷.

Sobre os jornais católicos que circularam nas cidades da área central da Zona da Mata, destacou-se O Estandarte. Era publicado na cidade de Cataguases e esteve em circulação pelas cidades em estudo, especialmente após 1914, período em que esteve sob a direção de Leopoldo F. dos Santos, o presidente da Conferência Santa Rita.

Em 1914, Furtado de Meneses fundou o jornal católico Adoremos, em Belo Horizonte; Levindo Eduardo Coelho fundou o jornal católico O Movimento e adquiriu a propriedade do jornal Folha do Povo; e se iniciou a direção vicentina de Leopoldo F. dos Santos no jornal religioso O Estandarte, de Cataguases. Contudo, foi após a criação do Conselho Metropolitano de Belo Horizonte, em 1916, que começaram a surgir textos sobre a caridade e sobre a SSVP nos jornais das cidades em estudo, em que se incluiu O Imparcial, da cidade do Pomba.

Na França, a SSVP nasceu a partir de reuniões que ocorriam na gráfica de Bailly e Ozanam adquiriu prestígio por meio de publicações de seus artigos nos jornais, além de ter fundado outros. Boudon⁵¹⁸ observou que a SSVP se transformou em um acesso dos católicos das novas elites urbanas aos jornais.

Os vicentinos mineiros se utilizaram tanto dos impressos internos da associação, como os boletins e as revistas, quanto dos jornais locais, leigos e religiosos, alguns como proprietários, para propagar os ideais vicentinos, embora seu Manual apontasse

⁵¹⁶ PREFEITURA DE UBÁ. UBÁ, Edição Histórica, 1980; VIEIRA (org.), Centenário da Comarca da Cidade de Ubá, *op. cit.*, VIEIRA, História de Ubá para as escolas, *op. cit.*

⁵¹⁷ SANTIAGO, História do município de Rio Pomba, *op. cit.*, p. 235.

⁵¹⁸ BOUDON, Les Catholiques Sociaux parisiense au milieu du XIXe siècle, *op. cit.*, p. 67.

para a necessidade da discricção. Percebemos um alinhamento deles com as ideias propagadas pelo presidente do Conselho Geral Internacional, Adolph Baudon. Podemos entender que a preocupação dos vicentinos mineiros não era apenas assistir os pobres, mas divulgar suas obras de caridade e obter a participação da sociedade.

Souza⁵¹⁹ afirmou que, em vez de simplesmente doar anonimamente, como aponta o discurso tradicional da caridade, os vicentinos usaram os jornais para oferecer trabalho, encorajar a população para a produção e mobilizar grupos da sociedade para financiar a assistência, o que os aproximou dos objetivos da filantropia.

Os representantes do Conselho Particular de Ubá pretendiam adquirir a confiabilidade da população e conquistar a autoridade para orientar o comportamento social, como o abandono das práticas de caridade tradicionais em favor do modelo proposto pela SSVP.

5.1.1. O abandono da caridade tradicional.

Em 1916, a caridade foi descrita no jornal Folha do Povo por meio dos valores cristãos do século XIX: um sentimento originado do Sagrado Coração de Jesus, uma virtude internalizada e discreta que garantiria a proximidade com Deus para proporcionar a suprema alegria e a completa felicidade⁵²⁰. Sua prática era o meio pelo qual todos deveriam esperar a paz e a felicidade na vida futura. Os auxílios para a caridade deveriam ser direcionados aos “campeões da caridade: um confrade da SSVP ou uma Dama de Caridade”⁵²¹.

Levindo Coelho utilizou a Folha do Povo⁵²² para explicar o rígido sentido moral da caridade vicentina: um homem de bem que possuía o pão de cada dia deveria se sentir feliz; os homens cultos não deveriam desconhecer os meios para serem felizes e caridosos. Caso algum deles se sentisse infeliz, deveria tratar de sua saúde e de sua própria instrução, pois era ignorante. “Só um desequilíbrio de espírito, uma tara mórbida hereditária pode determinar a perversidade e a passividade diante da dor alheia”. Além disso, explicava que os beneficiários da caridade deveriam se sentir gratos por ela, pois “o que esquece o benefício é ingrato; o que nega o benefício é mau: um tem a maldade do orgulho; o outro tem o orgulho da maldade”.

⁵¹⁹ SOUZA, Pobreza, Doença e Caridade em Goiás, *op. cit.*, p. 68.

⁵²⁰ FOLHA DO POVO, Ubá, 25/11/1916, p. 1.

⁵²¹ *Ibidem*, 1/10/1917, p. 1.

⁵²² *Ibidem*, 12/8/1916, p.1.

Na Folha do Povo⁵²³, em 1920, os vicentinos explicavam que a SSVP era capaz de assegurar que as esmolas fossem encaminhadas aos “pobres verdadeiramente indigentes”. A associação se definiu como uma instituição moderna e especializada, com experiência prática e explicou que “havia os falsos pobres e os falsos benfeitores”. Os falsos pobres eram perigosos, poderiam ser “portadores de moléstias” capazes de serem disseminadas, especialmente quando eram expostas ao público. Os “falsos benfeitores” eram aqueles que ofereciam as esmolas diretamente aos pobres. Os vicentinos explicavam que a esmola deveria ser aquilo que não fazia falta ao caridoso, porém, quando oferecida diretamente aos pobres, não seria capaz de colaborar com a felicidade da sociedade. Essa “caridade” feita por esses “falsos benfeitores”, que foram denominados hipócritas, foi descrita como fruto de seu orgulho vaidade, capaz de atuar nos pobres como “bofetadas”.

Só o trabalho da associação evitaria a “perda da graça”⁵²⁴: como explicava o jornal O Estandarte, com a caridade direcionada à SSVP, todos seriam “credores das bênçãos e recompensas de Deus”⁵²⁵.

No jornal católico O Estandarte, foi criada a coluna “Palavras de um Vicentino”, que foi publicada de 1917 a 1921. A coluna foi iniciada com a defesa da imprensa católica⁵²⁶, com a reprodução das correspondências de Baudon, o presidente do Conselho Geral Internacional. Neste espaço foi propagada a história da SSVP e sua forma de atuação, foram publicadas as campanhas e os balanços das conferências de Cataguases, de seus distritos e de outras cidades próximas, além de suas obras unidas.

Baudon defendeu o uso da imprensa pelos vicentinos durante a Revolução de 1848. O Estandarte publicava as correspondências do presidente, que alertava para o perigo representado pelo anticlericalismo e para a importância do uso dos jornais:

A meu ver, os católicos não compreendem suficientemente a séria importância da imprensa. Pensa-se em construir igrejas, fundar comunidades, multiplicar asilos para os órfãos e pobres, obras certamente necessárias, mas esquece-se que, acima de todas estas necessidades, há uma que, pela força das coisas, domina tudo mais e é a extensão da imprensa católica. [...] Porque, se não sustentarmos a imprensa católica, se não a favorecermos e elevarmos à altura que deve atingir, as nossas igrejas ficarão desertas, se não forem arrasadas, as comunidades serão expulsas de suas moradas, as casas de caridade

⁵²³ *Ibidem*, 1/5/1920, p. 1.

⁵²⁴ *Ibidem*, 1/5/1920, p. 1.

⁵²⁵ O ESTANDARTE, Cataguases, Coluna Palavras de um Vicentino, 1/10/1917, p. 1.

⁵²⁶ *Ibidem*, 19/7/1917, p. 1; 2/4/1917, p. 1; 2/8/1917, p. 1; 9/8/1917, p. 1

e as escolas serão arrancadas à religião que as fundou. [...] Enquanto não conquistarem esta cidadela, tudo quanto tiverem edificado em longos anos de sacrifícios, será destruído em poucos minutos⁵²⁷.

Contudo, em 1921, os vicentinos continuaram a descrever a caridade nos jornais por meio da interpretação cristã, “a parte principal da virtude que se decompõe em três: a fé, a esperança e a caridade”⁵²⁸ e recomendaram aos leitores que dedicassem algumas horas por dia às leituras feitas nas conferências, como o livro *Imitação de Cristo*, atribuída ao padre alemão Tomás de Kempis, descrita como obra de grande valor por ensinar aos homens a serem humildes ao se submeterem à vontade de Deus⁵²⁹.

Em 1928, a prática espontânea da caridade foi descrita no *O Imparcial* como uma obrigação de todos os católicos, não deveria ser uma obrigação apenas dos ricos ou daqueles que poderiam abrir mão de qualquer excedente. Todos deveriam ser “amigos dos pobres” e a caridade estava a serviço de todos: “felizes os que sabem dar aos indigentes uma parte dos bens que receberam de Deus [...]. Um pobre que socorre a outro pobre repartindo com ele o seu pão duro ou o seu misérrimo lar, pratica verdadeiramente a caridade”⁵³⁰. Os vicentinos do Pomba avisavam aos leitores, no jornal *O Imparcial*: “temos a Irmandade São Vicente de Paulo, composta de cavalheiros muito dignos, que pode encarregar-se da distribuição da esmola pelos verdadeiramente necessitados”⁵³¹.

Ademais, em 1931, *O Imparcial* explicava que, por ser “a parte mais nobre e santa da sociedade”, a caridade vicentina poderia ser encontrada, entre outros, nos hospitais, asilos e outros estabelecimentos de beneficência⁵³².

Para incentivar as doações aos vicentinos, os jornais divulgavam as doações. Podemos observar a notícia sobre uma senhora enferma, a “Sia Maria Gorda”, que doou a sua casa para a associação. Segundo o relato no jornal *O Imparcial*, a senhora foi internada para tratamento de saúde na Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora e resolveu “alcançar a felicidade” quando percebeu a proximidade da morte. Chamou um representante da SSVP no hospital, que foi representada pelo vice-presidente da Conferência São Manoel, Sr. Alcides Teixeira Lima, acompanhado do tabelião do cartório da mesma cidade, o Sr. José Rodrigues da Luz, o secretário da conferência, para

⁵²⁷ O ESTANDARTE, Cataguases, Coluna Palavras de um Vicentino, 8/3/1917, pág. 1.

⁵²⁸ O IMPARCIAL, Pomba, 3/7/1921, p. 1.

⁵²⁹ *Ibidem*, 24/9/1933, p. 1.

⁵³⁰ *Ibidem*, 6/5/1928, p. 1.

⁵³¹ *Idem*.

⁵³² O IMPARCIAL, Pomba, 8/3/1931, p. 1.

que fosse lavrado o seu gesto caridoso⁵³³. Na ocasião o jornal ressaltou que qualquer pessoa poderia concorrer, de qualquer forma, “para o engrandecimento da Conferência São Vicente de Paulo”.

5.1.2. A promoção da ordem e da justiça social.

Em setembro de 1916, Levindo Coelho observou o crescimento do número de crianças pobres que perambulavam na cidade escreveu um artigo no jornal de sua propriedade. Em seu texto na Folha do Povo⁵³⁴ descreveu o que chamou de “desolador espetáculo diário” observado pelas ruas da cidade, “a molecagem desocupada que ensaiava os primeiros passos na escala do vício e do crime”. Ressaltou que se reclamava o barulho extremo, o futebol nas calçadas, as pedras colocadas sobre os trilhos dos bondes, os gestos imorais e palavras obscenas, os jogos às escondidas da polícia e observou que, por serem crianças, as medidas de contenção fugiam da alçada das autoridades policiais. Os cuidados de alguns pais ou tutores se tornavam improfícuos, porque, em sua maioria eram pobres e ignoravam os males a que estariam sujeitos seus infelizes filhos e tutelados.

Para o presidente da Conferência São Januário e dos conselhos particular e central de Ubá, a ação conjunta da sociedade poderia contribuir para “aperfeiçoar a sociedade do futuro”. Defendeu a ideia de que a sociedade deveria auxiliá-las e ampará-las, sem se limitar a instrução pública primária oferecida pela municipalidade, que as ocupava em apenas uma parte do dia.

Sua sugestão era atrair as crianças, em determinadas horas do dia, para um “centro de diversões” a ser criado, sob a direção de pessoas caridosas que deveriam executar estatutos claros. As crianças deveriam ficar sob a inspeção e a regência de uma ou mais pessoas encarregadas de guiá-las durante os brinquedos e exercícios infantis, estimulando-as para que se tornassem dignas da convivência amiga no grêmio. As crianças deveriam conhecer os diferentes membros da sociedade e evitar os maus atos.

Levindo Coelho explicou que foi feito o cálculo e que a instituição “não ficaria pesada a ninguém”: uma contribuição mensal de mil réis ou menos, por parte das principais pessoas da cidade seria suficiente para mantê-la. Ademais, considerou que se poderiam encaminhar alguns menores para empregos particulares, sob a autorização de seus pais ou tutores.

⁵³³ *Idem.*

⁵³⁴ FOLHA DO POVO. Ubá, 16/09/1916, p. 1.

Em novembro do mesmo ano, Levindo Coelho, em novo texto na Folha do Povo⁵³⁵, solicitou às “pessoas caridosas”, especialmente os pais de família, a colaboração para a fundação da Sociedade Protetora das Crianças na cidade, segundo sua interpretação, uma instituição caridosa e patriótica. Apontou para que o mau comportamento das crianças pobres nas ruas já havia sido comentado por ele anteriormente e ameaçava pelo perigo do exemplo e do contágio os filhos das famílias “educadas e colocadas”. Disse que uma contribuição mensal pequena e voluntária de cada família seria suficiente para criação de pequenas oficinas direcionadas ao emprego das crianças que demonstrassem vocação para este ou aquele ofício. Todas as pessoas, sem distinção de sexo, poderiam fazer parte da projetada instituição, que poderia ter sócios efetivos e contribuintes. Afirmou que os poderes constituídos no Estado e no município não negariam auxílios em prol de medidas úteis como esta, mas a instituição não foi concretizada.

Por meio dos jornais, os vicentinos divulgaram estudos sobre a sociedade feitos nas conferências. Explicaram que os comerciantes e industriais produziam as fortunas; a pátria era capaz de distribuir a justiça; e o clero animava o povo por meio da fé, inspirava “o doce sentimento de respeito à lei, dando a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”. No meio de instituições “tão organizadas como o governo da pátria e a Igreja, estava a SSVP”, que deveria seguir “serpejando pelas vilas e aldeias, cidades e capitais” para fazer o bem que pode: “como filha da Igreja, ouve seu pastor, socorre as viúvas, salva as donzelas, veste o nu, doutrina, converte e legaliza uniões ilícitas, dissipa os ódios, visita os enfermos e aconselha os ricos”⁵³⁶. A descrição da caridade pode ser vista como a influência das obras das Misericórdias, embora não houvesse essas confrarias na área central da Zona da Mata.

Os vicentinos da Zona da Mata comentaram as notícias sobre a Revolução Russa de 1917 nas conferências. No O Imparcial, em 1917⁵³⁷, explicaram que o capitalismo era um sistema capaz de oferecer a justiça social, seu desenvolvimento iria assegurar que os trabalhadores pudessem viver de seus salários. A função da SSVP era praticar a caridade em conjunto com a Igreja. Diziam que, além de um sentimento, a caridade era “um dos deveres máximos dos patriotas”, um sentimento nacionalista.

⁵³⁵ *Ibidem*, 18/11/1916, p. 1.

⁵³⁶ *Ibidem*, Coluna Palavras de um Vicentino, 2/8/1917, p. 1; 9/8/2017, p. 1 e 1/10/1917, p. 1.

⁵³⁷ O IMPARCIAL, Pomba, 1/10/1917, p. 1.

No Conselho Particular de Ubá foram feitos estudos sobre a situação dos operários, publicados no O Estandarte, em 1917. O jornal O Estandarte⁵³⁸ explicou que a assistência aos operários era uma das tarefas vicentinas. Defenderam a instrução por meio da criação de colégios públicos, diurnos e noturnos, respectivamente, para meninos e operários, vistos como meio de preparar os futuros cidadãos. Nos colégios, recomendaram que as aulas de religião devessem ser ministradas por leigos⁵³⁹ sob a forma de “instruções morais”.

Os vicentinos entenderam a importância do movimento operário, que viveu anos de fortalecimento entre 1917 e 1920, quando as principais cidades brasileiras vivenciaram greves, e relacionaram o momento à vitória dos comunistas na Rússia⁵⁴⁰. A influência do socialismo no movimento operário foi assinalada e criticada, denominada como “um vírus”⁵⁴¹ que se disseminava na cultura da nação por meio de folhetos que divulgavam “as infecciosas teorias” e propagavam as greves. É possível perceber as metáforas que utilizavam termos médicos, como foi observado por Jones.

Houve preocupações com o apoio ao trabalhador no caso de acidente de trabalho: a Folha do Povo divulgou a lei de 1919, que atribuía ao patrão à prestação de socorros médicos e farmacêuticos ou hospitalares, quando necessários, uma das reivindicações do movimento operário. Recomendaram que a lei devesse ser afixada em local visível de cada estabelecimento⁵⁴².

O art. 78 do Código Comercial de 1850 foi o primeiro a lei a trazer orientações acerca do acidente do trabalho no Brasil e previa a manutenção dos salários por três meses contínuos por ocorrência de acidentes imprevistos e inculpados. Contudo, a Lei nº 3.724, de 1919, tratou de fato da responsabilidade civil objetiva do empregador e se aplicava apenas às atividades consideradas perigosas em que se utilizassem máquinas movidas por motor e aos casos advindos estritamente do contrato de trabalho. As doenças ocupacionais foram reconhecidas pela lei⁵⁴³.

Em novo estudo publicado no O Estandarte⁵⁴⁴, em 1917, os vicentinos dividiram os operários em duas categorias, “antigos e modernos”. Entenderam que os “operários

⁵³⁸ O ESTANDARTE, Cataguases, 2/4/1917, Coluna Palavras de um Vicentino, p. 1.

⁵³⁹ *Ibidem*, 19/7/1917, p. 1; 24/4/1917, p. 1 e 2/8/1917, p. 1.

⁵⁴⁰ O ESTANDARTE, Cataguases, 9/8/1917, p. 1.

⁵⁴¹ *Idem*.

⁵⁴² FOLHA DO POVO, Ubá, 7/6/1919, p. 1.

⁵⁴³ ANDRIETTA, Simone Aparecida de Oliveira. *Acidente do trabalho. Histórico legislativo e a proteção dos direitos do cidadão*. Dissertação (Mestrado em Direito). Curso de Pós-graduação em Direito. Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, 2009.

⁵⁴⁴ O ESTANDARTE, Cataguases, 30/8/1917, p. 1.

antigos” eram aqueles que vivenciaram o surgimento das fábricas na Europa do século XIX. Consideraram que eles viveram com mais dificuldades por não contarem com apoios e incentivos de caridade, pública e privada. Os “operários modernos”, que viviam no século XX, possuíam mais vantagens, “tais como a instrução, obras de crédito e de previdência, institutos de educação, de diversão, de amparo e proteção”, considerados “ótimas obras da sociologia cristã, tão vulgarizada na Europa”⁵⁴⁵. No entanto, reconheceram que os benefícios não haviam sido implantados no Brasil. O motivo foi atribuído ao fato de que os operários brasileiros não viviam sob a ameaça do desemprego, como os europeus.

Apesar de reconhecer a difícil situação material dos operários, tanto pelos baixos salários como pelas condições de trabalho e de vida, os vicentinos entenderam que a situação da pobreza não era uma exclusividade dos operários, atingia a todos os trabalhadores das cidades brasileiras. Acreditavam que a pobreza seria suprida pelo progresso da nação e, em relação às lutas operárias, foram defendidos acordos voluntários entre patrões e empregados, fundados na fraternidade⁵⁴⁶, como foi interpretado pelos católicos sociais franceses⁵⁴⁷.

Os vicentinos consideraram que a SSVP era um elo entre os caridosos da nação, um elemento patriótico capaz de unir os diferentes estados da federação. Essa ideia pode ser vista por meio das publicações da Folha do Povo, de 1920, sobre os pedidos de auxílios feitos pela SSVP do Ceará⁵⁴⁸ devido às consequências do período de seca. Naquela ocasião, os flagelados foram socorridos por duas vezes, “pecuniária e espiritualmente”, pelo Conselho Particular de Ubá por meio da contribuição de “quatrocentos e cinquenta mil réis, angariados pelos associados e, em sua maior parte, por eles subscrita”. A remessa de ajuda foi intermediada pelo médico José Augusto de Rezende e enviada ao Conselho Central do Canindé, na figura do arcebispo de Fortaleza, D. Manoel da Silva Gomes⁵⁴⁹.

Na década de 1920, as consequências da falta de atenção social com as crianças nas ruas eram constantemente temas de artigos nos jornais. Os vicentinos explicavam seus estudos feitos na associação Conversas Médicas. Defendiam que as informações

⁵⁴⁵ *Ibidem*, 30/8/1917, p. 1.

⁵⁴⁶ SSVP. I Livro de Atas do Conselho Particular de Ubá, 1906-1936.

⁵⁴⁶ FOLHA DO POVO, Ubá, 7/6/1919, p. 1.

⁵⁴⁶ O ESTANDARTE, Cataguases, 30/8/1917; SSVP. Livro de Atas do Conselho Particular de Ubá, 1906-1936, 11/11/1917.

⁵⁴⁷ Boudon, Les Catholiques Sociaux parisiense au milieu du XIXe siècle, *op. cit.*, pp. 62-63.

⁵⁴⁸ FOLHA DO POVO, Ubá, 26/2/1920, p. 1.

⁵⁴⁹ *Ibidem*, 17/4/1920, p. 1.

sobre a psicologia aplicada à infância estava ao alcance de qualquer pessoa que se dispusesse a examinar o assunto⁵⁵⁰. Além do desvio de personalidade, alertaram para a exploração e humilhação às quais as crianças ficavam sujeitas, “ao se dirigirem, de mãos estendidas, a certos cavalheiros inconscientes da gravidade do quadro doloroso que está diante de si”. As humilhações consistiam de “maus tratos, ralhos pesados e injuriosos, tão inconvenientes à formação do caráter da criança, que lhes suprimiam o senso da dignidade”. Solicitaram “providências enérgicas” do poder público para que fossem retiradas as crianças que mendigavam pelas ruas da cidade⁵⁵¹.

Nos anos 1930, a mendicância em geral foi grave preocupação dos vicentinos. O número de “mendigos novos” foi considerado alarmante. Por meio dos jornais⁵⁵², solicitaram à municipalidade medidas como os registros policiais para a regulação dos mendigos, “tal como era feito em centros adiantados”, para possibilitar aos cidadãos “a alegria da prática da caridade bem aplicada”. Sugeriram⁵⁵³ que as autoridades voltassem suas atenções para o problema, porque acreditavam não ter havido por parte destas, até aquele momento, “a honra de um estudo sério sobre o assunto”.

Sob o título “proveitosa palestra”, foi publicada no O Imparcial de 1936⁵⁵⁴, uma conversa sobre a mendicância entre o jornalista Francisco Vieira de Siqueira, membro subscritor da Conferência São Manoel e o Sr. João Monteiro, proprietário da fábrica de manteiga Bússola e presidente da Conferência Divino Espírito Santo, de Guarani.

Monteiro considerou a mendicância um problema complexo, disse que “o mendigo penetrou pelos espaços onde a civilização se impôs tal qual os vermes no organismo dos indivíduos” e entendeu que haveria duas medidas a serem tomadas para resolver o problema: o fichamento de todos os pobres guaranienses e um entendimento com a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora para que esta recebesse os infelizes que necessitassem de tratamento demorado ou intervenções cirúrgicas.

Monteiro explicou que os membros da Conferência Divino Espírito Santo estavam empenhados em construir o Hospital São Vicente de Paulo daquele distrito. Após terem feito os cálculos, os vicentinos de Guarani consideraram que a quantia de um conto de réis seria suficiente para que fossem prestados auxílios aos pobres devidamente fichados. Para isso, estava em curso um levantamento de sócios vicentinos

⁵⁵⁰ FOLHA DO POVO, Ubá, 16/9/1920, p. 1.

⁵⁵¹ *Ibidem*, 24/4/1925, p. 1.

⁵⁵² O IMPARCIAL, Pomba, 9/3/1930, p. 1.

⁵⁵³ *Ibidem*, 24/2/1935, p. 1; 28/3/1937, p. 1.

⁵⁵⁴ *Ibidem*, 27/12/1936, p. 1.

ou membros subscritores capazes de contribuir mensalmente para essa quantia. Enquanto o trabalho não fosse iniciado, a polícia deveria reprimir a mendicância local e proibir a entrada de mendigos de outras cidades no distrito. Com tais medidas, a sociedade estaria livre do “espetáculo da pobreza e do perigo de contágio de doenças infecciosas”.

O texto seguiu com uma reflexão de Francisco Vieira de Siqueira sobre o assunto. O jornalista afirmou ser a pobreza um dos fatores responsáveis pela criação de hospitais e casas de saúde nas grandes cidades, que passaram a atender os portadores de moléstias e vítimas de acidentes. Entendeu que as associações de beneficência se multiplicaram “onde a civilização penetrou”. No entanto, os mendigos estariam à margem da sociedade porque eram predispostos à indolência, preferiam pedir a trabalhar. A sociedade necessitaria dos poderes da polícia para obrigá-los ao trabalho.

Os vicentinos entenderam que as associações beneficentes possuíam dificuldades para aliviar os verdadeiros necessitados, aos quais deveriam ser dirigidos os auxílios, por estarem ocupadas com a criação e manutenção dessas instituições, trabalho que poderia contar com iniciativas voluntárias⁵⁵⁵.

5.2. A aliança com os profissionais da saúde.

Como foi observado por Sanglard⁵⁵⁶, desde o início do século XIX, já se percebia no Brasil o uso da linguagem da higiene pública entre os médicos e a elite, sobretudo ao se referirem e intervirem em situações definidas como “sociais” e, para eles, os pobres eram o foco dos principais problemas da cidade.

Souza⁵⁵⁷ observou que, na segunda metade do século XIX eclodiu o problema do corpo e da saúde para a força produtiva dos indivíduos, a saúde transformou-se em uma das condições necessárias ao progresso da nação. A medicina social francesa, ou como disse Souza, a “medicina dos pobres”, buscou o controle político-científico da higiene pública para que o meio social, considerado “degenerado”, não interferisse na saúde pública. O conceito de “Polícia Médica”⁵⁵⁸ implicou em ações do Estado para enfrentar problemas sociais, como as reformas urbanas e a vacinação obrigatória.

⁵⁵⁵ SSVP. I Livro de Atas do Conselho Particular de Ubá, 1906-1936.

⁵⁵⁶ SANGLARD, Gisele. Assistência entre o liberalismo e o bem-estar social. XIII Encontro de História Anpuh-Rio - Identidades, 4-7 ago. Rio de Janeiro, 2008, p. 2. Disponível em: <http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212930000_ARQUIVO_textoANPUH2008GiseleSanglard2.pdf>. Acesso em: 12/04/2015.

⁵⁵⁷ SOUZA, A economia da caridade, *op. cit.*, p. 110.

⁵⁵⁸ ABREU, Pina Manique, *op. cit.*, p. 12.

No Brasil, a intervenção da medicina social na sociedade escravista focou inicialmente as famílias das elites para a construção de uma sociedade educada, higienizada e informada sobre os mecanismos de higiene coletiva para uma futura intervenção dos “homens de bem” sobre os pobres no cotidiano⁵⁵⁹. Contudo, as novas relações urbanas desenvolvidas nas últimas décadas do século XIX exigiram novas estratégias para a higienização das cidades e normalização dos corpos, como a escolarização e a valorização dos médicos nos hospitais.

Sanglard⁵⁶⁰ afirmou que durante a Primeira República, médicos, higienistas, filantropos e políticos defenderam projetos em defesa da assistência liberal, especialmente na gestão da rede de hospitais públicos nas cidades. Em sua definição, a assistência médico-hospitalar era compreendida como as ações realizadas por instituições públicas e privadas, laicas e religiosas como hospitais, asilos, orfanatos, colônias, creches, ligas, postos médicos, maternidades, hospícios, dispensários, policlínicas, entre outras, que envolviam os cuidados à infância, à maternidade, a velhice e a loucura.

Segundo a autora⁵⁶¹, a filantropia na Primeira República era pensada como uma atividade complementar à ação do Estado, principalmente no período de vigência do liberalismo, em que o Estado só atuava nos casos de calamidades. Na prática, a relação entre a esfera pública e a privada estava em reorganização, não se tratava da criação de instituições privadas que exerciam funções públicas, mas da delimitação da atuação de cada uma das esferas envolvidas, discutidas nos congressos destinados ao tema. Na opinião da autora, nesse novo desenho da assistência, caberia ao Estado ações mais gerais, e à filantropia as ações mais pontuais.

Jones⁵⁶² afirmou que era possível perceber a politização da saúde nos jornais franceses do século XIX: a luta da medicina e das demais profissões da saúde contra o charlatanismo se tornou uma virtude patriótica capaz de formar a opinião pública. Os jornais denunciavam os charlatões como “contrabandistas da saúde, abutres da fome,

⁵⁵⁹ ANDRADE, Mariza Guerra de. “Colégio do Caraça: a formação escolar e política das elites”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos. *A Província de Minas*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, Companhia do tempo, 2013, volume 2, p. 161-180.

⁵⁶⁰ SANGLARD, Gisele. A construção dos espaços de cura no Brasil: entre a caridade e a medicalização. Esboços. *Revista do Programa de Pós-graduação em História da UFSC*, Florianópolis, v.13, n.16, 2006, p.11-33.

⁵⁶¹ SANGLARD, Gisele. Hospitais: espaços de cura e lugares de memória da saúde. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 257-289, dec. 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5481>>. Acesso em: 06 sep. 2017.

⁵⁶² JONES. *The Great Chain of Buying*, *op. cit.*

vampiros em que as presas eram os camponeses e os analfabetos”⁵⁶³ e ofereceram serviços de profissionais médicos, remédios e informações para a assistência aos doentes e debilitados, como as receitas das sopas econômicas e do pão.

Os jornais deveriam estimular a curiosidade intelectual do público e se empenhavam por abordar temas sobre a saúde, a riqueza e as necessidades econômicas. Saúde era uma palavra do otimismo iluminista, compunha a felicidade e os editores dos semanários franceses usavam metáforas com conotação médica. Era dada grande ênfase aos conselhos médicos.

Os jornais abordaram aspectos formais da vida pública os relacionava à saúde da população local. Reproduziam os anúncios do governo, relatórios de reuniões acadêmicas e de sociedades científicas, ensaios e competições por prêmios. As medidas para a saúde pública também eram noticiadas e atraíram atenção: a inoculação da varíola, a reforma hospitalar, a realocação dos cemitérios e a intervenção médica nas epidemias. A medicina se aproximava do coração da esfera pública e convocava a todos para que colaborassem por meio da manutenção da saúde doméstica.

Bourdelaís⁵⁶⁴ observou que as transformações pelas quais passavam os hospitais aumentavam as expectativas dos profissionais de saúde sobre os sistemas de assistência à saúde do Estado, que os remunerava por meio de uma taxa por serviço básico. Os médicos argumentaram pela descentralização dos serviços profissionais, por uma política sindical e reivindicaram pela criação de um jornal.

Em relação à esfera privada, a visão de Rousseau sobre a natureza influenciou as propagandas que associavam a saúde às formas rudes e primitivas, ou “naturais”. Assim, nos jornais falava-se sobre os remédios populares e orientava-se a higiene doméstica, oferecia-se aos leitores sugestões para a casa limpa, pura, confortável, com menos odor ruim, mais segura em relação ao fogo e livre de animais nocivos.

Silveira e Figueiredo explicaram que, no levantamento do governo mineiro de 1864, foram registrados 384 indivíduos que exerciam atividades no ramo da cura em

⁵⁶³ *Ibidem*.

⁵⁶⁴ Cf. BOURDELAIS, Patrice. “L’assistance et la Révolution Française”. In: ABREU *et al*, Dynamics of Health and welfare, *op. cit.*, pp. 58-60; BOURDELAIS, Patrice. “René Sand and the social medicine. Health and Human Progress: an Essay in Sociological Medicine”. In: ABREU *et al*, Dynamics of Health and welfare, *op. cit.*, pp. 80-82; FEE, Elizabeth e PORTER, Dorothy. “Public health, preventive medicine and professionalization: England and America in the nineteenth century”. In: WEAR, Medicine in Society, *op. cit.*, pp. 249-276; HORN, Sonia. “A model for all? Healthcare and State in 18th century Habsburg inherited countries”. In: ABREU e BOURDELAIS, The Price of Life, *op. cit.*, pp. 303-316; LOUDON, Irvine. “Medical practioners 1750-1850 and the period of medical reform in Britain”. In: WEAR, Medicine in Society, *op. cit.*, pp. 219-248.

todo o Estado de Minas Gerais: 46 eram médicos, 6 eram cirurgiões e 133 eram farmacêuticos e boticários. Deste total, 185 possuíam autorização legal para o exercício da profissão. Até o final do século XIX, não havia instituições públicas de saúde na área central da Zona da Mata, apenas os consultórios médicos, em geral, na residência dos mesmos, e as farmácias⁵⁶⁵.

Até o final do século XIX, eram poucos os profissionais de saúde nas cidades da área em estudo. Na opinião de Fonseca⁵⁶⁶, os debates sobre o saneamento projetaram os profissionais de saúde na vida política durante a Primeira República.

5.2.1. Os profissionais da saúde de Ubá.

A medicina na área central da Zona da Mata possui suas raízes no período de formação do arraial São Januário: Vieira⁵⁶⁷ explicou que Joaquim Januário Carneiro, nascido em 1813, um dos filhos do Capitão-mor fundador do arraial, é considerado o médico pioneiro da cidade. Formou-se em Coimbra, regressou à sua terra para exercer a medicina e representou o arraial no Termo de Mariana em duas legislaturas: 1836-1837 e 1850-1851.

Abreu⁵⁶⁸ e Vieira⁵⁶⁹ observaram que os médicos italianos se destacaram na segunda metade do século XIX em Ubá. Os imigrantes demandavam esforços no sentido de dominarem a língua portuguesa e de adequar seus conselhos médicos à “psicologia popular”. Gavino Fadda era médico militar da Itália. Casou-se com Thomazina Donofre, filha de D. Clara Balbi, irmã de Caetano e Vicente Balbi e seguiu com um grupo de imigrantes para o Brasil. Fadda estabeleceu residência na antiga vila de Tocantins, distrito de Ubá e tornou-se referência nas cidades de Ubá e Pomba. Posteriormente se transferiu para Guarani, distrito do Pomba.

Ferdinando Bigonha era médico formado na França e realizou estágios na Alemanha. Por conhecer técnicas de controle de pragas agrícolas, foi contratado inicialmente pelo Cel. Manoel Brandão, de Ubá, posteriormente foi contratado pelo Cel.

⁵⁶⁵ SILVEIRA, Anny Jackeline Torres e FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. “A saúde em Minas Gerais durante o século XIX”. In: MARQUES, Rita de Cássia; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. História da Saúde em Minas Gerais: Instituições e Patrimônio Arquitetônico (1808-1958). Barueri, SP: Minha Editora, 2011, pp. 9-10.

⁵⁶⁶ FONSECA, Cristina Maria de Oliveira. Saúde no Governo Vargas (1930-1945). Dualidade Institucional de um bem público. Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 2007.

⁵⁶⁷ VIEIRA, A medicina em Ubá, *op. cit.*, p. 7.

⁵⁶⁸ ABREU, Pedro de. *Município de Guarani. Esboço histórico e cronológico*. Belo Horizonte, MG: Editora O lutador, 1991, p. 43.

⁵⁶⁹ VIEIRA, História de Ubá para as escolas, *op. cit.*, p. 19.

Camillo de Moura Estevam⁵⁷⁰ como professor de francês para suas filhas. Após dois anos a trabalhar como professor, Bigonha adquiriu uma casa na esquina do Largo São Januário com a antiga Rua Municipal, atual Avenida Raul Soares, a principal da cidade, para constituir sua família e um sítio no Córrego dos Macacos ou Córrego Alegre para investir na lavoura de fumo. Dr. Camillo de Moura Estevam apresentou o professor Bigonha ao Cel. Ervilha, que lhe vendeu o sítio e a amizade entre os dois foi selada com o batizado do filho do coronel.

Camillo de Moura Estevam (1950-1893) nasceu na Fazenda Cachoeira do Fundão, Ubá, em 1850, era filho do Cel. Manoel Francisco de Moura Estevam, português, e Francisca Romana de Moura, neta de Domingos de Moura Bastos, um dos primeiros proprietários de sesmaria de Ubá. Em 1870 casou-se com Maria Francisca Peixoto de Mello, com quem teve dez filhos. Sua esposa era filha do Major Francisco Peixoto de Mello e irmã de Carlos Peixoto de Mello. Completou seus estudos médicos depois de casado e seu consultório foi montado no casarão da família, no Largo de São Januário. Dr. Camillo Estevam recebeu o apelido de “Pai da Pobreza” porque, durante a epidemia de febre amarela em 1884, atendeu os doentes pobres em sua própria residência, na Praça São Januário, o centro da cidade⁵⁷¹.

Em 1885, Camillo Estevam fundou o Clube Republicano em Ubá e em 1889 recebeu a visita de Silva Jardim, que esteve hospedado em sua casa. Sua opção política foi causa de desavença com seu primo, Dr. Carlos Soares de Moura e com seu tio, Carlos Peixoto de Mello, ambos representantes do Partido Conservador, que terminou com o seu assassinato e de dois de seus filhos na Praça São Januário, no dia da eleição⁵⁷².

Vieira⁵⁷³ observou que os médicos ubaenses adotaram expressões populares nos atendimentos médicos, como: “você está com espinhela caída”, “a senhora tem ventre caído” ou esta criança tem “mau-olhado”. Para a autora, o uso das expressões tinha como objetivo aproximá-los de sua clientela. Os atendimentos domiciliares favoreciam a relação próxima entre os médicos e demais profissionais de saúde com a população. O pagamento pelos serviços médicos nem sempre era feito por meio de dinheiro, havia a oferta de produtos agrícolas de hortas domiciliares, pequenos animais, serviços, entre outras.

⁵⁷⁰ MINAS GERAIS. Órgão Oficial dos Poderes do Estado, sexta-feira, 3 de março de 1893, pp. 2-3. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=291536&pagfis=1721&url=http://memoria.bn.br/docreader#>>. Acesso em 4 de fev. de 2017.

⁵⁷¹ Vieira, A Medicina em Ubá, op. cit., p. 41.

⁵⁷² BLASENHEIM, Uma História Regional da Zona da Mata de Minas Gerais (1870-1906), op. cit.

⁵⁷³ VIEIRA, História de Ubá para as escolas, op. cit., pp. 21-22.

Em 1892 houve uma epidemia de varíola em Rio Branco que atingiu os municípios vizinhos. Vieira⁵⁷⁴ explicou que um viajante chegou doente à estação e hospedou-se no hotel da cidade. O Dr. Arthur Soares de Moura Estevam, médico da cidade de Rio Branco, diagnosticou tratar-se de escarlatina, para evitar o pânico. O doente faleceu e os funcionários do hotel em que se hospedou apresentaram-se doentes com varíola. No ano seguinte, o número de mortos passou de cem e já não havia caixões na cidade. Vieira⁵⁷⁵ explicou que “os cadáveres eram enterrados ainda quentes, envoltos por redes por faltar caixões”.

O pânico se alastrou, assim como a notícia de que o médico havia errado no diagnóstico e houve êxodo. Os presos adoeceram e foram libertados pelo delegado de polícia João do Padre, que abandonou a cidade. Os presos fugiram e ameaçaram o médico, acusado de ter mentido à população.

A esposa do médico, D. Rosa Soares de Moura, enviou um telegrama para o sobrinho de Ubá, o médico Camillo de Moura Estevam, que buscou a família do parente em apuros e se dirigiu a Rio Branco com um grupo de médicos ubaenses formado por Feliciano Mesquita de Barros, Pedro de Moraes, Gastão Cunha, Luiz Alves Pereira, Monteiro de Salles e Christiano Roças, para o atendimento à população. Mais tarde, Christiano Roças e Feliciano Mesquita de Barros tornaram-se chefes do poder executivo da cidade de Ubá. Essa organização dos médicos foi vista em novos eventos de epidemia posteriormente⁵⁷⁶. Enquanto esteve afastada de Rio Branco, a família foi hospedada na residência do Cel. José Augusto de Souza Lima, na Praça São Januário.

Os farmacêuticos eram referências nas cidades em estudo no início do século XX. Em Ubá, destacaram-se João Tertuliano Aroeira, José Leopoldino Barbosa de Oliveira, neto de uma das famílias fundadoras do município e os irmãos João Antônio e Pedro de Moura Estevam, irmãos do médico Camillo de Moura Estevam. Os irmãos eram proprietários da Farmácia São Januário, no largo de mesmo nome. No local a população fazia pedidos de conselhos médicos, obtinha a receita e o remédio. Os farmacêuticos atuavam como médicos, dentistas, advogados, conselheiros, políticos, juízes e mentores⁵⁷⁷.

⁵⁷⁴ VIEIRA, Maria Clotilde Batista (org.). *Crônicas Municipais. Edição comemorativa ao 9º aniversário da Academia ubaense de Letras, 1983/1992*. Ubá, MG: Academia Ubaense de Letras, 1992 (a), pp. 25-26.

⁵⁷⁵ *Ibidem*.

⁵⁷⁶ *Ibidem*.

⁵⁷⁷ VIEIRA, *Crônicas Municipais, op. cit.*, pp. 81-82.

Os médicos, farmacêuticos e outros profissionais da saúde atuavam profissionalmente nas farmácias e se tornaram membros das conferências da SSVP⁵⁷⁸.

Em 1917, os médicos de Ubá aceitaram a proposta de Levindo Coelho para a fundação da “Conversa Médica”⁵⁷⁹. Tratava-se de reuniões mensais para “conversas cordiais e proveitosas” sobre os assuntos médicos. As reuniões eram realizadas na residência dos profissionais de saúde. A parte da exposição médico-científica deveria se constituir de um caso clínico que um dos colegas médicos apresentasse para ser comentado pelo grupo. Os médicos da cidade, dos distritos e vilas e das cidades vizinhas aderiram a essa reunião de estudos, que, segundo seus fundadores, não tinha a pretensão de constituir uma associação, clube ou sociedade. Segundo o jornal *O Imparcial*⁵⁸⁰, algumas conclusões dos estudos foram registradas no periódico *Brazil Médico*.

O periódico semanal *Brazil-Medico* surgiu 1886; no período em que o país passava por um movimento de renovação da medicina brasileira, iniciado no Rio de Janeiro e na Bahia na década de 1870. O movimento, de caráter cientificista e contemporâneo à expansão das ideias positivistas e republicanas no Brasil, mobilizou médicos, intelectuais e políticos e contribuiu para o avanço do processo da institucionalização da medicina. Um dos principais objetivos do periódico era registrar e promover os estudos dos médicos nacionais⁵⁸¹.

Em 1918, a epidemia de gripe espanhola atingiu a região. Os médicos locais usaram os jornais para alertar a sociedade para “a expansão dos resfriamentos, bronquites e gripe, essa última, contagiosa, e associaram a situação às mudanças bruscas na temperatura do meio ambiente”. Publicaram os conselhos médicos: “tudo que contribui para a quebra da resistência orgânica é favorável à invasão da gripe e deve, portanto ser evitado; estão nesse caso os resfriamentos, as indigestões, as vigílias, o uso de bebidas alcólicas, todos os excessos, em suma”. À época foram feitas campanhas contra a varíola, “de que se estão verificando vários casos”, indicavam-se as vacinas oferecidas pelo Instituto Vacínico Municipal, ligados às Delegacias de Saúde, ou oferecidas a domicílio pelos Inspectores Sanitários e acadêmicos vacinadores⁵⁸².

⁵⁷⁸ SSVP. I Livro de Atas do Conselho Particular de Ubá, 1906 -1936, manuscrito.

⁵⁷⁹ VIEIRA, Crônicas Municipais, *op. cit.*, pp. 35-36.

⁵⁸⁰ O IMPARCIAL, Pomba, 9/12/1928, pág. 1.

⁵⁸¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças. Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. SP: Companhia das Letras, 1993, pp. 218-221.

⁵⁸² FOLHA DO POVO, Ubá, 20/10/1918, p. 1.

O combate à epidemia provocou debates sobre as funções públicas e privadas relacionadas à higiene e ao saneamento. Levindo Coelho explicou na Folha do Povo⁵⁸³ que, desde que Miguel Pereira emitira a frase bastante expressiva em que afirmou que “o Brasil não é mais do que um vasto hospital”, em outubro de 1916, os olhos dos governos voltaram-se, “de um modo particular”, para o saneamento dos sertões, especialmente ao combate à ancilostomíase, anemia produzida pela presença de pequenos vermes intestinais.

Disse que, ao percorrer vinte municípios do estado, a Diretoria de Higiene do estado e a Fundação Rockefeller notaram a palidez excessiva do povo e examinando o sangue da população, encontraram uma porcentagem de hemoglobina muito inferior ao mínimo considerado satisfatório. Selecionaram informações sobre os homens que vinham se tratar nos Postos de Saúde e verificaram que a maioria era formada por trabalhadores rurais acometidos por verminoses. Segundo Levindo Coelho, “assevera mais uma vez que no Brasil estava se formando uma nova variedade do gênero humano, o homem pálido”.

Levindo Coelho explicou que o governo do estado usava de todos os meios que possuía para se combater as verminoses e anunciou a criação de Postos de Profilaxia, com a finalidade de curar os indivíduos infectados e de promover a instrução sanitária e a divulgação de informações sobre o parasita por meio de artigos em jornais e folhetos impressos.

Contudo, citou e defendeu a interpretação do médico J. Ribeiro de Sá, de Cataguases, que defendeu o combate às verminoses por meio do ensino de higiene nas classes primárias, preparatórias e profissionais, sem se limitar às faculdades de medicina: “sem a instrução do povo poderíamos extirpar milhares de ancilóstomos, mas não extinguiremos a ancilostomíase e não será possível a regeneração da nossa raça”⁵⁸⁴.

Em 1919, por iniciativa de Levindo Coelho, foi criada a coluna “Conversa Médica” no jornal Folha do Povo para divulgar as conclusões dos encontros de estudos dos profissionais. A publicidade dos estudos tinha como objetivos: atuar na sociedade como ação pedagógica e civilizatória, influenciar a opinião pública e atrair reconhecimento social ao trabalho dos profissionais de saúde.

O tema inicial da coluna Conversa Médica referiu-se às relações entre a população e os médicos. Com o título “Respeito”, a coluna se dirigiu “às pessoas que

⁵⁸³ *Ibidem*, 7/6/1919, p. 1.

⁵⁸⁴ *Ibidem*.

pensam ter cultura médica por conhecer almanaques e propagandas de remédios dos jornais”. Alertava para o fato de que, apesar de se questionar as atitudes dos profissionais da saúde, tais pessoas “não possuem preparo para lidar com os doentes, vivem contando casos de falecimentos por moléstias e reclamando que os doentes cheiram mal”⁵⁸⁵.

Os médicos descreveram as dificuldades para lidar com os hábitos locais de tratamento das enfermidades e acusaram os charlatões. Silveira e Marques⁵⁸⁶ observaram que, desde o final do século XIX, a atuação dos charlatões, curiosos, parteiras, curandeiros e práticos em Minas Gerais foram atribuídos à carência de profissionais da saúde, o que acarretavam no desprezo pelos meios higiênicos e outros meios de prevenção de enfermidades, como as vacinas.

Na Folha do Povo, com o título “Feitiçaria”, os médicos explicaram os hábitos locais: inicialmente, o responsável pelo doente em Ubá usava receitas informadas por vizinhos e familiares. Sem êxito, chamava o feitiçeiro “com seus métodos extravagantes e bárbaros de benzedura de quebrantos”. O agravamento da saúde do enfermo provocava “a busca pelo charlatão que residia mais próximo, com suas gotas ou garrafadas”. O estado gravíssimo do enfermo evocava finalmente a presença do médico, que ao ser chamado tardiamente, nada mais podia a fazer. Caso o médico tentasse alguma medicação e o enfermo viesse a falecer antes de seu efeito, o charlatão dizia que o óbito se deu porque suas drogas foram anuladas pela medicação. O artigo aconselhou os chefes de família a não se deixarem enganar e a chamarem o médico sem demora, sem ouvir as opiniões alheias, que só prejudicavam o tratamento oportuno⁵⁸⁷.

Em 1920, com o título de “Crianças Anormais”, a coluna Conversa Médica mostrou a preocupação dos médicos com a assistência às crianças. Os médicos ubaenses concordaram ser o momento do ingresso à escola o ideal para a aplicação de medidas políticas públicas, porque “não pode haver melhor obra de sossego e engrandecimento para a sociedade do que aliviá-la do peso enfadonho de asilos e prisões, dando-lhe em recompensa um maior coeficiente de elementos sãos e instruídos”, afinal, os médicos acreditavam não serem “suficientemente ricos para satisfazermos o luxo de despesas necessárias à manutenção de criminosos”⁵⁸⁸.

⁵⁸⁵ FOLHA DO POVO, Ubá, 10/5/1919, p. 1.

⁵⁸⁶ SILVEIRA e MARQUES, “Estado e saúde na Província de Minas”, *op. cit.* p. 424.

⁵⁸⁷ FOLHA DO POVO, Ubá, 17/5/1919, p. 1.

⁵⁸⁸ *Ibidem.*

Os médicos de Ubá referiram-se ao programa de higiene escolar de H. Méry, da França, que defendeu uma medida legislativa para instituir um exame médico obrigatório para o ingresso das crianças nas escolas. O exame deveria identificar as “intelectualmente normais, capazes de assimilar o bom e o útil, e satisfazer as regras as quais regulam os meios em que se inserem: a família e a escola”. O objetivo do exame era a criação de classes de aperfeiçoamento.

As outras, classificadas como anormais, seriam “portadoras de insuficiência intelectual manifestada pelas perturbações do seu caráter e pelas suas reações no meio escolar, capazes de manifestar a sua malignidade no meio social adulto”. As crianças anormais foram chamadas de “retardadas e perversas”. Segundo os médicos, apesar de frequentar a escola, tornar-se-iam incapazes de escolher uma profissão, podendo desenvolver comportamento delinquente, incapaz de se adaptar às regras e às leis.

Em setembro de 1920 o encontro Conversa Médica se ampliou e os médicos passaram a convidar profissionais de outros distritos e cidades para expor seus trabalhos. O anfitrião do primeiro encontro do mês de maio, Dr. Carlos Pereira, convidou o Dr. Jacyntho Soares de Souza Lima, jovem clínico ubaense formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para atuar como expositor de seu trabalho sobre “a imunidade e a cura da difteria pela vacinoterapia, em prática nos grandes hospitais”. O médico convidado era filho do fazendeiro Théophile de Souza Lima, de Tocantins, sobrinho-neto do Cel. José Augusto de Souza Lima, de Ubá. Era primo de Filomena de Souza Lima, a esposa de Pedro Xavier Pires e primo de Edil Xavier Barletta, a esposa do médico ubaense Ângelo Barletta.

O médico convidado apresentou seu estudo e um material impresso que recebeu do Instituto Pasteur de Paris, que, segundo a coluna Conversa Médica, “num requinte de gentileza”, ofereceu aos colegas. O palestrante discorreu também sobre os efeitos mórbidos do álcool na sociedade, assunto que costumava a ser abordado no final de cada encontro. Segundo o jornal *A folha do Povo*, “essa reunião amistosa que se reveste da maior cordialidade e proveito da ciência, vem demonstrar o gesto altruísta desses clínicos que vivem irmanados por um só vínculo de amizade, tendo por escopo único o ideal científico e o bem da humanidade”⁵⁸⁹.

A luta contra o alcoolismo foi o tema constantemente abordado pela coluna Conversa Médica, desde o primeiro ano dos encontros. O alcoolismo e a sífilis foram

⁵⁸⁹ FOLHA DO POVO, Ubá, 10/5/1919, p. 1.

vistos como enfermidades de origem moral “que podiam levar à degeneração”. Carrara⁵⁹⁰ explicou que, no final do século XIX, as elites brasileiras e europeias viam o Brasil como um país formado por um povo moralmente degenerado devido a fatores como o clima e o hibridismo racial. Após a Primeira Guerra, médicos e demais intelectuais brasileiros reagiram a essa imagem por meio de suas pesquisas científicas e de trabalhos de pesquisadores estrangeiros, para os quais os fatores usados como explicação para tal condição do povo brasileiro foram substituídos pela ignorância.

Os médicos afirmaram não haver estudos no Brasil sobre os males que o alcoolismo promovia e apresentou estatísticas de 1911 sobre o custo dos alcoólatras nos hospitais do Distrito Federal em relação aos tuberculosos, alienados e aos presos nas delegacias de polícia. Além dos danos à saúde do portador do vício, o texto fala dos danos sociais promovidos, como a “gênese de homicídios, suicídios, roubos, atentados sexuais, entre outros”⁵⁹¹. Exaltaram a luta e as conquistas nos EUA contra o vício e solicitaram medidas oficiais de saúde pública, como as campanhas.

Nas conferências da SSVP, os médicos defenderam que os vicentinos deveriam “regenerar os mancebos sadios nas trilhas dos vícios e dos crimes”⁵⁹². A importância atribuída à regeneração dos “sadios” demonstra a preocupação com os trabalhadores ou aqueles aptos ao trabalho, principalmente os chefes de famílias. Levindo Coelho afirmou que “no Brasil, mais do que no resto do mundo, os médicos têm uma noção perfeita e elevada da sua nobre e humanitária missão”, disse ser “incontestável a intuição do brasileiro para o estudo da ciência médica”, bem como o “espírito desinteressado e filantrópico da nossa classe médica”⁵⁹³.

Os médicos vicentinos adquiriram grande prestígio em Ubá, suas opiniões tornaram-se referência para qualquer produto consumido na cidade. Destacamos a fabricação local de uma bebida, o “abacatinho”, um refrigerante livre de álcool, feito da folha do abacateiro. O fabricante Joaquim do Carmo pediu as opiniões dos médicos e utilizou-as como propaganda nos jornais, como abaixo descrita:

⁵⁹⁰ CARRARA, Sérgio. “Estratégias anticoloniais: Sífilis, raça e identidade nacional no Brasil do Entre-Guerras”. In: HOCHMAN, Gilberto (org.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. RJ: Editora Fiocruz, 2004, pp. 433-435.

⁵⁹¹ *Ibidem*, 13/11/1920, p. 1.

⁵⁹² SSVP. I Livro de Atas do Conselho Particular de Ubá, 1906 -1936.

⁵⁹³ FOLHA DO POVO, Ubá, 21/1/1921, p.1.

O Abacatinho e a ilustrada classe médica.
Opiniões valiosas dos clínicos desta cidade.

Fala do Senador Dr. Levindo Coelho:

Após a visita que, hoje, fiz ao Armazém e destilaria Brasil, onde é fabricado o “Abacatinho” julgo-me habilitado a afirmar que se trata de um produto recomendável, pela sua esmerada manipulação, a par das qualidades do abacateiro, inteligentemente aproveitadas no preparo desse delicioso refrigerante, destinado à larga aceitação pelas propriedades terapêuticas que encerra.

Ubá, 7 de novembro de 1925.

Dr. Levindo Coelho.

As palavras do ilustre mestre são confirmadas por todos os demais colegas:

Tenho usado o Abacatinho e posso assegurar com firmeza que dele só tenho muito bem a dizer. É ótima bebida refrigerante e também de efeito maravilhoso para quem precisa de um diurético inofensivo. Não contém álcool e sobre a sua pureza dil-o bem a autoridade do laboratório onde foi examinado.

Ubá, 8 de novembro de 1925.

Dr. Ângelo Moreira Barletta.

Merece parabéns o fabricante do “Abacatinho”, pois é uma bebida refrigerante, sem álcool, de sabor agradabilíssimo e de notável poder diurético, visto ser sua fabricação com folhas do abacateiro.

Ubá, 10 de novembro de 1925.

Dr. Theóphilo Moreira Pinto.

Soube-me muito bem não só pelo paladar muito agradável, como pelo aspecto transparente e límpido, resultante de rigorosa filtração. A ausência do álcool, substância venenosa e causadora de tamanhos malefícios à humanidade e a presença de substâncias das folhas do abacateiro, cujos efeitos salutareos, são reconhecidos fazem do “Abacatinho” o refrigerante inofensivo e predileto.

Ubá, 20 de novembro de 1925.

Dr. Adjalme Martins Carneiro.

No meu parecer, o “Abacatinho”, preparado pelo adiantado industrial, Sr. Joaquim do Carmo, é uma bebida recomendável pelas suas propriedades diuréticas e sobre tudo por ser isenta de álcool.

Ubá, 21 de novembro de 1925.

Dr. José Augusto de Rezende.

O “Abacatinho” é um magnífico e já afirmado refrigerante cuja base é o Abacateiro, planta de virtudes terapêuticas sobrejamente conhecidas que muito o recomendam. Poder-se-ia dizer dele o que o Dr. Luiz Pereira Barreto dizia da *Paulinia Sorbilis*: “Quando o usamos, diariamente, não sentimos calor, mesmo no mais forte verão, os nossos nervos couraçam-se contra as ascensões thermométricas, o clima quente torna-se fresco, o nosso cérebro trabalha mais ativo, mais produtivo, sem atritos e sem cansaço”.

Ubá, 21 de novembro de 1925.

Dr. Agostinho Martins de Oliveira.

O “Abacatinho”, derivado do Abacateiro, como o seu nome indica, é excelente bebida refrigerante e inofensiva, indicada mesmo nas moléstias da bexiga e rins e por isso talha ao mais franco sucesso.

Ubá, 21 de novembro de 1925.

Dr. Francisco Baptista Santos,

Diretor do Serviço de Higiene Municipal.

O “Abacatinho” foi analisado e aprovado sobre nº 5547 pelo Laboratório Nacional de Análises na Diretoria Geral da Propriedade Industrial, do Ministério da Agricultura.

Fábrica e Depósito Armazém Brasil.
Joaquim do Carmo.
Rua Nossa Senhora da Saúde nº 6, Ubá, Minas⁵⁹⁴.

Contudo, em 1928, quase uma década após o início dos encontros para a “Conversa Médica”, o alcoolismo continuava a preocupar os médicos em Ubá. Francisco Oliveira Samuel, clínico da cidade do Pomba, foi convidado para o encontro de outubro deste ano. Em seu trabalho, afirmou que o alcoolismo era o responsável pelo “estiolamento de nossas energias físicas” e que contribuía para “a degradação a que atingiu a nossa raça nestes últimos tempos”⁵⁹⁵. Francisco Oliveira Samuel informou ao jornal O Imparcial que foi brindado pelo “decano dos médicos de Ubá, Dr, Levindo Coelho” e que estiveram presentes ao encontro os doutores Theóphilo Moreira Pinto, Philippe Balbi, Gladstone de Faria Alvim, Ângelo Barletta, Adjalme Martins Carneiro, José Augusto Rezende, Carlos Pereira, Sebastião Peluso, de Guiricema, entre outros.

A coluna Conversa Médica⁵⁹⁶ abordou a hanseníase⁵⁹⁷. Sob o título A Cura da Lepra, os médicos informaram a incidência frequente da doença naquela região⁵⁹⁸. Nesse período, os jornais publicaram os relatos de comerciantes que desmentiam boatos de casos de lepra na família, que afastavam seus fregueses. Os desmentidos eram acompanhados de declarações de médicos da cidade e outros da cidade de Juiz de Fora, conhecidos pela população.

O estudo sobre a hanseníase no encontro em Ubá foi apresentado pelo químico e catedrático de Farmacologia da Escola de Farmácia de Leopoldina Antenor Machado, que realizou conferência no Rio de Janeiro como membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia da capital federal. No encontro com os médicos em Ubá, o palestrante manifestou seus conhecimentos sobre a ciência de Lavoisier e expôs seus estudos sobre uma planta genuinamente brasileira – *carpotroches brasiliensis* – vulgarmente chamada “sapucainha, canudo de pito ou papo de anjo”, para uso terapêutico.

⁵⁹⁴ FOLHA DO POVO, Ubá, 28/11/1925, p. 4.

⁵⁹⁵ O IMPARCIAL, Pomba, 4/11/1928, p. 1.

⁵⁹⁶ *Ibidem*, 22/5/1926, p. 1.

⁵⁹⁷ Em 1945 foi inaugurada a Casa de Saúde Padre Damião, localizada na Rodovia Ubá - Juiz de Fora. Seu nome foi uma homenagem ao belga Joseph de Veuster, nome de batismo do Padre Damião. A Casa de Saúde tinha a missão de prestar assistência aos hansenianos em regime de segregação social, de acordo com as diretrizes da época. Seu primeiro diretor foi o médico Theóphilo Moreira Pinto. Cf. VIEIRA, A Medicina em Ubá, *op. cit.*

⁵⁹⁸ VIEIRA, A Medicina em Ubá, *op. cit.*, p. 36.

Em dezembro de 1928, a reunião mensal *Conversa Médica* ocorreu na residência do Dr. Ângelo Barletta. Os médicos de Ubá perceberam o aumento de pacientes de câncer durante o ano. Em seus estudos, alertaram-se para as recomendações resultantes da Reforma Carlos Chagas, que previa a elaboração de estatísticas sobre o câncer, com a recomendação de que os atestados de óbito fossem lavrados em impressos apropriados. A palestra do Dr. Carlos Pereira discorreu sobre o tratamento do câncer não operável. Estavam presentes os médicos Levindo Eduardo Coelho, José Augusto de Rezende, Gladstone de Faria Alvim, Adjalme Martins Carneiro, Philippe Balbi, Theóphilo Moreira Pinto, Jacyntho Soares de Souza Lima, Joaquim Cruz, de Cataguases, Nicéas Continentino, de Belo Horizonte e os pombenses Francisco Baptista e Urbano de Queiroz⁵⁹⁹.

Podemos afirmar que a atuação do grupo de médicos vicentinos adquiriu prestígio capaz de influenciar a opinião pública e os comportamentos sociais na cidade e nas demais em que a *Folha do Povo* circulava. Os médicos defendiam a associação entre higiene e filantropia concretizada em novas instituições de assistência construídas em bases científicas.

5.2.2. Os profissionais da saúde do Pomba.

Até o início do século XX, as farmácias da cidade eram o ponto de encontro para os comentários populares sobre os fatos do dia e dos pedidos de ajuda relacionados à saúde dos necessitados. Lá, os médicos e demais profissionais de saúde atendiam aqueles que não poderiam pagar por uma consulta domiciliar ou no consultório, localizado na residência dos médicos⁶⁰⁰.

Nos primeiros anos do século XX, a cidade do Pomba contava com três médicos: Francisco Urbano Ferreira Alvim, Francisco Senra de Oliveira e José Tostes de Alvarenga; e três farmacêuticos: Bernardino Luiz Maria de Brito, Aurélio Pereira Salgado e Francisco de Paula Motta. Não encontramos relatos sobre os atendimentos desses profissionais na cidade do Pomba, as fontes se referem a eles apenas como intendentess, quando exerceram essa função.

A retomada do jornal *O Imparcial*, em 1918, mostrou que a Influenza ou Gripe foi o principal problema enfrentado naquele ano. Os médicos José Tostes de Alvarenga

⁵⁹⁹ FOLHA DO POVO, Ubá, 9/12/1928, p. 1.

⁶⁰⁰ SANTIAGO, Município de Rio Pomba, *op. cit.*, p. 223.

e Urbano de Queiroz, recém-formado e de volta à cidade, declararam-se “incansáveis em visitar os doentes, procurando socorrê-los a tempo”⁶⁰¹.

José Tostes de Alvarenga nasceu na década de 1880 na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. Era filho de Guilherme Guilhobaldo de Almeida Alvarenga e Emília Tostes de Alvarenga, neto paterno do Cel. Francisco José de Alvarenga e Elisa Leopoldina Pinto de Almeida Alvarenga e neto materno do Cel. Severino Dias Tostes e Amélia Rosalina Dutra de Moraes Tostes. A família era descendente de Antônio Dias Tostes, empresário pioneiro da cidade de Juiz de Fora. Realizou seu curso secundário no Colégio Mineiro, em Ouro Preto e formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com a tese “Valor Semiótico do Dente de Hutchinson na Primeira Dentição, uma pesquisa sobre a sífilis hereditária”. Clinicou no Rio de Janeiro e no Pomba.

No Rio de Janeiro, integrou a equipe de Oswaldo Cruz no serviço de profilaxia da febre amarela (1903-1905) e participou do Instituto de Proteção e Assistência à Infância e do Dispensário Moncorvo Filho como adjunto efetivo do gabinete das moléstias da pele.

Na cidade do Pomba, foi vereador, delegado de higiene do município, em 1918, quando prestou atendimento aos acometidos pela Gripe Espanhola, ocupou o cargo de chefe do Posto de Profilaxia Rural, em 1921, chefe do Posto de Higiene Municipal, em 1929 e chefe da Estação Experimental da cidade Coronel Pacheco, em 1937. Participou e presidiu jornadas médicas em Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Rio Branco, Ubá e Juiz de Fora. Tornou-se proprietário de terras, comerciante e criador⁶⁰².

Urbano de Queiroz (1864-1929) era o intendente municipal do Pomba em 1918. Natural de Juiz de Fora, era filho de Josué Antônio de Queiroz e Regina Angélica de Queiroz. Estudou no Colégio Belmonte, no Rio de Janeiro. Tornou-se amigo de Olavo Bilac e formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Os relatos sobre sua atuação como médico da cidade se referem aos cuidados que ele destinava aos “menos favorecidos da fortuna, o que contribuiu para que se criasse em torno de sua pessoa uma auréola de prestígio”⁶⁰³.

Durante a epidemia de gripe, os médicos informavam por meio do jornal que “as quatro farmácias da cidade têm trabalhado até alta noite, diariamente, para aviar as receitas mais urgentes” porque o intendente havia despachado o secretário da câmara ao

⁶⁰¹ O IMPARCIAL, Pomba, 30/11/1918, p. 1.

⁶⁰² SANTIAGO, Município de Rio Pomba, *op. cit.*, pp. 357-358; Anexo Biografias.

⁶⁰³ *Ibidem*, p. 343.

Rio de Janeiro para fazer as compras dos medicamentos para as farmácias da cidade e dos distritos que solicitaram⁶⁰⁴. O *Imparcial* trazia informações sobre as doações aos acometidos pela doença, como feita pelo Capitão Antônio de Lisboa Marinho, que “tem mandado distribuir aos presos da cadeia local e aos pobres atacados pela gripe o leite que ele vende na cidade. É mais um espírito caridoso que vem espontaneamente prestar socorro aos deserdados da sorte e que não deve ser esquecido”⁶⁰⁵.

O alcoolismo, sobretudo entre os trabalhadores pobres, também foi abordado no jornal *O Imparcial*⁶⁰⁶. Os alcólatras foram definidos como infelizes, desiludidos, amargurados, cansados de viver, torturados pelo remorso, dominados por maus instintos, que queriam esquecer a si e a sua infelicidade. Os textos do jornal *O Imparcial* explicaram que “o álcool não alimenta nem fortalece”. Pelo contrário, seus efeitos descritos foram: perturba a digestão, tira o apetite, produz úlceras no estômago, ataca o fígado, obstrui os rins, envenena o sangue, tortura o coração, endurece as veias, traz velhice precoce, mata muito cedo, conduz ao aniquilamento moral, destrói os bons sentimentos, afugenta os pensamentos dignos, inspira o mal em todas as suas modalidades, abre caminho ao crime e leva os bebedores ao manicômio.

No entanto, os piores efeitos, segundo os médicos, seriam aqueles que se manifestam nos filhos de ébrios inveterados: “quase sempre portadores de taras ou componentes hereditários que os infelicitam por toda a vida, raro seria o filho de embriagados que não apresentasse depressão de caráter e tendências pronunciadas para os vícios e crimes de toda espécie”. O álcool foi visto como “responsável pelo enfraquecimento da raça e pela maioria das desordens sociais”. O *Imparcial* sugeriu: “combatamos o vício e procuremos aconselhar os viciados, [...] uma campanha que resultará no bem estar da sociedade e na grandeza da Pátria”⁶⁰⁷.

Na cidade do Pomba o cirurgião dentista M. Rocha, o “filho do Cel. Ramiro Rocha, o escrivão da Coletoria Federal”, iniciou uma campanha sobre a saúde bucal, em 1927, por meio do *O Imparcial*. Criou a coluna Saúde Dentária. A coluna iniciou as publicações dos profissionais de saúde na cidade do Pomba. O dentista explicou que, no passado, as dores de dentes eram tratadas pelo barbeiro, depois disso desenvolveram-se cursos de caráter técnico até o surgimento dos cursos superiores, em que destacou o Colégio Granbery, de Juiz de Fora, em que ele estudou.

⁶⁰⁴ O IMPARCIAL, Pomba, 05/07/1918.

⁶⁰⁵ *Ibidem*, 24/11/1918, p. 1.

⁶⁰⁶ *Ibidem*, 16/5/1922, p. 1.

⁶⁰⁷ *Ibidem*.

O dentista M. Rocha alertou os leitores sobre a necessidade dos cuidados com a saúde bucal, que deveria acompanhar os cuidados da saúde em geral, destacou sua importância em relação às crianças, expostas a micro-organismos no rompimento da gengiva por ocasião do nascimento dos dentes definitivos⁶⁰⁸. Explicou e sugeriu a prevenção de males ligados à mucosa bucal como a estomatite sifilítica, o escorbuto e as gangrenas⁶⁰⁹.

Os cuidados às crianças faziam parte das preocupações republicanas relacionadas à ordem demográfica e sanitária e do processo de medicalização social decorrente. Segundo Freire e Leony⁶¹⁰, a preocupação com a mortalidade infantil era um fenômeno de caráter mundial que refletiu o nacionalismo. Seu combate envolveu iniciativas que associavam medidas gerais de saneamento; uma legislação de proteção materno-infantil; estratégias para melhoria da alimentação; a criação de organismos internacionais; a fundação de instituições de assistência; propostas de educação das mulheres para o exercício da maternidade, entre outras.

Freire e Leony explicaram que, na França, a mortalidade infantil e a diminuição da fertilidade foram consideradas ameaças de despovoamento e tornaram-se alvos das políticas do início do século XX, quando a maternidade se transformou em questão de Estado. Os autores observaram que os países latino-americanos adaptaram seus modelos políticos de cuidados à infância que receberam influências da doutrina do pan-americanismo, um dos elementos que contribuíram para a construção de programas assistenciais latino-americanos dirigidos à saúde infantil, especialmente por meio da realização regular de Congressos, a partir de 1926.

Os autores observaram que, em relação à sociedade escravista brasileira, a cultura associava, em grande parte, a infância à pobreza, à doença, à fragilidade das estruturas familiares, ao trabalho e à violência doméstica. O infanticídio e o abandono de crianças eram práticas correntes. O amparo à infância “desvalida” era uma das competências das câmaras municipais, contudo, o problema era enfrentado também pela sociedade civil, por meio da adoção informal. As instituições caritativas tinham como finalidade evitar ou minimizar as práticas consideradas impiedosas, como o aborto e o infanticídio.

⁶⁰⁸ *Ibidem*, 28/8/1927, p. 1.

⁶⁰⁹ *Ibidem*, 24/7/1927, p. 1.

⁶¹⁰ FREIRE, Maria Martha de Luna; LEONY, Vinícius da Silva. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930). *História Ciências Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, supl. 1, p. 199-225, dez. 2011.

Após a República, Freyre e Leony explicaram que os problemas relacionados à infância se imbricaram às exigências civilizatórias. Na opinião dos autores, a intelectualidade urbana atribuiu novo valor à infância fundamentado na relação entre saúde, educação e nação. Foram elaboradas propostas reformadoras para o enfrentamento das questões cujo eixo orientador era a higiene e o progresso social.

Segundo os autores, os profissionais da saúde, higienistas, filantropos e as elites intelectuais e políticas tomaram para si a função de promover a assistência à saúde de mães e filhos para reduzir a indiferença da sociedade à mortalidade infantil que passaram a reivindicar maior atenção do poder público. As estratégias para o enfrentamento dos problemas se voltaram a ações de assistência às crianças e a educação das mães por meio da aplicação dos princípios da puericultura.

Em 1934, o médico recém-formado José Reis Santos criou a Coluna Médica no O Imparcial, em que abordou temas diversos no sentido de orientar o leitor para a prevenção das doenças e especialmente divulgar os cuidados com a saúde das crianças. Em sua primeira publicação, explicou que havia na cidade uma crença de que os conselhos dos médicos visavam apenas o fim o monetário, mas afirmou que o seu trabalho visava “o futuro da pátria e uma geração sadia e forte de amanhã”⁶¹¹.

Em um dos seus primeiros temas, se referiu ao trabalho e a gravidez⁶¹². Aconselhou que, desde que realizado sem fadiga, o trabalho poderia ser exercido por gestantes saudáveis; no entanto, os serviços industriais e comerciais não deveriam ser atribuídos às mulheres grávidas. Explicou que, “em certos países civilizados como a Alemanha e a França, existe uma verba governamental com o fim altruístico e patriótico de proteção à gestante” que trabalha nesses setores, para mantê-la afastada e proteger a sua saúde e a do bebê.

A mortalidade infantil foi considerada pelo médico “um dos maiores problemas que preocupam o mundo no momento atual”. Citou estudos feitos por médicos alemães que concluíram ser a sífilis, seguida da tuberculose, as maiores causas deste problema. A coluna da semana seguinte continuou neste tema. Descreveu os sintomas das crianças portadoras de sífilis congênita e aconselhou os pais para que “antes de se ajoelharem perante o altar para receberem a benção nupcial, busquem um tratamento racional e seguro, pois em caso contrário, teremos plagiado certa alocução: ou exterminaremos a

⁶¹¹ *Ibidem*, 28/1/1934, p. 1.

⁶¹² *Ibidem*, Coluna Médica, 6/1/1934, p. 1.

sífilis ou ela nos exterminará”⁶¹³. O médico falou das consequências familiares destas doenças, segundo ele, “a esposa e filhos da união, se sobreviverem, é que serão os castigados pelas levandades do pai, pagando o justo pelo pecador”.

O médico organizou uma série de textos que tinham como título “Às Mães”. Aconselhou que se tratassem as causas dos males infantis, e não os sintomas. Abordou assuntos como as convulsões⁶¹⁴ e a disenteria, sobre a qual aconselhou rígidas medidas higiênicas⁶¹⁵. O médico orientou o asseio do corpo do bebê⁶¹⁶, aconselhou “banhos frios, de imersão ou de chuveiro, para a criança normal; e mornos, sempre, para os nervosos”.

Em relação à alimentação infantil, defendeu a amamentação e aconselhou, em casos de impedimento, a utilização da ama de leite, “com o fim de se evitar o uso de leites de outros animais, pois hoje em dia já se prescrevem tais métodos”⁶¹⁷; as sopinhas só deveriam ser inseridas na alimentação após os seis meses.

Em relação à educação das crianças, o médico aconselhou a se manter o bebê no berço e se evitar mantê-las ao colo⁶¹⁸. Argumentou que os pais deveriam tratar da figura do médico como um amigo das crianças e que se evitassem comentários contrários aos seus procedimentos, como: “vai ter injeção? Coitado...” ou “ele (a criança) não vai deixar!”, para que as crianças não reagissem à abordagem médica para exames⁶¹⁹.

O médico advertiu as mães sobre o perigo representado pelos mosquitos. Voltou a criticar as medidas municipais voltadas à Saúde Pública e aconselhou a população que se unisse para tomar medidas de higiene coletivas a fim de extinguir os focos deste vetor de doenças⁶²⁰. Criticou o Inspetor de Saúde Pública que, ao atribuir a origem hídrica ao surto de tifo no distrito de Piedade, suspendeu o fornecimento de água, o que gerou sérios transtornos à população⁶²¹.

Outras doenças como o tétano, foram abordadas pela Coluna Médica, que descreveu os sintomas e aconselhou repouso e a visita do médico: a literia ou crupe⁶²²,

⁶¹³ *Ibidem*, 14/1/1934, p. 1.

⁶¹⁴ *Ibidem*, 11/2/1934, p. 1.

⁶¹⁵ *Ibidem*, 04/2/1934, p. 1.

⁶¹⁶ *Idem*, 22/4/1934, p. 1.

⁶¹⁷ *Idem*, 18/2/1934, p. 1.

⁶¹⁸ *Idem*, 18/3/1934, p. 1.

⁶¹⁹ *Idem*, 01/4/1934, p. 1.

⁶²⁰ *Idem*, 15/4/1934, p. 1.

⁶²¹ *Idem*, 01/6/1934, p. 1.

⁶²² *Idem*, 16/6/1935, p. 1.

em que o tratamento deveria ser feito com soro; a prevenção contra a varíola⁶²³ e contra a febre amarela⁶²⁴, e aconselhou que todas as pessoas deveriam ser vacinadas; a blenorragia ou gonorreia⁶²⁵ e a sífilis⁶²⁶, em que descreveu os sintomas e as causas foram atribuídas por ele “à vida livre antes do matrimônio”; e o alcoolismo.

Na década de 1930, a Coluna Médica do médico José Reis Santos demonstrou que os cuidados com a higiene e o saneamento eram a principal preocupação dos profissionais da saúde, o que sugere a insuficiência de serviços voltados à saúde pública na cidade. Em seu texto sobre as verminoses, assunto recorrente desde a década anterior⁶²⁷, orientou os hábitos de higiene individuais, os cuidados com a água encanada e a realização de exame nas fezes dos doentes.

As propagandas de serviços e produtos para a saúde também foram usadas na cidade do Pomba, como o composto do farmacêutico Otílio Malfitano contra a coqueluche. Malfitano explicava que seu trabalho foi desenvolvido “após experiências feitas com centenas de crianças, curando-as todas”. Os jornais afirmavam que seu preparado era “inofensivo” e acelerava a cura, devendo ser mantido em casa, por todos, por precaução⁶²⁸.

Os médicos colaboradores da Conferência São Manoel atendiam aos indigentes encaminhados pelos vicentinos sem que fossem cobrados valores pelas consultas e as receitas eram pagas às farmácias pela Conferência. Nelas havia a informação de que se tratava de “indigente” e o presidente autorizava a entrega do medicamento ao doente.

A ideia da caridade como uma prática civilizatória e coletiva, de responsabilidade dos profissionais de saúde-filantropos esteve presente nos vicentinos do Pomba, que se utilizaram dos jornais como veículo pedagógico para divulgar as novas ideias de assistência. Contudo, foi possível observar que não havia um grupo de médicos vicentinos organizados na cidade. O uso dos jornais para a orientação da população em relação à saúde decorreu de iniciativas individuais, como no caso do dentista M. Rocha e do médico José Reis Santos, ambos sócios subscritores da Conferência São Manoel.

⁶²³ *Idem*, 15/6/1938, p. 1.

⁶²⁴ *Idem*, 18/9/1938, p. 1.

⁶²⁵ *Idem* 17/4/1934, p. 1

⁶²⁶ *Idem*, 24/2/1935, p. 1.

⁶²⁷ *Idem*, 10/1/1920, p.1; 17/1/1920, p. 1; 11/12/1934, p. 1; 12/3/1935, p. 1.

⁶²⁸ BOA NOVA, Pomba, 1/6/1922, p. 3.

5.3. A aliança com o poder municipal.

Sanglard⁶²⁹ explicou que, no Brasil, a percepção da fronteira entre as esferas pública e privada no período Imperial e durante a Primeira República não era clara. Em estudos sobre a assistência no Império, Silveira⁶³⁰ observou que os cuidados com a saúde eram vistos como problemas de natureza privada, uma experiência particular vivida no âmbito da família. Porém, essa esfera foi rompida pelas constantes epidemias que, foram atribuídas a fatores como a imoralidade e a licenciosidade, a miséria, à falta de casas de caridade e de profissionais de saúde, que prejudicavam a produção da economia.

Em 1889, a República alterou a organização das competências municipal e federal, algumas atribuições do poder central passaram a ser exercidas pela municipalidade, advogava-se pela a não intervenção do Estado. O federalismo, legitimado pela prática liberal e sustentado pelo mandonismo local, transferiu aos poderes locais as ações de manutenção da ordem e de proteção das populações. Em relação à assistência, a prática liberal manteve a estrutura herdada dos tempos coloniais, a cargo das confrarias⁶³¹.

Entendemos que as sociedades são constituídas de múltiplas e imbricadas redes sócio espaciais de poder, que envolvem fontes ideológicas, econômicas, militares e políticas. Para esta etapa da pesquisa, definimos como poder municipal a função do cargo de representante do poder executivo.

No Império, o presidente da câmara de vereadores era o vereador mais votado pela população e recebia a função executiva como parte das atribuições do cargo, sua gestão tinha duração de um ano. Após a Proclamação da República, em 1905, foi criada a Intendência municipal, presidida pelo intendente geral nomeado pelo governador, dissociado do cargo de presidente da câmara. No entanto, na prática, com poucas exceções, o nomeado coincidia com o vereador mais votado. A situação foi alterada pela Constituição de 1934 que criou a prefeitura, cujo prefeito também passou a ser eleito pela população⁶³².

⁶²⁹ SANGLARD, Assistência entre o liberalismo e o bem-estar social, *op. cit.*

⁶³⁰ SILVEIRA, Anny Jackeline Torres e FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. “A saúde em Minas Gerais durante o século XIX”. In: MARQUES, Rita de Cássia; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres e FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (org.). *História da Saúde em Minas Gerais: Instituições e Patrimônio Arquitetônico (1808-1958)*. Barueri, SP: Minha Editora, 2011, pp. 6-7.

⁶³¹ SANGLARD, A construção dos espaços de cura no Brasil, *op. cit.*

⁶³² CARVALHO, Orlando M. *Política do Município. Ensaio Histórico*. RJ: Livraria Agir Editora, 1946, p. 75.

Como foi observado por Souza⁶³³, as lideranças vicentinas estudaram os meios práticos para a obtenção de alianças com as iniciativas voluntárias e a esfera pública. Não havia qualquer incompatibilidade entre os vicentinos e o poder público, considerado importante “fonte de energia”: buscavam-se os auxílios financeiros e a doação de terrenos para a construção das obras unidas. No caso em estudo, a rede vicentina esteve imbricada às redes políticas no exercício do poder municipal.

5.3.1. Intendentes de Ubá.

No período em estudo (1895-1939), os chefes do poder executivo/ intendentes de Ubá foram todos vicentinos. A Conferência Natal do Bom Jesus foi criada em 1895, mas seus membros fundadores ocuparam o cargo de chefe do poder executivo desde o período final do império. Organizamos, no quadro 10⁶³⁴, a lista nominal dos vicentinos que ocuparam o cargo de chefe do poder executivo de Ubá:

Quadro 10:

Vicentinos que ocuparam a administração municipal de Ubá, 1889-1939.

Ano	Chefe do executivo	Profissão e atividade econômica	Conferência	Função na conferência
1889	Carlos Peixoto de Mello (4º mandato)	Advogado e fazendeiro	Natal do Bom Jesus	Fundador e presidente
1890	João Carlos de Araújo Moreira	Médico e fazendeiro	Natal do Bom Jesus	Membro
1891	Comendador Antônio Gomes Pereira e Silva (1º mandato)	Fazendeiro	Natal do Bom Jesus	Membro
1892/ 1893	Feliciano Mendes de Mesquita Barros	Engenheiro e fazendeiro	Natal do Bom Jesus	Membro
1894	Luiz Gonçalves Fontes (3º mandato)	Fazendeiro	Natal do Bom Jesus	Membro
1895	Comendador Antônio Gomes Pereira e Silva (2º mandato)	Fazendeiro	Natal do Bom Jesus	Membro
1896	Carlos Peixoto de Mello Filho	Advogado e fazendeiro	Natal do Bom Jesus	Contribuinte
1897	Pedro Xavier Pires (1º mandato)	Empresário	Natal do Bom Jesus	Membro

⁶³³ SOUZA, A economia da caridade, *op. cit.*, p. 33.

⁶³⁴ Quadro 10. Fonte: Elaboração própria a partir das informações contidas em:

<http://www.uba.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Historico_dos_ex_Prefeitos?cdLocal=2&arquivo=%7B8B6C37DB-3BE2-5BDE-81ED-D0DBDDCD2BDE%7D.pdf>. Acesso em 12/2/2017 e SSVP. I Livro de Atas do Conselho Particular de Ubá, 1906 -1936.

1898-1903	Cel. Carlos Brandão (1º e 2º mandato)	Advogado e fazendeiro	Natal do Bom Jesus	Membro
1904	Manoel José Teixeira e Silva (3º mandato)	Advogado e fazendeiro	Natal do Bom Jesus	Vice-presidente
1905-1907	Carlos Peixoto de Mello (5º mandato)	Advogado e fazendeiro	Natal do Bom Jesus	Presidente
1908-1911	Cel. Carlos Brandão (3º mandato)	Advogado e fazendeiro	Natal do Bom Jesus	Membro
1912	Pedro Xavier Pires (2º mandato)	Empresário	Natal do Bom Jesus	Membro
1913-1914	Christiano Alves de Araújo Roças	Médico e fazendeiro	Natal do Bom Jesus	Membro
1915	Pedro Xavier Pires (3º mandato)	Empresário	Natal do Bom Jesus	Membro
1916	Levindo Eduardo Coelho (1º mandato)	Médico e fazendeiro	São Januário	Presidente
1917	Antônio Amaro Martins da Costa	Farmacêutico e empresário.	São Januário	Membro
1918	José Gonçalves Sollèro	Farmacêutico e empresário.	São Januário	Membro
1919-1924	Júlio Soares de Moura (1º e 2º mandatos)	Advogado e fazendeiro	São Januário	Colaborador
1925-1927	Adjalme Martins Carneiro	Médico e fazendeiro	São Januário	Membro
1927-1929	Levindo Eduardo Coelho (2º mandato)	Médico e fazendeiro	São Januário	Presidente
1930	Ângelo Moreira Barletta	Médico e fazendeiro	São Januário	Membro
1931-1934	Major Joaquim de Siqueira	Fazendeiro	São Januário	Membro
1935	Glenarvam de Faria Alvim	Advogado e fazendeiro	São Januário	Membro
1936	Theóphilo Moreira Pinto	Médico e fazendeiro	São Januário	Membro
1937-1938	Levindo Eduardo Coelho (3º mandato)	Médico e fazendeiro	São Januário	Presidente
1939	Levindo Ozanam Coelho	Advogado e fazendeiro	São Januário	Subscriber

No período entre a Proclamação da República até 1916, todos os administradores municipais de Ubá eram membros da Conferência Natal do Bom Jesus. Neste caso, a aliança formada entre os vicentinos e o poder municipal contava com os mesmos atores. Dos 15 chefes do executivo, 6 eram advogados, 6 não tinham formação superior, 2 eram profissionais da saúde e 1 era engenheiro. Durante esse período, as preocupações dos intendententes coincidiram com os debates do Conselho Particular de Ubá, que enfatizaram a instrução e a saúde pública foram vistos como indicadores da civilidade e do progresso do país⁶³⁵.

⁶³⁵ SSVV. I Livro de Atas do Conselho Particular de Ubá, 1906 -1936; FOLHA DO POVO, Ubá, 5/7/1917, p. 1; Ibidem, 2/8/1938, p. 1; Santiago, 1991: p. 137.

Observamos alguns aspectos da administração dos intendentess que eram membros da Conferência Natal do Bom Jesus.

Carlos Peixoto de Mello exerceu seu quarto mandato como chefe do executivo, em 1889. Em seu jornal, *Gazeta de Ubá*, incentivou os eventos coordenados pela Igreja, como a participação de toda a sociedade à peregrinação no ano de 1900 à Congonhas, uma manifestação contra as seitas protestantes que tentavam se implantar no país. Notabilizou-se por substituir os nomes populares das ruas por outros, que homenageavam figuras públicas da cidade.

Em seus mandatos anteriores como chefe do executivo de Ubá (1866, 1872, 1878), Carlos Peixoto de Mello identificou as dificuldades para a assistência à população em períodos de epidemias e endemias. A administração municipal de Ubá, na gestão de Carlos Peixoto de Mello, contratou médicos para atendimento da população ubaense quando fosse atingida pelas epidemias.

O intendente Carlos Peixoto de Mello deu continuidade às obras de canalização de águas na cidade⁶³⁶. O trabalho para o fornecimento de água potável e serviços de esgotos em Ubá se iniciaram na última década do século XIX, na segunda gestão do empresário comerciante Luiz Gonçalves Fontes⁶³⁷ como intendente, em 1883. A canalização de águas era provinda do manancial da fazenda de Pedro de Souza Batalha até os chafarizes do Cajangá e da Praça São Januário. Para dar continuidade, os intendentess municipais, solicitaram verbas ao ministro do interior do Governo Provisório da República, Cesário Alvim, o descendente de uma das famílias fundadoras da cidade.

Luiz Gonçalves Fontes era descendente de portugueses, casou-se com Amélia Roças e filiou-se ao Partido Liberal, fundado por seu sogro, o Cel. João Alves de Araújo Roças⁶³⁸. Foi chefe do poder executivo de Ubá em decorrência de indicação de seu cunhado, o médico Christiano Roças. Sua administração foi marcada pela lei que estabeleceu a abertura de estradas e sua conservação, assim como da construção do início da rede de abastecimento de água na cidade.

⁶³⁶ *Gazeta de Ubá*, Ubá, 24/3/1900, pp. 1; *Gazeta de Ubá*, 1/4/1900, p. 1; SSVP. II Livro de Atas da Conferência Natal de Ubá, 1899-1905, manuscrito, 1/4/1900; VIEIRA, História de Ubá para as escolas, *op. cit.*, p. 31;

<http://www.uba.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/HISTORICO_DOS_EX_PREFEITOS?cdLocal=2&arquivo=%7B8B6C37DB-3BE2-5BDE-81ED-D0DBDDCD2BDE%7D.pdf>, p. 6.

Acesso em 12 de dez. de 2016.

⁶³⁷ *Ibidem*, p. 10. Acesso em 12 de dez. de 2016.

⁶³⁸ *Ibidem*, p. 07. Acesso em 12 de fev. de 2016.

As obras de canalização foram continuadas nas gestões dos intendentess: João Carlos de Araújo Moreira; Antônio Gomes Pereira e Silva; Feliciano Mendes de Mesquita Barros, que não quis receber remuneração por seus serviços na intendência e Carlos Peixoto de Mello Filho, que redigiu a primeira Lei Orgânica do município.

Carlos Brandão foi nomeado para a intendência em Ubá em 1898 e exerceu dois mandatos seguidos. Irrompeu-se uma disputa política com o médico Christiano Alves de Araújo Roças, irmão de sua esposa. Carlos Brandão e Christiano Roças eram integrantes do Partido Liberal. A administração de Carlos Brandão foi amplamente criticada pela oposição liderada por Roças, devido ao seu empenho pela educação, no período em que se clamava pela canalização de águas.

Segundo o registro do Arquivo Público de Ubá⁶³⁹, não havia colégios secundários na cidade até 1905. A administração municipal de Carlos Peixoto de Mello contribuiu com uma doação pública para a instalação do Gymnásio São José, de propriedade do Sr. Joaquim Januário Carneiro.

O intendente Carlos Brandão era descendente de uma família dedicada à fundação de colégios. Na década de 1870, seus antepassados fundaram colégios em Ubá: Rosalina Mayrink Ávila Brandão fundou, em 1871, a instrução para meninas. Mais tarde, o Colégio Rosalina Brandão contou com internato e externato, além de uma filial na cidade de Santa Rita do Turvo, atual Viçosa. Samuel Brandão era um famoso professor de latim do Colégio Abílio, do Rio de Janeiro, autor de uma gramática adotada nos colégios da Corte. Fundou, em Ubá, a instrução Samuel Brandão para os meninos, que funcionou no prédio do Dr. Theóphilo Afonso Rodrigues e posteriormente foi adquirido pelo Prof. José Augusto de Rezende. Samuel Brandão foi professor do Gymnásio São José e mais tarde, transferiu-se para a cidade de Vitória, no estado do Espírito Santo em que ocupou o cargo de Secretário do Interior⁶⁴⁰.

Na administração do intendente Carlos Brandão, a câmara de vereadores vendeu ações do tesouro nacional, “cerca de quinze contos de réis”, para implantar, em 1903, uma escola normal das freiras dominicanas, o Colégio do Santo Rosário, com o apoio do Monsenhor Paiva Campos. As escolas normais mais próximas de Ubá estavam localizadas em Barbacena, Mariana e Juiz de Fora⁶⁴¹.

⁶³⁹ <http://www.uba.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Historico_dos_ex_Prefeitos?cdLocal=2&arquivo=%7B8B6C37DB-3BE2-5BDE-81ED-D0DBDDCD2BDE%7D.pdf>, p. 19. Acesso em 12/12/2016.

⁶⁴⁰ VIEIRA, História de Ubá para as escolas, *op. cit.*, pp. 79-80.

⁶⁴¹ <http://www.uba.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Historico_dos_ex_Prefeitos?cdLocal=2&arquivo=%7B8B6C37DB-3BE2-5BDE-81ED-D0DBDDCD2BDE%7D.pdf>, p. 19. Acesso em 12 de dez. de 2016.

Christiano Roças, que defendia o uso das verbas para as obras de canalização, acusou o intendente Carlos Brandão de ser “incompetente e esbanjador do dinheiro público”. A oposição fez campanha para que os pais não colocassem suas filhas naquele estabelecimento. Desta forma, o colégio só funcionou por dois meses e meio e as irmãs dominicanas, ao prever as dificuldades de trabalhar na cidade do interior, transferiram-se para Belo Horizonte.

No mesmo período, a câmara municipal abriu uma nova rua, do trecho iniciado na linha férrea à chácara Bittencourt, batizada de Rua Nossa Senhora da Saúde. Segundo a publicação do Arquivo Público de Ubá e observado por Vieira⁶⁴², um dos terrenos da nova rua foi doado pela prefeitura à SSVP, para a construção de um hospital, “um antigo sonho do povo ubaense”. Nas atas das reuniões da Conferência Natal do Bom Jesus constam os pedidos frequentes de construção de um hospital desde seu primeiro ano de funcionamento, questão abordada no capítulo 6 desta pesquisa.

Na gestão do médico e delegado de polícia Christiano Roças como intendente⁶⁴³, em 1913, foi iniciado o serviço diário de limpeza da cidade, que o médico considerava essencial, e de fornecimento de luz elétrica, além da retomada das obras de canalização de águas⁶⁴⁴. Com o falecimento do Dr. Christiano Roças em maio de 1914, antes do término de seu mandato, o comerciante Pedro Xavier Pires⁶⁴⁵ assumiu como intendente de Ubá em sua terceira gestão como chefe do poder executivo municipal para dar continuidade ao trabalho iniciado pelo médico.

Pedro Xavier Pires era português. Ajudou na construção da estrada de ferro Cataguases e, em Ubá, empregou suas economias na instalação de uma padaria na Praça São Januário. Casou-se com Filomena de Souza Lima. Como intendente procurou consolidar a economia do município para a construção de estradas, inaugurou os serviços telefônicos e introduziu melhoramentos no abastecimento de água.

No período entre 1916 e 1930, os administradores municipais de Ubá foram os membros da Conferência São Januário. Dos 12 intendentes, 8 eram profissionais da saúde, 3 eram advogados e 1 não tinha formação superior. Durante esse período, identificamos que suas preocupações continuaram a girar em torno da educação e da saúde pública.

⁶⁴² *Ibidem*; VIEIRA, A Medicina em Ubá, *op. cit.*, pp. 32-34.

⁶⁴³ <http://www.uba.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/HISTORICO_DOS_EX_PREFEITOS?cdLocal=2&arquivo=%7B8B6C37DB-3BE2-5BDE-81ED-D0DBDDCD2BDE%7D.pdf>, p. 20. Acesso em 12 de dez. de 2016.

⁶⁴⁴ *Ibidem*, p. 20. Acesso em 12/12/2016.

⁶⁴⁵ *Ibidem*.

Observamos alguns aspectos da administração dos intendentess que eram membros da Conferência São Januário.

Levindo Coelho, um dos principais líderes vicentinos, foi nomeado intendente em 1916 para sua primeira gestão. Cooptou o grupo vicentino da Conferência São Januário para a filiação ao Partido Republicano Mineiro (PRM). Contou com o apoio de Raul Soares de Moura, que na época era o presidente do PRM e Secretário da Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas do governo estadual de Delfim Moreira (1914-1918). No mesmo ano, o intendente foi eleito senador estadual e acumulou as funções, mas o novo cargo o obrigou a realizar viagens constantes à capital. Sua gestão foi marcada pelas obras de canalização de águas: inaugurou a adutora Miragaia, criou a taxa de consumo da água encanada e desapropriou terrenos marginais ao rio Ubá para garantir os mananciais⁶⁴⁶.

Durante esse período, Levindo Coelho publicou e assinou textos em seu jornal *Folha do Povo* sobre a higiene e o saneamento, discutidos na Conferência São Januário e no conselho Particular de Ubá. Orientou os leitores no sentido de que a higiene não era um dever privativo da administração pública, mas era também uma responsabilidade particular. Explicou que a administração pública era responsável apenas pela “higiene geral”, isto é, “os saneamentos em casas por alugar, a desinfecção da rede de esgotos, a fiscalização das construções, as verificações mensais dos aparelhos sanitários, afinal, em síntese, a higiene instalada”, mas “de nada serviria tais medidas se os particulares não auxiliassem, cuidando da melhoria das suas condições e hábitos de vida”⁶⁴⁷.

Houve o incremento do comércio de materiais de construção e de ofertas de serviços de profissionais nos jornais nas décadas de 1910 e de 1920, já que as municipalidades responsabilizaram os moradores pelos serviços de encanamento de águas em suas residências⁶⁴⁸. Essa atitude gerou polêmica, houve queixas relacionadas às casas em que as instalações de água e de esgoto ficavam incompletas, as águas eram desperdiçadas, o que foi interpretado como um grave prejuízo para a saúde pública⁶⁴⁹.

O combate aos mosquitos foi intensificado na gestão de Levindo Coelho. As dificuldades para combatê-los tornou-se questão de debate na cidade, como, por exemplo, o custo para a drenagem nas áreas rurais. Estudos e experimentos locais que buscaram ações de baixo custo foram incentivados pela câmara municipal e publicados

⁶⁴⁶*Ibidem*, p. 21. Acesso em 12/12/2016.

⁶⁴⁷ FOLHA DO POVO, Ubá, 6/10/1917, p. 1.

⁶⁴⁸ *Ibidem*, 5/7/1917, p.1; 6/10/1917, p. 1; 7/6/1019, p. 1; 17/1/1920, p. 1; O IMPARCIAL, 1/12/1935, p. 1.

⁶⁴⁹ *Ibidem*, 28/5/1921, p.1.

no jornal *Folha do Povo*, como a introdução do pato selvagem nas propriedades, considerado mais útil do que os peixes para eliminar as larvas do inseto nas áreas constantemente alagadas⁶⁵⁰.

Na *Folha do Povo*, o intendente Levindo Coelho explicou a criação do Grupo Escolar. Em Ubá, as obras para a criação do Grupo Escolar Cel. Camillo Soares haviam sido iniciadas na gestão de Carlos Brandão e o colégio foi inaugurado em 1912, pelo intendente Pedro Xavier Pires. O nome do colégio se deve a homenagem ao pai do político ubaense Raul Soares de Moura⁶⁵¹.

A preocupação com o combate ao analfabetismo e com a retirada das crianças das ruas surgiu logo após a Proclamação da República. A obrigatoriedade do ensino primário poderia ser uma solução para encaminhá-las aos colégios. A precariedade das escolas isoladas e do ensino em geral foi alvo de críticas por parte dos republicanos, que reclamavam o fato de haver um único professor para atender os diferentes níveis de aprendizagem dos alunos; a falta de controle do Estado sobre as escolas isoladas, a formação dos professores, de material adequado, de um espaço apropriado; a baixa frequência dos alunos, entre outros problemas⁶⁵².

O Grupo Escolar foi criado no estado de São Paulo, em 1893, para reunir escolas isoladas de uma região comum. Previa que, nas localidades onde houvesse um número mínimo de quatro classes isoladas com matrícula superior ao número de 45 alunos, o governo municipal poderia reuni-las em prédio apropriado, um “Grupo Escolar”, para oferecer o ensino primário graduado, com quatro anos de duração; constituído por turmas homogêneas de acordo com o nível de aprendizagem, com a prescrição de um programa de ensino e a definição de horários específicos⁶⁵³.

Cada Grupo Escolar teria um professor (a) responsável por uma série e um (a) diretor (a) incumbido (a) de sua administração. O colégio passou a ser visto como um lugar específico para o desenvolvimento da educação popular sob os aspectos físico, intelectual e moral, deveria impor novos hábitos culturais às crianças e prepará-las para o mundo do trabalho. O ensino profissional era visto como complemento do ensino primário e deveria ser destinado a ambos os sexos, a serem ministradas por mestres de ofícios, com habilitações comprovadas, e o governo deveria oferecer materiais para o

⁶⁵⁰ FOLHA DO POVO, Ubá, 22/7/1916, p. 1.

⁶⁵¹ VIEIRA, História de Ubá para as escolas, *op. cit.*, p. 56.

⁶⁵² SOUZA, As estratégias da pedagogia do assistencialismo em Belo Horizonte, 1930-1990, *op. cit.*, p. 2.

⁶⁵³ ROCHA, Fernanda Cristina Campos da. *A Reforma João Pinheiro nas práticas escolares do Grupo Escolar Paula Rocha/ Sabará (1907-1916)*. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2008, pp. 38-39.

funcionamento dessas aulas, que revelam a preocupação com a população pobre. Para a criação dos grupos escolares, a Escola Normal foi reformada no Brasil.

Em setembro de 1906, o Presidente do Estado de Minas Gerais entre 1906 a 1908, João Pinheiro da Silva (1860-1908) ⁶⁵⁴ introduziu no estado a modificação no ensino primário: a instituição dos Grupos Escolares, a organização do ensino seriado em prédios próprios, como havia criado primeiramente no estado de São Paulo.

João Pinheiro da Silva formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1888, fundou o Clube Republicano em Ouro Preto, precursor do PRM e o jornal O Movimento, depois transformado em órgão oficial do partido e a Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais. Em 1890 exerceu interinamente o Governo de Minas como Vice-Presidente, depois nomeado efetivo. Foi eleito deputado federal à Constituinte de 1891, coordenou o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial em 1903, foi eleito senador da República em 1905 e Presidente de Minas Gerais (1906-1908). Destacou-se pela reforma do ensino no estado e pela fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Faleceu antes de concluir o seu mandato.

O Partido Republicano Mineiro (PRM) foi fundado em 1888 sob a liderança de João Pinheiro da Silva e reorganizado em 1897. Seu líder mais expressivo foi Artur Bernardes, que esteve à sua frente de 1919 até sua extinção em 1937. Na opinião de Santiago ⁶⁵⁵, o partido tinha como objetivo extinguir as dificuldades ocasionadas pelos partidarismos ao agregar os homens bem intencionados e atrair a grande obra de prosperidade coletiva; os municípios mais fracos poderiam se tornar mais fortes porque poderiam contar com o apoio dos empréstimos do governo do estado e com as iniciativas privadas para a concretização de serviços para o bem comum como a criação de indústrias e a multiplicação do trabalho.

Durante toda a Primeira República o PRM dominou a política estadual mineira como partido único e participou ativamente da política nacional. Num quadro político marcado por “um rígido monopartidarismo, o PRM controlou a Assembleia estadual, forneceu as bancadas federais mineiras e elegeu todos os presidentes estaduais entre 1897 e 1930” ⁶⁵⁶.

⁶⁵⁴ FGV/ CPDOC. João Pinheiro da Silva. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-pinheiro-da-silva-filho>>. Acesso em 2 de fev. de 2017.

⁶⁵⁵ SANTIAGO, Município de Rio Pomba, *op. cit.*, p. 217.

⁶⁵⁶ FGV/ CPDOC. Partido Republicano Mineiro. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20MINEIRO%20\(PRM\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20MINEIRO%20(PRM).pdf)>. Acesso em e de fev. de 2017.

O intendente Levindo Coelho explicou as despesas do município e disse que o adiamento da construção de novos prédios para abrigar novos Grupos Escolares em Ubá se devia à espera da subvenção do governo estadual. Explicou que, se a construção de prédios para abrigar novos grupos fosse uma medida urgente como outras que a população clamava, teria havido a ação dos legisladores da câmara de sua cidade para essa finalidade. Para o intendente, as escolas isoladas ubaenses, embora destituídas das condições indispensáveis ao ensino público, eram regidas por professoras competentes que iriam remediar essa falta que “temos esperança, será sanada”⁶⁵⁷.

O intendente de Ubá discorreu ainda sobre a instalação de um prédio para um Grupo Escolar. Explicou que eram necessárias medidas higiênicas para o planejamento arquitetônico, teceu observações sobre a necessidade de móveis anatômicos e outras medidas relacionadas à atividade pedagógica, segundo o conhecimento da época. Exemplificou que havia observado a construção e o funcionamento do Grupo Escolar da cidade de Cataguases, onde, segundo ele, o diretor se esmerava em cumprir os estatutos, que em sua opinião, era o motivo pelo qual estava assegurado o bom desempenho dos alunos e dos professores. Levindo Coelho sugeriu que os leitores observassem os critérios de controle da educação no Estado, realizado em Belo Horizonte⁶⁵⁸.

Em 1917, o farmacêutico Antônio Amaro Martins da Costa foi nomeado intendente municipal, após a gestão de Levindo Coelho. Deu continuidade às obras de canalização das águas. Com objetivo de “dar continuidade ao progresso da cidade”, outorgou a concessão para a criação da Companhia de Bondes Ferro-Carril Ubaense⁶⁵⁹. A “Companhia dos Bondes” era a denominação da concessionária do transporte de pessoas feito em carros sobre trilhos puxados a burros, constituída de ações ou obrigações, títulos negociáveis em Bolsa, em inglês denominado “bonds”.

O meio de transporte foi aprovado pelos moradores e elogiado pelas cidades vizinhas por permitir que todos pudessem percorrer a cidade nos bancos dos “bondes”. A organização da Companhia Ferro Carril Ubaense foi feita pelos coronéis Galdino de Faria Alvim e Felício Vieira de Queiroz, que elaboraram os estatutos, providenciaram as medidas para a aquisição dos trilhos e calcularam o traçado, que partia da estrada de

⁶⁵⁷ *Ibidem*, 26/8/1916, p.1.

⁶⁵⁸ *Ibidem*, 2/9/1916, p.1.

⁶⁵⁹ VIEIRA, História de Ubá para as escolas, op. cit., p. 58;

<http://www.uba.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/HISTORICO_DOS_EX_PREFEITOS?cdLocal=2&arquivo=%7B8B6C37DB-3BE2-5BDE-81ED-D0DBDDCD2BDE%7D.pdf>, p. 23.

Acesso em 12 de dez. de 2016.

Ferro Leopoldina. Imprevistos como chuvas, lama e curvas perigosas causaram alguns acidentes.

O farmacêutico, empresário, músico e professor José Gonçalves Sollero, foi nomeado intendente municipal em 1918 e deu continuidade às obras desenvolvidas anteriormente pelos seus colegas professores do *Gymnásio São José*: Levindo Coelho e Antônio Amaro Martins da Costa. Promoveu o conserto das ruas afetadas pelas obras de canalização e, como proprietário da farmácia *Stella Matutina*, demandou esforços para combater a epidemia de gripe espanhola na cidade. Atuou como defensor público e jornalista nos jornais *O Movimento* e *Folha do Povo*. Como intendente, deu continuidade às obras de saneamento e fundou a *Sociedade Beneficente Operária*, o *Centro de União Popular* em colaboração ao padre da paróquia São Januário, a *Banda 22 de Maio* e a *Irmandade do Santíssimo Sacramento*⁶⁶⁰.

Sob o título *Cruzada Benemerita*⁶⁶¹, a edição da *Folha do Povo* noticiou a criação do *Posto de Profilaxia de Ubá*, formado por uma comissão para fazer visitas às habitações rurais, levar medicamentos e assistência médica gratuita a fim de combater as verminoses e outras moléstias. Segundo o jornal, a instituição era parte dos esforços conjuntos entre a União e a Diretoria de Higiene do Estado de Minas Gerais, “numa obra de patriotismo e de grande alcance social, para evitar o afastamento de um número considerável de pessoas de seus trabalhos, enfermos pelas doenças endêmicas”.

O título da notícia foi explicado quando o jornal assumiu a função de colaborar com o serviço: “aconselhamos que todos auxiliem a boa execução dessa medida, como numa “cruzada”, ao colocarem em prática os conselhos médicos que lhes serão ministrados e ao observarem rigorosamente as leis da higiene que regem a matéria”. O texto reforça a ideia ao explicar que “compete às pessoas esclarecidas que desejam o progresso da nossa terra fazerem a propaganda dessa grande obra no seio da população das roças e fazendas, destruindo os preconceitos, vencendo as resistências”, que foram atribuídas pelo jornal “à ignorância de uns e ao ceticismo de outros”.

O *Posto de Profilaxia Rural* foi implantado em parte do edifício *Hospital São Vicente de Paulo de Ubá*, cedido à Diretoria de Higiene do Estado. O hospital foi objeto de estudo no capítulo 6 desta pesquisa. O Chefe do *Posto de Profilaxia*, Francisco Baptista Santos, passou a residir no edifício e fez uma conferência destinada a mostrar os fins humanitários desta instituição à população. Na solenidade de inauguração do

⁶⁶⁰ O IMPARCIAL, Pomba, 24/11/1918, p.1; FOLHA DO POVO, Ubá, 5/7/1918, p.1.

⁶⁶¹ FOLHA DO POVO, Ubá, 5/7/1917, p. 1.

Posto de Profilaxia, foi publicada na Folha do Povo⁶⁶² a íntegra do telegrama de congratulações do senador estadual Levindo Coelho ao Presidente do Estado de Minas Gerais, Sr. Arthur Bernardes, que retribuiu com outro telegrama, publicado no mesmo jornal, na semana seguinte⁶⁶³.

Os Postos de Profilaxia Rural foram criados por meio do convênio entre o governo federal e a Fundação Rockefeller, criada em 1913 nos EUA, para promover o estímulo à saúde pública, ao ensino, à pesquisa e à filantropia tanto em seu país quanto no exterior. No Brasil, iniciou suas atividades em 1916 na cidade do Rio de Janeiro, em 1917, expandiu suas atividades para o interior deste estado e em 1920 iniciou seus trabalhos em Minas Gerais e São Paulo, em convênio com o DNSP.

Segundo Faria⁶⁶⁴, a primeira comissão da Fundação Rockefeller chegou ao Brasil em 1915 com objetivo de identificar áreas de atuação e coletar informações sobre as condições para o combate de doenças infecciosas, como a malária, a ancilostomíase e a febre amarela. Em 1916 uma segunda comissão chegou ao Rio de Janeiro e os sanitaristas e pesquisadores desta fundação entraram em contato com os centros de pesquisa biomédica, como Manguinhos, no Rio de Janeiro e Butantã, em São Paulo. Foi iniciado um trabalho de parceria na definição de objetivos e planos de ação.

A autora observou que outras questões influenciaram o trabalho desenvolvido pela fundação no Brasil: o ambiente de intensas manifestações nacionalistas exigia do Estado o controle sobre as políticas sanitaristas brasileiras. Além disso, o Estado havia traçado um projeto modernizador, em que a atenção à saúde e o combate às endemias e epidemias faziam parte. O crescente poder do Estado em relação à Saúde Pública proporcionou uma adaptação inicial das ações da Fundação, como a adesão ao modelo “campanhista”, caracterizado pelo trabalho pontual e feito por meio de campanhas, nos momentos críticos.

Em 1917, o movimento sanitarista Pró-Saneamento⁶⁶⁵ reivindicou maior intervenção do governo federal em assuntos de saúde pública e fundou a Liga Pró-Saneamento, em 1918, uma organização com o objetivo de lutar pelo saneamento de

⁶⁶² *Ibidem*, 10/1/1920, p. 1.

⁶⁶³ *Ibidem*, 17/1/1920, p. 1.

⁶⁶⁴ FÁRIA, Lina Rodrigues de. Os Primeiros Anos da Reforma Sanitária no Brasil e a atuação da Fundação Rockefeller (1915-1920). Instituto de Medicina Social da Universidade do Rio de Janeiro – UFRJ. *Physis – Revista de Saúde Coletiva*, vol. 5, nº 1, 1995, p. 109.

⁶⁶⁵ FGV/ CPDOC. Liga Pró-Saneamento. Disponível em :<<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA%20PRÓ-SANEAMENTO%20DO%20BRASIL.pdf>>. Acesso em 2 de fev. de 2017.

todo o país como caminho para a modernização e desenvolvimento da nação. A Liga foi extinta em 1920, após a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública.

Teixeira e Marques⁶⁶⁶ explicaram que, de acordo com o contrato firmado entre a Diretoria de Higiene de Minas Gerais e a Fundação Rockefeller, em 1918, a participação do governo federal e dos governos estaduais se limitaria ao financiamento administrativo, mas a expansão dos trabalhos para o interior gerou parcerias no combate à ancilostomíase, com ações práticas de assistência à população e no treinamento de profissionais de saúde, o que incluiu bolsas de estudos nas universidades norte-americanas.

Foram criados os Serviços Permanentes de Higiene e Profilaxia pelos municípios e caberia à Fundação Rockefeller contribuir financeiramente e com profissionais experimentados. Foram criados, também, os Centros de Saúde, aos quais caberia a educação sanitária da população em geral, a execução dos serviços de assistência sanitária, aqueles relativos à higiene pré-natal e infantil, pré-escolar e escolar, de combate às verminoses, à doenças como a tuberculose, a sífilis e as demais “doenças venéreas”, o tracoma, o paludismo, além das orientações sobre a nutrição, a higiene do trabalho e higiene mental.

Segundo Marques⁶⁶⁷, Minas Gerais foi um dos maiores beneficiários da Fundação Rockefeller no Brasil. Os Postos de Profilaxia orientaram a desinfecção de casas, o isolamento dos infectados, a instalação de latrinas, entre outras ações. Mais tarde, iniciaram o combate à ancilostomíase e envolveram-se na luta contra a malária e à febre amarela.

A autora explicou que o trabalho da comissão no estado foi realizado por meio de quatro métodos: a distribuição gratuita de medicamentos, o atendimento em ambulatório, a hospitalização e o método intensivo, que dependia da boa seleção de pessoal, como o recrutamento dos acadêmicos das Faculdades de Medicina, que deveriam se deslocar para os lugares com focos de doenças para levar os medicamentos às casas dos infectados e assisti-los até a cura. O método foi justificado por se acreditar que “as populações do país, indiferentes e incultas, indolentes e desconfiadas, não

⁶⁶⁶ TEIXEIRA, Virgínia Mascarenhas Nascimento e MARQUES, Rita de Cássia. Enfermeiros e saúde pública em Belo Horizonte: combatendo doenças e educando para a saúde (1897-1933). Mestrado em Educação da Universidade Federal do Paraná – UFPR. *Educar em revista* [online]. 2014, n.54, pp.43-44. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.38201>>. Acesso em 12 de dez. de 2016.

⁶⁶⁷ MARQUES, A filantropia científica nos tempos da romanização, *op. cit.*, p. 180.

tinham o necessário esforço, indispensável iniciativa e boa vontade a serem postas em prova pelas grandes distâncias a vencer”⁶⁶⁸.

O Cel. Júlio Soares de Moura⁶⁶⁹, primo de Raul Soares de Moura, foi nomeado intendente municipal de Ubá para dois mandatos seguidos, no período compreendido entre 1919 e 1924. O intendente regulou a prática de profissionais urbanos com medidas que proibiam a venda de gêneros alimentícios no varejo pelos ambulantes e carroceiros, além de fiscalizar as atividades de outros profissionais como os engraxates, os coveiros e os lixeiros, que passaram a pagar taxas por suas atividades.

O intendente recebeu verbas do estado para a construção de estradas para ligar Ubá à Cataguases, à Guidoal, à Visconde do Rio Branco e à Juiz de Fora, ampliou a rede de saneamento para áreas mais afastadas do centro da cidade e pavimentou as ruas com “pé de moleque”. Entretanto, sua gestão foi marcada pela retirada dos trilhos da Companhia de Bondes para revitalizar a praça, que foi batizada de Guido Marlière⁶⁷⁰ que, segundo Vieira⁶⁷¹, foram retirados por ordem do intendente à revelia dos proprietários da Companhia, durante a pavimentação das ruas.

Após as obras de retirada dos trilhos, foram denunciadas no jornal *Folha do Povo*⁶⁷² as canalizações de água e de esgoto incompletas nas ruas da cidade, principalmente em casas de aluguel. Reclamava-se o prejuízo do abastecimento geral, porque “a água tratada era desperdiçada nos pátios e quintais” e os esgotos estavam “encharcando os terrenos, formando lamaçal e viveiros de moscas ao exalar horrível mau cheiro pela matéria orgânica em putrefação”.

Em resposta aos leitores, Levindo Coelho atribuiu a situação à negligência dos proprietários, que eram os responsáveis pelas instalações domiciliares: reafirmou que os proprietários dos imóveis deveriam resolver os problemas de canalização de águas e esgotos e cabia à administração municipal fiscalizar o serviço particular, exigir a correção das falhas e defeitos existentes nas obras e aplicar as medidas coercitivas para coibir as infrações do regime sanitário de interesse geral da população⁶⁷³.

⁶⁶⁸ *Ibidem*, pp. 181-182.

⁶⁶⁹ PREFEITURA DE UBÁ. Júlio Soares de Moura Disponível em: <http://www.uba.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Historico_dos_ex_Prefeitos?cdLocal=2&arquivo=%7B8B6C37DB-3BE2-5BDE-81ED-D0DBDDCD2BDE%7D.pdf>, p. 24. Acesso em 12 de dez. de 2016.

⁶⁷⁰ Segundo Vieira, o militar francês se instalou na área, na fazenda Sapé, que ficou conhecida como “floresta do Guido”, que deu origem ao povoado de Sant’Anna do Sapé, hoje Guidoal, mas nunca esteve na cidade de Ubá. VIEIRA, A Medicina em Ubá, *op. cit.*, p. 35.

⁶⁷¹ PREFEITURA DE UBÁ. UBÁ, Edição Histórica, *op. cit.*, p. 14; VIEIRA, História de Ubá para as escolas, *op. cit.*, p. 34.

⁶⁷² FOLHA DO POVO, Ubá, 28/5/1921, p. 1.

⁶⁷³ *Ibidem*, p. 21.

O médico Adjalme Martins Carneiro foi nomeado intendente em 1923 e deu continuidade às obras de saneamento. Levindo Coelho foi novamente nomeado intendente em 1927 e instituiu os hidrômetros no fornecimento de água tratada e assim fiscalizar a prestação do serviço. Sua administração foi marcada pela inauguração do Hospital São Vicente de Paulo de Ubá, questão tratada no capítulo 6 desta pesquisa. Ocupou a Secretaria Estadual de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais entre 1930 e 1933.

O médico Ângelo Moreira Barletta foi nomeado em 1930. Após a ascensão de Getúlio Vargas, o intendente, que esteve poucos meses na gestão municipal, foi exonerado e substituído pelo interventor nomeado pelo governo do estado, Joaquim de Siqueira, um dos fundadores do jornal Folha do Povo e membro subscritor da Conferência Natal do Bom Jesus.

Durante seu mandato, entre 1931 e 1935, Joaquim de Siqueira fundou os jornais “Jornal de Ubá” e “O Lábaro”, esse foi posteriormente transferido para a propriedade do médico Luiz Philippe Balbi. Em 1935, o advogado Glenarvam de Faria Alvim foi eleito prefeito, e seu vice-prefeito era Angenor Albino de Souza, o “Major Albino”, filho do Cel. Antônio Albino de Souza e de Maria Januária Carneiro. Em 1936, foi eleito para o cargo o médico Theóphilo Moreira Pinto⁶⁷⁴.

Theóphilo Moreira Pinto nasceu em 1891, em Ubá, estudou no Colégio Mineiro, em Ouro Preto e na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Formou-se na mesma turma de Levindo Coelho. Casou-se com Maria de Lourdes Souza Lima. Clinicou na cidade de Ubá e no Hospital São Vicente de Paulo, de Manhumirim, com o genro, o médico Eduardo Levindo Coelho, filho de Levindo Eduardo Coelho. Foi médico e diretor do Hospital São Vicente de Paulo de Ubá por 22 anos, e construiu a maternidade. Foi professor no Gymnásio São José, no Ginásio estadual Raul Soares e na Faculdade de Odontologia e Farmácia de Ubá. Tornou-se proprietário de terras, comerciante e criador. Foi vereador em Ubá, presidente da câmara municipal e agente do executivo municipal, em 1936. Em 1945 foi nomeado diretor da Colônia Padre Damião, inicialmente chamado de Leprosário Padre Damião em Ubá.

⁶⁷⁴ PREFEITURA DE UBÁ. Theóphilo Moreira Pinto. Disponível em: <http://www.uba.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Historico_dos_ex_Prefeitos?cdLocal=2&arquivo=%7B8B6C37DB-3BE2-5BDE-81ED-D0DBDDCD2BDE%7D.pdf>, p. 31. Acesso em 12 de dez. de 2016.

Em 1939, o filho de Levindo Eduardo Coelho, o advogado Levindo Ozanam Coelho⁶⁷⁵ foi eleito prefeito de Ubá⁶⁷⁶.

Levindo Ozanam Coelho nasceu em Ubá, em 1914, filho de Levindo Eduardo Coelho e de Antonina Gonçalves Coelho, nasceu em Ubá, em 1914. Coursou o Ginásio estadual Raul Soares em sua cidade natal, formou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, onde integrou o centro acadêmico de sua faculdade e presidiu o Partido Reivindicador, ali fundado. Foi funcionário da Prefeitura de Belo Horizonte e, em seguida, promotor de Justiça no município mineiro de Bom Sucesso. Foi prefeito municipal de Ubá durante o Estado Novo, de 1937 a 1946; deputado estadual de 1978 a 1979, deputado federal de 1959 a 1975 e de 1983 a 1984, vice-governador e governador de Minas Gerais; proprietário e diretor do jornal Folha do Povo. Seu irmão, Eduardo Levindo Coelho, chefiou a Secretaria de Estado (1978-1979), de Saúde (1979-1981) e de Educação (1981-1982) do governo de Minas Gerais.

Podemos perceber que a atuação dos vicentinos como intendentess esteve voltada à educação e ao saneamento e buscou a parceria entre as esferas pública e privada para a assistência à pobreza.

5.3.2. Intendentess do Pomba.

No período em estudo, a maioria dos chefes do poder executivo do Pomba eram vicentinos subscritores, ou seja, ofereciam auxílios eventuais à Conferência São Manoel e não participaram das reuniões. Os membros fundadores da conferência ocuparam cargos públicos municipais como funcionários da câmara de vereadores e tabeliães. A lista dos chefes do poder executivo do Pomba pode ser vista no quadro 11⁶⁷⁷:

Quadro 11:

Vicentinos que ocuparam a administração municipal do Pomba, 1883-1945.

⁶⁷⁵ FGV/ CPDOC. Levindo Ozanam Coelho. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/levindo-ozanan-coelho>>. Acesso em 12/2/2017.

⁶⁷⁶ Ibidem, pp. 31.

⁶⁷⁷ Quadro 11. Fonte: Elaboração própria a partir das informações contidas em: SANTIAGO, Município de Rio Pomba, *op. cit.*, p. 491 e I Livro de Atas do Conselho Particular de Ubá, 1906 -1936.

Ano	Chefe do executivo	Profissão/ atividade econômica principal	Conferência	Função
1883- 07/01/1884	Manuel de Araújo da Cunha Alvarenga	Médico e fazendeiro	—	—
07/01/1884- 14/08/1884	Caetano José Machado de Magalhães	Cirurgião e fazendeiro	—	—
25/08/1884- 07/01/1887	Luciano Rangel de Azevedo (2º mandato)	Advogado e fazendeiro	—	—
07/01/1887- 30/01/1890	Francisco Urbano Ferreira Alvim	Médico e fazendeiro	—	—
09/03/1890- 31/10/1890	Antônio Dutra Nicácio (1º mandato)	Advogado e fazendeiro	São Manoel	Subscriber
31/10/1890- 03/05/1891	Bernardino Luiz Maria de Brito	Farmacêutico e fazendeiro	São Manoel	Subscriber
03/05/1891- 01/01/1898	Aurélio Pereira Salgado (3 mandatos)	Farmacêutico e fazendeiro	São Manoel	Subscriber
01/01/1898- 01/01/1901	Francisco de Paula Motta	Farmacêutico e Fazendeiro	São Manoel	Subscriber
01/01/1901- 21/01/1903	Francisco Soares Peixoto de Moura	Advogado e fazendeiro	São Manoel	Subscriber
21/01/1903- 02/01/1908	Francisco Senra de Oliveira	Médico e fazendeiro	São Manoel	Subscriber
02/01/1908- 01/06/1912	Antônio Dutra Nicácio (2º e 3º mandatos)	Advogado e fazendeiro	São Manoel	Subscriber
01/06/1912- 01/01/1916	José Gonçalves Neves (1º e 2º mandatos)	Médico e fazendeiro	São Manoel	Subscriber
01/01/1916- 01/01/1919	Urbano de Queiroz	Médico e fazendeiro	São Manoel	Subscriber
01/01/1919- 01/01/1923	Cel. Alcebíades Mendes Ferreira	Fazendeiro	São Manoel	Subscriber
01/01/1923- 30/05/1927	Odilon Duarte Braga	Advogado e fazendeiro	São Manoel	Subscriber
30/05/1927- 03/03/1931	Daniel Urbano Baeta Alvim	Fazendeiro	São Manoel	Subscriber
03/03/1931- 1934	Oscavo Gonzaga Prata	Fazendeiro	São Manoel	Subscriber
1934- 18/08/1936	Arthur Eugênio Furtado	Advogado e fazendeiro	—	—
18/08/1936- 03/03/1945	José Simões de Araújo Campos	Advogado e fazendeiro	—	—

Dos 13 chefes do executivo que eram vicentinos, 6 eram profissionais da saúde, 4 eram advogados e 3 não possuíam formação superior.

Segundo Santiago⁶⁷⁸, o abastecimento de água na cidade foi uma preocupação desde a década de 1880, quando a câmara municipal do Pomba desapropriou uma nascente que estava localizada nas terras de Januário Pinto de Oliveira e projetou trazer a água do córrego Pendency ao centro da cidade. Outras desapropriações ocorreram e

⁶⁷⁸ SANTIAGO. Município de Rio Pomba, *op. cit.*, p. 183-184.

geraram conflitos entre os donos das terras e os moradores, interessados na água canalizada.

Observamos algumas características da administração dos vicentinos.

Em 1884, o chefe do executivo da cidade foi o advogado Luciano Rangel de Azevedo que foi vereador, presidente da câmara de vereadores, chefe do executivo, promotor público, juiz municipal e tornou-se vicentino em 1902. Em sua gestão anterior, recebeu a visita do imperador D. Pedro II em 1885, para inaugurar a estação Guarani - Pomba, da Estrada de Ferro Leopoldina.

Durante a epidemia de febre amarela de 1885, Luciano Rangel de Azevedo contratou profissionais da saúde para atender a população por dois meses: um médico, um enfermeiro e custeou os medicamentos e dietas. Solicitou aos médicos e vereadores Francisco Urbano Ferreira Alvim e Joaquim Senra de Oliveira que apontassem as causas da epidemia e indicassem os meios de combatê-lo.

Após algumas semanas, Francisco Urbano Ferreira Alvim encaminhou à câmara municipal um documento em que se reportou às epidemias de sarampo e febre amarela, que ocorria anualmente, durante os verões na cidade e nos municípios limítrofes. Segundo Francisco Urbano Ferreira Alvim, o córrego São Matias, distante em uma légua do distrito de Guarani, concentrava um foco de paludismo. Além deste, afirmou que a cidade era atacada por mosquitos encontrados no Tanque do bairro do Gordo, localizado no subúrbio da cidade, no córrego da Água Limpa, que estava represado por uma calçada feita debaixo de um pontilhão que ali foi construído e pelo mau encanamento da cadeia⁶⁷⁹.

Como sugestão para resolver o problema, o médico explicou que era necessário o saneamento das áreas indicadas e a contratação de uma comissão composta por dois ou mais médicos e um fiscal para percorrer as fazendas e obrigar os fazendeiros a tomarem as medidas higiênicas necessárias.

Após reclamações que solicitavam ao poder municipal o encanamento das águas, houve litígios entre os fazendeiros, originados de desapropriações próximas às nascentes e riachos para a servidão pública. Num dos casos, a divisão das terras do Cel. Antônio Furtado de Campos definiu os limites do distrito Santo Antônio das Silveiras, criado em 1889 e a câmara declarou a nascente de sua fazenda como de uso público.

⁶⁷⁹ *Ibidem*, p. 169.

Francisco Urbano Ferreira Alvim foi o vereador mais votado em 1887 e, por isso, nomeado chefe do executivo da cidade, cargo que ocupou até a Proclamação da República. As medidas sugeridas por ele foram levadas à frente pela administração municipal, que incluíram o arrombamento do lago do Tanque, no popular bairro do Gordo, para evitar os mosquitos. Houve requerimentos dos aguadeiros à câmara, que solicitaram concessão de 30 palmos em quadra de terreno no roçado do mato próximo ao barranco, atrás do mercado, para a construção de uma caixa coberta e cercada que servisse de depósito de água tirada do rio Pomba, bem como a construção de um cômodo para o abrigo de suas carroças.

A seca de 1888 e a libertação dos escravos agravaram a situação sanitária da cidade. Houve aumento do preço das latas de água e dos serviços feitos pelos aguadeiros, o que aumentou as pressões sobre a câmara municipal para que tomasse medidas para o abastecimento de água na cidade.

No ano de 1888, a câmara autorizou a fundação da Companhia Ferro-Carril Pombense pelo o capitalista Tomé Borges dos Reis. A empresa teve dificuldades para manter seus bondes puxados a burros em funcionamento: oferecia o serviço do centro da cidade à estação da Estrada de Ferro.

A substituição de Francisco Urbano Ferreira Alvim no cargo de chefe do executivo da cidade foi conturbada, porque, como o médico era admirado pela população. O período foi marcado pela transição entre a dissolução da câmara de vereadores e a posse do Conselho de Intendência. Devido a desentendimentos políticos, o intendente nomeado em 1890 pelo governador interino do Estado de Minas Gerais, João Pinheiro da Silva, o advogado Antônio Dutra Nicácio hesitou em aceitar sua nomeação e a cidade ficou com o cargo vago por dois meses.

À semelhança da cidade de Ubá, após a Proclamação da República os chefes do executivo do Pomba seguiram o programa de implantação de canalização de água potável e saneamento. As obras foram iniciadas por Antônio Dutra Nicácio, em 1890, que seguiu o trabalho de seu parente da cidade Cataguases, Astolpho Dutra Nicácio.

Antônio Dutra Nicácio era filho do Cel. José Dutra Nicácio Júnior e Ana Maria de Assunção. Nasceu no curato do Senhor Bom Jesus da Cana Verde, hoje Tabuleiro, e realizou seu curso secundário no Colégio São Vicente de Paulo, no Rio de Janeiro. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Fundou o Ateneu Pio X, dirigido pelo seu parente, o padre lazarista Theóphilo Bento Salgado, escritor e publicista, que mais tarde tornou-se diretor do seminário em Goiás.

Eleito deputado federal em 1890, acumulou os cargos de deputado e intendente da cidade. Foi membro da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Constituinte. Na ocasião, divergiu dos companheiros João Pinheiro da Silva e Cesário Alvim⁶⁸⁰. Contudo, o plano para a canalização de águas para a cidade foi encaminhado a Cesário Alvim, o ministro do interior do Governo Republicano Provisório, que concedeu verbas.

O intendente contratou a empresa Horta Barbosa e Cia para as obras em tubos de ferro fundido desde a nascente, na fazenda do Cel. José Penacho. Foram construídos os quatro chafarizes previstos pelo plano inicial, um deles na área habitada pelos “menos favorecidos de fortuna”, na rua da Várzea de Baixo, no bairro do Rosário, atrás da colina onde se encontrava a Igreja do Rosário, na lateral esquerda da cadeia. No entanto, no bairro popular do Gordo, onde o Tanque foi desabilitado na gestão de Urbano Alvim, não foi contemplado por um chafariz⁶⁸¹.

O farmacêutico Bernardino Luiz Maria de Brito assumiu o cargo de intendente em 1891 e deu continuidade às obras iniciadas na gestão anterior. Entretanto, a nova organização instituída pela Constituição de 1891 criou as Assembleias Municipais, formadas pelos vereadores da cidade, pelos Conselhos Distritais, constituídos de 3 membros cada um e autonomia para votar seus próprios orçamentos e admitiu a participação dos moradores residentes no município que pagassem maiores somas de impostos, em número igual ou maior aos impostos dos distritos. O município do Pomba formou uma Assembleia Municipal com 64 membros, composta por 11 vereadores, 21 conselheiros distritais e 32 moradores contribuintes⁶⁸².

A nova organização apresentou dificuldades para a administração pública. Segundo Santiago⁶⁸³, como exemplo do ocorrido pode ser citado o município de Guarany, que usou uma verba correspondente a um ano de contribuição para a construção do novo cemitério.

Segundo Santiago⁶⁸⁴, o intendente Bernardino Luiz Maria de Brito era ex-aluno do Colégio Caraça e formou-se na Escola de Farmácia de Ouro Preto. Desde esse período se correspondia com a revista francesa “Le Monde Illustré”, de Paris, para onde enviava seus estudos de química e botânica. Era escritor de crônicas e sonetos, que enviava para

⁶⁸⁰SANTIAGO, Município de Rio Pomba, *op. cit.*, p. 213-214.

⁶⁸¹*Ibidem*, p. 187-189.

⁶⁸²*Ibidem*, p. 191.

⁶⁸³*Idem*.

⁶⁸⁴*Ibidem*, p. 347.

os jornais do estado. Chegou ao Pomba em 1880, era católico, desenvolveu fórmulas que foram licenciadas pelo governo estadual e destacou-se na luta contra a varíola.

Neste período a câmara municipal enfrentou problemas no abastecimento da iluminação a gás da cidade porque o empresário responsável deixava a cidade sem os serviços nas noites de lua cheia. As reclamações dos moradores contribuíram para novas disputas políticas. Nélon de Senna⁶⁸⁵, explicou que havia partidos políticos locais nas cidades mineiras durante a Primeira República. Na cidade do Pomba, as disputas políticas geraram conflitos entre os “jagunços” e “capivaras”, entre 1885 e 1912⁶⁸⁶. Os nomes peculiares dos partidos se explicam: os “jagunços” eram inspirados nos jagunços de Antônio Conselheiro⁶⁸⁷ e os “capivaras” se inspiraram no formato da cabeça do médico Urbano de Queiroz.

Santiago⁶⁸⁸ explicou que a alternância dos intendentes ligados a esses grupos partidários rivais gerava violência política. A cada novo intendente nomeado, se iniciavam as demissões e transferências de funcionários remanescentes do partido contrário, a se iniciar pelo delegado de polícia, tabeliães, escrivães e juízes. Em seguida, se iniciavam as articulações com objetivo de manutenção do poder do partido na próxima eleição. Segundo o autor, não houve na cidade do Pomba consenso dos políticos em torno do PRM.

O farmacêutico Aurélio Pereira Salgado foi nomeado em 1891 e cumpriu seu mandato até 1898. Destacou-se por construir passeios cimentados na cidade, visto como uma ação de higiene pública. Segundo Santiago⁶⁸⁹, o chefe do executivo recebeu a doação de 1:000\$000 do Cel. Luís Gonzaga Prata para a construção de uma casa de caridade capaz de abrigar os pobres que ocupavam a área atrás do mercado, que não foi a frente devido a desentendimentos políticos. Os cuidados aos pobres que perambulavam pelas ruas era uma reivindicação antiga dos moradores, questão tratada no capítulo 6 desta pesquisa. Durante sua gestão, os vereadores solicitaram a ajuda do governo do Estado para a manutenção dos presos que eram estranhos à cidade do Pomba na cadeia municipal, que recebia os condenados de todos os seus distritos. A

⁶⁸⁵ SENNA, Nélon de. *Anuário histórico e corográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1906.

⁶⁸⁶ SANTIAGO, Município de Rio Pomba, *op. cit.*, p. 208.

⁶⁸⁷ Antônio Vicente Mendes Maciel (1830-1897) ou Antônio Conselheiro foi um líder religioso brasileiro que adquiriu uma dimensão messiânica ao liderar o arraial de Canudos, um pequeno vilarejo no sertão da Bahia, que atraiu milhares de camponeses, índios e escravos recém-libertos, e foi destruído pelo Exército da República na chamada Guerra de Canudos em 1896.

⁶⁸⁸ SANTIAGO, Município de Rio Pomba, *op. cit.*, p. 212.

⁶⁸⁹ *Ibidem*, p. 207.

cadeia foi considerada em péssimo estado. Para além, havia dificuldades para a promoção da canalização nos distritos e houve o pedido de empréstimo ao governo do Estado para essa finalidade.

O intendente Aurélio Pereira Salgado promoveu uma subscrição popular para a construção do prédio do Forum da cidade e para a contribuição da cidade, entregue ao Presidente da Província de Minas Gerais Afonso Pena, para a construção da Faculdade Livre de Direito do Estado, em Ouro Preto.

O farmacêutico e capitalista Francisco de Paula Motta foi nomeado em seguida para o cargo e cumpriu seu mandato de 1898 a 1901. O período foi marcado por conflitos políticos e entre os trabalhadores das áreas rurais com ciganos e protestantes. As críticas dos adversários políticos apontavam para o excesso de tributação dos distritos usados em benefícios para a cidade.

Francisco Soares Peixoto de Moura foi nomeado intendente em 1901. Eleito deputado federal por Minas Gerais, acumulou os cargos. Neste período, houve a reunião de fundação da Conferência São Manoel, da qual participou. Foi substituído pelo vice, o médico Francisco Senra de Oliveira, que foi nomeado intendente em 1903. Em 1910, Francisco Soares Peixoto de Moura tornou-se diretor do Arquivo Público Mineiro e esteve à frente da instituição por uma década e se transformou num importante elo entre o município e o governo do Estado.

Antônio Dutra Nicácio foi nomeado novamente em 1908 e exerceu dois mandatos, até 1912. Neste período, os distritos de Guarani, Mercês e Palmira, com territórios anexados do distrito de Bomfim, se tornaram municípios independentes.

O médico José Gonçalves Neves, filiado ao Partido Republicano Mineiro (PRM), foi o intendente entre 1912 e 1916 com apoio do presidente da província de Minas Gerais, Júlio Bueno Brandão, comerciante da cidade de Ouro Fino, do secretário do interior Delfim Moreira e do secretário das finanças Arthur Bernardes, apoio intermediado por Francisco Soares Peixoto de Moura. Neste período, a comarca registrou gastos de 6:034\$573, que a deixou em 12º lugar em desenvolvimento da província.

Inaugurou o jardim municipal e transferiu a cadeia da praça central para o novo prédio, no bairro do Gordo. Construiu e inaugurou o Grupo Escolar Floriano Peixoto, que mais tarde teve seu nome foi alterado para Grupo Escolar São José. Segundo

Santiago⁶⁹⁰, o nome do colégio foi alterado devido a duas homenagens: ao médico e intendente José Neves, cujo nome batizou a principal avenida da cidade, onde foi construído o prédio para abrigar o Grupo Escolar e ao primeiro diretor do Grupo Escolar, o prof. José Carlos de Noronha.

Em 1916, a redefinição dos distritos do Pomba e das cidades vizinhas em novos municípios, os limites da cidade do Pomba foram redefinidos: a norte, com o município Palmira; a leste, com Ubá; a sul com Guarani e Rio Novo; e a oeste com Barbacena⁶⁹¹.

Na administração do médico e intendente Urbano de Queiroz, entre 1916 e 1919, houve a instalação do sistema de luz elétrica na cidade, por meio da empresa dos coronéis Adriano Marques Saraiva e José Mendonça dos Reis. A câmara concedeu em troca o privilégio de exploração por 25 anos. O intendente apoiou a iniciativa de Francisco Vieira de Siqueira para reinstalar seu jornal O Imparcial na cidade, a partir de 1918.

A higiene e os limites das responsabilidades públicas e privadas foram discutidas na Conferência São Manoel⁶⁹² após a epidemia de gripe espanhola. O assunto foi abordado no jornal O Imparcial. Em 1922, o jornalista e proprietário do jornal O Imparcial Francisco Vieira de Siqueira, solicitou à administração municipal do Pomba a criação de um banheiro de uso público, tal qual havia sido construído na cidade vizinha São João Nepomuceno: “um cômodo fechado, poderia ser feito de tábuas ou tijolos, servido de água e esgoto, capaz de oferecer banhos”⁶⁹³.

Em meio às disputas políticas que marcaram a gestão do intendente Cel. Alcebíades Mendes Ferreira, entre 1919 e 1922, e a política estadual mineira, o Cel. José Mendonça dos Reis, o maior produtor de café da cidade na época e vereador, recebeu uma carta de Raul Soares, o presidente do Partido Republicano Mineiro (PRM), que solicitou a nomeação de Odilon Duarte Braga⁶⁹⁴ como intendente da cidade.

Odilon Duarte Braga (1894-1958) nasceu em Guarani, distrito de Pomba, era filho de Tertuliano da Silva Braga e Maria Duarte Braga. Estudou no Colégio Granbery, em Juiz de Fora e formou-se na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. No Pomba foi advogado, jornalista, colaborou com os jornais A Notícia, do Rio

⁶⁹⁰ *Ibidem*, p. 225.

⁶⁹¹ SANTIAGO, Município de Rio Pomba, *op. cit.*, p. 224.

⁶⁹² SSVP. Livro de Atas da SSVP. Livro de Atas da Conferência São Manoel de Pomba, 1917-1929.

⁶⁹³ O IMPARCIAL, Pomba, 20/8/1922, pp. 1.

⁶⁹⁴ FGV/ CPDOC. Odilon Duarte Braga. Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/odilon_braga>. Acesso em 12 de fev. de 2017; Anexo Biografias.

de Janeiro; o Estado de Minas, de Belo Horizonte; o Jornal do Comércio, de Juiz de Fora; A Justiça e Nova Era, de Rio Pomba. Foi escritor, diretor da rádio Transmissora, hoje rádio Globo, no Rio de Janeiro, proprietário de terras, comerciante e criador.

Em relação à política, foi vereador na cidade do Pomba, presidente da câmara municipal e agente do executivo em 1890 e intendente, em 1908, deputado estadual, deputado federal, Inspetor de Ensino, oficial de gabinete de Raul Soares de Moura na Secretaria do Interior e Justiça de Minas Gerais (1918), chefe de Polícia, de 1930 a 1933 e ministro da agricultura no governo Vargas, de 1934 a 1937. Foi também advogado do Banco do Brasil, consultor jurídico da Superintendência da Moeda e do Crédito, da Caixa de Mobilização Bancária e da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil. Integrou a diretoria do Banco de Crédito Real de Minas Gerais.

Nomeado intendente para gestão entre 1923 e 1927, seu período de governo municipal foi interrompido por várias ocasiões devido às suas contínuas viagens à capital do estado ao ser convocado pelo diretório do Partido Republicano Mineiro (PRM). Inaugurou o primeiro colégio para moças da cidade, com o Curso Normal, o Regina Coeli, dirigido pelas Irmãs Missionárias do Sagrado Coração de Jesus; construiu as rodovias Pomba-Mercês e Pomba-Piraúba; inaugurou o Ginásio Estadual Pombense, hoje, Escola Estadual Prof. José Borges de Moraes; instalou as Estações Experimentais de Café, no município Coronel Pacheco e de fumo, no Pomba. Em 1954, a Estação Experimental de Fumo foi transformada na Escola Agrícola de Rio Pomba, por iniciativa do deputado Último de Carvalho, que foi prefeito da cidade em 1946. Atualmente o local ocupado pela Estação Experimental de Fumo abriga o Instituto Federal de Educação Tecnológica - IFET/ Sudoeste de Minas Gerais, Campus Rio Pomba.

Como intendente, Odilon Braga apoiou iniciativas particulares no Pomba e nas cidades próximas, como a construção da usina Ituerê, a Companhia Força e Luz Cataguases Leopoldina e a usina açucareira do Pomba, no final da Rua Felemon Torres, próximo à rodovia Pomba-Mercês. Essa usina açucareira contou com um time de futebol com campo próprio, o Operário Futebol Clube, mas, segundo Santiago⁶⁹⁵, teve vida efêmera por falta de investimentos e seu maquinário foi vendido para sua concorrente na cidade de Visconde do Rio Branco.

⁶⁹⁵ SANTIAGO, Município de Rio Pomba, *op. cit.*, p. 230.

Daniel Urbano Baeta Alvim foi nomeado intendente para a gestão de 1927 a 1931. Intensificou as construções de casas residenciais da Avenida Dr. José Neves e organizou o loteamento do bairro do Rosário. Construiu o reservatório distribuidor de água da cidade. Ramiro Rocha, fazendeiro, funcionário da coletoria federal, vereador do Pomba e vicentino subscritor, publicou uma nota no jornal O Imparcial em que reconheceu o trabalho desenvolvido por Baeta Alvim em relação aos serviços urbanos e rurais de emergentes necessidades, tornando a cidade mais habitável e confortável.

No entanto, o autor da nota entendeu que era necessária a repressão ao abuso da mendicância a perambular pelas ruas da cidade, em grupos mesclados de indigentes e exploradores da credulidade pública. Afirmou já ter publicado no mesmo semanário, “há tempos”, a necessidade da construção de um hospital ou mesmo um albergue “para o abrigo dos infelizes, que deveriam estar regulamentados por meio de chapas numeradas e de registros policiais, como se faz em todos os centros adiantados”⁶⁹⁶.

Durante a Revolução de 1930, as tropas revolucionárias passaram pela cidade, houve participação ativa de Odilon Braga e do deputado Último de Carvalho, que foi convocado pela Coluna Leste, de Juiz de Fora, para missão militar na cidade do Pomba. Segundo seu relato, “como agrimensor de conta própria, eu ouvia por toda parte os clamores da classe rural contra o governo”⁶⁹⁷.

Após a ascensão de Vargas, foi nomeado para prefeito Oscavo Gonzaga Prata, fazendeiro e capitalista do distrito de Taboleiro, para a gestão de 1931 a 1934. Foi comemorado o centenário de instalação do município em 1932. Remodelou a cidade, introduziu a luz elétrica e a telefonia nos distritos Silveiras e Taboleiro.

Em 1934, o Arthur Eugênio Furtado assumiu o cargo de prefeito e destacou-se pelas obras para o desvio do leito do rio Pomba e pela construção de nova ponte. Nos anos de 1934 e 1935, o jornal O Imparcial denunciou focos de mosquitos na Várzea da Estação em consequência dos serviços realizados pela administração municipal para a mudança do curso do rio Pomba. Inicialmente, somente a população ribeirinha sofreu a perseguição dos mosquitos que se desenvolveram em águas paradas. Porém, o mal se generalizou por toda a cidade. Embora se tenha reconhecido as medidas tomadas pelo prefeito, Francisco Vieira de Siqueira, jornalista e proprietário do jornal, as considerou

⁶⁹⁶ O IMPARCIAL, Pomba, 9/3/1930, p. 1.

⁶⁹⁷ CARVALHO, Último de. Antes que eu me esqueça. Juiz de Fora, MG: Editora Pongetti, 1973, p. 34.

insuficientes e sugeriu a criação de uma polícia sanitária que fiscalizasse o despejo de esgotos no rio e os quintais das residências, “como nas cidades civilizadas”⁶⁹⁸.

A administração municipal de José Simões de Araújo Campos, entre 1936 a 1945, foi marcada pela inauguração do Hospital São Vicente de Paulo, em 1939.

Os vicentinos tornaram-se intendentess na cidade do Pomba e promoveram a construção de redes de saneamento e do Grupo Escolar. Contudo, não se constituíram num grupo organizado de profissionais-filantropos. As ações dos intendentess caracterizaram-se por iniciativas pessoais, que refletiam as disputas políticas.

Considerações

Imbuídos dos valores vicentinos, a partir de 1916, os líderes da SSVP adquiriram os principais jornais das cidades em estudo. Seu uso contribuiu para a divulgação da caridade vicentina. Os vicentinos profissionais de saúde atuaram como elementos socializadores.

A caridade vicentina pode ter contribuído para a adesão da sociedade ao modelo de assistência e para que os vicentinos adquirissem o poder político. Como intendentess, atuaram em colaboração com os demais setores da sociedade para a materialização da caridade.

⁶⁹⁸ O IMPARCIAL, Pomba, 20/12/1934, p. 1; 16/6/1935, p. 1; 1/12/1935, p. 1.

CAPÍTULO VI

Obras especiais e unidas.

O sexto capítulo estuda as obras especiais e unidas na Zona da Mata. O objetivo é identificar as instituições e seu processo de criação, em especial, o Hospital São Vicente de Paulo nas cidades de Ubá e do Pomba, a obra mais esperada pela sociedade local, conforme foi visto desde as primeiras atas das conferências em estudo.

Como foi dito, no Brasil na Primeira República as obras especiais eram aquelas criadas e supervisionadas pelas conferências, de caráter efêmero ou contínuo, que necessitavam de certa organização, de um local próprio e de uma direção especial, sob o controle da conferência. No período em estudo, incluíam-se nessa categoria dispensários, rouparias, distribuição de alimentos, caixas escolares, patronato de aprendizes, entre outras. As obras unidas deveriam possuir personalidade jurídica independente e diferenciada em relação a cada um de seus membros, assim, foram subordinada ao Conselho Particular local.

As obras unidas demandam um tratamento especial, que Chizoti⁶⁹⁹ apontou como “próximo ao empresarial”, o que contraria a missão vicentina e por isso são denominadas “unidas”, como se constituíssem numa atividade extraordinária que se une à SSVP com estatutos, objetivos e administração própria.

Sabemos que a principal obra era a visita dos pobres em domicílio. Seus registros foram realizados por meio das atas das conferências sem a identificação dos assistidos, um cuidado que visava proteger suas identidades e evitar o estigma, o que dificulta o estudo sobre elas. As obras especiais e unidas não eram essenciais ao funcionamento da SSVP, em muitas cidades a associação funcionou apenas com a obra principal. Entretanto, a construção dessas obras ameaçou a finalidade principal da associação devido ao envolvimento dos atores em questões administrativas, jurídicas e patrimoniais, como previu Joaquim Furtado de Meneses.

⁶⁹⁹ CHIZOTI, Os operários da caridade, *op. cit.*, p. 189.

6.1. As obras de assistência vicentina no Brasil.

Sanglard e Ferreira⁷⁰⁰ explicaram que as mudanças político-sociais pelas quais as sociedades passaram no final do século XIX estimularam tanto os governos como a própria sociedade a buscar soluções para o problema dos mendigos e vagabundos nas cidades: na opinião dos autores, a organização da assistência foi um dos mecanismos postos em prática, assim como a manutenção de hospitais e instituições congêneres.

Na opinião de Marques⁷⁰¹, garantir assistência gratuita para o pobre doente, respeitável e merecedor era algo que a sociedade atribuía às elites e que confirmava os laços sociais de paternalismo, deferência e gratidão.

Sanglard e Ferreira⁷⁰² observaram que as soluções encontradas para a pobreza refletiram os diferentes contextos, mas pode-se afirmar que a ideia de evitar a transformação do pobre em miserável por meio do trabalho foi uma preocupação constante. Os autores assinalaram que, de maneira geral, a assistência na Primeira República “foi uma das formas de suavizar a pobreza, organizada por meio das irmandades devocionais e/ou confrarias profissionais, caracterizou-se por uma solidariedade horizontal e pela atenção à mortalidade infantil, uma ameaça à demografia das nações”.

Em relação aos serviços de educação e de saúde, a primeira Constituição republicana, em 1891, atribuiu aos estados a provisão e os custos de suas necessidades. Fonseca⁷⁰³ explicou que se desenvolveu no país a ideia da saúde como um “bem público”, e, portanto, aos olhos de um segmento da população urbana, a saúde pública tornou-se um dever do Estado. A assistência à população foi reservada às municipalidades, que dirigiam a assistência hospitalar e os socorros públicos aos pobres. Os indigentes eram encaminhados às casas de caridade. Silveira e Marques⁷⁰⁴ afirmaram que foram criados os lazaretos para morféticos e hospícios para os alienados, vinculados às verbas extraordinárias, de caráter esporádico e emergencial.

⁷⁰⁰ SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio. Pobreza e filantropia: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro (1900-1920) *Estud. hist.* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 27, n. 53, p. 71-91, Jun. 2014, p. 73. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862014000100071&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 fev. 2017.

⁷⁰¹ MARQUES, A Caridade criando hospitais em Minas Gerais (Brasil) séculos XVIII-XX, *op. cit.*, p. 118.

⁷⁰² SANGULARD e FERREIRA, Pobreza e filantropia, *op. cit.*, p. 74.

⁷⁰³ FONSECA, Saúde no Governo Vargas (1930-1945), *op. cit.*

⁷⁰⁴ SILVEIRA, Anny Jackeline Torres e MARQUES, Rita de Cássia. “Estado e saúde na Província de Minas”. In: RESENDE e VILLALTA, A Província de Minas, *op. cit.*, pp. 431-435.

O decreto da Santa Sé, de 1824, havia proibido as associações católicas, leigas e eclesiásticas, de assumirem ou exercerem personalidade jurídica sem a autorização ordinária do bispo. Porém, após a Proclamação da República no Brasil, a Lei 173, de 1893, regulamentou a obrigatoriedade da aquisição de personalidade jurídica por parte das associações religiosas e assistenciais.

Joaquim Furtado de Meneses alertava os vicentinos em relação aos perigos que as obras poderiam oferecer à finalidade da associação, porém, em São Paulo, em 1908, a Conferência Nossa Senhora das Dores, da paróquia de Avaré, em São Paulo, recebeu a autorização da Diocese de Botucatu e adquiriu personalidade jurídica para suas obras. Na prática, os vicentinos sentiam a necessidade de construir instituições para o atendimento aos pobres.

Chizoti⁷⁰⁵ observou que a situação gerou hesitação do Conselho Superior do Brasil. A regulamentação poderia ser útil à SSVP no sentido de possibilitar a aquisição de legados, donativos governamentais e a constituição de patrimônio para a associação. Todavia, a situação ameaçava as autoridades eclesiásticas que temiam a instituição de novas irmandades e a possibilidade de novas intervenções do Estado na Igreja. Consultado, o Conselho Geral de Paris autorizou a associação a proporcionar as instituições aos pobres nos benefícios da lei, decisão oficialmente comunicada no primeiro congresso vicentino, realizado na cidade de Aparecida do Norte, em São Paulo, em 1914⁷⁰⁶.

Observamos a atuação vicentina nos trabalhos de Chizoti, Marco Antônio de Souza e Rildo Bento de Souza.

Em relação à cidade de São Paulo, que se destacava por seu processo de industrialização, Chizoti⁷⁰⁷ observou que, devido à presença eminente da Santa Casa de Misericórdia e de outras instituições beneficentes, nas primeiras décadas após a fundação das primeiras conferências, os vicentinos paulistas se dedicaram quase exclusivamente às visitas domiciliares. As obras especiais foram bibliotecas, escolas, rouparias e secretariado para as famílias. Durante a calamidade ocasionada pela gripe espanhola, os vicentinos foram convocados a ampliar sua tarefa habitual para levar auxílios aos miseráveis nos locais mais afastados. Na ocasião, a população reconheceu a

⁷⁰⁵ CHIZOTI, Os operários da caridade, *op. cit.*, p. 140.

⁷⁰⁶ SUCUPIRA, Luís Cavalcante. *A influência dos vicentinos na recristianização do Brasil*. Conferência pronunciada no Palácio da Cultura, no dia 29 de julho de 1972, em comemoração à fundação da SSVP no Brasil. Rio de Janeiro, (folheto), 1972.

⁷⁰⁷ CHIZOTI, Os operários da caridade, *op. cit.*, p. 162.

utilidade pública da associação. Durante a Revolução Constitucionalista de 1932, a SSVV recebeu do governo revolucionário paulista a direção do Departamento de Assistência, com uma verba pública a ser usada de acordo com os critérios da associação.

A industrialização paulista proporcionou uma situação específica em relação às demais cidades brasileiras no final do século XIX: as reivindicações operárias, em grande parte, eram relacionadas à saúde dos trabalhadores, e, ao impossibilitar o exercício do trabalho, traziam prejuízos aos empresários. As organizações de caráter mutualista e cooperativista para a assistência operária cederam lugar aos sindicatos com reivindicações políticas. Surgiram os Centros Católicos Operários com a participação vicentina, como o caso do Centro dos Operários Católicos do Brás, atual Centro Metropolitano dos Operários Católicos, fundado em 1907 pelo presidente da conferência do bairro e proprietário do jornal “O Operário”.

Em São Paulo, as obras unidas vicentinas foram criadas apenas na década de 1930, voltadas especialmente para os pobres inaptos ao trabalho: a “Assistência aos Mendigos”, criada em colaboração com a polícia, em 1932; o “Instituto Pedagógico Frederico Ozanam”, em 1932, para integrar os colégios e os cursos comerciais vicentinos; a “Vila Mascote”, para o abrigo de indigentes em 1933; a “Colônia Agrícola Bussocaba” em 1935, para o internato de indigentes do sexo masculino; a “Assistência Habitacional São João Bosco”, para o abrigo de viúvas com filhos; e o “Colégio Dom José Gaspar”, em 1941, para atender às crianças pobres⁷⁰⁸.

Um Relatório do Conselho Central de São Paulo na década de 1930 informou que os objetivos das obras vicentinas no estado podiam ser sintetizadas na prestação de assistência médica, que incluem a distribuição de medicamentos, a internação em hospitais e asilos, o enterramento, a colocação dos filhos dos assistidos em internatos e colégios, a busca de empregos para os membros das famílias, além da orientação aos vicentinos no sentido de se dedicarem às horas santas, terços e vias sacras, além da promoção do natal e páscoa aos pobres⁷⁰⁹.

Em 1941, houve a intervenção do episcopado no Conselho Metropolitano de São Paulo. Segundo Chizoti⁷¹⁰, o arcebispo traçou diretrizes para controlar os empreendimentos vicentinos que “ameaçavam transformar a associação numa grande

⁷⁰⁸ *Ibidem*, p. 187-215.

⁷⁰⁹ *Ibidem*, p. 181.

⁷¹⁰ *Ibidem*, p. 236.

empresa”, o que diluiria o exercício da caridade. Em carta, o arcebispo alertou o presidente do conselho a “combater o exibicionismo da caridade” e a lembrar aos confrades de que “seguir a ideia do exercício da caridade era um apostolado”. Disse que deveriam se dedicar à “poesia da caridade”, um programa digno do zelo pelos pobres e de inflamar os corações ao amor para a felicidade da pátria.

Segundo Rildo Bento de Souza⁷¹¹, em relação à cidade de Goiás, havia o Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, fundado em 1825 pela confraria da Misericórdia, com a proteção de D. Pedro II, criado para abrigar e tratar dos enfermos pobres. Entretanto, segundo o autor, os vicentinos mostraram às conferências goianas o que consideraram o principal problema da cidade: um número elevado de pobres que precisavam de aluguéis e de alimentação, os mendigos, doentes, velhos e alienados mentais que viviam nas ruas. O Conselho Particular concebeu a ideia de construção de um asilo “que representasse, na prática, os ideais de São Vicente de Paulo e de Ozanam, ou seja, que oferecesse conforto espiritual, que foi oferecido pelas irmãs e padres dominicanos, e conforto material, assegurado pelos vicentinos”.

As obras goianas no período em estudo foram criadas a partir da década de 1880: a “Escola Noturna”, um colégio mantido pelo Conselho Particular por um ano e posteriormente instituída pelo governo provincial, no mesmo prédio da escola vicentina; a “Doutrina Cristã”, a catequese, inicialmente realizada por leigos e posteriormente exercida pelos padres dominicanos; a “Visita aos Presos e aos Doentes”, as “duas classes de desgraçados” que o autor observou ser a bandeira de Vicente de Paulo, de Ozanam e da SSVP, que tinha como objetivo de “mostrar-lhes Deus, o médico do corpo e da alma”⁷¹²; e o “Asilo São Vicente de Paulo”.

Em relação aos estudos sobre a nova capital mineira, Marco Antônio de Souza⁷¹³ identificou que a cidade planejada conviveu logo nos seus primeiros anos com a questão social e operária. Marques⁷¹⁴ viu que a cidade mostrou-se despreparada para as centenas de trabalhadores encarregados de sua edificação. Seu projeto não definiu a moradia para esses trabalhadores e suas famílias e houve ocupação desordenada da cidade, situação que as autoridades interpretaram como responsável pelo comprometimento da salubridade e pela difusão de doenças epidêmicas, como a tuberculose. A autora observou que a elite mineira, frente ao alto número de pessoas carentes, tomou a

⁷¹¹ SOUZA, Pobreza, Doenças e Caridade em Goiás, *op. cit.*, p. 39.

⁷¹² *Ibidem*, p. 40.

⁷¹³ SOUZA, A economia da caridade, *op. cit.*, p. 33-35.

⁷¹⁴ MARQUES, A Caridade criando hospitais em Minas Gerais (Brasil) – séculos XVIII-XX, *op. cit.*, p. 117.

iniciativa de criar “casas de caridade”, que contavam com auxílios financeiros de benfeitores e da prefeitura, além da arrecadação por meio de campanhas das “damas de caridade”.

Os vicentinos participaram das campanhas para a realização das obras do hospital da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, fundado em 1899. Souza⁷¹⁵ explicou que os vicentinos defenderam contribuições regulares e mensais para a manutenção do hospital, num mutirão, o que pode ser visto como uma ideia precursora da contribuição previdenciária.

Segundo o autor⁷¹⁶, além da “Sagrada Visita”, a obra principal, as obras criadas em Belo Horizonte na Primeira República foram: “Casamento dos Pobres”, para evitar uniões ilícitas; o “Catecismo”, para divulgar a doutrina católica entre as crianças; a “Dispensa Econômica”, organização para que os pobres comprassem alimentos a preços mais baratos ou por meio de distribuição de vales; as “Enfermarias”, locais para o atendimento de indigentes sob os cuidados de confrades comissionados; ao “Albergues Vicentinos”, locais que funcionavam como dormitório de indigentes, para evitar que seu comportamento se tornasse perigoso à noite; as “Casinhas de Morada”, casas alugadas a preços baixos ou construídas como propriedades da associação para a moradia temporária das famílias, durante o período em que estivessem em aflição; a “Rouparia”, a distribuição de roupas aos pobres; o “Patrocínio”, que incluía todos os tipos de ajuda aos menores, como o fornecimento de material escolar, alguma mensalidade em atraso no colégio, ou a manutenção de colégios profissionalizantes; “Visitas aos Hospitais e às Cadeias” e os “Funerais”.

Os problemas de saúde e de educação da população foram vistos pelos vicentinos da Zona da Mata como as principais questões locais a serem enfrentadas. As epidemias que ocorriam desde as últimas décadas do século XIX e suas consequências contribuíram para a ideia de que havia a necessidade de um hospital nas cidades. Nas conferências, os médicos vicentinos orientavam os demais membros da associação a levarem conselhos sobre a higiene aos pobres durante as visitas domiciliares. Explicavam que os auxílios para o tratamento de saúde, em alguns casos, se resumiam a banhos diários e uma alimentação adequada, o que nos levou a crer a consciência da necessidade da instrução para o alcance de melhor estado de saúde⁷¹⁷.

⁷¹⁵ SOUZA, A economia da caridade, *op. cit.*, p. 32.

⁷¹⁶ *Ibidem*, p. 33-35.

⁷¹⁷ SSVP. II Livro de Atas da Conferência Natal do Bom Jesus, 1899-1905.

As orientações sobre a higiene também eram feitas por intermédio dos padres e leigos no catecismo e nas reuniões após a missa aos domingos, para os casais pobres que desejavam oficializar a união.

Nas conferências, houve debates sobre os doentes presos. Os confrades entenderam que estes deveriam estar separados dos demais e defenderam um tratamento específico para a embriaguez. Os auxílios vicentinos foram enviados à cadeia em visitas e dias festivos, em colaboração com o vigário, que realizava missas nessas ocasiões.

As orientações de Joaquim Furtado de Meneses apontavam para a importância da prática da caridade por meio das Sagradas Visitas. Apesar de considerar necessárias as obras especiais e unidas, o presidente do Conselho Metropolitano de Belo Horizonte alertou para o perigo representado pelas obras de assistência, as obras especiais e unidas, para a realização do ideal vicentino. Explicou que o ideal de servir não conduz ninguém à direção de uma instituição.

Furtado de Meneses explicou que a direção de uma instituição de caridade era um encargo, um ônus, e se a pessoa a deseja é porque tem outros interesses que não o de servir: “quem quer dirigir as obras não serve, quem não quer dirigir é que serve”. Considerou “ser fácil sentir-se satisfeito por se construir um edifício, mas era difícil sentir que uma família foi promovida pelo trabalho vicentino”, porque a família recuperada, às vezes, poderia trazer decepção. Por isso, os confrades são tentados a se entregarem às obras materiais, de construção e direção de instituições⁷¹⁸.

Furtado de Menezes orientava os vicentinos no sentido de aconselharem os ricos a direcionar sua caridade à SSVP. Para promover a ordem e o progresso por meio da justiça social os vicentinos organizaram a iniciativa voluntária para a criação de obras unidas. Explicava que as instituições beneficentes, as obras especiais e unidas, poderiam ser criadas por particulares, por novas associações ou por novas irmandades, criadas e orientadas pelos vicentinos.

Entretanto, no caso observado em Ubá, os próprios vicentinos tornaram-se os beneficentes e colaboraram por meio de suas iniciativas particulares ou pela orientação na criação de novas irmandades e de associações voluntárias. Os vicentinos da área central da Zona da Mata contaram com a colaboração do clero e de outras irmandades, associações ou sociedades pré-existentes. Eles mesmos poderiam pertencer às outras

⁷¹⁸ MENEZES, Reflexões vicentinas, *op. cit.*, p. 117.

associações. O compromisso com a SSVP limitava-se às conferências e ao exercício da caridade por meio das visitas aos pobres.

6.2. A Educação e os colégios.

O século XIX foi marcado por um esforço significativo para efetivar os sistemas nacionais de educação. Nesse ambiente cresceu a importância do ensino elementar e da formação de professores. A Escola Normal laica surgiu na França após a Revolução e deixou sua concepção de como formar professores para futuras experiências, de caráter eminentemente científico, seus mestres deveriam ser reconhecidos intelectuais da época.

Até 1840, o ensino no Brasil era ministrado em aulas avulsas pelas aldeias e vilas, por professores leigos. Neste ano, o governo da província de Minas Gerais estabeleceu “aulas reunidas” em instituições leigas, como havia sido implantado em São Paulo, com a inauguração do Colégio Assunção, em Ouro Preto, conhecido como Colégio Mineiro, fundado pelo Padre Leandro Rebello Peixoto e Castro. O padre havia sido convidado a colaborar na organização inicial do Colégio Pedro II, a pedido do ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos, em 1837 e foi nomeado seu vice-diretor⁷¹⁹.

Senna⁷²⁰ informou que o primeiro colégio feminino de Minas Gerais foi o Colégio Providência, fundado em 1850 pelos esforços do bispo D. Viçoso, sob a organização das irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo.

Na segunda metade do século XIX, ações políticas visaram eliminar as aulas avulsas para que o estado tivesse maior controle sobre a educação. Moura⁷²¹ explicou que, a partir de 1870, duas medidas caracterizaram uma mudança cultural nos rumos da educação: a exigência de prédios próprios para a instalação de escolas e a definição da Escola Normal para formar professores mais qualificados. Surgiram os liceus, os colégios e os ateneus. O autor contabilizou haver, em 1889, três liceus no Rio de Janeiro e em Minas Gerais; dois liceus em Pernambuco e um liceu nos demais estados.

Ribeiro⁷²² explicou que a República iniciou o processo de centralização da educação por meio de reformas preocupadas em implantar um currículo unificado para todo o país, sob a responsabilidade dos estados.

⁷¹⁹ MOURA, Laércio Dias de. *A educação católica no Brasil: passado, presente, futuro*. São Paulo: Edições Loyola, 2000, 2ª ed., pp. 79-87.

⁷²⁰ SENNA, A Terra Mineira *op. cit.*, p. 201.

⁷²¹ MOURA, A educação católica no Brasil, *op. cit.*, p. 90.

⁷²² RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. *Paidéia* (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, n. 4, p. 15-30, Jul. de 1993. Disponível em:

A nova concepção de ensino implicou em outra organização da instituição escolar: em Minas, foi implantada por João Pinheiro, em 1906. Seus idealizadores pretendiam criar espaços de educação continuada no Grupo Escolar e, para isto, reformaram também a formação de professores. O governo do estado incentivou a educação artística, em que se destacaram as escolas de música⁷²³.

A educação foi concebida como um fator determinante na mudança social, contudo, as reformas regionais restringiram-se ao curso primário, já que as ideias não chegaram a alterar a organização e o funcionamento dos ensinos secundário e superior. O ensino secundário era realizado em duas etapas, a primeira dividida em cinco anos e a segunda era uma espécie de especialização que durava dois anos.

Em relação ao ensino superior, multiplicaram-se as faculdades pelo país durante a Primeira República, em estabelecimentos isolados. A primeira universidade do país foi criada em 1920, a Universidade do Rio de Janeiro, que uniu as faculdades preexistentes de Medicina, Engenharia e Direito. O Estado de Minas Gerais criou em Belo Horizonte, em 1927, a Universidade de Minas Gerais.

Segundo Senna⁷²⁴, em 1920, a população mineira recenseada era de 5.319.727 habitantes e a população escolar, entre 7 a 14 anos de idade, foi estimada em 1.207.547 crianças. A renda do estado para o exercício em 1920 era de 56.189:056\$850 e as verbas destinadas à educação representaram cerca de 15% deste valor. Até o final do ano de 1924, como divulgado pela Diretoria de Instrução Pública, o estado contava com 199 Grupos Escolares, 2.058 colégios de educação primária mantidas pelo governo, 737 escolas primárias municipais e 873 particulares.

As iniciativas voluntárias para a assistência relacionada ao combate ao analfabetismo destacaram-se na década de 1920: em Belo Horizonte foi criada a Escola Maternal, única em seu gênero no Brasil, destinada às crianças da classe operária; o ensino profissional técnico em diversas cidades e as escolas agrícolas, voltadas aos menores “desvalidos”.

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1993000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 de fev. de 2017.

⁷²³ *Ibidem*, pp. 211-213.

⁷²⁴ SENNA, A Terra Mineira *op. cit.*, p. 209.

6.2.1. Instituições de ensino em Ubá.

Os vicentinos de Ubá observaram as orientações de Joaquim Furtado de Meneses e assumiram o protagonismo na construção dos colégios por meio de iniciativas privadas.

A primeira obra especial da Conferência Natal do Bom Jesus foi a concessão de dez bolsas de estudos no Colégio Caraça para meninos que se interessaram pela carreira eclesiástica⁷²⁵. Apesar de a informação estar contida nas atas da conferência e de ter sido reproduzida por Vieira⁷²⁶, não foi possível verificar como foi feito esse patronato devido à ausência de recibos nos arquivos do Colégio Caraça, que sofreu um incêndio em 1968.

A Conferência São Januário iniciou suas obras especiais em 1907, por meio da concessão de bolsas de estudos para meninos no Gymnásio São José, que frequentavam as oficinas como aprendizes, conveniadas com o colégio. A obra especial foi denominada nas conferências como “Internato para a Instrução das Classes Pobres”⁷²⁷. A ideia de internato se referiu ao fato de que os alunos completavam seu horário diário nos serviços da Fazenda Esperança, onde funcionava o Gymnásio São José, como parte do pagamento por seus estudos.

No mesmo ano de 1907 houve a fundação do colégio denominado “Externato São Vicente de Paulo”⁷²⁸, a segunda obra da Conferência São Januário. O ensino era gratuito, patrocinado pelos subscritores desta conferência e pedia-se a contribuição das famílias dos alunos que pudessem pagar pelo ensino. Os professores eram os membros da Conferência São Januário. A ata de fundação do colégio foi assinada pelos médicos Levindo Coelho, Arduíno Fontes Bolívar, José Augusto de Rezende e por Sebastião Pedro Cotta. No discurso de inauguração, o juiz Câncio Prazeres se referiu à sua convicção de que “o sonho dos grandes reformadores franceses estava próximo: a sociedade organizada por meio da fraternidade”⁷²⁹. Os representantes da imprensa e as elites da cidade compareceram à solenidade de inauguração, além do Monsenhor Paiva Campos e “a banda de música 22 de Maio”, o que confere o caráter solene do empreendimento⁷³⁰.

⁷²⁵ SSVP. I Livro de Atas da Conferência Natal de Ubá, 1895-1899, 12/4/1899;

⁷²⁶ VIEIRA, História de Ubá para as escolas, *op. cit.*, p. 33.

⁷²⁷ SSVP. I Livro de Atas do Conselho Particular de Ubá, 1906-1936, 14/4/1907.

⁷²⁸ SSVP. I Livro de Atas da Conferência Natal de Ubá, 1895-1899, 02/6/1907.

⁷²⁹ O SAPÉ, Ubá, 6/1/1907, p.2.

⁷³⁰ *Ibidem*, p. 1.

Os confrades educadores do Externato São Vicente de Paulo fundaram a Sala de Leitura em 1908, que deu origem à Academia Ubaense de Letras⁷³¹. A inauguração foi marcada pelos discursos de Carlos Peixoto de Mello, de José Gonçalves Sollero e pela declamação das poesias de Arduíno Bolívar. A ata de fundação da sala de leitura foi lavrada pelo intendente Carlos Brandão. A Sala de Leitura recebia doações de livros e estava à disposição dos alunos dos colégios da cidade para atividades orientadas pelos professores ou para o lazer. Administrada pela Conferência São Januário, era considerada uma obra especial para o suporte aos colégios.

As aulas do Externato foram ministradas nas salas térreas da residência de Joaquim Januário Martins da Costa, no Largo de São Januário. Esse colégio funcionou até 1911 e cada professor-confrade ministrava duas aulas por semana: de Português, José Rosalino Ponciano Gomes; de Francês, Arduíno Bolívar e José Augusto de Rezende; de Aritmética, Antônio Amaro Martins da Costa; de Geografia, Levindo Coelho; de História do Brasil, João Cabral Flecha; a Instrução Cívica e as “Lições das Coisas”, o juiz Câncio Prazeres; de Leitura, Sebastião Ramos de Castro; de Caligrafia, Joaquim Januário Carneiro; de Música, José Gonçalves Sollero e de a Instrução Moral e Religiosa, Sebastião Cotta e Carlos Gomide.

Azzi⁷³² explicou que a Carta Pastoral de 1890 orientava no sentido de que a religião era “o remédio de enorme eficácia para a cura dos males da pátria”, entretanto, a Constituição de 1891, no art. 72, par. 6º, estabeleceu o ensino leigo, que foi seguido de polêmicas pelo país, que perdurou durante a Primeira República. Os deputados mineiros enviaram pedidos ao governo para que autorizasse as aulas. O ensino religioso nos colégios públicos foi autorizado pelo governo mineiro em 1928 e o artigo 1º da lei estadual de 12 de outubro de 1929: determinou-se que as aulas ocorressem dentro do horário escolar, com frequência facultativa, uma tendência que se efetivou posteriormente em todo o país.

Para os vicentinos, o ensino religioso deveria ser integrado aos colégios públicos⁷³³, ministrado por professores leigos, no formato de “instrução moral”⁷³⁴. No entanto, no *Gymnásio São José*, o Monsenhor Paiva Campos era o professor de

⁷³¹ VIEIRA, História de Ubá para as escolas, *op. cit.*, p. 86-87.

⁷³² AZZI, Rioldo. O fortalecimento da Restauração Católica no Brasil (1930-1940). *Revista Síntese*. Nova Fase, v. VI, nº 17, 1979, p. 71.

⁷³³ O ESTANDARTE, Cataguases, 19/7/1917; 24/4/1917; 2/8/1917 e 9/8/1917.

⁷³⁴ SSVV. I Livro de Atas da Conferência São Januário de Ubá, 1905-1929, manuscrito, 17/9/1916.

religião⁷³⁵ e o catecismo foi oferecido nos colégios da cidade uma hora antes da abertura das aulas, ministrado pela Igreja⁷³⁶.

A polêmica sobre as aulas de religião em Ubá continuaram até a década de 1920. Os professores do Gymnásio São José e seu diretor, Newton Carneiro, que substituiu o proprietário em 1919, comunicaram por meio do jornal Folha do Povo⁷³⁷ que o Padre João Rodrigues de Oliveira continuaria a ministrar as aulas de religião na instituição, ao contrário dos boatos que corriam pela cidade.

Em tom jocoso, O Estandarte⁷³⁸ publicou nota sobre o assunto, observou que “as cambalhotas científicas que orientaram países como a França e Portugal a substituírem as igrejas pelas escolas [leigas], ‘para que não se construíssem mais cadeias’, produziu efeito contrário”. Vieira⁷³⁹ observou que Monsenhor Paiva Campos moveu esforços para a criação de mais escolas em Ubá. Promoveu, com os auxílios dos vicentinos, a criação do Colégio Santo Rosário e da Escola Normal Sagrado Coração de Jesus, ambas no bairro do Rosário, em Ubá, mas, embora o Monsenhor tenha sido nomeado Inspetor de Ensino em 1911, o governo do estado não aprovou nenhuma das duas iniciativas por falta de verbas.

Em 1910, um telegrama do arcebispo de Mariana, D. Silvério Gomes Pimenta, informou ao Monsenhor Paiva Campos que as religiosas da congregação *Sacre-Couer de Marie* se encontravam em condições precárias na cidade mineira Sete Lagoas, após a expulsão da congregação da França. O Monsenhor enviou um pedido formal à Diocese de Mariana para que as religiosas educadoras fossem transferidas para Ubá, a fim de fundar uma Escola Normal destinada à educação de moças. A iniciativa contou com o apoio do intendente do município, o Cel. Carlos Brandão, da Conferência São Januário e do empenho do arcebispo, que intermediou o contato o com a congregação⁷⁴⁰.

Em 1911, o Colégio *Sacre-Couer de Marie* foi inaugurado em Ubá. Alguns auxílios foram concedidos às famílias em dificuldades pelas conferências vicentinas por meio do pagamento de partes de algumas anuidades⁷⁴¹.

⁷³⁵ MUSEU HISTÓRICO. Catálogo do Museu Histórico Ginásio São José. Ubá, Movimento Cultural São José, 1ª edição, 2015, p. 32.

⁷³⁶ O ESTANDARTE, Cataguases, 1/1/1916, p. 1.

⁷³⁷ FOLHA DO POVO, Ubá, 22/2/1919, p. 1.

⁷³⁸ O ESTANDARTE, Cataguases, 20/1/1921, p. 1. Cf. ABREU, Luís Machado de. O discurso do anticlericalismo português (1850-1926). Aveiro, Portugal. Separata da Revista da Universidade de Letras, Universidade de Aveiro, 1999, n. 16.

⁷³⁹ VIEIRA, História de Ubá para as escolas, *op. cit.*, p. 88.

⁷⁴⁰ *Ibidem*, p. 33.

⁷⁴¹ SSVP. I Livro de Atas do Conselho Particular de Ubá, 1906 -1936, 03/12/1911.

Outros colégios foram criados pelos vicentinos de Ubá como instituições particulares, conforme a orientação de Joaquim Furtado de Meneses e acompanhados pela presença de Levindo Coelho. Os colégios foram: Externato Mineiro, Externato São Januário, Ginásio Ubaense, a Escola de Instrução Militar e a Escola de Comércio⁷⁴².

O colégio Externato Mineiro pertenceu a Cícero Galindo Torres, natural de Pesqueira, em Pernambuco, formado pela Escola Normal de Recife. Era o cunhado de Levindo Coelho. Fundado em 1915, o colégio funcionou no Palacete de Alfredo Gabioboertz, na Rua do Comércio, atual Rua Peixoto Filho. Torres era professor no Gymnásio São José, fundador da banda de música do colégio, na qual era o regente e clarinetista. O Externato Mineiro teve filiais inauguradas no ano seguinte em Conceição do Turvo, hoje Senador Firmino e na Serra do Onça, no distrito de Sapé, em Ubá. Entre os seus alunos, destacaram-se Ary Barroso, Manoel Vaz, Abel Aroeira, Abel Prazeres e Raymundo Soares. Posteriormente, Torres se transferiu para Conceição do Turvo, e mais tarde se tornou o intendente desta cidade⁷⁴³.

O colégio “Externato São Januário” pertenceu a Luiz Gonçalves Fontes: proprietário de terras, comerciante, criador e empresário, dono da padaria da Praça São Januário, atuou como jornalista: era colaborador da Gazeta de Ubá. Assinava seus comentários políticos sob o pseudônimo *Philoveritas*, os quais seu cunhado, o Dr. Christiano Roças, os respondia na Folha do Povo sob o pseudônimo *Phobomendax*. O colégio iniciou suas atividades em 1918, com apoio dos irmãos professores Gladstone, Glenarvam e Gerson Alvim, entre outros e destinava-se a preparar alunos para os exames de acesso ao curso superior⁷⁴⁴.

Os colégios “Ginásio Ubaense”, “Escola de Instrução Militar” e “Escola de Comércio” foram criados em 1922 por Lívio de Castro Carneiro, primo de José Januário Carneiro. Lívio Carneiro se transferiu para Ubá para lecionar no Gymnásio São José e se tornou vicentino da Conferência São Januário. O corpo docente de seus colégios contava com os médicos: Levindo Coelho, Otto Cirne, Ângelo Barletta, os Faria Alvim, José Godinho e pelo farmacêutico José Gonçalves Sollèro. O ginásio era preparatório para todas as escolas superiores da República, nos termos do decreto 11.895 de 1916. O curso primário preparava os alunos para o secundário e cobrava-se um valor adicional à

⁷⁴² SSVP. I Livro de Atas do Conselho Particular de Ubá, 1906 -1936, 11/06/1916.

⁷⁴³ VIEIRA, História de Ubá para as escolas, *op. cit.*, p. 85.

⁷⁴⁴ *Ibidem*, p. 86.

primeira mensalidade, chamada “joia”, para o caso de alguma parcela que porventura não fosse paga.

Para compreender os valores cobrados, observamos, por meio do censo de 1920, o valor pago como salário a um operário, que poderia chegar a 4\$000 por dia trabalhado⁷⁴⁵. Os valores cobrados pelos serviços do Ginásio Ubaense podem ser observados por meio do quadro 12⁷⁴⁶:

Quadro 12:
Valores cobrados pelos serviços do Ginásio Ubaense.

	Cursos	1ª prestação No ato da matrícula	2ª prestação 15 de maio	3ª prestação 15 de agosto	Jóia
Internos	Primário	250\$000	200\$000	200\$000	30\$000
	Secundário	350\$000	250\$000	150\$000	30\$000
	Comercial	350\$000	250\$000	150\$000	30\$000
Semi-externos	Primário	250\$000	150\$000	100\$000	20\$000
	Secundário	250\$000	200\$000	150\$000	20\$000
	Comercial	250\$000	200\$000	150\$000	20\$000
Externos	Primário	50\$000	40\$000	30\$000	10\$000
	Secundário	100\$000	80\$000	60\$000	10\$000
	Comercial	100\$000	80\$000	60\$000	10\$000

Lívio de Castro Carneiro idealizou a fundação de uma escola de ensino superior de odontologia e farmácia em Ubá, ideia discutida nas assembleias do Conselho Particular, que poderia oferecer serviços gratuitos aos pobres por meio da clínica-escola⁷⁴⁷ e convidou os médicos, dentistas e farmacêuticos da cidade para uma reunião no Gymnásio São José. Compareceram os médicos: Levindo Coelho, Ângelo Barletta, José Godinho, Adjalme Carneiro, Gladstone Alvim, José Augusto de Rezende, José Carneiro de Castro, os dentistas Gorazil Brandão e Alexandre Sartori, o advogado Agostinho Martins de Oliveira e o intendente Cel. Júlio Soares de Moura.

A reunião foi presidida por Levindo Coelho, que convidou Gorazil Brandão, Alexandre Sartori e Cândido Martins de Oliveira para a elaboração dos estatutos. Gorazil Brandão ficou conhecido na cidade por seu invento, um aparelho capaz de

⁷⁴⁵ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo de 1920. Salários. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6480.pdf>>. Acesso em 15 de fev. de 2017.

⁷⁴⁶ Quadro 12. Fonte: FOLHA DO POVO, Ubá, 28/5/1922, p. 4.

⁷⁴⁷ UBÁ, Edição Histórica, 1980, p. 18-22.

extrair as raízes dos dentes de forma a provocar menos dor nos pacientes⁷⁴⁸. A ideia era de manter consultórios particulares conveniados para o exercício dos alunos e promover os atendimentos àqueles que não pudessem pagar pelos serviços.

A Faculdade de Odontologia e Farmácia de Ubá foi inaugurada em 1923 e funcionou no prédio do *Gymnásio São José*. O fundador se tornou o diretor geral; como diretor técnico, o médico Ângelo Barletta e como secretário geral, José de Almeida Simões. Os primeiros professores médicos foram Levindo Coelho, Ângelo Barletta, Adjalme Carneiro, Gladstone Alvim, Agostinho Martins de Oliveira e José de Castro Carneiro. Os médicos Theóphilo Moreira Pinto e José Augusto de Rezende foram convidados a lecionar na instituição. Os professores farmacêuticos foram: José Gonçalves Sollero, José Rosalino Ponciano Gomes, Francisco Leite Guimarães, Cândido Martins de Oliveira, Honório Martins Carneiro, Sebastião de Oliveira Brandão e Mário de Azevedo e os professores cirurgiões-dentistas foram Gorazil Brandão, Tácito Monteiro e Donatário de Oliveira.

A faculdade contou com o apoio do benfeitor Rocha Lagoa, Inspetor de Ensino Superior que elaborou o relatório que garantiu sua oficialização, José Augusto Lopes, da associação dos amigos do *Gymnásio São José* e Lourenço Filho, chefe do gabinete do ministro Francisco Campos, que encaminhou o processo de oficialização da faculdade. Além dos benfeitores, três fiscais de ensino auxiliaram na organização da faculdade: Adesildo Bicalho, fiscal municipal, Demóstenes Martins de Oliveira, fiscal estadual e José Carneiro de Castro, fiscal federal⁷⁴⁹.

A Conferência São Januário providenciou o contato entre a faculdade com os profissionais vicentinos a fim de estabelecer convênios com as clínicas para o ensino prático e auxiliou no encaminhamento dos pobres a serem atendidos nas clínicas, em dias e horários específicos, por meio do encaminhamento entregue pelo confrade na visita domiciliar.

Foi possível entender que os colégios foram criados pelos vicentinos como instituições particulares para atender ao público capaz de pagar pelos serviços. Para a participação dos alunos pobres, os estatutos previam colaborações financeiras dos benfeitores, das Associações dos Amigos dos Colégios e de Caixas Escolares. Como foi visto, em alguns casos como do *Gymnásio São José*, os alunos pobres pagavam pelos estudos por meio de seu trabalho na instituição. Os vicentinos tornaram-se empresários.

⁷⁴⁸ FOLHA DO POVO, Ubá, 22/2/1919, p. 1.

⁷⁴⁹ UBÁ, Edição Histórica, 1980, p. 18-22.

O sistema de criação dos colégios envolveu obras especiais para financiá-los. Sua organização pode ser vista na figura 27⁷⁵⁰:

Figura 27:
Organização dos Colégios em Ubá.



Projetados para atender às elites, os filhos dos vicentinos do Conselho Particular de Ubá estudaram nesses novos colégios da cidade e, em alguns casos, na Faculdade de Odontologia e Farmácia, de Ubá. O negócio era rendoso. Os pobres poderiam ter acesso aos colégios por meio do patronato ou concessão de bolsas de estudo, porém, não foi possível elaborar o perfil social dos alunos porque os livros de matrícula não foram preservados ou não se encontram em bom estado. Embora os livros não tenham sido disponibilizados pelas instituições, o catálogo do Museu Gymnásio São José informa que os alunos pertenciam às “boas famílias de diversos estados do país, que chegavam pela Estrada de Ferro Leopoldina”⁷⁵¹.

⁷⁵⁰ Figura 27. Fonte: Elaboração própria a partir de informações contidas em: SSVP. I Livro de Atas do Conselho Particular de Ubá, 1906-1936.

⁷⁵¹ MUSEU HISTÓRICO. Catálogo do Museu Histórico Ginásio São José. Ubá, Movimento Cultural São José, 1ª edição, 2015, p. 13.

As instituições de ensino vicentinas criadas na cidade de Ubá na Primeira República foram identificadas nesta pesquisa podem ser observados por meio do quadro 13⁷⁵²:

Quadro 13:
Instituições de ensino em Ubá, 1906-1936.

Localização	Colégio	Ano de fundação	Intendente	Proprietário (vicentino)
Ubá	Gymnásio São José	1905	Carlos Peixoto de Mello	José Januário Carneiro
Ubá	Externato São Vicente de Paulo	1907	Carlos Brandão	Conferência São Januário
Ubá	Sala de Leitura	1908	Carlos Brandão	Conferência São Januário
Ubá	Externato Mineiro	1915	Pedro Xavier Pires	Cícero Galindo Torres
Ubá	Externato São Januário	1918	José Gonçalves Sollero	Luiz Gonçalves Fontes
Ubá	Ginásio Ubaense	1922	Júlio Soares de Moura	Lívio de Castro Carneiro
Ubá	Escola de Instrução Militar	1922	Júlio Soares de Moura	Lívio de Castro Carneiro
Ubá	Escola de Comércio	1922	Júlio Soares de Moura	Lívio de Castro Carneiro
Ubá	Faculdade de Odontologia e Farmácia de Ubá	1923	Júlio Soares de Moura	Lívio de Castro Carneiro

Entendemos que, para a prática da caridade modernizada, caracterizada pela solidariedade horizontal, a organização vicentina estabeleceu uma rede de colégios privados em que os proprietários eram os membros das conferências.

6.2.2. Instituições de ensino no Pomba.

A Conferência São Manoel e a confraria Damas do Sagrado Coração de Jesus criaram o Colégio São Vicente de Paulo no bairro do Gordo, subúrbio da cidade, para a educação de meninos e meninas, mas o Colégio funcionou apenas por poucos meses⁷⁵³ devido aos altos custos.

A Caixa Escolar do Grupo Escolar São José esteve sob o controle dos vicentinos, que publicavam notas de agradecimento pela colaboração das mães dos alunos colaboradores no jornal O Imparcial: “como já tivemos oportunidade de afirmar,

⁷⁵² Quadro 13. Fonte: Elaboração própria.

⁷⁵³ MUSEU HISTÓRICO DE RIO POMBA. Fundo Eclesiástico. Cartas de Francisco Clemente de Araújo à Confraria Damas do Sagrado Coração de Jesus.

a merenda é fornecida com a melhor boa vontade, com espírito vicentino mesmo, amparando a frequência de todos os alunos”. O Imparcial publicava semanalmente os nomes das mães caridosas que contribuíram e afirmava que “como se sabe, a infância pobre está realmente amparada e o Grupo Escolar merece a valiosa solidariedade das almas boas”⁷⁵⁴.

Em 1926, Odilon Braga solicitou à direção do Colégio Regina Coeli, do Rio de Janeiro, que instalasse uma “educandário” em Rio Pomba, com o Curso Normal. A Superiora Geral da Congregação fundada pela Santa Francisca Xavier Cabrini, inaugurou o novo colégio em 1927⁷⁵⁵.

Essa pesquisa apontou que, ao contrário do ocorrido em Ubá, os vicentinos do Pomba não criaram colégios como instituições particulares. O Grupo Escolar São José teve como público a classe média, os mais pobres eram objetos da caridade. Os filhos das elites continuaram a estudar fora da cidade. Dirigiram-se, principalmente, à Belo Horizonte, Juiz de Fora e Rio de Janeiro.

A Conferência São Manoel praticou a caridade por meio de obras como a Caixa Escolar do Grupo São José, a Rouparia, que fornecia roupas e calçados que as crianças frequentassem o colégio e outros auxílios para a aquisição dos demais materiais escolares.

6.3. A organização da saúde pública.

De acordo com a Constituição de 1891, à União ficou reservada a responsabilidade dos serviços de higiene relativos aos estudos sobre as doenças, às medidas profiláticas, à defesa e disseminação de doenças exóticas e indígenas na capital federal, a produção de estatísticas demográficas e sanitárias, a fiscalização do exercício da medicina e farmácia, a análise de substâncias importadas e o serviço sanitário marítimo dos portos. As medidas da prefeitura se concentraram na questão urbana, com as melhorias das condições sanitárias e seu embelezamento. A estrutura da assistência hospitalar foi pouco alterada.

Em 1896 foi criada a Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), que substituiu o Conselho de Saúde Pública, para dirigir os serviços sanitários do Distrito Federal e dos portos marítimos e fluviais. O governo republicano ofereceu aos estados os serviços

⁷⁵⁴ FOLHA DO POVO, Ubá, 26/7/1936, p. 1.

⁷⁵⁵ Colégio Regina Coeli. Disponível em: <<http://www.colegioreginacoeli.com.br/a-escola/historico/>>. Acesso em: 2 de fev. de 2017.

para o atendimento à população em situações de epidemias, caso houvesse pedido pelo auxílio. As principais atribuições da diretoria incluíram a fiscalização do exercício da medicina e da farmácia, promover estudos sobre doenças infectocontagiosas, e organizar estatísticas demográfico-sanitárias. Sua competência foi ampliada durante a gestão de Oswaldo Cruz⁷⁵⁶ (1903-1909), caracterizada pelo modelo de polícia médica, desenvolvido no século XIX: incorporou os serviços de higiene defensiva domiciliar no Distrito Federal, a Polícia Sanitária e a Profilaxia Geral.

O médico e cientista Oswaldo Gonçalves Cruz (1872-1917) nasceu em São Luís do Paraitinga, em São Paulo (SP), era filho de Bento Gonçalves Cruz e Amália Bulhões Cruz. Sua família se transferiu para o Rio de Janeiro em 1877 e, na capital, estudou no Colégio Laure, no Colégio São Pedro de Alcântara e no Externato Dom Pedro II. Graduou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1892, apresentando a tese de doutoramento “A vehiculação microbiana pelas águas”. Antes de concluir o curso, já publicara dois artigos sobre microbiologia na revista Brasil Médico.

A convite de Egydio Salles Guerra, trabalhou na Policlínica Geral do Rio de Janeiro, e, em 1897, viajou para Paris, onde estudou no Instituto Pasteur e no Instituto de Toxicologia. De volta ao Rio de Janeiro, assumiu a direção do Instituto Soroterápico Federal (ISF), que passou a denominar-se Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos, que se refere ao nome do bairro carioca onde fica sua sede. Quando assumiu a Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), acumulou os cargos.

Neste período, os serviços sanitários da capital federal, considerada “a vitrine do país”, tornaram-se uma grande preocupação de médicos sanitaristas e de autoridades públicas, o que provocou uma reorganização. O sucesso da campanha sanitária de combate às principais doenças da capital federal estimulou o governo a substituir o nome do Instituto Soroterápico Federal, na Fazenda Manguinhos, para Instituto Oswaldo Cruz (IOC). Em 1974 o Instituto recebeu a atual designação de Fundação Oswaldo Cruz. Seu principal objetivo é a pesquisa e o tratamento das doenças tropicais.

Nas primeiras décadas do século XX, comissões de estudos do IOC⁷⁵⁷ foram enviadas ao interior do país expedições científicas que possibilitaram o levantamento das condições sanitárias para a efetiva ocupação dos territórios. Em 1913, Oswaldo

⁷⁵⁶ FIOCRUZ. Oswaldo Cruz. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/pt-br/content/trajetoria-do-medico-dedicado-ciencia->>. Acesso em 12 de fev. de 2017.

⁷⁵⁷ FIOCRUZ. Instituto Oswaldo Cruz – IOC. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/ioc/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=62>>. Acesso em 12 de dez. de 2017.

Cruz foi eleito para a Academia Brasileira de Letras e, em 1915, por motivos de saúde, deixou a direção do IOC e mudou-se para Petrópolis, onde foi eleito prefeito.

O serviço sanitário de Minas Gerais resultou do trabalho do Conselho de Saúde Pública, órgão consultivo do governo nas questões relacionadas à higiene e salubridade criado em 1891, subordinado à Secretaria do Interior e da Diretoria de Higiene, sediado em Ouro Preto, para a execução do regulamento sanitário estadual⁷⁵⁸. A Diretoria de Higiene era o órgão do estado encarregado da execução do regulamento sanitário e da manutenção das delegacias de higiene e vacinação instaladas nos municípios. Em 1897, o órgão foi transferido de Ouro Preto para a nova capital mineira, Belo Horizonte, foi extinto em 1898 e recriado em 1910. Entretanto, Silveira⁷⁵⁹ verificou que “a agenda da saúde pública em Minas Gerais durante a Primeira República esteve praticamente restrita à fiscalização de gêneros, fornecimento de soros e vacinas, e do socorro público em tempos de epidemias”.

Marques⁷⁶⁰ observou que a primeira década do século XX foi marcada pela criação de serviços de saúde na nova capital mineira. Em 1900 foi criada a Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, a Escola Livre de Odontologia foi criada em 1907, a Escola de Medicina em 1911 e a Maternidade Hilda Brandão, em 1916. No entanto, as autoridades reconheciam a grave situação da saúde nas cidades do interior. Silveira e Marques⁷⁶¹ observaram que a fragilidade do poder público foi frequentemente compensada pela filantropia.

Em 1914 foi elaborado novo regulamento para a DGSP, com ênfase na polícia sanitária marítima, com ampliação das inspetorias no litoral brasileiro, a polícia sanitária para os domicílios, lugares e logradouros públicos, e não houve medidas reguladoras para as relações de trabalho. A crise econômica na década de 1910, a publicação do livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, as campanhas sobre os sertanejos, promovida por Monteiro Lobato, a divulgação dos relatórios do IOC e as

⁷⁵⁸ CHAVES, Bráulio Silva. “Instituições de saúde e a ideia de modernidade em Minas Gerais na Primeira Metade do Século XX”. In: MARQUES, Rita de Cássia; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres e FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *História da Saúde em Minas Gerais*, *op. cit.*, p. 32.

⁷⁵⁹ SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. *A influenza espanhola e a cidade planejada. Belo Horizonte, 1918*. Belo Horizonte: Argumentum, 2007, pp. 124-134.

⁷⁶⁰ MARQUES, A Caridade criando hospitais em Minas Gerais (Brasil) séculos XVIII-XX, *op. cit.*, pp. 116-123.

⁷⁶¹ SILVEIRA, Anny Jackeline Torres e MARQUES, Rita de Cássia. “Estado e saúde na Província de Minas”. In: RESENDE e VILLALTA, A Província de Minas, *op. cit.*, pp. 431-435.

manifestações operárias estão entre os acontecimentos que levaram intelectuais a se engajarem em torno de temas centrais como a educação e o saneamento⁷⁶².

Após a Primeira Guerra Mundial e a aproximação da comemoração do centenário da Independência, o nacionalismo e o sentimento de justiça social foram desenvolvidos no país. O saneamento foi considerado uma condição para o progresso nacional.

O DNSP⁷⁶³ criou os Postos de Profilaxia Rural, com a colaboração da Fundação Rockefeller, que atuava no país desde 1916, um Código Sanitário e uma rede para sua execução, de alcance estadual e municipal, formada por diretores, inspetores, médicos com autoridade sanitária, enfermeiros, funcionários e visitadoras. Foram estabelecidas atividades regulatórias dos serviços sanitários, sobre o exercício das profissões, e sobre atividades comerciais e econômicas relacionadas à saúde como produção e comercialização do leite e de gêneros alimentícios, os cuidados com a maternidade e a infância, a assistência hospitalar e o combate à tuberculose, à sífilis e à hanseníase foram contemplados com a criação de órgãos e instituições especializadas.

Em 1920, foi criado o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, que substituiu a Departamento Geral de Saúde Pública (DGSP) e ampliou suas atribuições e seu alcance. O departamento, chefiado por Carlos Chagas⁷⁶⁴, reformou o trabalho direcionado à saúde pública, aumentou a atuação do governo federal para além dos limites da capital do país e dos principais portos marítimos e fluviais e se voltou para as doenças das populações do interior.

Carlos Justiniano Ribeiro Chagas (1879-1934), biólogo, médico sanitário, cientista e bacteriologista, formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e iniciou sua carreira no combate à malária. Trabalhou no Instituto Oswaldo Cruz (IOC) e destacou-se ao identificar os protozoários *Trypanosoma cruzi* e a *Tripanossomíase americana*, a chamada “Doença de Chagas”.

⁷⁶² FGV/ CPDOC. Movimento Sanitarista. Disponível em:
<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/MovimentoSanitarista>>. Acesso em 12 de dez. de 2016.

⁷⁶³ FGV/ CPDOC. DNSP. Disponível em:
<[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/DEPARTAMENTO%20NACIONAL%20DE%20SAUDE%20PUBLICA%20\(DNSP\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/DEPARTAMENTO%20NACIONAL%20DE%20SAUDE%20PUBLICA%20(DNSP).pdf)>. Acesso em 12 de dez. de 2016.

⁷⁶⁴ FIOCRUZ. Carlos Justiniano Ribeiro Chagas. Disponível em:
<<http://www.fiocruz.br/ioc/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=151&sid=76>>. Acesso em 12 de dez. de 2016.

Em 1917, por ocasião do falecimento de Oswaldo Cruz, assumiu a direção do IOC e, em 1919, foi nomeado para a DGSP. Em 1920, a DGSP se tornou o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), ligado ao Ministério da Justiça de Negócios Exteriores. Carlos Chagas criou um extenso Código Sanitário em que as ações antes voltadas à capital da República, foram estendidas para o interior do país, a “Reforma Carlos Chagas”. A partir de 1923, integrou o Comitê de Saúde da Liga das Nações, foi membro honorário da Academia Brasileira de Medicina e doutor honoris causa da Universidade de Harvard e Universidade de Paris.

Wirth⁷⁶⁵ afirmou que a vida das pequenas cidades das zonas cafeeiras do Sul e da Zona da Mata tornou-se mais saudável após 1910, quando foram implantados os sistemas municipais de saneamento. O autor informou que, em 1923, das 178 cidades do Sul e da Mata, cerca de 40 tinha sistema de esgoto e 149 contavam com abastecimento de água.

6.3.1. Casas de Caridade vicentinas em Ubá.

A Conferência Natal do Bom Jesus organizou em seu primeiro ano de funcionamento as obras especiais de Despensa de Alimentos e Rouparia. Os alimentos e roupas eram adquiridos por meio de doações para que fossem distribuídos aos pobres e ficavam em espaço destinado pelo padre, na Igreja.

A primeira obra unida ao Conselho Particular de Ubá foi o Albergue São Vicente de Paulo, criado pela Conferência Natal do Bom Jesus em 1896 na cidade de Ubá, situado na Rua Santo Antônio, próximo à estação ferroviária, em imóvel alugado pela conferência para essa finalidade⁷⁶⁶. No albergue foram oferecidos serviços de assistência aos pobres que dormiam nas ruas e passou a ser chamado pelos vicentinos de “Casa de Caridade São Vicente”. Os serviços de assistência à saúde eram realizados no local pelos médicos vicentinos em rodízio, num sistema de dispensário. Quando foi criado, não havia conselho particular na cidade e funcionou como uma obra especial.

Em 1900, Vicente Próspero Balbi, imigrante italiano e tesoureiro da Conferência Natal do Bom Jesus, revelou, por ocasião da celebração da festa atualmente extinta em comemoração ao traslado das relíquias de São Vicente de Paulo, que o grande número de fiéis na missa era uma prova de que a cidade havia aderido à SSVP e considerou que não poderia ser de outra forma, “uma vez que a benemérita associação de caridade havia

⁷⁶⁵ WIRTH, O fiel da balança, *op. cit.*, p. 56.

⁷⁶⁶ SSVP. I Livro de Atas da Conferência Natal de Ubá, 1895-1899, 5/7/1896.

prestado importantes serviços”: explicou que, em cinco anos a contar da fundação da Conferência Natal do Bom Jesus, a associação “socorreu as famílias pobres, promoveu o tratamento de saúde aos indigentes, providenciou a transferência e o enterramento de alguns, e recolheu e tratou outros na Casa de Caridade, embora ainda não houvesse acomodações apropriadas a muitos pobres enfermos”.

Carlos Peixoto de Mello, o presidente da Conferência Natal do Bom Jesus, esteve no Rio de Janeiro e assistiu à assembleia do Conselho Nacional do Brasil no dia 21 de julho de 1907⁷⁶⁷. De volta à cidade, na assembleia do Conselho Particular, o confrade relatou a reunião que assistiu. Informou que “todos seguiam o Manual” e a cerimônia era igual às assembleias feitas naquele conselho, “diferiam apenas na concorrência, que no Rio de Janeiro era enorme”.

O confrade relatou que, entre as grandes obras pias e caritativas feitas pelas conferências supervisionadas por aquele conselho, destacavam-se os serviços prestados “pela piedosa irmã Paula, da irmandade de São Vicente de Paulo”. Acreditamos que a referida irmã deveria pertencer à congregação Filhas da Caridade.

Em seu relato, explicou que a irmã socorria “duas mil e tantas famílias, ao custo semanal de quatro contos de reis, resultados das esmolas angariadas e registradas por ela mesma”. Disse que a vicentina era capaz de captar doações de pessoas, até mesmo aquelas que se encontravam desviadas do verdadeiro catolicismo, como o Sr. Medeiros de Albuquerque, um dos protetores de suas obras pias. O confrade considerou que era preciso se “manter o ardor pela caridade” que notou no Conselho Nacional, “o que muito auxiliaria para a grande obra de um hospital, o asilo dos enfermos pobres da cidade”.

O presidente da Conferência Natal entendeu que era necessária a mobilização da sociedade para a construção das obras caritativas, sem o apoio financeiro dos benfeitores os vicentinos teriam dificuldades. O destaque para o trabalho da irmã Paula aponta para a escolha de católicos destacados socialmente para a parceria com a conferência e lembra o trabalho realizado pela irmã Rosalie Rendu, na França do século XIX, que fora divulgado pelo Manual como uma inspiração para os fundadores da SSVP.

Desde as primeiras atas da Conferência Natal do Bom Jesus era frequente os relatos vicentinos sobre enfermos ou portadores de deficiência em busca de auxílios.

⁷⁶⁷ SSVP. I Livro de Atas do Conselho Particular de Ubá, 1906 -1936, 4/8/1907.

Tratava-se de moradores pobres da cidade ou enfermos que desembarcavam na estação do trem de Ubá em busca de um hospital para o tratamento médico⁷⁶⁸. Os auxílios eram oferecidos por meio da oferta de gêneros alimentícios, medicamentos e cobertores. Quando a situação da enfermidade era grave, os vicentinos ofereciam a passagem de trem para que o doente se dirigisse à cidade de Juiz de Fora ou do Rio de Janeiro, em busca de internamento no hospital.

Na gestão de Carlos Brandão como intendente em Ubá, a conferência recebeu do município a doação de um terreno na Rua Nossa Senhora da Saúde para a edificação de um hospital em 1911⁷⁶⁹. O tesoureiro Vicente Próspero Balbi anunciou que havia lavrado a escritura do terreno e comunicou que pediria o orçamento do projeto de edificação ao engenheiro José de Toffoli, embora soubesse que a conferência não teria como pagá-lo. Na reunião da semana seguinte, o presidente Carlos Peixoto de Mello estava presente e informou que obteve do engenheiro o orçamento para as obras no terreno adquirido e que “iria se entender” com o confrade Modesto Ottero para que ele realizasse a empreitada.

O Hospital São Vicente de Paulo foi inaugurado em 14 de janeiro de 1912, no terreno da Rua Nossa Senhora da Saúde⁷⁷⁰. Neste ano, o Albergue São Vicente, que funcionava na Rua Santo Antônio, foi desativado e a casa que havia sido alugada pela Conferência Natal do Bom Jesus, foi devolvida ao proprietário.

No Arquivo Público de Ubá encontramos uma fotografia da primeira edificação do Hospital São Vicente de Paulo de Ubá sem data, que pode ser vista na figura 28⁷⁷¹:

Figura 28.

“Edificação antiga” do Hospital São Vicente de Paulo de Ubá.

⁷⁶⁸ SSVP. I Livro de Atas da Conferência Natal de Ubá, 1895-1899, 4/2/1900.

⁷⁶⁹ SSVP. II Livro de Atas da Conferência Natal de Ubá, 1899-1905.

⁷⁷⁰ VIEIRA, História de Ubá para as escolas, *op. cit.*, p.8; GAZETA REGJORNAL DE UBÁ, História dos 150 anos de Ubá, 07/07/2007. P. 24.

⁷⁷¹ Figura 28. Fonte: Arquivo Público de Ubá.



As atas das assembleias iniciais do hospital não foram localizadas.

Por meio das atas do Conselho Particular de Ubá, foi possível entender que o hospital não possuía enfermarias. Até 1917 funcionou como um dispensário com especialidades médicas e dentárias para atendimento dos doentes pobres. Os médicos da cidade trabalhavam sem um contrato, em sistema de rodízio, gratuitamente, e decidiam os casos em que os doentes ou suas famílias seriam encaminhados às conferências vicentinas: quando havia a necessidade de internação, o que implicava em auxílios financeiros para a transferência para outras cidades ou no caso dos funerais. Segundo Vieira⁷⁷², durante o período compreendido entre 1912 e 1917 foi reservado um cômodo nos fundos do terreno do hospital para o pernoite de mendigos, sob a administração vicentina.

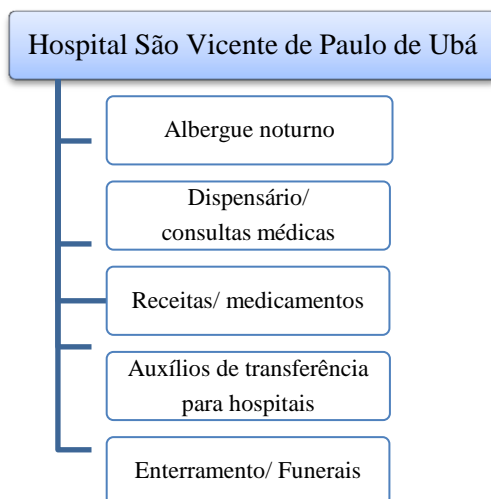
Segundo as atas do Conselho Particular de Ubá, logo se mostrou insuficiente para a grande procura pelos serviços de saúde. Era possível a aquisição dos medicamentos por meio das conferências, nas farmácias de propriedade dos vicentinos. A organização do Hospital São Vicente de Paulo de Ubá pode ser vista por meio da figura 29⁷⁷³.

Figura 29:

Organização do Hospital São Vicente de Paulo de Ubá, 1912-1917.

⁷⁷² VIEIRA, A medicina em Ubá, *op. cit.*, p. 38-39.

⁷⁷³ Figura 29. Fonte: Elaboração própria a partir de informações contidas em: SSVV. I Livro de Atas do Conselho Particular de Ubá, 1906-1936.



Em 1917 o Hospital São Vicente de Paulo sofreu modificações que serão tratadas mais a frente neste capítulo.

Na presidência dos conselhos e da Conferência São Januário, Levindo Coelho organizou as instituições de propriedade particular dos médicos-filantropos. Podem ser observados os consultórios e clínicas da cidade, em que os médicos atuavam nos dispensários que funcionavam no Hospital São Vicente de Paulo, associados às farmácias de propriedade particular dos profissionais vicentinos. Todos trabalhavam em conjunto com as conferências, numa espécie de rede para a assistência. A caridade modernizada pode ser vista por meio da associação dos médicos para os estudos denominados “Conversas Médicas”, estudadas no capítulo 5 desta pesquisa.

O presidente Levindo Coelho sugeriu a criação da Sociedade Protetora das Crianças, que não foi concretizada. Foi criada pelo intendente, o farmacêutico José Gonçalves Sollèro, a Sociedade Beneficente Operária na cidade, que contava com uma estrutura de lazer para os trabalhadores e o Centro de União Popular, em colaboração ao padre. As Caixas Escolares, que funcionavam nas escolas da cidade em que esses médicos eram os professores.

Às conferências cabia a organização da aquisição de doações e a distribuição de alimentos e de medicamentos aos pobres e a seleção dos mendigos, em geral os viajantes, que poderiam usar os cômodos dos fundos do hospital para o pernoite.

Foi possível entender que a ideia de hospital como um local de acolhimento para os pobres estava presente e que a atuação desses médicos-filantropos instituiu o novo padrão de assistência, materializada pela combinação de intervenção pública, da filantropia e da ciência em Ubá.

Em 1924, o dentista do Rio de Janeiro, o Dr. Tácito Monteiro, instalou sua clínica em Ubá e convidou os médicos e dentistas da cidade para visitarem sua clínica, que funcionou com os profissionais da cidade. O dentista estabeleceu convênio com a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ubá, que havia sido fundada em 1923, para servir de local de estudos práticos para os acadêmicos: foram realizadas consultas gratuitas às famílias que não poderiam pagar por elas, todas as manhãs, entre 7h e 10h⁷⁷⁴.

Em 1937, devido ao aumento de reclamações sobre a presença de mendigos na cidade, o Cônego José Xavier de Maria pediu auxílios das conferências da SSVP ubaenses para a fundação do “Dispensário São Vicente”. Apesar da denominação de “dispensário”, a intenção do cônego era ajudar as famílias carentes com alimentos doados pela sociedade, por meio da SSVP, ou seja, a instituição seria uma despensa de alimentos. Reorganizada em 1946, com o auxílio de Dom Delfim Ribeiro Guedes, bispo diocesano de Leopoldina e financiado pela SSVP, a instituição se tornou o “Asilo São Vicente de Paulo”, com objetivo de abrigar idosos na Rua Padre Gailhac, número 112, em Ubá e recebeu a colaboração das Irmãs da Congregação Carmelitas da Divina Providência⁷⁷⁵.

Podemos identificar as casas de caridade criadas em Ubá na Primeira República por meio do quadro 14:

Quadro 14.
Casas de Caridade em Ubá.

Localização	Casa de Caridade	Ano de fundação	Intendente	Liderança vicentina
Ubá	Albergue São Vicente de Paulo	1896	Carlos Peixoto de Mello Filho	Carlos Peixoto de Mello
Ubá	Despensa de alimentos	1896	Carlos Peixoto de Mello Filho	Carlos Peixoto de Mello
Ubá	Rouparia	1896	Carlos Peixoto de Mello Filho	Carlos Peixoto de Mello
Ubá	Hospital São Vicente de Paulo	1912	Pedro Xavier Pires	Carlos Peixoto de Mello
Ubá	Consultórios e Clínicas de médicos e dentistas	várias	vários	Levindo Eduardo Coelho

⁷⁷⁴ FOLHA DO POVO, Ubá, 21/6/1924, p. 1.

⁷⁷⁵ GAZETA REGJORNAL DE UBÁ, História dos 150 anos do Município de Ubá, edição 132, 3/7/2007, p. 90.

Ubá	Caixa Escolar nos colégios da cidade	várias	vários	Levindo Eduardo Coelho
Ubá	Farmácias	várias	vários	Levindo Eduardo Coelho
Ubá	Associação “Conversa Médica”	1917	Antônio Amaro Martins da Costa	Levindo Eduardo Coelho
Ubá	Sociedade Beneficente Operária	1918	José Gonçalves Sollero	José Gonçalves Sollero

Carlos Peixoto de Mello e Levindo Coelho estabeleceram uma rede de empresas de iniciativas privadas para a prática da caridade modernizada, em que a organização do trabalho foi administrada pelos vicentinos.

6.3.2. Casas de Caridade vicentinas no Pomba.

As primeiras obras de caridade criadas pela Conferência São Manoel foram a Despensa de Alimentos e a Rouparia, criadas nos primeiros anos após a fundação da conferência. Essas obras não ocuparam um prédio próprio, tratava-se de auxílios adquiridos por meio de doações e distribuídos aos pobres. As doações ficavam depositadas no espaço destinado pelo padre, na igreja.

A ideia de se construir um hospital na cidade também pode ser vista no Pomba desde as últimas décadas do século XIX. A primeira tentativa para a construção do hospital ocorreu logo após a epidemia de varíola de 1884, por iniciativa dos médicos Urbano Alvim, José Rufino Soares de Almeida e Joaquim Senra de Oliveira, que formaram uma comissão e promoveram uma subscrição popular, com sucesso.

A comissão pediu apoio ao bispo de Mariana D. Antônio Maria Correa de Sá e Benevides, que enviou os missionários lazaristas para auxiliarem no empreendimento, “com as lições santas da caridade”⁷⁷⁶. A Missão se dirigiu à cidade em 1885, chefiada pelo Padre Miguel Maria Sípólis, que havia sido superior no Colégio Caraça, composta pelos Padres Máximo Belmore, Romão Calomel e Antônio Maria de Oliveira⁷⁷⁷. Segundo Santiago, a comissão esperava que a Missão pudesse mobilizar a sociedade para a caridade para “despertar o progresso”. Pode-se entender que uma das funções das Missões era a convocação dos fiéis para as iniciativas de caridade, como orientava o movimento de Restauração católica, visto no capítulo 2 desta pesquisa.

A família do Dr. Urbano Alvim doou ao Padre Sípólis um terreno na cidade para edificar a casa de caridade. O Cel. Antônio Furtado de Campos doou a quantia de

⁷⁷⁶ O IMPARCIAL, Pomba, 15/1/1922, p. 1.

⁷⁷⁷ SANTIAGO, Município de Rio Pomba, *op. cit.*, p. 157.

1:000\$000 para o início das obras e o Dr. José Ragno Soares de Almeida se ofereceu para orientar o projeto. O Imparcial noticiou que “as pedras eram carregadas pelas famílias em suas cabeças, numa procissão alegre, ao som de cânticos do povo”⁷⁷⁸, guiada pelo padre.

Pouco depois houve a solenidade para a colocação da pedra fundamental no terreno, com os discursos de estilo, banda de música, fogos de artifícios e muita alegria. Concluídos os alicerces da fundação do edifício, o Padre Sípolis deu por fim a sua Missão e ergueu no adro da antiga Igreja do Rosário o grande Cruzeiro com uma urna para o recebimento dos óbolos para a casa de caridade. A câmara municipal providenciou o calçamento da ladeira de acesso ao Cruzeiro. Entretanto, o empreendimento não se concretizou e, após o falecimento do Cel. Furtado de Campos e do Dr. José Ragno Soares de Almeida, a ideia perdeu força⁷⁷⁹.

Outra tentativa para a construção de um hospital ocorreu por iniciativa dos vicentinos da Conferência São Manoel, fundada em 1902, durante a movimentação observada no Conselho Particular de Ubá pela construção do hospital naquela cidade. Os membros da Conferência São Manoel compraram uma casa, em 1911, com canalização de águas na Rua do Rosário para edificar o hospital. O local foi considerado ideal por ser localizado fora do centro da cidade, mas não tão longe para a comunicação, num terreno salubre, banhado pelo sol. Porém, a casa já existente no terreno foi considerada pequena e funcionou inicialmente como um albergue noturno para os viajantes.

Não houve as planejadas obras para a edificação de um novo prédio maior para a instalação do hospital como pensavam os vicentinos nesta ocasião. O local ficou conhecido como Casa de Caridade São Vicente de Paulo. Ao longo dos anos, a função de albergue perdeu força e a casa de caridade funcionou como um dispensário para os doentes pobres por meio da caridade dos médicos Urbano Alvim, José Rufino Soares de Almeida, Joaquim Senra de Oliveira e José Tostes de Alvarenga, que ofereciam seus serviços irregularmente. Entretanto, não observamos outros médicos na cidade nem a organização entre eles e os demais profissionais de saúde como dentistas e farmacêuticos, como ocorreu em Ubá.

⁷⁷⁸ *Ibidem*, p. 421.

⁷⁷⁹ *Ibidem*.

Os casos mais graves que surgiam na Casa de Caridade São Vicente de Paulo eram encaminhados aos vicentinos para que fossem providenciados os medicamentos, a transferência para hospitais da cidade de Juiz de Fora ou para os funerais.

Não conseguimos uma foto da casa de caridade na época em que a instituição funcionou, mas como foi preservada com algumas modificações em sua arquitetura e atualmente é a farmácia municipal da cidade, a edificação pode ser vista na figura 30⁷⁸⁰:

Figura 30:

Prédio onde foi criada a Casa de Caridade São Vicente de Paulo, no Pomba.



Como foi dito, o funcionamento da Conferência São Manoel tornou-se irregular entre 1912 e 1922, e os auxílios financeiros tornaram-se cada vez mais escassos. O trabalho vicentino esteve concentrado nas visitas domiciliares aos pobres. Durante este período, Francisco Clemente de Araújo organizou uma rede para os serviços de caridade. O atendimento dos médicos aos doentes pobres na Casa de Caridade era feito de acordo com a disponibilidade deles, o que não conferiu regularidade aos serviços. Contudo, os medicamentos eram oferecidos por meio das farmácias de propriedade dos vicentinos a preços mais baratos e o fornecimento de gêneros alimentícios era feito por meio de “vales” em casas de comércio de propriedade de membros vicentinos.

Houve a contratação de trabalhadores para serviços de enfermagem domiciliar, para a manutenção da casa de caridade e para a manutenção das casas de viúvas e de

⁷⁸⁰ Figura 30. Fonte. Arquivo Pessoal, foto de 2012.

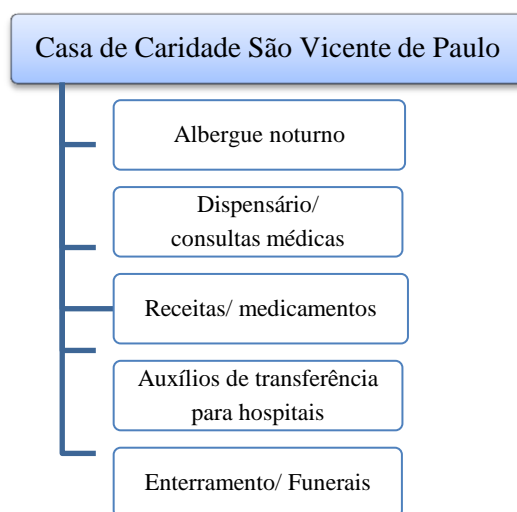
desempregados, que, na maioria dos casos, foram realizados pelos próprios vicentinos artífices da conferência.

Os doentes sem herdeiros ou abandonados pelas famílias doavam seus bens à associação, como imóveis, móveis e utensílios domésticos ou as ferramentas de trabalho. Alguns bens eram vendidos para o pagamento de serviços prestados pelos trabalhadores à Conferência ou utilizados em auxílios de outros assistidos⁷⁸¹. Os doentes mentais eram transferidos para Juiz de Fora ou encaminhados à força para serem “fechados no quarto da Casa de Caridade”, como no caso “da indigente preta de nome Madalena que vivia na maior das misérias, não tinha domicílio e não se fixava em lugar algum”⁷⁸². A indicação do prenome da assistida na ata era incomum. Nesse caso, pode referir-se à atividade de prostituição.

A estrutura da Casa de Caridade São Vicente de Paulo, no Pomba, pode ser observada na figura 31⁷⁸³:

Figura 31.

Estrutura de funcionamento da Casa de Caridade, no Pomba, 1912-1922.



Em 1922, O jornal O Imparcial⁷⁸⁴ anunciou que o farmacêutico Francisco de Paula Motta Júnior, capitalista da cidade, se propôs a edificar um prédio para abrigar os “desvalidos” que ocupavam os arredores do casarão do Mercado. A ideia foi

⁷⁸¹ SSVP. Livro de Atas da Conferência São Manoel de Pomba, 1932-1939.

⁷⁸² *Idem.*

⁷⁸³ Figura 31. Fonte: Elaboração própria a partir de informações contidas em: SSVP. Livro de Atas da Conferência São Manoel de Pomba, 1917-1929.

⁷⁸⁴ O IMPARCIAL, Pomba, 15/7/1922, p. 1.

considerada conveniente e de acordo com o momento. O jornal se referia ao período como “a época das grandes obras” para a comemoração do Centenário da Independência. Reportava-se ao Rio de Janeiro, onde “derruba-se o histórico Morro do Castelo, com o convento dos Barbadinhos, Igrejas, observatórios e tudo mais, a fim de edificar os pavilhões da Exposição Internacional do nosso centenário”. Segundo Santiago⁷⁸⁵, a população da cidade do Pomba esperava comemorar o centenário com a inauguração de um “modesto hospital”.

Não havia, portanto, uma clara definição entre hospital e albergue ou asilo. Contudo, o empreendimento não foi efetivado. A continuidade dos pedidos por um hospital aponta para que a população do Pomba não tenha identificado a Casa de Caridade São Vicente de Paulo como um hospital ou como um albergue. Esse fato pode ser atribuído ao atendimento restrito aos pobres no dispensário que ali funcionava, ou à edificação em que a instituição funcionou, considerada como uma pequena casa que contrastava com a imponente edificação do Hospital São Vicente de Paulo de Ubá, ou ao nome de “casa de caridade”, talvez visto com imprecisão de funções.

Parte da sociedade acreditava que os pobres sem endereço e os viajantes não deveriam ocupar o espaço da cidade e defendia que o controle local e a repressão deveria ser uma responsabilidade do poder público. Como foi observado por Harris⁷⁸⁶, foram feitas críticas aos serviços de assistência aos pobres nas enfermarias

Em 1923, após a retomada da frequência das reuniões da Conferência São Manoel, houve uma campanha para a criação de um albergue na cidade. O proprietário do jornal Bom Novo, Sr. Ewerardo Saraiva, publicou em seu jornal um pedido de auxílio para a Conferência São Manoel, no sentido de construir e manter um prédio para essa finalidade. Os vicentinos pretendiam transferir os eventuais albergados da Casa de Caridade São Vicente de Paulo para o novo local.

Segundo O Imparcial⁷⁸⁷, a ideia de construção de um albergue havia sido discutida anteriormente, “há uns 5 ou 6 anos atrás”, e veiculada pelo jornal O Sonho, de propriedade do Sr. Agenor de Assis Vieira, filho de Francisco Vieira de Siqueira, proprietário do jornal O Imparcial. Contudo, Francisco Vieira de Siqueira, considerava

⁷⁸⁵ SANTIAGO, Município de Rio Pomba, *op. cit.*, p. 422.

⁷⁸⁶ HARRIS, Bernard. “Charity and Poor Relief in England and Wales circa 1750-1914”. In: HARRIS, Bernard e BRIDGEN, Paul (org.). *Charity and Mutual Aid and North America since 1800*. Londres/ New York: Routledge, 2007, pp. 19-42.

⁷⁸⁷ O IMPARCIAL, Pomba, 14/3/1923, p. 1.

que “a inércia tomava conta dos governantes da cidade e as iniciativas para o progresso não eram desenvolvidas, como nos municípios vizinhos”.

O relatório de 1923 feito pelo provedor da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, Sr. Antônio Augusto Teixeira, foi publicado pelo jornal *O Imparcial*⁷⁸⁸: a tabela de doentes que procuraram esse hospital foi dividida por cidades e os provenientes do município Pomba somaram 53, o que foi considerado alto. A cidade ocupou o segundo lugar em atendimentos naquele hospital. Francisco Vieira da Siqueira comentou que o relatório comprovava a necessidade do hospital na cidade.

Os vicentinos continuavam o trabalho na Casa de Caridade São Vicente de Paulo da Rua do Rosário como um dispensário que eventualmente permitia o pernoite dos mendigos, em que colaboravam os médicos Urbano Alvim, José Rufino Soares de Almeida, Joaquim Senra de Oliveira e José Tostes de Alvarenga. Aos poucos a Conferência recebeu auxílios da sociedade. O Padre João Severiano de Carvalho promovia missas campais no local para inaugurar cada melhoramento, como o aumento da capacidade da água, o novo mobiliário, os utensílios doados, e para angariar donativos para fazer face as despesas⁷⁸⁹.

Francisco Clemente de Araújo organizou a criação de consultórios médicos e dentários, a Caixa Escolar do Grupo Escolar São José, a organizações para a distribuição de alimentos e de medicamentos por meio de iniciativas voluntárias ou de associações de comerciantes e farmacêuticos.

Em 1925, *O Imparcial* afirmou que um hospital poderia contribuir para o desenvolvimento dos sentimentos filantrópicos do povo ao proporcionar a caridade àqueles “a quem a sorte não sorri”⁷⁹⁰. Para além, poderia “evitar a má impressão dos visitantes e turistas” ao assistir os mendigos pelas ruas. Francisco Vieira de Siqueira usou do imperativo: “corrijamos esse mal que tanto pode depor contra nós, imitemos Ponte Nova, Ubá, Rio Novo, São João Nepomuceno, Cataguases e outros lugares que têm o título de Cidades Civilizadas”. Ademais, “talvez o hospital venha a servir para nós mesmos: somos hoje ricos e fortes, mas não sabemos se seremos amanhã”⁷⁹¹. Podemos perceber que a ideia de albergue fazia parte da concepção sobre o hospital, talvez pela experiência da Casa de Caridade.

⁷⁸⁸ *Ibidem*, 21/6/1924, p. 1.

⁷⁸⁹ *Ibidem*.

⁷⁹⁰ *Ibidem*, 28/11/1925, p. 1.

⁷⁹¹ *Ibidem*, 20/12/1925, p. 1.

Pela primeira vez Francisco Vieira de Siqueira, do jornal O Imparcial, se referiu à Casa de Caridade de São Vicente de Paulo como embrião de um hospital em 1932⁷⁹². Afirmou que hospital do Pomba teria “seu embrião lá no Rosário”, dirigido pelo presidente da Conferência São Manoel, Francisco Clemente de Araújo. Nesta ocasião, foi anunciado o fechamento do Posto de Profilaxia na cidade, segundo o jornal, devido à crise econômica do estado, uma notícia que foi mal recebida na cidade. Francisco Vieira de Siqueira reclamou da falta de interesse do governo e da Academia em relação à saúde no interior do país. Disse que os brasileiros, extasiados diante da natureza “luxuriante e pródiga” do país, esqueciam-se do homem que nela labutam, na medida em que se penetra ao interior. Dirigiu-se aos estudantes de medicina “que consideravam as novidades técnicas impraticáveis no interior”.

O jornalista dizia não compreender porque a cidade do Pomba não possuía um hospital até aquela data, como os municípios vizinhos. Para avaliar o motivo da ausência do hospital na cidade, afirmou que não faltava os sentimentos de religião, considerados por ele como pré-condições ao empreendimento: “somos cristãos e mineiros, como se diz pitorescamente, um povo hospitaleiro, de mãos grandes e abertas, dirigidas por um coração amplo e agasalhador”.

Afirmou que, “se houve um descuido ou esquecimento do dever, um adiamento da construção do hospital para melhores dias”, a solução estava próxima e deveria contar com interesses dos médicos. A sociedade deveria estar interessada em solucionar tal estática injustificável, “capaz de comprometer a todos como gente civilizada e contradizer o patriotismo e a grandeza d’alma do povo”. A fim de estimular a construção do hospital, citou Oswaldo Cruz, “que sempre nos mostrou a não esmorecer diante de um ideal”, porque seria um fato incontestado que “beneficiar a coletividade era contribuiu para melhoria da saúde da nossa gente”.

O texto terminou com o desejo de que não se demorasse a ser erguido o “nosso hospital, modesto, de conformidade com nossas posses e com nossas necessidades, onde o pobre possa ter assistência médica conveniente, e ao rico não lhe faltem recursos para os casos de urgência”.

Neste período, a Casa de Caridade São Vicente de Paulo estava em funcionamento como um dispensário em que os médicos, o dentista José Marini de Souza, e os farmacêuticos ofereciam seus serviços gratuitamente⁷⁹³.

⁷⁹² *Ibidem*, 10/1/1932, p. 1.

⁷⁹³ SSVV. Livro de Atas da Conferência São Manoel de Pomba, 1932-1939, manuscrito, 10/7/1932.

José Marini de Souza nasceu em 1906 e era filho de Tobias Nicolau de Souza e Agripina Marini de Souza. Fez seus estudos no Grupo Escolar São José, no Pomba, o secundário no Colégio Granbery, em Juiz de Fora e formou-se pela Faculdade de Odontologia e Farmácia de Ouro Preto. No Pomba foi dentista, escritor, poeta e pintor, tornou-se proprietário de terras, comerciante e criador; foi Chefe da Secretaria de Saúde e Assistência da Zona da Mata e Inspetor Escolar. Em Juiz de Fora foi professor da Faculdade de Odontologia e Farmácia de Juiz de Fora, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, vice-presidente do Conselho Metropolitano da SSVP de Juiz de Fora e membro da Sociedade de Orquidófilos desta cidade.

Em 1932 formou-se uma comissão de médicos que se uniu ao presidente Francisco Clemente de Araújo para a construção do Hospital São Vicente de Paulo, inaugurado em 1939. O processo de construção foi estudado mais a frente neste capítulo.

No Pomba, os vicentinos participaram da criação da Sociedade Beneficente Operária, a qual fizeram parte: em 1927 o grupo fundador da União Popular no Pomba, formado pelo Padre Calixto Gonçalves da Cruz, pelo Cel. Ramiro Teixeira Rocha e pelo Tenente Francisco Clemente de Araújo fundaram a Sociedade Beneficente Operária que, na prática, era um clube recreativo. A sede foi construída pelos operários da cidade no terreno doado pela prefeitura na Avenida José Neves, sob a gestão do intendente Odilon Duarte Braga. A sede era formada de um auditório para reuniões e uma biblioteca. Na parte lateral do terreno foi construída uma quadra usada para o futebol aos domingos.

A primeira diretoria teve estrutura semelhante à estrutura das conferências vicentinas: contou com Pedro Jacinto de Araújo, filho de Francisco Clemente de Araújo, como presidente; Pedro Lopes dos Reis, como vice-presidente; o secretário era Otílio de Abreu Malfitano; o tesoureiro era Ademar Belarmino de Andrade e Luiz Caldoncelli Filho era o conselheiro. Francisco Clemente de Araújo e Quirino Marini participaram da associação como procuradores.

Podemos identificar as Casas de Caridade criadas no Pomba na Primeira República por meio do quadro 15⁷⁹⁴:

⁷⁹⁴ Quadro 15. Fonte: Elaboração própria.

Quadro 15:
Casas de Caridade no Pomba.

Localização	Casa de Caridade	Ano de fundação	Intendente	Proprietário (vicentino)
Pomba	Despensa de Alimentos	1903	Francisco Senra de Oliveira	Conferência São Manoel
Pomba	Rouparia	1904	Francisco Senra de Oliveira	Conferência São Manoel
Pomba	Caixa Escolar do Grupo Escolar São José		José Gonçalves Neves	Conferência São Manoel
Pomba	Casa de Caridade São Vicente de Paulo	1911	Antônio Dutra Nicácio	Conferência São Manoel
Pomba	Consultórios médicos e dentários	vários	vários	vários
Pomba	Farmácias	vários	vários	vários
Pomba	Sociedade Beneficente Operária	1927	Odilon Duarte Braga	Conferência São Manoel

Foi possível compreender que Francisco Clemente de Araújo, o presidente da conferência São Manoel, no Pomba, mobilizou iniciativas privadas e empresariais para a prática da caridade modernizada.

6.4. O Hospital São Vicente de Paulo.

A ideia da construção de um hospital era uma reivindicação da população da Zona da Mata desde as últimas décadas do século XIX. A dependência do atendimento dos doentes em hospitais da cidade de Juiz de Fora era visto como um elemento de estagnação econômica e ausência de projetos para o ordenamento e civilidade local, condições consideradas essenciais para o progresso. Para além, havia preocupação com os doentes pobres, especialmente em ocasiões de epidemia. Os vicentinos das cidades em estudo consideravam o hospital como um meio menos custoso do que transferir os doentes para o tratamento em outras cidades.

Entretanto, para a compreensão do processo de criação dos hospitais nas cidades de Ubá e do Pomba, foi necessário perceber o que se entendia como hospital nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX.

Em geral, como observado por Marques⁷⁹⁵, “no mundo inteiro, os primeiros hospitais e maternidades foram destinados aos pobres”. A autora lembrou que inicialmente foram criados nos mosteiros e poderiam ser caracterizados como “albergues”. Sanglard⁷⁹⁶ observou que os hospitais medievais estiveram pautados na exclusão, na segregação e na crença dos males que os loucos, os sífilíticos e os leprosos podiam transmitir às populações.

A autora⁷⁹⁷ explicou que os modernos questionamentos sobre as funções do hospital podem ser vistos ao longo do século XVIII e acompanharam as mudanças na concepção de assistência e as discussões sobre a higiene. Neste século os hospitais foram reformados, dedicaram-se aos cuidados específicos ao combate às doenças e surgiram os hospitais especializados. A extensão das atividades dos hospitais no mundo moderno, a especialização dos dispensários e os avanços das terapias qualificadas contribuíram para a efetivação de medidas como a separação entre o doente e o pobre, o incurável e o infeccioso, e foram criadas medidas especiais para o cuidado com as crianças, as mães solteiras e os idosos. Na opinião de Sanglard, o hospital passou a ser visto como uma “máquina de curar”.

A partir do processo de reforma ou medicalização, o hospital se converteu em uma peça essencial na política sanitária e demográfica posta em prática na Europa ao longo do século XIX. Havia a crença de que, por meio dos melhores equipamentos disponíveis e da formação do corpo médico inspirada na filosofia das Luzes, a medicina poderia transformar a sociedade na prática cotidiana. Segundo Sanglard⁷⁹⁸, o hospital passou a ser visto como um “equipamento de saúde, um lugar de prática, de ensino e de pesquisa médica”.

Souza⁷⁹⁹ ressaltou que a ideia de hospital foi separada da ideia de asilo. O asilo passou a ser visto como uma instituição higiênica que tinha como objetivo de abrigar os inválidos para o trabalho como idosos, deficientes e mendigos. Entretanto, havia outras motivações para a construção dos asilos, como a preocupação das elites políticas com a aparência visual da cidade e com a ameaça representada pelo contingente de

⁷⁹⁵ MARQUES, A Caridade criando hospitais em Minas Gerais (Brasil) – séculos XVIII-XX, *op. cit.*, pp. 119-121.

⁷⁹⁶ SANGLARD, A construção dos espaços de cura no Brasil, *op. cit.*, p. 12.

⁷⁹⁷ *Idem*. Hospitais: espaços de cura e lugares de memória da saúde. Anais do Museu Paulista: *História e Cultura Material*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 257-289, dec. 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5481>>. Acesso em: 06 fev. 2017.

⁷⁹⁸ *Idem*. Entre os Salões e o Laboratório: Guilherme Guinle, a Saúde e a Ciência no Rio de Janeiro, 1920-1940. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2008.

⁷⁹⁹ SOUZA, Pobres, Doentes e Desvalidos, *op. cit.*, p. 84.

“deserdados” que perambulavam, infectavam o ambiente e ameaçavam a sociedade com suas doenças.

Segundo Souza⁸⁰⁰, a tradição portuguesa das Misericórdias contribuiu para a ideia do hospital no Brasil como uma instituição para os pobres. As mudanças nessa concepção foram iniciadas na segunda metade do século XIX, quando o Estado monárquico promoveu a valorização da figura social do médico como parte do esforço de construção do Estado Nacional, que até aquele período era considerado como um “homem de ofício” ou serviçal. A construção do poder médico envolveu o combate aos curandeiros, parteiras e homeopatas.

Na opinião do autor⁸⁰¹, as mudanças podem ser vistas nas Santas Casas e em sua atuação assistencial e médico-social. Vistos pela população como instituições tradicionais e confiáveis, seus hospitais tornaram-se os locais mais adequados para que os médicos entrassem em contato com os doentes e suas famílias.

Marques⁸⁰² explicou que a criação dos hospitais em Belo Horizonte se iniciou por iniciativas voluntárias, sob o formato das “casas de caridade”, como no caso do Hospital “Santa Casa de Misericórdia”, cujo nome funcionou como um atrativo para o público. Para reforçar a ideia de que a “Santa Casa” era uma instituição católica, as freiras da Congregação das Irmãs Servas do Espírito Santo foram contratadas para as áreas administrativa, de enfermagem, de farmácia e de cozinha. O médico e diretor clínico Hugo Werneck instituiu a Maternidade Hilda Brandão, fato interpretado pela autora como um importante passo para a institucionalização da medicina na cidade.

Segundo a autora, as elites em Belo Horizonte concebiam os hospitais como instituições destinadas aos pobres, “como foram criados desde os primórdios no mundo”. As mulheres das elites costumavam ter seus filhos em casa, acompanhadas pela parteira e o médico só era chamado em caso de complicações. Segundo os preceitos morais vigentes, a maternidade atenderia as mulheres que não possuíam um lar estabelecido, como as mães solteiras e as prostitutas. Por outro lado, a maternidade adquiria importância social nos discursos médicos para assegurar a saúde da parturiente e de seu filho por meio da medicina. Como foi observado por Sanglard e Ferreira⁸⁰³, havia atenção à mortalidade infantil, considerada uma ameaça à demografia das nações.

⁸⁰⁰ SOUZA, A economia da caridade, *op. cit.*, p. 111.

⁸⁰¹ *Ibidem*, p. 112.

⁸⁰² MARQUES, A Caridade criando hospitais em Minas Gerais (Brasil) – séculos XVIII-XX, *op. cit.*, pp. 114-123.

⁸⁰³ SANGLARD e FERREIRA, Pobreza e filantropia, *op. cit.*, p. 74.

Marques⁸⁰⁴ observou os cuidados com a infância em Belo Horizonte. Explicou que a “cidade planejada” não previu a permanência dos operários que ocuparam áreas irregulares no subúrbio. Seus filhos perambulavam pelas ruas e a infância desamparada tornou-se um grave problema na cidade. Como foi visto por Menezes⁸⁰⁵ e explicado no capítulo 3 desta pesquisa, o I Congresso Católico Mineiro, em 1910, registrou suas decisões na Comissão Permanente dos Congressos Católicos de Minas Gerais e no Boletim do Centro de União Popular. No evento, pregou-se que todas as instituições de caridade deveriam ter caráter católico e manter boa relação com a Igreja.

Os católicos de Belo Horizonte promoveram e participaram ativamente de diversas atividades para recolher fundos e ajudar na construção dos prédios da “Santa Casa”, da Maternidade Hilda Brandão e do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, fundado em 1919 por iniciativa do médico Moncorvo Filho e da Associação das Damas de Assistência de Belo Horizonte.

Marques observou que o Hospital São Vicente de Paulo de Belo Horizonte, atual Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais foi inaugurado em 1921 e resultou dos esforços do Instituto de Proteção e Assistência à Infância e da Faculdade de Medicina, que ofereceu um auxílio de 20 contos em troca da cessão do hospital para o funcionamento das clínicas pediátricas médica e cirúrgica.

Para a sociedade da Zona da Mata mineira, durante a Primeira República, o hospital era visto por meio de duas concepções: por um lado, representava a instituição moderna, composta pelos profissionais formados nas faculdades, vistas como importantes instituições de ensino e que só existiam nos grandes centros urbanos, o que atribuía a eles status social. A expectativa da população era de que todos pudessem ser atendidos nessas instituições, capazes de proporcionar o acolhimento dos doentes pobres e também a cura. Por outro lado, havia a ideia do hospital como um local de acolhimento para os mendigos, viajantes e doentes pobres.

A dupla interpretação sobre o que era um hospital gerava críticas sociais e indefinições políticas. Parte da sociedade acreditava que o hospital deveria ter a função de tratar as doenças e outra parte via a instituição como portadora do caráter paternalista e conservador. As críticas se voltavam ao atendimento gratuito nas enfermarias, vistas como um local de tratamento que exigia pouca responsabilidade dos doentes e que poderia estimular a vagabundagem.

⁸⁰⁴ *Idem.*

⁸⁰⁵ MENEZES, Furtado de Meneses, *op. cit.*, p. 34.

6.4.1. Hospital São Vicente de Paulo de Ubá.

Em 1914, o Hospital São Vicente de Paulo de Ubá funcionava como um dispensário, sem enfermarias e cirurgias. Levindo Coelho, presidente do Conselho Particular de Ubá mantinha relações sociais e políticas com os presidentes dos demais conselhos particulares da Zona da Mata e observou o processo de construção do primeiro hospital de Cataguases, no distrito de Mirahy, liderado por Leopoldo F. dos Santos, presidente da Conferência Santa Rita e do Conselho Particular daquela cidade.

Desde o período em que a Conferência Santa Rita esteve supervisionada pelo Conselho Particular de Ubá, entre 1906 e 1909, o presidente Leopoldo F. dos Santos promovia uma campanha para a criação do hospital naquela cidade, como ocorria nas demais. O Hospital São Vicente de Paulo de Mirahy, distrito de Cataguases, foi inaugurado em 1914, no ano em que o presidente tornou-se diretor do jornal O Estandarte e que Levindo Coelho adquiriu a propriedade do jornal Folha do Povo. O distrito de Mirahy foi elevado à categoria de município em 1923⁸⁰⁶.

Ocuparam a mesa administrativa do hospital de Mirahy: como provedor, o médico Justino Alves Pereira; como tesoureiro, Armênio Freitas e como secretário, o vereador Cel. Medina e Silva. A solenidade de inauguração contou com os representantes do foro, do comércio, da indústria e da imprensa: o jornal O Cataguases foi representado pelo proprietário, o farmacêutico Álvaro Rezende e o jornal O Estandarte, pelo Sr. Falcão Sobrinho. Os jornais explicaram a história do hospital: a ideia inicial, às etapas de sua construção e promoveram apelos à generosidade do povo miraiense, especialmente aos corações femininos, “sempre abertos às manifestações de caridade”, a manterem a obra através de donativos.

A solenidade contou com as palavras do Dr. Justino Pereira, “que leu com segurança e confiado no seu imenso prestígio o programa que traçou para dirigir a Casa dos Pobres”⁸⁰⁷. Em seguida a palavra foi passada ao orador oficial, o farmacêutico Álvaro Rezende. Os convidados visitaram as dependências do hospital, que foi elogiado pelo asseio e ordem. À noite, Álvaro Rezende ofereceu um espetáculo cultural, “uma *soirée* encantadora”, em benefício do hospital, na pessoa do provedor, o Dr. Justino Pereira.

⁸⁰⁶ O ESTANDARTE, Cataguases, 10/7/1914, p. 1.

⁸⁰⁷ *Ibidem*, p. 1.

A solenidade contou com a banda de música, e com a bênção do vigário local, o Padre Dario Moura. Foram anunciados os benfeitores responsáveis pela manutenção do hospital, os “padrinhos e madrinhas”, listados no quadro 16⁸⁰⁸:

Quadro 16:
Padrinhos e Madrinhas do HSVP/ Mirahy, em 1914.

Área do hospital	Irmandade responsável	Padrinhos e Madrinhas
Enfermaria 1, de mulheres	Irmandade Damas do Sagrado Coração de Jesus	Sr. Antônio Henriques Felipe, D. Maria Helena de Rezende Castro e, Sr. Fortunato Alves Pereira/ e Senhora.
Enfermaria 2, de homens	Conferência São José, da SSVP	Dr. Navantino Santos/ e Senhora, representados por D. Aída M. de Rezende e Sr. Afonso Alves Pereira/ e Senhora.
Sala de jantar	Conferência N. S. do Perpétuo Socorro, da SSVP	Cel. Virgílio M. de Rezende, Srta. Lúcia M. de Rezende e Sr. Américo Freitas/ e Senhora.
Sala de cirurgia	Conferência Santa Cecília, da SSVP	Cel. Antônio R. dos Reis, Srta. Olga R. dos Reis, Sr. Olintho Rezende e D. Maria José Lobo de Mendonça.
Despensa	Conferência Nossa Senhora das Dores, da SSVP	Sr. Abílio Siqueira/ e Senhora, Srta. Clara Reis e Major Firmino Pereira.
Cozinha	Conferência Santa Rita, da SSVP	Srs. Antônio V. de Rezende, Waldemiro Passos, Sebastião Leão, Justino Pereira, e os farmacêuticos Álvaro Rezende e Aristides Ferreira.

A divisão dos custos do hospital com os benfeitores foi a forma encontrada pela Conferência Santa Rita para administrar a instituição e testemunha a aliança entre o poder municipal e as elites, com apoio da sociedade.

O Estandarte publicou os relatórios de balanço do funcionamento do hospital⁸⁰⁹, que enumeravam os doadores de óbolos, a participação da confraria feminina Damas do Sagrado Coração de Jesus, a rede de farmacêuticos vicentinos que forneciam medicamentos a preços mais baixos e os serviços gratuitos oferecidos pelos médicos e dentistas da cidade, em sistema de rodízio. O jornal lembrava os leitores que as conferências precisavam receber os auxílios das almas caridosas para pagarem as dívidas do hospital, que poderiam ser entregues na redação do jornal ou arrecadados

⁸⁰⁸ Quadro 16. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados contidos em: I Livro de Atas do Conselho Particular de Ubá, 1906-1936; O ESTANDARTE, 26/10/1916, p. 1.

⁸⁰⁹ O ESTANDARTE, Cataguases, 26/10/1916, p. 1.

pelas Damas, “pelo muito que faziam à pobreza”⁸¹⁰, para que se pudessem ampliar os auxílios à miséria, que “se alastra de modo assustador”⁸¹¹.

Em 1917 foi divulgado que o Hospital São Vicente de Paulo de Mirahy achava-se bastante necessitado e os pedidos de esmolas em dinheiro ou em gêneros foram intensificados. O Estandarte ofereceu publicar os nomes de todos que fizessem donativos à SSVP, por seu intermédio⁸¹². Foram divulgados também os festivais de cultura e as quermesses para angariar fundos para o hospital. Neste ano, o deputado Joaquim Figueira da Costa Cruz, obteve do congresso mineiro, a inclusão da verba de 2:000\$000 destinada ao Hospital São Vicente de Paulo de Mirahy no orçamento de despesas do estado⁸¹³.

A experiência do Hospital São Vicente de Paulo, de Mirahy, em Cataguases, foi acompanhada pelo Conselho Particular de Ubá. Levindo Coelho observou as estratégias para a arrecadação de fundos para as obras e para a manutenção e a importância da participação das verbas públicas⁸¹⁴.

Para construir as enfermarias do hospital, os vicentinos criaram uma irmandade para se dedicar apenas a essa obra: a Irmandade Nossa Senhora da Saúde que aceitou as mulheres, como a Sra. Leocádia Godinho. No entanto, elas não poderiam fazer parte da diretoria⁸¹⁵. A ideia de criação de uma nova irmandade foi apresentada pelo Cel. Antônio de Oliveira Brandão⁸¹⁶ aos vicentinos do Conselho Particular de Ubá. A nova irmandade era formada pelos médicos e demais profissionais de saúde da cidade e benfeitores católicos. Foi iniciada em 1917, na administração municipal do farmacêutico e empresário Antônio Amaro Martins da Costa.

A irmandade foi organizada por Levindo Eduardo Coelho, Adjalme Martins Carneiro, Ângelo Moreira Barletta, Antônio Amaro Martins da Costa, Gladstone de Faria Alvim, José Augusto de Rezende, José Rosalino Ponciano Gomes, Gastão Soares de Moura, José Dias de Andrade, Luiz Philippe Balbi e Theóphilo Moreira Pinto. Na prática, serviu autonomia para a administração do hospital como uma “obra unida” à SSVP, neste caso, uma instituição particular instalada no terreno de propriedade vicentina.

⁸¹⁰ *Idem.*

⁸¹¹ *Ibidem*, 26/1917, p. 1.

⁸¹² *Ibidem*, 21/6/1917, p. 1.

⁸¹³ *Ibidem*, 16/8/1917, p. 1.

⁸¹⁴ SSVP. I Livro de Atas do Conselho Particular de Ubá, 1906 -1936, 8/10/1916.

⁸¹⁵ IRMANDADE NOSSA SENHORA DA SAÚDE. Ata de fundação, 17/5/1917.

⁸¹⁶ SSVP. I Livro de Atas do Conselho Particular de Ubá, 1906 -1936, 8/10/1916; VIEIRA, A Medicina em Ubá, *op. cit.*, p. 38-39.

As enfermarias feminina e masculina foram inauguradas em 1917⁸¹⁷ e as obras de expansão continuaram até 1927, feitas por etapas. Em 1919, foi eleita a primeira mesa diretora do hospital: o Sr. Silvério Rocha como provedor, o Sr. Astolpho Gonçalves como secretário e o Sr. Bernardino Gomes Pinto como tesoureiro. Os mesários e colaboradores foram os médicos vicentinos José Augusto de Rezende, Gastão Soares de Moura e José Dias de Andrade, o farmacêutico José Gonçalves Sollero, o empresário Luiz Gonçalves Fontes e os proprietários de terras Laurindo Gomes Pereira e Antônio Fusaro.

Neste ano a irmandade cedeu algumas salas do hospital para ser implantado o Centro de Saúde municipal, dirigido pelo Dr. Francisco Batista dos Santos e o Posto de Profilaxia Rural, sob a direção do Dr. Irineu Lisboa, que passou a residir no prédio⁸¹⁸.

Em 1920, Levindo Coelho recebeu o convite do provedor, Sr. Silvério Rocha, para visitar as obras do hospital como representante da Folha do Povo, e publicou suas impressões sobre a visita⁸¹⁹. Disse que o serviço hospitalar funcionava “ao lado do Centro de Saúde municipal e da obra patriótica do Posto de Profilaxia Rural”. Explicou aos leitores que a prosperidade da “grande obra” dependia não só dos poderes públicos, que deveriam proporcionar suas contribuições dirigidas ao Centro de Saúde municipal, mas principalmente do povo em geral, por meio de esmolas e donativos para o hospital. Afirmou que nenhuma outra obra de beneficência ou de religião merecia mais apoio pecuniário e donativos de toda a espécie do que esta, a qual ele chamou de “instituição de caridade”. Aconselhou que, “à semelhança do que se passava em outros municípios”, em clara referência à Cataguases, a população deveria se unir em torno dos que trabalham pelo hospital, por meio do reforço da caridade⁸²⁰.

O trabalho dos médicos na enfermaria do hospital foi organizado em sistema de rodízio, à semelhança da organização do hospital de Cataguases. A Irmandade Nossa Senhora da Saúde explicava, por meio dos jornais, que o provedor, Sr. Silvério Rocha, não poupava esforços para o bom andamento do serviço hospitalar e havia fixado o número de enfermos que o hospital poderia receber, de acordo com os poucos recursos de que dispunha.

⁸¹⁷ GAZETA REGJORNAL DE UBÁ, Edição Histórica, Ubá, 7/7/2007: p. 24. Vieira explicou que eram poucos leitos para a grande procura. Cf. Vieira, A medicina em Ubá, *op. cit.*, p. 38.

⁸¹⁸ FOLHA DO POVO, Ubá, 16/8/1919, p. 1.

⁸¹⁹ *Ibidem*, 17/7/1920, p. 1 e 24/7/1920, p. 1.

⁸²⁰ FOLHA DO POVO, Ubá, 17/7/1920, p. 1 e 24/7/1920, p. 1.

O provedor, Sr. Silvério Rocha, dirigia apelos à população em geral no sentido de contribuir para o custeio do hospital. Solicitava esmolas e donativos para aquela casa de caridade e explicava que, por não dispor de patrimônio nem de renda, precisava-se dos auxílios para a prestação dos serviços “aos desamparados da sorte”. O Sr. Silvério Rocha afirmava que a obra do hospital era uma das maiores necessidades do município e, portanto, não se deveria regatear auxílio e colaboração “para o êxito do patriótico e humanitário hospital”⁸²¹.

O Sr. Silvério Rocha, que o número de pessoas que solicitavam o internamento no hospital não parava de crescer. Dizia que um hospital merecia mais doações do que qualquer outra obra de beneficência, não só dos poderes públicos, mas também “dos particulares de almas generosas” porque as despesas do hospital eram certas e inadiáveis: gêneros alimentícios, medicamentos, pagamento de funcionários e serviços como os cuidados com as roupas dos doentes.

Afirmava que ali se encontrava o seu trabalho como provedor e dos médicos da cidade, que exerciam seus cargos desinteressadamente, ofereciam o seu tempo, seus esforços e seus trabalhos aos pobres, sempre abnegados pelos “desamparados da sorte”. O provedor solicitava que, à semelhança de outros municípios, todos deveriam se agrupar em torno do hospital e reforçar o espírito de generosidade, porque “surgirá, dessa grande obra de beneficência pública, o regime das dádivas valiosas para a sociedade”⁸²².

A bênção solene de reinauguração do Hospital São Vicente de Paulo de Ubá como obra da Irmandade Nossa Senhora da Saúde foi realizada em vinte de julho de 1920⁸²³. Na véspera havia sido o dia consagrado pela Igreja para homenagear o padroeiro, no entanto, a solenidade foi transferida para o dia seguinte por ser domingo e possibilitar a presença de todos.

O evento da festa de São Vicente e de inauguração do hospital teve início às 10 horas, após a missa na Igreja Matriz, em que Monsenhor Paiva Campos recebeu a bandeira da nova irmandade para a bênção. Seguiu-se uma procissão que teve à frente a cruz e o estandarte da irmandade, conduzido pelo provedor do hospital, ladeado pelos membros da mesa administrativa e pela imagem de São Vicente de Paulo, levada pelos irmãos presentes. Ao chegar ao edifício do hospital, a imagem foi colocada em um

⁸²¹ *Ibidem*, 10/4/1920, p. 1.

⁸²² *Ibidem*, 24/4/1920, p. 1.

⁸²³ IRMANDADE NOSSA SENHORA DA SAÚDE. I Livro de Atas, 22/7/1920.

nicho ali preparado. Monsenhor Paiva Campos celebrou a missa campal, que foi assistida por uma multidão de fiéis que enchem o pátio e adjacências. Foi dada a bênção solene do prédio e anunciados os paraninfos do hospital: o juiz de direito da comarca, J. Correa de Amorim e o juiz de paz do distrito, em exercício como juiz municipal, Vicente Rodrigues Leite⁸²⁴.

Terminadas as solenidades religiosas, o hospital recebeu a visita do público. Em seguida, os membros da nova irmandade encaminharam-se para o cemitério da cidade, em visita ao túmulo do Cel. Antônio de Oliveira Brandão, cujo retrato foi colocado numa das paredes do salão do hospital pelo senador Levindo Coelho, a convite do provedor Silvério Rocha. O Dr. José Augusto de Rezende falou em nome da Irmandade Nossa Senhora da Saúde e enalteceu os serviços prestados ao hospital pelo Cel. Antônio de Oliveira Brandão. Foi dada a palavra ao senador Levindo Coelho, que fez um breve histórico da criação, fundação e reinauguração do hospital e felicitou a Irmandade Nossa Senhora da Saúde pelo trabalho realizado⁸²⁵.

A ata de inauguração foi assinada por Levindo Eduardo Coelho, Sr. Inácio Godinho, José Augusto Godinho, Luiz Dias de Andrade, José Dias de Andrade, Arthur de Oliveira Rodrigues, Ibraim Gomes Pereira, Antônio Bonetti, Antônio Ribeiro de Sá, Antônio de Oliveira Castro Brandão, José Augusto Rezende e Renato de Lacerda Rodrigues. Os estatutos foram assinados por Levindo Eduardo Coelho, José Augusto de Rezende e Renato de Lacerda Rodrigues⁸²⁶.

O primeiro balancete do hospital foi apresentado pelo provedor Silvério Rocha e publicado pela Folha do Povo em agosto de 1920. As principais informações podem ser observadas no quadro 17⁸²⁷:

Quadro 17:

Balancete do Hospital São Vicente de Paulo de Ubá, 1920.

Recebidos	valor	Despesas pagas	Valor
Rendas das solenidades	125\$000	Despesas gerais da primeira quinzena	367\$800
Doações em 15/8/1920	1:377\$540	Despesas gerais da segunda quinzena	79\$000
Aluguéis de partes do imóvel	20\$000	Despesas com a pequena cultura e horta	12\$500

⁸²⁴ VIEIRA, A medicina em Ubá, *op. cit.*, p. 39.

⁸²⁵ *Ibidem*, p. 40.

⁸²⁶ GAZETA REGJORNAL DE UBÁ, Ubá, 7/7/2007, p. 24 e Vieira, 1989: p. 38.

⁸²⁷ Quadro 17. Fonte: Elaboração própria a partir de dados contidos em FOLHA DO POVO, Ubá, 10/8/1920.

Venda de verduras e legumes	41\$700	Despesas com artigos de escritório	44\$300
		Despesas com semoventes	50\$000
		Despesas com comedorias da primeira quinzena	101\$000
		Despesas com comedorias da segunda quinzena	125\$300
Total de doações	1:564\$240	Total das despesas pagas	779\$900
		Saldo para o próximo mês	+784\$340

Entre 1920 a 1927, não houve serviços de cirurgias no Hospital São Vicente de Paulo de Ubá, segundo os provedores, por falta de recursos. Foram publicados nos jornais mais apelos por doações e divulgados os nomes dos doadores⁸²⁸. O provedor insistia que era grande o número de enfermos que procurava o hospital para tratamento de sua saúde, explicava que a administração se esforçava para atender ao maior número possível de pessoas, mas os recursos eram escassos.

Os vigários se revezavam a oferecer missas campais para angariarem fundos para o hospital. No jornal *Folha do Povo*⁸²⁹ os vigários foram definidos como “ilustrados sacerdotes, tão preocupados com a alta missão da caridade e tão desinteressados de bens materiais e das pequeninas competições pessoais que denotam falta de fé e dúbia convicção”.

O jornal *Folha do Povo* promovia campanhas “ao nosso abandonado hospital”. A máquina de impressão Liberty, adquirida pela extinta Associação Comercial de Ubá, foi deixada para a impressão dos exemplares da *Folha do Povo* de acordo com os estatutos que regiam a referida associação. O jornal a doou a máquina ao Hospital São Vicente de Paulo, que foi entregue ao Sr. Deoriano Guimarães, na qualidade de provedor na época, para que fosse vendida e o valor arrecadado fosse revertido em benefício da instituição⁸³⁰.

Em 1927, as obras de expansão do hospital foram concluídas na administração municipal de Levindo Eduardo Coelho. Não conseguimos a imagem do hospital neste ano, mas, segundo as informações coletadas no hospital, não houve alteração na fachada, que pode ser vista na figura 32⁸³¹.

⁸²⁸ FOLHA DO POVO, Ubá, 23/10/1920, p. 1; 15/1/1922, p. 1; 21/6/1924, p. 1; 28/11/1925, p. 1.

⁸²⁹ *Ibidem*, 21/6/1924, p. 1.

⁸³⁰ *Ibidem*, Ubá, 28/11/1925, p. 1.

⁸³¹ Figura 32. Fonte. Arquivo Pessoal.

Figura 32.
Hospital São Vicente de Paulo de Ubá, 2017.



O hospital passou a contar com um corpo de médicos contratados e com profissionais voluntários. As enfermarias foram ampliadas: a masculina passou a contar com 25 leitos, dirigida pelo Dr. Adjalme Martins Carneiro e feminina passou a contar com 20 leitos, dirigida pelo Dr. Ângelo Moreira Barletta. Foram organizados os ambulatórios e a maternidade. Para além, o hospital passou a contar com um laboratório e foi organizada a ala para a maternidade⁸³². Vieira⁸³³ observou que o público do hospital sofreu mudanças com a instalação da maternidade, que atraiu os moradores da cidade.

Para a nova reinauguração, em 1927, foi realizada a assembleia geral da Irmandade Nossa Senhora da Saúde, e foi eleito o novo provedor do hospital: o médico Theóphilo Moreira Pinto, cargo que ocupou por 18 anos, até ser convidado pelo governo do estado a dirigir a Casa de Saúde Padre Damião, inaugurada em 1945. Naquela época, de acordo com os estatutos, o provedor eleito, caso fosse médico, seria também diretor clínico. O Dr. Theóphilo Moreira Pinto trabalhou no ambulatório diariamente, com dedicação aos pobres.

⁸³² FOLHA DO POVO, Ubá 15/9/1920, p. 1.

⁸³³ VIEIRA, A medicina em Ubá, *op. cit.*, p. 40.

Vieira explicou que a Folha do Povo⁸³⁴ publicava mensalmente a escala com os nomes dos médicos que trabalhariam no hospital. Na opinião da autora, não é possível conhecer a medicina de Ubá sem incluir a Irmandade Nossa Senhora da Saúde e o Hospital São Vicente de Paulo porque “foi hábito dos médicos da cidade encaminhar seus doentes para o hospital de São Vicente”.

Entendemos que a formação da Irmandade Nossa Senhora da Saúde, formada pelos médicos vicentinos em 1917, marcou o controle do grupo de médicos da Conferência São Januário no Hospital São Vicente de Paulo. Levindo Coelho orientou a reinauguração do hospital, com o financiamento de “padrinhos”, ou benfeitores, como foi observado na experiência da cidade de Cataguases.

A segunda reinauguração do hospital, na gestão de Levindo Coelho como intendente, em 1927, marcou a criação da maternidade, que contribuiu para uma transformação nos costumes sociais locais. Desvinculado da imagem de acolhimento para os doentes pobres, o hospital passou a ser visto como uma instituição de acolhimento das famílias, desde o momento do nascimento das crianças. Essa concepção do hospital aproximava-se das novas propostas da medicina e do Estado, colocava as famílias em contato direto com os médicos, que deveriam orientar a sociedade para o novo século.

6.4.2. Hospital São Vicente de Paulo, do Pomba.

Desde as primeiras atas da Conferência São Manoel, em 1902, os vicentinos viam a cidade como o “berço da civilização da Zona da Mata” e reclamavam a falta de um hospital na cidade, “como havia nas demais cidades civilizadas do país”⁸³⁵.

A cidade do Pomba não contou com um hospital até o final anos 1930. Em 1932 formou-se uma comissão liderada pelo médico recém-formado José Reis Santos, pelo dentista José Marine de Souza e por Francisco Clemente de Araújo, presidente da Conferência São Manoel, para a construção do hospital num terreno prometido pelo intendente Oscavo Gonzaga Prata, cujo pai, o Cel. Luís Gonzaga Prata, havia doado uma quantia à municipalidade em 1891, administrada pelo farmacêutico Aurélio Pereira Salgado na época, para a edificação da instituição, como foi visto no capítulo 5 desta pesquisa.

⁸³⁴ FOLHA DO POVO, Ubá, 23/10/1920, p. 1.

⁸³⁵ SSVV. I Livro de Atas da Conferência São Manoel de Pomba, 1902-1912, 14/2/1904.

Em 1928, um ano após a reinauguração do Hospital São Vicente de Paulo de Ubá, ocorrida em 1927, foi publicada no jornal A Noite, do Pomba, a notícia de que se reuniu uma comissão na câmara municipal da cidade de Rio Casca com a finalidade de construir o Hospital São Vicente de Paulo, a “humanitária instituição”⁸³⁶. A notícia provocou reações na cidade do Pomba. O Cel. Ramiro Rocha considerou que a cidade do Pomba figurava em plano superior à cidade de Rio Casca e reconheceu que a SSVP, na figura do seu presidente, o Tenente Francisco Clemente de Araújo, há muito se esforçava para a construção de um hospital⁸³⁷.

Na interpretação do coronel, a caridade tradicional deveria ser abandonada. Alertou para o fato de que não seria com um insignificante níquel que a sociedade poderia socorrer um mendigo, a esmola feita assim seria prejudicial, já que havia os pobres que se entregavam ao vício da embriaguez. O produto das esmolas aplicado ao consumo de álcool aumentaria os seus males. Alertou para o perigo representado pelos falsos mendigos, que exploravam a caridade pública como uma profissão muito cômoda.

Ramiro Rocha defendia que os “proprietários da fortuna que Deus lhes confiou” deveriam concorrer com seu auxílio moral e material para a SSVP. Só assim seria possível lançar as primeiras pedras do alicerce do “prédio da caridade”, ao qual todos poderiam auxiliar, de acordo com suas posses⁸³⁸. O coronel disse que a assistência hospitalar resolveria o problema da mendicidade, porque os verdadeiramente inválidos e doentes seriam hospitalizados, enquanto os demais “seriam encaminhados à justiça”.

Foi possível entender que a Casa de Caridade São Vicente de Paulo, da Rua do Rosário, não era vista pela população como uma instituição de acolhimento de mendigos nem como um hospital. A instituição funcionava como um dispensário, voltado para o tratamento aos doentes pobres e havia alguns cômodos que costumavam ser cedidos como abrigo noturno para viajantes, em alguns casos⁸³⁹.

As concepções relacionadas à higiene e à Polícia Médica podem ser vistas na fala do coronel, assim como a ideia existente na cidade do Pomba sobre um hospital. Tal como foi observado por Souza⁸⁴⁰ em relação à cidade de Goiás no final do século XIX, na cidade do Pomba a expectativa era de criação de uma instituição para o

⁸³⁶ A NOITE, Pomba, 21/4/1928, p. 1.

⁸³⁷ *Ibidem*.

⁸³⁸ O IMPARCIAL, Pomba, 6/5/1928, p. 1.

⁸³⁹ SSVP. Livro de Atas da SSVP. Livro de Atas da Conferência São Manoel de Pomba, 1917-1929.

⁸⁴⁰ SOUZA, Pobres, Doentes e Desvalidos, *op. cit.*

tratamento dos pobres sem endereço, que perambulavam pela cidade, os mendigos. Por não se propor a ser um albergue, o trabalho da Casa de Caridade não era vista como capaz de resolver a questão da mendicidade.

Em 1931, o vice-presidente da Conferência São Manoel, o Sr. Alcides Teixeira Lima, comunicou ao O Imparcial⁸⁴¹ que a junta revolucionária favorável à Revolução de 1930 da cidade havia oferecido à confraria uma rês em benefício dos pobres. O animal foi vendido por 60\$000 e a importância foi aplicada aos atendidos pela casa de caridade São Vicente de Paulo. Em setembro de 1931, Francisco Vieira de Siqueira publicou que “cogita-se, nesta cidade, a fundação de um hospital”. Segundo o jornalista, uma obra de caridade necessária não pelas condições de saúde dos moradores, porque acreditava que o clima da cidade garantia a salubridade, mas “por tudo o que um hospital representa para os grandes centros civilizados”⁸⁴². No entanto, considerou que faltavam cidadãos empreendedores capazes de concretizar o ideal.

Em dezembro de 1931 foi anunciada uma comissão dirigida pelo médico Guilherme de Castro e pelo dentista José Marine de Souza para iniciar as obras para a construção do hospital, que convocou o povo para uma reunião na prefeitura no dia vinte e sete de dezembro de 1931, ao meio dia⁸⁴³. O Imparcial noticiou que a nova comissão promoveu novas reuniões na prefeitura e estimulou as quermesses para angariar fundos para as obras⁸⁴⁴.

No início de 1932, um imigrante português que usou sob o pseudônimo “JYB”, publicou no O Imparcial. Afirmou ter participado da reunião na prefeitura e que, após a ideia da construção do hospital ter sido aclamada pelos moradores, era preciso deixar as “reuniões estéreis”. Ofereceu sua experiência para os cidadãos da cidade:

Na província do Minho, em Portugal, terra dos meus maiores, cogitava-se, naquele tempo, da fundação de uma Santa Casa. O lugar, porém, era pequeno e o país agitado pela inquietação europeia, torturado pelo inimigo. – Foi no tempo de Napoleão, quando Junot tentou invadir a santa terrinha que estava em extrema penúria –. As mulheres de minha terra – Ah! Meu Portugal! – ofereceram-se para, todos os domingos, vender flores naturais ao sexo forte, organizando festas nas Casas da Câmara, chás-dançantes e piqueniques, mobilizando enfim todos os espíritos para o serviço daquela cruzada. E pouco tempo após, quando meu avô emigrou, ele contava que deixara na nossa província mais uma casa de caridade que era bem um

⁸⁴¹ O IMPARCIAL, Pomba, 29/3/1931, p. 1.

⁸⁴² *Ibidem*, 13/9/1931, p. 1.

⁸⁴³ *Ibidem*, 27/12/1931, p. 1.

⁸⁴⁴ *Ibidem*, 24/1/1932, p. 1; 31/1/1932, p. 1; 21/2/1932, p. 1; 28/2/1932, p. 1; 1/5/1932, p. 1.

marco luminoso do espírito de realização e conquista de minha terra⁸⁴⁵.

No final de 1933, foi anunciada a colação de grau na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro de José Reis Santos, filho do Sr. Franklin Lopes Santos e D. Maria Reis Santos, ambos nascidos na cidade do Pomba⁸⁴⁶. De volta à cidade, o médico recém-formado esteve em contato com Francisco Clemente de Araújo e com a Casa de Caridade São Vicente de Paulo.

O dentista José Marine de Souza se referiu à casa de caridade vicentina como “uma casa de caridade corporal, mantida por meia dúzia de homens que lutam com a deficiência de recursos e se entregam ao serviço de enfermeiros para manter os cuidados e o abrigo aos renegados da fortuna”⁸⁴⁷. Interpretou as dificuldades para a construção de um hospital na cidade como fruto de “desentendimentos entre as elites”, disse que “nós, vicentinos, vemos a confusão estabelecida entre os homens, numa verdadeira Babel, sem que se lhes confundisse a linguagem” e anunciou que os médicos da cidade foram convidados para uma nova reunião com a comissão pró-hospital, desta vez no Forum⁸⁴⁸.

O discurso de José Marini de Souza e a mudança de local da reunião indica a existência desavenças entre a comissão vicentina e a prefeitura, na gestão do fazendeiro Oscavo Gonzaga Prata.

O médico José Reis Santos compareceu à reunião e passou a integrar a comissão para a construção do hospital. Iniciou um trabalho de visita aos padres e aos coronéis dos distritos a fim de angariar recursos. No distrito de Piraúba, o contato inicial foi feito com o Padre Ibrahim Caputo e com o Cel. João Vieira, que colaboraram com suas doações. O Imparcial anunciou haver a quantia de 7:057\$800 para as obras do Hospital São Vicente de Paulo⁸⁴⁹, de posse dos vicentinos. Foi feita uma planta para a construção do prédio para o hospital, que ficou disponível para estudos no Forum⁸⁵⁰.

Em abril de 1934, José Marini de Souza informou que esteve próximo aos vicentinos desde a criação da Conferência São Manoel, que a comissão estava de posse dos recursos angariados e anunciou que novos rumos seriam tomados. Como membro da comissão pró-hospital, disse que procurou afastar-se das “questiúnculas da política

⁸⁴⁵ *Ibidem*, 17/1/1932, p. 1.

⁸⁴⁶ *Ibidem*, 3/12/1933, p. 1.

⁸⁴⁷ *Ibidem*, 30/7/1933, p. 1.

⁸⁴⁸ *Ibidem*, 22/4/1934, p. 1.

⁸⁴⁹ *Ibidem*, 28/2/1934, p. 1.

⁸⁵⁰ *Ibidem*, 15/4/1934, p. 1.

que se formava num ambiente onde era exigida uma aliança que resultasse em fontes de produções”, sem a qual seria “impossível a manutenção de uma assistência hospitalar aos pobres pela associação de São Vicente”⁸⁵¹.

Em junho de 1934, a comissão pró-hospital anunciou no O Imparcial⁸⁵² que no dia vinte e nove de julho haveria uma solenidade para marcar o início das obras no terreno ao lado de onde funcionava a Casa de Caridade dos vicentinos, local em que seria instalado o hospital. Informou que as doações seriam publicadas nominalmente, como as que foram recebidas naquela data. As listas de doações podem ser vistas por meio do quadro 18⁸⁵³, a primeira coluna mostra as doações feitas ao Dr. José Marinho Saraiva e a segunda coluna mostra as doações encaminhadas ao jornal O Imparcial, que concentrou os maiores doadores:

Quadro 18:

Doações feitas à comissão pró-hospital, em 1934.

Lista feita por Dr. José Marinho Saraiva	Doação	Lista feita por O Imparcial	Doação
Nélson Gomes	20\$000	Cel. Henrique Ignácio	1:000\$000
Carlos Gomes	20\$000	Major Franklin Lopes dos Santos	1:000\$000
Newton Gomes	20\$000	Dr. Odilon Duarte Braga	1:000\$000
Irene Paula Magalhães	20\$000	Lincoln Lamas & Cia	100\$000
Alcindo Cruz Marini	20\$000	Um anônimo	60\$000
Henrique Diniz	20\$000	Lista a cargo do Sr. Francisco Arrighi	160\$000
Nivaldo Reis	50\$000	Quermesse	326\$000
Clímaco de Assis	20\$000	José Gualberto de Sá: duas apólices do Colégio Regina Coeli	200\$000
Leôncio Peixoto Silva	20\$000		
João Albuquerque	50\$000		
Hélio e Oswaldo Mendes	50\$000		
João B. Santiago	20\$000		
Dr. Josephino Santa Rosa	10\$000		
João Pedro Alves Vieira e família	50\$000		

A partir de julho de 1934, o presidente da comissão pró-hospital, Dr. José Reis Santos, e o presidente da Conferência São Manoel, Francisco Clemente de Araújo orientaram a construção do prédio para ser criado o hospital. Os presidentes convidaram

⁸⁵¹ *Ibidem*, 22/4/1934, p. 1.

⁸⁵² *Ibidem*, 24/6/1934, p. 1.

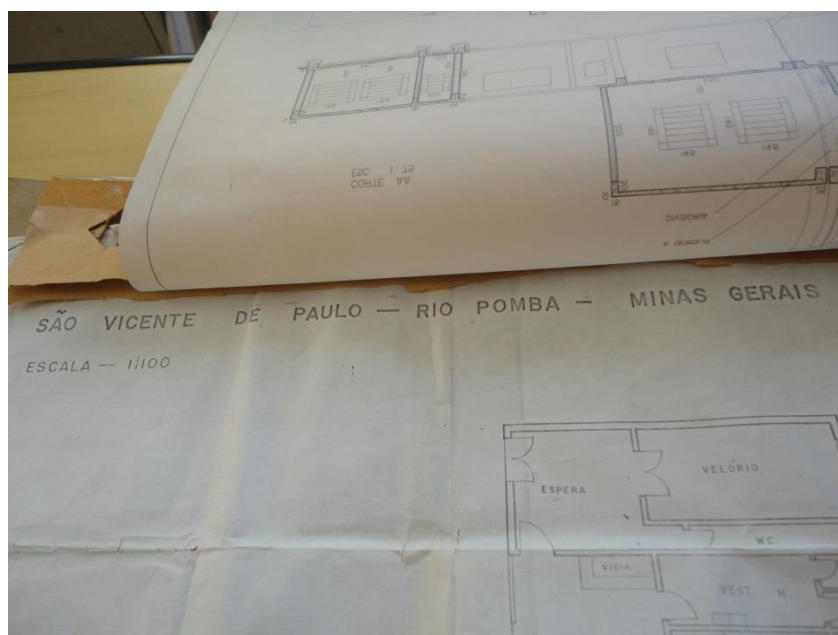
⁸⁵³ Quadro 18. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados contidos em: O IMPARCIAL, Pomba, 24/6/1934, p. 1.

o proprietário do jornal O Imparcial, Francisco Vieira de Siqueira, para uma visita às obras no bairro do Rosário⁸⁵⁴.

O jornalista explicou que o próprio médico e o Tenente Francisco Clemente dirigiam os operários. Considerou a planta “belíssima e modesta, a qual os cicerones explicaram os seus detalhes, o que permitiu a percepção do conjunto de 21 por 21 metros, as medidas da frente e dos lados do prédio”. Disse que Dr. José Reis Santos solicitou que suas impressões fossem divulgadas no jornal e que se pedisse aos nossos conterrâneos que fossem observar as obras, “para que não haja nenhuma dúvida sobre essa empreitada, a mercê de Deus”. A planta do Hospital São Vicente de Paulo foi reescrita pela prefeitura e pode ser vista na figura 33⁸⁵⁵:

Figura 33:

Planta do Hospital São Vicente de Paulo, no Pomba.



O Imparcial publicava a relação dos doadores de óbolos para o hospital. Formou-se na cidade a Cruzada Infantil Pró-hospital⁸⁵⁶, grupo de crianças da cidade, orientado a fazer doações às obras. Parte das doações do mês de outubro de 1934 desse grupo pode ser observada no quadro 19⁸⁵⁷: a primeira coluna informa as doações

⁸⁵⁴ O IMPARCIAL, Pomba, 15/7/1934, p. 1 e 26/9/1934, p. 1; 26/8/1934, p. 1.

⁸⁵⁵ Figura 34. Fonte: acervo pessoal.

⁸⁵⁶ O Imparcial, Pomba, 4/11/1934, p. 1.

⁸⁵⁷ Quadro 19. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados contidos em: O IMPARCIAL, Pomba, 24/6/1934, p. 1.

recebidas da classe da professora Isabel Rodrigues, do Grupo Escolar São José e a segunda coluna informa as doações recebidas pelo vice-presidente da Conferência São Manoel, Alcides Teixeira Lima, decorrente de suas coletas no catecismo na Igreja Matriz.

Quadro 19:

Doações da Cruzada Infantil Pró-hospital, em 1934.

Lista da Prof^a. Isabel Rodrigues:	valor	Lista do Sr. Alcides Teixeira Lima:	valor
Maria Assumpção Martins Gaudereto	\$500	Murillo Salgado Marini	\$500
Anna M. Gaudereto	\$200	Milton e Elba Marini	1\$000
Maria Isabel, José e Damião Barros Vieira	2\$000	Matheus e Ozéas Vasolate	1\$000
José Bomtempo Soares	\$400	Dolme, Ruth, Romilda e Elizabeth Sandim	1\$000
José F. Lucas Soares	2\$000	Maria Geny e Altamiro Vianna	1\$500
Maria B. Soares	\$500	Norma J. Santos	\$500
Marieta, Maria e Rosa Luiz de Oliveira	\$600	Alceu Jorge	\$500
Maria de Lourdes Oliveira	\$200	Haroldo Vidal Furtado	\$500
Francisco Luiz Oliveira	\$100	Jalmeno Furtado	1\$000
Hilda Ferreira	\$200	José Ferreira de Carvalho	\$500
		Irene Caiaffa	\$500
		Graciana e Mercedes Malfitano	1\$000
		Filhos de José Soares Costa	2\$000
		Celina, Antônio e Rita Saraiva Campos	1\$500
		Geraldo Cunha	\$500
		Wilson F. Silva	\$500
		J. Felicitano Júnior	\$500
		Irmãos Caldoncelli	2\$000
		Manoel Expedito	\$500
		Bibiano Conde	\$500
		Roberto e Paulo Esteves	1\$000
		Dauro Mendes Ferreira	\$500

Os conterrâneos que residiam no Rio de Janeiro enviaram suas doações aos cuidados de D. Maria Borges Reis Santos, que ofereceu os talheres e as roupas de cama brancas necessárias à instalação da primeira enfermaria do hospital. O Dr. José Reis Santos, presidente da comissão pró-hospital, enviou uma carta para os diretores da Cia Força e Luz Cataguases Leopoldina, proprietária dos serviços de iluminação oferecidos ao município, em que explicava as dificuldades para a instalação do hospital na cidade e solicitou o fornecimento gratuito de luz para o estabelecimento, mas não obteve resposta⁸⁵⁸.

Em dez de março de 1935 a comissão formada pelo presidente, Dr. José Reis Santos, o médico José Marinho Saraiva, o dentista José Marini de Souza, e pelos

⁸⁵⁸ O IMPARCIAL, Pomba, 3/3/1935, p. 1.

dirigentes da Conferência São Manoel: o presidente Francisco Clemente de Araújo, o vice presidente Alcides Teixeira Lima e o secretário João Rodrigues da Luz inaugurou a primeira enfermaria do Hospital São Vicente de Paulo. A solenidade foi marcada pela bênção do Padre João Chrisóstomo de Campos e pela presença do morador mais antigo da cidade, o Sr. J.J. Pereira Brandão. Os discursos foram feitos pelo Dr. José Reis Santos e pelos vereadores Dnar Mendes Ferreira e Edmundo Souza Lima. A enfermaria foi inaugurada com 22 leitos doados pelo Colégio Regina Coeli.

A solenidade de inauguração da enfermaria foi organizada pelos representantes da Conferência São Manoel, em seguida, o povo visitou a enfermaria⁸⁵⁹. As obras do hospital não haviam terminado e foram acompanhadas pelo *O Imparcial*⁸⁶⁰, que deixou claro as dificuldades financeiras de cada etapa ao comentar que, “por vezes, no momento exato de se paralisar a obra por falta de recurso, a Providência Divina parecia fazer São Vicente de Paulo velar pelo hospital e chegar às mãos da comissão alguns recursos”.

As listas de donativos, em espécie, objetos ou gêneros alimentícios continuaram a ser publicadas pelo *O Imparcial*⁸⁶¹. Foi lembrada a contribuição do Dr. Joaquim Senra de Oliveira, já falecido, que manteve os donativos para o hospital controlados em sua caderneta e que, após o seu falecimento, foi mantida e continuada por sua viúva⁸⁶².

A comissão publicou no *O Imparcial* um agradecimento público à D. Rita Coelho, proprietária de terras no distrito de Silveiras (hoje Silverânia), que atendeu aos pedidos da comissão e modificou a doação mensal que fazia à Conferência São Manoel e a dirigiu ao Hospital São Vicente de Paulo⁸⁶³.

Entretanto, outra providência foi solicitada pelo Dr. José Reis Santos, que, como publicou no *O Imparcial*⁸⁶⁴ em 1936, escreveu uma carta endereçada ao presidente da república, Getúlio Vargas, acompanhada de fotografias do hospital, para solicitar verbas para a manutenção da instituição. Oito meses após o pedido, ao assumir cargo público no governo federal, o Sr. Edmundo Líbero, cidadão da cidade do Pomba, enviou correspondência ao Dr. José Reis Santos e informou que, após insistente acompanhamento da situação do pedido feito ao presidente, foi concedida a verba de

⁸⁵⁹ *Ibidem*, 10/3/1935, p. 1.

⁸⁶⁰ *Ibidem*, 28/9/1935, p. 1.

⁸⁶¹ *Ibidem*, 24/3/1935, p. 1; 24/2/1935, p. 1; 7/4/1935, p. 1; 24/3/1935, p. 1; 20/12/1936; 30/5/1937, p. 1; 11/7/1937, p. 1;

⁸⁶² *Ibidem*, 14/4/1935, p. 1.

⁸⁶³ *Ibidem*, 22/3/1936, p. 1.

⁸⁶⁴ *Ibidem*, 27/4/1936, p. 1.

5.000\$000 para o exercício de 1935 e que o pagamento aguardava a liberação do crédito pelo governo.

Em maio de 1936, O Imparcial⁸⁶⁵ noticiou que o Hospital São Vicente de Paulo estava em funcionamento no Pomba, como “resultado da atuação de um médico à frente do movimento altruístico, que atraiu para si simpatia e respeito”: referia-se ao Dr. José Reis Santos, autor da Coluna Médica, publicada no jornal. No texto, o hospital foi descrito como uma esperança para os pobres, porque “alguma coisa de útil e sagrada escapou do egoísmo humano e à fria indiferença das sociedades modernas”. Defendeu que o médico deveria ser lembrado pelos os partidos políticos como “o fundador do hospital, a casa santa”. No texto, Francisco Vieira de Siqueira criticou o governo federal e estadual pelos gastos públicos considerados desnecessários, enquanto “havia coisas úteis a serem realizadas, como a extinção da formiga e o aparelhamento para a assistência social”.

Em setembro de 1936, O Imparcial⁸⁶⁶ noticiou que os pobres asilados na Casa de Caridade São Vicente de Paulo, ao lado das obras do hospital, estavam morrendo devido ao desamparo. Segundo as atas da Conferência São Manoel⁸⁶⁷, os mendigos idosos de instalaram na Casa de Caridade quando a enfermaria do hospital foi inaugurada. A comissão pró-hospital, liderada pelo médico José Reis Santos, pelo dentista José Marini de Souza e por Francisco Clemente de Araújo publicou uma nota⁸⁶⁸ assinada por eles em que afirmavam a autonomia do “hospital”, que estava em obras, no terreno ao lado da Casa de Caridade vicentina. A comissão esclareceu que as doações e esmolas dirigidas aos vicentinos não haviam sido desviadas para as obras do hospital, cuja responsabilidade era da comissão.

A Sra. Engracia Alvarenga, esposa do médico José Tostes de Alvarenga, se propôs a recolher esmolas e os auxílios do poder municipal para recuperar os desnutridos que usavam o local⁸⁶⁹. O Imparcial⁸⁷⁰ noticiou doações de roupas de cama, utensílios e alimentos para a Casa de Caridade. Comunicou que a Sra. Engracia Alvarenga arrecadou 700\$000 em óbolos e utensílios oferecidos pela população. O valor foi empregado por ela na compra de móveis e na contratação de serviços de limpeza e desinfecção do local.

⁸⁶⁵ *Ibidem*, 22/5/1936, p. 1.

⁸⁶⁶ O IMPARCIAL, Pomba, 13/9/1936, p. 1.

⁸⁶⁷ SSVP. Livro de Atas da Conferência São Manoel de Pomba, 1932-1939.

⁸⁶⁸ O IMPARCIAL, Pomba, 20/9/1936, p. 1.

⁸⁶⁹ *Idem*.

⁸⁷⁰ O IMPARCIAL, Pomba, 4/10/1936, p. 1.

No domingo, após a missa, em companhia do Sr. Wolney Rocha, a Sra. Engracia entregou a arrecadação à confraria São Vicente de Paulo e prestou contas a todos os presentes na igreja. Em seguida, a senhora conseguiu a renda de 362\$400 referente à doação de uma sessão beneficente do cine-teatro pombense para ser aplicado no albergue, conforme a prestação de contas exibida na redação deste jornal pelo Dr. José Tostes de Alvarenga⁸⁷¹.

Em 1938, o Dr. José Reis Santos comunicou ao jornal O Imparcial o auxílio financeiro concedido pela prefeitura para o hospital, na gestão do Dr. José Simões de Araújo Campos⁸⁷². O Hospital São Vicente de Paulo foi oficialmente inaugurado no dia oito de junho de 1939⁸⁷³. O hospital contava com a enfermaria masculina, com 12 leitos e com a enfermaria feminina, com dez leitos. Foi construída uma sala de cirurgia para a maternidade, um laboratório, cozinha e salas para os consultórios dos médicos, que pagavam aluguel ao hospital.

O Imparcial anunciou a inauguração e alertou que, a partir daquele momento, a caridade da população seria colocada à prova e avisou que continuaria a publicar nominalmente cada doação dirigida à instituição. Aconselhou a coleta espontânea e diária de esmolas a ser feita pelos comerciantes da cidade e de víveres que deveriam ser entregues diretamente pelos fazendeiros e sitiantes na instituição.

Os discursos de inauguração, feitos pelo Dr. José Reis Santos e pelo vereador Dnár Mendes Ferreira, ressaltaram a importância da obra. O discurso de Francisco Clemente de Araújo lembrou seus mais de trinta anos de luta pelos pobres por meio da SSVP e todos agradeceram o apoio do prefeito José Simões de Araújo Campos. O Padre João Chrysóstomo de Campos benzeu o prédio e fez um longo discurso sobre a vida e obra de São Vicente de Paulo, que acreditou na Providência Divina para manter suas obras.

Segundo Santiago, em 1940, as Irmãs Filhas da Caridade Vicência Dias, Amélia Rabelo, Zoé Vasconcelos e a irmã Furquim chegaram a cidade para administrarem o hospital. A casa em que funcionava a Casa de Caridade São Vicente de Paulo tornou-se a residência das freiras.

A ficha nº 79 de Inventário de Proteção ao Acervo Cultural da Prefeitura da cidade informa que o conjunto arquitetônico que abriga o hospital possui uma ampla

⁸⁷¹ SANTIAGO, Município de Rio Pomba, *op. cit.*, p. 423.

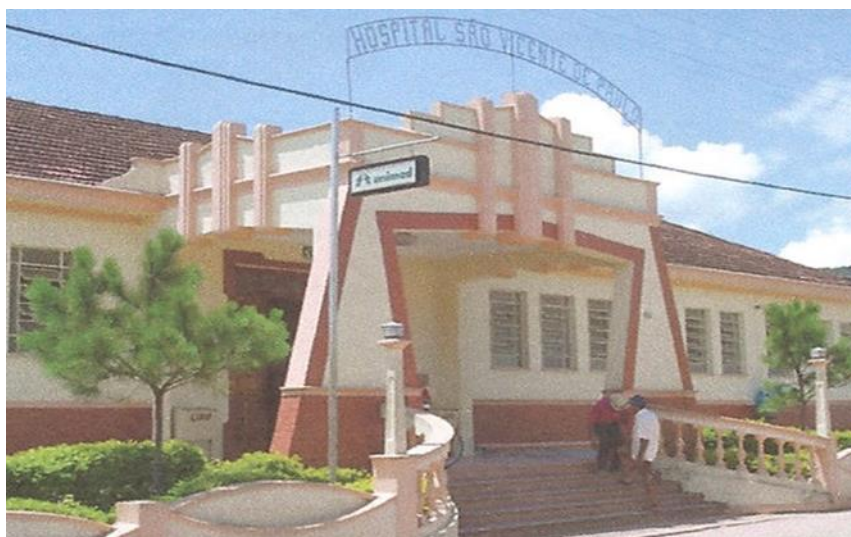
⁸⁷² *Ibidem*, 11/9/1938, p. 1 e 20/11/1938, p. 1.

⁸⁷³ *Ibidem*, 11/6/1939, p. 1.

fachada preservada no modelo original, dividida em duas partes. A primeira é maior e com entrada marcada em estilo neocolonial e sobressai no conjunto projetando-se e destacando-se pela diferenciação da cobertura escondida por platibandas ornadas com relevo em estilo *art déco*. A entrada central da área de atendimento ao público possui uma escadaria frontal de acesso com guarda corpo em balaustrada, portada em madeira com folhas almofadadas e uma imponente marquise. Não há imagens sobre o hospital da época, contudo a parte descrita pode ser vista na figura 34⁸⁷⁴:

Figura 34.

Fachada principal, Hospital São Vicente de Paulo, do Pomba.



A segunda fachada, menos imponente, corresponde à capela. A ficha 79 informa que a capela possui acesso social independente, possui entrada marcada por eixo de simetria coroado por frontão neocolonial com nicho para a imagem de São Vicente de Paulo. O beiral possui galbo de contrafeito e janelas antigas, constituídas por verga em arco pleno, bandeira fixa e folhas almofadadas, que pode ser vista na figura 35⁸⁷⁵.

Figura 35:

Segunda fachada, Hospital São Vicente de Paulo, do Pomba.

⁸⁷⁴ Figura 34. Fonte: Acervo pessoal.

⁸⁷⁵ Figura 35. Fonte: Acervo pessoal.



A edificação ocupa dois pavimentos para aproveitar o declive do terreno: na Rua do Rosário há um só pavimento e na parte posterior há os dois, em que foram instaladas as enfermarias, voltadas para o sol da manhã. Apresenta sistemas construtivos mistos, devido às sucessivas reformas e inúmeras ampliações por necessidade de uso ao longo dos anos. A figura 36⁸⁷⁶ mostra a vista parcial a fachada posterior do hospital.

Figura 36:

Vista parcial a fachada posterior do hospital.



⁸⁷⁶ Figura 36. Fonte: Acervo pessoal.

A imagem aérea na figura 37⁸⁷⁷ é atual e mostra a planta do Hospital São Vicente de Paulo em 2015. Quando foi inaugurado, a estrutura era restrita ao modelo em “M” menor, à direita da imagem, sinalizada em vermelho. A estrutura semelhante em tamanho maior, à esquerda foi construída como acréscimo, ao longo dos anos.

Figura 37:

Imagem aérea do Hospital São Vicente de Paulo, do Pomba., do Pomba.



Entendemos que as dificuldades em definir o hospital para o atendimento das necessidades sociais da cidade do Pomba, aliadas às ausência de organização social e política dos vicentinos da cidade impossibilitaram a construção do hospital até a década de 1920. Entretanto, constatamos haver três cômodos no fundo do terreno do hospital que, segundo Anastácio⁸⁷⁸, desde a construção do hospital, foi destinado ao pernoite de mendigos da cidade. A vista parcial destes cômodos pode ser vista na figura 37, dentro do espaço sinalizado e na figura 38⁸⁷⁹:

⁸⁷⁷ Figura 37. Fonte: Google Maps.

⁸⁷⁸ ANASTÁCIO, Jorge Saraiva. *Rio Pomba*, mimeo, 2001.

⁸⁷⁹ Figura 38. Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 38:

Vista parcial do fundo do terreno do Hospital São Vicente de Paulo, do Pomba.



A cidade do Pomba contou posteriormente com o Asilo São Vicente de Paulo para o abrigo de pobres idosos, construído na década de 1940. Entretanto, os cômodos dos fundos do hospital abrigam mendigos ainda nos dias atuais.

Considerações

A atuação dos vicentinos na Zona da Mata mineira como profissionais de saúde e como intendentess possibilitou a prática da caridade vicentina na sociedade local. A assistência foi exercida em alianças em que as esferas pública e privada se entrelaçaram. A organização da saúde pública e da assistência foi orientada por meio dos valores da caridade vicentina, a sociedade participou com donativos e as elites vicentinas assumiram a criação e manutenção das instituições de ensino e dos hospitais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A caridade assumiu nova configuração no Estado Republicano e se tornou um dos elementos de construção de novas redes sociais e de reestruturação do poder político. Ao praticar a caridade modernizada, os vicentinos da SSVP aproximaram-se da filantropia, no entanto, ao se dedicar àqueles que ocupavam as margens da sociedade, a ótica moral característica da caridade tradicional foi mantida. A associação desenvolveu um método flexível próprio que garantiu sua expansão para outros países no período imperialista.

No Brasil, a década de 1870 marcou o surgimento de elites urbanas que desejavam atuar sobre as questões sociais do país. As mudanças na economia e as propagandas republicana e abolicionista apontaram para uma mudança na concepção de nação e nos cuidados à população em que a organização sanitária e a educação tornaram-se prioridades. A SSVP foi introduzida neste contexto por iniciativa dos padres ultramontanos como uma das ações da Restauração Católica e conquistou a adesão das novas elites.

Em Minas Gerais a tradição das irmandades coloniais pode ter contribuído para a ampla adesão ao modelo vicentino no período de reorganização geopolítica, econômica e social. As conferências da área central da Zona da Mata foram iniciadas por meio de um roteiro. Em torno das conferências, foram estabelecidas novas redes sociais no período em que novos atores reconfiguravam o poder.

O grupo fundador do Conselho Particular de Ubá era formado por católicos praticantes que pertenceram às elites das cidades de Ubá e do Pomba. Eram homens da geração de 1870, formados nas principais universidades do país, com predomínio das profissões na área da saúde. Houve a adesão dos advogados, dos homens de negócios, dos proprietários, dos intelectuais e de outras categorias urbanas como os funcionários públicos, que pertenciam às novas classes médias. Para além de exercer as profissões ligadas à saúde, esses vicentinos eram também os proprietários das terras e dos jornais, os advogados, os juízes e os funcionários públicos.

O grupo vicentino estabeleceu redes de sociabilidades nos municípios em reestruturação. Participou de várias e distintas associações e multiplicou as redes de sociabilidades e de parentescos que se imbricaram no tecido social urbano por meio de parcerias com os padres e com a sociedade em geral. O prestígio lhes ofereceu confiabilidade para que alcançassem os cargos de intendentes.

A atuação dos vicentinos na Primeira República se voltou à prática da caridade modernizada, de caráter nacionalista. Como intendentess, voltaram suas ações para a promoção da ordem e da justiça social, nos conceitos da época, em que as esferas públicas e privadas se transformavam. Como profissionais - filantropos, os vicentinos construíram as “obras unidas”, caracterizadas pela solidariedade horizontal, como preconizava seu Manual: a finalidade principal da associação era a realização de seus membros por meio da prática da caridade.

As instituições de ensino e o hospital privado podem ser vistos como representação da caridade modernizada, o aparelho sutil que as elites usaram para manter a ordem na estrutura sociopolítica na época em que os profissionais da saúde tiveram papel decisivo. No caso em estudo, os professores dos colégios e os médicos, na maioria dos casos os mesmos personagens, que se mobilizaram pelo hospital, eram os vicentinos.

O Hospital São Vicente de Paulo foi pioneiro nas cidades de Ubá e Pomba. Ambos foram “inaugurados” a cada transformação pelas quais passaram até o final da Primeira República ou, no caso do hospital da cidade do Pomba, até 1939. Suas mudanças podem auxiliar na compreensão da sociedade local e nos critérios utilizados pelos vicentinos para a assistência à pobreza, formada por um leque de situações, entre as quais estavam aqueles que não trabalhavam, mas não eram considerados perigosos, eram os excluídos.

As novas concepções de modernidade, de progresso e de caridade podem ter contribuído para a redefinição do hospital. O entendimento das elites pode estar relacionado à definição de suas funções e de seu público alvo. Inicialmente visto como um local de acolhimento para os pobres, surgiu como “Casa de Caridade”. Contudo, na prática, acolher os pobres significou tratar de suas enfermidades e oferecer o pernoite. A ideia era associar um dispensário a um albergue.

A valorização da maternidade pode ser entendida neste caso como o elemento de redefinição do conceito de hospital. Uma instituição moderna para o tratamento e a cura de doenças implicou na construção de um prédio para a criação de enfermarias, salas de cirurgia e laboratórios. O nascimento tornou-se o momento de aproximação entre os médicos e a população. Tratava-se de um projeto empresarial que deveria ser construído nos moldes vicentinos, como uma obra unida.

As elites da área central da Zona da Mata organizaram a caridade por meio dos jornais. O exemplar do jornal Folha de Minas, de Belo Horizonte, do dia dez de maio de 1935, circulou nas cidades da Zona da Mata. Seu editorial “As Elites”, foi lido no Conselho Particular de Ubá. Afirmava que “uma nação vale por suas elites”. Referiu-se à França que, “mais do que qualquer outra nação, apresentou sempre ao mundo o espetáculo de uma elite ativa e influente”. Segundo o texto, essa elite era encontrada, “quase sempre, em todos os tempos e muito antes da Revolução, nos lugares da classe média, da burguesia alimentada”. Era desta elite que surgiam, de tempos a tempos, “o grande sábio, o pensador, o engenheiro, o político ou o soldado a que vinham acrescentar tanto o prestígio como a grandeza da nação”.

Após os debates originados do texto editorial, os vicentinos entenderam que deveriam persistir com as publicações nos jornais sobre a caridade. O Imparcial lembrou aos leitores, no dia nove de junho de 1935, que “a Fortuna, tão caprichosa, pode fazer de ti o mendigo de amanhã”. Aconselharam a todos “que desperdiçavam um ou dois mil réis por dia, a lembrar-se do irmão, o pobre pária que não teve um pão para comer durante o dia e não terá uma esteira, ao chão, para repousar o corpo, à noite” que encaminhassem sua contribuição “aos vicentinos das Conferências de São Vicente de Paulo”.

REFERÊNCIAS:

I - Fontes Manuscritas.

Arquivo da Igreja São Januário de Ubá.

I Livro de Tombo da Paróquia São Januário de Ubá, 1903.

Arquivo da SSVP. Conselho Central Diocesano de Juiz de Fora, Minas Gerais.

SSVP. I Livro de Atas da Conferência Nossa Senhora da Glória.

SSVP. I Livro de Atas do Conselho Particular de Juiz de Fora, 1894.

SSVP. I Livro de Atas da Conferência Santo Antônio de Juiz de Fora.

Arquivo da SSVP. Conselho Central de Ouro Preto, Minas Gerais.

SSVP. Caixa 1950. Documentos avulsos.

SSVP. I Livro de Atas da Conferência Santo Antônio, em São João d'El Rei.

SSVP. I Livro de Atas da Conferência Nossa Senhora do Pilar, em Ouro Preto.

SSVP. I Livro de Atas do Conselho Particular de Ouro Preto.

Arquivo da SSVP. Conselho Central de Ubá, Minas Gerais.

SSVP. I Livro de Atas do Conselho Central de Ubá, 1909-1939.

Arquivo da SSVP. Conselho Metropolitano de Ouro Preto, Minas Gerais.

SSVP. Livro de Atas do Conselho Central de Ouro Preto, 1909.

SSVP. Livro de Atas do Conselho Metropolitano de Ouro Preto, 1950.

SSVP. Livro de Atas do Conselho Particular de Ouro Preto, 1906.

Arquivo da SSVP. Conselho Nacional do Brasil, Rio de Janeiro.

I Livro de Atas das Conferências São José, no Rio de Janeiro;

Arquivo da SSVP. Conselho Particular de Ubá, Minas Gerais.

SSVP. I Livro de Atas da Conferência Natal do Bom Jesus, 1895-1899.

SSVP. II Livro de Atas da Conferência Natal do Bom Jesus, 1899-1905.

SSVP. Livro de Atas da Conferência Natal do Bom Jesus, 1906-1919.

SSVP. Livro de Atas da Conferência Natal do Bom Jesus, 1919-1929.

SSVP. I Livro de Atas da Conferência Sant'Anna do Sapé, 1903.

SSVP. I Livro de Atas da Conferência Santo Antônio do Calambau, 1903.

SSVP. I Livro de Atas da Conferência São Bom Jesus do Córrego Alegre, 1903.

SSVP. I Livro de Atas da Conferência São Januário de Ubá, 1905-1929.

SSVP. II Livro de Atas da Conferência São Januário de Ubá, 1930-1934.

SSVP. I Livro de Atas da Conferência São José do Tocantins, 1903.

SSVP. I Livro de Atas da Conferência São Sebastião da Boa Esperança da Anunciação do Rodeiro, 1903.

SSVP. I Livro de Atas do Conselho Particular de Ubá, 1906-1936.

Museu Histórico de Rio Pomba:

ANASTÁCIO, Jorge Saraiva. *Rio Pomba*, 2001.

ATA de Constituição e instalação do Centro Local da União Popular, avulso, 2/2/1921, Caixa do Fundo Eclesiástico.

LIVRO de Atas Câmara de Vereadores de Pomba de 1887.

MAGALHÃES, Theóphilo Mosqueira Machado de. *Memorial do Pomba*, 1921.

SSVP. I Livro de Atas da Conferência São Manoel de Pomba, 1902-1912.

SSVP. Livro de Atas da SSVP. Livro de Atas da Conferência São Manoel de Pomba, 1917-1929.

SSVP. Livro de Atas da Conferência São Manoel de Pomba, 1932-1939

II– Fontes Impressas.

A COMPANHIA DAS FILHAS DA CARIDADE NAS ORIGENS. Documentos. Tradução: Lucy Cunha. RJ: CM, 1993.

ACADEMIA UBAENSE DE LETRAS. *História de “22 de Maio”*. Livreto com apresentação de Antonio Solléro. Ubá, MG: Academia Ubaense de Letras, 2010.

ACADEMIA UBAENSE DE LETRAS. *Vida e Ação da Colônia Italiana no Município de Ubá: 1888-1988*. Ubá, MG: Academia Ubaense de Letras, 1988.

ABREU, Pedro de. Município de Guarani. Esboço histórico e cronológico. Belo Horizonte, MG: Editora O lutador, 1991.

CAPRI, Roberto. *Minas Gerais e seus municípios*. São Paulo; Pocaí Weiss e Companhia, 1916.

CARVALHO, Último de. *Antes que eu me esqueça*. Juiz de Fora, MG: Editora Pongetti, 1973.

RELATÓRIO da Província de Minas Gerais. 1864. Ouro Preto: Todo Minas Gerais, 1864.

CARTAS DE FREDERICO OZANAM (1831-1842). Traduzido em Português da 4ª Edição Francesa por João Pedreira Duprat. SSVP, São Paulo, 1953.

CARTA PASTORAL COLETIVA DE 1890. Typografia Salesiana a vapor do Lyceu do Sagrado Coração. São Paulo, 1890.

CONSTITUIÇÕES e Regras da Congregação da Missão. Lisboa, Portugal: Casa Central da Província Portuguesa da Congregação da Missão. Rua do Século, 152, 1957. Reimpressão do original de 1738.

COURTOIS, Abbe Gaston. *Vida de São Vicente de Paulo*. RJ: Conselho Nacional do Brasil da SSVP, 1898.

_____. *Vida de Frederico Ozanam*. RJ: Conselho Nacional do Brasil da SSVP, 1898.

DECRETO nº 598 de 14/09/1850. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1850.
Disponível em : <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>.

DECRETO de supressão das Congregações Seculares e Confrarias. *Revista Ecos da Companhia*, n. 4, fevereiro de 1922.

FERREIRA, Roberto Nogueira. Cem anos-luz! O Imparcial: 1896-1996. Um jornal, um jornalista, uma cidade. Brasília: RN&Marini editora, 2010. 2ª edição.

FUCK, Luciano Felício. *Memória jurisprudencial: Ministro Nelson Hungria*. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2012.

KIZLIK, Irmã Gislhaine. F.C. Santa Luísa e a Saúde. *Revista Ecos da Companhia*, maio de 1991, p. 193.

KOCK, Bernardo. C.M. O papel dos leigos na Igreja, segundo São Vicente. Participação activa de Santa Luísa de Marillac. *Revista Ecos da Companhia*, n. 2, fevereiro de 1992, p.67.

_____. O Serviço Espiritual exercido pelos leigos. *Revista Ecos da Companhia*, n. 2, julho-agosto de 1992, p. 260.

LELLANDAIS, Irmã Renée. F.C. Supressão das Congregações Religiosas em França. 6 de abril de 1792. *Revista Ecos da Companhia*, n. 2, abril de 1992, p. 129.

MALONEY, Robert, C.M. *Como fogo abrasador*. Estrasburgo, França, Editions du signe, 1997.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial; Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1979-1981.

McCULLEN, Ricardo. Superior Geral da Congregação da Missão. A Companhia das Filhas da Caridade nas Origens (documentos). *Revista Ecos da Companhia*, fevereiro de 1990, p. 87.

MENDONÇA, Sylvio Caiaffa. Aconteceu em Rio Pomba. Brasília: RN&Marini editora, 2010. 2ª edição.

MENEZES, Alano Porto de. *Furtado de Meneses. Servidor do pobre*. Uberaba: Editora Vitória, 1994a.

MENEZES, Vicente Porto de. *Reflexões vicentinas*. Juiz de Fora, MG: Conselho Metropolitano de Juiz de Fora, 1994b.

MUSEU HISTÓRICO. Catálogo do Museu Histórico Ginásio São José. Ubá, Movimento Cultural São José, 1ª edição, 2015.

PEDROSA, Manoel Xavier de Vasconcellos. Zona silenciosa da historiografia mineira: a Zona da Mata. *Revista do IHGB*, nº 257, Rio, out.- dez., 1962.

PREFEITURA DE UBÁ. Ubá, Edição Histórica, 1980.

PREFEITURA DE UBÁ. Dossiê de Tombamento do Conjunto Arquitetônico da Estação Ferroviária de Ubá, 2004.

REGULAMENTO da Confraria da Caridade de Chatillon. Biblioteca Nacional de Portugal. Coleção das Fichas Vicentinas, XIII, 423.

REGRAS Communs das Filhas da Caridade e Servas dos Pobres Enfermos. Lisboa: Typographia de Antonio Rodrigues Galhardo, 1822.

ROUX, Irmã Maria Genoveva. F.C. As primeiras irmãs.... Servas para os Pobres. Intervenção de semana em Saint-Flour – Província de Lyon em 9 e 10 de setembro de 1989. *Revista Ecos da Companhia*, março de 1990, p. 99.

_____. “Os leigos e o Direito Canônico”. In: *Revista Ecos da Companhia*, op. cit, janeiro de 1990.

_____. No caminho de S. Vicente... mulheres missionárias. Excerto do artigo publicado na revista das Equipas de S. Vicente (A.I.C. França). *Revista Ecos da Companhia*, janeiro de 1990, p. 19.

SANTIAGO, Sinval Batista. *Município de Rio Pomba. Síntese Histórica*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

SANTIAGO, Sinval Batista. O bicentenário do Município de Rio Pomba. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora*, ano IV, nº 4, junho de 1968, pp. 76-107.

TEIXEIRA, Edvar Nazário. *Álbum Católico do Estado de Minas Geraes, 1918-1923*. Belo Horizonte, Nazário e Irmãos, 1923.

TEIXEIRA FILHO, José Procópio. A assistência social em Juiz de Fora. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora*, ano IV, nº 4, junho de 1968, pp. 18-31.

TRINDADE, Cônego Raymundo. *Arquidiocese de Mariana: Subsídios para sua história*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1950. 2ª edição. 3 vol.

_____. *Genealogias da Zona do Carmo*. Ponte Nova, Minas Gerais: Gutenberg, 1943.

_____. *Velhos Troncos Mineiros*. São Paulo, Gráfica Revista dos Tribunais, 1955.

SENNA, Nélon de. *A Terra Mineira. Tomo Segundo*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1926.

_____. *Algumas Notas Genealógicas*. SP: Revista dos Tribunais, 1939.

_____. *Anuário histórico e corográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1906.

_____. *Anuário de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais (1906-1918), 1937.

SSVP. *Boletim Brasileiro*, 1901.

SSVP. *Boletim do Conselho Central de Mariana*, 1905.

SSVP. Conselho Geral de Paris. O que é a Sociedade São Vicente de Paulo. Extracto da alocução do presidente do Conselho Geral, Pierre Shouard. *Separata do Boletim da Sociedade São Vicente de Paulo de Lisboa*, nº 81. Lisboa, União Gráfica, março de 1962.

SSVP. *Manual da Sociedade São Vicente de Paulo*. Lisboa, s/ed., 1885.

SSVP: *Manual da Sociedade São Vicente de Paulo*. Petrópolis, RJ: Typographia das “Vozes de Petrópolis”, 1927.

SSVP. *Manual da Sociedade São Vicente de Paulo*. Rio de Janeiro, s/ ed. 2007.

SSVP. Conselho Central de Portugal. *O presidente perante a conferência, o conselho particular e a Igreja*. Porto, Tipografia Fonseca, 1938, p. 4.

TORRES, Alberto Pinheiro. *Sociedade São Vicente de Paulo em Portugal, 1859-1959*. Lisboa, Tipografia Fonseca Ltda., 1961, pp. 57-59.

UBÁ. *Edição Histórica*. Prefeitura de Ubá, 1980.

UBÁ. *Histórias de nosso polo*. Prefeitura de Ubá, 1982.

Ubá. Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Lazer. Arquivo Histórico da cidade de Ubá. *Prefeitos de Ubá. Homens que fizeram história*. Disponível em:
<http://www.uba.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/HISTORICO_DOS_EX_PREFEITOS?cdLocal=2&arquivo={8B6C37DB-3BE2-5BDE-81ED-D0DBDDCD2BDE}.pdf>.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *A Imprensa de Minas Gerais (1807-1897)*. Revista do Arquivo Público Mineiro, Ano III, vol. 3, 1898. pp. 169-249.

_____. *Efemérides Mineiras 1664-1897*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. 1115 p.

VIEIRA, Maria Clotilde Batista (org.). *A Medicina em Ubá*. Textos compilados. Ubá, MG: Academia Ubaense de Letras, 1989.

VIEIRA, Maria Clotilde Batista (org.). *Crônicas Municipais*. Edição comemorativa ao 9º aniversário da Academia Ubaense de Letras, 1983/1992. Ubá, MG: Academia Ubaense de Letras, 1992a.

VIEIRA, Maria Clotilde Batista. *Centenário da Comarca da Cidade de Ubá*. Ubá, MG: Academia Ubaense de Letras, 1992b.

_____. *História de Ubá para as escolas*. Ubá, MG: Academia Ubaense de Letras, 1990.

VIÇOSO, D. Antônio Ferreira. *Os dois relatórios decenais (1853-1866)*. Cadernos Históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, v. 4.

III – Bibliografia.

ABREU, Laurinda. A especificidade do sistema de assistência pública português. Linhas estruturantes. *Revista Arquipélago • História*, 2ª série, VI, 2002 pp.417-434.

_____. Limites e fronteiras das políticas assistenciais entre os séculos XVI e XVIII. *Varia História*, v. 26, n. 44, p. 347-371, 2010.

_____. *O Poder e os Pobres*. As Dinâmicas Políticas e Sociais da Pobreza e da Assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII). Lisboa, Portugal. Gradiva, 2014.

_____. *Pina Manique. Um reformador no Portugal das Luzes*. Portugal: Gradiva Publicações S.A., 2013, p. 12.

_____. O século das Misericórdias. *Cadernos do Noroeste*. Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho. Série História 3, 2003.

ABREU, Laurinda e BOURDELAIS, Patrice. “The philanthropist turn of the 18th and the French Revolution measures”. In: ABREU, Laurinda *et al.* Dynamics of Health and Welfare: texts and contexts. CIDEHUS/ UE – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, Edições Colibri, 2007.

_____. The Price of Life. Welfare Systems, social Nets and Economic Growth. CIDEHUS/ UE – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, Edições Colibri, 2008.

AGULHON, Maurice. *Marianne au pouvoir. L'imagerie et la symbolique républicaines de 1880 à 1914*. Paris: Flammarion, 1989.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios – Um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1997.

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. RJ: Paz e Terra, 2002.

AMARAL, Deivison. Cultura confessional e luta por direitos no mundo do trabalho: Belo Horizonte, 1909-1921. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 28, nº 55, p. 65-85, janeiro-junho 2015.

ANDRADE, Mariza Guerra de. *A educação exilada: Colégio do Caraça*. Belo Horizonte: Editora Autêntica (Coleção Historial), 2000.

ANDRADE, Mariza Guerra de. “Colégio do Caraça: a formação escolar e política das elites”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos. *A Província de Minas*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, Companhia do tempo, 2013, volume 2, p. 161-180.

AZZI, Riolando. O fortalecimento da Restauração Católica no Brasil (1930-1940). *Revista Síntese: Nova Fase*, volume VI, nº 17, 1979, pp.69-85.

_____. “O Início da Restauração Católica em Minas Gerais 1920-1930”. In: Matos, Henrique Cristiano José. *Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas Gerais 1922-1936*. Belo Horizonte: O Lutador, 1990, p. 265-345.

_____. Igreja e Estado em Minas Gerais. *Revista Síntese: Nova Fase*, volume XIII, nº 38, 1986, pp.23-52.

_____. Padres da Missão e o movimento brasileiro de reforma católica no século XIX. *Revista Convergência*, Ano VII, nº76, Dez. de 1974.

BARRY, Jonathan e JONES, Colin. *Medicine and charity before the welfare state*. London/ New York, Routledge, 1991.

BATISTA, Felipe Alvarenga, BARBOSA, Lidiane e GODOY, Marcelo Magalhães. Transportes, modernização e formação regional – subsídios à história da era ferroviária em Minas Gerais, 1870-1940. In: *Revista de História Regional* 17(1): 2012, pp. 162-203. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/3538/3056>>. Acesso em 12 de jan. de 2016.

BLACKBOURN, David. *The Catholic Church in Europe since the French revolution. Comparative Studies*. In: *Society and History*. Harvard University’s DASH repository. 1991. 33(4): 778-790. Disponível em: <<http://nrs.harvard.edu/urn-3:HUL.InstRepos:3693476>>. Acesso em 20/06/2015.

BLASENHEIM, Peter Louis. As ferrovias de Minas Gerais no século XIX. *Locus*. Revista de História da Universidade de Juiz de Fora - UFJF, v.2, n.2, 1996, p. 81-110.

BLASENHEIM, Peter Louis. *A regional history of the Zona da Mata in Minas Gerais, Brasil: 1870-1906*. EUA, Califórnia: Stanford University, 1982.

_____. Uma História Regional da Zona da Mata de Minas Gerais (1870-1906). Tradução de Maria Domingues Bitarello. *Locus*. Revista de História da Universidade de Juiz de Fora - UFJF, v.36, n.01, p.121-161, 2013.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder. Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

_____. “Irmandades, religiosidade e sociabilidade”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos. *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, Companhia do tempo, 2007, volume 2, p. 59-78.

BOUDON, Jacques-Olivier. Les Catholiques Sociaux parisiense au milieu du XIXe siècle. Persée – Portail de revues scientifiques en sciences humaines et sociales. *Revue d'histoire de l'Eglise de France*. Tome 85, n° 214, 1999, pp.55-73. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rhef_0300-9505_1999_num_85_214_1352>. Acesso em 20 de junho de 2015.

BRAGA, Isabel Mendes Drumond. “Poor Relief in Counter-Reformation Portugal: the case of the Misericórdias”. In: Grell, Ole Peter; CUNNINGHAM; Andrew, ARRIZABALAGA. *Health Care and Poor Relief in Counter-Reformation Europe*. London/New York: Routledge, 2014, p.201-214.

BROCA, Brito. O Anônimo e Pseudônimo na Literatura Brasileira. In: *Horas de Leitura*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1992, pp.119-122.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo, Editora UNESP, 2012, pp. 116-121.

CAPELA, José Viriato. “A crise da paróquia no Antigo Regime: a paróquia rural portuguesa a caminho de um novo modelo de acção paroquial. Nova pastoral. Ensino e assistência”. In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de e ESTEVES, Alexandra. *Marginalidade, Pobreza e respostas sociais na Península Ibérica (séculos XVI-XX)*. Braga, Portugal. CITCEM, 2011.

CARONE, Edgard. Coronelismo: definição histórica e bibliografia. *Revista de Administração de Empresas*, vol. 11, nº3, 1971, pp. 85–89.

CARRARA, Ângelo Alves e LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira Distribuição espacial das propriedades rurais a partir dos registros paroquiais de terras: a paróquia de Santo Antônio do Paraibuna (Juiz de Fora, MG), 1856. *IV Conferência Internacional de História Econômica e VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica*. São Paulo: USP, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial/ Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. “A Escola de Minas de Ouro Preto”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos. *A Província de Minas*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, Companhia do tempo, 2013, volume 2, p. 181-198.

_____. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Dados*, Revista de Ciências Sociais, vol. 40, n°. 2, Rio de Janeiro, 2010.

CARVALHO, Orlando M. *Política do Município. Ensaio Histórico*. RJ: Livraria Agir Editora, 1946.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário*. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

CASTRO SANTOS, Luiz Antônio de. O pensamento sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. *Dados*, Revista de Ciências Sociais, 28: (193-210), 1985.

CASTRO SANTOS, Luiz Antônio de e FARIA, Lina Rodrigues. *A Reforma Sanitária no Brasil: Ecos da I República*. EDUSF, 2003.

CHALHOUB, Sidney *et al* (org.). *Artes e Ofícios de curar no Brasil. Capítulos de História Social*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

CÂNDIDO, Antônio. *O discurso e a cidade*. SP: Duas Cidades, 1993.

CARRARA, Sérgio. “Estratégias anticoloniais: Sífilis, raça e identidade nacional no Brasil do Entre Guerras”. In: HOCHMAN, Gilberto (org.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. RJ: Editora Fiocruz, 2004, pp. 427-454.

CAVALLO, Sandra. “Charity, power, and patronage in eighteenth-century Italian hospitals: the case of Turin”. In: GRANSHAW, Lindsay e PORTER, Roy. *The hospital in History*. Londres/New York: Routledge, 1989, pp. 93-122.

_____. “The motivations of benefactors and overview of approaches to the study of charity”. In: BARRY, Jonathan e JONES, Colin. *Medicine and charity before the welfare state*. London/ New York, Routledge, 1991, p. 46-62.

CHÂTELLIER, Louis. *A Religião dos Pobres. As missões rurais na Europa e a formação do catolicismo moderno Séc. XVI-XIX*. Lisboa, Editorial Estampa, 1995.

CHAVES, Bráulio Silva. “Instituições de saúde e a ideia de modernidade em Minas Gerais na Primeira Metade do Século XX”. In: MARQUES, Rita de Cássia; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *História da Saúde em Minas Gerais: Instituições e Patrimônio Arquitetônico (1808-1958)*. Barueri, SP: Minha Editora, 2011, p.28-70.

CHRISTO, Mariliz de Castro Vieira. *Europa dos pobres. A belle-époque mineira*. Juiz de Fora, MG: EDUFJF, 1994.

CHOLVY, Gérard. *Frederico Ozanam. Um intelectual ao serviço dos pobres*. Lisboa, Editorial Caritas, 2014.

CONTANTIN, C. Société de St Vincent de Paul, Livre du centenaire. Les commémorations, 1934. In: *Revue des Sciences Religieuses*, tome 15, fascicule 4, 1935, pp. 627-628. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/rscir_0035-2217_1935_num_15_4_1677_t1_0627_0000_2?q=CONSTANTIN,%20C.%20Société%20de%20St%20Vincent%20de%20Paul,%20Livre%20du%20centenaire.%20>. Acesso em 12 de dez. de 2006.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. SP: Brasiliense, 1987.4.ed.

CROCE, Marcus Antônio. *O Encilhamento e a Economia de Juiz de Fora: o balanço de uma conjuntura (1888-1898)*. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2008.

CUNHA, Beatriz Rietmann da Costa e. Quem dá aos pobres, empresta a Deus: apontamentos para uma história do Asylo dos Inválidos da Pátria. In: *Revista Contemporânea de Educação*, [S.l.], v. 4, n. 7, jan. 2012. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1572>>. Acesso em: 12 de dez. de 2017.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. “Caminhos para o mar: a expansão dos mineiros para o leste”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, Companhia do tempo, volume 1, pp. 51-70.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro*. RJ: Editora Globo, 2012, 5ª ed.

FARIA, Lina Rodrigues de. A Fundação Rockefeller e os serviços de saúde em São Paulo (1920-30): perspectivas históricas. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, v.9, n. 3, pp. 561-90, set.- dez. 2002.

_____. Os Primeiros Anos da Reforma Sanitária no Brasil e a atuação da Fundação Rockefeller (1915-1920). *Physis – Revista de Saúde Coletiva*, vol. 5, nº 1, 1995, pp. 109-129.

FEAY, Troy. “The People of God: French Utopian Dreams and the Moralization of Africans and Slaves”. In: WHITE, Owen e DAUGHTON, J. P. *In God’s Empire*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

FREIRE, Maria Martha de Luna; LEONY, Vinícius da Silva. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930). *História Ciências Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, supl. 1, p. 199-225, dez. 2011.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. “As artes de curar na Província de Minas”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos. *A Província de Minas*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, Companhia do tempo, 2013, volume 2, p. 409-422.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945). Dualidade Institucional de um bem público*. RJ: Editora FIOCRUZ, 2007.

FUCHS, Rachel G. *Gender and Poverty in Nineteenth-Century Europe*. USA, Cambridge University Press, 2005.

GEREMEK, Bronislaw. *A Piedade e a Força. História da miséria e da caridade na Europa*. Lisboa, Portugal: Terramar, 1986.

GIBSON, R. *A social history of French Catholicism, 1789-1914*. Disponível em: <http://manual4.foambooks.org/1nnav0_a-social-history-of-france-1789-1914-second-edition.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2015.

GODOY, Marcelo Magalhães. Dicionário das ocupações em Minas Gerais no século XIX acompanhado de estudo histórico de economia e sociedade mineira provincial. *Varia História*, 1996, N. 15, pp 161-192.

_____. Minas Gerais na República: atraso econômico, Estado e planejamento. *Caderno da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 89-116, jan./jun. 2009.

_____. O doce e o azedo. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XLVIII, p. 116-133, 2012.

GODOY, Marcelo Magalhães e BARBOSA, Lidiany Silva. Uma outra modernização: transportes em uma província não exportadora - Minas Gerais, 1850-1870. *Econ. soc.* [online], 2008, vol.17, n.2, pp.159-186. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182008000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 de jan. de 2016.

GONÇALVES, Jussemar Weiss. A Revolução Francesa e a invenção social da pobreza. *Biblos*, Rio Grande, 23 (1): 9-24, 2009. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/biblos/article/viewFile/1267/561>>. Acesso em 23 de maio de 2015.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GRELL, Ole e CUNNINGHAM, Andrew. “The Reformation and changes in welfare provision in early modern Northern Europe”. In: *Health care and poor relief in Protestant Europe 1500-1700*. Londres/New York, Routledge, 1997, p. 1-43.

HAMPSON, Norman. *Historia Social de la Revolución Francesa*. Madrid: Alianza Editorial, 1984.

HARRIS, Bernard and BRIDGEN, Paul. *Charity and mutual aid in Europe and North America since 1800*. Londres/Nova York: Routledge. 2007.

HARRIS, Bernard. “Charity and Poor Relief in England and Wales circa 1750-1914”. In: HARRIS, Bernard e BRIDGEN, Paul (org.). *Charity and Mutual Aid and North America since 1800*. Londres/ New York: Routledge, 2007, pp. 19-42.

HOCHMAN, Gilberto. *A Era do Saneamento*. SP: Hucitec editora, 2012.

JONES, Colin. *Charity and 'Bienfaisance': The Treatment of the Poor in the Montpellier Region, 1740-1815*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

_____. Plague and Its Metaphors in Early Modern France. *Representations*, n. 53 (Winter, 1996a), pp. 97-127. University of California Press. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2928672>>. Acesso em 15/12/2015.

_____. "Perspectives on poor relief, health care and the Counter-Reformation in France". In: GRELL, Ole Peter, CUNNINGHAM, Andrew e ARRIZABALAGA, Jon. *Health Care and Poor Relief in counter-Reformation Europe*. London/ New York: Routledge, 2014, p. 215-239.

_____. The Great Chain of Buying: Medical advertisement, the Biurgois Public Sphere, and the Origins of the French Revolution. *Oxford University Press on behalf of the American Historical Review*, vol. 101, N° 1 (feb., 1996b), p. 13-40. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2069222>>. Acesso em 14/12/2015.

JOSÉ, Oiliam. Marlière, o civilizador. Esboço biográfico. SP: Brasiliense, 1990.

JÜTTE, Robert. *Poverty and Desviance in Early Modern Europe*. USA: Cambridge University Press, 2001.

_____. "Health care provision and poor relief in early modern Hanseatic towns: Hamburg, Bremer e Lübeck". In: GRELL, Ole Peter, CUNNINGHAM; Andrew. *Health care and poor relief in Protestant Europe 1500-1700*. London/New York: Routledge, 1997. pp.108-128.

KILPATRICK, Robert. "Living in the light': dispensaries, philanthropy and medical reform in late-eighteenth-century London". In: CUNNINGHAM, Andrew e FRENCH, Roger. *The medical enlightenment of eighteenth century*. EUA: Cambridge University Press, 1990

KOBAYASHI, Elisabete; FARIA, Lina e COSTA, Maria Conceição da. Eugenia e Fundação Rockefeller no Brasil: a saúde como proposta de regeneração nacional. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n° 22, jul./dez.2009, pp. 314-351.

LAGE, Ana Cristina Pereira. Entre bichos de pé e pianos: aceitações e adaptações das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo à cultura mineira no século XIX. *Fênix: revista de historia e estudos culturais*, v. 9, p. 20-41, 2012.

LAMAS, Fernando Gaudereto. "Estrutura socioeconômica e posse de escravos na área central da zona da Mata mineira". In: Souza, Jorge Prata e Andrade, Romulo Garcia (org.). *Zona Mata Mineira: escravos, família e liberdade*. Rio de Janeiro, Apicuri, 2012.

LANNA, Ana. A organização do trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920. V *Anais ABEP*, 1986.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Os excluídos. Contribuição à História da Pobreza no Brasil (1859-1939)*. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 2008.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, 7ª ed.

LEMIEUX, Vincent e OUIMET, Mathieu. *Análise estrutural das redes sociais*. 2ª edição. Lisboa: Instituto Piaget, coleção: Epistemologia e sociedade, vol. 251, 2012.

LIBBY, Douglas Cole. “O ‘grande plantel mineiro’ do século XIX: origens e posses”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos. *A Província de Minas*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, Companhia do tempo, 2013, volume 1.

_____. *Transformação e trabalho em uma economia escravista – Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA, Lana Lage da Gama. O padroado e a sustentação do clero no Brasil colonial. *Saeculum* (nº 30 - jan./jun. 2014 - Dossiê história e história das religiões. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/22231/12328>>. Acesso em 12 de dez. de 2016.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: IUPERJ, UCAM, 1999.

LIMA, Nísia Trindade e HOCHMAN, Gilberto. “Pouca Saúde e Muita Saúde: sanitarismo, interpretações do país e ciências sociais”. In: HOCHMAN, Gilberto e ARMUS, Diego. *Cuidar, Controlar, Curar. Ensaios históricos sobre saúde e doenças na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, p. 293-533.

_____. “Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da primeira República”. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 1998.

LOPES, Maria Antónia. *Protecção social em Portugal na Idade Moderna. Guia de estudo e de investigação*. Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 20-24.

LOPES, Maria Antónia e SÁ, Isabel dos Guimarães. *História breve das Misericórdias Portuguesas: 1498-2000*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

MAGOWSKA, Anita. “Charities in the 19th and the 20th Centuries: Education and Labour as the Programme of Fight against Poverty”. In: ABREU, Laurinda e BOURDELAIS, Patrice. *The Price of Life. Welfare Systems, social Nets and Economic Growth*. CIDEHUS/ UE – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, Edições Colibri, 2008.

MARLAND, Hilary. “Lay and medical conceptions of medical charity during the nineteenth century: the case of the huddersfield general dispensary and infirmary”. In:

BARRY, Jonathan e JONES, Colin. *Medicine and Charity before the Welfare State*. London/ New York, Routledge, 1991.

MARQUES, Rita de Cássia. A Caridade criando hospitais em Minas Gerais (Brasil) séculos XVIII-XX. *Dynamis* (Granada), v. 1, p. 107-129, 2011.

MARQUES, Rita de Cássia. A filantropia científica nos tempos da romanização: a Fundação Rockefeller em Minas Gerais (1916-1928). *Horizontes*, Bragança Paulista, v. 22, n.2, p. 175-189, jul.- dez., 2004.

MARQUES, Rita de Cássia e GONÇALVES, Huener Silva. “Construir, tratar e curar: a tuberculose na ‘Suíça mineira’ do século XX”. In: MARQUES, Rita de Cássia; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres e FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. História da Saúde em Minas Gerais: Instituições e Patrimônio Arquitetônico (1808-1958). Barueri, SP: Minha Editora, 2011.

MARQUES, Rita de Cássia, SILVEIRA, Anny Jackeline Torres e FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (org.). História da Saúde em Minas Gerais: Instituições e Patrimônio Arquitetônico (1808-1958). Barueri, SP: Minha Editora, 2011.

MARRAS, Stelio. *Formação e ocorrências de uma estação balneária no Brasil*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2004.

MAURO, Frédéric. *Expansão Europeia (1600-1870)*. SP: EDUSP: Pioneira, 1980.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Hucitec, 2006.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. *História, Ciência, Saúde - Manguinhos*, vol. 1, n. 1, jul-out. 1994.

MARTINS, Ana Luiza e De Luca, Tânia Regina. *História da Imprensa no Brasil*. SP: Editora Contexto, 2010.

MERCADANTE, Paulo. *Os Sertões do Leste: Estudo de uma Região a Mata Mineira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

MITCHEL, Allan. “The function and malfunction of mutual aid societies in nineteenth-century France”. In: BARRY e JONES, *Medicine and Charity before the Welfare State*. London/ New York, Routledge, 1991.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira; TAVARES, Lara Alexandra e SOUZA, Rildo Bento de. Três tempos de caridade, assistência e filantropia em Goiás (séculos XVIII ao XX). *História: Questões & Debates*, Curitiba, volume 65, nº 1, jan./jun. 2017.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. SP: Hucitec, 2005.

MOURA, Laércio Dias de. *A educação católica no Brasil: passado, presente, futuro*. São Paulo: Edições Loyola, 2000. 2ª ed.

MOUSNIER, Roland. *História Geral das Civilizações. Os Séculos XVI e XVII*. Tomo IV. 2 Vol. SP: Difel, 1958.

MOUSNIER, Roland e LABROUSSE, Ernst. *História Geral das Civilizações. O Século XVIII*. Tomo V. 2 Vol. São Paulo: Difel, 1968. 3ª Edição.

PAIVA, Adriano Toledo. *Os indígenas e os processos de conquista dos Sertões de Minas Gerais (1767-1813)*. Belo Horizonte, MG: Argumentum, 2010.

PEDROSA, Manoel Xavier de Vasconcellos. Zona silenciosa da historiografia mineira: a Zona da Mata. *Revista do IHGB*, nº 257, Rio, out.- dez., 1962.

PELLISSIER, Catherine e DUMONS, Bruno. La Congrégation de Messieurs et la Société de Saint-Vicent-de-Paul à Lyon sous la Troisième République. *Sociologie comparée. Revue d'histoire de l'Église de France*. Tome 78. N. 200, 1992. P. 35-56. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rhef_0300-9505_1992_num_78_200_1058> . Acesso em 30 de abril de 2015.

PIRES, Anderson. Complexo cafeeiro e estrutura financeira: uma observação sobre a economia da Zona da Mata de Minas Gerais (1889/1930). Anais do XII Seminário sobre Economia Mineira, 2008. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A068.pdf>. Acesso em 12 de fev. de 2015.

PIRES, Jackson Luiz de Oliveira. O Colégio Americano Granbery e o americanismo na construção do ensino superior de Juiz de Fora (1890-1930). IV Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais, 2007, Juiz de Fora. UFJF/FACED, 2007.

PORTER, Roy. *The gift relation: philanthropy and provincial hospital in eighteenth-century England*. In: GRANSHAW, Lindsay e PORTER, Roy. *The hospital in History*. Londres/New York: Routledge, 1989, pp. 149-178.

PULLAN, Brian. The Counter-Reformation, medical care and poor relief. In: GRELL, Ole Peter; CUNNINGHAM, Andrew; ARRIZABALAGA, Jon. *Health Care and Poor Relief in Counter-Reformation Europe*. London/New York: Routledge, 2014, p.18-39.

REBELO HORTA, Cid. *Famílias Governamentais de Minas Gerais*. Belo Horizonte, MG: Fundação João Pinheiro, 1986. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=72683> Acesso em 12/4/2016.

REZENDE E SILVA, Arthur Vieira de. *Genealogia Mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1937.

REZENDE E SILVA, Arthur Vieira de. *Genealogia dos Fundadores de Cataguases*. RJ: Editor A. Coelho Branco Filho, 1934.

REZENDE, Irene Nogueira de. *O Paraíso e a Esperança. Vida cotidiana de fazendeiros na zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930)*. SP: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2004.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. *O Cristianismo Social de 1848*. Coimbra, Portugal: Separata da Revista de História das Ideias, vol. 9, Faculdade de Letras, 1987.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. *Paidéia* (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, n. 4, p. 15-30, Jul. de 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1993000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 de fev. de 2017.

ROMERO, Silvio. *O Brasil Social*. RJ: Typographia Jornal do Commercio, 1907.

ROSEN, George. *Uma História da Saúde Pública*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Saúde Coletiva, 1994.

_____. Da polícia médica à medicina social: ensaios sobre a história da assistência médica. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

SÁ, Dominichi Miranda de. A voz do Brasil: Miguel Pereira e o discurso sobre o “imenso hospital”. *FIOCRUZ. História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.16, supl.1, pp.333-348, jul. 2009.

SÁ, Isabel dos Guimarães. Catholic charity in perspective: the social life of devotion in Portugal and its Empire (1450-1700). Brown University; Universidade do Porto. *E-journal of Portuguese History*, Vol. 2, N. 1 (2004). Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/25465/1/EJPH2_1_artigo2.pdf?ln=pt-pt>. Acesso em 10 de abril de 2015.

_____. Igreja e assistência em Portugal no século XV. Separata do Boletim do Instituto histórico da Ilha Terceira, vol. LIII, 1995, pp. 209-210.

_____. Práticas de caridade e salvação da alma nas Misericórdias metropolitanas e ultramarinas (séculos XVI- XVIII): algumas metáforas. *Revista Oceanos*, n. 35, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1998.

_____. *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império Português 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses, 1997.

SAFLEY, Thomas Max. *The reformation of charity: the secular and the religious in early modern poor relief*. Boston, EUA: Brill Academic Publishers, 2003.

SANGLARD, Gisele. A construção dos espaços de cura no Brasil: entre a caridade e a medicalização. Esboços. *Revista do Programa de Pós-graduação em História da UFSC*, Florianópolis, v.13, n.16, 2006, p.11-33.

_____. A Primeira República e a Constituição de uma Rede Hospitalar

no Distrito Federal. In: PORTO, Ângela (org.). *História da Saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, p. 59-88.

_____. Assistência entre o liberalismo e o bem-estar social. XIII Encontro de História Anpuh-Rio - Identidades, 4-7 ago. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212930000_ARQUIVO_textoANPUH2008GiseleSanglard2.pdf>. Acesso em: 12/04/2015.

_____. Entre os Salões e o Laboratório: Guilherme Guinle, a Saúde e a Ciência no Rio de Janeiro, 1920-1940. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2008.

_____. Hospitais: espaços de cura e lugares de memória da saúde. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 257-289, dec. 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5481>>. Acesso em: 06 fev. 2017.

SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio. Pobreza e filantropia: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro (1900-1920). *Estud. hist.* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 27, n. 53, p. 71-91, June 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862014000100071&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 fev. 2017.

SANTOS, Rosélia Maria de Souza e SANTOS, José Ozildo dos. O Positivismo e sua influência no Brasil. *Revista Brasileira de Filosofia e História*, v. 1, n. 1 (2012). Disponível em: <<http://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RBFH>>. Acesso em 12 de fev. de 2017.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1987.

_____. *Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-Social Brasileiro (1870-1965)*. Belo Horizonte- Rio de Janeiro, Editora UFMG – Casa de Oswaldo Cruz, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. SP: Companhia das Letras, 1993.

SLACK, Paul. “Hospitals, workhouses and the relief of the poor in early modern London”. In: GRELL, Ole e CUNNINGHAM, Andrew. *Health care and poor relief in Protestant Europe 1500-1700*. Londres/New York, Routledge, 1997, p. 234-251.

SILVA, Cláudia Neves da e LANZA, Fabio. Sociedade de São Vicente de Paulo: caridade católica aos problemas sociais? *História* (São Paulo), 2010, Volume 29, Nº 1, pp. 40 – 55.

SILVA, Clínico. *Notícias Genealógicas*. RJ: C. Silva, 1994.

SILVA, Marcos A. A História e seus limites. Notas sobre região e interdisciplinaridade. *Revistas USP*, São Paulo (33): XX-XX, março/ maio, 1997.

SILVA, Tarcísio Glauco da e MOREIRA, Vânia Maria Losada. Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce. *Revista Ágora*, Vitória, n.4, 2006, p. 1-33.

SILVA, Wlamir. “O protótipo dos toucinheiros: a experiência da moderação mineira”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos. *A Província de Minas*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, Companhia do tempo, 2013, volume 2, p. 47-64.

SINGER, Paul *et al.* Prevenir e Curar. O controle social através dos serviços de saúde. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988, p. 62.

SISSON, S. A. Galeria dos brasileiros ilustres. Brasília: Senado Federal, 1999.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. *A influenza espanhola e a cidade planejada*. Belo Horizonte, 1918. Belo Horizonte: Argumentum, 2007.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres e MARQUES, Rita de Cássia. Estado e saúde na Província de Minas. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos. *A Província de Minas*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, Companhia do tempo, 2013, volume 2, p. 423-438.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres e FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. “A saúde em Minas Gerais durante o século XIX”. In: MARQUES, Rita de Cássia; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *História da Saúde em Minas Gerais: Instituições e Patrimônio Arquitetônico (1808-1958)*. Barueri, SP: Minha Editora, 2011.

SOARES, Jorsalete Magalhães. Cartografia e ocupação do território: a Zona da Mata mineira no século XVIII e primeira metade do XIX. *Passado & Presente para o Futuro*. III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Ouro Preto, MG, 2009.

SOBOUL, Albert. História da Revolução Francesa. RJ: Zahar editores, 1981.

SODRÉ, Néelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. SP: Mauad, 1994.

SOUZA, Marco Antônio de. *A Economia da Caridade: estratégias assistenciais e filantrópicas em Belo Horizonte*. Belo Horizonte, MG: Editora Newton Paiva, 2004.

SOUZA, Rildo Bento de. *Pobres, Doentes e Desvalidos: o asilo São Vicente de Paulo na cidade de Goiás (1909-1935)*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2014.

SOUZA, Wanderlei Sebastião de. Arthur Neiva e a ‘questão nacional’ nos anos 1910 e 1920. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol.16, supl.1, pp.249-264, 2009.

TEIXEIRA, Virgínia Mascarenhas Nascimento e MARQUES, Rita de Cássia. Enfermeiros e saúde pública em Belo Horizonte: combatendo doenças e educando para

a saúde (1897-1933). *Educ. rev.* [online]. 2014, n.54, pp.37-54. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.38201>>. Acesso em 12 de fev. de 2017.

VIDIGAL, Pedro Maciel. *Os Antepassados*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1980, vol. 4.

VILLARES, Artur. As Ordens Religiosas em Portugal nos princípios do séc. XX. *Separata da Revista de História, Porto*, Centro de História da Universidade do Porto, vol. XIII, pp. 195-223, 1995.

VISCARDI, Cláudia. Elites políticas em Minas Gerais na Primeira República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 39-56, jul. 1995. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1993>>. Acesso em 20 de fev. de 2015.

_____. Elites políticas mineiras na Primeira República Brasileira: um levantamento prosopográfico. Primeiras jornadas de história regional comparada 1 (2000). Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s11a2.pdf>>; Acesso em 12 de fev. de 2015.

_____. Federalismo Oligárquico com sotaque mineiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 2006, v. XLII, p. 95-109.

_____. Minas de Dentro para Fora: A política interna mineira no contexto da Primeira República. *Locus*, Juiz de Fora, 1999, v. 5, n.2, p. 89-99.

_____. “O movimento Republicano: formas de estruturação e valores políticos”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos. *A Província de Minas*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, Companhia do tempo, 2013, vol. 2, p. 97-124.

_____. *O Teatro das Oligarquias*. Uma revisão da “política do café-com-leite”. Belo Horizonte, Minas Gerais: C/Arte, 2001.

WIRTH, John. Minas e a Nação. Um Estudo de Poder e Dependência Regional 1889-1937. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. O Brasil Republicano. Estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo, Difel, 1982.

_____. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira, 1889-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

WHITE, Owen e DAUGHTON, J. P. *In God's Empire*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

WEINDLING, Paul. “The modernization of charity in nineteenth-century France and Germany”. In: BARRY, Jonathan e JONES, Colin. *Medicine and Charity before de Welfare State*. Londres/ New York: Routledge, 1991.

WOOLF, Stuart. “The Societe de charite maternelle, 1788-1815”. In: BARRY e JONES, *Medicine and Charity before the Welfare State*. Londres/ New York: Routledge, 1991.

_____. *The Poor in Western Europe in the Eighteenth and nineteenth centuries*. USA: Methuen & Co., 1986.

YAZBECK, Dalva Carolina de Menezes. Formando os bons trabalhadores: os primeiros grupos escolares em Juiz de Fora, Minas Gerais. *Cadernos de História da Educação* - n°. 2 - jan./dez. 2003.

ZICO, Tobias C. M. Caraça, ex-alunos e visitantes. Belo Horizonte: Editora São Vicente, 1979.

ZICO, José Tobias C.M. Caraça: peregrinação, cultura e turismo. Belo Horizonte, Editora Littera Maciel, 1988. 5ª ed.

IV – Dicionários e Enciclopédias.

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida e BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das Famílias Brasileiras*. São Paulo: Originis-X, 1999. 2 vol.

BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Volume VI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

BOBBIO, Norberto (org.). *Dicionário de Política*. Brasília, DF: Editora da UNB, 2002.

ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA. Disponível em: <<https://www.britannica.com>>. Acesso em 12 de nov. de 2016.

ENCYCLOPÉDIE UNIVERSALIS. Disponível em: <<http://www.universalis.fr/encyclopédie/louis-veuillot/>>. Acesso em 12 de nov. de 2016.

FERREIRA, Jurandyr Pires. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. RJ: IBGE, 1959.

FRANCO, José Eduardo; MOURÃO, José Augusto; GOMES, Ana Cristina da Costa (dir.). *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 2010.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2004.

IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Publicação comemorativa do 23º aniversário do IBGE. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Belo Horizonte/MG, 1959, vol. 27.

MARTINS FILHO, Amílcar Vianna *et al.* Novo Dicionário Biográfico de Minas Gerais - 300 anos de História. 1. ed. Belo Horizonte: Instituto Cultura Amilcar Martins, 2013, v. 1.

MONTEIRO, Norma de Góis (coord.). Dicionário Biográfico de Minas Gerais. Período Republicano. 1889-1994. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1994. 2 vol.

ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Vianna. Dicionário histórico das Minas Gerais: período colonial. Autêntica Editora, 2000.

V - Dissertações e Teses.

ANDRIETTA, Simone Aparecida de Oliveira. *Acidente do trabalho. Histórico legislativo e a proteção dos direitos do cidadão.* Dissertação (Mestrado em Direito). Pós-graduação em Direito, Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, 2009.

ARRUDA, Maria Aparecida. Formar almas, plasmar corações, dirigir vontades: o projeto educacional das Filhas da Caridade da Sociedade São Vicente de Paulo (1898-1905). Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Rio de Janeiro, 2010.

CARRARA, Ângelo Alves. A Zona da Mata de Minas Gerais: diversidade econômica e continuísmo 1839-1909. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 1993.

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. Como Esaú e Jacó: as oligarquias sul-mineiras no final do Império e na Primeira República. Tese (Doutorado em História). Universidade do Estado de São Paulo – UNESP, Campus Franca, São Paulo, 2012.

CASTRO, Natália Paganini Pontes de Faria. Entre coroados e coropós: a trajetória do padre Manuel de Jesus Maria nos sertões do Rio da Pomba (1731-1811). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, Juiz de Fora, Minas Gerais, 2010.

CHIZOTI, Geraldo. Os operários da caridade: a Sociedade de São Vicente de Paulo em São Paulo, 1874-1946. Tese (Doutorado em História). Universidade do Estado de São Paulo - USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1991.

FRANCO, Renato Júnio. Pobreza e Caridade leiga – as Santas Casas de Misericórdia na América Portuguesa. Tese (Doutorado em História). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2011.

PIRES, Anderson. Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora 1870/1930. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 1993.

ROCHA, Fernanda Cristina Campos da. A Reforma João Pinheiro nas práticas escolares do Grupo Escolar Paula Rocha/ Sabará (1907-1916). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2008.

RODRIGUES, Lincoln Gonçalves. Agroindústria da cana-de-açúcar na Zona da Mata mineira. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, Juiz de Fora, Minas Gerais, 2012.

SOUZA, Marco Antônio de. As estratégias da pedagogia do assistencialismo em Belo Horizonte, 1930-1990. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, 2001.

TOMASCHEWSKY, Cláudia. Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Pelotas – RS (1847-1922). Dissertação (Mestrado em História). Pós-graduação em História do Brasil, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/ RS. Porto Alegre, 2007.

VARETO, Polyana Aparecida Valente. Intelectuais Católicos, saúde e educação em Minas Gerais (1925-1930). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz. Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, 2010.

VI – Periódicos.

A Província de Minas, órgão do Partido Conservador, de propriedade do redator José Pedro Xavier da Veiga, Ano III, edição 122, 20/10/1882, disponível em <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:decreto:1893-02-27;607> acesso em 2/1/2016.

Cidade de Ubá. Edições de 1937.

Folha do Povo. Edições de 1902, 1903, 1911, 1917, 1918, 1921, 1930.

Gazeta de Ubá. Edições de 1895, 1905, 1918, 1921, 1930.

Gazeta Regjornal de Ubá, História dos 150 anos do Município de Ubá, edição 132, 3/7/2007.

DIÁRIO MERCANTIL, Juiz de Fora, 22/dez. 1974.

O Imparcial. Edições de 1918 a 1939.

A Lei

A Tarde

A Ordem

A Estrela

O Pomba

Cidade do Pomba

A Justiça

O Puritano

Correio da Mata
 O Industrial
 Correio da Semana
 Nova Era
 Boa Nova
 O Município
 Nova Senda
 A Tribuna
 A Nota
 O tiro de Guerra
 O Liberal
 A voz do Pomba
 O Progressista
 A Reforma

VII – Sítios Eletrônicos.

Acton Institute português. Disponível em: <<http://pt.acton.org>>. Acesso em 12 de dez. de 2016.

Almanak Laemmert. Edição de 1905. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=117246&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>, acesso em 2/2/2017.

Almanak Laemmert. Edição de 1910. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=40715&url=http://memoria.bn.br/docreader#> acesso em 2/2/2017.

Almanak Laemmert. Edição de 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=84692&url=http://memoria.bn.br/docreader#> acesso em 2/2/2017.

Almanak Laemmert. Edição de 1930. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=106355&url=http://memoria.bn.br/docreader#> acesso em 2/2/2017.

Arquidiocese de São Paulo. Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho. Disponível em: <<http://www.arquisp.org.br/historia/dos-bispos-e-arcebispos/bispos-diocesanos/dom-lino-deodato-rodrigues-de-carvalho>>. Acesso em 12 de dez. de 2016.

Arquidiocese de São Paulo. Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti. Disponível em: <<http://www.arquisp.org.br/historia/dos-bispos-e-arcebispos/bispos-diocesanos/dom-joaquim-arcoverde-de-albuquerque-cavalcanti>>. Acesso em 12 de fev. de 2017.

BIBLIOTECA Digital da Câmara de Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa>>.

CÂMARA DE DEPUTADOS. Disponível em: <bd.camara.gov.br>. Acesso em 22/11/2016.

_____. Decreto do governo imperial nº 4.914, de 27 de março de 1872, disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4914-27-marco-1872-551028-publicacaooriginal-67126-pe.html>, acesso em 2/2/2017.

CPDOC/ FVG. Centro de Pesquisa e Documentação de História da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>.

Colégio brasileiro de Genealogia. Cônego Raimundo Trindade. Disponível em: <<http://www.cbg.org.br>>. Acesso em 12/12/2016.

Conselho Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paulo de Belo Horizonte. Disponível em: <<http://ssvpcmbh.org.br/ssvp/>>. Acesso em 12 de dezembro de 2016.

Congregação Agostinianos da Assunção. Disponível em: <<http://www.assumptio.org>>. Acesso em 12 de dezembro de 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Histórico das cidades de Minas Gerais. Disponível em: <cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=316990>. Acesso em 20/10/2016.

Instituto dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora. Padre Júlio Maria de Lombaerde. Disponível em: <<http://revista.olutador.org.br/pe-julio-maria-de-lombaerde-o-lutador-a-caminho-dos-altares/>>. Acessado em 12 de fev. de 2017.

Instituto Estrada Real. Disponível em: <<http://www.institutoestrada-real.com.br/roteiros/sabarabucu>>. Acesso em 10/06/2016.

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Disponível em: <<http://www.iscsp.ulisboa.pt/~cepp/autores/franceses/maistre>>. Acesso em 12 de dez. de 2016.

Governo do Estado de Minas Gerais. Secretaria de Educação. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/>>. Acesso em 20/2/2017.

Governo do Estado de Minas Gerais. Secretaria de Saúde. Disponível em: <<http://www.saude.mg.gov.br/ngc/page/226-historico-sesmg>>. Acesso em 20/2/2017.

Governo do Estado de Minas Gerais. Conheça Minas. Disponível em: <<http://www.mg.gov.br/governomg/portal/c/governomg/conheca-minas/geografia/5669-localizacao-geografica/69547-mesorregioes-e-microrregioes-ibge/5146/5044>>. Acesso em 14 de ago. de 2016.

NEC - Núcleo de Estudos Contemporâneos da Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/nec>>. Acesso em 12 de dez. de 2016.

Ohio University. Disponível em: <<https://www.ohio.edu/chastain/ip/lamann.htm>>. Acesso em 12 de dez. de 2016.

Santuário do Caraça. Disponível em: <<http://www.santuariodocaraca.com.br/primordiodo-caraca/>>. Acesso em 15 de fev. de 2015.

SSVP. Conselho Geral Internacional. Disponível em: <<http://www.ssvpcg.org/conselho-geral-internacional.php>>. Acesso em 12 de dez. de 2016.

SSVP. Conselho Metropolitano de Belo Horizonte. <<http://ssvpcmbh.org.br/familia-vicentina/>>. Acesso em 09 de jul. de 2017.

SSVP. Conselho Nacional do Brasil. <http://www.ssvpbrasil.com.br/?page_id=255>. Acesso em 12 de jul. de 2017.

ANEXOS

+

Anexo Biografias.

Confrades do Conselho Particular de Ubá, 1906-1936.

Ano, local de nascimento e filiação.	Escolaridade e formação profissional; atividades profissionais e econômicas; cargos públicos exercidos.	Conferência, outras informações.	Fontes.
<p>01. Adjalme Martins Carneiro 1893 – Ubá, MG. Cel. Bernardino de Senna Carneiro e Maria José Martins Carneiro.</p>	<p>Gymnásio São José, Ubá; Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Para a formatura, defendeu a tese: Aspectos Clínicos das Enteroparasitoses infantis. Médico: clinicou no Hospital São Vicente de Paulo de Ubá por 22 anos; Professor: de física no Gymnásio São José, de química no Ginásio Raul Soares e na Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ubá. Proprietário de terras, comerciante e criador. Vereador de Ubá, presidente da câmara municipal, agente do executivo municipal - intendente e deputado estadual apoiado por Raul Soares de Moura.</p>	<p>Conferência São Januário. Casou-se com Ruth Dutra Carneiro, filha de Antônio Dutra Nicácio, advogado republicano que levou Silva Jardim à cidade para palestras da campanha republicana na década de 1880.</p>	<p>Academia Ubaense de Letras 1988; SSVP. I Livro de Atas da Conferência São Januário de Ubá, 1905-1929; Silva, 1937; Ubá, 1980; Vieira, 1989, 1990, 1992a. 1992b; <http://www.uba.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Historico_dos_ex_Prefeitos?cdLocal=2&arquivo=%7B8B6C37DB-3BE2-5BDE-81ED-D0DBDDCD2BDE%7D.pdf>. Acesso em 12/2/2017.</p>
<p>02. Alcides Teixeira Lima 1892 – Mariana, MG. Juliana Capanema.</p>	<p>Aulas avulsas, Pomba. Não identificado. Artífice: Marceneiro em Pomba. Sitiente e comerciante. Funcionário público na câmara municipal da cidade do Pomba.</p>	<p>Conferência São Manoel. Casou-se com Elvira Cesária de Jesus. Trabalhou para o Cel. Furtado de Mendonça.</p>	<p>Abreu, 1991; Anastácio, 2001; Cartório de Registro Civil de Rio Pomba, registro de casamento, livro 3, folha 56, verso; SSVP. I Livro de Atas da Conferência São Manoel do Pomba, 1902-1912; Santiago, 1991.</p>

<p>03. Ângelo Moreira Barletta 1893 – Ubá, MG. José Barletta (imigrante italiano).</p>	<p>Gymnásio São José, Ubá. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Médico: obstetra, assessor do Dr. Fernando Augusto Ribeiro de Magalhães (1878-1944) no Rio de Janeiro. Foi parteiro em Ubá, criou e orientou o serviço de obstetrícia na maternidade do Hospital São Vicente de Paulo/ Ubá e clinicou neste Hospital. Professor de biologia no Gymnásio São José, no Ginásio Raul Soares. Professor e Diretor técnico: Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ubá. Proprietário de terras, empresário, comerciante e criador. Vereador de Ubá, presidente da câmara municipal, agente do executivo municipal e deputado estadual. Foi o prefeito exonerado em 1931 por Olegário Maciel, após a Revolução de 1930.</p>	<p>Conferência São Januário. Casou-se com Edil Xavier Barletta, filha de Pedro Xavier Pires. Foi membro da Academia Ubaense de Letras.</p>	<p>Academia Ubaense de Letras 1988; A Folha do Povo, 26/6/1920; SSVP. I Livro de Atas da Conferência São Januário de Ubá, 1905-1929; Ubá, 1980; Vieira, 1989, 1990, 1992a, 1992b; <">http://www.uba.mg.gov.br/Materia_especifica/6576/Angelo-Moreira-Barletta-> e <http://www.uba.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Historico_dos_ex_Prefeitos?cdLocal=2&arquivo=%7B8B6C37DB-3BE2-5BDE-81ED-D0DBDDCD2BDE%7D.pdf>. Acessos em 12/2/2017.</p>
<p>04. Antônio Amaro Martins da Costa 1871 – Cataguases, MG. Joaquim Januário Martins de Castro.</p>	<p>Colégio Mineiro, Ouro Preto. Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ouro Preto. Professor de filosofia: Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ouro Preto; Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ubá; Gymnásio São José de Ubá e Colégio Cataguases. Diretor de Colégio: Gymnásio São José e Colégio Cataguases, onde se tornou diretor proprietário no início de 1914. Proprietário de terras, empresário, comerciante e criador. Vereador de Ubá, presidente da câmara municipal (1916), agente do executivo municipal (1916). Em sua gestão, outorgou a concessão da Companhia de Bondes.</p>	<p>Conferência São Januário. Fundou a Irmandade do Santíssimo Sacramento em Cataguases. Filiou o Colégio Cataguases ao Gymnásio São José de Ubá e se tornou sócio de José Januário Carneiro.</p>	<p>Academia Ubaense de Letras 1988; Ubá, 1980; SSVP. I Livro de Atas da Conferência São Januário de Ubá, 1905-1929; Vieira, 1989, 1990, 1992a, 1992b; <http://www.uba.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Historico_dos_ex_Prefeitos?cdLocal=2&arquivo=%7B8B6C37DB-3BE2-5BDE-81ED-D0DBDDCD2BDE%7D.pdf> e <http://isscataguases.wixsite.com/irmandade/historia>. Acessos em 12/2/2017.</p>
<p>05. Bernardino de Sena Carneiro 1854 – Ubá, MG. Francisco Carneiro Martins e</p>	<p>Não identificado. Faculdade de Direito de São Paulo. Advogado em Ubá. Proprietário de terras, comerciante e criador. Capitalista, proprietário de terras, comerciante e criador. Juiz e desembargador em Ubá e Pomba.</p>	<p>Conferência Natal do Bom Jesus. Casou-se com Maria José Martins da Costa Carneiro, era o pai de Adjalme Martins Carneiro e de Paula Martins Carneiro, que se casou com Floriano Peixoto de Mello.</p>	<p>Academia Ubaense de Letras 1988; Barata e Bueno, 1999; Blake, 1893; Cartório de Registro Civil de Ubá, registro de casamento, livro 1PC, folha 159; Silva, 1937; SSVP. I Livro de Atas da Conferência Natal do Bom Jesus, de Ubá,</p>

Philomena Carneiro de Miranda.			1895-1899; Silva, 1994; Ubá, 1980; Vieira, 1989, 1990, 1992a, 1992b.
06. Camillo Clemente de Araújo 1871 – Bomfim de Palmyra, hoje município Santos Dumont, MG. Antônio Clemente de Araújo e Maria Camilla da Conceição.	Aulas avulsas em Pomba. Artífice: Pedreiro, em Pomba. Funcionário público na câmara de vereadores da cidade do Pomba.	Conferência São Manoel. Era o irmão mais velho de Francisco Clemente, o presidente da SSV, do Pomba. Casou-se com Rita Nicácia. Trabalhou para o Cel. Furtado de Mendonça.	Abreu, 1991; Anastácio, 2001; Cartório de Registro Civil de Rio Pomba, registro de casamento, livro 2B, folha 98; Santiago, 1991; SSV. I Livro de Atas da Conferência São Manoel de Pomba, 1902-1912.
07. Carlos Brandão 1858 – Vila do Príncipe, Serro, MG. Pedro Maria Xavier da Silva Brandão e Maria Flora de Castro Lima.	Faculdade de Direito de São Paulo. Advogado em Ubá. Proprietário de terras, comerciante e criador. Vereador de Ubá, presidente da câmara municipal e agente do executivo municipal - intendente (1896, 1898 e 1908). Com a República, ingressou no Partido Republicano e fez oposição ao cunhado Peixoto de Mello e ao sobrinho, Carlos Peixoto de Mello Filho.	Conferência Natal do Bom Jesus. Casou-se com Purpurina Roças. Trabalhou com o sogro, João Alves de Araújo Roças, líder do Partido Liberal na cidade. Seu filho, Carlos Brandão de Souza, se formou em dentista pela Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ouro Preto e foi professor da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ubá.	Academia Ubaense de Letras 1988; SSV. I Livro de Atas da Conferência Natal de Ubá, 1895-1899; Vieira, 1989, 1990, 1992a, 1992b; < http://www.uba.mg.gov.br/Materia_especifica/6582/Coronel-Carlos-Brandao-http://www.uba.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Historico_dos_ex_Prefeitos?cdLocal=2&arquivo=%7B8B6C37DB-3BE2-5BDE-81ED-D0DBDDCD2BDE%7D.pdf >. Acesso em 12/2/2017.
08. Carlos Collares Imigrante italiano.	Vereador em Ubá.	Conferência Natal do Bom Jesus.	Academia Ubaense de Letras, 1888-1988; SSV. I Livro de Atas da Conferência São Januário de Ubá, 1905-1929; Ubá, 1980.

<p>09. Carlos Peixoto de Mello 1845 – Vila do Príncipe, Serro, MG. Francisco Peixoto de Mello.</p>	<p>Colégio dos Jesuítas, SP. Estudou matemática na Corte. Faculdade de Direito de São Paulo. Advogado em Ubá. Jornalista e diretor do jornal Gazeta de Ubá. Proprietário de terras, comerciante e criador. Membro de comissão imperial, vereador de Ubá, presidente da câmara municipal, agente do executivo municipal, deputado estadual, deputado federal e eleito senador no Império, em 1889. Exerceu cinco gestões como agente do executivo; trocou os nomes populares das principais ruas da cidade para homenagear os políticos locais.</p>	<p>Conferência Natal do Bom Jesus. Era ligado por laços de parentesco à família Vieira de Rezende, considerada uma das fundadoras de Cataguases. Casou-se com Agostinha Brandão, filha do deputado provincial Pedro Seixas Brandão, chefe do Partido Conservador em Minas Gerais. Sua esposa era descendente da família de Maria Doroteia Joaquina de Seixas Brandão, a “Marília de Dirceu” e prima do Conselheiro do Império José Carlos Mayrink e de Rita de Cássia Mayrink Brandão.</p>	<p>Academia Ubaense de Letras 1988; Barata e Bueno, 1999; Blake, 1893; Gazeta Regjornal de Ubá, 7/7/2007; SSVP. I Livro de Atas da Conferência Natal de Ubá, 1895-1899; Monteiro, 1994; Silva, 1937; Silva, 1994; Sisson, 1999; Vieira, 1989, 1990, 1992a, 1992b; <http://www.uba.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Historico_dos_ex_Prefeitos?cdLocal=2&arquivo=%7B8B6C37DB-3BE2-5BDE-81ED-D0DBDDCD2BDE%7D.pdf>. Acesso em 12/2/2017.</p>
<p>10. Carlos Peixoto de Mello Filho 1871 – Ubá, MG. Carlos Peixoto de Mello e Agostina Brandão Peixoto de Mello.</p>	<p>Colégio Mineiro, Ouro Preto. Faculdade de Direito de São Paulo. Advogado em Ubá. Advogado da CEF/ MG. Proprietário de terras, comerciante e criador. Vereador de Ubá, Redigiu a Lei Orgânica da cidade. Foi presidente da câmara municipal, agente do executivo municipal de Ubá (1896). Na cidade Rio Branco, hoje Visconde do Rio Branco, foi vereador, presidente da câmara de vereadores e agente do executivo municipal - intendente (1906 e 1911). Foi deputado estadual, deputado federal, líder da maioria de seu partido na câmara de deputados federal, e presidente da câmara federal de deputados. Foi secretário do ministro da Justiça e Negócios Interiores Augusto Viana do Castelo no governo Washington Luís (1926 -1930). Em 1910 participou da assembleia que anistiou os marinheiros que integraram a Revolta da Armada, comandada por João Cândido.</p>	<p>Conferência Natal do Bom Jesus. Realizou seus exames de madureza: Colégio Atheneu, de Ouro Preto. Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.</p>	<p>A Província de Minas, 20/10/1882; Barata e Bueno, 1999; Blake, 1893; Monteiro, 1994; Silva, 1937; Silva, 1994; Sisson, 1999; Vieira 1989; 1990, 1992a, 1992b; <">http://www.uba.mg.gov.br/Materia_especifica/6579/Carlos-Peixoto-Filho->; <http://www.uba.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Historico_dos_ex_Prefeitos?cdLocal=2&arquivo=%7B8B6C37DB-3BE2-5BDE-81ED-D0DBDDCD2BDE%7D.pdf>; <bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/.../presidentes_camara_peixotofilho.pdf?...3>; <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PEIXOTO,%20Carlos.pdf> <http://www2.camara.leg.br/acamara/conheca/historia/Ex_presidentesCD_Republica/carlos_peixoto.html> <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=222747&pagfis=30></p>

			94&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acessos em 12/2/2017.
11. Christiano Alves de Araújo Roças 1864 – Ubá, MG. Cel. João Alves de Araújo Roças.	Colégio Mineiro, Ouro Preto. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Médico: clinicou em Ubá. Jornalista e diretor de jornal: Folha do Povo, quando o jornal pertenceu ao Major Antônio de Azevedo sob o pseudônimo <i>Phobomendax</i> . Proprietário de terras, comerciante e criador. Vereador de Ubá, presidente da câmara municipal e agente do executivo municipal - intendente (1912 a 1914) e deputado estadual.	Conferência Natal do Bom Jesus.	Academia Ubaense de Letras 1988; Blake, 1893; SSVP. I Livro de Atas da Conferência Natal de Ubá, 1895-1899; Silva, 1994; Vieira, 1989, 1990, 1992a, 1992b; Ubá, 1980; < http://www.uba.mg.gov.br/Materia_especifica/6585/Cristiano-Alves-de-Araujo-Rocas- >; < http://www.uba.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Historico_dos_ex_Prefeitos?cdLocal=2&arquivo=%7B8B6C37DB-3BE2-5BDE-81ED-D0DBDDCD2BDE%7D.pdf >. Acessos em 12/2/2017.
12. Francisco Clemente de Araújo 1873 – Bomfim de Palmyra, hoje Santos Dumont, MG. Antônio Clemente de Araújo e Maria Camilla da Conceição.	Aulas avulsas em Pomba. Artífice: Marceneiro, em Pomba. Funcionário público na câmara municipal da cidade do Pomba.	Conferência São Manoel. Trabalhou para o Cel. José Mendonça dos Reis. Casou-se duas vezes: em primeiras núpcias com Maria Camilla da Conceição e, em segunda núpcia com Carolina Carlota da Costa. Dedicou-se à SSVP e à construção do HSVP/Pomba.	Cartório de Registro Civil de Rio Pomba, registro de casamento, livro 2, folha 78, verso e livro 9, folha 121; SSVP. I Livro de Atas da Conferência São Manoel de Pomba, 1902-1912; O Imparcial, 9/7/1939; Santiago, 1991.
13. Francisco Vieira de Siqueira 1873 – Pomba, MG.	Aulas avulsas em Pomba. Jornalista e diretor de jornal: O Imparcial, de Pomba. Músico em Pomba. Empresário e comerciante. Funcionário público na Subestação Experimental de Coronel Pacheco.	Conferência São Manoel. Casou-se com Maria Dias Vieira. Foi o criador do jornal O Imparcial, de Rio Pomba e atuou como diretor, redator,	Abreu, 1991; Anastácio, 2001; SSVP. I Livro de Atas da Conferência São Manoel de Pomba, 1902-1912; O Imparcial, 15/1/1933; Santiago, 1991.

José Vieira de Siqueira e Jovelina Cândida Horta.		editor do jornal além de violinista e caricaturista. Os filhos Agenor e José de Assis Vieira deram continuidade ao jornal, após sua morte em 1933.	
14. Giácomo Lanzillota Imigrante italiano.	Proprietário de terras, comerciante e criador. Vereador em Ubá.	Conferência Natal do Bom Jesus.	Academia Ubaense de Letras, 1988; SSV. I Livro de Atas da Conferência Natal de Ubá, 1895-1899; Ubá, 1980; Gazeta Regjornal de Ubá, 3/7/2007; Vieira, 1992a, 1992b.
15. Gladstone de Faria Alvim 1891 – Ubá, MG. Galdino de Faria Alvim e Julia de Sousa Alvim.	Gymnásio São José, Ubá. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Médico: clinicou em Ubá. Professor de química: Gymnásio São José e Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ubá. Proprietário de terras, criador, comerciante, empresário: proprietário de fábrica de beneficiamento de café. Subdelegado de Saúde Pública da Zona da Mata em 1910	Conferência São Januário. Trabalhou na Casa de Caridade São Vicente de Paulo de Ubá e em seguida no Hospital São Vicente de Paulo de Ubá. Casou-se com Adail Brandão. Seu pai foi sócio fundador da CIA Ferro Carril Ubaense, e presidente fundador da Associação Comercial de Ubá.	Blake, 1893; Cartório de Registro Civil de Ubá, registro de casamento, livro 7PC, folha 145, Gazeta Regjornal de Ubá, 7/7/2007; SSV. I Livro de Atas da Conferência São Januário de Ubá, 1905-1929; Silva, 1994; Silva, 1937; Ubá, 1980; Vieira, 1989, 1990, 1992a, 1992b.
16. Glenarvam de Faria Alvim 1892 – Ubá, MG. Galdino de Faria Alvim e Julia de Sousa Alvim.	Gymnásio São José, Ubá. Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Belo Horizonte. Advogado em Ubá. Professor: Gymnásio São José. Jornalista: jornal O Movimento, em Ubá. Proprietário de terras, criador, comerciante, empresário: proprietário de fábrica de beneficiamento de café. Vereador de Ubá foi promotor público em 1929, presidente da câmara municipal (1935), agente do executivo municipal - intendente (1935). Foi desembargador do estado, em Belo Horizonte (1946 a 1950).	Conferência São Januário. Irmão de Gladstone de Faria Alvim. Casou-se com Nicoleta Serpa Alvim. Era irmão de Gladstone de Faria Alvim, filho do Cel. Galdino de Faria Alvim, sobrinho-neto do Cel. José Cesário de Faria Alvim (1839-1903), considerado um dos fundadores da cidade com seu cunhado Antônio Januário Carneiro. Seu tio José Cesário de Faria Alvim casou-se com Amélia Calado de Miranda Alvim e eram avós do cantor e compositor Chico Buarque de Hollanda. Sua tia Sylvia Alvim	Blake, 1893; Cartório de Registro Civil de Ubá, registro de casamento, livro 5PN, folha 51; SSV. I Livro de Atas da Conferência São Januário de Ubá, 1905-1929; Ubá, 1980; Silva, 1994; Silva 1937; < http://www.geneaminas.com.br/genealogiamineira/parentes.asp?codpessoa=14203 >; < ">http://www.uba.mg.gov.br/Materia_especifica/6590/Jose-Cesario-de-Faria-Alvim-> >; < http://www.uba.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Historico_dos_ex_Prefeitos?cdLocal=2&arquivo=%7B8B6C37DB-3BE2-5BDE-81ED-D0DBDDCD2BDE%7D.pdf >; Acessos

		casou-se com Afrânio de Mello Franco.	em 12/2/2017.
<p>17. João Câncio da Costa Prazeres 1859 – Escada, PE. Não identificado.</p>	<p>Faculdade de Direito de Recife, em 1893. Advogado em Ubá. Professor: Gymnásio São José e Externato São Vicente de Paulo, em Ubá. Proprietário de terras, comerciante e criador. Foi nomeado promotor público em Abre Campo em 1893, juiz municipal em Termo do Cahet, em 1894, juiz municipal em Carmo da Bagagem, em 1896, foi transferido para a Comarca do Peçanha e em seguida para a Comarca de Ubá em 1899. Foi promovido Procurador Geral do Estado de Minas Gerais, em 1919.</p>	<p>Conferência Natal do Bom Jesus. Formou-se pela Faculdade de Direito de Recife, foi promotor público em Abre Campo (1893), Juiz municipal em Termo do Cahethé (1894), juiz de direito em Carmo de Bagagem (1898), transferido para a comarca do Peçanha (1899), transferido para a comarca de Ubá (1903). Casou-se com Cândida Chaves da Costa Prazeres, pai de Laércio Prazeres. Participou da fundação e foi professor dos colégios Rosário, Sacre-couer de Marie e Gymnásio São José, todos em Ubá. Trabalhou gratuitamente no Externato São Vicente de Paulo, se Ubá, de 1906 a 1911. Era poeta e membro da Academia Ubaense de Letras.</p>	<p>Academia Ubaense de Letras 1988; Folha do Povo, 31/8/1919; SSVP. I Livro de Atas da Conferência Natal de Ubá, 1895-1899; Ubá, 1980, Vieira, 1989, 1990, 1992a, 1992b</p>
<p>18. José Augusto de Rezende 1879 – Alfenas, MG. Severino Eulógio Ribeiro Resende e Gabriela Augusta de Resende.</p>	<p>Colégio Mineiro, Ouro Preto. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Professor de química: Gymnásio São José, Ginásio Raul Soares, Externato São Vicente de Paulo em Ubá e Faculdade de Farmácia e Odontologia, de Ubá. Médico e fundador do Hospital São Vicente de Paulo, de Ubá. Proprietário de terras, comerciante e criador. Introduziu o gado GYR em Ubá. Vereador de Ubá, presidente da câmara de vereadores (1947), agente do executivo municipal (1947).</p>	<p>Conferência São Januário. Casou-se com a Sra. Isaura da Rocha Rezende. Foi o tutor do sobrinho, o compositor Ary Barroso, filho de sua irmã Angelina de Rezende Barroso que casou com João Evangelista Barroso. Fazendeiro dedicado, introduziu o gado Gyr em Ubá. Colaborador do jornal Folha do Povo.</p>	<p>Academia Ubaense de Letras 1988; Gazeta Regjornal de Ubá, 7/7/2007; SSVP. I Livro de Atas da Conferência São Januário de Ubá, 1905-1929; Ubá, 1980; Silva, 1937; Silva, 1934; Silva, 1994; Vieira, 1989, 1990, 1992a, 1992b; <http://www.uba.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Historico_dos_ex_Prefeitos?cdLocal=2&arquivo=%7B8B6C37DB-3BE2-5BDE-81ED-D0DBDDCD2BDE%7D.pdf>; acesso em</p>

			12/2/2017.
<p>19. José Gonçalves Solléro 1882 – Santa Margarida, MG. Manoel Solléro e Maria Margarida Solléro.</p>	<p>Colégio Mineiro, Ouro Preto. Faculdade de Odontologia e Farmácia de Ouro Preto. Farmacêutico em Ubá. Músico em Ubá. Professor: no Gymnásio São José e na Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ubá. Jornalista: jornais O Movimento e Folha do Povo. Atuou como defensor Público, em Ubá. Proprietário de terras, comerciante, criador e empresário da Farmácia Stella Matutina. Vereador de Ubá, presidente da câmara de vereadores, agente do executivo municipal - intendente. Atuou como defensor público no Tribunal do Júri de Ubá.</p>	<p>Conferência São Januário. Casou-se com Guida Soares de Moura, irmã de Raul Soares de Moura.</p>	<p>Academia Ubaense de Letras 1988, 2010; SSV. I Livro de Atas da Conferência São Januário de Ubá, 1905-1929; Ubá, 1980; Vieira, 1989, 1990, 1992a, 1992b; <http://www.uba.mg.gov.br/Materia_especifica/6592/Jose-Solero->; <http://www.uba.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Historico_dos_ex_Prefeitos?cdLocal=2&arquivo=%7B8B6C37DB-3BE2-5BDE-81ED-D0DBDDCD2BDE%7D.pdf>; Acessos em 12/2/2017.</p>
<p>20. José Januário Carneiro 1858 – Ponte Nova, MG. Francisco de Paula Januário Carneiro e Maria de Jesus Castro, neto do Capitão-mor Antônio Januário Carneiro.</p>	<p>Colégio Mineiro, Ouro Preto. Escola de Minas de Ouro Preto. Engenheiro e Topógrafo: Prefeitura de Ouro Preto. Professor: Colégio Mineiro de Ouro Preto. Diretor do Gymnásio São José em Ubá e sócio do Colégio Cataguases. Empresário e proprietário de terras. Secretário de obras da câmara de Ouro Preto, para a construção das redes de esgoto e saneamento. Foi Intendente da câmara municipal de Ouro Preto.</p>	<p>Conferência São Januário. Casou-se duas vezes: em primeira núpcia com Emília Adelaide e, em segunda núpcia com sua cunhada Adalgisa Leal Paixão. Iniciou no magistério no Colégio Mineiro de Ouro Preto como professor de álgebra e geometria como forma de custear seus estudos em Engenharia na Escola de Minas de Ouro Preto.</p>	<p>Academia Ubaense de Letras 1988; SSV. I Livro de Atas da Conferência São Januário de Ubá, 1905-1929; Horta, 1986; Ubá, 1980; Silva, 1994; Silva, 1937; Vidigal, 1980; Vieira, 1989, 1992a, 1992b; <http://museuginasiosaojose.org.br/historia/>;<http://www.barbacenamais.com.br/index.php/gente/1298-a-trajetoria-da-familia-carneiro-no-brasil-origem-genealogia-e-relacoes-sociopoliticas>; Acessos em 20/8/2016.</p>
<p>21. José Marini de Souza 1906 – Pomba, MG. Tobias Nicolau de Souza e Agripina Marini de Souza.</p>	<p>Grupo Escolar São José, Pomba. Faculdade de Odontologia e Farmácia de Ouro Preto. Dentista em Pomba. Professor: da Faculdade de Odontologia e Farmácia de Juiz de Fora. Escritor, poeta e pintor. Proprietário de terras, comerciante e criador. Chefe da Secretaria de Saúde e Assistência da Zona da Mata e Inspetor Escolar em Pomba.</p>	<p>Conferência São Manoel. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, vice-presidente do Conselho Metropolitano da SSV de Juiz de Fora e da Sociedade de Orquidófilos nesta cidade.</p>	<p>Abreu, 1991; Anastácio, 2001; <http://oimparcialriopomba.com.br>; SSV. Livro de Atas da Conferência São Manoel de Pomba, 1932-1939; Santiago, 1991; Vieira, 1989, 1992a, 1992b.</p>

<p>22. José Mendonça dos Reis 1870 – Vila Nova do Topo, Açores, Portugal. Imigrante português.</p>	<p>Proprietário de terras, comerciante, criador e empresário. Construiu um complexo industrial e uma fazenda experimental chamada Granja dos Açores, uma entre as seis existentes em todo o estado a efetuar o controle leiteiro, que deveria enviar ao órgão competente o relatório anual sobre a qualidade das raças e o tipo apropriado de alimentação para o gado Vacum na região. Havia um serpentário e um apiário. Foi o maior exportador de café da cidade. Vereador de Ubá. Foi agente autorizado da Chevrolet e correspondente do Bank of London, na cidade do Pomba.</p>	<p>Conferência São Manoel. Casou-se em Pomba com Ernestina da Silva Reis. Comprou terras na cidade do Pomba. Seu fumo de corda da marca Estrela recebeu prêmio na Exposição do Centenário da Independência, em 1922, no Rio de Janeiro. Hospedou o presidente da província Antônio Carlos Ribeiro de Andrade por ocasião de sua visita à cidade.</p>	<p>Abreu, 1991; Anastácio, 2001; SSV. I Livro de Atas da Conferência São Manoel de Pomba, 1902-1912; Santiago, 1991.</p>
<p>23. José Rosalino Ponciano Gomes</p>	<p>Colégio Mineiro, Ouro Preto. Faculdade de Odontologia e Farmácia de Ouro Preto. Professor: Gymnásio São José e Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ubá. Vereador em Ubá.</p>	<p>Conferência São Januário.</p>	<p>Academia Ubaense de Letras, 1988; SSV. I Livro de Atas da Conferência São Januário de Ubá, 1905-1929; Ubá, 1980.</p>
<p>24. José Tostes de Alvarenga 1880 – Juiz de Fora, MG Guilherme Guilhobaldo de Almeida Alvarenga e Emília Tostes de Alvarenga. Neto paterno do Cel. Francisco José de Alvarenga e Elisa Leopoldina Pinto de Almeida Alvarenga e neto materno do Cel. Severino Dias</p>	<p>Colégio Mineiro, Ouro Preto. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Para a formatura, defendeu a tese: Valor Semiótico do Dente de Hutchinson na Primeira Dentição, uma pesquisa sobre a sífilis hereditária. Médico: clinicou no Rio de Janeiro e em Pomba. Integrou a equipe de Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro no serviço de profilaxia da febre amarela, no Rio de Janeiro (1903-1905). Participou do instituto de Proteção e Assistência à Infância e do Dispensário Moncorvo Filho como adjunto efetivo do gabinete das moléstias da pele. Chefe do Posto de Profilaxia Rural da cidade do Pomba. Participou e presidiu jornadas médicas em Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Rio Branco, Ubá e Juiz de Fora. Proprietário de terras, comerciante e criador. Vereador na cidade do Pomba. Chefe do Posto de Higiene Municipal, 1929 e da Estação Experimental da cidade Coronel Pacheco (1937).</p>	<p>Conferência São Manoel. Casou-se duas vezes: em primeira núpcia com Alice Augusta da Costa e, viúvo, com a cunhada Maria Engrácia da Costa, filhas do Comendador Belchior Homem da Costa, que o convidou para clinicar em Mercês, distrito de Pomba. Recebeu o título de Cidadão Honorário de Rio Pomba na ocasião em que doou ao Hospital São Vicente de Paulo todo o material cirúrgico e os móveis de seu consultório. Foi militante político ao lado de Francisco Peixoto Soares de Moura, José Gonçalves Neves e Odilon Duarte Braga, mas recusou sua indicação ao senado mineiro. Faleceu</p>	<p>Abreu, 1991; Anastácio, 2001; Barata e Bueno, 1999; Blake, 1893; Cartório de Registro Civil de Rio Pomba, registro de casamento, livro 5, folha 119, verso; SSV. Livro de Atas da Conferência São Manoel de Pomba, 1932-1939; O Imparcial, 4/8/1929; Silva, 1937; Santiago, 1991; Sisson, 1999. Cartório de Registro Civil de Rio Pomba, registro de casamento, livro 5, folha 119, verso.</p>

<p>Tostes e Amélia Rosalina Dutra de Moraes Tostes. Era descendente de Antônio Dias Tostes, empresário pioneiro da cidade de Juiz de Fora.</p>		<p>em 10/2/1980, com 99 anos de idade, de acordo com o Cartório de Registro Civil de Rio Pomba, livro de óbitos 21C, folha 511. Seu filho, José Tostes de Alvarenga Filho, foi banqueiro e industrial, funcionário e diretor do Banco de Créditos Real S.A. de MG, membro do IHGB de Juiz de Fora e provedor da Santa Casa de Misericórdia desta cidade.</p>	
<p>25. Júlio Soares de Moura 1887 – Juiz de Fora, MG. Francisco Peixoto Soares de Moura e Bárbara dos Reis Soares de Moura.</p>	<p>Gymnásio São José, Ubá. Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Advogado em Ubá. Proprietário de terras, comerciante e criador. Vereador em Ubá, presidente da câmara municipal, agente do executivo municipal - intendente (1919 e 1923).</p>	<p>Conferência São Januário. Filho de Francisco Peixoto Soares de Moura e Bárbara dos Reis Soares de Moura. Seu pai foi chefe político em Rio Branco e era irmão de Artur Soares de Moura, Raul Soares de Moura, Camilo Soares de Moura Filho e Carlos Soares de Moura. Júlio era primo de Carlos Peixoto de Melo Filho, sobrinho de Carlos Peixoto de Melo, político do Império, sobrinho de Fausto Figueira Soares Alvim e primo de Raul Soares de Moura.</p>	<p>Blake, 1893; SSVP. I Livro de Atas da Conferência Natal do Bom Jesus, de Ubá, 1895-1899; Monteiro, 1994; Silva, 1994; Vieira, 1989, 1990, 1992a, 1992b; <http://www.uba.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Historico_dos_ex_Prefeitos?cdLocal=2&arquivo=%7B8B6C37DB-3BE2-5BDE-81ED-D0DBDDCD2BDE%7D.pdf>; <http://www.uba.mg.gov.br/Materia_especifica/6583/Coronel-Julio-Soares->; Acessos em 12/2/2017.</p>
<p>26. Levindo Eduardo Coelho 1871 – Catas Altas da Noruega, distrito de Queluz, hoje Conselheiro Lafaiete, MG. Filho de Antônio Coelho</p>	<p>Colégio Mineiro, Ouro Preto. Escola de Farmácia e Odontologia de Ouro Preto. Iniciou o curso de medicina na Faculdade da Bahia, mas se transferiu e se formou pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; para a formatura no Rio de Janeiro, defendeu a tese: A higiene alimentar da criança. Médico: clinicou em Ubá. Professor: Colégio Mineiro de Ouro Preto, Externato São Vicente de Paulo, Ginásio Raul Soares, Gymnásio São José, Faculdade de Farmácia e Odontologia em Ubá. Jornalista: O Ateneu, O Cisne, O Movimento e Folha do Povo. Diretor e</p>	<p>Conferência São Januário. Foram seus alunos no Colégio Mineiro de Ouro Preto: Raul Soares de Moura, Arduíno Bolívar, Arthur Bernardes, Carlos Chagas, Bioquino de Andrade, Mello Viana, entre outros. Ao se transferir para Ubá, fundou o jornal católico O Movimento e atraiu a atenção dos bispos mineiros que o indicaram ao senado estadual em 1916,</p>	<p>Barata e Bueno, 1999; Blake, 1893; Gazeta Regjornal de Ubá, 7/7/2007; SSVP. I Livro de Atas da Conferência São Januário de Ubá, 1905-1929, manuscrito; Monteiro, 1994; Silva, 1994. Silva, 1937; Sisson, 1999. Vieira, 1989, 1990: pp. 53-54, 1992a, 1992b; <http://www.uba.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Historico_dos_ex_Prefeitos?cdLocal=2&arquivo=%7B8B6C37DB-3BE2-</p>

<p>e Antonina Gonçalves Coelho.</p>	<p>proprietário: jornal Folha do Povo. Proprietário de terras, comerciante e criador. Foi oficial dos Correios (1893), vereador em Ubá, presidente da câmara municipal, agente do executivo municipal; Atuou como defensor público no Tribunal do Júri de Ubá. Foi deputado estadual, secretário estadual da educação e saúde pública no governo de Olegário Maciel, deputado federal, senador estadual. Após 1945, foi senador por Minas Gerais à Assembleia Nacional Constituinte e assumiu o mandato ordinário. Foi vice-presidente e presidente da Comissão de Saúde do Senado em 1955. Foi o delegado ao Congresso Interparlamentar realizado no Chile em 1961, integrou as delegações parlamentares brasileiras que visitaram a URSS em 1963. Integrou o conselho do Banco Hipotecário de Minas Gerais.</p>	<p>quando foi eleito com larga margem de votos. Membro do PRM, negou-se a assinar o manifesto da Legião Liberal Mineira, organização política sob a inspiração fascista, liderada por Francisco Campos e Gustavo Capanema, que teve a adesão de Olegário Maciel em 1931. Seu filho Levindo Ozanam Coelho foi governador de Minas Gerais em 1978. Seu neto, filho de Ozanam, Saulo Levindo Coelho, foi deputado federal (1988-1995).</p>	<p>5BDE-81ED-D0DBDDCD2BDE%7D.pdf> <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/levindo-eduardo-coelho>; <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2014>; Acessos em 12/2/2017.</p>
<p>27. Lincoln Gonçalves Lamas 1879 – Silveiras, distrito do Pomba, hoje Silverânia, MG.</p>	<p>Sitiante, comerciante e criador. Vereador na cidade do Pomba.</p>	<p>Conferência São Manoel. Casou-se com a filha do Cel. José Mendonça dos Reis, Ernestina da Silva Reis.</p>	<p>Abreu, 1991; Anastácio, 2001; Cartório de Registro Civil de Rio Pomba, registro de casamento, livro 12, folha 08; SSVP. I Livro de Atas da Conferência São Manoel de Pomba, 1902-1912; Santiago, 1991.</p>
<p>28. Luiz Gonçalves Fontes Não identificado – Portugal.</p>	<p>Atuou como jornalista: era colaborador da Gazeta de Ubá, sob o pseudônimo <i>Philoveritas</i>, contra seu cunhado, o Dr. Christiano Roças. Foi chefe do executivo em Ubá por três mandatos e delegado de polícia em 1877. Proprietário de terras, comerciante, criador e empresário, dono da padaria da Praça São Januário. Vereador em Ubá, presidente da câmara municipal, agente do executivo municipal (1883, 1886 e 1894). Foi delegado de Polícia em Ubá em 1877.</p>	<p>Conferência Natal do Bom Jesus. Português, sua família se estabeleceu em Piranga. Foi herdeiro do Cônego João Nepomuceno Gonçalves Fontes. Casou-se e se tornou fazendeiro em Guiricema. Viúvo, se transferiu para Ubá, onde se casou com Amélia Roças e se filiou ao Partido Liberal ao lado do sogro, o Cel. João Alves de Araújo Roças.</p>	<p>Gazeta Regjornal de Ubá, 7/7/2007; SSVP. I Livro de Atas da Conferência Natal de Ubá, 1895-1899; Ubá, 1980; Vieira, 1989, 1990, 1992a, 1992b; <http://www.uba.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Historico_dos_ex_Prefeitos?cdLocal=2&arquivo=%7B8B6C37DB-3BE2-5BDE-81ED-D0DBDDCD2BDE%7D.pdf>; Acessos em 12/2/2017.</p>

<p>29. Luiz Philippe Balbi 1886 – Ubá, MG. Caetano Balbi e Cornélia dos Anjos Balbi.</p>	<p>Gymnásio São José, Ubá. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Médico: clinicou em Ubá. Integrou a Fundação Rockefeller, participou como médico do Posto de Profilaxia Rural. Jornalista: colaborou na Folha do Povo. Proprietário do jornal O Lábaro. Diretor e fundador do jornal Cidade de Ubá, em 1937. Proprietário de terras, comerciante e criador. Vereador em Ubá (1927), deputado estadual em 1935-1937 e deputado constituinte em 1947-1951. Foi Inspetor de Ensino Secundário.</p>	<p>Conferência São Januário. Casou-se com Matilde Rocha Balbi, descendente da família do Cel. Ramiro Teixeira Rocha.. Seu pai era irmão de Vicente Próspero Balbi.</p>	<p>Vieira, 1989, 1990, 1992a, 1992b; Gazeta Regjornal de Ubá, 7/7/2007; SSVP. I Livro de Atas da Conferência São Januário de Ubá, 1905-1929; <http://www.uba.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Historico_dos_ex_Prefeitos?cdLocal=2&arquivo=%7B8B6C37DB-3BE2-5BDE-81ED-D0DBDDCD2BDE%7D.pdf>; acesso em 12/2/2017.</p>
<p>30. Manoel José Teixeira e Silva 1840 – Ubá, MG. Alferes José Joaquim Teixeira e Silva.</p>	<p>Faculdade de Direito de São Paulo. Advogado em Ubá. Proprietário de terras, comerciante e criador. Vereador em Ubá, presidente da câmara municipal e agente do executivo por três mandatos (1883, 1887 e 1905).</p>	<p>Conferência Natal do Bom Jesus. Casou-se com Francisca Soares Teixeira, filha de Joaquim Feliseno de Moura e sobrinha de Camilo Soares Ferreira, ambos considerados heróis da Revolução de 1842. Seu pai foi o chefe do Partido Conservador de Rio Branco e Ubá. Era o neto do comendador Manoel Joaquim Teixeira e Silva, subdiretor dos silvícolas no município do Presídio, hoje Visconde do Rio Branco. É o patrono da Academia Ubaense de Letras, ocupou a cadeira 14, que também foi ocupada por seu bisneto, o poeta e escritor Manoel José Brandão Teixeira.</p>	<p>Academia Ubaense de Letras 1988; Blake, 1893; Cartório de Registro Civil de Ubá, registro de casamento, livro IPN, folha 60; SSVP. I Livro de Atas da Conferência Natal de Ubá, 1895-1899; Gazeta Regjornal de Ubá, 7/7/2007; Ubá, 1980; Vieira, 1989, 1990, 1992a, 1992b; <http://www.uba.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Historico_dos_ex_Prefeitos?cdLocal=2&arquivo=%7B8B6C37DB-3BE2-5BDE-81ED-D0DBDDCD2BDE%7D.pdf>; Acesso em 12/2/2017.</p>
<p>31. Nicéas Soares Teixeira e Silva 1871 – Ubá, MG. Manoel José</p>	<p>Colégio Mineiro, Ouro Preto. Faculdade de Odontologia e Farmácia de Ouro Preto. Dentista em Ubá. Proprietário de terras, comerciante e criador. Vereador de Ubá.</p>	<p>Conferência Natal do Bom Jesus.</p>	<p>Academia Ubaense de Letras 1988; SSVP. I Livro de Atas da Conferência Natal de Ubá, 1895-1899; Ubá, 1980; Vieira, 1989, 1990, 1992a, 1992b.</p>

Teixeira e Silva e Francisca Soares Teixeira.			
<p>32. Odilon Duarte Braga 1894 – Guarani, distrito de Pomba, MG. Tertuliano da Silva Braga e Maria Duarte Braga.</p>	<p>Colégio Granbery, Juiz de Fora. Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Advogado em Pomba. Jornalista: A Notícia, do Rio de Janeiro; o Estado de Minas, de Belo Horizonte; o Jornal do Comércio, de Juiz de Fora; A Justiça e Nova Era, de Rio Pomba. Escritor: entre outras obras, Teoria da composição do Poder Legislativo e A opinião pública no momento atual. Diretor da rádio Transmissora, hoje rádio Globo. Proprietário de terras, comerciante e criador. Vereador na cidade do Pomba, presidente da câmara municipal, agente do executivo - intendente, deputado estadual, deputado federal, Inspetor de ensino, Secretário de governo federal: foi oficial de gabinete de Raul Soares de Moura ocupou cargo na Secretaria do Interior e Justiça de Minas Gerais (1918). Ministro da Agricultura no governo Vargas (1934-1937), chefe de Polícia (1930-1933), advogado do Banco do Brasil, consultor jurídico da Superintendência da Moeda e do Crédito, da Caixa de Mobilização Bancária e da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil. Integrou a diretoria do Banco de Crédito Real de MG.</p>	<p>Conferência São Manoel. Casou-se com Irene Murgel Braga. Foi membro da OAB. Foi responsável pela fundação do Colégio Regina Coeli da cidade do Pomba e da Fazenda Experimental de Fumo desta cidade, depois transformada na Escola Agrotécnica Federal, hoje IFET/ Campus Rio Pomba. Criou o Parque Nacional de Itatiaia. Pertenceu ao PRM, foi presidente do comitê executivo do Partido Progressista (1935-1936) e foi um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN), partido que aglutinava a maior parte da oposição liberal ao Estado Novo. Foi presidente da empresa Instituto Geodésico Brasileiro S.A.</p>	<p>Abreu, 1991; Anastácio, 2001; Barata e Bueno, 1999; SSVP. Livro de Atas da Conferência São Manoel de Pomba, 1932-1939; Monteiro, 1994, O Imparcial, 29/7/1934, 7/10/1934, 17/5/1936; Santiago, 1991, Sisson, 1999. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/odilon-duarte-braga>; Acesso em 12/2/2017.</p>
<p>33. Paulo Stanziolla Imigrante italiano.</p>	<p>Capitalista, Proprietário de terras, comerciante e empresário. Vereador de Ubá.</p>	<p>Conferência São Januário.</p>	<p>Academia Ubaense de Letras, 1988; Gazeta Regjornal de Ubá, 3/7/2007; SSVP. I Livro de Atas da Conferência São Januário de Ubá, 1905-1929; UBÁ, 1980; Vieira, 1989, 1990, 1992a, 1992b.</p>
<p>34. Pedro Xavier Pires Imigrante</p>	<p>Proprietário de terras, sitiante, comerciante, proprietário de fábrica de beneficiamento de café e empresário. Vereador de Ubá, presidente da câmara municipal, agente do executivo</p>	<p>Conferência Natal do Bom Jesus. Português. Chegou em 1870 para trabalhar na construção da estrada de</p>	<p>Folha do Povo, 26/6/1920; Gazeta Regjornal de Ubá, 7/7/2007; Ubá, 1980; <http://www.uba.mg.gov.br/abrir_arquivo.</p>

português.	de Ubá - intendente (1896,1912 e 1914).	ferro Cataguases e, em Ubá, empregou suas economias na instalação de uma padaria, na Praça São Januário. Casou-se com Philomena de Souza Lima. Sua filha Edil Xavier Barletta casou-se com o médico Ângelo Barletta.	aspx/Historico_dos_ex_Prefeitos?cdLocal=2&arquivo=%7B8B6C37DB-3BE2-5BDE-81EDD0DBDDCD2BDE%7D.pdf>; Acesso em 12/2/2017.
35. Péricles de Queiroz 1894 – Pomba, MG. Urbano de Queiroz e Regina da Cunha Queiroz.	Colégio Granbery, Juiz de Fora. Poeta e escritor em Pomba. Sitiante e comerciante. Vereador da cidade do Pomba e agente do executivo - intendente (1927).	Conferência São Manoel. Casou-se com Darcília da Silva Queiroz. Manteve uma coluna de crônicas e poesias no jornal O Imparcial sob o pseudônimo “Plauto”.	Abreu, 1991; Anastácio, 2001; Cartório de Registro Civil de Rio Pomba, registro de casamento, livro 12, folha 209, verso; SSVP. Livro de Atas da Conferência São Manoel de Pomba, 1932-1939; Santiago, 1991.
36. Sebastião Pedro Cotta Mariana, MG. Batizado pelo tio, o cômego João Severiano de Abreu e Silva.	Guarda-livros em Ubá. Sitiante. Secretário da câmara municipal de Ubá.	Conferência Natal do Bom Jesus e Conferência São Januário. Casou-se com Claudina Amália de Souza Monteiro em primeiras núpcias e com sua cunhada Antônia de Souza Monteiro em segundas núpcias. Sua irmã se tornou freira da congregação Filhas da Caridade no Ceará, a Irmã Genoveva. A outra irmã ingressou na mesma congregação em Diamantina, a Irmã Eugênia.	SSVP. I Livro de Atas da Conferência Natal de Ubá, 1895-1899; UBÁ, 1980; Vieira, 1989, 1990, 1992a, 1992b.
37. Theóphilo Moreira Pinto 1891 – Ubá, MG. João Moreira Pinto.	Colégio Mineiro, Ouro Preto. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Médico: clinicou na cidade de Ubá e no Hospital São Vicente de Paulo, de Manhumirim. Foi médico e diretor do Hospital São Vicente de Paulo de Ubá por 22 anos, e construiu a maternidade. Professor: Gymnásio São José, Ginásio Raul Soares e Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ubá. Proprietário de terras, comerciante e criador.	Conferência São Januário. Casou-se com Maria de Lourdes Lima Pinto. Sua filha Cybele Pinto Coelho casou-se com Levindo Ozanam Coelho, filho do médico Levindo Coelho. Trabalhou no Hospital São Vicente de Paulo, do município	Gazeta Regjornal de Ubá, 7/7/2007; SSVP. I Livro de Atas da Conferência São Januário de Ubá, 1905-1929; UBÁ, 1980; Vieira, 1989, 1990, 1992a, 1992b; <http://www.uba.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Historico_dos_ex_Prefeitos?cdLocal=2&arquivo=%7B8B6C37DB-3BE2-

	Vereador em Ubá, presidente da câmara municipal (1936), agente do executivo municipal (1936). Diretor da Colônia Padre Damião, inicialmente chamado de Leprosário Padre Damião em Ubá, desde sua inauguração, em 1945.	Manhumirim, leste da Zona da Mata, com o outro filho de Levindo Coelho, Eduardo Levindo Coelho, médico formado pela Faculdade de Medicina de Belo Horizonte que chefiou a Secretaria de Estado (1978-1979), de Saúde (1979-1981) e de Educação (1981-1982) do governo de Minas Gerais.	5BDE-81ED-D0DBDDCD2BDE%7D.pdf>; acesso em 12/2/2017.
38. Theóphilo Mosqueira Machado de Magalhães 1857 – Pomba, MG. Capitão-mor Caetano José Machado de Magalhães e Maria Rodrigues de Magalhães.	Aulas avulsas de Latinidades e Poética, Pomba. Arquivista, memorialista e escritor. Sitante. Secretário da câmara municipal da cidade do Pomba, vereador (1894), presidente do Conselho distrital do município (1896-1898), inspetor escolar e tabelião.	Conferência São Manoel. Casou-se com Maria Gomes de Magalhães. Como funcionário público teve acesso aos livros de atas da Câmara de Vereadores de Pomba e dedicou-se a compilar dados sobre o município, que se encontram no Museu Histórico da cidade e no cartório de seu neto, o tabelião José Lázaro Mosqueira. Seu nome ocupou a cadeira nº 10 da Academia de Letras de Belo Horizonte.	Blake, 1893; Cartório de Registro Civil de Rio Pomba, registro de casamento, livro 9C, folha 137; SSVP. I Livro de Atas da Conferência São Manoel de Pomba, 1902-1912; Santiago, 1991; Silva, 1994; Silva, 1937; Vieira, 1989, 1990, 1992a, 1992b.
39. Último de Carvalho 1899 – Juiz de Fora, MG. Manuel Borges de Carvalho e Josefina Santos de Carvalho.	Ginásio Estadual Raul Soares, Belo Horizonte. Agrimensor: Escola de Agronomia e Veterinária de Belo Horizonte. Agrimensor independente em Juiz de Fora e Rio Pomba. Corretor de seguros, pela Cia. Sul América nas cidades Rio Pomba e Juiz de Fora; Proprietário de terras, comerciante e criador. Vereador na cidade do Pomba, presidente da câmara municipal, prefeito, tabelião, chefe de polícia, deputado estadual, secretário de governo estadual: Secretário de Agricultura de Belo Horizonte em 1932; agrônomo da Secretaria de Agricultura de Belo Horizonte, em 1933.	Conferência São Manoel. Casou-se com Hilda Reis Santos de Carvalho, de Pomba. Servente da secretaria de Agricultura, BH, 1918; Tabelião em Rio Novo e Rio, Foi revolucionário 1930. Seu pai foi proprietário agrícola em Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro, funcionário municipal e estadual em BH; sua mãe foi professora primária rural; seu irmão, Menelique de Carvalho, foi delegado de polícia em Juiz de Fora. Diretor comercial da Cooperativa	Barata e Bueno, 1999; Blake, 1893; SSVP. Livro de Atas da Conferência São Manoel de Pomba, 1932-1939; Santiago, 1991; Sisson, 1999. Monteiro, 1994. < http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARVALHO,%20Último%20de.pdf > ;acesso em 12/2/2017.

		Central de Produtores de Leite, CCPL, no Rio de Janeiro, em 1946.	
40. Vicente Próspero Balbi Província de Salerno, Itália.	Capitalista, proprietário de terras, comerciante e criador. Vereador de Ubá.	Conferência Natal do Bom Jesus.	Academia Ubaense de Letras 1988; Barata e Bueno, 1999; Gazeta Regjornal de Ubá, 3/7/2007; Hospedaria dos Imigrantes, SP, livro 001, pág. 133 em 8/7/1883; Ubá, 1980; SSVP. I Livro de Atas da Conferência Natal de Ubá, 1895-1899; Vieira, 1989, 1990, 1992a, 1992b.

Anexo Galeria.

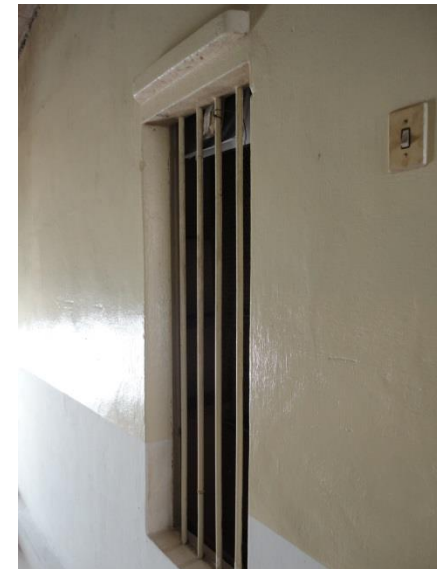
Hospital São Vicente de Paulo, do Pomba⁸⁸⁰.



Corredor



Porta de acesso ao fundo



Isolamento

⁸⁸⁰ Fontes: Arquivo pessoal.



Ruas da cidade de Rio Pomba.

Fonte: acervo pessoal.

uas

Receitas médicas: Casa de Caridade São Vicente de Paulo: acervo Museu Histórico de Rio Pomba.

